MAJOR-BRIGADEIRO LYSIAS RODRIGUES

FORMAÇÃO da NACIONALIDADE BRASILEIRA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
EDITORA
1954

FORMAÇÃO
DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

MINISTÉRIO DA GUERRA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Reorganizador:

General V. Benício da Silva

COMISSÃO DIRETORA DE PUBLICAÇÃO

Coronel Adalardo Fialho (Diretor)
Coronel Paulo Enéas Ferreira da Silva
Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes
Major Carlos de Meira Matos
Dr. Luiz Edmundo
Dr. Carlos Maul
Dr. Hélio Vianna

ADMINISTRAÇÃO

Major Ovídio Souto da Silva (Secretário)
Capitão Adacto Pereira de Melo Arruda (Tesoureiro)

— SEDE —
EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA GUERRA
Praça Duque de Caxias
RIO DE JANEIRO

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Volumes 198-199

FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

HISTÓRIA RESUMIDA DAS GUERRAS HOLANDESAS AO NORTE DO BRASIL

POR
LYSIAS A. RODRIGUES
Maj. Brig. do Ar

GRÁFICA LAEMMERT, LIMITADA
Rua Carlos de Carvalho, 48
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

A história das guerras holandesas ao norte do Brasil, não pode ser considerada como uma série de episódios diferenciados ou distintos; em sã consciência, só se pode estudá-la tomando-a como um todo indivisível, macisso, uno, uma vez que é a expressão máxima do heroismo e da glória de uma raça.

Para ambientarmo-la no tempo e no espaço, mistér se faz fixarmo-la como um reflexo direto que é, das condições particulares que regiam o mundo civilizado de então, a Europa, revolucionada, sacudida até aos alicerces por fatores vários poderosos, fundamentais. O primeiro, *a doutrina da liberdade dos mares, expressa por Hugo Grotius em "De Mare liberum", definindo as aspirações de todos os países que não tinham podido tomar parte na epopéia dos descobrimentos e conquistas de novas terras, serviu de base à reação européia contra a Espanha e Portugal, gerando a pirataria, logo alargada por todos os mares do planeta; o* segundo *fator, o movimento reformista da Igreja Católica, provocado por Calvino e Lutero, resultou na divisão do mundo cristão em duas grandes falanges, que se guerreavam com uma ferocidade única; o* terceiro

fator, a invenção da imprensa por Guttenberg, veio possibilitar, em escala insuspeitada, a difusão da cultura humana, abrindo perspectivas esplêndidas de elevação do nível cultural dos povos de então; o quarto *fator, a invenção das armas de fogo, aproveitando os gazes da deflagração da pólvora, criou novos e mais decisivos meios de luta, superando tudo o que havia, então, nesse setor das atividades humanas.*

Como conseqüência da ação dêsses fatôres, o último quarto do século XVI encontra a Espanha e Portugal, que antes mal se contentavam em dividir o mundo entre si, em franca decadência, perdendo ràpidamente o imenso prestígio que haviam tido, esvaindo-se o incomensurável poderio e bruxoleando o incrível orgulho e prosápia, enquanto novas nações surgiam para o cenário sempre novo da Europa e do mundo, engrandecendo-se, fortalecendo-se, anciando por ocuparem, também, um lugar ao sol.

Nas vascas crepusculares da sua grandeza, a Espanha, galvanizada, ainda encontra fôrças e capacidade para materializar o sonho da península ibérica sob o domínio de Castela, anexando o velho Portugal e suas colônias à coroa de Espanha, sob o punho autocrático do orgulhoso filho de Carlos V.

Dêsse gesto de Felipe II, de simples aparência satisfatória de uma ambição desmedida, do seu fanatismo religioso, que o levou automàticamente à responsabilidade de sustentáculo da Cristandade, decorrem lògicamente os acontecimentos marcantes que condicio-

nam por um lado o nascimento da nacionalidade em terras do Brasil.

Por outro lado, a vastidão da costa brasileira em poder dos colonizadores lusos, epopéia maravilhosa para aquêle punhado de homens, criou, desde o início de seu povoamento, e conseqüentemente, da sua evolução histórica, o duplo problema da posse da terra e da distância, ambos, representando sempre, mais que simples dificuldades de caráter geral, para se tornarem em fatôres decisivos, determinantes de sua própria evolução.

A posse da terra, exigindo qualidades superiores na luta diuturna contra a exuberância extrema da própria natureza, contra os índios, contra os corsários, contra as feras, a fome, o isolamento, moldavam o homem à feição da terra e ensinavam-no a amá-la. A divisão administrativa inicial, em capitanias hereditárias de ressaibos medievais, provocou uma separação absoluta das diversas regiões da costa conquistada, ilhando-as, inhibindo-as de todo intercontato, de tôda interpenetração e entrosamento; a conseqüência lógica, imediata, foi gravitarem as regiões geo-econômicas na órbita dos contados centros existentes, fazendo com que as fôrças convergentes e centralizadoras, originassem geratrizes de um crescimento enquistado, abrindo descontinuidades na estrutura geral, e dando ao panorama econômico, social e político do Brasil do comêço do século XVII, uma formação plurinuclear.

É que os problemas político, econômico e social, hoje, como então, estavam condicionados imperiosa-

mente ao problema dos transportes, e o mar era o único meio disponível para os colonizadores. Mas, do mar, vinham os corsários, os males, os desgostos, e as esperanças nêle postas, de socorros, de amparo, de proteção, não sendo nunca satisfeitas, forçaram-nos, lògicamente, a tudo esperar da terra, a amá-la e a sonhar com sua suficiência própria.

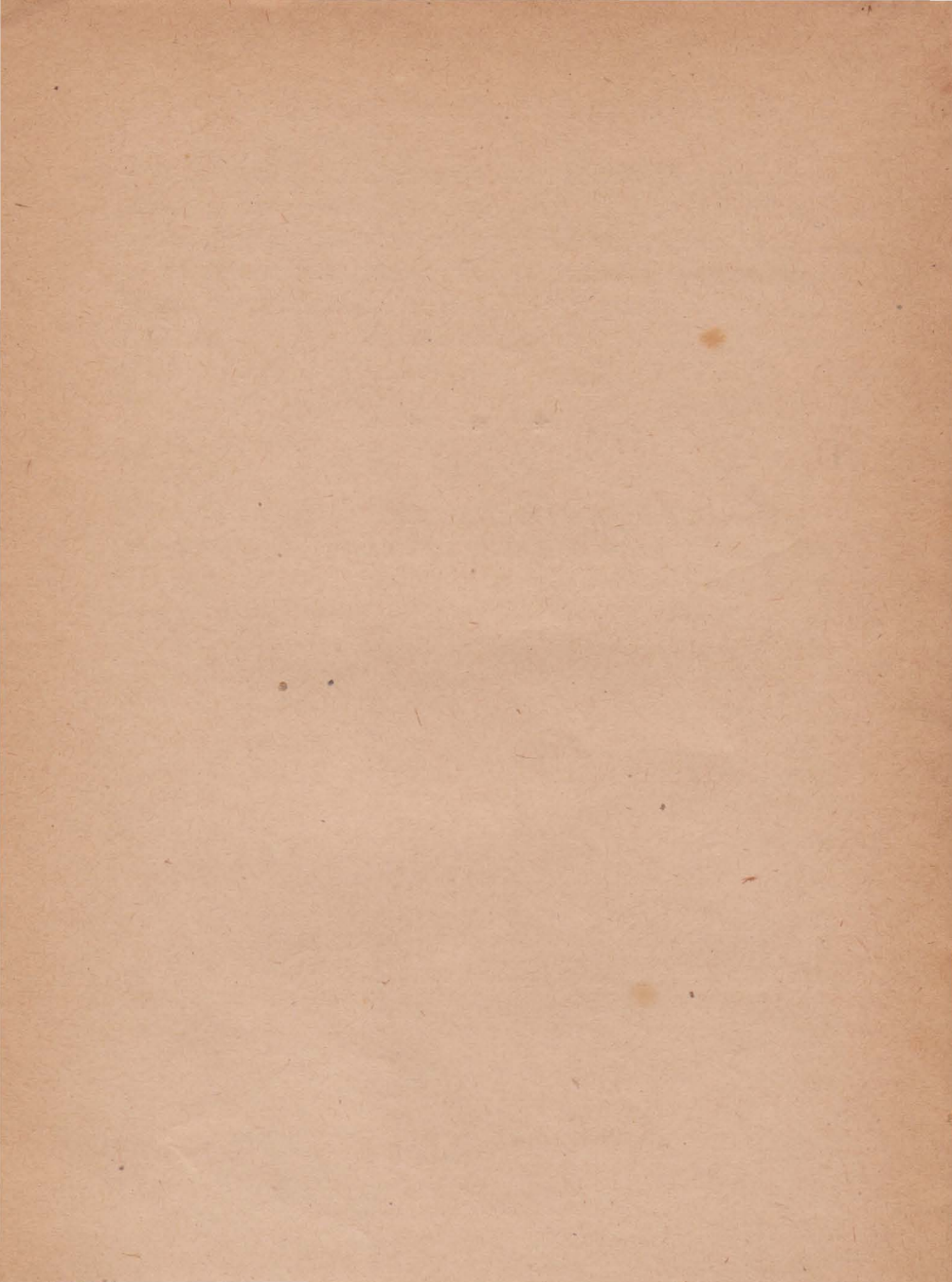
Em decorrência do domínio espanhol e das conseqüêntes hostilidades, eventuais, de francêses, inglesês e holandeses ao Brasil, levantando cobiças desmedidas, a ponto de, sendo apenas jovem colônia, quererem fazê-lo reino por duas vêzes (com o Prior de Crato e com o Eleitor Palatino), e terem até nomeado um vice rei francês, que nem chegou a ver terras brasileiras, compreende-se como os fatôres geográficos de coesão puderam fazer germinar e brotar a semente da nacionalidade, e, em pleno regime colonial, já tivesse plasmado forte, grande, generosa, brava, a alma da gente brasileira.

As lutas, em caráter de permanência, com os holandeses, fator poderoso de coerção, agiam com violência opondo-se aos fatôres geográficos de dissociação, criando um ambiente propício à estreita intercomunicação entre os núcleos de povoamento, contínua, densa, ao mesmo tempo que facilitavam a livre ação das fôrças vitais do expansionismo geográfico.

Daí a delimitação do Brasil em moldes continentais, sua estruturação macissa, homogênea, sólida, com uma só língua, uma só religião, uma só mentalidade sadia; daí seu rápido e seguro desenvolvimento, seu po-

voamento acelerado, sua capacidade de luta e de trabalho; daí, emfim, o condicionamento dos fatôres básicos que geraram o nascimento da nacionalidade brasileira. As lutas com os holandeses revelaram o Brasil a si mesmo; expulsos os holandeses, os brasileiros deram corpo e alma ao Brasil.

* * *

E como o fato mais marcante dessa história é o nascimento da nacionalidade brasileira, preferimos dar a êste trabalho o título que o encima.

FORMAÇÃO
DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

—

HISTÓRIA RESUMIDA DAS GUERRAS HOLANDÊSAS AO NORTE DO BRASIL

I

PANORAMA DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XVII

Anexação de Portugal à Espanha — O vice-rei francês do Brasil — O domínio espanhol e suas vantagens para o Brasil — Resistências espanholas ao recuo do Meridiano de Tordesilhas — A monocultura latifundiária e o bandeirismo — Vida social em Pernambuco, Bahia e S. Paulo — A fôrça expansiva do Brasil.

As leis desconhecidas que regem os destinos das nações, pesaram duramente sôbre Portugal ao findar-se o século XVI. O jovem e aloucado rei D. Sebastião, cheio de ânsias de glórias e grandezas, varado de flexas, a 4 de agôsto de 1578, findara seus dias com a fina flor da nobreza portuguêsa nas areias quentes de Alcácer-Kibir.

Seu tio-avô e sucessor, o cardeal D. Henrique, setuagenário já caducando, no limiar da morte, não tinha energias nem capacidade para opôr-se à ganância de quantos sobrinhos apareciam, forçando-o a declarar qual o herdeiro do cubiçado trono português, visto D. Sebastião ter falecido solteiro, sem descendentes.

Tão fraco era o cardeal D. Henrique, moralmente, que não mais tomava decisão alguma sem consultar o dominante e imperioso filho de Carlos V, o rei Felipe II de Espanha, o mais forte e astuto pretendente àquele trono. Tão caduco estava o cardeal rei D. Henrique, que ingênuamente aceitou a sugestão da Câmara de Lisbôa, que o melhor meio de resolver a sucessão ao trono era casar-se êle e gerar um filho, como se isso fôsse possível; porisso, escreve o cardeal rei a Felipe II uma carta, pedindo aprovação dessa pretensão.

E' claro que Felipe II não iria apoiar uma decisão que o vinha prejudicar diretamente, e a resposta inteligente que deu foi o silêncio; o cardeal rei chegou a insistir em outra carta, mas, o bom senso e a oposição da Espanha incumbiram-se de fazê-lo desistir do propósito.

Pouco depois, mais precisamente, a 31 de janeiro de 1580, falecia o cardeal rei D. Henrique, sem ter deixado resolvido o angustioso problema da sucessão ao trono português.

Felipe II da Espanha, que pretendia pôr em execução o ambicioso plano de seu pai, de exercer o completo domínio da península ibérica, que a derrota da Espanha em Aljubarrota malograra, agora que tinha nova oportunidade à sua frente, a fôrça e o prestígio que lhe advieram em grande parte da vitória de Lepanto, decidiu-se a realizar seu intento.

Começou procurando fazer prosélitos em grande número, em Portugal, por intermédio do servil embaixador Cristóvão de Moura; agindo com habilidade e sem medir despesas, compra simpatias, intriga, persuade, intimida os fracos, bajula os fortes, e conta por fim, com o clero e a maioria da nobreza portuguêsa.

Seu maior adversário era D. Antônio, Prior de Crato, o filho bastardo de D. Luís, o heróico irmão de D. João III, que contava com o povo e parte mínima da nobreza portuguêsa. As Côrtes de Almeirim, convocadas ainda em vida do cardeal-rei D. Henrique para decidir o

CARDEAL D. HENRIQUE

caso da sucessão, não tinham chegado a um resultado decisivo; porisso, quando o cardeal-rei faleceu, essas Côrtes nomearam uma regência de cinco membros, para administrar o reino.

Ora, três membros da regência eram favoráveis decididamente a Felipe II. Diante disso, Felipe II resolveu cortar o nó gordio, invadindo e ocupando Portugal, forçando assim a queda do reino de Portugal em suas mãos.

À frente de forte exército, o Duque de Alba invade Portugal por Elvas e Vila Viçosa. Surge, então, a figura do valente e inhábil D. Antônio, para opôr-se à invasão espanhola e defender o que êle julgava seu lídimo direito: bravo, audacioso, decidido, reune o povo e decide-se a lutar com essas fôrças bisonhas, irregulares e minguadas.

Não tendo dotes diplomáticos, D. Antônio não soube atraír a nobreza para a sua causa, nem inspirar ao clero a confiança necessária. Aclamado rei de Portugal pelo povo, em Santarém, a 23 de junho de 1580, só pôde manter-se nesse pôsto até 25 de julho dêsse mesmo ano, porque, então, o Duque de Alba, diretamente apoiado pela esquadra espanhola de D. Álvaro de Bazan, Marquês de Santa Cruz, esmagou-o na batalha da ponte de Alcântara, nos arredores de Lisboa. Essa missão do Duque de Alba, foi facilitada em extremo pela sórdida traição de Tristão Vaz da Veiga, comandante da fortaleza de S. Gião, que se vendeu por 4 míl ducados e um cargo de governador geral da ilha da Madeira; a queda da fortaleza de S. Gião acarretou a do forte da Cabeça Sêca (Bugio), fortes êsses chaves da defesa do Tejo.

O traidor Tristão Vaz da Veiga, era irmão do governador geral do Brasil, Lourenço da Veiga, que morreu de pezar e vergonha do ato do irmão, segundo nos informa o Tenente Coronel José de Mirales.

Assim, Felipe II fêz-se, fàcilmente, indicar rei de Portugal, com o título de Felipe I, de Portugal, ao mesmo

tempo que o anexava com suas vastas e ricas colônias à coroa da Espanha.

Êsse ato, tão simples na aparência, parecendo ser apenas a mera satisfação de uma ambição desmedida, teve graves e profundas repercussões, na Europa e no Brasil.

I — Na Europa, porque, se Felipe II criava assim o maior domínio territorial que rei algum jamais possuíra, o que, com orgulho desmedido permitia-lhe dizer que em seus domínios o sol jamais se punha, em contraposição, levava-o a arcar com a imensa responsabilidade de ser o sustentáculo da Cristandade, o que o envaidecia sobremaneira, mas o que o tornava automàticamente inimigo dos países que haviam adotado a Reforma religiosa. Esta atitude política, transformou logo a antipatia e despeito dos inglêses, franceses e holandeses, em ódio ferrenho, incontido e ativo, porque Felipe II, dedicado, autoritário, absolutista, "o último Imperador de fato da herança Romana", como defensor da Igreja Católica, procurava aniqüilar a idéia reformista por todos os meios ao seu alcance.

Porisso, "ardia nesse tempo a guerra, nos Estados de Flandres, entre Holandeses e Espanhóis; aquêles por defenderem a rebeldia; êstes por castigarem a rebelião, sendo a religião o pretexto e a causa". E, como diz Fr. Rafael de Jesus, como "o exercício das armas fêz guerreiros os que só sabiam ser tratantes", desde que o patrimônio mundial dos portuguêses passara para o domínio da Espanha, a Inglaterra, a Franca e a Holanda pensaram em atacar a rica prêsa que já era o Brasil, e se possível. apossar-se de suas capitanias mais ricas, mais abundantes em pau brasil e cana de açúcar, considerando o grande desenvolvimento que essas capitanias estavam tendo com o comércio com o Rio da Prata e o Perú, donde auferiam grandes riquezas, mas, sobretudo, porque seria extremamente difícil à Espanha, defender seu próprio território e suas longínquas colônias, Portugal e suas colô-

nias, seus galeões de prata e as caravelas de açúcar e pau brasil.

Assim, desde os primeiros dias do domínio Espanhol, todo o comércio livre ou secreto com o Brasil, tornou-se, como por um passe de mágica, em ataques furibundos, sucessivos, desapiedados, altamente prejudiciais ao Brasil e a Portugal, dos que temiam a crescente e absorvente grandeza da Espanha.

A França, foi das primeiras a comparecer a êsse prélio de rapinagem e côrso. Desde que Colligny, por falta de apoio moral e visão política dos franceses, perdeu a França Antártica, os reis de França encararam resolutamente o Brasil como uma prêsa apetecível, que era preciso conquistar sem demora.

A rainha Catarina de Médicis, cedo compreendeu o êrro de Francisco I e Henrique II, seus predecessores no trono da França, de não terem dado o apoio devido a Jean Ango e aos corsários de Dieppe e Honfleur; procurou ela dar remédio a êsse êrro político, assinando um acôrdo com D. Antônio, Prior de Crato, pretendente ao trono português, que muito precisava de auxílio para realizar seu desejo. Por êsse acôrdo, Catarina de Médicis comprometia-se a dar ao Prior de Crato doze mil homens de guerra, umà esquadra, armas e munições, com que pudesse D. Antônio conquistar o trono português, e em troca, D. Antônio, em nome de Portugal, comprometia-se a entregar à França, de mão beijada, íntegro, total, o vasto e rico Brasil!

De posse da ilha Terceira, que se negara a aceitar Felipe II como rei de Portugal, achou o Prior de Crato que a providência mais acertada era primeiro conquistar os Açores, e daí como base de operações, dominar Portugal. A esquadra francesa, de 50 naus, com os 12 mil homens de desembarque a bordo, sob o comando do almirante Felipe Strozzi, primo da rainha Catarina de Médicis, fêz-se de velas para os Açores, para conquistá-los e entregá-los a D. Antônio.

Catarina de Médicis ao entregar a D. Antônio aquilo que prometera, tomara decisões de alta monta relativas ao Brasil, como conseqüências naturais de sua posse prevista; pela carta por ela escrita ao almirante Strozzi, (hoje na biblioteca de Hermitagem — Rússia), recebera o almirante ordem de, uma vez conquistados os Açores, entregá-los ao Prior de Crato, e em seguida seguir para o Brasil, do qual era nomeado Vice-Rei, onde devia tomar inúmeras providências de caráter administrativo.

Acontece, porém, que tendo conhecimento a Espanha, do aprestamento dessa esquadra francesa e do seu objetivo, e estando preparando uma esquadra para ir impôr à ilha Terceira seu domínio, reforçou-a ainda mais (ficou com 34 galeões) e a fêz partir imediatamente; de Sevilha navegou ela sob o comando de D. Álvaro de Bazan, Marquês de Santa Cruz, para opôr-se a êsses desígnios. O encontro das duas esquadras deu-se à vista dos Açores, e a esquadra francesa, apesar de mais forte, foi batida completamente.

Vencido, o almirante Strozzi retorna à França, vendo malogrado o sonho de sua posse como Vice-rei do Brasil; a derrota da esquadra francesa causou consternação na França, mas, em absoluto, não fêz fenecer as esperanças francesas de conquistar o Brasil. Muito expressivo é Paul Gaffarel, quando analisando as conseqüências do acôrdo entre Catarina de Médicis e o Prior de Crato, diz que "as mercadorias e marítimos franceses haviam esperado um instante, que o Brasil, havia tanto era disputado pelas duas coroas, acabaria por pertencer à França, e que o malôgro do acôrdo os fêz cobrir o mar de corsários, que redobravam de temeridade".

O Prior de Crato recebeu conselho de seus áulicos para vir estabelecer-se no Brasil, proclamá-lo Reino, e daqui dirigir sua campanha pelo trono de Portugal, mas, achou D. Antônio que melhor alvitre seria escrever a tôdas as Câmaras e governadores do Brasil, expondo suas pretensões e seus planos e pedindo-lhes seu apoio. E as-

sim fêz. Mas, essas cartas, tendo sido impolìticamente enviadas por navios franceses, que tanto haviam hostilizado os portos e a navegação do Brasil pouco antes, e além disso, chegando ao Brasil depois de ter sido feita a aclamação de Felipe II de Espanha, foram mal recebidas.

No Rio de Janeiro, ao chegarem as naus francesas, houve alarme, por estar o governador Salvador Corrêa de Sá no interior, mas sua mulher, auxiliada por outras mulheres dos habitantes, simulou estar a praça bem guarnecida, e, não só não permitiu o desembarque dos emissários, senão que forçou a saída das naus francesas com sérias ameaças.

Finaram-se, assim, as esperanças de D. Antônio, Prior de Crato, ao trono português, mas não a dos franceses de apossar-se da porção régia que era o Brasil, pois, pouco depois, estavam êles provocando a insurreição dos índios da Paraíba contra Pernambuco, e sorrateiramente instalando-se no Maranhão.

Nem mesmo expulsos do Maranhão, os franceses desistiram de tentar instalar-se em terras do Brasil, pois, em 1633, o cardeal de Richelieu, criou uma companhia de comércio francesa, similar à holandesa, para explorar as terras entre os rios Maroni e Oyapock, companhia que devido à situação européia não foi avante.

Os inglêses, entre êles Edward Fenton, Robert Withrington (êste com carta de corso dada por D. Antônio, Prior de Crato), Thomas Cavendish, James Lancaster e outros, se ferozmente devastavam e saqueiavam as cidades e vilas da costa do Brasil, por vêzes demorando-se nelas semanas e meses fortificados, não tinham a visão política dos franceses e holandeses, que queriam apossar-se de largas regiões do país para nelas se instalarem definitivamente, explorando-as regularmente, como faziam os portuguêses e espanhóis, com lucros largamente compensadores.

Essa atividade dos franceses e holandeses, com êsses desígnios, era, por outro lado, altamente benéfica ao Bra-

sil, por provocar um forte espírito de coesão nos habitantes, por forçar sua capacidade expansionista, e por desenvolver nêles o sentimento de apêgo à terra, germen do sentimento de uma nova pátria, a pátria brasileira.

II — No Brasil, foi com verdadeira indiferença que foi recebida a notícia de ter Portugal caído sob o domínio espanhol. Não houve manifestações de entusiasmo, provas de alegria ou pezar, nem exteriorização de compungimento algum. E isso era plenamente justificado.

A anexação de Portugal e suas colônias à coroa da Espanha, fôra feita nas Côrtes de Thomar, nas seguintes condições:

— Portugal, aclamando Felipe II seu rei, continuaria como estado independente, governando-se por suas próprias leis, publicadas em português, e usando nelas o soberano, simplesmente da fórmula dos reis portuguêses;

— No Reino e nas Colônias, serviriam nos cargos de Estado os filhos dêle e delas, e só portuguêses poderiam ser delegados imediatos do soberano, quando os mesmos não fôssem dados a Príncipes ou Princesas de sangue.

Assim, o Brasil continuava como colônia de Portugal, mantendo-se o monopólio do comércio como anteriormente. Felipe II fingia não ter conquistado Portugal, mas, apenas feito a fuzão dêle com a Espanha por meio de uma união pessoal, o mesmo rei. Nada se alterava. Tudo continuava como dantes. Apenas, em Portugal, o Duque de Alba, seu conquistador pelas armas, era o regente provisório.

Por outro lado, de há muito estavam os habitantes do Brasil, habituados a bastarem-se a si mesmos, nas lutas contra os corsários e flibusteiros, nos combates contra os índios selvagens, nunca vendo atendidos seus angustiosos pedidos de socôrro e auxílio, dirigidos a Portugal. Aprenderam, duramente, a só confiar nos seus próprios esforços e na cooperação dos que aqui viviam em luta perene.

Essa luta tenaz e infinda, já despertara nêles a consciência da terra, um sentimento que pouco a pouco vai nêles se infiltrando e dominando poderosamente.

Aquilo que parecia um mal, terem os colonos e seus dependentes, que efetuar a defesa da terra, sem poderem contar com a voz de comando das autoridades de além-mar, sem terem o pálio de uma grande potência para protegê-los, "fêz com que êles lutassem bravamente, desapercebidos da metrópole européia, e por vêzes, agindo até contra sua vontade".

Tão pouco caso foi dado no Brasil à aclamação de Felipe II, rei de Portugal, que na Bahia, capital da colônia, nem sequer se deram os habitantes ao trabalho de fazerem o juramento de fidelidade de praxe; no Rio de Janeiro, houve relutância e atrazo grande nessa aclamação; em São Paulo, foi peior ainda, pois, nem sequer houve a aclamação de Felipe II. As atas da Câmara de São Paulo, sempre tão minuciosas nas menores coisas, não iam deixar de registrar fato tão importante, se êle ali tivesse sido realizado.

Essa indiferença pela soberania espanhola ou portuguêsa, encerrava em si mesma a franca confissão de que todos no Brasil estavam absorvidos, ensimesmados com a nova pátria, por êles já regada com sangue, já vitalizada com os corpos de muitos de seus filhos e habitantes, que haviam caído combatendo galhardamente em sua defesa, sem socôrro algum da metrópole.

No entanto, assás favoráveis e imprevistas foram as conseqüências do domínio espanhol no Brasil. Desde logo, se o domínio espanhol acarretou ao Brasil os males terríveis dos ataques corsários às suas cidades, vilas e aldeias, tôdas disseminadas ao longo da extensa costa conquistada, trouxe, também, sem dúvida alguma, vantagens imensas, de alto valor, quais sejam:

— Com o domínio espanhol extinguiram-se para os portuguêses e brasileiros tôdas as questões de domínios e fronteiras entre Portugal e Espanha, e entre suas colô-

nias, possibilitando assim, aos brasileiros a conquista de vastos territórios para o interior do continente, apagando decididamente o célebre e incômodo Meridiano de Tordesilhas, em exclusivo benefício do Brasil, mau grado as resistências espanholas;

— Tornou-se o Brasil, com o domínio espanhol, por circunstâncias várias, muito especiais, o reduto onde se acolheu o sentimento português, o que teve como conseqüência formar-se uma intensa corrente imigratória de Portugal e suas ilhas, para o Brasil, calculada em mais de cem mil portuguêses;

— Motivos de outra índole, porém, poderosas igualmente, com o domínio espanhol, provocaram uma corrente imigratória dos espanhóis localizados no Paraguai, para a capitania de São Vicente, que teve assim sua população e riqueza grandemente aumentadas;

— A liberdade de comércio com tôdas as colônias espanholas das Américas, que o domínio espanhol concedia, apresentara vantagens grandes, que os brasileiros souberam bem aproveitar;

— Nessa época em que só o direito do mais forte era respeitado, não era pequena vantagem estar o Brasil sob o domínio de uma potência mundial como era a Espanha de Felipe II, possuidora de tantas terras que o sol nelas jamais se punha, que dispunha das fabulosas riquezas do México e do Perú, e que possuía esquadras e exércitos poderosos.

Não fôra o domínio espanhol no Brasil, cujas vantagens os brasileiros aproveitaram ao máximo, e não lhes teria sido possível "agarrar com suas mãos poderosas a Linha de Tordesilhas — no dizer do Pe. Serafim Leite — e a lançarem tão longe para o oeste, que por escassos doze graus não caía ela em pleno Oceano Pacífico!"

Aspecto do Brasil

O que era o Brasil nesse primeiro quartel do século XVII?

Era, o Brasil, então, senhor de mais de oitocentas léguas de costa, que se estendiam da barra de Paranaguá, ao sul, até ao rio Potengí, ao norte; não há negar, era essa conquista coisa prodigiosa para aquêle tempo e para o punhado de homens que a conseguira.

O século anterior fôra consumido na conquista e povoamento dêsse litoral esplêndido, em lutas incessantes contra o índio, o corsário, o flibusteiro, e até contra expedições adrede preparadas por potências européias, como foi o caso de Coligny, no Rio de Janeiro, mas, sobretudo, foi uma luta tremenda contra uma natureza selvagem, poderosa, fantástica. O esfôrço máximo do conquistador, mais que contra os índios, mais que contra os alienígenas inimigos, foi uma luta de todos os dias, de tôdas as horas, de todos os momentos, contra essa natureza extraordinária, que exigia esforços sobreumanos, másculos, infindáveis, para ser domada.

No Brasil, exigia a terra daquele punhado de conquistadores, uma capacidade de luta que superava em muito a dos próprios Titans. De tal forma intensa e marcante era essa luta ferrenha, que ela veio condicionar lògicamente, no homem do Brasil, uma cultura de nova espécie, estranha aos moldes conhecidos, diferente de tôdas àquelas criadas pelos outros povos das Américas, como tão bem acentuou Buckle.

Nessa luta diuturna contra tantos e tão poderosos inimigos, para não ser esmagado impiedosamente, foi o conquistador obrigado a estreitar os laços de união com seus semelhantes amigos, a aumentar a cooperação com seus parentes, auxiliares, subordinados, escravos e vizinhos, acabando por estabelecer ao longo da costa conquistada, mercê do poderoso auxílio da religião católica e do abanheenga, uma perfeita coesão, sólida, firme, oportuna, cujas raízes estavam na própria terra.

Desde que se iniciaram os ataques dos inimigos da Espanha ao Brasil, esta coesão e esta cooperação assumiram aspectos insuspeitados de uma união duradoura,

definitiva, na assistência mútua, reforçando o sentimento de amor à terra brasileira.

No século XVI, se a missão fôra conquistar paulatinamente, passo a passo, a costa do Brasil, e começar a povoá-la com a imigração e a miscegenação em doses homeopáticas, no século XVII essa missão era muitas vêzes maior e mais difícil, pois, tratava-se de fazer o povoamento em larga escala e, aproveitando a oportunidade do domínio espanhol, facilitar a expansão, conquistar terras e mais terras, fixando os mais amplos limites possíveis ao Brasil. Era missão conseqüente, também, defendê-lo a todo custo, a todo transe, quaisquer que fôssem os sacrifícios, tanto mais que, pelo seu trabalho porfiado nas mais variadas atividades, já ia o Brasil modelando um fácies todo particular na sociedade colonial que criara.

Havia sido com os próprios recursos e trabalho de seus habitantes, que o Brasil erigira fortificações diversas por tôda a costa conquistada, protegendo suas cidades, vilas e aldeias, sua gente, suas culturas e seu comércio; havia sido com uma tenacidade rara e um esfôrço hercúleo, que seus habitantes, ao norte, haviam conseguido estabelecer a monocultura latifundiária, com seus senhores de engenho e suas casas grandes; com energia fora do comum, havia sido criada a indústria da construção naval, enchendo os portos de embarcações várias, entre as quais as "taracenas" sobrepujavam; as muitas tribos de índios incorporadas ao meio produtivo da jovem colônia, fôram êles que os haviam civilizado, como fôram êles que repeliram para os sertões do interior, à fôrça de armas, as tribos mais bravias, mais ferozes, deixando livres e seguras para o trabalho as populações do litoral conquistado.

População

Se bem que no século XVI não fôsse possível obter-se estatísticas certas do povoamento do Brasil, o Barão

do Rio Branco, coligindo dados contidos na "Informação" do Padre Anchieta, nos diz que em 1585 a população total do Brasil era de cêrca de 57 mil almas, sendo 25.000 brancos, 18.500 índios civilizados, 14.000 escravos negros, distribuídos pelos lugares seguintes:

— brancos: 250 em Itamaracá, 8.000 em Pernambuco, 12.000 na Bahia, 750 em Ilhéus, 750 em Pôrto Seguro, 750 no Espírito Santo, 750 no Rio de Janeiro, e 1.500 em S. Vicente;
— índios civilizados: 2.000 em Pernambuco, 8.000 na Bahia, 4.500 no Espírito Santo, 3.000 no Rio de Janeiro, e 1.000 em S. Vicente;
— escravos negros: 10.000 em Pernambuco, 3 a 4.000 na Bahia e 100 no Rio de Janeiro.

E' claro que êstes dados estão muito longe da verdade, com excessos gritantes em certos pontos e ausência de informações em outros. Nêsses dados não figuram p.ex., os numerosíssimos índios escravos de São Paulo, nem os escravos negros de S. Vicente, Ilhéus, etc. E os mamelucos, os mulatos, os cafusos?

Rocha Pombo nos dá, no primeiro quartel do século XVII, uma aproximação maior da verdade, ao afirmar que a população do Brasil orçava por 100 mil almas, incluindo no total, brancos, índios civilizados, mamelucos, negros escravos, mulatos e cafusos.

Parece-nos, mesmo, essa avaliação assás mesquinha, tanto mais que, à falta de dados estatísticos exatos, é preciso levar em conta três fatos que intervieram fortemente na questão do povoamento: a grande imigração portuguêsa para o Brasil, a partir de 1580, só ela avaliada em cem mil almas; a imigração espanhola para a capitania de S. Vicente, de origem paraguaia, bastante elevada; e a intensa miscegenação em tôda a região conquistada, do branco com as mulheres de côr.

De fato, desde a primeira hora, transformou-se o Brasil no mais impressionante "melting pot" das raças várias que aqui se encontraram. Brancos dos mais variados tipos, índios de raças diversas, negros de tôdas as formas e matizes, fundiram-se em novos tipos, mais aptos à luta, mais ambientados à natureza da terra feraz e pródiga.

São largamente conhecidos os conscenciosos trabalhos de sociologia já realizados no Brasil, entre os quais avultam os de Gilberto Freyre, desde há poucos anos, destacando todos o papel preponderante do português no povoamento da colônia, pela miscegenação intensa com índias, negras e mulatas, relações essas que foram condicionadas, de um lado, pela monocultura latifundiária da cana de açúcar, a melhor forma de provocar a riqueza local e a fixação ao solo do conquistador, e de outro lado, pela enorme escassez de mulheres brancas à disposição dos conquistadores brancos.

Dessa fantástica fusão de raças, geral, em grande escala, na qual o conquistador branco português, transformara-se em potente e quase exclusivo reprodutor humano, em garanhão insaciável, mau grado as perdas sem conta dos novos rebentos, proveio um aumento sensível na população, sendo de notar com particularidade o fato dessa miscegenação ter produzido elementos de alta eugenía e singular adaptabilidade ao meio ambiente, elementos êsses que se tornaram, porisso, de preferência, os devassadores dos sertões e das imensidades que hoje constituem a quase totalidade da área territorial do Brasil.

Não fôra essa vocação especial do português, transplantado para um novo meio cheio de incitamentos, escasso de mulheres brancas, mas, farto, opulento mesmo, de mulheres de côr, nùas ou quase nuas, a excitá-lo contìnuamente; não fôra a ausência de qualquer entrave às atividades genésicas do senhor branco, não teria sido possível povoar-se suficientemente o Brasil, tão ràpidamente como foi, incrementando assim a criação de grandes riquezas de tôda classe e o nascimento de uma cul-

tura "sui generis". Não andaríamos longe da verdade, se atribuíssemos ao Brasil, no primeiro quartel do século XVII, uma população de 250 mil almas.

Uma particularidade, porém, é preciso apontar. Diferençava-se quase ao extremo, mercê das imposições geográficas, o temperamento do homem do norte, daquele do sul do Brasil. No norte, predominava um sentimento conservador por excelência, estático, aferrado à terra, que os levava naturalmente para a monocultura agrícola e os fazia construir as "casas grandes"; no sul, ao invés, imperava um instinto aventureiro, dinâmico, particularmente variável, apto sobretudo ao desbravamento dos sertões, e que os fêz criar o bandeirismo.

Enquanto no norte se criava o ciclo do açúcar, amontoando-se riquezas, levando a alto grau o comércio e o luxo, no sul criava-se o ciclo do bandeirismo, da conquista dos sertões longínquos, para delimitar o Brasil em tôda a sua grandeza.

No sul, particularmente em São Paulo, surgira uma geração miscegenada de branco e índia, que arremeteu à prea do índio bravo ou aldeado nas reduções jesuíticas, para fazê-lo escravo, lançou-se à cata do ouro e dos diamantes, rumando para todos os quadrantes. "Eram homens feitos à imagem da terra, com suas rudezas e energias revoltas, para domá-la; eram os bárbaros feitos para estradar o deserto e abrir as trilhas do progresso; era o tipo mestiço e inteiramente novo do bandeirante, que começava sua faina heróica de descobrir minas de ouro" e catas de diamantes, com que o Brasil ia encher nababescamente as arcas perdulárias de Portugal. Eram homens, cujo pendor íntimo os arrastava a uma vida nômade, e, os fazia êmulos de Ponce de Leon, que, quando ao saltar na Flórida, eufórico, gritava: "Gracias te sean dadas, Señor, que me permites contemplar algo nuevo!" Quantas vêzes êsses bandeirantes, ante a majestade e a beleza dos sertões, não proferiram essa frase em outras palavras,!

No norte, agindo de modo diametralmente opôsto, aferrando-se à terra, amontoava o homem do Brasil riquezas asiáticas, que breve seriam proveito de mãos alheias. Mas, tanto os do norte como os do sul, na sua faina incansável, trabalhavam pelo Brasil, esculpindo na sociedade em formação o fácies particular que a caracterizava.

Pernambuco

Possibilitada pela larga importação de escravos negros, grande foi o desenvolvimento da agricultura e do comércio nas capitanias do nordeste do Brasil. De tôdas, a mais próspera e rica era a capitania de Pernambuco. Havendo no Brasil (Códice Castel Melhor de 1628) trezentos e sessenta e três engenhos de açúcar, em 1625, a grande maioria dêles estava em Pernambuco, que exportava anualmente 120 toneladas de açúcar, coisa extraordinária para a época.

Essa grande riqueza de Pernambuco, decorrente de sua produção de açúcar, fêz com que essa capitania logo assumisse a preponderância na ostentação do luxo e do trato refinado das côrtes, antes que em qualquer capitania, e sem perigo de competição, dadas as condições muito particulares de sua obtenção. Na vila de Olinda, onde moravam os senhores de engenho e os grandes da terra, a maioria dêles "homens grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu, com cavalos de alto preço, trajes fidalgos e muito orgulho de sua condição senhorial", pompeava um luxo asiático, que extasiava e provocava invejosos e ferinos comentários nas côrtes de Portugal e Espanha.

Testemunha ocular da vida nessa capitania, nesse período, foi o Padre Mestre Frei Manuel Callado do Salvador (*), o autor apreciado d'"O Valeroso Lucideno e o

---

(*) Frei Manuel Callado do Salvador, era Pregador da Ordem de S. Paulo da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa,

triunfo da liberdade" (*), livro no qual êle fixou com fidelidade os usos e costumes de Pernambuco nesse comêço do século XVII, e que é, sem dúvida, o mais importante documento, o mais seguro testemunho sôbre Pernambuco durante grande parte do domínio holandês.

Achava êle, e com razão, que Pernambuco era então, "a mais deliciosa, próspera, abundante, e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinhas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa e cetro". O ouro e a prata eram ali tão abundantes, que estavam desvalorizados; a enorme produção de açúcar não encontrava a quantidade de embarcações necessárias ao seu transporte para a Europa, mau grado a contínua entrada e saída das frotas mercantes, o que punha os capitães dos navios em séria competição para lotar seus navios, e os obrigava a ofertarem régios presentes aos senhores de engenho. Haver menos embarcações que mercadoria a transportar e os capitães de navios terem que presentear os senhores de engenho para terem preferência na carga, parece um paradoxo, mas, provàvelmente, isto sucedia, por causa da vantagem dos navios virem de Portugal carregados, o que era facilitado pelas encomendas dos senhores de engenho.

Em Olinda, não faltavam as melhores iguarias, de Portugal, das ilhas e da terra, nem os mais finos vinhos; a ostentação nas residências era extrema, quer nas vitualhas fartas e variadas apresentadas às mesas de inúmeros comensais diários, quer nas baixelas de prata lavrada, nas porcelanas da China, nas toalhas de damasco, nas colchas da Índia, nos finos linhos bordados, e, principalmente, na criadagem ricamente fardada.

Por paupérrimo era tido, quem não possuía seu ser-

(*) Seu livro sofreu censura eclesiástica por 20 anos, incluído que foi no "Index Librorum Prohibitorum, Sanctissimi Domini nostri Gregori XVI", pelo Decreto de 24 de novembro de 1655. No Index de 1888 ainda constava êsse livro.

viço de prata, porque, navios arribados ou que haviam sonegado direitos nos portos do Perú, e principalmente os chamados "peruleiros" (negociantes de prata importada do Perú) traziam a melhor prataria para ali vender. Os garfos eram ali usuais, quando em muitas côrtes européias eram desconhecidos.

Os mais de dois mil colonos, dispondo de mais de quatro mil escravos negros, davam freqüentes festas e jantares opíparos; as chamadas escaramuças, as encamizadas e jogos de canas, eram oportunidades para exibição dos mais finos cavalos de raça, arreiados ricamente, por cavaleiros que faziam gala de seus dotes, de suas ricas vestimentas, e de suas espadas e adagas de fina têmpera, de punhos cravejados de pedras preciosas. Havia até, dizem os cronistas, casas com fechaduras de ouro. Era a opulência ostentando-se.

Iludia-se, porém, quem visse êsse preciosismo e julgasse fracos e amolentados êsses homens; eram êles que nos momentos de perigo transformavam-se em heróis e desbravadores, e a prova é a conquista da região norte, da Paraíba ao "rio mar".

As mulheres, andavam cobertas das mais preciosas télas, sêdas, veludos, chamalotes, brocados, setins, rendas finas, e exibiam muitas e belas pedras preciosas em jóias, a ponto de Frei Callado dizer que "eram tantas as jóias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas e diamantes".

Grandes gastadores eram êsses moradores de Olinda, que, com a mesma facilidade como ganhavam, gastavam; mas, não raro, ficavam endívidados, por causa de prejuízos provocados pela mortandade de escravos negros.

O padre visitador Cristóvão de Gouveia, ao visitar Pernambuco, espantava-se do luxo, normal ali, vendo os leitos cobertos com ricas colchas de damasco carmezin franjadas de ouro, e linhos finos, e ficava pasmo com os contínuos convites que recebia para festas e jantares es-

plêndidos. No seu êxtase por tudo isso, Frei Callado escreve embevecido que, "ali tudo eram delícias, não parecendo aquela terra senão um retrato do terreal paraíso".

A par dessa vida deleitosa e fidalga, havia o contraste duro das conseqüências provocadas pela riqueza fácil. Os ganhos ilícitos, a usura excessiva, as expoliações, os roubos, os desfalques, eram ali contínuos e a ninguém espantava; a justiça deixara-se contaminar por essa ânsia de riquezas, e só quem dispuzesse de caixas de açúcar para presentear aos juízes, conseguia julgamento favorável nas causas. Os adultérios, as lascívias, os amancebamentos, os incestos, os estupros, os crimes sexuais, eram coisa sem maior importância.

"Não havia para cada qual mais leis que seu próprio gôsto".

Não só os pobres e pequenos sofriam injustiça, senão que, até senhores de engenho que não queriam dobrar-se à venalidade da justiça, por ela eram atingidos, com foi o caso de "Gaspar de Mendonça, senhor do engenho e da povoação de Apupucos", que ante uma injustiça clamorosa, acabou gritando a plenos pulmões na Rua Nova, de Olinda, chamando os irmãos da Misericórdia para irem enterrar a justiça, que havia morrido naquela terra.

Muitos eram os judeus e cristãos novos que viviam nessa capitania; uns, temerosos da próxima instalação da inquisição no Brasil, escreviam para a Holanda, dando conta de tudo o que ali se passava, e insistindo fortemente para que os holandeses viessem conquistar essa rica capitania; da Europa, recebiam êles e outros, notícias, pondo-os a par de tôdas e quaisquer medidas, políticas e militares, tomadas pelos países inimigos da Espanha. Para os católicos, a atitude dos judeus e cristãos era coisa execrável, mas, nem porisso procediam de modo a dar o exemplo.

A tal ponto iam os desmandos em Pernambuco, que o Padre Mestre Frei Antônio Rosado, visitador do Santo Ofício, pregando em ocasião solene em Olinda, apostrofou

aquêle povo pecador dizendo que, "de Olinda a Olanda não vai diferença senão de i para o a, e antes de muitos dias Olinda se mudaria em Olanda, e seria abrasada pelos olandeses, porque faltando a justiça da terra, ter-se-ia que acudir à justiça do céu". O povo enfurecido interrompeu-lhe o sermão e o expulsou da igreja.

Bahia

A Bahia, se bem não estivesse em pé de igualdade com Pernambuco, não se distanciava muito; se não possuia uma indústria açucareira tão desenvolvida, pois, só exportava 80 toneladas de açúcar anualmente, tinha, por outro lado, vários outros elementos econômicos de valor, na criação do gado, na pesca de baleias, nas culturas de algodão, anil e fumo, corte de pau brasil, peles, etc.

Navios vindos do Pôrto, de Viana, de Lisboa, da Espanha, e os navios "negreiros" de Angola e Guiné, testemunhavam a grandeza de suas transações comerciais, pouco inferior às de Pernambuco.

O número de colonos e escravos, da Bahia, era igual ao de Pernambuco, mas, na Bahia, o número de índios que auxiliavam os trabalhos, atingia a mais de seis mil, utilizados êstes, de preferência, na caça, na pesca, no cuidado do gado, e como tropa de combate.

A área de produção da Bahia era muito maior que a da capitania irmã, mas, sua terra não era o massapê pernambucano; no entanto, o que nas outras capitanias era um sério entrave, a falta de estradas e caminhos seguros, no Recôncavo, a facilidade do transporte marítimo para todos os lados, muito baratos e abundantes, era, sem dúvida, uma enorme vantagem.

Gracas ao inteligente estímulo do govêrno geral, com sede em Salvador, desenvolvera-se na Bahia grandemente, não só a cabotagem, pois, já havia ali mais de mil e quinhentas embarcacões, pequenas é verdade, mas, utilíssimas, como também, não se cansava o govêrno geral de

incentivar a construção naval com prêmios e favores consideráveis. A navegação costeira, fora do Recôncavo, era de pequeno vulto, pelo perigo de ataques dos navios corsários a embarcações mercantes, mas, a pesca da baleia era uma atividade rendosa e crescente, pouco visada pelos corsários. A navegação para as capitanias próximas era precária, mas, por terra, aproveitando os caminhos dos índios, tomadas as precauções necessárias contra emboscadas de índios bravios, descidos do sertão em eventuais incursões predatórias, havia um intenso movimento entre a Bahia e Pernambuco, Pernambuco e Paraíba, e Bahia e Ilhéus até Pôrto Seguro, que crescia e se avolumava cada vez mais.

Uma prova da riqueza da Bahia e do trato fidalgo que aí já se usava, por influência de Pernambuco, está na hospedagem dada pelo senhor de engenho Sebastião de Faria, que durante oito meses, em 1584, banqueteou diàriamente, com opulência, o almirante Diego Flôres Valdez e seu estado maior, sem despesa alguma para o erário público.

Em geral, os homens de condição seguiam a moda espanhola de andar vestidos de prêto, espada à cinta, à esquerda e punhal à direita, armas de fino aço incrustradas de pedras preciosas; como em Olinda, as mulheres raramente apareciam, a não ser nas festas religiosas, também cobertas de jóias e sedas.

Contraste chocante com as sotainas negras dos jesuítas e as vestes de seda preta dos senhores, era a mais absoluta falta de vestes nos índios mansos e negros escravos, conta-nos cronista contemporâneo.

S. Paulo

Era muito dispar o desenvolvimento das capitanias de Pernambuco e Bahia, comparado com o das demais capitanias, principalmente com as de S. Vicente e S. Paulo. Em S. Vicente, devido à luta entre os donatários, houve

um êxodo da população para S. Paulo e outras capitanias, que pouco faltou para que fôsse completamente abandonada. Em S. Paulo, ao findar o século XVI, Frei Vicente do Salvador nos conta, era extrema a escassez de meios que ali havia, a ponto dos homens e mulheres vestirem-se apenas com panos de algodão grosseiramente tinto, e que os raros possuidores de uma capa de sarge ou de baêta, sempre emprestavam aos que iam casar-se, para irem à igreja com aparência mais apresentável.

S. Paulo, realmente, carecia enormemente de tecidos e calçados, e prova é, vermos nesse primeiro quartel do século XVII Afonso Sardinha, então o homem mais rico de S. Paulo, excusar-se de comparecer à sessão da Câmara, por não ter botas para calçar. Fôra êle quem, em 1591 construira dois fornos catalães em Ipanema, junto a um dos quais o Governador Geral Francisco de Souza, em visita de inspeção, fundou a povoação de S. Felipe, e era proprietário de minas de ouro.

Era, então, S. Paulo, um aglomerado de casas de taipa, cobertas de sapê, arrimadas nas cercanias do Colégio da Companhia de Jesus, que contava, apenas, com uns mil e quinhentos habitantes, adaptados plenamente à vida indígena, só dormindo "em rêdes de carijó". Em 1620, indo o Ouvidor Geral, Amâncio Rebelo Coelho a S. Paulo em visita de correição, só havia ali uma cama, a de Gonçalo Pires, que foi requisitada para ser posta à disposição do Ouvidor, provocando êsse ato uma tenaz questão judiciária que durou longos anos.

Dois fatôres levavam os paulistas a não morarem na cidade: primeiro, a grande maioria, senão a totalidade dos moradores, possuía sítios e fazendas nas proximidades, e como vivessem dessas propriedades, ali passavam a maior parte do tempo cuidando delas. O domínio rural seiscentista, como mostrou Alcântara Machado, "constituia um mundo em miniatura". Autàrquicamente, o senhor rural do planalto basta-se a si próprio. O núcleo urbano é, apenas, o lugar de recreio, aonde o paulista vai para dis-

trair-se em dias de procissão, que são muitos, ou de festas familiares, para visitar os parentes.

Em segundo lugar, desde fins do século XVI, já andavam os paulistas desbravando o sertão na prea de índios e na busca de ouro.

Desde 1553 iam os paulistas ao Paraguai comprar índios escravos, como se pode ver na carta de João Salazar, de 30 de junho dêsse ano, acusando o capitão Domingos de Irala por havê-los vendido; êsse caso não é esporádico, pois, em 1556, é Antônio de la Trindad quem acusa Diogo Dias, de S. Vicente, de trazer do Paraguai escravos índios ali comprados. Pouco depois, porém, os paulistas passam a preferir não mais comprar índios escravos tão longe, e preá-los êles mesmos, mais certo, nos sertões de S. Paulo, Goiás, e Minas Gerais, "índios para seu remédio", apesar das insistentes ordens que vinham da côrte, desde que Portugal ficara sob o domínio espanhol, de não permitir que os paulistas penetrassem no sertão.

Quanto à busca do ouro, o primeiro a descobrí-lo foi Braz Cubas, em 1561, em Apiaí; entre 1570 e 1584, veios de boa pinta são explorados em Iguape. Em 1590, Afonso Sardinha e seu filho, mameluco do mesmo nome, ajudados por Clemente Álvares, mineiravam nos sertões de Jaguamimbaba, Jaraguá, Ivuturuna (Parnaíba) e Biraçoiaba (Sorocaba).

Que a quantidade de ouro extraída era grande, não há dúvida, porque em 1601 saía a proibição real de circular ouro em pó em S. Paulo; e que essa extração aumentou ainda mais, é prova a instituição em S. Paulo de uma Casa do Cunho do Ouro, em 1633, como à luz de documentos irrefutáveis o comprovou mestre Afonso de Taunay.

Isso aumentava sobremaneira o vasio de homens válidos; na cidade comumente não havia sessões na Câmara "por estarem os homens no sertão".

Já tivemos a oportunidade de escrever (*):

(*) "O Rio dos Tocantins" — Ed. C. N. Geogr. — 1945.

Se o corso marítimo e a lenda do Eldorado, obrigaram os brasileiros e portuguêses a conquistar, povoar e defender grande parte do território nacional, instilando no coração dos brasileiros o sentimento do amor à terra em que nasceram e a necessidade de defendê-la "unguibus et rostro", o bandeirismo despertou o sentimento do próprio valor, conquistou riquezas, mudou o Meridiano de Tordesilhas para as lindes atuais, abriu caminhos, plantou cidades e fêz uma raça de gigantes".

Contemplando à obra do bandeirismo, foi que Saint Hilaire, pasmo, escreveu: "On est saisi d'une sorte de stupefaction; on sérait tenté de croire que ces hommes appartenaient a une race de géants!"

E' que, dos gigantescos movimentos espirituais gerados por aquêles fatôres, por nós já apontados, sem dúvida, o maior, o mais belo, o único essencialmente brasileiro, foi o bandeirismo. Desde a primeira bandeira de Sebastião Marinho, em 1592, às nascentes do Tocantins, onde descobriu ouro, até Antônio Castanho da Silva, que antes de Raposo Tavares galga a Cordilheira dos Andes, indo morrer no Perú, nas minas de prata de Tataci, há um sem fim de desbravadores, que souberam deixar seus nomes gravados nas páginas de nossa História.

Com êsses índios preados, com êsse ouro arrancado ao solo no Brasil, com a prata do Perú, e com a grande produção de trigo, S. Paulo já começava a enriquecer, e esperava, apenas, um estímulo para cuidar de sua indumentária. Êsse estímulo veio, com a presença em São Paulo do Governador Geral Francisco de Souza, em abril de 1599.

Diz o cronista curioso: "Depois que chegou D. Francisco de Souza e viram suas galas, e de seus criados e criadas, houve logo tantas librés, tantos periquitos e mantos de soprilho que já parecia outra coisa".

A vida em pleno planalto, com tão grandes dificuldades de transporte, por certo havia de apresentar na indumentária dos paulistas um reflexo importante, mas, se

os homens andavam ocupados pelo sertão, e as mulheres, nos seus muitos afazeres domésticos, havia uma abundância de dias festivos, onde os paulistas exibiam suas vestes escolhidas no acompanhamento das procissões.

Evidentemente, a moda em S. Paulo, não seria como em Olinda, Lisboa ou Madrid, mas, nesse primeiro quartel do século XVII, já havia apuro no vestir em S. Paulo, e a prova é constarem nos testamentos, volta e meia, "gibões de tafetá" espreguilhados de prata, roupetas de catalufa (tecido de prata), e anáguas de pano de prata, ou ainda, calções de damasco negro com gibão de veludo negro.

Se olharmos o enxoval de Maria Rodrigues Velho, bem semelhante ao de tôdas as jovens paulistanas, vamos encontrar vestidos de seda, de veludo, de chamalote, manto de seda, etc.

E que as paulistanas luzem galas especiais de sua invenção, nas festas, diz-nos a "deslumbrante mantilha de penas de côres com seu topete de penas, da espôsa de João Tenório", que causou invejas e sensação em Piratininga, ao mesmo tempo que nos mostra, também, a profunda influência indígena em tôdas as coisas paulistas.

Se em Portugal há lutas pertinazes para "reformação dos costumes", em S. Paulo, ao invés, às autoridades perseguem as paulistanas, para que elas abandonem o encapuzamento em baêta.

As cidades do Brasil, nesse período, em regra geral, primavam pela falta de higiene, pela absoluta falta de cuidado das autoridades portuguêsas. Belmonte, porém, frisa a exceção que S. Paulo é, no conjunto, "onde há permanente e implacável a preocupação do asseio".

"Enquanto no Rio de Janeiro os poderes públicos cruzam os braços, em desalento infinito, ante o repelente espetáculo da cidade, que na opinião de Luccok constitui "a mais imunda associação humana vivendo sob a curva dos céus", a vila de S. Paulo não demonstra sujeira, nem ausência de higiene. Os senhores vereadores, sempre aten-

tos "ao bem comum", não permitem que as ruas se ericem de cardos, os terrenos se povoem de matos, os quintais se façam florestas. Os moradores da vila são obrigados, com desesperante insistência, a trazer as suas "testadas" sempre limpas, seus quintais sem focos de miasmas, às ruas sem águas empoçadas. Não há como fugir aos homens do Conselho que ali estão, vigilantes e exigentes, advertindo, intimando, multando os recalcitrantes. Quando êstes, porventura, vão adiando a limpeza para depois, fazendo-se esquecidos, chega um dia em que não há mais escapatória possível: na véspera da procissão"!

E não era só da higiene material e moral da vila de S. Paulo, que êsses vereadores seiscentistas cuidavam com empenho, senão que, documentos há, provando seu interêsse pelo urbanismo "para assim ficar a vila mais enobrecida e a praça dela". Para que as enxurradas das chuvas não esburaquem as valetas, exigem os vereadores que as sargetas sejam tôdas ladrilhadas (com tijolos).

"Providências de tal ordem — diz Belmonte — em pleno século XVII, nas terras semibárbaras da América e num vilarejo distante do litoral, perdido no planalto à bôca do sertão áspero e bruto, revela um inesperado anceio de progresso no espírito dêsses homens rudes que escreveram, ao vivo, a história épica do bandeirismo.

A vida áspera dos sertões não embrutece o bandeirante que, sofrendo horrores nas selvas, exige dentro da vila, o máximo que pode se exigir de asseio e salubridade".

O Rio de Janeiro, encarapitado em cima do morro do Castelo, em ânsias por espalhar-se pela baixada, em 1609 rendia os magros dízimos de 3 mil cruzados, apenas. A capitania da Paraíba, em 1628 — segundo Fr. Luiz de Souza — tinha "muytos engenhos, páo brasil, tintas, tabaco, algodão, muyto linho e anil". Seu comércio anual era de 600 mil escudos, isto é, um quarto do da Bahia.

Os poucos engenhos de açúcar fora de Pernambuco e Bahia, não produziam o suficiente para criar riquezas lo-

cais, como acontecia no norte, mal bastando a produção para as necessidades ou para uma limitadíssima exportação eventual.

Em conjunto, era sem dúvida o Brasil uma rica colônia, próspera, crescente em progresso e desenvolvimento; apresentava um alto índice de vitalidade e uma capacidade de expansão acentuada, que já começava a ser aproveitada devidamente.

Fôrça expansiva

No rumo norte, a expansão buscava preferencialmente a linha da costa, a partir da Paraíba, forçando a expulsão dos franceses do Maranhão e indo parar por um momento na foz do rio Amazonas, enquanto se fundava Santa Maria de Belém. Era uma arrancada aureolada por uma vitória: Guaxinduba! Comêço do devassamento e posse da imensidade da bacia amazônica.

Graças a Álvaro Rodrigues, da Cachoeira, tendo sido assinada a paz com os aimorés, os espaços despovoados entre Pôrto Seguro e Espírito Santo concluiram a efetivação da completa ocupação da costa, do rio Amazonas a Paranaguá. Desde então, de Pôrto Seguro, do Espírito Santo e de Ilhéus, expedições descobridoras afundam pelo sertão, rumando para o S. Francisco, enquanto que de S. Vicente baixava a penetração para Santa Catarina, estendendo-se até Patos, e de Paranaguá alteava serra cima, em busca dos pinheirais de Curitiba. Toma características particulares com a bandeira de Nicoláo Barreto, em 1602. Iniciavam os bandeirantes paulistas a extraordinária epopéia de devassar o âmago do Brasil, varando o sertão dos Bilreiros em busca das bacias do Tocantins e do Araguáia; batendo os campos de Curitiba na prea dos carijós; rebuscando as montanhas que margeiam ao norte o rio Paraíba, com o objetivo de atingir o S. Francisco; enfrentando as matas virgens do rio Paraná para capturar as "reduções" jesuíticas de Guaíra; per-

vagando os campos e pantanais matogrossenses, alongando as caminhadas pelos desvãos alagados do Guaporé e e do Madeira, num afã doido de prear índios, catar ouro e diamantes, conquistar terras, afundando sempre e cada vez mais pelo sertão desconhecido, não se contentando em demarcar novas lindes para êsse continente que deram ao Brasil, mas, ousadamente ultrapassando os Andes, chegando mesmo às praias ocidentais da América do Sul, para banharem nas águas do oceano Pacífico "suas reluzentes durindanas de mil entreveros".

O bandeirismo, essa ânsia insofrida de desbravar sertões, de pervagar terras desconhecidas, tinha por causa particularidades geográficas do planalto, expressas em geratrizes expansionistas de uma fôrça imensa; premidas pela resistência espanhola ao recuo do Meridiano de Tordesilhas, essas geratrizes dão ao movimento expansionista, em S. Paulo, proporções extraordinárias.

Sabedor o Govêrno espanhol da penetração paulista pelas terras além do Meridiano de Tordesilhas, apressou-se em enviar seguidas ordens, categóricas, proibindo aos paulistas a penetração dos sertões; ao mesmo tempo, como nos informa Lozano, fazia a côrte espanhola, sentir ao govêrno de Asunción do Paraguay, que devia "embarazar que los portugueses no se introdujeren en los limites de la demarcación de Castilla, a que siempre, desde aquelos principios, se les conoció propención", e frisar ao govêrno de Buenos Aires, que "la ocupación de la costa del Brasil dentro de los derechos españoles era uma preocupación persistente de las autoridades".

Em conseqüência, Vila Rica, que havia sido fundada nos campos de Guaraciberá, em 1570, em pleno coração da província de Guairá, é lançada para leste mais 20 léguas, pelo capitão Ruy Dias Melgarejo, que a localizou na desembocadura do rio Corumbataí no rio Ivaí; o alongamento das comunicações acarretou logo uma extrema dificuldade do comércio, mas, contando elevado número de índios escravos, procuraram os espanhóis, então, buscar

a aproximação de S. Paulo, aproveitando o caminho dos Tupiniquins, e rumando para sudeste, onde vão fundar a povoação de S. Francisco, nas costas de Santa Catarina, "escala muy conveniente para la conquista de aquela tierra, para la comunicación com el Paraguay y reino del Perú".

Os atritos entre paulistas e espanhóis, crescem com a aproximação dêstes da região de S. Paulo; as reclamações dos paulistas à Câmara de S. Paulo não têem solução, porque esta vivia premida por cartas régias e alvarás, correições seguidas, impedindo a reação paulista. A ata da Câmara de S. Paulo, de 2 de outubro de 1627, registra que "os ispanois de Villa Rica e mais povoasois vinhão dentro das terras da coroa das terras de Portugal e cada vez se vinhão aposando mais dellas desendo todo o gentio que está nesta corôa para seus repartimentos e servisos..."

Expressão sincera, do inconformismo dos moradores do Brasil com o meridiano papal e espanhol, que imaginàriamente punha entraves à marcha expansiva para o norte, sul e oeste, através do que Gabriel Soares chamava "a largura do sertão", é a frase daquele ousado bandeirante, que a castelhanos que encontrou no Paraguai, gritou-lhes com energia e firmeza: "Ide-vos daqui que tôda esta terra é de meu Rei"!

Paulo do Amaral e Antônio Raposo Tavares, às ocultas, procuram formar poderosa bandeira para fazer recuar "a infiltração espanhola, de sul para o norte, e de oeste para leste, com o claro, evidente, indissimulável intúito de impedir a expansão geográfica do Brasil, teòricamente contida pela linha tordesilhana".

A 25 de setembro de 1627 são os dois prêsos, para impedí-los de partir para o sertão. O povo furioso, fremindo de cólera ante os "encomenderos" que chegam quase às portas da vila de S. Paulo, preando índios, aproveita as eleições e substitui tôda a Câmara por gente de confiança. E quando a 27 de julho de 1628, o Ouvidor Geral Luiz Nogueira de Brito, que já se atritara com os

vereadores por exigir-lhes a presença nas sessões, chega à casa do Conselho para abrir a sessão, encontra a sala e a Câmara vazias.

Que sucedera? Antônio Tavares Raposo, com Manoel Prêto, 900 paulistas e dois mil índios, organizara a grande bandeira, que dias antes rumara para o Guaíra, levando consigo todos os vereadores da Câmara, os juízes, os procuradores, os almotacéis, e até, o porteiro da Câmara!

Era o furacão paulista que caía, enfim, sôbre a província de Guaíra, demonstrando o gigantesco poder da fôrça expansiva do Brasil, capaz de anular, de destruir tôdas as pretensões espanholas baseadas no Meridiano de Tordesilhas.

Na trágica e épica história do desbravamento da terra, há um impulso prodigioso da nacionalidade nascente, alargando e fixando o solo sagrado de uma nova Pátria!

Por isso, incontível e deveras poderosa essa fôrça expansiva das diversas capitanias do Brasil no primeiro quartel do século XVII.

Não podia ser mais majestoso, mais fascinante, o panorama do Brasil dessa época, em cujo palco atuavam fôrcas tão potentes, modeladoras da nova pátria em formação.

II

PRENUNCIOS DA INVASÃO HOLANDESA

Ataques corsários ao Brasil — A Companhia das Índias Orientais — A Companhia das Índias Ocidentais — Os peruleiros — Início da organização defensiva.

Depois que conquistaram sua pátria ao mar e passaram a viver no mar e do mar, os holandeses tornaram-se corsários temíveis, depois de terem sido navegadores mercantes ousados.

Conhecendo a fundo o perigo que o corso apresentava, tão logo foram êles senhores do comércio do norte da Europa, garantindo-se contra suas surprêsas, fizeram navegar seus navios mercantes em frotas, perfeitamente protegidas com os meios de guerra disponíveis, sendo nisso os primeiros.

Em princípio do século XVII, haviam os holandeses organizado seu Estado político como uma verdadeira associação de piratas, lançando-se então, com ganância e fúria desmedidas sôbre as colônias por outros povos conquistadas nos sete mares do planeta. Mas, muito antes de 1580, incitados pelos lucros magnificos do comércio de especiarias, mercadores holandeses ousados, lançavam-se

escoteiros oceano em fora, naveteando intemeratos da Europa para a América, África, Ásia e Oceania.

Urcas flamengas buscavam, então, o Brasil, em comércio lícito ou não, daqui levando açúcar, pau brasil, algodão, fumo, peles e especiarias, inúmeras delas fretadas em portos portuguêses (Lisboa, Pôrto, etc.), por negociantes portuguêses, que de Portugal enviavam comestíveis, vinhos, azeites, tecidos vários, principalmente sedas, calçados e imagens de santos diversos, com lucros incitadores. Êste comércio das urcas flamengas para o Brasil prosseguiu, mesmo depois da Espanha haver colocado Portugal e suas colônias sob seu domínio, quase sempre afrontando as enormes naus espanholas de defesa da navegação, que normalmente agiam de forma assás drástica (*).

Os corsários de tôdas as nacionalidades, que infestavam o Atlântico, atrás das cobiçadas prêsas que eram os galeões de prata e as caravelas de açúcar e pau brasil, tendo tornado extremamente difícil o comércio e sem segurança a vida dos habitantes do Brasil, forçaram mais uma vez o pedido de socorros. Gabriel Soares, que foi quem o dirigiu, apelava por prontas providências, considerando intolerável a situação dos moradores do Brasil.

Êstes, mal divisavam ao longe velas de uma embarcação, tão escarmentados estavam, que ficavam aterrorizados, entrouxando ràpidamente seus melhores haveres, prontos para fugir para o mato, com pavor dos corsários, que viviam assaltando as cidades, vilas e povoações da costa, praticando barbaridades inomináveis.

Achava o autor do apêlo, que isto era uma afronta ao rei, "que devia mandar acudir com muita brevidade, pois há perigo na tardança, o que não convém". Mostrava êle o perigo de estrangeiros apossarem-se da terra, porque

---

(*) Em 1595, o pirata inglês James Lancaster aprisionava em Recife três urcas holandesas; Gabriel Soares de Souza veio para o Brasil em uma urca flamenga.

muito havia de custar expulsá-los depois dela, "pelo grande aparêlho que têm para nela se fortificarem, com o que se inquietará tôda a Espanha, e custará a vida de muitos capitães e soldados, e muitos milhões de ouro em armadas, e no aparêlho delas, ao que agora se pode atalhar acudindo-lhe com prestesa devida".

Sábias e previdentes eram as palavras de Gabriel Soares, mas, não foram ouvidas, nem levadas em conta, como sempre.

Muitos foram os pedidos de socôrro, angustiosos, mandados pelo Brasil a Portugal e Espanha, sem nunca vê-los atendidos; êsse pedido de Gabriel Soares, depois de longos e exaustivos pareceres nas Côrtes de Portugal e Espanha, teve uma inesperada solução: criou-se um "novo impôsto adicional de 3% sôbre os direitos de entrada e saída dos gêneros alimentícios das colônias, para custeio de uma esquadra efetiva de doze naus, que servisse para comboiar e proteger os navios de comércio, que do Brasil viessem".

Está visto que êste novo impôsto, chamado "de consulado", foi sempre arrecadado com extremo rigor, daí por diante, sem prazo algum, e a projetada esquadra de proteção à navegação mercante do Brasil, essa, nunca apareceu! Assim, resultavam, em geral, os pedidos de socôrro, os apêlos a Portugal por proteção contra os corsários.

Os moradores do Brasil, convenceram-se por fim, que de Portugal e Espanha nada deviam esperar, a não ser impostos escorchantes e dirigentes quase sempre pouco recomendáveis. Criou-se entre êles a impressão, que da Europa só vinham males e descaso, o que os levava a voltar-se para a terra dadivosa e boa.

E' bem verdade que não se pode increpar tôda a culpa dessa falta de providências a Portugal, porque, sujeito como estava ao domínio espanhol, fôsse o regente o Duque de Alba, fôsse a regência que o substituiu, nenhuma providência podia tomar sem consultar o ministro do rei da Espanha; ora, o ministro de Felipe II, seu "factotum", sua alma danada, era o Conde-Duque de Olivares, que

como bom espanhol, só tinha interêsse em ver o eterno rival, Portugal, enfraquecido e desmoralizado cada vez mais. Daí a ausência de providências.

Outra forma desmoralizante de agir, empregada então, era receberem as autoridades no Brasil ordens drásticas, severíssimas, que causavam grande alarme, e logo depois chegarem novas ordens alterando-as profundamente ou mesmo revogando-as. Compreende-se fàcilmente o desespêro da gente do Brasil, que acabou convencida de que só podia contar consigo mesma, resultando isso num maior amor à terra e no desejo de se ver livre de tais senhores.

A Espanha, então a braços com as três maiores potências da Europa, depois dela, estava em difícil situação, mas, Robert Southey reconhece "que o govêrno da metrópole mostrava não ter menos consciência da importância dos seus domínios brasileiros, do que de sua pouca segurança", o que não a desculpa, porque possuia meios para fazer a defesa do Brasil sem se prejudicar.

E' sabido que a Espanha possuia um serviço secreto de informações dos inimigos do qual podia vangloriar-se, pois, era perfeito; mas colhidas as informações, transmitidas aos chefes, as providências não apareciam, por descaso, indiferença, política da côrte, fôsse lá pelo que fôsse.

Cèdo souberam os espanhóis do serviço secreto na Holanda, que os holandeses, com o objetivo de fazer pirataria em alta escala e de grande vulto, em 1602, haviam organizado a Companhia das Índias Orientais, dispondo de vastos capitais, e diretamente apoiada pelo próprio Estado, justificando assim, a candente expressão de Oliveira Martins, que disse: "A Holanda era um Estado constituído em companhia de piratas!" (*)

(*) Netscher nos informa que, já em 1597, Gerrit Bicker Pieterszoon, de Amsterdam, e Ian Corneliszoon van Leijen, de Enkuysen, a conselho de Usselincx, fundaram com êsse intuito companhias de comércio.

A Holanda, dominada por um intenso espírito capitalista, baseado na doutrina calvinista, dispondo de fartos capitais, usando o crédito em larga escala, fabricando e exportando para as nações que tinham colônias, quase tudo, aos poucos foi se tornando a verdadeira senhora do comércio mundial.

Essa posição predominante, refletia-se diretamente em sua capital, Amsterdam, que se tornou logo o grande entrepôsto do tráfico mundial, o maior mercado e o maior centro bancário do mundo inteiro.

"E a fé calvinista — diz-nos José Honório Rodrigues — identificando o sucesso com a graça de Deus, considerando a pobreza um pecado, racionalizando a vida, tirando o ascetismo dos claustros e levando-o à vida prática e profissional, organizava o sistema econômico não no costume ou na tradição, não no futuro ou na bemaventurança da vida eterna, mas na deliberada e sistemática aquisição de riqueza, obra agradável aos olhos de Deus. Calvino tornou possível a aceitação da nova ordem econômica criada pelas explorações marítimas, pelo comércio e pelos achados científicos.

E os holandeses e inglêses, povos finos e pouco aventureiros, aos quais, até então, nunca seduzira a pura descoberta, a simples especulação geográfica ou proesa ultramarina, lançaram-se ao comércio e à navegação, dirigidos pelos líderes burgueses que se haviam apossado do poder e encontravam no Calvinismo ou na Igreja da Inglaterra estímulo e justificativa".

Enormemente atemorizado com o corso holandês, e, sobretudo, com o domínio holandês do comércio mundial, Felipe III da Espanha edita a Carta Régia de 5 de junho de 1605, que fechava os portos da Espanha, de Portugal e suas colônias ao comércio das naus holandesas, e ordenava o apresamento das naus holandesas fundeadas em águas de seu domínio.

Foi esta Carta Régia, uma verdadeira declaração de guerra à Holanda (*).

Não se passou muito tempo e começaram a chegar as notícias de que os holandeses haviam se apoderado de todo o comércio do Oriente, e a seguir, haviam conquistado e saqueado completamente, Málaca, Ceilão, Java, Sumatra, às Molucas e outras possessões portuguêsas e espanholas daqueles mares, em revide à ação espanhola.

Os lucros obtidos pelos holandeses nesses empreendimentos foram fantásticos; basta dizer que os dividendos distribuídos pela Companhia das Índias Orientais nesse ano, ascenderam a 95%, cobrindo antes tôdas as despesas possíveis e imagináveis.

Êsse sistema de corso por atacado, diferia muito daquele usado pelos inglêses e franceses, que era feito por companhias particulares, armadores ou negociantes, que ostensivamente não tinham apoio de seus governos, nem dispunham de capitais alentados que só os governos podem fornecer.

A Espanha, já então governada por Felipe III da Espanha (Felipe II de Portugal), atemorizada ao extremo, tudo envida para obter uma trégua com a Holanda, querendo assim fazer cessar a conquista e o saque de suas colônias, e, por outro lado, fazer parar a atividade dos corsários, que tão grandes prejuízos lhe davam nas águas do Atlântico, e até nas próprias costas da Espanha. Essas atividades dos corsários holandeses contra as caravelas de

---

(*) Willem Usselincx foi um dos grandes gênios políticos do início do século XVII. Mercador belga refugiado na Holanda, antes da trégua 1609-1621 publicou uma série de opúsculos defendendo a idéia do estabelecimento de colônias holandesas na América; a Companhia das Índias Ocidentais, depois de formada, retribuiu o trabalho de Usselincx com 1000 florins. Dêsses opúsculos, modelos de precisão e raciocínio lógico, sobressái o de 13 de abril de 1620, porque as razões por êle apontadas para não se fazer a conquista do Brasil, são, em grande parte, os fatôres decisivos da falência da colonização holandesa no Brasil.

S. SALVADOR

açúcar e pau brasil já perduravam havia muito; acentuara-se, porém, a partir de 1598, quando Olivier Van Noort, a pretexto de explorações marítimas, veio atacar o litoral brasileiro, nas proximidades do Rio de Janeiro e em S. Vicente, onde foi escarmentado.

Esta viagem de Van Noort é descrita em um livro, editado em 1601, em Amsterdam, e reimpresso diversas vêzes em várias línguas. Van der Noort saiu de Roterdam a 2 de julho de 1598 com quatro naus ("Mauritius", Heinrich Friedrich", "Concórdia", "Esperança") e 248 homens de equipagem, "a fim de atravessar o Estreito de Magalhães, negociar com as costas de Cica, Chile e Perú ,e depois, passando pelas Molucas e circumnavegando o Globo voltar à Pátria". Chegou de volta a Roterdam em agôsto de 1601, só com a nau "Mauritius". Êle fundeou em frente à barra do Rio de Janeiro, a 5 de fevereiro de 1599.

Em agôsto de 1598 Laurens Bicker e Pieter Gerritsz Ruytenburch, mercadores de Amsterdam, equiparam duas naus para irem à Guiné e Rio da Prata, (o "De Gulden Werelt" e o "De Silveren Werelt"); até à ilha do Ano Bom navegaram juntos, mas a forte tempestade de 17 de abril de 1599 separou-os.

O "Gulden Werelt" esteve nas ilhas de S. Tomé do Príncipe, no Estreito de Magalhães, daí voltando, indo atacar S. Vicente onde foi aprisionado por ordem do governador D. Francisco de Souza. Frei Vicente do Salvador nos conta sôbre êsse fato:

"Ia por capitão um holandês chamado Lourenço Bicar, o qual fêz petição ao governador, dizendo que êle era bom cristão e nunca fizera dano aos cristãos, nem ia àquele pôrto com êsse intento, senão a vender suas mercadorias, pelo que pedia a Sua Senhoria licença para as poder descarregar e vender, como pagar os direitos de Sua Majestade, e o governador lha despachou que, sendo assim como dizia e não havendo outra coisa, lhe dava licença. Porém, tirando depois inquirição e sabendo que tinha ido

por General de uma grossa armada ao Estreito de Magalhães e por não o poder embocar com tormenta e se apartar dos demais companheiros, os vinha ali aguardar, mandou em uma canoa seis aventureiros armados, que com dissimulação de quererem ver a nau se senhoreassem da pólvora e da praça d'armas, e logo atrás dessa outras muitas com soldados e índios frexeiros que brevemente a abordaram e tomaram, sem que os de dentro pudessem defendê-la nem pôr-lhe o fogo, como quizeram, por lhe terem os nossos tomado a pólvora e armas".

O "Silveren Werelt" navegou sózinho para o Rio da Prata "subiu-o cêrca de 60 léguas até Bonas Aeris (Buenos Aires), onde o comissário (falsamente avisado pelo governador de que poderia comerciar livremente) desembarcou e foi feito prisioneiro com oito outras pessoas". Muitos membros da equipagem aí pereceram; depois a nau navegou para a Bahia, onde foi aprisionada a nau e seus tripulantes, a 16 de dezembro de 1599. O "Silveren Werelt" foi afundado aí, nos combates que se seguiram, e a tripulação posta em liberdade por Van der Does.

A tentativa de 1599, de Van der Does, porém, tomara um aspecto muito mais grave, e se não tivesse havido circunstâncias particulares a interferirem, teriam então, os holandeses, conseguido aquilo que só em 1624 lhes foi possível. Pieter Van der Does, comandando uma esquadra de 70 navios, enviada pelos Estados Gerais, saíra da Holanda em 1599, com o objetivo de conquistar uma região do Brasil, para aí estabelecer uma boa base naval para operações no Atlântico sul; em caminho para o Atlântico sul, Van der Does apoderou-se da grande Canária, saqueando o pôrto e apresando todos os navios que lá estavam, e os que, ignorando o fato, ali chegavam, tanto portuguêses como espanhóis; tais foram os despojos aí conseguidos, que com êles Van der Does lotou 30 navios, que fêz logo seguir para a Holanda.

Envaidecido com o esplêndido sucesso, pensou Van der Does demorar-se bastante nessas águas tão propícias,

apreendendo prêsas gordas em Guiné; ali chegando, apossou-se logo da ilha de S. Tomé. Antes que pudesse fazer mais alguma coisa, viu sua esquadra ser açoitada por uma forte epidemia de febre amarela, que lhe custou a vida e a de 1.200 dos seus marinheiros. Assumiu o comando o almirante Leynssen, cuja primeira providência foi determinar o retôrno à Holanda, não sem que antes tivesse designado uma esquadra de 7 navios, sob o comando de Broer e Hartman, para vir atacar o Brasil.

Esta esquadra, segundo Rocha Pombo, "recebeu a missão de criar neste lado do Atlântico uma base segura para as operações em que se alargava o espantoso sucesso dos holandeses". Nessa ocasião, na ausência de Francisco de Souza, que andava visitando as capitanias do sul, respondia pelo govêrno geral, na Bahia, Álvaro de Carvalho.

Em todos os pontos da costa em que a esquadra de Leynssen procurou fazer desembarques, suas tropas foram duramente repelidas pelos habitantes do país, ajudados pelos índios amigos, e até os poucos navios que conseguiu apresar, o foram "com trabalhos e perdas com que por certo não contavam". O ataque principal foi feito à Bahia, na véspera do Natal de 1599; com a nau capitânea "Jardim da Holanda", à frente, a esquadra entrou no pôrto sob o fogo cerrado dos fortes e fortificações de terra, respondendo com tôda a artilharia que a esquadra possuia.

De posse do pôrto, Leynssen apresou todos os navios que ali encontrou, ancorando fora do alcance dos fortes; logo após, tenta êle um desembarque no engenho de Bernardo Pimentel de Almeida, situado a 4 léguas do Salvador, onde os holandeses queimaram casas, a igreja, mataram o gado e saquearam tudo, carregando até o sino do campanário. André Fernandes Morgalho e Antônio Rodrigues, da Cachoeira, acudiram com uns 300 homens, atacando-os com energia, obrigando-os a reembarcar apressadamente, com grandes baixas. Um ataque holandês à

ilha dos Frades, foi repelido por Antônio Rodrigues, da Cachoeira, que capitaneava seus aguerridos índios Tupinambás, da foz do rio Paraguaçú. Era êle neto de Caramurú, um guerreiro hábil e destemido, irresistível no assalto, ardiloso na luta; D. Diogo de Menezes dizia que "êle era um sol para os índios e o mais poderoso mameluco dessa região".

Quando os holandeses atacaram a ilha de Itaparica, e puzeram fogo ao engenho de Duarte Osquis, um holandês radicado na Bahia havia muitos anos, é ainda Antônio Rodrigues com seus tupinambás, quem lhes causa 50 baixas. Diante dessa resistência enérgica, depois de alguns bombardeios esporádicos e inofensivos, Leynssen, que dominara o pôrto por 55 dias, faz-se de velas para a Holanda, apresando ainda, ao sair na barra, a caravela de Francisco de Araujo, carregada com oito mil quintais de pau brasil, que foram aumentar ainda mais o produto do saque.

A 20 de julho de 1604, renova-se a tentativa de ataque à Bahia, por outra esquadra holandesa de 7 navios e um patacho, comandado por Paulus Van Caarden que entra no pôrto sob o fogo enérgico da defesa, disposto a apossar-se da cidade; depois de apresar os navios que encontrou no pôrto, inicia o bombardeio dos fortes e da cidade, preparando o desembarque das tropas; Diogo Botelho opõe-lhe tenaz resistência, não conseguindo Caarden sucesso algum. Em dias seguidos, de surprêsa, desembarca contingentes para assaltar os engenhos mais afastados, mas, sempre, encontraram os holandeses decidida resistência; irritado, Caarden bombardeia a cidade várias vêzes, sem conseguir abater o ânimo dos defensores. Vendo a impossibilidade de tomar a cidade, manda Caarden uma proposta ao governador geral, para a Bahia pagar um resgate, com o que êle se retiraria; Diogo Botelho respondelhe, que "a Bahia era uma cidade das mais ricas do mundo; que viesse conquistá-la"!

Van Caarden intimidado, tendo já perdido muita gente, resolve velejar para a Holanda (27 de agôsto de 1604).

O governador geral, ante tantos e tão repetidos assaltos dos holandeses à Bahia, que evidenciavam o firme propósito que tinham de apossar-se dessa cidade para aí estabelecer a base de operações que tanto desejavam, dirige novo e mais angustioso apêlo de socôrro ao govêrno português. Para maior certeza de ser atendido, envia o ofício por mãos de Diogo de Campos, que de viva voz devia contar os fatos passados, e ainda porfiar para que fôssem obtidos os meios para expulsar os franceses do Maranhão, que com essa posse mais incentivavam os holandeses a conquistar também, uma região da terra do Brasil.

Foi em vão que o governador geral e o povo da Bahia esperavam pelo socôrro.

Quando surgiram velas em frente ao pôrto da Bahia, em 1614, o alvorôço de esperança transmudou-se em apatia de desânimo; era uma esquadra holandesa de seis naus. Por sorte, seu comandante Joris Van Spilbergen, resolveu seguir para o sul sem entrar no pôrto da Bahia. Foi um alívio geral.

Esta esquadra veiu aportar na foz do rio Maranhão; o governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, que tinha seu engenho perto da Tijuca, tendo notícia de que os holandeses haviam desembarcado e estavam se abastecendo nas cercanias, à noite, com doze canoas e uns trezentos homens, entre portuguêses e índios, atacou os que haviam desembarcado, matando 22 e aprisionando 14 dêles, bem como a três batéis que os haviam trazido à terra. Os da esquadra, percebendo de bordo o que se passava, fizeram-se de vela rumo ao sul, indo atacar Santos. A 2 de fevereiro de 1615 velejaram para o Estreito de Magalhães.

Mau grado ter a Espanha, por fim, em 1609, conseguido a assinatura de uma trégua com a Holanda por 12 anos, os ataques dos corsários holandeses prosseguiram, porque para êles tal tratado não tinha significação alguma, não achando êles que devessem obedecer ao estatuído

nesse tratado; assim, em vez de tréguas, teve o Brasil o recrudescimento dos ataques corsários.

Só durante o ano de 1616, os holandeses apresaram nos portos e costas do Brasil, nada menos de 28 navios portuguêses e espanhóis. Com os repetidos sucessos e com os extraordinários lucros obtidos, os holandeses tornaram-se mais ousados ainda, chegando a acompanhar as frotas mercantes protegidas, para, à noite, atacar em surdina os retardatários ou desgarrados.

Se no mar os holandeses eram senhores incontestes, em terra, no Brasil, a coisa era muito diferente. A atitude indiferente de Portugal e Espanha para com o Brasil, dando a impressão a seus habitantes de que, as autoridades dêsses países só se lembravam dêles para cobrar impostos, dízimos e taxas, não os socorrendo nem amparando em transes tão difíceis, longe de deixá-los inermes e desanimados, provocou uma reação nova e poderosa de confiança exclusiva em seus próprios recursos. Fê-los sentirem-se com a responsabilidade imensa de se defenderem, aos seus e à terra, por si mesmos.

Aquêles contínuos ataques corsários, fôra um fator decisivo a traçar novos rumos na atitude de cada um para com os outros moradores do país; confiando uns nos outros seguramente, não faltavam nunca na hora difícil, correndo de todos os lugares para ajudar a defender o ponto ameaçado ou atacado. Foi graças a esta coesão, a esta cooperação efetiva de todos os membros da jovem colônia brasileira, que fêz com que os corsários holandeses encontrassem uma defesa cerrada, eficaz, invencível, em cada ponto da costa em que tentaram desembarcar, como é exemplo a tentativa contra Cabo Frio, em 1618, em que até uma nau almirante holandesa foi capturada pelos defensores.

Em março de 1621 subia ao trono Felipe IV da Espanha e Felipe III de Portugal.

Se com o poder imenso de Felipe II da Espanha, a sua aclamação no Brasil fôra recebida com a maior indiferen-

ça, as aclamações de Felipe III, e de Felipe IV, essas, então, não tiveram a menor repercussão. A Espanha decaía cada vez mais, nada lhes importando do que se passava no Brasil. Enquanto a Holanda atacava o Brasil, deixava de agir contra o próprio território espanhol.

Antes mesmo que se findasse o período de tréguas assinado pela Holanda com a Espanha, isto é, em 1621, já cuidavam os holandeses de organizar uma outra Companhia, igual à das Índias Orientais, que no Atlântico operasse como sua congênere havia feito no Extremo Oriente, com resultados estupendos.

As prêsas anteriormente feitas pelos piratas holandeses, no Atlântico, justificavam as esperanças do govêrno holandês, que confiava que com um esfôrço um pouco maior, era mesmo possível conquistar a capital do Brasil, tão desguarnecida, e que por si só representava prêsa esplêndida pelas grandes riquezas que continha, além de permitir estabelecer ali, por fim, a sonhada base de operações do Atlântico Sul.

A 3 de junho de 1621, fundada a Companhia das Índias Ocidentais, por sugestão de Jans Andrés Moerthecan, judeu holandês, apressou-se o govêrno da Holanda a dar-lhe concessões extraordinárias, que lhe davam o caráter de uma verdadeira delegação de soberania nas terras que fôssem conquistadas (*). Visava com isso, o govêrno holandês, aproveitar a posição central da Bahia, para com facilidade ampliar a conquista do território para o norte e para o sul, além de que, havia a intensão precisa de pelo

---

(*) O govêrno holandês concedia "por 24 anos o direito exclusivo do tráfico e navegação, nas costas e países da África, situados entre o Trópico de Câncer e o Cabo da Boa Esperança; e com os países e ilhas da América desde a ponta meridional da Terra Nova, pelo Estreito de Magalhães até o Estreito de Bhering; deu à companhia a faculdade de nomear e demitir governadores, e empregados, fazer tratados de aliança e comércio com os indígenas, declarar e fazer a guerra, levantar fortalezas e estabelecer colônias".

interior buscar o caminho das minas do Perú, que êles criam estar muito próximas.

Êsse plano audacioso despertou alvoroços gerais entre os argentários da Holanda, e mereceu plena e completa aprovação do govêrno das Províncias Unidas. E' curioso anotar-se as razões apresentadas para justificar êsse ato:

— "Os naturais do Brasil ardiam de desejos de arrojar o jugo de Portugal;
— Os portuguêses cristão novos, de boa mente fariam causa comum com os holandeses, temerosos que estavam das atividades do Santo Ofício, já previstas para o Brasil; e, que
— as cidades de Salvador e Olinda, eram fàcilmente acessíveis por mar, e vencidas estas, o caminho do Perú estava aberto".

Realmente, era inegável que muitos brasileiros já sonhavam então, em libertar-se do jugo português, dada a prepotência e abusos contínuos das autoridades portuguêsas, e mesmo de particulares portuguêses, inclusive membros do clero, dos quais tinham os naturais do Brasil justas e fundadas queixas; mas, nesse tempo de profunda religiosidade, não havia de ser com uma aliança com herejes, adeptos da Reforma, que êles haviam de procurar satisfazer êsse desejo do fundo de seus corações.

Fatos posteriores comprovam sobejamente isso. Também o Santo Ofício já havia estabelecido as medidas preliminares para sua diligente atuação no Brasil, e são muitos os documentos existentes, que as apontam; se essas medidas foram suspensas, deve-se à conquista da terra pelos holandeses, sendo portanto lógico o temor dos cristãos novos do Brasil, ou nêle residentes, com a possibilidade da instalação aqui da mui rígida inquisição, da qual muitos haviam fugido espavoridos da Europa, por verem seus parentes e amigos tratados a ferro e fogo, com uma ferocidade espantosa.

Nas razões apresentadas pelos organizadores da Companhia das Índias Ocidentais, para justificar a conquista da Bahia e Olinda, alegavam ser por elas que se abria o caminho do Perú, onde estavam as ricas minas de prata dos espanhóis, que êles tanto cobiçavam.

Por certo, tinham os holandeses informações de que os "peruleiros" comerciavam aqui francamente com a prataria vinda do Perú, por meios lícitos ou não, e acreditavam perfazerem êles o caminho por terra até lá, para delas se apossarem. Até certo ponto não havia pròpriamente um êrro geográfico dos holandeses, porque, se a princípio os "peruleiros", em geral cristãos novos portuguêses, contrabandeavam prata de Lima, Cuzco e Potosi, via Rio da Prata, a ponto de em 1618, o autor dos "Diálogos das grandezas do Brasil" dizer que "do Rio da Prata costumam a navegar muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de 4 e 8 reales, e assim prata lavrada e por lavrar, em pinhas e em postas...", é que por aí havia um caminho para se atingir o Perú.

Também, Pedro Tacques, referindo-se a uma enorme taça de prata que pesava quarenta arrobas, que possuía o milionário paulista Pe. Guilherme Pompeu de Almeida, diz que "os antigos paulistas costumavam penetrar os vastíssimos sertões do rio Paraguai, e atravessando suas serras, conquistando bárbaros índios seus habitadores, chegavam ao Reino do Perú e Minas de Potosi, e se aproveitavam da riqueza de suas minas de prata". Assim, havia outro caminho, por terra, para o Perú, conhecido dos bandeirantes, por onde também vinha prata para a Bahia e Olinda; êste caminho não saía dessas cidades, mas de S. Paulo de Piratininga.

Os espanhóis residentes ou servindo na Holanda, logo que tiveram conhecimento dêsses audazes planos, preveniram o rei de Espanha, que teve logo confirmação dos mesmos pela infanta Isabel de Flandres; prevenido, por sua vez o govêrno português, apressou-se êste em advertir o

governador geral do Brasil, Diogo de Mendonça Furtado, e os das diversas capitanias.

Diogo de Mendonça Furtado, providenciou logo a melhoria das fortificações existentes na entrada da barra da Bahia, o forte de S. Antônio, do lado leste da barra, o forte de S. Felipe ou Monterrate, na ponta de Tapuipe e o da Ribeira, embora nada valessem êles; o forte de S. Antônio, em absoluto não impedia a entrada da barra pelo fraco alcance de sua artilharia. Fêz Diogo de Mendonça Furtado, atacar a construção de dois novos forte, o de S. Diogo, na Vila Velha, e o de Nossa Senhora do Rosário, na Água dos Meninos, que foram oportunamente bem apetrechados de artilharia e munições, estando ambos já dotados de poços dágua internos (cisternas).

Mandou êle preparar, também, baluartes em tôrno de tôda a cidade, e abrir trincheiras nas praias para poder enfrentar possíveis desembarques do inimigo, e poz em estado de resistir as duas portas de S. Bento e do Carmo.

Matias de Albuquerque, que em nome de seu irmão Duarte, governava, então, a capitania de Pernambuco, havia recebido uma carta de Felipe III, que lhe chegara às mãos a 13 de outubro de 1621, prevenindo-o de que "Mr. Ravardière estava concertado com os holandeses para vir ao Brasil, e que naquela capitania estivesse com todo o cuidado e vigia que tal notícia obrigava"; ordenava ainda o rei, que "em todos os lugares dela que se pudessem temer estivesse a gente a ponto, prestes para qualquer sucesso, e as fortificações em estado tal que não pudessem receber dano dos ditos inimigos".

Matias de Albuquerque reuniu as autoridades locais, fêz uma inspeção às fortificações vendo o que precisavam e procurou provê-las de tudo; fêz a verificação da quantidade de pólvora, corda e morrão existente, e achando-a pequena, proibiu sua venda; e poz embarcações de vigia, fora da barra, em pontos adequados. Eram comuns em Pernambuco êstes avisos, e como na Espanha, nenhuma impressão causaram.

Por sua vez, Martim de Sá, governador da capitania do Rio de Janeiro, ao receber o aviso apressou-se em melhorar os dois fortes que guarneciam a entrada do pôrto, os fortes de S. João e o de Nossa Senhora de Guia (S. Cruz); aumentou a fortificação de Santiago (Calabouço), reforçou a de S. Sebastião (Morro do Castelo), fêz construir um fortim no local onde está hoje a igreja da S. Cruz dos Militares, e alguns baluartes do outro lado da baía. Além disso chamou às armas grande número de índios das proximidades, enquadrando-os em companhias permanentes que se revezavam nas guarnições dos fortes, e que estavam prontos para repelir um ataque a qualquer momento.

A ação dos corsários holandeses continuava ininterrupta; no ano de 1623 apresaram êles nada menos de 70 naus espanholas e portuguêsas. Ao findar êsse ano de 1623, ficou pronta e equipada a formidável esquadra da Companhia das Índias Ocidentais que ia atacar o Brasil, composta de 26 naus grandes, das quais 12 pertenciam ao govêrno holandês; dispunha ela de 500 bôcas de fogo, e estava sob o comando do almirante Jacob Willekens, tendo por vice-almirante Pieter Pieterszoon Heyn.

Trazia ela 3.300 homens de guerra, dos quais 1.700 de desembarque, sob o comando, êstes, do Coronel Johan Van Dorth, senhor de Horst e Pesh, prèviamente designado governador da futura conquista.

Sabedor o rei da Espanha da partida da esquadra holandesa, novamente adverte seus prepostos no Brasil, sendo que, em Pernambuco, dada a ausência de Matias de Albuquerque, governava a capitania seu substituto, o capitão mor André Dias da França.

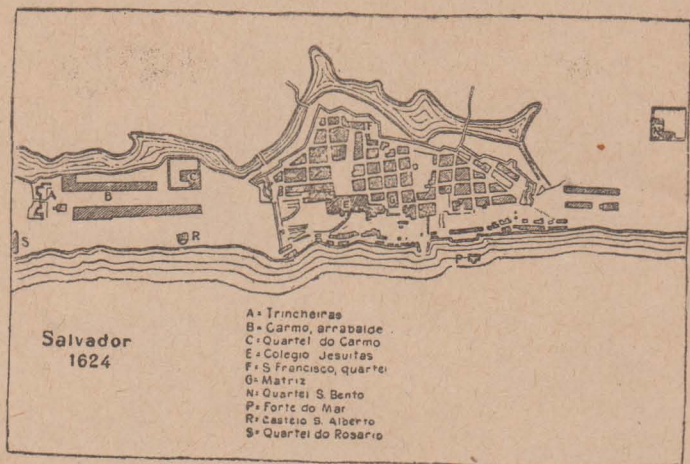
Diogo Furtado de Mendonça, ao receber o aviso da partida da esquadra holandesa que vinha atacar o Brasil, e já se sabia que a Bahia e Olinda eram os pontos visados, mandou reconstruir às pressas uma linha de trincheiras para proteger a cidade pelo lado de terra.

Embora o forte de S. Antônio não fôsse capaz de impedir a passagem na barra da Bahia, de qualquer nau inimiga, desde que ela se afastasse um pouco mais para o lado de Itaparica, fato de que os holandeses tiveram conhecimento e dêle mais tarde souberam aproveitar-se, o governador geral procurou introduzir nêle alguns melhoramentos mais. Providenciou, também, a construção de uma nova fortificação em um rochedo que aflorava do mar em frente à cidade (atual S. Marcelo), sendo encarregado das obras o engenheiro Francisco Frias.

Como as despesas com essas obras militares, por ordem real, tivessem saído do "prêmio das avarias" e da constribuição do vinho, e isso viesse prejudicar as obras da Sé, o bispo D. Marcos Teixeira, negou-se a benzer as fortificações e abriu luta contra o governador; em pouco tôda a cidade estava dividida em dois partidos: o do bispo e o do governador, ficando "juízes contra clérigos, funcionários contra moradores, facções contra classes populares, criando-se assim na cidade uma atmosfera de discórdia".

A pedido do capitão mor de Pernambuco, André Dias da França, o governador geral mandou àquela capitania um especialista em fortificações, o sargento mor Pedro Correia da Gama, veterano de guerra, para "preparar e fortificar a vila de Olinda e o Arrecife onde fôsse necessário". Ali chegando, o sargento mor, "mandou logo abrir trincheiras na praia da vila e cercou o Arrecife com uma palissada de pau a pique, que era o benefício que se lhe podia fazer".

No Rio de Janeiro, o governador Martim de Sá, com o concurso solícito do clero, convocou todos os homens válidos e distribuiu-os por estâncias, companhias e bandeiras; criou uma "companhia dos descalços", onde incluiu todos as que não dispunham de calçado, "nem terem com que lançar librés, companhia essa que êle fêz questão de comandar descalço e com umas ceroulas de linho"; os soldados dessa "companhia dos descalços" o seguiam com tal

·Diogo de Mendonça Furtado, governador Geral do Brasil 1624
apud. A. Loreto

apud S. Ferreira

confiança e pressunção de suas pessoas, que não davam vantagem aos que nas outras companhias militavam ricamente vestidos e calçados. Além destas, muitas foram as preparações de guerra que fêz Martim de Sá, nesta ocasião, assim registra Frei Vicente do Salvador.

Mas, desde a chegada da notícia da partida da esquadra holandesa, prontas tôdas as medidas de defesa de que era capaz a colônia, passavam-se os dias, as semanas, os meses, e nenhum indício ou notícia dela chegava. Não se sabia, no Brasil, que a esperada esquadra holandesa ficara três meses em Cabo Verde esperando a nau "Hollandia", que trazia a bordo o coronel Van Dorth, nau que se desgarrara da esquadra. Essa falta de notícias fazia com que o povo pensasse que essa era uma repetição da missão de Van der Does, que acabou resultando num ataque corsário de apenas sete naus, e que êles tão enèrgicamente haviam repelido. Tantos haviam sido já os ataques corsários, que o povo já quase que havia se acostumado.

Sempre que êsses corsários apareciam, já o dissemos, os habitantes pegavam seus haveres, entrouxavam-nos e preparavam-se para fugir para o mato; Diogo Furtado de Mendonça querendo que todos cooperassem na defesa da cidade, teve a idéia infeliz de baixar uma ordem proibindo a saída da cidade e muito menos o transporte do que quer que fôsse. Essa ordem e a falta de notícias, criaram na cidade um grande mal estar e indiferença ao mesmo tempo.

Tudo isso acabou, inclusive as brigas dos partidos e de D. Marcos Teixeira com o governador, quando se soube na Bahia que uma nau de guerra holandesa apresara um navio negreiro português que chegava da África, na altura de Boipéba, umas doze léguas ao sul de Salvador. Foi um alvorôço enorme, um alarma rápido, todos correndo às armas e aos seus postos.

O bispo, esquecido de seus atritos com o governador, ofereceu logo os seus serviços e do clero, dizendo que,

conquanto fôsse pobre, punha sua baixela de prata à disposição do governador, para ser vendida e ajudar a custear as despesas da defesa. O governador geral fêz a convocação geral e imediata de todos os homens válidos e dos índios amigos, e distribuiu-os pelas posições.

Insuflados pelas palavras ardentes e entusiastas do clero e dos chefes militares, pelo exemplo das autoridades, todos acorreram pressurosos, cheios de sagrada exaltação patriótica, prontos a defender a terra, quaisquer que fôssem as dificuldades, quaisquer que fôssem os sacrifícios.

Passaram-se as horas, passaram-se os dias e nada da esquadra holandesa aparecer. Voltou mais forte ainda a idéia, de que aquela nau holandesa só podia ser um corsário isolado, que já seguira para outras águas. Já não mais se acreditava, e agora firmemente, que aparecesse esquadra holandesa alguma. A estas horas, aquêle corsário deveria estar navegando para Angola ou Guiné, à procura de novas e melhores prêsas.

Havia tanto que de Portugal, volta e meia vinham avisos e rebates, como êsse, falsos. O entusiasmo esfriou, a exaltação patriótica apagou-se, o desejo de pelejar desapareceu, a firmesa fraquejou, e invadiu o espírito de todos o desânimo e a sensação desagradável da inutilidade da atitude e do esfôrço de cada um. Já então começou a assoberbá-los o desejo de retornar a penates, para cuidar de sua gente e de suas coisas.

O bispo D. Marcos Teixeira, imbuído também dessas idéias e dêsses sentimentos, foi obter do governador a ordem de desmobilização; êste, que pouco antes reatara relações com o bispo, e que polìticamente estava interessado em mantê-las, hesitou, mas acabou concordando em dar aquela ordem precipitada.

Trágicos seriam para a Bahia, os resultados dessas imprevidentes resoluções.

III

O ATAQUE À BAHIA

Os judeus e cristãos novos — A conquista e saque de Salvador — Repercussão na Europa — Os primeiros socorros — As vias de Sucessão — O bispo D. Marcos Teixeira governador interino — As primeiras reações — O Arraial do Rio Vermelho.

Não era de estranhar a pouca importância dada em Madrid à notícia da saída de mais uma esquadra holandesa para atacar a Bahia e Pernambuco; desde 1598 que êsses ataques corsários se sucediam sem interrupção, mas, até então, nenhum ataque tivera sucesso em querer fixar-se em território brasileiro. Nem a advertência implícita dos ataques às possessões do extremo oriente servira de alerta à Espanha, nem o vultoso número de naus e bôcas de fogo dessa esquadra, tiveram o dom de despertar os espanhóis dêsse marasmo e indiferença.

Para os da Bahia, essa ameaça era comparada as anteriores de Van der Does, Leynssen e van Caarden, com um ataque ao pôrto e apresamento dos navios ali ancorados ou que chegassem inadvertidamente. O inimigo holandês ainda não era olhado pelos habitantes do Brasil

como realmente perigoso; o ódio aos franceses corsários ou aos inglêses herejes, não se estendera ainda aos flamengos, pois, a Holanda era, até então, um bom mercado de açúcar e pau brasil, via Antuérpia, velho entrepôsto português do norte da Europa.

As perseguições aos judeus e cristãos novos, em Portugal e Espanha, haviam dado notável incremento ao comércio da Holanda, que soubera atrair os comerciantes judeus para as suas cidades, principalmente para Antuérpia. Êsses comerciantes, judeus portuguêses, ao irem ou fugirem para a Holanda, continuaram a manter sua clientela do Brasil, que em sua maior parte era também de judeus e cristãos novos, e quase que exclusivamente, os capitalistas que financiavam os senhores de engenho de Pernambuco e Bahia.

Além de financiadores, êsses judeus e cristãos novos que viviam no Brasil, ocupavam-se da importação de tudo o que era necessário ao luxo e ao bem estar dos senhores de engenho e suas famílias, e da exportação do açúcar, pau brasil, peles, doces e frutas, com lucros altamente compensadores. Não pouco concorrera para isso, ter sido o Brasil a terra de degrêdo para os judeus e cristão novos. Com seu espírito exclusivamente comercial, foram êles que deram preferência ao transporte pelas carracas e urcas de seus patrícios, além de que, estas embarcações, embora mais lentas, pelo seu calado e arqueação comportavam uma tonelagem de carga muito maior que as caravelas, tornando o frete da carga bem mais barato. Foi dêsse fato que sobreveio, depois, o abandono por completo das caravelas.

Tudo, pois, concorria para a manutenção dessas relações comerciais, sendo os holandeses por êles olhados com simpatia, mau grado aquêles ataques corsários e apesar da guerra entre a Espanha e as Províncias Unidas, e suas duras conseqüências, de um e outro lado.

Aquela nau holandesa que apresara um navio negreiro português, na altura de Boipeba, ao chegar às cos-

tas da Bahia, não era, como pensavam o povo e as autoridades do govêrno geral, um corsário agindo isoladamente; aquela nau era o "Hollandia", a bordo do qual se achava o futuro governador da conquista holandesa da Bahia, o coronel Johan van Dorth, senhor de Horst e Pesh.

O "Hollandia", a 21 de janeiro, ao cair da tarde estava à vista da ilha de S. Antônio, a oeste da ilha do Sal, junto com a esquadra, mas, nessa noite, desgarra-se da esquadra, indo ter à Serra Leoa, fazendo depois a travessia do Atlântico Sul sòzinho; ficou cruzando ao largo das costas do Brasil, apresando os navios que encontrava, e quando chegou ao pôrto de Salvador, êste já havia sido tomado pela esquadra holandesa.

O esparramo que o "Hollandia" fizera surgir na Bahia, com sua aparição em Boipeba, convertera-se, como vimos, em descrença, em descaso, indo os voluntários para suas fazendas e sítios, incitados pela atitude do bispo D. Marcos Teixeira, e com a aquiescência do governador geral, Diogo Furtado de Mendonça.

Já ninguém mais pensava nos holandeses, quando a 4 de maio de 1624, chega de novo, inesperadamente a notícia de estar uma esquadra holandesa, de muitas naus, bordejando entre Ilhéus e a altura do morro de S. Paulo. Foi um alarme rápido e geral, um "Deus nos acuda" sem peias nem medidas. O temor do ataque levanta-se outra vez, mais forte, mais impressionante. Já todos rememoravam os ataques anteriores dos corsários, as angústias passadas, os temores sofridos.

O governador geral, para certificar-se da verdade, manda seu filho, o capitão Antônio de Mendonça, "ir reconhecer as velas", como se ainda duvidasse de sua possibilidade; êste, traz a confirmação de que os holandeses estavam, de fato, preparando-se para atacar o pôrto. Diogo Furtado de Mendonça manda, então, tocar rebate, procedendo a imediata convocação de todos os homens válidos e de todos os índios guerreiros, conseguindo dispôr

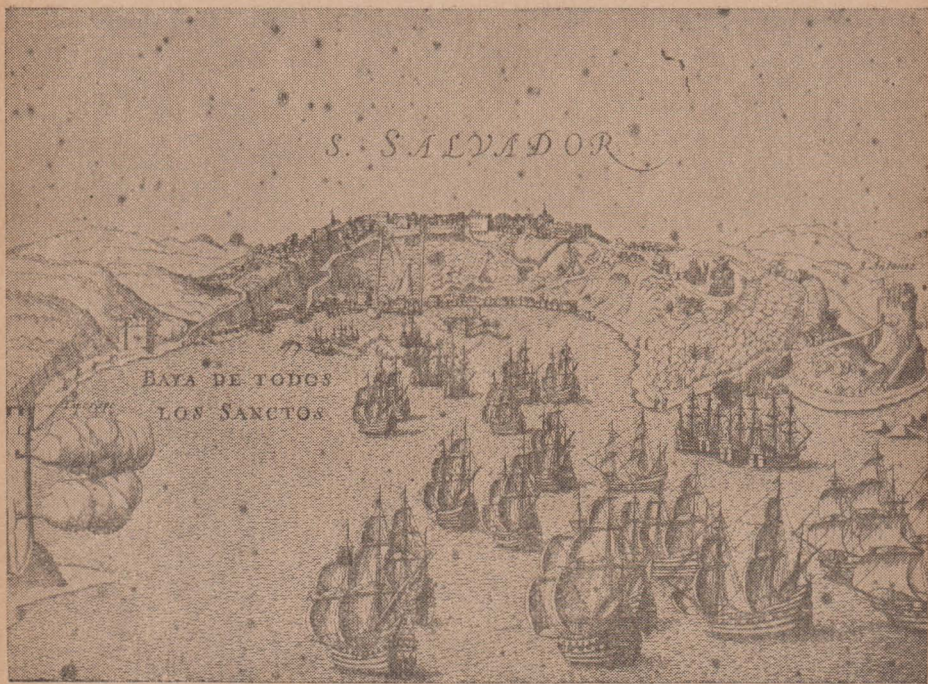
ao todo de 1.100 homens, incluindo-se entre êles as 80 praças de presídio.

A distribuição das fôrças disponíveis pelos pontos de defesa previstos, foi a seguinte: a companhia do capitão Gonçalo Bezerra foi guarnecer o pôsto de Vila Velha, a meia légua da cidade; o escrivão da Câmara, Rui Carvalho, com mais cem arcabuzeiros do povo, ficou no pôsto de Água dos Meninos; Lourenço de Brito, nomeado capitão da companhia dos Aventureiros, foi com ela encarregado de defender o forte novo da barra, o do mar, que, embora não completamente pronto, já dispunha de alguma artilharia, e a Vasco Carneiro, foi confiado o refôrço da defesa dêsse forte; Afonso Rodrigues, da Cachoeira, que capitaneava 60 índios tupinambás, flexeiros, ocupou as trincheiras recém-preparadas; a companhia do capitão Antônio de Mendonça, "que era de soldados pagos e recebiam sôldo da fazenda de el-rei", ficou na reserva, pronta para acudir onde fôsse necessário.

O bispo D. Marcos Teixeira, já então, profundamente arrependido de sua atitude precipitada, com todo o clero, apresenta-se para auxiliar a defesa; foi designado para defender o convento e porta do Carmo, enviando os membros do clero precisos para, nessa época de grande religiosidade, por prédicas e confissões, estimular os combatentes, exaltando-os a uma luta sem temores.

O governador geral, querendo impedir deserções que enfraquecessem a defesa, dos que quizessem pôr a salvo suas famílias e bens, fêz levantar uma fôrça na cidade, onde seriam exemplarmente punidos os faltosos, esquecendo-se que àqueles homens eram voluntários e não mercenários, e que tal gesto longe de estimulá-los iria abater-lhes o moral.

Os navios mercantes, que desde a primeira hora haviam tido reforços para sua defesa, obedecendo às ordens recebidas, moveram-se para o local coberto pela artilharia dos fortes, de onde poderiam, também, cooperar na defesa, hostilizando o inimigo mais protegidamente.

S. SALVADOR
BAYA DE TODOS
LOS SANCTOS

A 8 de maio de 1624, apresentou-se diante da barra, longe ainda, a esquadra holandesa. Perfeitamente informado da situação da praça, por elementos judeus e flamengos que ali residiam, o almirante Willekens agiu com calma e segurança ao traçar seu plano de ataque.

A esquadra forçaria a barra, bombardearia os forte e a cidade, e enquanto a esquadra apresava os navios ancorados no pôrto, a tropa de desembarque, já transferida para quatro navios que dispunham das chalupas necessárias, a um sinal dado, as lançariam junto ao forte da barra, o principal da cidade, mas, que não tinha guarnição suficiente para resistir ao ataque (*). De fato, o almirante Willekens estava bem informado, e é o historiador Netscher quem o confirma, quando diz que "na Bahia, contavam os holandeses com informantes naturais numerosos, os judaisantes espiados pelo Santo Ofício, mais atemorizados por ter vindo como bispo da Bahia, D. Marcos Teixeira, antigo visitador do Santo Ofício. Antes de sair ao mar, os almirantes holandeses obtiveram, sôbre a situação política do Brasil, informações as mais úteis, por intermédio dos judeus lá estabelecidos".

A esquadra holandesa forçou a barra na madrugada de 9 de maio, estando os quatro primeiros navios sob o comando do vice-almirante Heyn, e os demais, que se lhes seguiam, sob o comando do almirante Willekens; a esquadra holandesa descambou para o lado de Itaparica, onde os fogos do forte da barra não a podiam atingir, "tocando-se em tôdas as naus trombetas bastardas a som de guerra, devizam-se bandeiras holandesas, flâmulas e estandartes, que ondeando das antenas e mastaréus mais altos, desciam até varrer o mar..." diz-nos o Pe. Antônio Vieira, que presenciou a entrada dessa esquadra.

(*) Do lado do mar as 1.400 casas do Salvador eram protegidas por uma muralha de pedra, com a extensão de cêrca de meia légua; entrava-se na cidade só por duas portas: Carmo e S. Bento.

Ao chegar defronte à cidade, a esquadra poz-se em linha; a nau capitânea deu uma salva e enviou uma chalupa com um parlamentar ao forte do mar. Os defensores do forte do mar não quizeram saber de parlamentar, dando logo o sinal de fogo a vontade.

A esquadra respondeu logo com seus 500 canhões, por três vêzes bombardeando os fortes, a cidade e os navios ancorados no pôrto, passando a esquadra em seguida a concentrar seus fogos contra o forte da barra e os navios, "de onde era cada vez mais violento o furor da repulsa".

"E foi tal — conta o Pe. Vieira — a tempestade de ferro e fogo, tal o estrondo e confusão, que a muitos, principalmente aos poucos experimentados, causou perturbação e espanto". Pelejou-se todo o dia, apesar da esmagadora superioridade dos atacantes. Ao entardecer, lançam os holandeses seu assalto contra os navios que auxiliavam a defesa e tanto os hotilizavam; em pouco, alguns dêles foram tomados; outros navios, num gesto de heroismo, preferem pôr fogo aos paióis, explodindo, que cair em mãos dos holandeses; outros mais, bem avariados, resolvem incendiá-los, para que os holandeses não se apossem de sua carga.

O incêndio de alguns navios clareava o pôrto, à noite, como se fôsse dia, permitindo a continuação da luta enquanto os incêndios duraram (*).

Pieter Heyn, com a tropa de desembarque, dispondo de apetrechos próprios para a escalada do forte, ataca o forte do mar "com furor de loucura"; ao fim de uma luta desesperada, os defensores do forte retiram-se para a praia, combatendo sempre, deixando os mortos e levando Lourenço de Brito ferido, e aí entrincheiram-se, preparando-se para contra-atacar. Vasco Carneiro, que assumira o comando dêsse punhado de bravos, não esmorecia,

---

(*) A nau holandesa "Groningue", atingida, teve suas peças encravadas, acabando desmantelada e morto seu comandante.

e tão bem e tão valentemente lutou que, pelo meio da noite consegue retomar o forte, retirando-se os holandeses depois de haverem encravado seus canhões. Enquanto em luta desesperada o forte passava de mão em mão, nos outros setores o plano do almirante Willekens era executado com perfeição.

O major Albert Schouten (*), que na ausência do coronel van Dorth comandava as tropas de desembarque, lançou-se com 1.500 homens contra o forte de Santo Antônio. Os sete canhões do forte atiraram incessantemente contra os invasores, ineficazmente, devido à altura excessiva das baterias, manobradas por uma guarnição de 100 portuguêses e 250 auxiliares, que se defendia bravamente. Durante todo o dia e tôda à noite, e parte da manhã do dia 12 o forte foi bombardeado pela esquadra, e só quando não mais puderam resistir foi que os comandados de Francisco de Barros bateram em retirada. Assistia-os o jesuíta Jerônimo Pedroso, um bravo.

As tropas holandesas do major Schouten, guiadas por Dirck de Ruyter e Dirck Pieterszoon Colver, dois holandeses que haviam sido aprisionados em lutas anteriores e sido obrigados a residir na Bahia, rumaram então para a cidade; ao chegarem elas ao alto de S. Bento, a companhia de reserva, sob o comando do capitão Antônio de Mendonça, opoz-lhes tão tenaz resistência, que os holandeses foram obrigados a recuar e estacionar. Como já ia alta a madrugada, e já lutassem desde as primeiras horas do dia anterior, cansados, os holandeses acamparam ali mesmo.

Cessados os combates, apagados os incêndios no mar, pesado silêncio caiu sôbre a cidade e o pôrto. Só então, os defensores se deram conta de que essa luta, não era mais com simples corsários que atacavam o pôrto e contentavam-se com saquear os navios ancorados; agora, o

---

(*) "Documentos holandeses" dá seu nome como: Albert Schontens.

invasor investia furiosamente a cidade, para conquistá-la e nela fixar-se permanentemente.

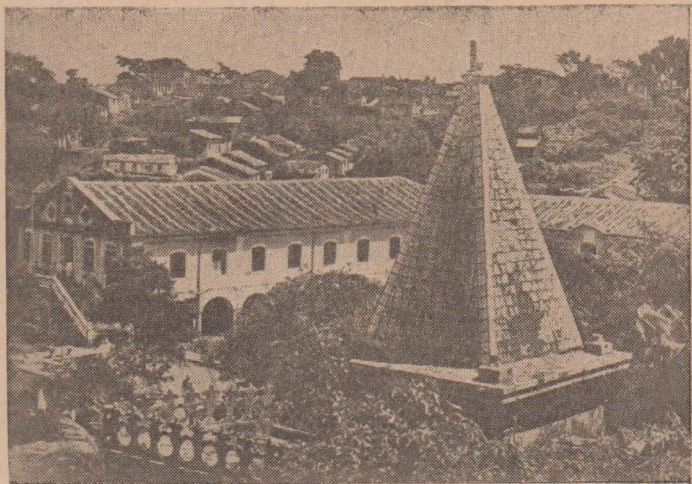
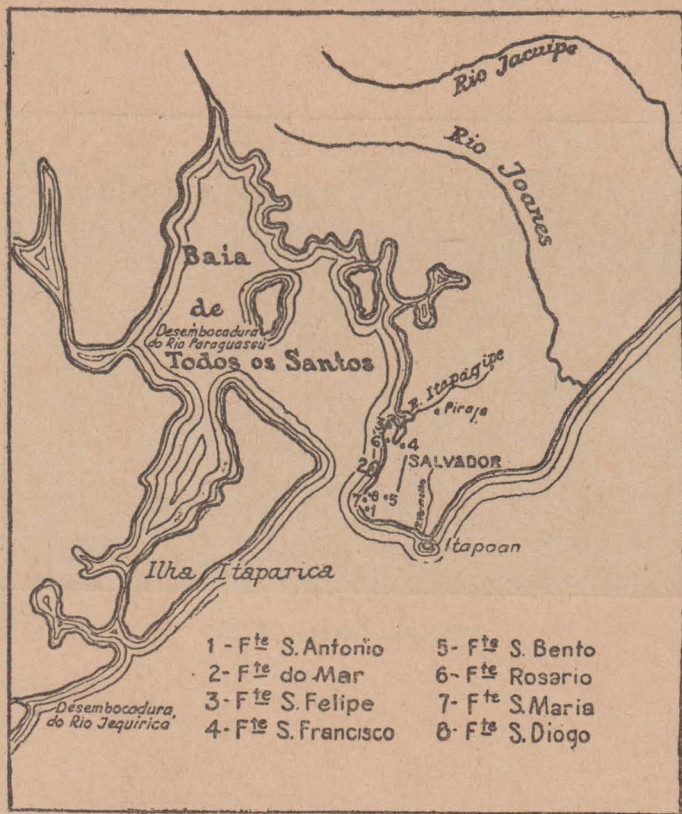
A escuridão, o silêncio, a tensão nervosa, geraram então, um terrível mêdo, insopitável, um desejo insano de fugir, de afastar-se da cidade para o mais longe possível, de qualquer forma, de qualquer jeito. E veiu o pânico, mas, um pânico terrivel, porque mudo, silencioso. E os defensores da cidade, os comerciantes, as famílias, os escravos, apanhando apressadamente o que lhes pertencia, fogem em silêncio, espavoridos, pela escuridão amedrontadora, para fora da cidade, fugindo dos holandeses, vendo em cada canto uma sombra, em cada sombra um vulto, em cada vulto um holandês pronto a atacá-los e matá-los.

O próprio bispo não resistiu a essa psicose coletiva, e ei-lo com todo o seu clero, seus auxiliares, seus escravos, a fugir também, rumando em silêncio e apressadamente para a quinta do Colégio, que ficava a meia légua dos muros da cidade.

Só o governador e os que o cercavam, portaram-se com bravura, resistindo até ao fim. E' Netscher quem diz, contrariando a afirmação de Frei Vicente do Salvador, que "o governador Diogo Furtado de Mendonça ficou com sua família na cidade, e defendeu-se ainda muito tempo em seu palácio com verdadeiro frenesi, julgando que lhe seria indigno fugir".

Todo o horror do pânico noturno, tôda a tragédia daquela debandada louca dos moradores, passaram completamente despercebidos aos holandeses, que pela manhã iniciam de novo a marcha, dispostos a abrir caminho e conquistar a cidade, a ferro e fogo; mas, pouco adiante, avistam uma bandeira branca hasteada; avançam cautelosamente, verificando, então, com pasmo, que não há ninguém ali; esperam encontrar em cada esquina uma cilada, um ataque de surprêsa, redobram de cuidados e atenções, mas, não encontram viva alma. A cidade estava deserta. Só então, verificam êles que o povo a havia

Quinta do Colégio (Bahia)

Rio Jacuípe
Rio Joanes
Baia
de
Desembocadura do Rio Paraguassú
Todos os Santos
R. Itapagipe
e Pirajá
SALVADOR
Itapoan
Ilha Itaparica
Desembocadura do Rio Jequiriçá
1 - Fte S. Antonio
2 - Fte do Mar
3 - Fte S. Felipe
4 - Fte S. Francisco
5 - Fte S. Bento
6 - Fte Rosario
7 - Fte S. Maria
8 - Fte S. Diogo

abandonado. Repentinamente estruge o ar com o ronco surdo dos 500 canhões da esquadra holandesa, bombardeando a cidade; o almirante Willekens, observando àquele estranho silêncio, desconfiado de uma cilada, lança uma chuva de ferro e fogo sôbre a cidade abandonada. Só mais tarde, soube Willenkens, que estava bombardeando suas próprias tropas, que procuravam chegar ao palácio do govêrno, cessando o fogo, então.

Só quando as tropas holandesas chegaram ao palácio foi que encontraram o governador geral, seu filho Capitão Antônio de Mendonca, o Capitão Lourenco de Brito, que estava ferido, o sargento mor Francisco de Almenda e Brito, e, o auditor geral Pero Casqueiro da Rocha; ao entrar o inimigo no palácio o governador Diogo Furtado de Mendonca ainda tentou pôr fogo em uns barris de pólvora que ali estavam, sendo impedido de fazê-lo pelo auditor geral, que lhe arrancou das mãos o morrão acêso; à vista disso, o governador geral arranca de sua espada disposto a morrer combatendo, mas, foi dominado, prêso e levado para bordo da capitânea holandesa, com os que o acompanhavam. "Atados dois a dois pelos braços".

Havia, enfim, caído a cidade do Salvador, a capital do Brasil colonial! 10 de maio de 1624! Comecou então o saque da cidade pelas tropas holandesas. Foi infrene e total, não ficando isenta casa alguma. No palácio, os holandeses apossaram-se de jóias, objetos, móveis, colchas, tapetes, linhos, armas encrustadas de pedrarias, roupas, além de 17.120 reales, 162 pinhas de prata e 1.625 marcos de peças lavradas de serviço, do palácio.

Tôdas as casas, armazéns, depósitos e navios do pôrto, foram vasculhados, apresando os holandeses um botim imensamente rico, de imensas cargas de couros, fumo, azeite, vinhos, alfaias de seda, ouro, prata, imagens, muito pau brasil e 4 mil caixas de açúcar. Entre as numerosas imagens de prata, levaram êles treze de grande tamanho, representando a Virgem e os Apóstolos.

O saque foi imediatamente pôsto em vários navios por ordem de Willekens, que logo os fêz velejar para a Holanda.

Os holandeses tiveram, apenas, 50 mortos na luta.

Outros navios portuguêses e espanhóis, que não tinham tido conhecimento da conquista da Bahia pelos holandeses, e que para ali se dirigiam, ao entrarem no pôrto eram apresados pela esquadra holandesa, como o que transportava o corregedor de Potosi, D. Francisco Sarmento, que do Rio da Prata dirigia-se para Lisboa com sua família, e, por ter o navio um mastro quebrado, arribara na Bahia para concertá-lo; entrando à noite sem nada desconfiar, foi pela manhã aprisionado. Só êsse navio trazia 700.000 pêsos em valores e prata.

Os holandeses tendo tido ciência que uma grande esquadra luso-espanhola vinha procurar libertar a Bahia, começaram a reter todos os navios e prêsas na Bahia, com receio de serem os mesmos retomados, motivo porque D. Francisco Sarmento ficou prêso aí, em um dos navios holandeses.

O Coronel Van Dorth, que só chegara à Bahia, no "Hollandia", a 11 de maio, isto é, quando a cidade já havia sido conquistada e saqueada, e até os holandeses já começavam a talar as fazendas e sítios mais próximos da cidade, sendo homem de guerra experimentado, viu logo que os espanhóis e portuguêses tudo iriam tentar para reconquistar a capital da colônia, e que portanto, era mistér pô-la em boas condições de defesa. Leva para a cidade 49 canhões da frota e dispõe-nos em posições convenientes.

Assumindo incontinente seu cargo de governador holandês da conquista, providenciou logo a cessação do saque e o preparo da defesa, mandando reparar as fortificações semi-demolidas, e iniciando a construção de outras mais, em pontos que julgou necessário. O autor de "Fortificações da Bahia", nos informa com maiores detalhes, que: "Levantaram em tôrno da cidade outra linha de pa-

rapeitos fortalecidos com palissadas, apresentando maior desenvolvimento que a antiga, para abranger maior área; abriram bom fôsso, revestido com muralha de torrão; nas partes onde era impraticável continuá-la, fizeram, tanto interna como externamente, vários cavaleiros e fortins com baterias; e reconstruiram a porta de Santa Catarina. Êste novo sistema de defesa fechava a praça desde o despenhadeiro sôbre o mar, da parte do norte até a do sul, finalizando na praia; para completar a obra, do lado de terra, formaram extenso dique. À borda da reprêsa, elevaram os flamengos dois revelins", que guarneceram com seis peças de bronze (ver Santos Vilhena).

Em uma das gravuras de Barléus vê-se essa reprêsa (*).

Pollticamente, com muita sabedoria, agiu o Coronel Van Dorth, apresentando-se como um governador tolerante, benigno, atencioso, que prodigalizava concessões e favores a quantos habitantes o procuravam para fazer pedidos; convidou o povo a voltar para a cidade, confiante, pois, prometia respeitar os usos e costumes, a religião e a língua, dando tôda a segurança que exigissem, mas, só os judeus e cristãos novos e alguns negros escravos apresentaram-se para viver sob o domínio holandês.

A concessão de passaportes para visitar os prisioneiros e para entrar ou sair da cidade comerciando, estabelecida pelos holandeses para captar a simpatia dos moradores da terra, era ampla, tanto que, os moradores delas se aproveitarão para fazer viajar por mar para as capitanias mais próximas, cêrca de trezentas pessoas, em geral mulheres e crianças, sendo que um navio partiu até para o Rio de Janeiro. Narra Aldenburg, que Albert Schouten e diversos capitães da armada e do exército, festejaram ruidosamente o carnaval de 1625, durante mais

---

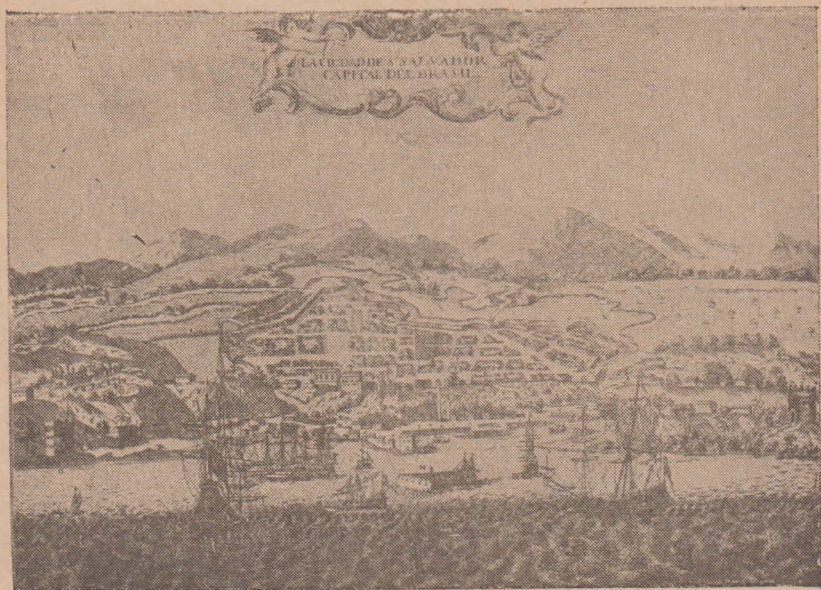
(*) O nome certo dêsse gravador é Kaspar van Baerle, que traduzido para o latim deu Barleus.

de oito dias seguidos, dando grandes banquetes "de muito comer e beber"; nesse período, embriagados, oficiais e praças dos navios disparavam seus canhões contra a cidade, bem como do forte do Mar.

E' fácil imaginar-se a imensa repercussão, em Portugal e Espanha, da notícia da conquista da Bahia pelos holandeses. Houve "lástimas, tristezas e sobressaltos", só então, avaliando as autoridades da Europa o perigo grande de perderem o Brasil. Na Espanha explodia com violência o sentimento do orgulho ferido; em Portugal, manifestava-se com extraordinário entusiasmo o sentimento nacional ainda vivo e forte na alma portuguêsa.

Felipe IV sentia-se ofendido em seu imenso orgulho real com a queda da Bahia, mas, acreditava que com êsse golpe os holandeses queriam afastar sua atenção da guerra que lhes fazia na Holanda, ou talvez, forçá-lo a afastar as naus de defesa da costa da Espanha, onde se sucediam os ataques holandeses. Mas, quando se espalhou a notícia de que os inglêses iam unir suas fôrças à dos flamengos, e fazer rei do Brasil o Eleitor Platino, aí se agravou sobremaneira o temor da côrte espanhola, que mediu em tôda a profundidade o perigo que representava a Bahia em poder do inimigo hereje.

Precipita-se Felipe IV em providências, bem de acôrdo com a extrema mentalidade religiosa da época, e particularmente com a da côrte espanhola, para expulsar os holandeses da Bahia; assim, ordenou:

— que Portugal inquirisse dos crimes que haviam acarretado essa visitação da vingança divina, e conseqüentemente os punisse;
— que fôsse feitas novenas por todo o Reino, rezando-se depois da missa uma ladainha e preces preparadas para essa ocasião;
— que num dos nove dias de prece devia sair uma procissão solene do povo, em tôdas as cidades, vi-

Nesta estampa de Barléus vê-se a reprêsa de refôrço da defesa holandesa da cidade do Salvador.

las e aldeias, e dos religiosos, em todos os mosteiros;

— que o Sacramento devia ser exposto em tôdas as igrejas de Lisboa;

— que Portugal mandasse todo o socôrro possível, não só à Bahia, mas às outras partes do Brasil também, para que os rebeldes não tomassem pé no Estado, nem se lançassem para fora da cidade que tinham tomado;

— e por fim, que fôsse aparelhada a Grande Esquadra do Oceano, para ir restaurar a cidade perdida, devendo Portugal contribuir com as naus que pudesse.

Os portuguêses, que bem sabiam o valor da sua colônia, estimulados pelo sentimento nacional, e vendo a Espanha pela primeira vez interessar-se por alguma coisa de Portugal e solicitar seu concurso, feito por cartas pessoais do rei da Espanha aos nobre portuguêses, apressaram-se em por à disposição da causa, seus bens e suas pessoas. Foi uma onda de entusiasmo e ardor guerreiro que sacudiu Portugal até aos alicerces. Todos porfiavam em seguir para a cruzada santa de libertar a Bahia, e todos contribuiam para equipar uma esquadra. As contribuições em dinheiro foram enormes.

Desde logo foram enviados os primeiros socorros, apressadamente, para o Brasil, por D. Diogo de Castro, conde de Bastos, e D. Diogo da Silva, conde Mordomo Mor, então regentes do Reino de Portugal; êsses reforços eram:

— Para **Pernambuco:** duas cavavelas, comandadas por Francisco Gomes de Melo e Pedro Cadena, que sairam de Lisboa a 8 de agôsto de 1624, transportando 120 praças, 50 quintais de pólvora, 1.100 pelouros de guerra de tôda a sorte, 20 quintais

de chumbo em pão, 1.300 arcabuzes de Biscáia aparelhados, 14 quintais de chumbo em pelouro, 200 lanças e piques e 4 arrobas de morrão;

— Para a **Bahia**: três caravelas, comandadas por D. Francisco de Moura, Jerônimo Serrão e Francisco Pereira de Vargas, com 150 praças, 300 arcabuzes aparelhados, 50 quintais de pólvora, 10 arrobas de morrão, 29 quintais de chumbo em pão e 150 fôrmas de fazer pelouro;

— Para o **Rio de Janeiro**: a caravela "N. S. da Penha de França", que saiu de Lisboa a 19 de agôsto de 1624, levando Salvador Corrêa de Sá e Benevides, com o socôrro de 80 praças armadas com arcabuzes de Biscáia, 14 quintais de pólvora, 8 quintais de chumbo, e 3 arrobas de morrão, para seu pai Martim de Sá, governador daquela capitania.

A caravela de Gomes de Melo chegou a Pernambuco em fins de setembro de 1624, e a de Pedro Cadena, que tinha passado na ilha da Madeira, para avisar suas autoridades dos acontecimentos, chegou dias depois; à chegada de Gomes de Melo a Pernambuco, houve extraordinário alvorôço, repicando todos os sinos, pela boa nova de que a Espanha e Portugal estavam em apressados preparativos para socorrer a Bahia, fato que havia causado grande consternação e desassocego em tôdas as capitanias.

As caravelas sob o comando de D. Francisco de Moura, nomeado capitão mor da Bahia, aportaram em Pernambuco, onde, por ordem real, devia êle conversar com o governador da capitania, Matias de Albuquerque, para acertar o melhor meio de levar o socôrro à Bahia; trouxera êle, também, uma carta de El Rei para Matias de Albuquerque, na qual lhe era determinado que "concertasse com o portador da carta, homem muito entendido

em coisas de guerra, o que cumpria fazer-se; mandava alistar e organizar tôda a gente das Ordenanças e os índios do Rio Grande (do Norte) e da Paraíba, e os mais até ao rio S. Francisco, armados de flexas, para os levar à Bahia na frota, quando aí aportasse. Mandou ir juntando provisões, requisitando-as das capitanias, farinha de guerra do Rio de Janeiro, porcos chacinados de São Paulo e carnes sêcas ou enxercadas de Sergipe".

Matias de Albuquerque poz à disposição de D. Francisco de Moura seis caravelões, nos quais foram transportados a gente e socorros que vinham nas caravelas, além de mais oitenta mil cruzados de provisões que Matias de Albuquerque forneceu; nesses caravelões seguiram também, Manoel de Souza D'Eça, capitão mor do Pará, e Feliciano Coelho de Carvalho, filho do governador do Maranhão, e suas tropas, que vinham em socôrro da Bahia.

A 3 de dezembro de 1624 chegou D. Francisco de Moura ao pôrto de Braz Afonso, a doze léguas do Salvador, alcançando daí por terra o arraial do Rio Vermelho.

O arraial do Rio Vermelho

Que arraial era êsse? No dia seguinte ao pânico e fuga dos habitantes do Salvador, achando-se êles espalhados um pouco por tôda parte, manifestou-se clara e positivamente àquele sentimento de cooperação dos moradores, encontrando os fugitivos abrigo e socôrro em todos os engenhos, fazendas, sítios e casas, onde haviam chegado.

Os homens válidos, abrigadas suas famílias, começaram a juntar-se e a combinar os meios de reagir contra o invasor. Desde logo, foram enviados emissários a tôdas as capitanias, pedindo socôrro e remessa de reforços militares, a fim de ajudá-los a reconquistar a cidade. E já todos começavam a juntar-se na redução do Espírito Santo, para onde afluiam também, muitos índios amigos,

todos bons guerreiros. Inicialmente, concordaram todos em impedir que os holandeses se espalhassem para fora da cidade, como medida de segurança de suas famílias. A redução do Espírito Santo, residência do bispo, tornou-se um foco de atração, em breve convertendo-se em um acampamento militar; ali estavam, além do bispo e seu clero, desembargadores, oficiais, senhores de engenho e as mais gradas pessoas do Salvador.

Era uso, então, serem entregues às autoridades locais, documentos lacrados chamados "vias de sucessão", nos quais vinham indicados os sucessores das autoridades, em caso de impedimento das mesmas, devido à grande dificuldade de comunicações e transportes; estando D. Diogo Furtado de Mendonça prisioneiro, o govêrno acéfalo, os padres da Companhia, que estavam de posse dêsse documento, apressaram-se a reunir todos os que ali se achavam, para abrir e ler as "Vias de Sucessão". Ali estava indicado como sucessor de D. Diogo Furtado de Mendonça Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco.

Imediatamente foi enviado um portador para levar a notícia a Matias de Albuquerque, que havia sido indicado governador geral do Brasil. Como o trajeto tivesse de ser feito por terra, demorado, portanto, àqueles da reunião designaram para assumir o comando no momento, em eleição, o desembargador Antão de Mesquita Oliveira, homem idoso, do qual não era de esperar nenhuma ação rápida, nem energia combativa.

Em suas "Memórias", diz Inácio Acioli de Cerqueira e Silva que o desembargador Mesquita de Oliveira, por sua avançada idade renunciou o mandato em favor dos capitães Lourenço Cavalcanti, e Antônio de Barros Cardoso, desde logo elevados aos postos de coronéis; mas, êstes, cederam-no ao bispo D. Marcos Teixeira, a figura dominante daquele acampamento. O Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiros, no seu "Parecer sôbre o índice

cronológico e apêndice de Diogo Soares da Silva de Bivar", de 22 de novembro de 1850, escreve: "O Pe. Bertolomeu Guerreiro, da Companhia de Jesus, que no próprio ano de 1625 em que se recuperou a Bahia, historiou com documentos ministeriais àquele feliz sucesso, declara que foram três eleições distintas; isso mesmo se repete em 1628, na sua História daquela restauração Dom Thomaz Tâmio de Vargas, Cronista d'El Rei de Espanha (*).

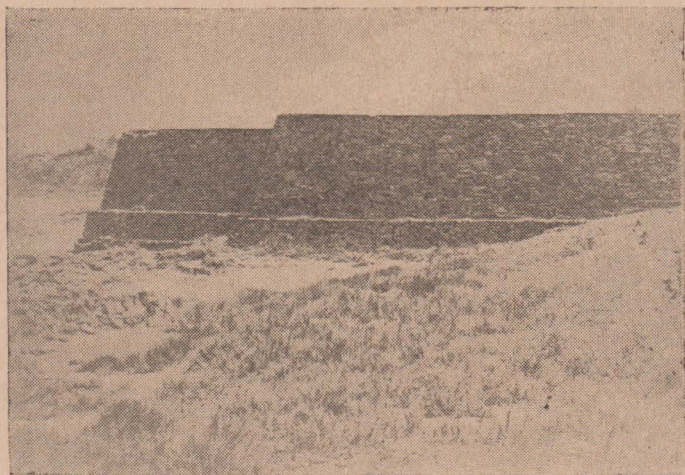
O fato é que ficou como governador interino o bispo D. Marcos Teixeira.

D. Marcos Teixeira, penitenciando-se dos erros cometidos, talvez de boa fé, tomara uma atitude decisiva de combate ao invasor, incitando com o seu exemplo uma forte reação nos espíritos de todos. A seguir, foi o bispo D. Marcos aclamado, também, capitão mor, e tendo vestido seu arnez de guerra, com a roupeta por cima, apresentou-se como um chefe militar enérgico e capaz.

Proibiu terminantemente, sob pena de morte, relações de qualquer espécie com o inimigo; chamou às armas tôda a gente válida da capitania; proibiu as culturas pelas quais os holandeses se interessavam; providenciou o abastecimento do acampamento, e, já contando com quase 2.000 índios flexeiros e muitos moradores, lançou-os à caça dos holandeses que andassem fora do recinto da cidade.

Os holandeses andavam tão despreocupados de uma reação, pela facilidade com que haviam ocupado a cidade, que podiam ser surpreendidos, e porisso, D. Marcos projetou salvar o governador Diogo Furtado de Mendonça, prêso em um navio ancorado no pôrto, dando ao mesmo tempo um golpe de surprêsa para ver se recuperava a

---

(*) O livro do Padre Bartolomeu Guerreiro era: "Jornada dos Vassalos da **coroa de Portugal, para se recuperar a Cidade do Salvador,** na Bahya de Todos os Santos, tomada pellos Olandeses a oito de Mayo de **1624, recuperada ao primeiro de Mayo de 1625".**

Ruínas do forte do Rio Formoso

carmentos como o que já haviam sofrido. Ponderando bem, sem domínio no mar, em reunião que foi convocada, foi mostrada a necessidade de ser organizada uma forte posição, que servisse de base às operações futuras, certamente de maior vulto, desde que chegassem os prometidos reforços das outras capitanias, de Portugal, das ilhas, e talvez da Espanha.

Debatido o assunto, foi aprovada a imediata mudança para o outeiro do Rio Vermelho, "posição estratégica magnifica", onde poderiam ficar protegidos contra qualquer golpe de surprêsa dos holandeses, e de onde, muito poderiam prejudicá-los com ataques de surprêsa. Depois, estando o arraial que aí se formou só a cêrca de uma légua da cidade, facilitava sobremaneira organizar-se o cêrco da cidade, impedindo completamente a entrada ou saída de quem quer que fôsse.

Feita ràpidamente a mudança, estabelecido o arraial em tôrno do forte construído, foi a defesa organizada com a seguinte disposição: "Em Tapagipe, defronte à fortaleza de S. Felipe, que ocupava os holandeses, estava uma trincheira com duas peças de bronze, onde assistiam os capitães Vasco Carneiro e Gabriel da Costa, com uma companhia do presídio, com 40 soldados; e não muito longe desta estava outra, em outro caminho, com cinco falcões e duas ronqueiras, em que assistiam os capitães Manuel Gonçalves, Luiz Pereira de Aguiar e Jorge de Aguiar; e junto ao mar e pôrto, outra onde estava o capitão Jordão de Salazar, da ermida de S. Pedro; para a vigia estavam os capitães Francisco de Castro e Agostinho de Paredes, com 60 homens de vigia. Para o Rio Vermelho, com 40 homens, na roça de Gaspar de Almeida, estavam Francisco Padilha e Luiz de Siqueira".

Comandavam as diversas tropas de ataque, independentes, Pero de Campos, Diogo Mendes Barradas, Antônio Freire, e outros; Lourenço de Brito, capitão dos Aventureiros, comandava a reserva geral, "que acudia a tôdas as partes".

O arraial do Rio Vermelho era de fácil defesa, porque para escalar o outeiro onde êle estava, só havia três caminhos, já guarnecidos, como vimos.

Ia iniciar-se então, um período de duras lutas, que não dariam mais aos holandeses um só momento de sossego, e que amargaria em suas bôcas o sabor da vitória e dessa conquista. A gente do Brasil ia lutar, lutar para vencer!

IV

A RECONQUISTA DA BAHIA

Morte do governador holandês da Bahia — Sítio de Salvador — Morte do segundo governador holandês da Bahia — D. Francisco de Moura — A frota portuguêsa de socôrro — O ataque — A rendição — O saque de Salvador por espanhóis e italianos — Criação do Têrço da Bahia — A esquadra holandesa de socôrro.

E' estranho que o comandante e governador holandês, não tivesse nos primeiros momentos depois da vitória, procurado localizar o reduto das autoridades baianas, para destruí-las ou aprisioná-las, garantindo efetivamente a posse de Salvador. Os dias passaram-se, talvez, pensando o Coronel Van Dorth que a atitude pacífica seria mais aconselhável.

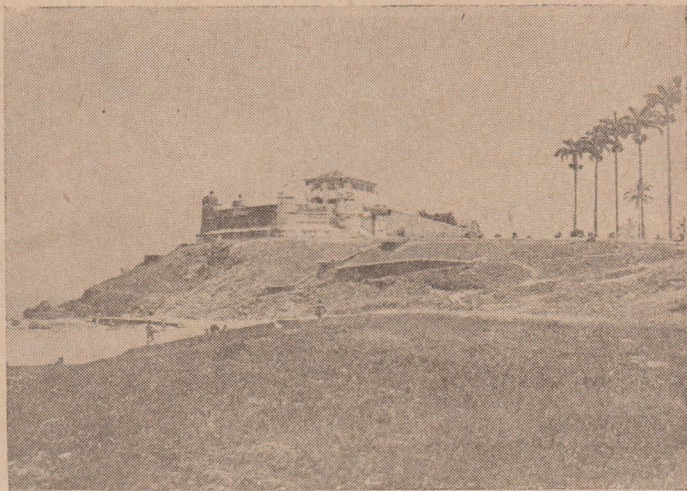
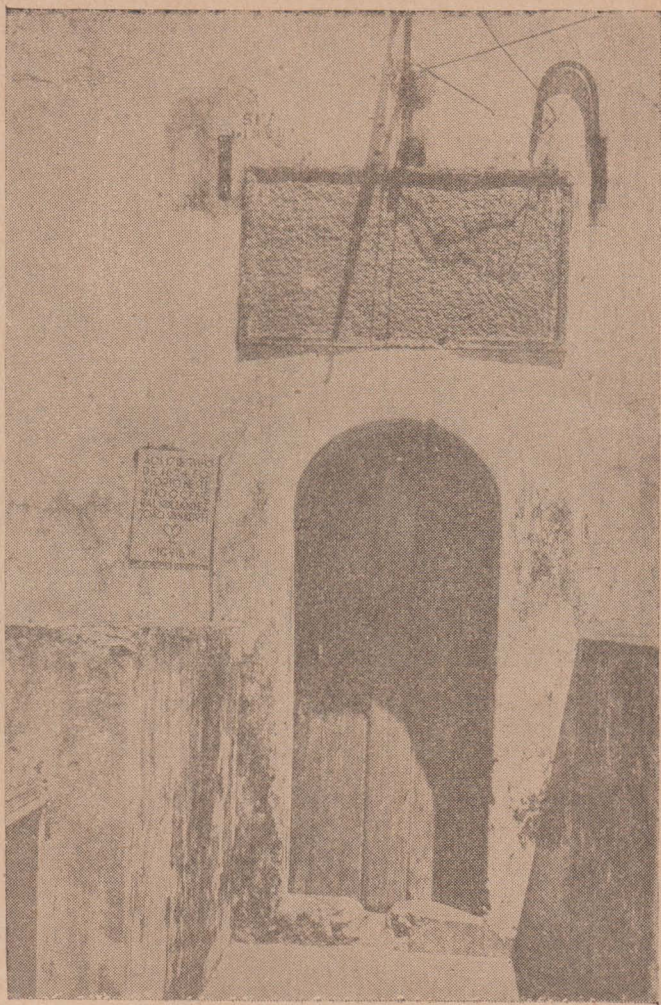
Os moradores, porém, desde a primeira hora, haviam começado a caça aos holandeses fora dos muros da cidade; desde que se localizaram no Arraial do Rio Vermelho, êsses ataques, essas emboscadas, tomaram grande intensidade, sendo quase certo ao holandês que se afastava da cidade, ser morto. O coronel Van Dorth, desejoso de por um têrmo a essas atividades, sabendo que os ataques partiam do Rio Vermelho, decidiu ir fazer um reconhecimento àquele lugar, aproveitando a oportunidade para ir fazer uma inspeção ao forte S. Felipe.

No dia 17 de junho, montando a cavalo, à frente de 100 homens, rumou para o forte de S. Felipe, de onde seguiria até perto do Rio Vermelho. Os defensores do Arraial do Rio Vermelho, dispunham de um bom serviço de vigilância e informações, sendo logo cientificados dessa excursão, e reconhecimento do Coronel Van Dorth, preparam-lhe uma emboscada para quando retornasse á cidade. O coronel Van Dorth fêz a inspeção no forte, adiantou-se um pouco mais até certa distância do Rio Vermelho, sem nada encontrar nem ver, e dispoz-se a voltar à cidade.

Quando deixou o forte de S. Felipe para trás, a curta distância, adiantou-se da escolta, sendo só acompanhado pelo seu ordenança, indo cair na emboscada que lhe havia sido preparada; de surprêsa, o capitão Francisco Padilha e seu primo Francisco Ribeiro, atiram, matando-o e ao seu ordenança, ao mesmo tempo que Afonso Rodrigues, da Cachoeira, com seus tupinambás, surpreendia, flexava e punha em debandada a escolta, que deixou muitos mortos. Os índios cortaram as cabeças e os pés dos mortos, que levaram como troféus de guerra, antes que a guarnição do forte pudesse agir contra êles.

Pode-se bem avaliar a consternação, o temor, o desassocego dos holandeses, ao saberem da morte de seu comandante e governador. Providências imediatas foram dadas para a recuperação do corpo, que no dia seguinte foi enterrado no chão da Sé, com tôdas as honras fúnebres e militares a que êle tinha direito.

Sentiam os holandeses, na sua consternação, que êsse golpe era um aviso dos perigos e situações dramáticas que os iam constranger daí por diante, em escala crescente. Sucedeu ao coronel Van Dorth, no govêrno e comando, o coronel Albert Shouten, (*), a quem ia caber a dura missão de enfrentar a exaltação revidadora da gen-

(*) O Barão do Rio Branco dá o nome dêsse oficial como sendo Albert Schot,

Forte de Monteserrate levantado no local do forte de São Felipe, junto ao portão do qual foi morto o governador holandês Coronel Johan Van Dorth.

Portão do forte de Monteserrate (antigo S. Felipe) construído por D. Francisco de Sousa, com a placa comemorativa nela aposta pelo Histituto Histórico e Geográfica da Bahia.

te da terra, que, entusiasmada com aquele golpe feliz, mais intensificara a pressão contra os holandeses, que agora, não mais ousavam sair da cidade.

Mais decididos e ousados ficaram os defensores do arraial do Rio Vermelho, quando em agôsto, apresenta-se no arraial o pernambucano Antônio de Morais, com a tropa que organizara à sua custa; pois, logo preparam com cuidado, o assalto ao forte de Itapagipe, por essa tropa, que foi muito bem sucedida. Era outra vitória animadora, à espera de outras mais.

Em setembro, tendo adoecido gravemente o bispo D. Marcos Teixeira, "mais de cansaço e trabalhos", Matias de Albuquerque, que não podia abandonar a defesa de Pernambuco, envia-lhe para o substituir seu lugar-tenente Francisco Nunes Marinho d'Eça, com os reforços remetidos por Pernambuco, Pará e Maranhão.

No mesmo dia da chegada dessas fôrças, o bispo D. Marcos Teixeira passa-lhe o Govêrno Geral; a 8 de outubro falecia o bispo, sendo sua morte muito sentida. Foi sepultado com tôdas as honras na Capela da Conceição do Engenho da cidade.

Francisco Nunes Marinho d'Eça, dias depois de haver assumido o govêrno, adoece gravemente, mas, para que o moral dos defensores do Rio Vermelhos não esmocesse, ordenou ao seu assistente, capitão João Barbosa, que a qualquer pessoa que o procurasse dissesse que ia consultá-lo e resolvesse como melhor lhe parecesse; João Barbosa agiu com tal habilidade e bom senso, que só quando Nunes Marinho sarou, foi que se soube a verdade.

Mandou êle, então, fazer mais duas trincheiras, uma em Tapuipe e outra em S. Bento; também, poz dois barcos de vigia, para prevenir a quaisquer navios amigos, que sem saberem estar o pôrto ocupado pelos holandeses, nêle quizessem entrar, o que veiu, de fato, salvar muitos navios portuguêses e espanhóis; fêz, um novo caminho

do arraial para a cidade, muito mais curto, que facilitava a movimentação das fôrças de ataque à cidade.

Pode dizer-se que os holandeses, nessa ocasião, só dominavam o pôrto; por todo o litoral do Recôncavo, grupos de índios flexeiros tornavam mortais quaisquer tentativas de desembarque para abastecimento dos holandeses. Na ilha de Itaparica, onde iam buscar água, frutas, provisões, os holandeses só desembarcavam com fortes efetivos e a duras penas. Se os moradores da terra dispuzessem então, de algumas naus de guerra, com facilidade forçariam os holandeses a render-se ou retirar-se da Bahia.

E' de causar espanto a atitude militar dos holandeses na Bahia; morto Van Dorth, quando o ânimo dos defensores da terra ia mais entusiasta por uma reação violenta, vemos o almirante Willekens partir para a Holanda, como se nada mais a fazer houvesse, e dar ordem a Pieter Heyn para seguir para Loanda a fim de conquistá-la, deixando o governador holandês e suas tropas sem apoio algum por mar. Somos levados a crêr, que a velha mentalidade corsária dos atacantes, predominava ainda, e feito o saque, carregados os navios com os despojos, pouco se lhes dava conservar a posse da Bahia.

Nem sequer veiu da Holanda um substituto para o coronel Van Dorth. Quando o sítio da cidade apertou, os chefes holandeses na Bahia certamente clamaram pela remessa de socorros, mas a Companhia das Índias Ocidentais, sabendo estarem suas fôrças bem armadas, bem municiadas, bem supridas, não deram importância ao pedido, tanto mais que desconheciam o valor da forte reação dos moradores da terra, já afeitos a lutar sem esmorecimentos contra quantos vinham ao Brasil, tentar apossar-se de um pedaço da terra.

Não podiam os holandeses desconhecer as transitórias ocupações do litoral do Rio de Janeiro e do Maranhão pelos franceses, ou das margens do Amazonas por outros alienígenas e seus patrícios, de onde foram sempre repelidos com maior ou menor dificuldade, mas, também, efi-

cientemente. Quando o Conselho dos Dezenove, de Amsterdam, quiz agir, era tarde.

Na Bahia, dura foi a luta, porque extrema era a carência de armas e pólvora, tendo os defensores da terra que conquistá-las aos holandeses, em feros combates a arma branca e flexas. Daí, sempre que podiam, provocarem os do arraial do Rio Vermelho a luta corpo a corpo, em a qual os do Brasil levavam sempre nítida vantagem. Os índios, que constituiam a maior parte dos defensores da terra, eram temidos pelos holandeses particularmente, e com justa razão, porque, mesmo andando com fortes contingentes pelas estradas, repentinamente choviam flexas mortíferas sôbre êles, provocando o pânico e a debandada; enquanto o holandês armava o suporte, punha o arcabuz em posição, acendia o morrão e preparava o tiro, o que sucedia raramente, seu corpo já havia sido varado por várias flexas, muitas das quais ervadas. Ao valor de Francisco Nunes Marinho deve-se a retomada do forte de S. Antônio da Barra, num golpe ousado e feliz.

Uns dois meses depois de Nunes Marinho haver assumido o govêrno geral, como lugar tenente de Matias de Albuquerque, chegou de Portugal D. Francisco de Moura, nomeado capitão mor do Recôncavo, que, como já vimos, veiu comandando os primeiros reforços enviados de Portugal, e trouxe a grata notícia de que Portugal e Espanha desenvolviam os maiores esforços para enviar uma poderosa esquadra em socôrro da Bahia.

O coronel Albert Shouten, ao ter conhecimento da chegada de refôrço para seus sitiadores, ativou a organização da defesa da cidade e do pôrto, tendo acabado a reconstrução e aperfeiçoamento do forte da barra; "aproveitando-se de um grande vale que a cidade tem da parte do Leste, de uma água que por êle corria, a represou de modo que a fêz subir tão alto que alagou as cêrcas de S. Francisco e de S. Bento... e destruiu algumas casas que por aí estavam". E' esta a reprêsa que Barléu mostra

em uma de suas estampas, e que Santos Vilhena diz ter sido construída por Van Dorth.

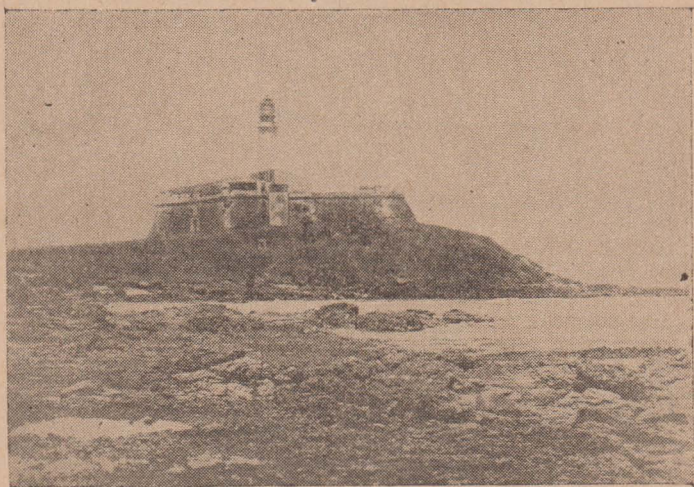
Os moradores da terra, atacavam contìnuamente, por todos os meios e modos os mais surpreendentes, trazendo os holandeses em crescentes dificuldades. Lutava-se de dia e de noite, sendo os holandeses surpreendidos nos locais menos esperados. Num dêsses ataques de surprêsa, é morto por tiro de mosquete, o governador holandês coronel Albert Schouten, a 24 de janeiro de 1625 (*).

E' fácil compreender-se, o quanto a repetição da morte do governador da praça e comandante das fôrças holandesas, afetou os holandeses, e o quanto exaltou os filhos da terra. E repetiram os holandeses aquelas solenidades fúnebres e militares, pomposas, solenes, de enterrar no chão da Sé, o corpo do seu governador e chefe, como o outro morto pelo inimigo, defensor da terra. Foi promovido a coronel, assumindo então, o cargo de governador e comandante das fôrças holandesas, um irmão do morto, Guilherme Schouten, seu sargento mor.

No dia do entêrro de Alberto Schouten, que foi o mesmo da posse de Guilherme Schouten, chegou da Holanda uma nau trazendo o ridículo refôrço de 60 praças, na certa, resposta aos insistentes pedidos de Albert Schouten, que bem avaliava o perigo de morte que se aproximava. Pode-se bem avaliar o nervosismo que já dominava os holandeses, de moral tão baixa pela perda de dois de seus governadores, por um fato banal; a 13 de março, houve grande alarme, porque havia dois dias uma nau desconhecida bordejava em frente à barra, como querendo reconhecer em poder de que nação estava o pôrto. Era u'a nau holandesa, carregada de ladrilhos.

O nervosismo dos holandeses era enfrentado por uma atividade grande do lado dos defensores da terra. D. Francisco de Moura tendo resolvido encurralar os holan-

---

(*) Dizem alguns historiadores que num ataque feito pelos índios.

Forte de S. Antônio da Barra

Portão do Forte de S. Maria, com a placa aposta pelo Histituto Histórico e Geográfico da Bahia.

deses nos mais estreitos limites possíveis, ativou ainda mais as operações nesse sentido. No fundo do Recôncavo, nos lagamares, nas embocaduras dos rios, foram organizadas esquadrilhas de canoas, que não deixavam sem ataque quaisquer embarcações holandesas que passassem à vista. A melhor embarcação de que dispunham os holandeses, então, era um bergantim que pertencia a D. Diogo Furtado de Mendonça; D. Francisco de Moura resolveu retomá-lo.

Êle mesmo, à noite, de espada na bôca, nadou silenciosamente para o bergantim, com quatro índios de sua confiança, e rebocaram-no até certa distância, sem serem pressentidos; depois, de surprêsa, saltam dentro da embarcação, de espada em punho, mas, não havia a bordo siquer uma vigia.

Põem os remos no bergantim e trazem-no a lugar seguro, com grande satisfação.

A situação para os holandeses era já tão perigosa, que o comandante holandês proibiu, sob pena de morte, que os holandeses, qualquer que fôsse o motivo, transpuzessem os muros da cidade. Esperavam os holandeses por um socôrro maior, que já lhes fôra prometido, porisso, agarravam-se de unhas e dentes às posições que ainda podiam manter.

Tinham êles artilhado a cidade com 150 bôcas de fogo, e agora, dispunham no pôrto de 10 naus de guerra e 18 naus de comércio; tôdas as fortificações haviam sido dotadas de largos e profundos fossos; nas bôcas das ruas, haviam sido colocados cavalos de frisa com estrepes aguçados. Contavam êles, com 1.600 soldados holandeses, 700 mercenários de vários países e 500 negros escravos, libertados para combaterem. Como havia munições e mantimentos para muitos meses de assédio, estavam, sem dúvida, preparados para uma longa e tenaz resistência.

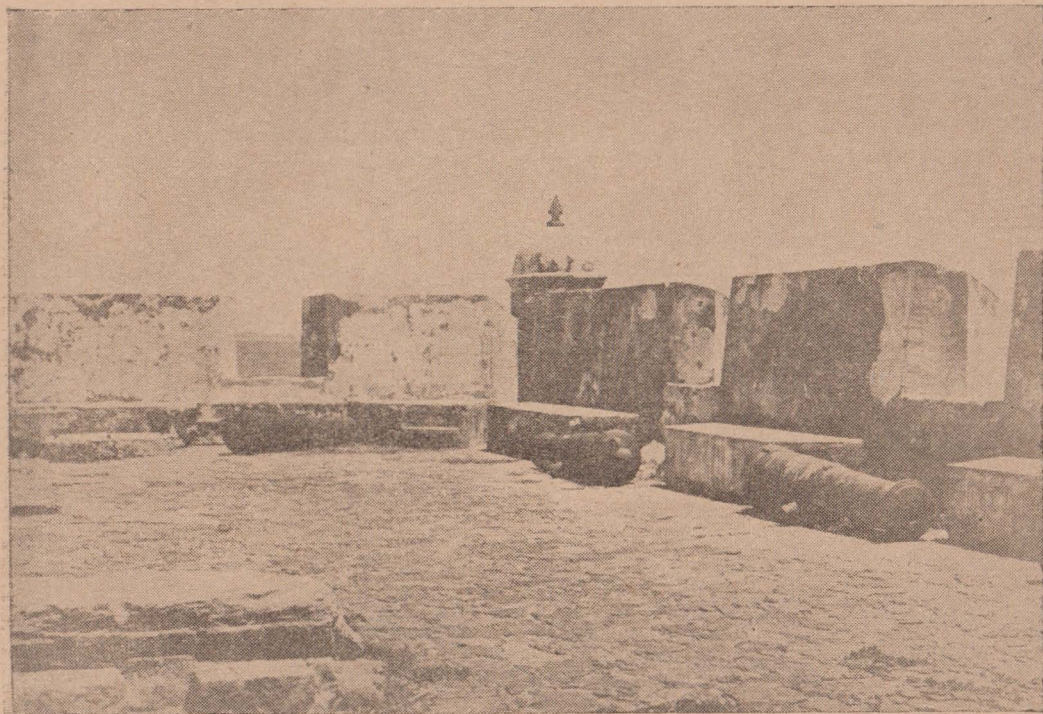
Um cronista da época, comentando as defesas dos holandeses, diz que "para reforçar os muros da cidade e as portas, levantaram uns montes de terra tão altos que

mais pareciam criados com o poder da natureza, que levantados à fôrça de braços, e a mesma terra que tiravam abria uma cova tão profunda quanto era a altura dos baluartes. Fizeram sobressair por cima umas pontas de pau tão agudas e unidas sôbre si que dificultavam notàvelmente a subida se alguém a intentasse".

Os reforços enviados pelas capitanias do sul, começaram a chegar; Salvador Correia de Sá e Benevides, que saíra do Rio de Janeiro, por ordem de seu pai, o governador Martim de Sá, levando os socorros à Bahia, chegara ao Espírito Santo com 250 brancos bem armados e 70 índios flexeiros, quando ali apareceu a esquadra de Pieter Heyn, a 16 de março de 1625, de volta da África.

O governador de Loanda, Fernão de Souza, defendera-se tão bravamente, que Pieter Heyn, apesar de sua louca coragem, não conseguiu cumprir sua missão de conquistá-la, tendo que se contentar com o magro lucro de uma caravela espanhola e duas naus menores, que lá chegavam de retôrno do Brasil. Navegara Heyn para o Brasil novamente, e fôra tentar atacar e apossar-se do Espírito Santo, sem saber que Salvador Correia de Sá lá chegara com aqueles reforços para a Bahia.

Pieter Heyn, manda fazer um desembarque com 300 mosqueteiros, na praia fronteira; Salvador de Sá acorre com sua gente, e depois de dura luta vence os holandeses, obrigando-os a reembarcar com pesadas perdas. No dia seguinte, Pieter Heyn tenta novo desembarque, com maiores fôrças, sob o comando de Guilherme Ians, em ponto mais acima, mas, Guilherme Ians tendo sido morto logo no início do combate, os holandeses perderam a coragem, reembarcando, de novo, apressadamente, sob densa chuva de flexas e balas.

À vista dêsses insucessos, Pieter Heyn faz subir o rio quatro caravelões cheios de tropas, para atacar a vila pela retaguarda; no percurso, foram os holandeses apossando-se de várias canoas e de um caravelão de Salvador de Sá; êste, preparou uma emboscada para a volta dos

Forte de Santa Maria, auxiliar da defesa de forte Santo Antônio da Barra.

holandeses, quando os surpreendeu, atacando-os com tal fereza que matou grande parte dos holandeses que iam nos caravelões, retomando suas embarcações. Só aí, perderam os holandeses 100 mortos e alguns prisioneiros.

No dia seguinte, Pieter Heyn manda um parlamentar propôr a troca de prisioneiros, que não foi aceita; retorna Pieter Heyn com uma proposta de resgate para um sobrinho seu, mas, Salvador de Sá informou-o de que, seu sobrinho estava entre os mortos no combate. Imediatamente a esquadra de Pieter Heyn fêz-se de velas, retirando-se.

A frota de socôrro

Portugal inteiro, cheio de afã e patriotismo, havia se mobilizado para aparelhar uma esquadra, que devia juntar-se à Grande Esquadra do Oceano, espanhola, para ir em socôrro da Bahia. Esta esquadra portuguêsa, de 22 naus de guerra e 4 transportes, apresou logo no início da viagem para Cabo Verde, um navio turco de munições, o que foi considerado um bom augúrio; tendo saído do Tejo em fins de novembro de 1624, sob o comando do almirante D. Francisco de Almeida, levava 4.000 homens de desembarque, sob o comando de D. Manoel de Menezes, que em sua oficialidade contava com representantes de tôda a nobreza portuguêsa, foi a Cabo Verde, ponto de encontros, esperar a esquadra espanhola.

No dia 14 de janeiro, em viagem, desgarrou-se o galeão "Conceição", sob o comando de Antônio Muniz Barreto, nau que a 20 de janeiro de 1625, acossada por uma tempestade, foi dar nos baixios de Santa Ana, na Ilha do Meio, morrendo 150 soldados. Salvaram-se os demais tripulantes, a artilharia, as munições, enxarcias, material e carga, que foram recolhidos pela esquadra.

Cinqüenta dias esperou aí a esquadra portuguêsa, pela chegada da esquadra espanhola. Esta, de 37 naus, das quais 23 naus grandes, estava sob o comando do almi-

rante D. João Fajardo de Guevara, Cavaleiro de Calatrava, e trazia 7.000 homens de desembarque. O comandante das duas esquadras reunidas era D. Fadrique de Toledo Osório (*), que chegara a 7 de fevereiro com a esquadra espanhola. Ao entrar no pôrto a esquadra espanhola, as duas esquadras salvaram o encontro; logo que a nau capitânea lançou ferros, D. Fadrique de Toledo dirigiu-se para a capitânea portuguêsa para visitar o almirante português, num alto gesto de cortezia, mas, em caminho, encontrou a embarcação onde vinha o almirante português para apresentar-se. Assim fêz D. Fadrique, com os principais fidalgos portuguêses.

A esquadra rumou para o Brasil, no dia seguinte.

A nau "Caridade", sob o comando do capitão Lançarote de França, que se dirigia para a Paraíba, cujo capitão mor Afonso de França era seu tio, bateu em uns recifes ao chegar à costa paraibana; as prontas providências do capitão mor conseguiram salvar a nau e os tripulantes, exceto dois homens precipitados que se afogaram.

A nau foi recomposta, seguindo Lançarote de França com sua gente para Pernambuco, onde Matias de Albuquerque lhe cedeu seis caravelões para seguir para a Bahia; a 29 de março de 1625, quando a esquadra de D. Fadrique ancorava junto ao pontal de S. Antônio, chegavam também, os seis caravelões.

A impressão dos que viram chegar essa esquadra de 68 naus, a maior que já navegara em águas brasileiras, com 1.185 canhões e 12.563 homens de desembarque, foi de espanto e confiança, depois entusiasmo louco, alegria exuberante. O capitão mor D. Francisco de Moura imediatamente seguiu no bergantim de Diogo Furtado de Mendonça, ao encontro de D. Fadrique de Toledo, a quem comunicou a situação da guerra com os holandeses, tendo sido, então, combinado o plano de ação.

(*) Marquês de Villanueva de Valdueza, Capitão General da Real Armada e Exército do Mar Oceano.

No dia seguinte, 30 de março, estabeleceu-se a bloqueio do pôrto; D. Francisco de Moura continuava no comando das fôrças de terra, nas posições em que se achavam, e para reforçar o cêrco da cidade, foram desembarcados 4.000 homens ao sul da cidade, (sendo 2.000 espanhóis, 1.500 portuguêses e 500 napolitanos) entre São Bento e o Pontal de S. Antônio. Dias depois chegavam 300 homens, enviados por S. Paulo.

Os holandeses, ao certificarem-se de que a esquadra que chegara não era a que esperavam, e vendo sua grandeza e fôrça, sentiram que era chegada a hora decisiva.

D. Fadrique, depois de fazer ocupar todos os pontos altos, estabeleceu seu quartel general no alto do Carmo, fechando com uma compacta linha de baterias a posição por terra; com o bloqueio da esquadra, ficaram os holandeses metidos em um círculo de ferro. Ante o perigo iminente, os holandeses abandonaram alguns fortes e trincheiras distantes dos muros da cidade (Monserrate, Água dos Meninos, S. Alberto, etc.), e tôdas as que ficavam ao sul da cidade; no mar, mantiveram inação absoluta e tensa espectativa, enquanto a frota luso-espanhola não os atacou.

Guarneceram os holandeses, fortemente, o baluarte do recife em frente à cidade (S. Marcelo), e abrigaram suas embarcações entre êsse recife e a praia.

As tropas desembarcadas, começaram logo a construir trincheiras fortificadas entre S. Bento e a praia; vendo os holandeses, que as tropas portuguêsas não cuidavam da guarda, fazem de surprêsa, a 1.º de abril, às 10 horas, uma sortida violenta com 300 homens, apanhando às praças que trabalhavam quase tôdas desarmadas, matando 80 homens das tropas portuguêsas de D. Francisco de Almeida e das tropas italianas de D. Carlos Caracciolo, marquês de Torrecusa, antes que a reação fôsse iniciada. O golpe holandês acendeu a batalha geral; não deixou-se de ouvir o estrondo das bombardas, falcões, arcabuzes e mosquetes, de parte a parte, um quarto de hora

siquer, de dia e de noite, daí por diante, nos vinte e três dias que se seguiram.

"Eram tantos os pelouros no ar que milagrosamente escapavam as pessoas, assim nas casas como nos caminhos e ruas".

No dia 2 de abril, os holandeses inocentemente, quizeram repetir a sortida, no mesmo local e hora, mas, foram êles os surpreendidos, sofrendo igualmente muitas baixas. No dia 6 de abril, como os holandeses tivessem lançado brulotes contra a esquadra luso-espanhola, D. Fadrique de Toledo dá a ordem de ataque geral contra a praça.

Em terra, os sitiantes, em tôdas as posições, atacavam com energia e decisão os holandeses, que contavam com 2.000 homens, inclusive 500 negros escravos, apoiados sempre pelos fogos da esquadra, já de posse do pôrto.

No dia 14 de abril, às 22 horas, chegou à barra um patacho holandês; intimado a fazer-se reconhecer identificou-se como holandês, mas, desconfiando que aquela esquadra não era de sua pátria, fugiu. Era um dos navios da esquadra de Pieter Heyn de regresso à Holanda, depois de escarmentado no Espírito Santo.

A situação dos holandeses, a cada passo que os sitiantes avançavam, tornava-se mais crítica, tanto mais que, começara a lavrar entre os holandeses grande dissensão por causa do comando, sendo o coronel Guilherme Schouten ferido com uma alabarda e substituído por Kijff no comando. Por sua vez os mercenários, ali em grande número, começaram a procurar pretextos para evitar a luta e salvar a pele. A idéia da rendição tomou corpo e expandiu-se, por não verem mais possibilidades de salvação.

Durante todos êsses dias, combatia-se feramente, dia e noite, sem tréguas nem descanços. A 27 de abril de 1625, em um dos setores onde a luta era mais encarniçada, na bateria dos alferes Ignacio de Mendonça e João Loureiro, êstes, por iniciativa própria, resolveram assal-

tar com seus 90 homens o baluarte inimigo que defrontava, mas, ao ser iniciado o assalto, foram surpreendidos com os gritos do inimigo que queria render-se. Os oficiais subiram o baluarte, vindo logo ao encontro dêles o coronel Kijff, perguntando se estavam habilitados a negociar a entrega da praça; os oficiais responderam que não, mas, que se os holandeses queriam render-se, mandassem um parlamentar a D. Fadrique de Toledo.

No dia 28 de abril, à tarde, os holandeses mandaram como parlamentar um tambor, ao quartel do Carmo, entregar a D. Fadrique uma carta do comandante holandês. Enquanto o parlamentar seguia para o Carmo, os holandeses que estavam nas fortificações em frente à bateria das Palmeiras, anciosos por render-se, lançando fóra as armas, foram apresentar-se às tropas atacantes de mãos alçadas, para se entregarem prisioneiros.

A carta do Coronel Kijff dizia:

> "Nós, o coronel e mais membros de conselho desta cidade, havendo sabido que da parte de V. Excia. chamavam um tambor nosso para lhe falar, enviamos êste para saber o que V. Excia. nos quer dizer, e confiamos que V. Excia. consentirá que volte segundo os nossos usos de guerra".

Isto significava que os holandeses estavam anciosos por render-se, mas queriam evitar a humilhação de dar o primeiro passo. D. Fadrique compreendeu-os e respondeu-lhes como covinha, isto é, "que de sua parte nenhuma indicação fizera, mas que conforme a prática dos sítios, se tinham os sitiados que fazer alguma proposta, êle as ouviria cortezmente, quando não se opuzessem ao serviço de Deus e d'El Rei".

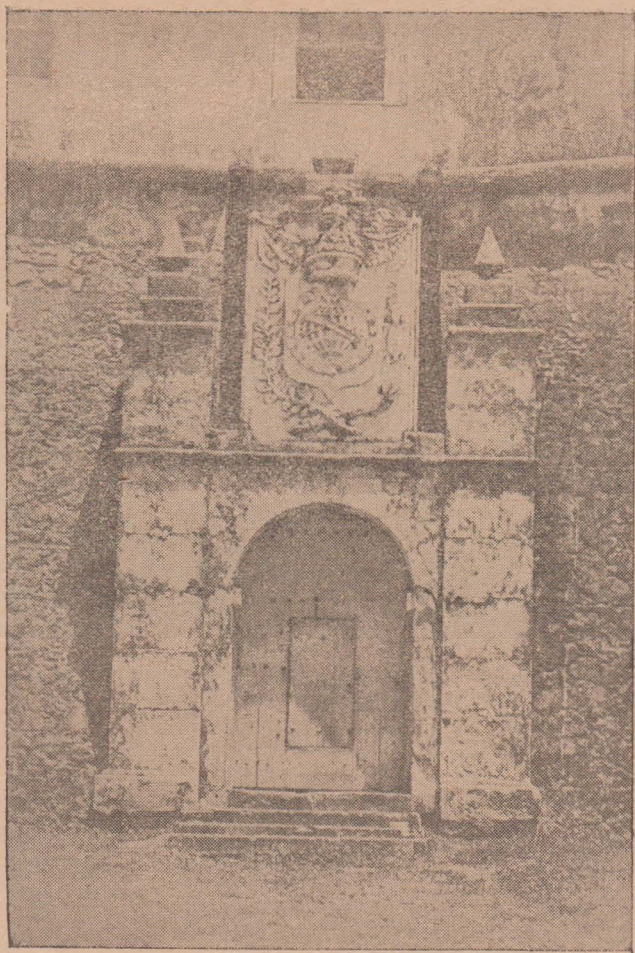
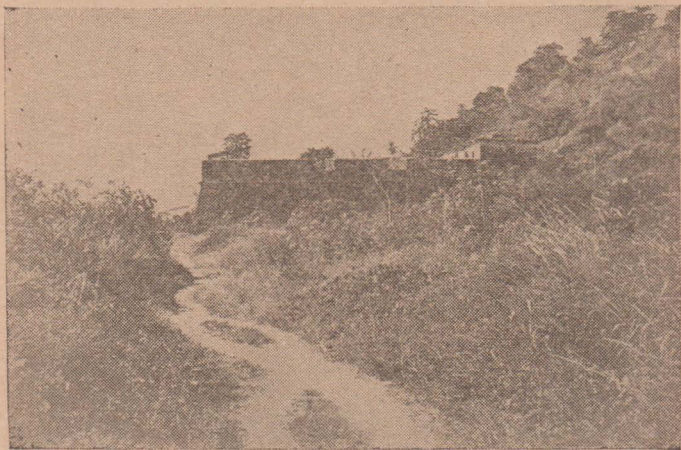
Convocados os Conselhos de um e outro lado, propuzeram os holandeses a rendição, com a condição essencial de saída da praça darmas com toques de tambores,

bandeiras desfraldadas e morrões acêsos; D. Fadrique negou-lhes firmemente a concessão de tais honras, e dando-lhes um curto prazo para a resposta, não restando aos holandeses outra saída, senão aceitar a imposição justa dos vencedores.

Os negociadores da rendição eram, por parte de D. Fadrique, João Vicente de San Felice, Diogo Ruiz, Tristão de Mendonça e Lançarote da França.

As condições da rendição, eram as seguintes:

— Os holandeses entregariam a cidade com tôda a artilharia, armas, bandeiras, munições, petrechos, bastimentos e os navios que estivessem no pôrto;
— Nesta entrega incluir-se-ia todo o dinheiro, ouro, prata, jóias, mercâncias, utensílios, escravaria, e tudo o mais que houvesse na cidade e nos navios;
— Todos os prisioneiros seriam restituídos;
— Os vencidos não poderiam tomar armas contra a Espanha até chegarem à Holanda, para onde podiam voltar impunemente com tôda a sua roupa;
— Embarcações lhes seriam fornecidas para o repatriamento, com mantimentos para três meses e meio, e armas com que se defendessem depois de deixar o pôrto, não podendo usá-las enquanto estivessem na Bahia, exceto os oficiais que podiam portar suas espadas;
— Finalmente, que naquela noite de 30 de abril de 1625 dia da rendição, entregariam os holandeses uma das portas da cidade, recebendo em troca reféns a contento.

No dia 1 de maio de 1625, as tropas de D. Fadrique fizeram sua entrada triunfal na cidade reconquistada com enorme regosijo do povo, particularmente dos espanhóis, por ser êsse o dia de S. Felipe; aberta a porta da cidade, foram desfraldados os estandartes da Conceição e de Santa Teresa nas tôrres da Sé, por ordem expressa do

Portão do Forte de Santo Antonio da Barra.

Forte de Santo Alberto, anteriormente forte de Santiago da Água dos Meninos e ainda Lagartixa.

rei de Espanha, e começou o desfile dos vencidos e a ocupação da cidade.

A essa hora, já os religiosos haviam providenciado a vinda, da esquadra, de um batel cheio de imagens religiosas de tôda a classe e tipo, trazidos por ordem do rei para suprir as que houvessem sido destruídas ou inutilizadas pelos holandeses. Antes de colocar as imagens em seus nichos, procederam os religiosos à extraordinária cerimônia da flagelação dos altares e púlpitos profanados pelos herejes; desenterraram a seguir, o corpo do coronel holandês Albert Schouten do chão da Sé, bem como o de outros herejes enterrados em outras igrejas e capelas, mandando-os sepultar fora dos muros da cidade. Só foi respeitada a sepultura do coronel Van Dorth.

Menos sofreu a cidade do Salvador com a invasão dos holandeses, que com a reconquista das tropas de D. Fadrique; êste, espanhol, de início ordenou que entrariam primeiro na cidade as tropas espanholas e italianas, só três dias mais tarde sendo permitida a entrada das tropas portuguêsas e das tropas dos defensores da terra, comandadas por D. Antônio Muniz Barreto e D. Francisco de Moura. Visou D. Fadrique, com essa ordem, dar aos soldados e marinheiros espanhóis e italianos, o livre saque da cidade nesse prazo; êsse saque foi de tal ordem, que Studart diz "terem sido êles inimigos piores que os holandeses, pois, não houve lugar público ou particular que tivesse ficado livre de suas violências".

D. Fadrique, não considerava a cidade do Salvador uma capital de colônia do Reino, mas, uma cidade inimiga, onde havia ainda grandes proventos a levar para a Espanha.

Para impedir que os vencedores executassem os portuguêses cristãos novos que os haviam ajudado, os holandeses queimaram os registros dos mesmos, não escapando, porém, da punição aqueles pùblicamente apontados; quatro portuguêses cristãos novos e seis negros escravos foram julgados pelo auditor geral e enforcados.

As mercadorias e fazendas tomadas aos holandeses, em grande quantidade, por ordem de D. Fadrique foram distribuídas pelas praças da esquadra.

Ódio e revolta lavravam entre os moradores da terra, vendo essas decisões injustas, vendo o roubo daquilo que era sua propriedade, e não se contendo, alto falavam que "o que o inimigo deixou, os amigos que tinham vindo para socorrer, tomaram para si".

Mas, nada podiam fazer os moradores, senão aproveitar a experiência de mais êsse acontecimento, que justificava e fortificava cada vez mais a confiança exclusiva sòmente nos moradores do Brasil. Os sacrifícios de tôda ordem, os esforços sobreumanos por êles feitos em defesa da terra, tivera como prêmio serem afastados na hora da vitória, para a qual tanto tinham concorrido, e ter sido posta a saque sua cidade, pelos que haviam sido mandados socorrê-los.

A reconquista da Bahia, repercutiu por todo o Brasil, tendo sido um dos temas mais populares, por longos anos. O relatório oficial da restauração da Bahia, em 1625, foi escrito pelo sargento mor napolitano Giovani Vicenzo San Felice que, como remuneração de seus serviços, foi agraciado com o título de Conde de Bagnuolo.

Quando tudo eram festas, a 20 de maio mais precisamente, chegou de Angola um navio português noticiando que em frente ao morro de S. Paulo andavam uma nau e um patacho holandeses, que tinham apresado dois navios portuguêses, um com mantimentos e outro com vinhos, destinados à esquadra. D. Manoel de Menezes, imediatamente mandou Tristão de Mendonça e Gregório Soares, com suas naus, perseguirem os navios holandeses, que, com boa sorte conseguiram retomá-los; os holandeses então aprisionados, declararam que a esquadra holandesa de socôrro estava a chegar.

D. Fadrique, acreditando-se muito forte, nenhuma providência tomou. Dias depois chegava à vista da barra da Bahia a esquadra holandesa, de 34 naus, das quais 15

naus grandes do Estado, dispondo de 490 canhões, e trazendo 5.000 homens de desembarque; o seu comandante Boudenvyn Hendrickson, vendo os navios, fortes e edifícios, com as bandeiras espanholas e portuguêsas, logo quiz verificar se havia possibilidade de reconquistá-la ainda, para isso, penetrando pela barra, sem um tiro siquer das fortificações, dando uma grande volta pelo pôrto sem ser hostilizado por ninguém, e rodeando a ilha de Itaparica afastou-se, também, sem disparar tiro algum, provàvelmente desconfiado que aquele silêncio escondia uma emboscada.

D. Fadrique, que embevecido "nas delícias de Cápua", não tomara providência alguma, quando avisado de que a esquadra holandesa estava a chegar, ao vê-la forçar a barra, passeiar pelo pôrto, atemorizado, bem representava a incapacidade, a incompetência, na função de chefe. Ao ver a esquadra holandesa retirar-se, deve ter dado fundo suspiro de alívio, porque, havia êle deixado o pôrto e a cidade a completa mercê dos holandeses, que, se tivessem ousado atacar não só destruiriam a esquadra luso-espanhola, preando os navios mercantes, como poderiam ter desembarcado seus 5.000 homens, reapossandose da cidade.

Nada há que justifique a inércia de D. Fadrique de Toledo nessa emergência; outras provas daria êle, de sua incapacidade e incompetência, pouco depois, como veremos.

O almirante Hendrickszoon teve um de seus navios encalhado no canal de Itaparica, mas, à noite, o safou, sem, em absoluto, ser incomodado por qualquer navio da frota de D. Fadrique. Dias depois, a esquadra de Hendrickszoon desfilava frente ao pôrto de Recife, alarmando seus defensores, mas sem os hostilizar seguiu para a Paraíba, onde um temporal e uma barra pouco franqueada, não lhe permitiram entrar; seguiu mais para o norte, indo lançar ferros na baía da Traição, a fim de refazer-se de

água e mantimentos, e ver se curava os muitos doentes de sua esquadra.

Desembarcou Hendrickszoon os 600 homens doentes, que foram postos em três grandes barracões que ali construiram, e promoveram a enfermarias; não sabemos qual a epidemia que flagelava a esquadra holandesa, vitimando 15 a 20 homens por dia.

Informado Matias de Albuquerque, que os holandeses haviam desembarcado na baía da Traição, enviou logo sete companhias, com 300 índios flexeiros, sob o comando de Francisco Coelho de Carvalho, já nomeado governador do Maranhão, para dali expulsá-los. Os holandeses tendo tido ciência da aproximação dessa fôrça, pelos índios amigos, apressadamente embarcaram, e a 1 de agôsto de 1625 velejaram de volta para à Holanda.

A tropa mandada por Matias de Albuquerque, não mais encontrando os holandeses, atacou os índios que os haviam auxiliado. Nessa tropa já se alistara André Vidal de Negreiros, que aí recebia o batismo de fogo, ao iniciar sua extraordinária e heróica vida de herói do Brasil.

D. Fadrique de Toledo, que não ousara enfrentar os holandeses quando êstes o foram desafiar dentro do pôrto da Bahia, e que, nem siquer tentou persegui-los quando saíram barra a fora sem serem hostilizados, teve, em tempo, notícias de estar a esquadra holandesa fundeada na baía da Traição, mas, não ousou ir-lhes ao encontro.

Procurando esconder sua fraqueza, D. Fadrique, que tinha sob suas ordens milhares de veteranos, heróis de inúmeros embates vitoriosos contra os holandeses, não ousando sair para medir fôrças com a esquadra de Hendrickszoon, mandou aparelhar para seguir para a Europa, e "se os encontrasse, talvez pudesse levá-los". E' claro que D. Fadrique ganhava tempo, para receber a notícia de que os holandeses haviam partido, quando então, podia gritar sua inexistente valentia. Era um político, não um soldado.

Antes de partir, D. Fadrique, atendendo a reiterados e insistentes pedidos dos moradores da Bahia, resolveu deixar em Salvador um Têrço de mil homens portuguêses, sob o comando do veterano de guerra, sargento mor Pedro Corrêa da Gama; esta foi a primeira tropa permanente que teve o Brasil.

Para diferençar-se do outro Têrço criado em 1631, e que foi conhecido por Têrço novo, o Têrço criado a 22 de junho de 1625 por D. Fadrique de Toledo, foi chamado Têrço Velho, nome que perdurou por dois séculos. Êste foi o único gesto beneficioso de D. Fadrique de Toledo para com a Bahia e o Brasil.

Na Holanda, julgaram mal os fatos decorridos, não podendo compreender porque sua gente na Bahia se rendera, estando bem fortificada, bem abastecido e bem municiada. Atribuiram a derrota ao atrazo do Conselho dos Dezenove em enviar os reforços pedidos.

E, já pensavam em renovar, ali ou em outro ponto do Brasil, com mais recursos e mais cuidado, a conquista. Aliás, os lucros conseguidos na Bahia haviam sido realmente compensadores; mais que isso, régios!

Convinha, pois, renovar o ataque ao Brasil, que continuava desguarnecido, com a volta da esquadra de D. Fadrique à Europa, e agora, de preferência Pernambuco, a mais rica capitania do Brasil.

V

ANTECEDENTES DO ATAQUE A PERNAMBUCO

O retôrno da esquadra de D. Fadrique — Devastação na Bahia — Novo ataque à Bahia — A emboscada do rio Piranga — Preparativos de defesa da capitania de Pernambuco.

D. Fadrique de Toledo, após a reconquista da Bahia, julgou-se merecedor das maiores honras, razão pela qual escreveu longa carta ao rei de Espanha, dando conta de suas proezas, que enviou por uma flotilha comandada por Martim de Lano, por mãos de D. Henrique de Aragon e D. Pedro Gomez de Porrez, cavaleiro de Calatrava, junto com bons presentes, "pois, sabia, que grande seria a liberalidade, que é mui própria da nobreza castelhana".

Sem levar em conta que o perigo maior para a Bahia, vinha do mar, e que sua partida com tôda a esquadra a deixaria indefesa outra vez, D. Fadrique, a 4 de agôsto partia para a Espanha, levando consigo as tropas holandesas que aí haviam se rendido, cheio de temores, uma vez que o marquês de Ibinojosa o havia prevenido que os inglêses tinham a intenção de atacá-lo em caminho; D. Fadrique, por isso, resolveu tomar outra rota no percurso da volta, que lhe foi mais desastrosa que ter de bater-se com os inglêses.

Logo de início, foi surpreendido por violentas tempestades, que o impediram, muito a contragôsto, de ir a

Pernambuco receber as grandes manifestações que ali lhe prepararam; ao chegar à ilha de S. Jorge, havia perdido nove navios portuguêses e três espanhóis naufragados; a própria nau capitânea portuguêsa ali chegara meio alagada, e só chegou devido aos heróicos esforços da tripulação: mal a equipagem abandonou-a apressadamente, a nau naufragou também, salvando-se o almirante Francisco de Almeida e os tripulantes. Êstes, com o alagamento do navio e o conseqüente apodrecimento dos gêneros alimentícios, exgotados pelo trabalho, morreram em grande número.

O galeão de D. Manoel de Menezes, atacou dois navios holandeses na altura da ilha de S. Miguel, que vinham carregados da Mina, e tendo feito um dêles amainar, deixou-o para o galeão "Santana das Quatro Vilas" apresar, pois, êste lhe vinha na esteira, mas, incendiando-se o navio holandês, o "Santana" que a êle se aferrara, incediou-se também; o galeão de D. Manoel de Menezes abandonando a perseguição do outro navio holandês, veiu socorrer o "Santana", no qual muitos pereceram queimados.

Da entusiástica e ardorosa esquadra portuguêsa, que partira com 26 naus, regressava a Lisboa a 14 de outubro de 1626, apenas a nau de D. Manoel de Menezes. Apesar de grandes perdas, D. Fadrique conseguiu chegar à Espanha, onde foi recebido com grandes honras e agraciado largamente pelo rei.

D. Francisco de Moura Rolim, que recebera o govêrno da Bahia das mãos de D. Fadrique de Toledo, de mau grado resignara-se a ficar no seu pôsto, e isso o demonstrou na carta que escreveu ao rei, pois, julgava-se com direito a um pôsto melhor que o de simples capitão mor da Bahia, visto ter servido na Índia e na guerra da Holanda.

Durante o ano que ainda teve de servir aí, numa cidade devastada pelos bombardeios, lutas e saques, viveu em contínuos sobressaltos, ameaçado de novos ataques,

assustado pelos boatos correntes de que os holandeses estavam ansiosos por um desfôrço, mas teve a sorte de durante seu ano de govêrno, não ser hostilizado. Aliviou-o das preocupações o novo governador geral Diogo Luiz de Oliveira, que chegou à Bahia a 28 de dezembro de 1626, depois de ter sido empossado por Matias de Albuquerque, que lhe passou o govêrno e seguiu imediatamente para a Europa.

A Bahia, com o ataque e saque dos holandeses, com a luta da reconquista, acompanhada da "razzia" dos espanhóis e italianos de D. Fadrique, ficara completamente devastada; D. Fadrique, não se contentara em embarcar o saque de seus soldados e marinheiros, que levaram móveis, roupas de uso, tapeçarias, utensílios, objetos, dinheiro e jóias, roubados aos moradores da Bahia, senão que, êle mesmo mandou apossar-se de tudo o que encontrou de valor, como pau brasil, açúcar, fumo, peles e especiarias diversas que fêz embarcar para levar para a Espanha.

Tal era o estado de completa desolação e miséria da Bahia, em 1626, que, para o sustento dos soldados de linha do Têrço, que venciam um vintém diário, foi preciso que o governador geral se apossasse para isso, do dinheiro do direito dos escravos vindos de Angola; não sendo possível pagar os membros da Relação do Brasil, por carta régia de 31 de março de 1626 havia sido ela extinta. Os oficiais da Câmara, em petição dirigida ao rei, expondo a aflitiva situação da cidade, pediam isenção dos direitos dos produtos por dois anos, pois, com a perda da meia safra de açúcar de 1623, de tôda a safra de 1624 e de muita parte da safra de 1625 não lhes era possível pagá-los, "Visto terem a metade da casaria daquela cidade derrubada e as que em pé ficaram os soldados espanhóis não deixaram porta nem fechadura, e houve saque geral dado pelos ditos espanhóis e ficaram todos os moradores da cidade desbaratados de todos os seus bens e havendo mistér muita fazenda para reedificar suas casas e os móveis de seu uso".

O novo governador viu logo a situação precária da Bahia (*), além disso ameaçada, pois, insistentes eram as notícias de que os corsários holandeses esperavam apenas a primeira oportunidade para de novo atacar a cidade do Salvador, que graças ao hercúleo esfôrço de seus moradores ia já refazendo suas culturas, suas casas, seus móveis; providenciou êle, logo, aumentar o mais possível os meios de resistência, com o auxílio de engenheiros vindos de Portugal levantando novas trincheiras, concluindo outras começadas pelos holandeses, estabelecendo uma fundição de artilharia e criando uma Guarda dos Governadores. Diogo Luiz de Oliveira concluiu os fortes da Ribeira e de Monteserrate. Construiu o de São Bartolomeu da Passagem, o de São Diogo, e talvez o de Santa Maria, a fortaleza do Morro de S. Paulo, o Baluarte Velho ou da Conceição, e uma trincheira perto da ermida de S. Antônio Além do Carmo, mais tarde substituída pela fortaleza dêsse nome, e fêz ainda a porta interior de Santa Luzia, bem como a tenalha que franqueava sua entrada.

Mas, no mar, o governador geral não dispunha de um só navio de guerra, capaz de oferecer resistência a qualquer corsário que quizesse atacar o pôrto. Que essas providências eram sábias e oportunas, dizem bem os acontecimentos que sobrevieram. A 1 de março de 1626, não estando ainda as fortificações terminadas, correu a notícia de que navios holandeses estavam à vista, em frente à barra; o povo alarmou-se, mas, contando a defesa com o Têrço da Bahia, estando as fortificações melhoradas, e sobretudo contando com um governador geral, ativo, in-

---

(*) Os espanhóis, empavonados de orgulho com a reconquista e saque da Bahia, acreditavam que aquela demonstração de fôrça atemorizara os holandeses e afastava perigos futuros. Cômoda pressunção que caro lhes ia custar. Por isso, não reforçaram as guarnições da costa do Brasil, não fizeram as fortificações capazes de defendê-las, nem deram uma esquadra de defesa capaz de aliviar dos ataques corsários ou outras investidas.

teligente e bravo, em pouco readquiriu a confiança e a calma, e atendeu ao rebate às armas.

Razão tinha o povo em confiar em seu governador, porque, sabendo êle estarem no pôrto trinta navios com 3.000 caixas de açúcar, fêz armar os quatro maiores, equipando-os com gente afeita à guerra, e os fêz ancorar próximo aos fortes de terra, de modo que no espaço entre êsses navios e os fortes pudesse colocar os outros navios, para assim protegê-los melhor.

Os navios holandeses que estavam à vista, eram os da esquadra de Pieter Heyn, o corsário mais afamado da Holanda e o mais prestigiado pelo stathouder Frederic Henri de Nassau; compunha-se sua esquadra de 14 naus, dos quais 9 naus grandes e 5 hiates, todos bem armados, alguns trazendo até artilharia como lastro; dispunha de 312 canhões, e trazia 1.700 homens de guerra, de desembarque.

Fora da barra, Pieter Heyn capturou um navio negreiro que chegava de Angola; como não houvesse vento, ancorou sua esquadra na enseada entre Itaparica e Tinharé. Na madrugada do dia 3 de março, novamente tentou entrar na barra, mas, sendo o vento e a maré contrários, arriou ferros junto ao pontal de S. Antônio. Logo que as condições do vento e mar o favoreceram, força êle a entrada da barra com as três naus maiores, o "Amsterdam", o "Geldria" e o "Hollandia", sob o fogo dos fortes, mas, sem rebatê-lo, e "com uma coragem que chegava à temeridade", vai meter a nau capitânea, o "Amsterdam", entre dois dos navios armados da defesa, com isso neutralizando os fogos dos fortes e dos outros navios armados. Os outros dois navios holandeses seguem-lhe o exemplo, ficando os três navios holandeses ferrados aos quatro navios armados da defesa; o assalto atinge o auge da ferocidade, lutando-se ali com a coragem do desespêro de quem sabe que não há quartel; pouco mais de meia hora durou aquela luta, pois, os corsários destroçaram e esmagaram as fôrças que estavam nos na-

vios da defesa, ocupando-os. Um dos navios portuguêses, atingido pelo fogo intenso dos canhões, vai a pique, salvando-se parte da tripulação a nado.

Tomados os navios da defesa, Pieter Heyn, manda ordem aos seus outros navios ancorados fora da barra, que mandem em botes e chalupas, fôrças para ocuparem os navios mercantes ancorados. Ràpidamente sua ordem foi cumprida, e em pouco, investiam essas fôrças contra os navios mercantes, cujas reduzidas guarnições fugiram; quando o fogo dos fortes recrudesceu já os navios mercantes haviam sido rebocados para um local fora do seu alcance.

Como Pieter Heyn trazia em sua esquadra, elementos para conquistar a cidade, vendo a facilidade com que pudera apossar-se do pôrto, pela inconsciência de Portugal e Espanha de não deixarem no Brasil uma esquadra de proteção aos seus portos e ao seu comércio, resolveu o corsário, atacar a cidade também.

Todos os navios da esquadra de Pieter Heyn, pois o resto da esquadra já havia conseguido entrar no pôrto, seguidos das chalupas e botes, mantendo violento fogo contra os fortes que os bombardeavam ininterruptamente, rumaram para a praia da cidade; combateu-se desesperadamente até à noite, sem terem os holandeses a oportunidade de fazer o desembarque. Com a baixa da maré, o "Geldria" e o "Amsterdam" encalharam, ficando diretamente sob o fogo das baterias de terra; em pouco tempo foi o "Amsterdam" destruído, abandonando-o Pieter Heyn, que depois de encravar os canhões passou para o "Geldria".

Esforços ingentes fizeram, então, os holandeses, para desencalhar êsse navio; no momento que o conseguiam, o navio holandês "De Gragnien-boom", atingido, explode. O fogo das baterias de terra causava tais danos no material e pessoal holandês, que Pieter Heyn é obrigado a fazer retirar a esquadra para um local fora do alcance das baterias inimigas; faz transbordar para três dos seus

O mais terrível corsário holandês, Pieter Pieterszoon Heyn.

maiores navios a carga apresada, e os faz partir imediatamente para a Holanda.

Na impossibilidade de tentar um desembarque com êxito, Pieter Heyn, permanece no Recôncavo por 24 dias, apresando navios que chegavam, desconhecendo que êle ali estava, seguindo depois para o sul, para onde já havia mandado alguns navios seus; foi até Cabo Frio, onde encontrou seus navios, aí fazendo a limpeza dos mesmos e o reabastecimento de água e víveres, seguindo depois para o Espírito Santo.

Ao sair do Espírito Santo, onde demorara, dividiu sua esquadra; a primeira, sob o comando do vice-almirante, foi mandada para o Rio da Prata; a segunda, foi cruzar em frente ao pôrto do Rio de Janeiro; e a terceira, de 4 naus grandes e 4 patachos, sob seu comando, voltou à Bahia, onde encontrou algumas embarcações longe das fortalezas, saqueando-as e incendiando-as.

Quatro navios que haviam subido o rio Piranga para furtar-se aos ataques corsários, não escaparam; Pieter Heyn, tendo tido notícia dêles, foi atacá-los, mas só pôde apresar dois navios, porque êstes lhe opuzeram desesperada resistência, auxiliados pelas fôrças do capitão Padilha e por outros reforços que o governador geral enviara.

A volta de Heyn, que se internara quatro léguas rio acima, foi dramática; pouco depois de começar a descer o rio, perseguido pelos homens do capitão Padilha, uma caravela que Heyn rebocava encalhou, tendo êle que abandoná-la; mais abaixo encontrou um navio afundado, atravessado no rio, tendo os defensores construído aí, de um e outro lado do rio, trincheiras, de onde hostilizavam duramente os holandeses. Nêsse combate de 12 de junho, foi que o Capitão Padilha foi morto. Heyn manda buscar na esquadra meios de rebocar os navios, pela parte mais raza das margens, queima o navio afundado no rio, e por meio de âncoras, cabrestantes e gigantescos esforços, sob o fogo das fôrças do capitão Padilha, num esfôr-

ço desesperado, faz seus navios passar à fôrça bruta, levando-os por fim para junto de sua esquadra.

Cheio de ódio pelos apuros porque passara e pelas perdas enormes que tivera por tão magro lucro, manda bombardear e atacar a cidade, mas, a defesa dos moradores foi tão esforçada, que Pieter Heyn resolveu partir logo para a Holanda.

Mas, já outros ataques holandeses ao Brasil, estavam a caminho. O almirante Hendrickszoon ao sair da baía da Traição, destacou o almirante Veron com 12 naus para ir atacar S. Jorge da Mina, enviou alguns navios carregados para a Holanda, e com 18 náus dirigiu-se para o Mar dos Caraíbas para atacar os galeões de prata.

A esquadra do almirante Veron, juntou-se à esquadra do almirante Lam, em Serra Leoa, e foi atacar a Mina; os portuguêses, prevenidos, armaram-lhe uma emboscada, obrigando os holandeses a reembarcar com a severa perda de 441 homens, entre os quais o próprio almirante Veron e muitos oficiais.

Essa esquadra, diante dêsse insucesso, velejou para o Brasil, onde destacou uma flotilha de u'a nau e três hiates, sendo que a nau dispunha de 30 canhões de grosso calibre e trazia 104 homens de desembarque, que, a 19 de abril, de 1626, apareceu em frente à barra da Bahia, pondo logo a pique a caravela de Antônio Farinha, que vinha de Angola. A flotilha salvou os náufragos, tratou-os bem, e foi deixá-los na barra do Rio das Contas, juntando-se depois à sua esquadra, que constava de 4 naus e um patacho.

Êste patacho, com 10 canhões, ficou bordejando ao longo da costa, tendo feito encalhar em Paripuéra uma lancha, pela qual o govêrno geral mandava aviso a Pernambuco da presença daquela esquadra holandesa; êsse patacho, pouco depois apresava um navio que saía de Recife com 600 caixas de açúcar, outro navio que ia para Angola, e um que vinha da ilha da Madeira com vinhos,

tendo desembarcado os tripulantes dêsses navios na ilha de S. Aleixo.

Tendo os holandeses ancorado a quatro léguas da barra, Matias de Albuquerque mandou vários navios avisarem as embarcações que se dirigiam para o pôrto, do perigo existente, e enviou índios em jangadas, para, à noite, porem fogo nos navios holandeses, o que foi evitado pelo alarme dado por um cachorro de bordo da primeira nau atacada pelos índios.

Em represália, os holandeses queimaram a caravela que haviam apresado, e velejaram, indo embora. Os piratas holandeses, passaram então a varrer a zona de passagem das frotas de prata espanholas, com lucros espantosos, tão grandes que, só em 1627, Pieter Heyn cobriu com suas prêsas todos os prejuízos da Companhia em 1625 e 1626, e ainda deixou largos proventos.

Embora, por um momento, tivessem os holandeses deixado livres a Bahia e Pernambuco, nem porisso deixaram de atacar outros pontos da costa norte brasileira, onde necessitavam de pontos de apoio. Desde antes de 1615, os holandeses já se haviam estabelecido na margem esquerda do rio Xingú, onde construiram os fortes Nassau e Orange; em 1616, enquanto Caldeira levantava o forte de Belém do Pará, os holandeses construiam o forte de Gurupá.

A reação dos brasileiros e portuguêses começou cêdo com o aprisionamento e incêndio de u'a nau holandesa na foz do Xingú, a 4 de agôsto de 1616, por Pedro Teixeira, cumprindo ordens de Jerônimo de Albuquerque. Isto não atemorizou os holandeses, que tendo sabido terem Bento Maciel e Antônio Teixeira de Melo achado uma mina de ouro, apressaram-se a enviar mais navios para reforçarem os elementos ali instalados.

Pela carta régia de 10 de janeiro de 1620, verifica-se que outras naus holandesas haviam rumado para lá "com intento de cometerem a nova mina dêsse Estado". Em 1623, Bento Maciel Parente ataca e toma o forte de

Gurupá; e, em 1625, Pedro Teixeira, com seus índios, toma e arraza os fortes Nassau e Orange, no Xingú. Mas, nem assim desistiram os holandeses de atacar a Amazônia.

Netscher nos dá uma resumida notícia das atividades da Companhia das Índias Ocidentais no extremo norte do Brasil, quando relata que o almirante Hendrick Jacobszoon Lucifer, saiu da Holanda, por conta da Câmara de Zeelândia, a 27 de janeiro de 1627, com a missão de estabelecer uma colônia na costa nordeste da América do Sul; a 5 de março chegava êle ao rio Oiapoc (que os holandeses chamavam Wiapóco), no lugar denominado Camaribo, onde ainda viviam três holandeses, de uma colônia fundada pelo Capitão Oudaen nas margens do rio Amazonas, de onde haviam sido expulsos pelos portuguêses. Provàvelmente, seriam os remanescentes do forte Muturú, do Xingú.

Ali haviam chegado 46 holandeses, mas tendo havido dissenção entre êles, os índios aproveitaram-se disso para massacrá-los, só se salvando aqueles três. O almirante Lucifer procurou estabelecer relações amistosas com os índios, fêz um fortim, e deixou nêle com alguns homens o capitão Ryen. Em 1628, de novo a Câmara de Zeelândia insiste em fundar uma colônia importante no Oiapoc; em março de 1628 partia de Flessingue o navio "Fortuin", indo encontrar, no local onde deixara o capitão Ryen, apenas dois homens, não havendo notícias dos demais, provàvelmente apanhados pelos índios.

À vista disso o "Fortuin" incorporou-se à frota de Pieter Ita, que andava pelas proximidades, sem cuidar da missão recebida da Câmara de Zeelândia, preferindo fazer o corso.

Os inglêses, a partir de 1620, começaram a infiltrar-se na Amazônia, onde se estabeleceram com o forte Taurege, na ilha Tocujús, na Guiana brasileira, de onde são expulsos a 24 de outubro de 1629 por Pedro Teixeira com seus 300 índios, em 20 canoas; êsse forte estava sob o

comando de Gomes Procel e Mortonimór, que foram aprisionados e o forte arrazado.

Os inglêses, retornaram algum tempo depois, e construiram nessa mesma ilha o forte Philippe; a 1 de março de 1631, Jácome de Noronha ataca o forte, toma-o e o arraza. A 9 de julho de 1632, o último forte dos inglêses, o de Cumaú, comandado por Roger Frey, foi tomado por Francisco d'Albuquerque Coelho de Carvalho.

Bafejada pela sorte, a partir de 1627, a Companhia das Índias Ocidentais encheu de ouro, jóias e dinheiro suas arcas; tão próspera era sua situação, que chegou a emprestar grandes quantias ao govêrno da Holanda. Na ânsia de ganhos maiores e melhores, encarou o problema da posse de uma região do Brasil ligado à grandeza das Províncias Unidas; assim, logo foi estudado qual o ponto da costa do Brasil que mais vantagens oferecia, o modo de assegurar o êxito da conquista, os meios a lançar mão, o chefe a quem seria confiada a missão e o regime a instituir na região conquistada.

Desde logo ficou assente, que seria estabelecido na região conquistada ao Brasil um domínio político que pudesse servir de base a uma grande expansão flamenga por zonas mais vastas, e que com sua efetividade lançasse fundas raízes na colônia a criar, difíceis de arrancar.

Como base inicial de operações, previram a conquista do arquipélago de Fernando de Noronha; para conquistá-lo enviam Cornelis Corneliszoon Jol ("o Perna de Pau"), em dezembro de 1629, com dois hiates apenas, o "Otter" e o "Hawicck", que se apodera da ilha principal, inicia uma povoação de caráter permanente, com casas e culturas, constrói fortificações para defendê-la, adaptando-a às necessidades da campanha que ia ser iniciada.

Pouco tempo pôde Cornelis Corneliszoon Jol aí permanecer, porque Matias de Albuquerque tendo tido notícia da ocupação daquela ilha, envia o capitão Rui Calaça Borges com uma expedição de 7 caravelões, com o capitão Pedro Teixeira França como ajudante, que retoma

a ilha fàcilmente. Pereira da Costa descreve a ação dessa expedição, dizendo:

"A 19 de dezembro de 1629, parte de Recife, conforme as ordens que recebera, abordou êle a ilha pela parte L.S., onde existe uma pequena enseada, e de lá seguiu a pé com tôda a sua gente para o lado em que está o pôrto principal, onde contava achar os navios. Assim o fêz de noite, e encontrou fundeada uma só embarcação. Tratou logo de formar três emboscadas, sendo duas ao pé do ancoradouro, e outra dirigida pelo capitão Pedro Teixeira Franca, no lugar em que se fazia aguada.

Não tardaram os holandeses em vir a terra buscar água, numa lancha tripulada por onze pessoas. Apenas os viu em terra, caiu sôbre êles a nossa gente, matando-lhes quatro homens, aprisionando 7 e dando liberdade a 7 portuguêses que êles empregavam no serviço de marinhagem e haviam sido apresados numa embarcação que tinham capturado, e como isto sucedeu em lugar que de bordo do navio não fôra visto, ordenou o capitão Rui Calaça que na mesma noite fôsse o artilheiro Jorge da Fonseca com gente sua na mesma lancha levando preparações necessárias para deitar fogo na embarcação, o que êste efetuou, retirando-se apenas viu que era percebido pela gente de bordo, que pressurosa correu a extinguir o incêndio que só danificou a pôpa do navio.

No dia seguinte fizeram-se de vela e a nossa gente tratou de destruir tudo o que êles tinham feito na ilha, e constava de uma bateria capaz de oito peças, que ainda não tinha peças, e quatro povoações, duas aonde se recolhiam quando estavam em terra, e duas de negros que haviam capturado em um navio de Angola, os quais tinham plantado muita mandioca. Havia também grande plantação de

Dispositivo de defesa da Bahia
Quadro contemporâneo.

legumes e fumo. Tudo isto foi destruido aprisionando-se alguns negros, fugindo a maior parte para as altas serras da ilha, onde se esconderam. A 14 de janeiro de 1630 a expedição chegava de volta a Recife".

Durante os anos de 1628 e 1629 os holandeses equiparam grandes frotas, que posteriormente vieram combater em águas do Brasil. A primeira, organizada em 1628, foi a do almirante Dirck Symonszoon van Vytgeest, de 12 naus, e que trazia Cornelis Corneliszoon Jol como vice-almirante; esta, depois de apresar pequenas embarcações na costa do Brasil e atacar a Bahia, capturou uma esquadra portuguêsa que vinha de Goa ricamente carregada.

A segunda esquadra, também de 12 naus, era comandada pelo almirante Pieter Adriaanszoon Ita; foi empregada em fazer o corso contra as frotas de prata dos espanhóis, com grande sucesso. A terceira esquadra, de 31 naus, dispondo de 700 bôcas de fogo, levando 4.000 homens de desembarque, sob o comando do almirante Pieter Heyn, com o vice-almirante Hendrick Lonk, também, foi lançada em 1629 contra os galeões espanhóis de prata, com êxito remarcado.

Os contínuos sucessos dos holandeses tornaram-nos mais audaciosos ainda, fazendo-os sonhar com proesas mais espetaculares, mais rendosas, se possível. O Brasil, despertava nêles incontida ganância. A Bahia, devastada por completo, já nada mais possuia que compensasse um ataque, mas, Pernambuco, enriquecera e progredira mais ainda, além de que, sob o ponto de vista militar, era a posição que mais vantagens oferecia, se êles dela se apossassem. A decisão definitiva foi tomada: conquistar Pernambuco!

Pernambuco, segundo avaliavam os holandeses, podia carregar com facilidade, 150 navios com açúcar, anual-

mente; além de Olinda, havia as vilas de Igaraçú, Recife, Muribéca, S. Antônio do Cabo, S. Miguel de Ipojuca, Serinhaem, S. Gonçalo de Una, Pôrto Calvo, Alagoas do Norte e Alagoas do Sul, uma vasta região povoada de prósperas vilas e ricos engenhos de açúcar, que seriam ótimas prêsas. Depois, contava já essa capitania com 30.000 habitantes, fora os milhares de índios civilizados, além de culturas de fumo, algodão, anil, e frutas diversas, de que se faziam doces exportados em larga escala. Tinha 4 mosteiros, que podiam ser utilizados como fortificações provisórias, muitas igrejas, boas casas, e sobretudo fracos meios defensivos. A par disso, tinham também, os holandeses, precisas e detalhadas informações da região, cartas da costa, estatísticas, nomes dos moradores principais, dos senhores de engenho mais ricos, dos caminhos, das particularidades das fortificações e seus recursos, fornecidos pelos judeus e cristãos novos que ali residiam e que os incitavam a ir conquistar aquela capitania; tão completas eram essas informações, que foi feito um Regimento regulando onde e como cada fôrça devia agir, quem seria seu guia, a quem dirigir-se, onde atacar e como.

Todo o ano de 1629 foi gasto no preparo da esquadra que devia ir atacar Pernambuco, cujo comando foi dado ao almirante Hendrick Corneliszoon Lonck; a esquadra dispunha de 60 naus com 1.100 canhões, e trazia 8.000 homens de desembarque, sob o comando do general Diederick van Weerdenburch; era vice-almirante Pieter Adriaanszoon Ita. A fim de manter-se segrêdo, a esquadra foi equipada em diversos portos, saindo os navios aos poucos, para irem encontrar-se em Cabo Verde.

O almirante Lonck trazia na esquadra tudo o que era necessário para estabelecer o domínio político permanente: pessoal para os Conselhos e funções públicas, artífices, operários, agentes de comércio, material para a construção das fortificações, das casas, depósitos e paióis, e fartas provisões para longo tempo,

Como na Holanda, jamais houvessem organizado empreendimento de tal monta, tão grandioso e completo, apresentou-se uma legião de voluntários, todos desejosos de seguir para o Brasil, podendo a Companhia das Índias Ocidentais escolher com rigor aqueles que melhor lhes convinham.

Essas providências tôdas, foram sabidas oportunamente pelo serviço secreto espanhol, que logo preveniu ao rei de Espanha; a própria infanta Isabel, Clara Eugênia, viúva do arquiduque Albert, filha de Felipe II, que governava as Flandres, mandou aviso de todos aqueles preparativos; repetindo a atitude displicente do ataque à Bahia, a Espanha, como única providência, limita-se a prevenir o governador geral do Brasil, D. Diogo de Oliveira, que se apressa a advertir os governadores das capitanias; para Pernambuco, porém, como capitania mais visada, envia êle o próprio sargento mor do Estado, Pedro Corrêa da Gama, em meiados de 1629, para melhorar as defesas daquela capitania.

Pedro Corrêa da Gama, fêz construir em Olinda algumas trincheiras em tôrno da vila, alguns redutos em Recife, uma cêrca de pau a pique na praia, e começou a construir o forte Diogo Pais, que não chegou a ficar pronto, e o forte à margem direita do rio Tapado, que por falta de tempo, foi substituído por uma trincheira com travessas laterais.

Matias de Albuquerque, que estava em Madri quando essas notícias ali chegaram, recebeu ordem de voltar imediatamente à sua capitania, já com o cargo de comandante militar, independente do govêrno geral, e com jurisdição sôbre tôdas as capitanias do norte do Brasil. De passagem por Lisboa, Matias de Albuquerque viu que, insignificantes e mesquinhos eram os recursos de guerra que lhe davam para reforçar a defesa de Pernambuco. Como brasileiro que era, depositou sua confiança na gente do Brasil, e saiu de Lisboa com três caravelas, 27 soldados e alguma munição, segundo informa o autor das

"Memórias diárias da Guerra de Pernambuco"; as caravelas eram comandadas por Matias de Albuquerque, João Alves da Barbuda e Gil Corrêa Castelo Branco, e chegaram a Recife em outubro de 1629.

O capitão mor André Dias da França, que exercia interinamente o govêrno na sua ausência, passou-lhe o cargo, no mesmo dia que Matias de Albuquerque chegou a Recife. Não demonstrou o governador militar a menor preocupação pelo perigo iminente; continuou os preparativos de defesa já começados, ativou o adextramento das 130 praças das companhias de linha, as únicas que ali existiam, e das quatro companhias de Milícias de Olinda e uma de Recife; o total dessas praças mal atingia 650 homens.

Organizou duas companhias de gente de mar, e pôs de sobreaviso todos os homens de armas e índios amigos; dispôs atalaias na costa, para, por meio de fogueiras (sistema indígena) assinalar o aparecimento da esquadra holandesa.

Ordenou ao capitão Rui Calaça que fôsse desalojar os holandeses que se haviam instalado em Fernando de Noronha, o que, como já vimos, cumpriu brilhantemente.

Matias de Albuquerque, que chegava da Europa aureolado com a fama de soldado valente e capaz, tendo na Flandres "feito hábito do furor das armas", procurou, antes de tudo, levantar o moral da gente da capitania, para ter bons soldados na sua defesa; mostrou-se corajoso e desassombrado, desfazendo medos e receios, estimulando os fracos e hesitantes, criando entre os senhores de engenho, capitães e comerciantes, um espírito decidido de repulsa ao invasor, um desejo forte de lutar tenazmente em defesa da terra.

Mas, a exemplo do que Furtado de Mendonça havia feito na Bahia, comete êle o êrro de proibir que os moradores levassem para o interior, pondo em segurança, seus bens, suas criações, suas famílias, enfraquecendo com isso a defesa, onde os homens preocupavam-se com o sal-

vamento dessas coisas na hora da luta, e propiciando ao atacante maiores riquezas, melhores lucros.

Atendendo ao chamado de Matias de Albuquerque, muitos chefes indígenas se apresentaram com suas tribos para cooperar na defesa, entre êles Potiguaçu, batisado pelos jesuítas por Antônio Felipe Camarão, que com seus 300 potiguares é destacado para a foz do rio Doce, onde a 16 de fevereiro de 1630 estava aguardando sereno o invasor.

Com o objetivo de afastar de vez os temores do povo, Matias de Albuquerque resolveu festejar de maneira particular o nascimento do herdeiro real da Espanha, Baltazar Carlos Domingos, dando uma grande festa a 9 de fevereiro de 1630, pois, confiava êle, que o valor dos moradores e as fortificações preparadas e em construção, seriam bastantes e suficientes para repelir o inimigo, se o atacassem.

Essas fortificações eram, porém, precárias, ante o poderio inimigo. Olinda, estava defendida do lado do mar por uma linha de muralhas, com baluartes de espaço a espaço; nos pontos da praia acessíveis às pequenas embarcações, trincheiras haviam sido preparadas; ao norte e sul da vila, havia dois fortins de pedra com alguns canhões.

Também, entre o rio Beberibe e o mar, havia trincheiras. Entre Olinda e Recife havia a Guarita de João Albuquerque, um antigo baluarte. Em Recife mesmo, Matias de Albuquerque havia reformado o forte de São Jorge (hoje forte do Brum, corruptela do nome holandês "Bruyne") e fêz levantar junto a êle algumas baterias. Reformou o forte do Mar e os redutos do Nazaré, Tamandaré, Serinhaem, Geroaga e Tapado. Sôbre os dois fortes de S. Jorge e do Mar, é que repousava a real defesa do Recife.

As festas ordenadas por Matias de Albuquerque, começaram com as apreciadas escaramuças, jogos de cana e encamizadas, em honra ao Príncipe da Espanha, o her-

deiro real, acompanhadas com muitas salvas de artilharia e surriadas de mosquetaria. Havia um contentamento geral, todos já esquecidos dos perigos que os ameaçavam. Eis, senão, quando entra na barra um patacho enviado por José Pereira Côrte Real, governador de Cabo Verde, trazendo o aviso que dali havia partido a 26 de dezembro de 1629 para o Brasil, uma grande esquadra holandesa de 67 naus, que vinha atacar Pernambuco, e que essa esquadra ia ser ainda reforçada com mais 13 naus retardatárias.

A notícia caiu como uma bomba, lançando o terror na população; depois, alguns ponderaram, se o patacho partira depois da esquadra holandesa e ali chegara antes, talvez tivesse tomado outro rumo. Ambrósio Richshoffer, em "Diário de um soldado" (Trad. do Dr. Alfredo de Carvalho) conta-nos que a esquadra holandesa, de fato saíra de Cabo Verde a 26 de dezembro de 1629, tendo avistado terra a 2 de fevereiro de 1630; provàvelmente à espera da cessação da epidemia que lavrava com intensidade na esquadra, ficou bordejando entre Fernando de Noronha e a costa, até o dia que resolveu atacar Pernambuco. O patacho mandado de Cabo Verde, chegou a Recife a 9 de fevereiro de 1630, antes da esquadra holandesa, por êsse motivo.

Êste fato, foi, porém, propício a Matias de Albuquerque, porque lhe deu tempo de fazer serenar os ânimos, e aproveitar a oportunidade da festa, para contar com quase todos os elementos da defesa ali reunidos.

Dada a ordem de mobilização, com calma e segurança contagiantes, Matias de Albuquerque manda o coronel Pero da Cunha de Andrade assumir o comando da gente de fora da vila e seus têrmos; Ambrósio Machado de Carvalho, comandar a gente da vila, assumindo êle o comando geral, tendo sob suas ordens imediatas "a gente a cavalo para acudir onde fôsse necessário", isto é, a reserva.

Todo o perigo devia vir da barra de Recife, porisso Matias de Albuquerque mandou trancar o canal que dava

acesso ao ancoradouro, com uma grossa corrente e uma embarcação que fêz pôr a pique na bôca do canal; pôs u'a nau, sob o comando de Nuno de Melo, defendendo a barra dos Afogados, onde podiam entrar pequenas embarcações; para impedir a entrada e ancoragem no pôço, e o desembarque em Recife, mandou cegar as duas barras de fora.

O capitão mor André Dias da França, que comandava a infantaria, composta das Milícias, Ordenanças, voluntários e índios flexeiros, distribuiu seus homens pelos postos, trincheiras e redutos; os capitães Martim Ferreira e Francisco Tavares, com as tropas de Milícias, ocuparam os dois redutos da vila, o primeiro a "Guarita de João Albuquerque", e o segundo, o que ficava no caminho do rio Tapado para o rio Doce. Os capitães Roque do Rêgo Barros e Salvador de Azevedo, que comandavam duas companhias de Ordenanças, foram postos nas trincheiras de Olinda; os capitães Afonso de Albuquerque e Manoel da Costa Calheiros, que comandavam outras duas companhias de Ordenanças, ocuparam as trincheiras de Recife.

O capitão Francisco Monteiro, com os voluntários da vargem, foi para Recife; o capitão Jacinto de Freitas, com sua gente, para a fortificação do Rio Tapado. Em Recife, foram colocadas, também, as praças bisonhas vindas de Portugal e a companhia de Ordenanças, chegada de outras capitanias, sob o comando do capitão André Pereira Temudo; a palissada, foi ocupada pelos voluntários sob o comando de Bento de Freitas.

A fortaleza de S. Jorge estava sob o comando do capitão Antônio de Lima, e a fortaleza do mar sob o comando do major Manoel Pacheco; ambas receberam reforcos nos seus efetivos. Exercia o pôsto de sargente mor Rui Calaca Borges.

Tôdas as posições estavam guarnecidas, e bem assegurada a defesa.

E ficaram os defensores de Pernambuco, cheios de confiança, aguardando o anunciado ataque da poderosa frota holandesa.

VI

O ATAQUE A PERNAMBUCO

As companhias comerciais holandesas de corso — O ataque a Recife — Desembarque na praia do Pau Amarelo — Tomada de Olinda — O forte de S. Jorge — Ocupação de Recife.

Os numerosos judeus e cristãos novos portuguêses e espanhóis, que, perseguidos pela intolerância religiosa, se haviam refugiado na Holanda, em geral mercadores ricos, anciando por empregar seus capitais com altos lucros, foram os reais criadores das companhias comerciais holandesas de corso.

O judeu brabantino Willer Usselincx, que conhecia bem o comércio e a situação política de Portugal e Espanha, foi quem teve a idéia de criar uma sociedade por quota, que fizesse por conta própria o corso em alta escala e a conquista das colônias ricas dêsses dois países, espalhadas por todo o mundo, sem proteção maior. Condição essencial, porém, era ficar o Estado associado a essa iniciativa, com grandes interêsses para abrigar a companhia sob sua bandeira e proteção.

Inegàvelmente, a organização proposta era um bom negócio, pois, ao mesmo tempo que eram colhidos gordos lucros dos saques dos corsários, combatia a crescente grandeza dos países ibéricos, de quem se vingavam por sua perseguição religiosa, e, ao mesmo tempo, davam às

Províncias Unidas a oportunidade de beneficiar-se com uma espansão colonial invejável.

Organizada a Companhia das Índias Orientais lançaram-se os holandeses pelo mundo, como um bando de lobos esfaimados. Na ânsia de tudo ganhar, olharam apenas o êxito imediato, que fatalmente acabaria por cessar, esgotadas as fontes. A mentalidade corsária do holandês não estava preparada para colonizar, povoar, tirar lucros pacientemente, crescente aos poucos. Não! Iam, saqueavam, depredavam, incendiavam e matavam. Os lucros eram fantásticos, como vimos, mas, anos depois, nesses lugares por onde os holandeses haviam passado, nada havia mais que tirar que desse lucro. Assim, definhou a Companhia das Índias Orientais. Foi como um cometa que passou. Muito brilho, pouca duração!

A Companhia das Índias Ocidentais, fundada nos mesmos moldes, ao ocupar a Bahia, verificou que, sem a exploração regular da terra, era preciso recomeçar o trabalho sem esperanças melhores para o futuro, modificando assim, em parte, sua mentalidade corsária. Mas, seja por atraso do Conselho dos Dezenove, seja por desconhecimento da situação real das tropas holandesas sitiadas na Bahia, o fato é que o ataque ali realizado não teve caráter de permanência.

Já agora, pensavam êles em renovar o ataque ao Brasil, a princípio só com o fito de apossar-se do açúcar, como diz José Honório Rodrigues, visando depois, fixar-se na terra, para explorá-la como faziam os portuguêses, sem por isso deixar de lado os vários ataques corsários que vinham executando. Vai começar, então, um período de 25 anos de guerra, no qual os holandeses não puderam dar provas de sua capacidade colonizadora, porque o máximo que conseguiram, foi fazer de Pernambuco uma feitoria florescente por poucos anos; êsse período de guerras, em compensação, foi uma esplêndida oportunidade para o Brasil revelar-se a si próprio, como bem diz Pedro Calmon, nesse pequeno Mundo em armas em que se transformou,

no qual nasceu e vicejou forte e duradouro, o sentimento da Pátria brasileira.

Nesses trinta anos que decorrem de 1624 a 1654, com razão aprecia Sousa Ferreira, "empenharam-se os brancos, índios e negros, filhos ou moradores do Brasil, numa verdadeira guerra de libertação", da qual dependeria a unidade nacional, nos seus aspectos territorial, político, racial, linguístico e social, enfim, o Brasil atual.

Essa guerra de libertação, começou realmente a 14 de fevereiro de 1630, quando os ataláias da costa noticiaram que a esquadra holandesa estava à vista do pôrto de Recife. A confiança demonstrada pelo povo até então, mais afetada que real, foi posta à prova nesse momento, e no meio do terror que sobreveiu, muitas famílias fugiram conduzindo o que puderam. Matias de Albuquerque acudia a todos os pontos, animando a todos com o seu exemplo e suas palavras, restabelecendo aos poucos a calma e a confiança.

A esquadra holandesa que agora ameaçava Pernambuco, saíra da Holanda dividida em pequenas frotas, que deveriam juntar-se em Cabo Verde; a primeira frota a sair da Holanda, de 8 naus, sob o comando do almirante Lonck, não foi destruída ou apresada junto a ilha de Tenerife, quando esbarrou com a esquadra espanhola de D. Fadrique de Toledo, forte ainda de 44 naus, porque êsse comandante era um incapaz. A segunda frota, só muito mais tarde velejou da Holanda, porque ela estava então em precária situação, com o ataque simultâneo dos espanhóis e dos imperiais, ao sul e a leste das províncias holandesas, tendo tido a Companhia das Índias Ocidentais que ceder às Províncias Unidas as tropas de desembarque com que contava para vir atacar Pernambuco, para guarnecer Velawe e Utrecht.

Por isso, a reunião das duas esquadras só se verificou em meiados de dezembro de 1629. Antes de sair de Cabo Verde, o almirante Lonck resolveu enviar à frente da esquadra dois patachos, o "Lontre" e o "L'épervier",

para apresar navios e fazer prisioneiros nas costas do Brasil, a fim de obter informações mais seguras sôbre a situação em Pernambuco, notadamente quanto às suas defesas.

Grande número de soldados e marinheiros estava doente a bordo da esquadra holandesa; o "Diário" de Richshoffer registra que, no dia 20 de janeiro de 1630, o almirante Lonck preocupado com a epidemia que grassava, chamou para uma conferência na nau capitânea todos os comandantes de navios, anotando-se então, já haver 200 mortos desde a partida de Cabo Verde, estando ainda bem doentes 1.200 homens, dos 7.300 homens de guerra que traziam.

Avistou a esquadra holandesa a terra brasileira a 7° de latitude Sul, nas costas da Paraíba, às 14 horas de 2 de fevereiro de 1630; com o objetivo de esperar a alta de muitos doentes, o almirante Lonck resolveu bordejar nessas paragens por alguns dias, o rumo E.S.E. No dia 14 de fevereiro, avistam terra de novo, tendo então, como era costume, todos os navios engalanados para o ataque, hasteado bandeiras, pendões, galhardetes e estandartes; há revistas de armas e munições, passando depois tôdas as tropas de desembarque para 16 navios, indicados.

O plano do almirante Lonck era investir Pernambuco por dois pontos; enquanto a esquadra bombardeava Recife e forçava a barra para apossar-se do pôrto, sob seu comando, outras fôrças, sob o comando do coronel Weerdenburch, desembarcariam mais ao norte, atacando Olinda; acreditavam, Lonck e Weerdenburch, que fazendo os dois ataques ao mesmo tempo, a defesa não disporia de recursos para repelí-los. Era, mais ou menos, uma repetição da ação de Willekens na Bahia.

À distância de um tiro de canhão a esquadra holandesa que, segundo a informação de Matias de Albuquerque ao rei, era de 70 velas, postou-se em fila; uma chalupa foi enviada com um parlamentar com a intimação da rendição da cidade, sem luta, com a promessa de clemên-

cia e brandura; antes da chalupa chegar à terra, os defensores romperam fogo, demonstrando não aceitar a intimação.

A partir dêsse momento, todos os canhões da esquadra começaram a atirar em unísono contra Recife e seus fortes, respondendo êstes com tôda a intensidade de que eram capazes. Das 11 horas da manhã até ao escurecer, foi uma tempestade de ferro e fogo que caiu sôbre os fortes e a cidade, tão dura, que Frei Calado que a presenciou, disse, que "pareciam chover (as balas) do mar para terra".

O forte que mais sofreu com o bombardeio foi o forte do Mar, onde o Tenente Pedro Barbosa, com bravura notável defendia-se enèrgicamente. Matias de Albuquerque, que pressentira que os holandeses iam tentar desembarcar no rio Tapado, onde o pequeno reduto ali existente seria logo destruído, dá o comando da cavalaria a André Dias da França, encarregando-o da defesa do norte da praça, levando êle mesmo um forte refôrço para o reduto do rio Tapado. Os holandeses, vendo êsse ponto defendido, afastam-se para o norte procurando outro ponto mais acessível.

Volta Matias de Albuquerque a Recife, e sob o bombardeio tremendo vai inspecionar o forte de S. Jorge, entusiasmando com sua presença os defensores, que mais intensificaram o fogo contra os navios holandeses. Êstes, em um dado momento movimentam-se, investindo para tentar entrar no pôço; o primeiro navio que se aproximou, sob o fogo intenso, encalhou junto à barra, ficando em grande risco e, quando os holandeses, perdendo muita gente e com grandes dificuldades conseguiram safá-lo, estava tão avariado, que a esquadra desistiu da investida, ante o gáudio dos defensores.

No mais violento da luta contra a investida da esquadra, recebe Matias de Albuquerque a notícia que as tropas de desembarque holandesas haviam descido na praia do Pau Amarelo; êle temia sobretudo a queda dos fortes

ante o imenso poder naval do inimigo, e agora, tinha que enfrentar também, uma arremetida por terra, onde não tinha fortificações para enfrentá-los.

Matias revelou-se, então, o grande chefe que era; sem precipitações, nem mêdo, sem mesmo um gesto de surprêsa, reforça mais ainda as guarnições dos fortes, que tão brilhantemente estavam lutando, manda afundar na entrada do pôrto mais oito navios carregados de açúcar que ali estavam, para dificultar ainda mais o forçamento da barra de Recife, e segue para Olinda, para ver como podia desfazer aquele golpe holandês.

Aí encontrou êle, as famílias desvairadas, em pânico, começando a fugir para o sertão; os que tinham obedecido a ordem de ficar, não se continham mais, e fugiam com o que podiam levar.

Os 3.000 homens de Weerdenburch, que haviam desembarcado à tarde na praia do Pau Amarelo, duas léguas ao norte de Olinda, ao som de clarins e trombetas bastardas, rufos de tambores e caixas, com o acompanhamento normal de mercadores, timoneiros e gente de bordo, estava ansiosa por marchar sôbre Olinda para saqueá-la.

Embora o Padre Baers afirme que quando Weerdenburch desembarcou, o fêz à vista da cavalaria inimiga e cêrca de 2.000 infantes, a verdade é que André Dias da França quando ali chegou com a cavalaria, 100 homens, êle já havia desembarcado com suas tropas, e sua artilharia já tomara posição para protegê-las.

Varnhagen, achou que André Dias da França não cumpriu com o seu dever, opondo-se como devia contra os holandeses; não conhecemos a fôrça exata que André Dias da França dispunha, mas, basta ver que seu procedimento não pode ser criticado, porque ao chegar êle a Pau Amarelo, encontrou forte tropa inimiga já instalada no terreno, tropa cujo efetivo êle desconhecia, apoiada por artilharia, e isto não pode ser acoimado de mêdo ou covardia, pois, anoitecia, e a prudência mandava que êle apro-

veitasse a noite para informar-se melhor antes de atacar. Depois, não sabemos quais as imposições que o terreno apresentava. O fato é que Weerdenburch não ousou continuar a marcha nesse entardecer, ali pernoitando em posição, enquanto André Dias da França voltava com sua cavalaria para Recife, deixando gente a pé, de vigilância, na maioria índios. O coronel Van Weerdenburch, em carta de 9 de março de 1630 diz que desembarcou "embora uma grande multidão, tanto a pé como a cavalo, aparecesse na costa". Êle era o comandante das fôrças de desembarque e procurava dar valor à sua ação; a multidão, era a que fugia para o sertão.

Fôrças de infantaria foram mandadas, à noite, para opôr-se a Weerdenburch; pela manhã do dia seguinte, quando êle iniciou a marcha sôbre Olinda foi repetidas vêzes assaltado por essas fôrças dos defensores, compostas de índios e moradores das redondezas e de Recife, uns 200 e 300 homens, que emboscados causavam grandes perdas aos holandeses, mau grado marcharem êles pela praia, protegidos por muitas lanchas artilhadas.

Para a marcha, Weerdenburch dividiu sua tropa em três regimentos; na vanguarda, com 934 homens, o coronel Adolph van der Elst; no grosso, com 1.049 homens, o tenente-coronel Steyn Callenfels; na retaguarda, com 965 homens, o major Foulcke Hounches. Desde que iniciaram a marcha, estando sendo atacados com perdas sensíveis, Weerdenburch destacou uma companhia de mosqueteiros para ir batendo o mato à frente da tropa, mas, os tiros e as flexadas de surprêsa eram contínuos, até chegar ao rio Doce, onde os holandeses encontraram as tropas que ali haviam sido postadas para defender o vau.

Travou-se o combate; os holandeses trazem à frente seus canhões e forçam a passagem do vau, mau grado os reforços ali chegados, comandados pelo capitão Salvador de Azevedo, e logo depois apoiados por Matias de Albuquerque com sua cavalaria. As fôrças que faziam a defesa do vau, conquanto buscassem a luta com valor, eram

desordenadas e bisonhas; uns poucos soldados das Ordenanças e do Presídio, e a maioria de voluntários, sob o camando dos capitães Francisco Tavares e Martim Ferreira; o refôrço chegado com o capitão Salvador de Azevedo, tinha soldados das Ordenanças, voluntários, agregados e índios, que, com os voluntários a cavalo vindos com Matias de Albuquerque, mal somavam, ao todo, 700 homens. A grande maioria nunca tinha siquer recebido o batismo de fogo, e agora, enfrentava veteranos da guerra de Flandres, em massa, dispondo de muitos canhões e lanchas artilhadas.

Era natural, pois, o que sucedeu; quando o combate apertou, e começaram a ver cair seus companheiros, atemorizaram-se e foram tomados pelo desejo de fugir; Matias de Albuquerque, depois de perdas severas de ambos os lados, vendo o que se passava, ordena a retirada para o rio Tapado, onde seus homens encontrariam trincheiras onde abrigar-se. A fuga de uns e a retirada de outros, foi feita pelo mato, para evitar o fogo das lanchas artilhadas. Weerdenburch declara ainda: "Após combate encarniçado com grande número de mortos e feridos, foi o inimigo obrigado a bater em retirada".

A Matias de Albuquerque era impossível impedir êsse desastre, sendo os holandeses mais numerosos, mais aguerridos, melhor armados, não tendo famílias nem bens a resguardar, antes, pelo contrário, enèrgicamente estimulados pelo saque próximo. Recolhe-se êle a Olinda com os bravos remanescentes que ficaram a seu lado.

Os holandeses, guiados por um judeu português, que Varnhagen diz chamar-se Antônio Dias, por alcunha "Papa Robalos", que antes fôra comerciante em Recife e depois seguira para a Holanda, avançam sem parar até Olinda; mas os feridos e cansados que foram deixados para trás, todos foram mortos pelos defensores da terra.

A vanguarda inflete, para entrar na vila, pela ala direita da marcha, chegando ao convento dos jesuítas, onde encontra forte resistência, oposta pelo capitão Salvador

de Azevedo, que para aí recuara e aí se instalara (*); Salvador de Azevedo e seu punhado de homens combatem valentemente, só cessando o combate quando os canhões arrombaram os portões do convento. Êste oficial, diz Southey "foi o único oficial português que fêz o seu dever". Por certo, Southey, referia-se àquele setor.

O segundo regimento holandês, que fazia o grosso, reforçou o ataque ao convento dos jesuítas e atacou o convento dos franciscanos, onde Matias de Albuquerque se postara; o terceiro regimento, que vinha na retaguarda, infletiu para a ala esquerda da marcha, e investiu as fortificações que ao norte defendiam a vila pelo lado do mar.

O capitão Salvador de Azevedo, quando o convento dos jesuítas foi tomado, salvou-se, e "juntando a um e outro muitos brasileiros de juvenil idade" conta-nos Rocha Pitta, foi postar-se no adro da Santa Casa da Misericórdia, "abrindo com as espadas trânsitos às vidas, e derramando a tôdas as partes mortes, nas alheias souberam vender cara as próprias". Matias de Albuquerque, na bateria contígua ao convento de S. Francisco, lutou bravamente durante duas horas, repelindo todos os ataques holandeses.

"Achando o inimigo naquela paragem tamanha resistência — diz a "Relação Verdadeira" — desesperado de poder ganhar a trincheira e escandalizado também, de uma peça que dela se disparou e fêz voar alguns pelos ares, e de outros muitos que lhe haviam morto, desaferrou daquele pôsto", para, guiado por alguém que conhecia a terra, ir entrar na vila.

Quando os holandeses entraram na vila, foram encontrar com um oficial, que se portou com um heroismo além de qualquer classificação. Foi o capitão André Pereira Temudo, que com doze pernambucanos, ousou afrontar uma companhia holandesa a arma branca; feridos, por

---

(*) Reforçado pela companhia formada pelos alunos do colégio dos Jesuítas de Olinda, diz Serafim Leite.

fim, gravemente, ainda eram extremamente mortíferos aos que dêles se aproximavam. Os holandeses só conseguiram continuar a progressão pela rua da Misericórdia, depois de todos mortos!

O regimento holandês que assaltou a fortificação de beira mar, dispunha de 4 canhões e de muitas lanchas artilhadas; travou-se aí dura luta. Quando, enérgica era ainda a defesa de Olinda, o almirante Pieter Ita e o major Schutte, desembarcam com 500 homens ao sul de Olinda, ameaçando a retaguarda dos defensores. A sorte de Olinda estava selada. Nada mais era possível fazer. Matias de Albuquerque, sempre combatendo, dá ordem de retirada para Recife, onde chegou com uns 20 homens, apenas, dos que lhe restaram.

Os defensores das trincheiras da praia, que haviam tido duras perdas, vendo a retaguarda ameaçada, procuram recolher-se a Recife, mas, alguns foram feitos prisioneiros.

Enquanto se lutava em Olinda, o licenciado André da Fonseca de Almeida, provedor da Fazenda, e o Meirinho da Correição Lourenço Guterres, por iniciativa própria, com imenso esfôrço, salvaram as armas e munições dos armazéns de Olinda, conduzindo-as com enormes dificuldades, e em carros, para Recife, que muitos úteis foram depois.

Assim caiu Olinda, a 16 de fevereiro de 1630. A vitória custara 60 mortos aos holandeses.

No forte de S. Jorge, no istmo, havia muita gente, entre combatentes e refugiados; ao chegar a notícia da queda de Olinda, houve indiscritível pavor, fugindo quase todos em desespêro para o sertão. No forte, ficaram, o comandante Antônio de Lima e sete soldados. O capitão Antônio de Lima manda pedir a Matias de Albuquerque, reforços; ao receber êste o pedido, sucedeu estar perto o jovem João Fernandes Vieira, de 17 anos, português de nascimento, mas, desde muito pequeno no Brasil, que se ofereceu para seguir; outros 20 judeus seguiram-lhe o

exemplo; Matias de Albuquerque enviou-os como refôrço, tendo êles se portado ali brilhantemente, como veremos.

No forte de S. Jorge, o comandante fêz levar para o alto da muralha, grandes blocos de pedra, traves e tudo quanto podia ser utilizado para repelir escaladas. Seu exemplo, galvanizou os poucos defensores.

Matias de Albuquerque, ao retirar para Recife, viu o perigo que a cidade corria, por isso, decidiu-se a tomar medidas extremas: manda incendiar os armazéns de Recife, recolher quase tôda a munição e armas ao forte de S. Jorge e ao forte do Picão, e encalhar e queimar os restantes navios que estavam no pôrto, talvez esperando que, destruindo aquelas riquezas, desistissem os holandeses de continuar o ataque a Recife, por pouco terem a saquear. Frei Rafael de Jesus conta: "que em sette horas de combate, o inimigo metteo dentro do Arrecife duas mil balas".

Deu, em seguida, ordem aos fortes do mar e de S. Jorge, que a resistência ali fôsse até à morte, porque, contava utilizá-los como base de operações e apoio para a reconquista e expulsão dos holandeses. Feito isso, partiu para reunir tropas e voluntários dispersos, a fim de oferecer ao holandês a maior resistência possível.

Os holandeses, de posse de Olinda, saquearam-na, atentando contra as igrejas, doentes e inválidos que não haviam podido fugir; embriagaram-se torpemente, praticando desvarios e tropelias. Escravos fugidos, sorrateiramente faziam o mesmo, não raro incendiando casas, roubando e matando holandeses bêbados.

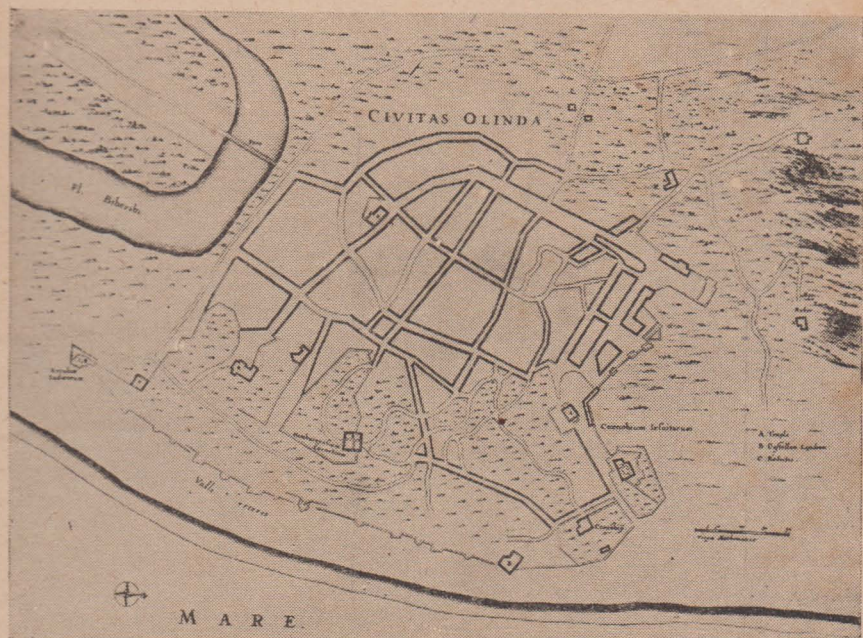
Enquanto a notícia se espalhava cèleremente pelas demais capitanias, e estas, na medida do possível, tratavam de obter e enviar reforços, o almirante Ita, a 17 de fevereiro, vai a Olinda, acautelar despojos para a Companhia das Índias Ocidentais e prover a segurança da vila, completamente descurada. Queria êle precaver-se, porque, com o pôrto trancado e com a hostilidade que rondava os holandeses, sentia-se inquieto, inseguro.

Os esforços da esquadra holandesa, não haviam abalado maiormente a capacidade defensiva dos fortes, por isso, concentraram-se seis naus grandes para bombardeá-los, durante mais de dois dias, sem interrupção alguma, de dia ou de noite, cheios de ódio pela perda daquelas riquezas que os defensores da terra queimavam; a fumaça espêssa que subia dos armazéns e navios incendiados, cheios de açúcar, fumo, algodão, peles e especiarias, provocava nos holandeses resmungos de raiva e desespêro, pela perda daquelas riquezas com as quais já contavam.

Enquanto os navios bombardeavam os fortes, o almirante Ita manda doze embarcações procurarem descobrir uma passagem por onde a esquadra pudesse entrar no pôrto, nas quais fêz embarcar 573 homens, que, se tivessem oportunidade, deviam desembarcar e apossar-se da passagem. Tudo inútil. Os fortes rebatiam enèrgicamente, atingindo seguidamente os navios que os bombardeavam, sempre que êsses se aproximavam um pouco mais, causando-lhes graves avarias e muitas perdas de homens.

Diz Richshoffer que "o senhor general, com os demais navios grandes, teve que fazer-se ao largo durante à noite, e colocar-se fora do alcance dos tiros dos fortes; estando muitos navios tão varados de balas que se podia ver através dos dois costados, e perdendo muitos tripulantes cabeças, braços e pernas, tão nutrido foi o canhoneio".

Vendo que a esquadra nada conseguia contra os fortes, a 19 de fevereiro, os holandeses concentraram todos os esforços para tomar o forte de S. Jorge, atacando-o por terra. Na noite de 19 de fevereiro, o tenente coronel Callenfels, dando volta para evitar a trincheira que defendia o forte, faz um reconhecimento até perto do mesmo, tomando o edifício da Alfândega, onde encontrou ainda muitas munições de guerra e de bôca.

No dia seguinte, 20 de fevereiro, volta Callenfels com 600 homens, para fazer um ataque noturno de surprêsa

Planta da cidade de Olinda.

ao forte de S. Jorge, mas, teve dura recepção; as traves e pedras acumuladas no alto das muralhas, jogavam os holandeses das escadas em baixo e os esmagavam; as granadas que atiravam, eram devolvidas pelos defensores do forte, antes de explodir; as arcabuzadas e flexadas, apanhavam os holandeses a pequena distância, e quando algum mais audacioso assomava na amurada, golpes ferozes de espada, degolavam-nos sumàriamente. Batidos irremissìvelmente, retiram-se os holandeses, deixando 150 mortos e muitos prisioneiros, e levando feridos em quantidade considerável. Aquela heróica guarnição, de vinte e oito homens, portou-se brilhantemente, só ela causando aquele verdadeiro massacre nos holandeses; com aquela esplêndida resistência, mais experimentados e decididos ficaram, radiantes por terem escrito uma das mais belas páginas da bravura dos filhos do Brasil.

Um emissário leva a grata notícia a Matias de Albuquerque, e traz mais reforços, para suprir os 4 mortos e os vários feridos graves.

Os holandeses temiam aquele obstáculo inesperado; e segundo Weerdenburch, já haviam perdido até então, 550 mortos, tendo 896 doentes e feridos. Era preciso vencê-lo e o tempo urgia. Mas, só um meio havia: era fazer trincheiras e baluartes e aos poucos aproximar-se do forte. E assim fizeram.

Ao fim de alguns dias, ficou pronto o primeiro baluarte preparado pelos holandeses para enfrentar o forte de S. Jorge, que êles equiparam com canhões da esquadra, de grosso calibre, que desde logo começaram a bater o forte.

A importância dêsse obstáculo, era imensa para os holandeses, que não podiam ocupar o pôrto sem conquistá-lo; a 27 de fevereiro, Weerdenburch em pessoa vai visitar êsse baluarte, e a 28 de fevereiro é o almirante Lonck quem vai inspecioná-lo; para esta inspeção ser mais solene, os holandeses preparam para o momento um forte ataque ao forte, que êles acreditam resultar numa bela

vitória. Enganaram-se, porém. Apesar da violência do ataque, apoiado pelos fogos da esquadra, o forte defendeu-se mais uma vez brilhantemente, causando seus 24 canhões graves perdas nos holandeses, e tendo os defensores, também, algumas perdas.

Mas os holandeses não podiam prescindir de sua conquista, por isso, marcam um novo e mais terrível ataque para 1 de março, para isso fazendo vir da esquadra uma quantidade imensa de canhões, que foram assestados contra o forte, de todos os lados, entre os quais 3 grandes Kartowen. No dia 1 de março, rompem os holandeses fogo tempestuoso, com uma intensidade espantosa; o ribombar dos canhões ecoava soturna e ininterruptamente, os fracos, mas, certeiros canhões do forte, fazendo côro àquela cacofonia destruidora. Êsse horror de ferro e fogo que se abatia sôbre o forte de S. Jorge, heròicamente suportado, assombra os próprios generais holandeses. Nem mesmo, o forte de S. Jorge, parecia ter sofrido os impactos.

Amanheceu o dia 2 de março sob o rolar surdo dos canhões, sem um segundo siquer de pausa, num dispêndio brutal de munições que atordoava, e não se sabia onde era maior o desespêro, se entre os que defendiam o forte sob aquele horror, ou se entre os holandeses que não conseguiam dobrar a vontade de aço dos brasileiros que o defendiam.

O portador que fôra pedir novos reforços a Matias de Albuquerque, não pudera voltar. A guarnição era dizimada pouco a pouco; sob o constante fogo de tantas centenas de canhões, muitos de grosso calibre, o velho forte estava se esbarrondando, as peças na sua maioria descavalgadas e só por milagre uma granada holandesa não fizera explodir o paiol de pólvora. Ao anoitecer tudo havia sido arrazado em cima estando os defensores do forte resistindo ainda na sua parte baixa. Quando a última peça foi silenciada e a artilharia holandesa pulverizou os últimos recantos do que fôra o forte; "pelejavam

já os nosos a peito descoberto, arrazados os defensivos da fôrça, abertos os muros, caídos os reparos"; quando os defensores chegaram à mais extrema capacidade de resistência, só então, foi que drapejou no forte uma bandeira branca. Era impossível continuar a defesa. Mesmo aqueles heróis incomparáveis não poderiam continuar a defender o forte de S. Jorge. O fogo foi suspenso; como emissário foi enviado para negociar o cap. Gil Castelo Branco; e procedeu-se à capitulação que foi assinada nessa mesma noite.

João Fernandes Vieira salvou as duas bandeiras do forte enrolando-as no corpo por baixo do uniforme.

Logo que se iniciaram as negociações para a capitulação do forte de S. Jorge os holandeses intimaram a guarnição do forte do Mar a render-se; o major Manoel Pacheco vendo cair o forte de S. Jorge quiz render-se, mas o tenente Pedro Barbosa que havia sido a alma da defesa dêsse forte, opoz-se terminantemente; pouco depois, tiveram os defensores do forte do Mar que curvar-se ante a impossibilidade de continuar a defesa ali, sem o apoio do forte de S. Jorge. Por isso, a ata da Capitulação abrangeu os dois fortes, e dela consta:

> "Suma dos artigos do Acôrdo entre o Sr. General Hendrick Corneliszoon Lonck, Sr. Diedrich Van Weerdenburch coronel e os demais senhores do Conselho Secreto da Armada atualmente no Brasil, na cidade de Olinda e território de Pernambuco, ao serviço dos Snrs. Estados Gerais Previlegiados ou Províncias Unidas, e do Príncipe de Orange, seu governador, e sob as ordens da Companhia das Índias Ocidentais, de um lado, e Manuel Pacheco de Aguiar, major do Forte do Mar, junto com o seu Tenente Pedro Barbosa, e também Antônio de Lima, capitão do Forte de S. Jorge, ao serviço real de Espanha, de outro lado:

Primeiro — Deverão os oficiais espanhóis acima mencionados render e entregar aos Srs. General e Coronel os dois fortes, com tôda a artilharia existente e mais petrechos bélicos, como ali se acham atualmente;

Segundo — Após à capitulação, sair com todos os soldados que lhes são subordinados com as armas ordinárias, sem bandeiras nem morrões acêsos, sendo conduzidos em barcos para o outro lado do rio, onde serão postos em terra firme, podendo dirigir-se para onde bem lhes convier;

Terceiro — Deve ficar como refém no nosso acampamento o capitão Antônio de Lima, até voltarem os barcos que foram conduzir as tropas espanholas; devendo êste também prestar juramento de que a chalupa que o transportar para junto dos seus, e os marinheiros que as tripularem, regressarão sem serem molestados;

Quarto e último — Jurarão os oficiais e soldados espanhóis, por ocasião da retirada, que dentro do prazo de seis meses não pegarão em armas contra os Estados Gerais, Príncipe de Orange e Companhia das Índias Ocidentais.

Dado no acampamento holandês em frente ao forte de S. Jorge aos 2 de março do Ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1630".

Assinavam êsse acôrdo Hendrich Corneliszoon Lonck, general; Diedrick Van Weerdenburch, coronel; Manuel Pacheco de Aguiar, major; Antônio de Lima, capitão e Pedro Barbosa, tenente.

Quarenta homens, dêsses fortes que se haviam rendido, não quizeram jurar a quarta cláusula, de não pegarem em armas contra os holandeses antes de seis meses, entre êles o capitão Antônio de Lima, Francisco de Figueroa e Pedro Barbosa, porque a capitulação não havia

sido assim aceita; foram prêsos e levados para Olinda, onde, por fim, prestaram juramento no dia seguinte, sendo então mandados em liberdade. No forte de S. Jorge, os holandeses não encontraram nem víveres, nem munições, nem bandeiras, nem canhões.

No dia 3 de março Van Weerdenburch ocupa a ilha de S. Antônio (ou de Antônio Vaz), em frente a Recife, que estava abandonada pelos moradores; o convento de S. Antônio foi ocupado pelos holandeses, que logo o fortificaram.

Os navios afundados na entrada do pôrto, carregados de açúcar, tendo êste se dissolvido na água, flutuaram; por isso, o almirante holandês logo que foi tomada a ilha de S. Antônio, mandou chalupas e patachos sondarem a passagem, conseguindo êstes por fim entrarem no pôrto e adiantarem-se até dentro de Recife.

Os holandeses apossaram-se, então, de Recife vazia.

VII

PRIMEIRAS REAÇÕES CONTRA OS HOLANDESES

O arraial do Bom Jesus — O cêrco de Recife — A batalha naval dos Abrolhos — O abandono e incêndio de Olinda — Os ataques holandeses na costa — O conde de Bagnuolo e o Têrço Napolitano.

Quando Matias de Albuquerque resolveu estabelecer-se com os que o acompanhavam, no pontal que formavam os rios Beberibe e Capiberibe, havia já enviado emissários às outras capitanias pedindo socorros, pois era sua intenção reunir os elementos necessários a uma forte reação capaz de bater os holandeses e obrigá-los a reembarcar. Antônio Ribeiro de Lacerda, apresentou-se, oferecendo-se para ir organizar, armar e sustentar, um corpo de 200 homens, em Ipojuca; outros socorros mais chegaram, trazidos pelo Pe. Manoel de Morais, que vinha acompanhado de muitos índios, por Pedro de Albuquerque, de Vila Formosa, e vindos da Paraíba, sob o comando de Matias de Albuquerque Maranhão.

E' então que se apresenta a Matias de Albuquerque, um prêto moço, de 18 anos, sabendo ler e escrever, nunca tendo sido escravo, de aspecto simpático, chefiando grande número de mulatos e pretos escravos, por êle arrebanhados, oferecendo seus serviços para a defesa de Pernambuco. Era Henrique Dias. Matias de Albuquerque

apreciando suas qualidades, nomeou-o chefe dos homens que trouxera e deu-lhe logo um pôsto para guardar com sua gente.

Vendo as disposições de resistência do povo, porque "a calamidade que lhes fazia conhecer o êrro, lhes fazia desejar a emenda", Matias de Albuquerque reuniu um conselho dos mais graduados, e expôs seu desejo de fazer a resistência, dizendo:

"O holandês não se empenhou no excessivo gasto desta armada pela reputação de suas armas, senão pelo interêsse de nossas drogas. Esta Nação, como tem mostrado a experiência, em tanto exercita a Milícia em quanto lhe abre caminho para a ambição; disfarção o hábito com o de soldados; nem se arriscão pela vitória, senão pela riquesa.

Ajudada sua fôrça de nossa desgraça se fêz senhor de nossas terras e fazendas; se viera a saquear, conseguido o roubo largara a terra. Fortifica-se nela; Quem duvida que é com desígnio de nos desfrutar os campos?

Se achar oposição mudará de intento; pois é certo que para lhe colhêr os frutos, os há de cultivar ou nossa sujeição, ou sua indústria; e para o não conseguir, basta que o não favoreça nem o sofrimento nem a omissão; o que foi de nimos que sabem estimar a honra, e sentir a perda. Dous meios nos podem conduzir a êste fim; ou o da conquista castigando a injúria, ou o da defensa não permitindo a invasão; qual dêstes se deva escolher por mais seguro, dirá o parecer de tantos zelosos e interessados quantos se achão neste Congresso".

E a reação foi decidida, todos os padres seguindo para as aldeias dos índios, para arregimentá-los, sendo capitão mor dêles o Padre Manoel de Morais.

Matias de Albuquerque apressava urgentemente o preparo de sua reação, quando chegou a dolorosa notícia da rendição dos fortes, sôbre os quais estava baseada tôda a ação. Foi uma desilusão tremenda. Os próprios holandeses dão testemunho da surprêsa e cólera de Matias

de Albuquerque e sua gente, ao ver frustrados seus intentos.

Já, então, não lhe era mais possível manter-se em frente a Recife; urgia escolher outro local para instalar o núcleo inicial de defesa.

O local escolhido estava à margem esquerda do rio Capiberibe, entre êle e o rio Beberibe, sôbre uma colina que dominava a campina circundante, e que ficava a igual distância (1 légua) de Recife e de Olinda. Aí foi plantado o Arraial do Bom Jesus, cujo nome, cheio de glórias, conquistou seu lugar de honra nas páginas da História (*).

Era, sem dúvida, um ponto estratégico, porque por aí passavam todos os caminhos que de Olinda e Recife demandavam o sertão, permitindo aos defensores de Pernambuco limitar a ocupação holandesa àquela faixa de costa por êles já conquistada. Matias de Albuquerque desdobrou-se para criar ali uma povoação capaz de abrigar os moradores de Recife e Olinda que andavam dispersos pelo sertão próximo, e transformar o arraial em uma posição fortificada poderosa, tomando por ponto de partida a casa ali existente, de Antônio de Abreu; para isso, contava com grande quantidade de víveres, que chegava para alimentar a todos por alguns meses, e dispunha de armas e munições bastantes para equipar uma fôrça respeitável. Criou postos e baterias, trincheiras e baluartes, tudo tão bem disposto, que em pouco, não havia mais receio de um ataque holandês, pois ficara pronto o forte.

Os quatro canhões de que dispunha, tirados das náus afundadas ou incendiadas, foram postos em posição; a falta de armas, foi logo suprida com uma fábrica que êle instalou, para fazer chuços, piques, lanças, bombas de mão e facões; grande quantidade de pedras e traves foram

---

(*) O nome de Arraial do Bom Jesus proveiu da capelinha ali edificada pelo Padre Manuel Fernandes, sob êste orago.

amontoadas nas muralhas para repelir tentativas de escaladas.

Nesse trabalho, homens, mulheres e crianças tomaram parte decididamente e, como por milagre, em princípios de março tudo estava pronto. Diàriamente chegava gente ao Arraial, todos os homens válidos sendo incorporados às tropas organizadas por Matias de Albuquerque.

Os holandeses, senhores de Recife, logo após terem remetido para a Holanda tudo o que representava valor, inclusive os sinos de Olinda e Recife, cuidam logo de firmar sua situação; desempedem o pôrto, reparam os fortes, melhoram-nos, aumentam-nos e constroem novas fortificações em locais por êles julgados necessárias. De um e outro lado da ilha de S. Antônio, que só contavam a mais com uns casebres a beira mar, pois o resto era um pântano coberto pelas marés, são construídos dois fortes: o "Ernestus" e o "Frederick Hendrick" (atual das Cinco Pontas); do lado de terra, abrem imensas trincheiras, para prevenir possíveis e prováveis ataques dos moradores de Pernambuco.

Em Olinda, fortificaram o convento dos jesuítas, demoliram casas, abriram ruas, estenderam trincheiras, fincaram palissadas, preparando-se para uma defesa eficiente.

Desde a posse de Recife, os holandeses passaram a receber contìnuamente reforços; a 11 de março chegaram 9 navios da esquadra, retardatários, trazendo 665 homens de desembarque; nos dias 15 e 16 de março mais 5 navios com tropas e provisões; a 30 de abril mais três navios com víveres e munições e 150 homens de desembarque; a 4 de maio, outro navio de abastecimento; a 8 de maio, mais dois navios; êsse fluxo contínuo de suprimentos e reforços continuou sem cessar, sendo que, só no primeiro ano de ocupação, chegaram mais de 50 navios, trazendo 2.500 homens de guerra, munições, víveres, armas, etc., e voltavam carregados do saque por êles feito.

Estavam os holandeses decididos a transformarem a capitania de Pernambuco em uma nova província dos Estados Gerais, a nova Holanda como chamavam, não se descuidando de dotá-la de administração política e econômica, pois na frota do almirante Lonck tinham vindo diversas autoridades para constituirem os chamados Conselhos. O almirante Lonck, logo após à posse de Recife, cumprindo ordens estritas, apressou-se a passar ao Conselho Político a administração da conquista, seguindo a 7 de maio com sua esquadra para a Holanda.

Ora, a posse de Recife pelos holandeses, esplêndida base de operações que era, significava uma séria ameaça, não só para as frotas de prata, mas para tôda a América do Sul, que lhe ficava à mercê. Weerdenburch, no seu Relatório ao Conselho dos XIX, dizia: "Trata-se com efeito de uma cidade que, ajudada e provida do necessário, poderá tornar-se insuperável; uma cidade mediante o domínio da qual todo o Brasil poderá ser conquistado, com a qual, e pela consternação que se espalhou em todo o país... por intermédio dela todo o Brasil poderá ser subjugado e submetido com poucas despesas, e tôda a navegação costeira perturbada e arruinada..." Imediatamente deram os holandeses um grande impulso ao corso, que desde logo trouxe graves prejuízos à Espanha e Portugal. Desejosos, por outro lado, de assegurar em definitivo sua posição em Pernambuco, preparam um ataque ao Arraial do Bom Jesus, para, de uma vez, liquidar as esperanças dos moradores da terra, que se obstinavam em não se submeter ao domínio holandês, tanto mais que êles já se tornavam impertinentes e perigosos.

Matias de Albuquerque, congregando no Arraial do Bom Jesus todos os elementos de que podia dispôr, fizera vir para ali também Antônio Felipe Camarão, com seus potiguares. Camarão nascera em 1601 na aldeia de Seri (Igaraçú), tendo sido batisado, instruído e educado pelos jesuítas, que muito o apreciavam, pela sua inteligência, delicadeza de trato e bravura. A êle, como chefe, entre-

gou Matias de Albuquerque o encargo de tornar a região fora da cidade mortífera para os holandeses, não lhes permitindo a menor concessão.

Assim, não havia decorrido ainda uma semana da queda de Recife, e o holandês que se afoitasse fora da cidade, não era mais visto pelos seus; nos dias 11, 12 e 13 de março, muitos foram os holandeses que indo colhêr frutas, apanhar lenha, buscar água ou passear, foram varados de flexas ou mortos a tacape. Como isso continuasse, de todos os lados da cidade, o coronel Weerdenburch designou o tenente coronel Van der Elst, para, com uma forte tropa, ir na madrugada de 14 de março surpreender e tomar o Arraial do Bom Jesus, levando por guia um holandês que vivia em Pernambuco e conhecia o caminho, chamado Adriano Franck.

No dia marcado, depois de uma boa caminhada chega Van Elst e seus 150 homens a Água Fria, onde foi dado um descanso antes do ataque. Matias de Albuquerque, que tinha um serviço de vigilância bem organizado, acompanhara a marcha daquela coluna, e ao vê-los parar para descançar, aproveita a oportunidade, lançando contra êles várias de suas companhias e os índios disponíveis, que os surpreendem ainda no descanso.

As companhias dos capitães João do Amorim, Luiz Barbalho, Martim Ferreira, Pedro Manoel Pavão, Camarão, Henrique Dias, e outros acometem-nos rìjamente, sob uma chuva de balas e flexas; os holandeses debandam e fogem, sendo perseguidos até à entrada de Olinda, mau grado o refôrço enviado pelos holandeses, que temiam já se transformasse a perseguição em um assalto a Olinda. Raros os holandeses que chegaram incólumes; deixaram muitos mortos e feridos graves, tendo sido êstes aprisionados; o armamento e o equipamento caiu todo em mãos dos defensores do Arraial. Destacou-se nessa ação Manoel Dias da França.

Êsse ataque dos holandeses, foi para Matias de Albuquerque uma advertência; as estâncias por êle organiza-

das, formando uma cinta de segurança ao Arraial, foram mais reforçadas e estabelecidos mais postos de vigilância; êsse ataque, trouxe também, um grande benefício moral, porque os homens que haviam fugido por ocasião da invasão, já retemperados, haviam podido mostrar seu arrependimento lutando com bravura e energia; depois da luta, estavam decididos firmemente a lutar para expulsar o invasor. Matias de Albuquerque, dá ordem então, de apertar mais o cêrco de Recife, provocando maior pressão das estâncias, das companhias de emboscada, dos esquadrões, que o executavam. Cria novas companhias com os elementos recém-chegados; entre os novos capitães estavam João Fernandes Vieira e Henrique Dias (*).

A água de Recife era má e os holandeses iam buscá-la no continente; os índios armavam emboscadas, preparavam fossos com estrepes no fundo, onde êles caiam, ou varavam-nos a flexadas; nem fachinas podiam apanhar, quanto mais frutas ou lenha. Havia proibição formal de entendimento ou quaisquer relações com o invasor. A ordem era atacá-los de dia e de noite, sem descanso.

A vitória do dia 14 incendiara o ânimo dos moradores da terra, que redobraram as emboscadas, escaramuças e golpes de surprêsa, ansiosos que estavam por um desfôrço melhor.

Sabendo que os holandeses estavam fazendo fortificações na ilha de Antônio Vaz, Matias de Albuquerque, a 18 de março envia o capitão Antônio Ribeiro de Lacerda com 700 homens, inclusive os índios e os negros de Henrique Dias, para destruir a trincheira que estavam fazendo na ilha de Marcos André, dentro da Campina do Taborda.

Lacerda emboscou sua gente e mandou Francisco Rebelo, que mais tarde se celebrizou com o diminutivo de Re-

---

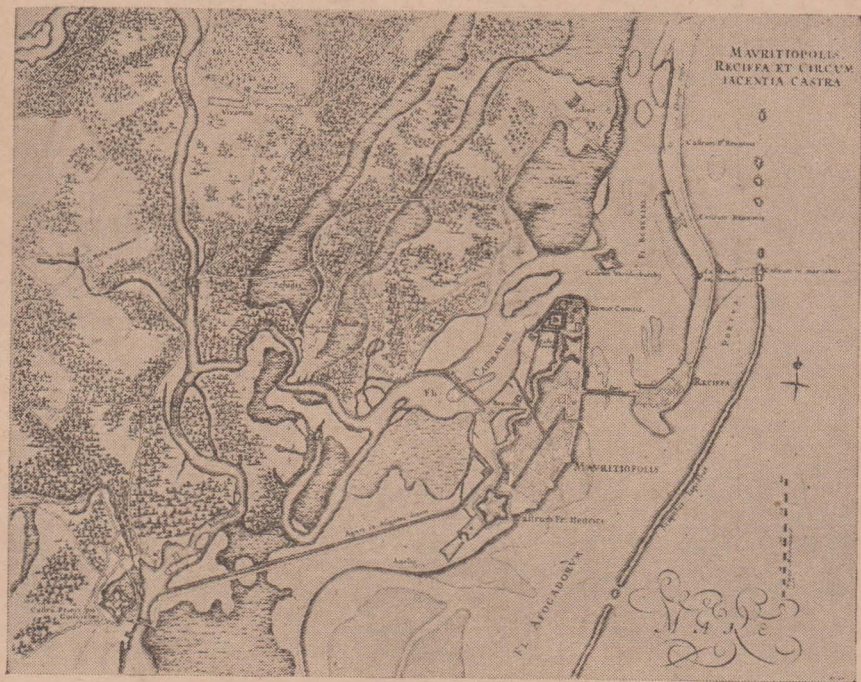
(*) Por não convir à igreja a permanência do Padre mameluco paulista Manuel de Morais como capitão mor dos índios, nessa ocasião, Camarão é promovido a êsse pôsto por indicação do Padre Francisco de Vilhena.

belinho, para provocar o inimigo com 20 homens; êste, manobrou em retirada, levando os holandeses a cair na emboscada preparada, onde perderam êles 50 homens, fora os que fôram lanceados à vontade, por oito jovens a cavalo, que faziam parte da tropa de Lacerda.

Poucos dias depois, a 26 de março o almirante Lonck seguia de Recife para Olinda, acompanhado por uma guarda de 600 homens, quando, de surprêsa, cai em uma emboscada que Camarão preparara com Pascoal Pereira; a guarda debandou e fugiu e Lonck só escapou, porque seu cavalo, ferido por duas flexas, disparou para o lado de Recife.

Além dos muitos holandeses afogados no Beberibe, e dos feridos graves aprisionados, tiveram os holandeses 49 mortos a tiro e muitos outros a flexadas. A emboscada entusiasmou ainda mais os defensores do Arraial.

O serviço de vigilância de Matias de Albuquerque, baseado em estâncias com tropas, e sentinelas vigilantes, estava constituído da seguinte forma, segundo nos informa Fr. Rafael de Jesus: "Correndo da parte do norte para o sul, se aquartelava Matias de Albuquerque Maranhão em uma hermida de Santo Amaro, com gente da Paraíba; seguia-se a estância do Padre Manoel de Morais, guarnecida com índios do seu partido igualmente disciplinados na religião e nas armas; logo a do Camarão com os índios de seu govêrno, que eram todos aqueles, com que nêstes princípios se veiu oferecer para servir. Pouco distante ficava a que defendia o capitão Estevão Álvares. Junto ao Buraco de San Tiago tinha situação a seguinte, que presidiava o capitão Luiz Barbalho (era a mais arriscada e fiou-se ao capitão mais destemido). A êste modo continuavam os quartéis pelos sítios de Beberibe e Sêca encomendados a diversos capitães; dando-se mãos uns aos outros de sorte que com facilidade se podião socorrer.

Consignarão-se troços de gente escolhida a diferentes cabos que por turno rondassem e descobrissem as distâncias que se entrepunham entre uns e outros quartéis",

Fortificações holandesas de Recife

Insistindo no ataque às fortificações na ilha de Antônio Vaz, Matias de Albuquerque, a 29 de abril, ordena um ataque àquela posição, que causou a morte de 110 holandeses.

A região do istmo, cheia de bosques, era o local ideal para essas emboscadas, porque por ali passava o caminho obrigatório que ligava Recife a Olinda. No dia 15 de maio, João Mendes Flores, com sua companhia de emboscadas, surpreende o almirante Pieter Ita, que ia de Olinda para Recife com forte escolta; a chuva forte que caía na ocasião, impossibilitando o uso dos mosquetes, por causa dos morrões não acenderem, pôs a escolta holandesa à mercê dos arcos e flexas dos índios. Da cidade saiu socôrro à guarda debandada e espavorida, mas, apenas pôde contar os mortos, já alinhados na praia pelos índios, uns trinta ao todo, alguns degolados e todos sem armas.

Os holandeses, procuravam sempre revidar êsses golpes; tendo já chegado a esquadra do almirante Pater, com grandes reforços, a 22 de maio enviam êles 1.000 homens sob o comando do tenente coronel Callenfels, pela esquadra do almirante Thijssen, para ocupar a ilha de Itamaracá, em cuja parte sul iniciam logo a construção do forte Orange, que, quando pronto, recebeu uma guarnição de 500 homens, sob o comando do major polonês Cristofle Artischau Arciszewsky. Sabedor disso, Matias de Albuquerque destaca a companhia de emboscadas de Bento Manoel Parente, para a ilha de Itamaracá, com a missão de apertá-los o mais possível no forte. E antes que os holandeses progredissem mais em suas obras na ilha de Antônio Vaz, a 24 de maio, lança êle Luiz Barbalho e Antônio Ribeiro de Lacerda, com 1.000 homens, para atacá-las de madrugada, de surprêsa; o ataque, feito simultâneamente por dois pontos, foi coroado de êxito, pois em menos de 15 minutos haviam sido tomadas a primeira e segunda ordem de trincheiras, os canhões descavalgados para serem levados, e já se defrontavam com as casas que serviam de quartel

aos holandeses; achavam-se já feridos o coronel Van Elst e o engenheiro das obras Commersteyn.

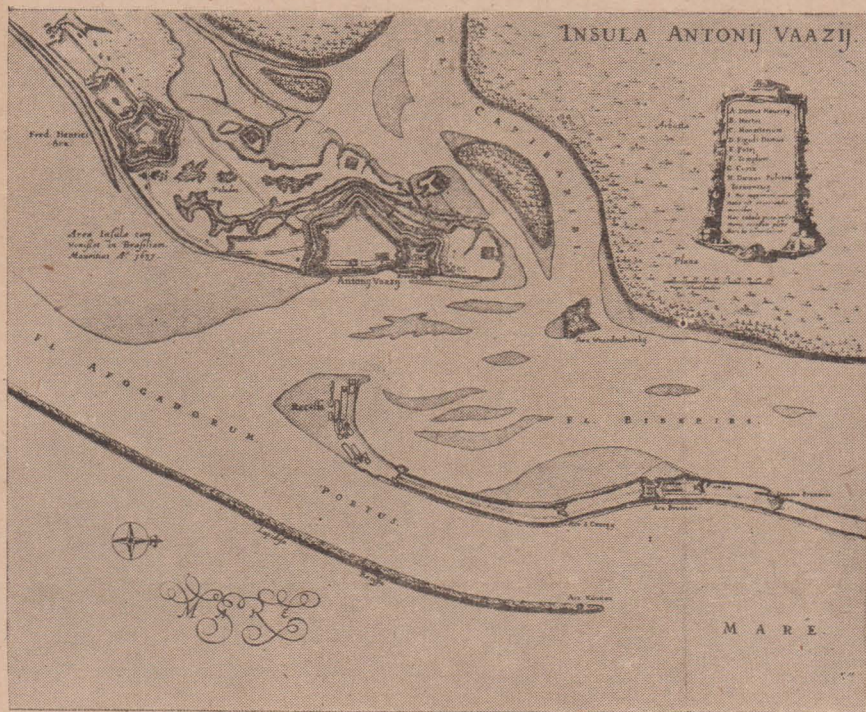
"O ataque foi assustador" confessou Weerdenburch.

Mas, no lusco fusco da manhã, uma confusão de identificação de tropas amigas, que foram julgadas inimigas, provocou a retirada dos atacantes, já então hostilizados pelos canhões de um navio holandês ancorado próximo dali. Os holandeses tiveram fortes perdas, muitas por afogamento dos que queriam fugir para Recife, outras no atropelamento da debandada em pânico, na escuridão; as fôrças atacantes tiveram poucas perdas, 11 ao todo mas, entre elas o tenente general Pedro Fernandes Ferrete e a do bravo Antônio Ribeiro de Lacerda, que com seu cavalo, foi atingido por uma bala de canhão.

Um imprevisto arrancou das mãos dos atacantes a vitória.

Para proteger as comunicações entre Recife e Olinda, os holandeses, com duros trabalhos e sob repetidos ataques de surprêsa, haviam construído um forte, batizado por forte de Bruyne, em honra do presidente do Conselho Político de Recife, Joan de Bruyne; é sôbre êsse forte que Matias de Albuquerque lança a 14 de junho, Luiz Barbalho com sua gente, reforçado por uma companhia de emboscadas de índios.

O ataque, de surprêsa, foi violento, tendo mesmo alguns assaltantes chegado a entrar no forte pelas canhoneiras, mas a defesa foi desesperada, tendo os assaltantes que retirar. A audácia dos defensores da terra, afrontava os holandeses até dentro de Olinda, não raro obrigando-os a noites de vigília de armas em punho, como a 26 de abril, por exemplo; os atacantes, penetravam sorrateiramente em Olinda, de preferência à noite, assaltando e matando a quantos holandeses encontravam, criando assim uma grave situação de insegurança na vila.

À medida que a luta prossegue, torna-se mais feroz. Os holandeses, além disso, só viviam dos meios que eram enviados da Holanda; sem navios que trouxessem víveres

Ilha de Antônio Vaz

e materiais da Holanda, ou sem as prêsas conseguidas pelos navios corsários escasseavam terrìvelmente os víveres, passando logo a haver um duro racionamento, que os irritava e os debilitava bastante, provocando, então, deserções numerosas, grassando o escorbuto e a desinteria sangrenta.

Os índios, eram, para êles, um verdadeiro pesadêlo, principalmente Camarão e seus potiguares, que se tornou lendário; com razão diz Frei Calado que: "tanto mal fêz ao inimigo, que sonhava com êle de sobressaltos; e até fójos muito fundos lhe mandava fazer por os caminhos, e veredas, com muitos estrepes no fundo, para que saindo o inimigo fora caísse nêles, como caíram muitos por muitas vêzes".

Até a lenha que os holandeses queimavam, tinha que vir da Holanda, pela impossibilidade de apanharem-na na terra. Estavam os holandeses em Recife havia poucos meses, e já as rações de pão que eram distribuídas para oito dias, não chegavam nem para dois dias. Todos os bichos, cães, gatos e até ratos, já haviam sido por êles comidos. Era uma situação horrível, que só podia ser aliviada com a conquista do Arraial do Bom Jesus. "Não podemos constituir um todo de 2.500 homens, número que diminui ainda diàriamente, seja por moléstia causadas pelos rudes trabalhos, e pelo forte calor, seja pelas hostilidades dos brasileiros, mouros e portuguêses, que atirando-se contra os nossos, que a procura de víveres frescos, tiveram já alguns mortos e feridos". Sôbre isso relata Weerdenburch.

As providências que haviam tomado, de construir os fortes de Bruyne, Cinco Pontas e Três Pontas, para reforçar a defesa e dominar a região vizinha, como o forte de Orange, que haviam construído na restinga em frente à barra de Itamaracá, apenas impediam que êles fôssem expulsos imediatamente, mas, não lhes dava o domínio da terra.

Porém, se os holandeses estavam nestes apuros, no Arraial do Bom Jesus, também, não havia fartura, nem barrigas cheias. Nem tecidos, nem calçados. As roupas e os calçados, cada um supria como podia, com os meios da terra, e a alimentação dependia dos elementos enviados às outras capitanias para buscá-los. Da Espanha e Portugal nada vinha para êles.

Ao chegar a Lisboa a notícia da invasão de Pernambuco, o regente D. Diogo de Castro apressou-se a comunicá-la ao rei da Espanha; pode-se afirmar com certeza, que, tanto em Portugal como na Espanha, a emoção foi a mesma provocada pela queda da Bahia em mãos dos holandeses. Novamente pesava sôbre as autoridades espanholas e portuguêsas a dura tarefa de libertar uma capitania do Brasil, que por seu descaso em defendê-la ficava em posição crítica. Depois das portas arrombadas, porfiavam espanhóis e portuguêses em preparar trancas para cerrá-las. Mais proveitoso seria, antes do ataque a qualquer capitania do Brasil, enviar uma esquadra que assegurasse sua defesa impedindo o ataque anunciado.

D. Diogo de Castro, no mesmo dia que recebeu a notícia, 29 de abril de 1630, nomeou uma Junta de Socôrro do Brasil, e enviou uma solicitação às Câmaras pedindo para cooperar para a remessa pronta dêsses socorros. O choque da queda de Pernambuco foi tremendo, maximé no combalido estado das finanças portuguêsas, provocando até a declaração de uma moratória geral. Hábitos e ordens militares, fôram oferecidos, sem pêjo nem escrúpulos, aos que se obrigavam a pagar certo número de soldados para irem socorrer Pernambuco; libertaram-se os direitos de importação e exportação no Brasil, para os mantimentos.

Não foram vistas providências iguais àquelas tomadas por ocasião da queda da Bahia, a não serem as religiosas. Preliminarmente o rei da Espanha expediu a Carta Régia de 11 de maio de 1630, determinando as preces, novenas e missas que deveriam ser feitas, onde e como; depois, atribuia o fato à justiça divina, por culpa exclusiva dos

judeus, determinando ao bispo inquisidor que "desse exemplar castigo contra os herejes infiéis". Só depois de satisfazer seu rigoroso zêlo religioso, foi que êle deu ordem para ser preparada a esquadra e nomeava seu comandante.

De Portugal, que fazia o que podia, nas circunstâncias trágicas em que se via, vieram três caravelas, das quais duas fôram ter ao Pôrto dos Mangues, dezoito léguas ao sul de Recife, e a outra foi fundear em frente a Ipojuca, nove léguas ao sul de Recife; o socôrro por elas trazido, constante de algumas armas, pólvora e munições, foi levado em carros para o Arraial.

A Espanha, que antevia o grave perigo dos holandeses terem uma base segura de operações em Pernambuco, para as suas frotas de prata, para o que D. Diogo de Castro, inteligentemente, em carta a Felipe IV, chamara a atenção, dispôs de 9 naus, com 400 homens de desembarque e algumas provisões de bôca e de guerra. Tanto na Espanha como em Portugal, considerando as notícias recém-chegadas, da premente situação dos holandeses, sitiados em Recife e Olinda, acreditava-se que, com êsses reforços, os habitantes de Pernambuco expulsariam de vez os holandeses dali. Era conhecida a opinião de Weerdenburch: "Considero êste povo como um povo de soldados vivazes e valorosos, aos quais nada falta senão comando; não são absolutamente cordeiros, como se lê nas Histórias das Índias Ocidentais, e disto sei por experiência várias vêzes repetida".

Enquanto a Espanha e Portugal não compreendiam que com um esfôrço um pouco maior Pernambuco seria libertado, evitando-lhes sacrifícios e agonias futuras, e enviavam tão mesquinhos reforços, a Holanda, que bem avaliava o valor da prêsa esplêndida que conseguira, resolveu dar decisivo apoio aos conquistadores, enviando uma esquadra de 19 naus e alguns transportes, sob o comando do almirante Adriaan Janszoon Pater, transportando abundantes provisões, armas e munições, e trazendo 1.200 homens de desembarque ao mando do tenente coronel Hart-

man Callenfels, esquadra que partiu da Holanda em fins de abril de 1631.

Se em terra os defensores do Arraial apertavam os holandeses com rigor, tornando-lhes a vida na conquista um martírio, o bloqueio marítimo dos holandeses, impedindo o comércio e a fácil chegada de meios das outras capitanias, tornava, também, bastante precária e penosa a vida no Arraial. Matias de Albuquerque foi sempre um chefe de alto valor, que, sereno e ponderado, dava contínuos exemplos a todos, de paciência e valor; mas suas cartas para Portugal, eram ansiosos apêlos de remessa de socorros ante a crescente potência do inimigo ali instalado. Essas cartas, como a que o coronel Weerdenburch relatava a seus chefes na Holanda, frisando que "de Pernambuco todo o Brasil se pode conquistar", logo conhecidas em tôda a Europa, atemorizaram Felipe IV, que, enfim, tomou providências mais eficientes.

Estava para sair para as Índias, uma grande esquadra, sob o comando de D. Antônio de Oquendo, que ia comboiar a frota mercante; foram postas nela os socorros que iam ser enviados para Pernambuco e Paraíba. Tudo se fazia morosamente, mas, ao chegar à Espanha a notícia que tinha velejado para o Brasil a esquadra de Adriaan Pater, o rei dá a D. Antônio de Oquendo ordem de "chegar à Bahia e informar-se do estado de guerra de Pernambuco, para dispôr a forma em que se haviam de encaminhar os socorros que trazia para aquela capitania e para a Paraíba".

Chegando a notícia, também, que a esquadra holandesa ia igualmente à procura dos galeões de prata, o ministro Olivares, da Espanha, assustou-se grandemente, dando ordens imediatas a Portugal para equipar 20 naus de guerra, à sua custa, para juntar essa esquadra à de D. Oquendo, reforçando-a o mais possível. Portugal muito insistiu para que alguns dêsses navios e fôrças, fôssem destinados à reconquista de Recife, tendo por fim, Felipe IV acedido.

Dos 32 navios da esquadra de D. Antônio de Oquendo, 12 destinar-se-iam a auxiliar a reconquista de Recife, e, da tropa embarcada, 800 homens desembarcariam na Bahia (sendo 600 portuguêses e 200 espanhóis) onde iriam constituir o Têrço Novo, além do Têrço italiano do mestre de campo João Vicêncio de San Felice e mais 200 homens que seriam postos em terra na Paraíba, porque constava ser esta capitania o novo objetivo dos holandêses. A esquadra trazia 12 peças de bronze, pólvora, armas, munições e víveres para o Arraial.

Estava a esquadra em mãos competentes, pois D. Antônio de Oquendo era um soldado de raro valor, "o mais perito e valoroso cabo que em muitos séculos teve a milícia naval da Espanha, que contava seus triunfos pelos conflitos que tivera", sempre afortunados. Essa esquadra chegou à Bahia a 13 de julho de 1631, tendo desembarcado a tropa para ali destinada, e carregado seus navios dos produtos coloniais disponíveis. Aí demorou-se até fins de agôsto.

Os holandeses logo foram sabedores em Recife, da chegada à Bahia da esquadra de D. Antônio de Oquendo, mas, como é normal, as notícias chegavam muito exageradas, dando àquela esquadra um número de naus fantástico. Êles tinham tido seu depósito de fachinas, do istmo, incendiado, no ataque que Luiz Barbalho fêz a 24 de agôsto, e o ataque do capitão Martim Soares Moreno e seus índios, a um dos quatro redutos avançados da defesa de Recife, resultara em uma chacina, pois houve um único sobrevivente, um sargento, que foi feito prisioneiro, por isso, andavam muito atemorizados; mas, confiavam êles no almirante Adriaan Pater e sua forte esquadra, para impedir sua expulsão de Pernambuco.

Desde logo, o almirante Pater viu que não podia ficar na inatividade no pôrto de Recife; era preferível procurar o inimigo e atacá-lo; assim, a 31 de agôsto de 1631, o almirante Pater velejou de Recife com 18 navios, dos quais 13 grandes, levando 2.200 homens de guerra, rumo

ao sul; pensava encontrar a esquadra luso-espanhola antes de enfrentar a barra da Bahia, mas, não encontrou o menor sinal dela. Calculou Pater, que os temporais deviam tê-la impedido mais para o sul, e para lá rumou. A 11 de setembro, enfim, avistou êle as velas da esquadra luso-espanhola nas alturas dos Abrolhos; o que previra dera certo, pois Oquendo saira da Bahia a 3 de setembro, mas os temporais o obrigaram a seguir para o sul, e só quando o vento mudou foi que pôde dar meia volta para ir cumprir sua missão.

Quando o almirante Pater saiu de Recife acreditava que sua esquadra fôsse numèricamente superior à dos luso-espanhóis, e agora que se defrontavam, verificara com espanto que a esquadra de Oquendo dispunha de 53 navios, sendo 19 naus de guerra reais e 5 arrendadas, 12 que iam levar os socorros de Pernambuco e Paraíba, e 23 caravelas mercantes, carregadas de açúcar, algodão, fumo e outras coisas, que iam para Portugal. A impressão causada pela esquadra luso-espanhola foi tão grande, que 4 comandantes de navios holandeses acovardaram-se logo no início da luta afastando-se e rumando para Recife.

A batalha começou às 10 horas da manhã, investindo o almirante holandês com a nau capitânea contra a capitânea de Oquendo, abordando-a, e sendo por sua vez também abordada pelo outro bordo, por um galeão espanhol; êste galeão foi, também, abordado pelo "Walcheren", do outro lado; novamente, chega outro galeão espanhol e aborda o Walcheren", e assim estreitamente unidos em uma luta de morte, lutaram os cinco navios com ferocidade incrível. O navio do almirante Pater incendeia-se, enquanto um dos galeões, o "S. Jorge", sossobra por ter abordado de esporão; mas além, o navio do vice-almirante holandês Thiszoon, que fôra abordado pela nau do vice-almirante espanhol Francisco Balezilla, destroçam-se um ao outro, e terminam naufragando agarrados estreitamente.

O troar dos canhões, o espoucar das granadas, o clamor da luta, atroa os ares; ante a fúria dos sêres huma-

nos em luta, o mar serena, para acolher mortos e feridos, destroços e naus naufragadas, manchando-se de largas nódoas de sangue. A guarnição do navio do almirante Pater, ao incendiar-se seu navio, lança-se ao mar, inclusive Adriaan Pater, ferido, certo de que perdera a batalha; no meio da luta, ninguém veiu socorrê-lo no cabo a que se agarrara, até que exausto largou-o, morrendo afogado.

Segundo Richshoffer, perderam os holandeses na batalha naval dos Abrolhos, entre mortos e feridos, 1.500 homens, e a esquadra de Oquendo 500; só à tarde terminou a batalha naval, com a vitória da esquadra luso-espanhola. Os holandeses perderam três naus, entre elas o "Príncipe Guilherme" e o "Province de Utrecht"; Oquendo perdeu a nau do vice-almirante, o "S. Jorge" e o "Buena Aventura" que foi aprisionado.

Alguns historiadores querem negar a vitória de D. Antônio de Oquendo (*), contra a opinião dos próprios holandeses, que consideraram o resultado dessa batalha um desastre para êles; basta ver que a missão recebida por D. Antônio de Oquendo foi cumprida integralmente, pois não só levou os socorros a Pernambuco e Paraíba, como fêz chegar a Portugal os navios mercantes carregados que comboiava; o fato da esquadra de Oquendo, passar em ordem, serena, em frente a Recife, a 21 de setembro, enquanto os navios holandeses, batidos e dispersos, entravam parceladamente nesse pôrto, a 22 e 24 de setembro, é outra prova cabal da vitória indiscutível da esquadra luso-espanhola.

Outros historiadores, mistificados, atribuiram ao almirante Pater um final teatral, envôlto na bandeira dos Estados Gerais, proferindo frases gongóricas. Não houve nada disso. A realidade da sua morte, é como já des-

---

(*) Entre êles o Barão do Rio Branco, por certo, por falta de muitos documentos holandeses só recentemente dados a público.

crevemos. Nada justifica a lenda. Ainda há outro documento mais decisivo: Jacob Jansen Hess, testemunha ocular da batalha (documento descoberto por J. Caetano da Silva), escreveu: "Tivemos de evacuar o nosso navio (capitânea que estava em chamas) entregando-nos à mercê das ondas em cima de tábuas, cada qual como podia; o general (Pater) colocou-se no mastro de gurupés para salvar-se, mas, estando êste mastro ainda ligado a algumas cordas, não se podia ficar sentado nêle por causa dos cachopos do mar e, desta forma, o Sr. General afogou-se com o secretário, o comissário de bordo, o primeiro piloto e um grande número de outras pessoas da equipagem".

A esquadra de Oquendo, rumando para o norte logo após à batalha, foi desembarcar "em Tamandaré, entre o rio de Una e Serinhaem", sem dificuldade alguma, os reforços que trazia, constantes de víveres, munições, armas e o Têrço napolitano do Conde de Bagnuolo, que a 12 de novembro chegavam a salvo ao Arraial.

Daí Oquendo seguiu para o norte, desembarcando o refôrço para a Paraíba indo fazer aguada na baía da Traição, sem ter destacado as 12 naus para atacar Recife. A notícia que a esquadra holandesa fôra vencida nos Abrolhos, trazida pelos navios que haviam fugido, correu célere em Recife e Olinda, provocando o pânico dos holandeses, que apavorados ficaram esperando o ataque da esquadra de Oquendo, do lado do mar, e do lado de terra, aguardando o ataque dos defensores do Arraial, apoiados pelo refôrço desembarcado, cujo efetivo desconheciam completamente.

Foram horas de grande ansiedade, nas quais o coronel Artichofsky aconselhou o abandono de Olinda e a concentracão das fôrças em Recife, mais fácil de defender. Oquendo passou por Recife e não atacou; de terra, também não houve ataque algum; depois, aos poucos, chegam os navios holandeses remanescentes da batalha; os holandeses reanimam-se outra vez, mas, a idéia do abandono de Olinda persiste. A 4 de outubro de 1630, o Conselho Po-

lítico, ansiando por obter a paz, havia lançado um Edital assinado por Pieter de Vroe, concedendo um prazo de 14 dias para os insurretos se renderem, sob pena de incendiar Olinda. Mas, não realizaram a ameaça.

O Príncipe de Orange opusera-se ao abandono e incêndio de Olinda; a 7 de outubro de 1631, Weerdenburch pede que o autorize, "no caso de desembarque do inimigo com grandes fôrças e que não tivesse meios de defender a cidade (Olinda) abandoná-la com tôda a ordem, demolí-la e inutilizá-la inteiramente". O Príncipe autorizou. Quando Weerdenburch soube que Oquendo havia desembarcado reforços apressou-se em pedir ao Conselho o abandono de Olinda.

A 24 de novembro de 1631, o Conselho Político de Recife resolveu tomar essa decisão, mas, antes, tentou obter um resgate por Olinda. O ofício enviado a Matias de Albuquerque exigindo o resgate, ou então a vila seria queimada, tem uma resposta altiva: "Queimai-a se a não podeis guardar, que nós saberemos construir outra melhor"!

Mas, ao ser a vila incendiada pelos holandeses, que logo se afastaram, acudiram os padres jesuítas com seus índios para apagar o fogo de sua igreja e convento, outras pessoas acudindo a outras igrejas e casas, de modo que, algumas casas ficaram pouco danificadas. Assim, Olinda passou a ser um símbolo para os insurretos.

Êsse ato dos holandeses, prova bem, quão desesperada era sua situação, para fazerem um sacrifício tão grande. De fato, com 7.000 homens em Recife, não ousando ir atacar o Arraial do Bom Jesus, e não podendo ficar trancados em suas fortificações, só lhes restava investir sôbre outros pontos da costa para alargar a conquista; mas, essas investidas sôbre outros pontos da costa, estava ainda condicionada a existência nêles de índios inimigos dos portuguêses. Assentaram, então, um ataque à Paraíba. O tenente coronel Callenfels, com 1.600 homens, é embarcado em 19 navios, que rumam para a Paraíba, chegando em frente a Cabedelo a 5 de dezembro.

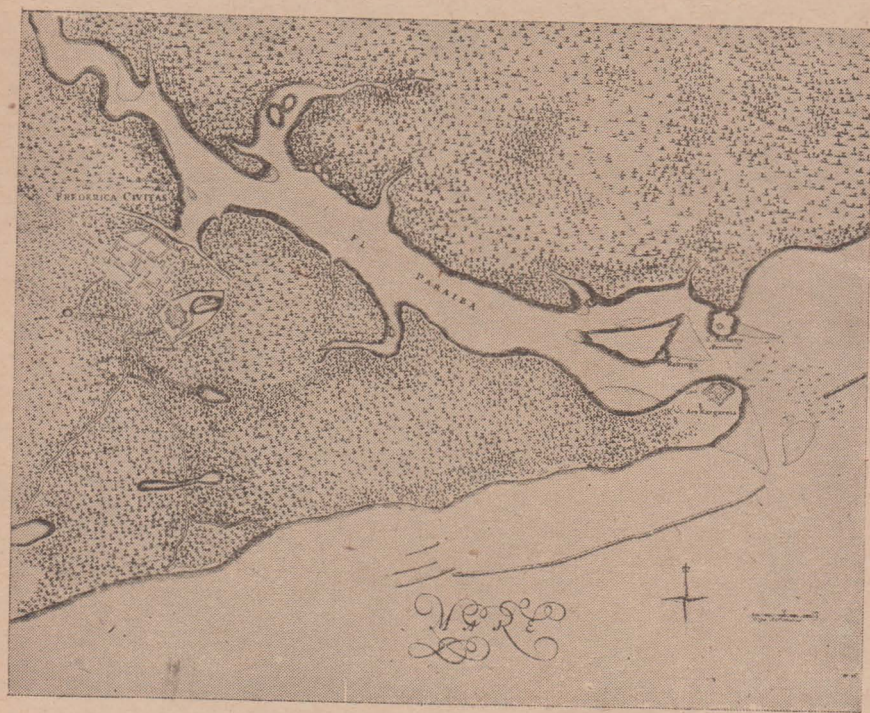
Ora, todos os movimentos feitos pelos holandeses, eram logo sabidos pelos defensores do Arraial, daí ter logo sido avisado o governador daquela capitania, Antônio de Albuquerque; êste, que já havia recebido os reforços trazidos pela esquadra de D. Oquendo, e que contava já com a sua gente que sitiara Olinda, que, evacuada pelos holandeses, recolhera-se à sua capitania, tratou de mobilizar os restantes elementos disponíveis da capitania.

O forte de Cabedelo estava sendo reconstruído, e Callenfels julgou acertado apossar-se dêle em primeiro lugar; desembarcou sua tropa na praia próxima ao forte, e preparou-se para o ataque. O comandante do forte, capitão João de Matos Cardoso, com seus homens cheios de entusiasmo pelas vitórias conseguidas, vai ao encontro das tropas holandesas na praia, para tentar batê-las e fazê-las reembarcar; o capitão Mor Antônio de Albuquerque, vêm em seu auxílio com os 600 homens que conseguira.

Trava-se o combate, intenso, duro, cheio de energia e desespêro, buscando os holandeses atacar o forte, atirando os canhões com precisão e intensidade; todo o resto do dia e tôda a noite dura a luta, sem descanso, sem contemplações. De um e outro lado, grande é o número das baixas. Os holandeses, temerosos de que novos reforços cheguem aos defensores, no dia seguinte, 9 de dezembro, dão novo e mais forte ataque ao forte; no primeiro ímpeto conseguem chegar junto aos paredões do forte e pôr as escadas para a escalada, mas é tão intensa a repulsa, tão tenaz a resistência, tantos são os que caem mortos, que os holandeses recuam. Entre os feridos, os holandeses tiveram 40 cegos.

Pouco depois pedem uma trégua para enterrar seus 500 mortos, que lhes é concedida; ao anoitecer, cessada a trégua, rompem os holandeses cerrado fogo de artilharia, visando mascarar sua retirada, que é feita sem ser percebida pelos defensores do forte, que haviam tido 100 mortos.

Forte Margarete — Paraíba

FREDERICA CIVITAS
FL PARAIBA

Voltando a Recife, os holandeses esperavam que se fôssem atacar em um ponto mais ao norte, talvez, encontrassem-nos menos guarnecidos e com mais dificuldades de receberem reforços; assim, resolvem insistir no seu propósito, enviando a mesma tropa de Callenfels, mais reforçada, para atacar o Rio Grande do Norte (1.200 homens, fora os marinheiros). A 27 de dezembro, surgia a esquadra que trazia Callenfels e suas fôrças, em frente ao forte dos Reis Magos; desde que fracassara o ataque à Paraíba, Matias de Albuquerque previu que os holandeses insistiriam no ataque em um ponto mais ao norte, daí ter enviado para o forte dos Reis Magos um refôrço da Paraíba, de três companhias de emboscadas e 200 índios, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, de modo que, quando os holandeses desembarcaram na enseada de Domingos Martins, próximo ao forte, foram recebidos com extrema violência.

Convencidos de que ali iam ter que sustentar uma luta igual àquela da Paraíba, contentaram-se em apanhar algum gado nas cercanias, e reembarcando, rumaram de novo para Recife, onde chegaram a 9 de janeiro de 1632.

E' evidente que os portos marítimos vizinhos de Pernambuco eram as válvulas por onde respirava o comércio de que dependiam os defensores do Arraial, sendo de prever, portanto, que estivessem bem guardados, pois, eram vitais; o comércio de Portugal era ainda considerável, apesar de muitos dos navios que o faziam serem apresados pelos holandeses, mas os lucros dos que chegavam a destino eram tão compensadores, que muitos eram os aventureiros que se arriscavam a fazer essas viagens.

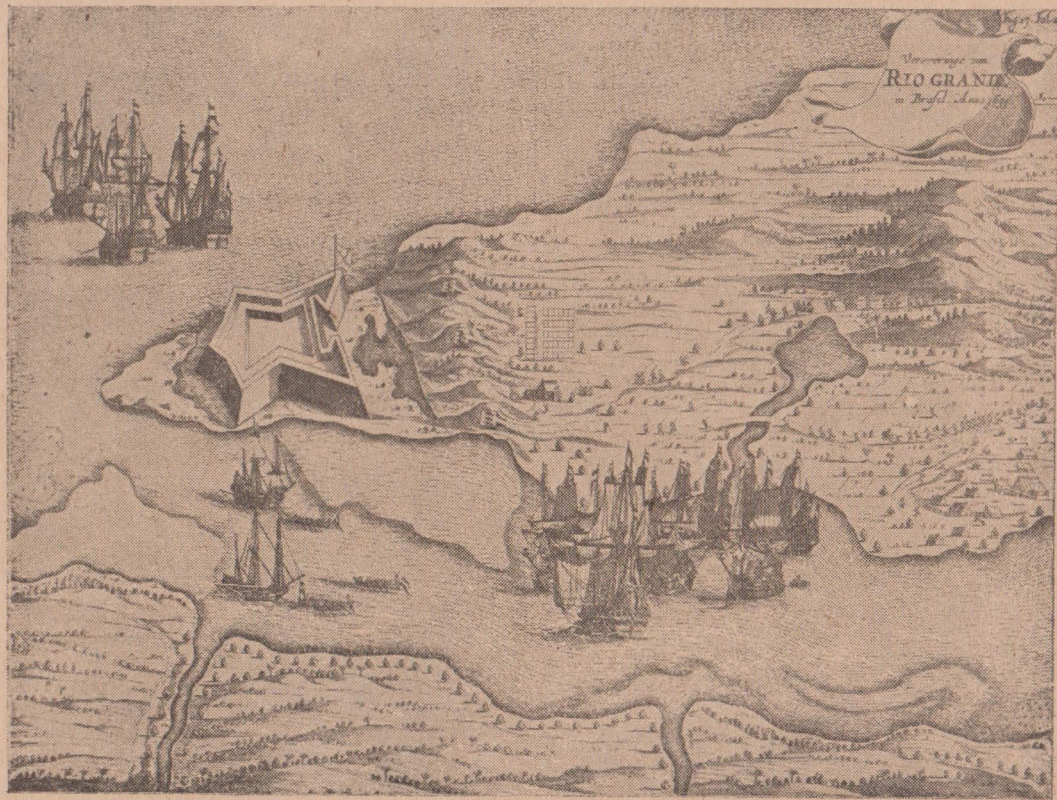
A ânsia dos holandeses de se livrarem da prisão de Recife, era imensa, angustiosa, porque não passava dia sem que sofressem ataques furiosos ou caissem em emboscadas mortíferas. Assim, as investidas contra a costa continuavam. A 15 de janeiro de 1632, é o próprio Coronel Weerdenburch, que com treze companhias, em 19 navios, ruma para o sul de Pernambuco, indo desembar-

car nas imediações de Rio Formoso. O primeiro morador que avistou essa tropa, queima sua casa e seu engenho de açúcar, onde já tinha em depósito 200 caixas, e foge, dando o alarme; aos poucos foram se reunindo os moradores e atacando-os de emboscada, e tão porfiadamente lutaram que "lhes amargou o açúcar e vinho que haviam prezado".

Os holandeses, incendiaram casas e culturas, e, na impossibilidade de carregar o que encontraram, destruiram o que puderam, mas, à volta para bordo foram sofrendo contínuos ataques; seguem daí para Pôrto Calvo, onde encontram uma caravela encalhada carregada de peixe sêco, e uma boiada, que carnearam, voltando a 26 de janeiro a Recife.

A 10 de fevereiro, Weerdenburch novamente repete o golpe, com 14 companhias, que levou nos mesmos 19 navios, visando o ataque ao pontal de S. Agostinho, um dos entrepostos marítimos de mais importância para o Arraial; nos golpes à Paraíba e Rio Grande do Norte, como nesse, o comando da esquadra fôra confiado a Thijssen. O desembarque foi feito a 13 de fevereiro, em um ponto a meia légua da trincheira, onde Bento Maciel Parente com sua gente, controlava a defesa do Pontal; já o capitão Francisco Gomes de Melo acorria com reforços para socorrer os defensores das trincheiras, quando um acaso livrou-os dos holandeses; o ponto onde os holandeses desembarcaram, foi quase junto a uma escolta de 50 mosqueteiros, que vinham da Bahia trazendo uma remessa de dinheiro, e que aproveitando o presente que lhes caía do céu, de dentro do mato, com suas certeiras pontarias, em poucos instantes feriram gravemente e mataram 70 holandeses, fazendo os outros debandarem e reembarcarem apressadamente. Tiveram os holandeses que contentar-se com o corso na costa onde apresaram três navios.

Essas tentativas holandesas de ataques a diversos pontos da costa, sem obedecer a um plano e sempre com pesadas perdas, evidentemente não podiam continuar, por-

RIO GRANDE

que não traziam vantagem alguma para a Companhia das Índias Ocidentais, nem aliviava a prisão de Recife; depois, muitos soldados com seus contratos terminados clamavam pela volta à Holanda, não mais querendo renovar os contratos. Incertos no que fazer, os membros do Conselho Político de Recife resolvem enviar as praças naquela situação para a Holanda, e, juntamente, emissários que expuzessem ao Conselho dos Dezenove o que se passava, a fim de receberem ordens como agir em tal emergência.

Parte o almirante Thijssen com seus 19 navios para a Holanda, levando os soldados de tempo terminado, os emissários do Conselho e o coronel Callenfels que havia muito pedira para recolher-se à Holanda; no comando dos 13 navios que ficaram, ficou o almirante Jan Mast, visto o almirante Walbeeck ter ido para o Conselho Político.

Enquanto os holandeses faziam essas tentativas desordenadas de ataque a outros pontos da costa, e fora de Recife só dispunham do forte de Orange, na ilha de Itamaracá, os reforços que haviam sido enviados da Espanha e Portugal, haviam chegado ao Arraial, e pouco adiantaram ao esfôrço geral.

Êsses reforços, como vimos, haviam vindo com a esquadra de Oquendo sob o comando do Conde de Bagnuolo (*), homem da confiança do rei de Espanha; êsse refôrço era constituído por soldados italianos e espanhóis, arregimentados pelo Conde em um Têrço napolitano, do qual era mestre de campo.

Diz-nos Frei Calado que, "desde o tempo em que o Conde de Bagnuolo entrou em Pernambuco, logo os sucessos da guerra foram caminhando de mal em pior". As tropas que chegaram, regulares, estavam afeitas à guerra na Europa, não sendo, absolutamente, capazes de fazer a guerra ao sistema do Brasil, à moda de caçada humana,

---

(*) A grafia do título é variável, mas êle próprio se assinava: Comto de Bangiole. Mantivemos a grafia Bagnuolo por já estar muito difundida.

emboscadas imprevistas, fojos com estrépes, nas florestas, com ciladas, flexadas, de dia e de noite, sem regras nem regulamento algum. Depois, naturalmente, por serem tropas européias, julgavam-se com direito a superioridade sôbre as tropas do Brasil, o que nada justificava, e que os fatos desmentiam, pois eram o índio, o mameluco, o homem do Brasil, que superavam sempre os europeus nas operações.

As tropas do Brasil, de voluntários na maioria, ao mando de Matias de Albuquerque, pouco depois não toleravam mais as atitudes dos espanhóis e napolitanos, sob o comando do Conde de Bagnuolo, "uns se foram indo para suas casas, outros afrouxaram do contínuo trabalho, assim diurno como noturno, como que andavam oprimidos, dizendo que trabalhassem os soldados que haviam vindo do Reino, pois eram pagos, e que soubessem e experimentassem ao que sabia o andar por matos, e atoleiros, o que êles até então tinham feito, sem outro interêsse mais que o zêlo da defensão da pátria".

Matias de Albuquerque, procurou dissuadir aquêles que queriam retirar-se e imediatamente fêz separar o aquartelamento dos brasileiros, para evitar atritos maiores. O Conde de Bagnuolo, vindo da côrte, sabendo e comungando da mentalidade ali existente, de contemporização com os holandeses, dias depois de sua chegada, foi de encontro a ordens terminantes de Matias de Albuquerque, que havia proibido tôda e qualquer relação com os holandeses, começa a mandar e a receber embaixadas dos sitiados.

Parece, no entanto, que Duarte e Matias de Albuquerque deixaram-se convencer pelos argumentos do Conde de Bagnuolo. Gonsalves Neto nos diz que tendo os moradores de Recife se convencido do caráter de permanência dos holandeses na terra, sabendo que os invasores pertenciam a uma companhia comercial, e sendo essa solução acorde com os desejos do rei, resolveram enviar um emissário, a fim de tentar negociações para a evacuação de

Pernambuco, crentes de que, com dinheiro e valores, poderiam demovê-los da ocupação.

E' o Conde de Bagnuolo quem escreve a carta a Weerdenburch apresentando o emissário Pedro Álvares, a 1 de novembro de 1632, e na qual diz:

> "Monsieur, J'ay receu vostre lettre avec le petit anfant et ajudant que Vous me aves faict faveur de me envoier, et je confaisse que tout cela viend de vostre generosité, et je vous asseure que je garderé touciours memoire de cela, pour Vous servier en toute ocasion. En quand al ajudant a faict for mall de se aprocher a vostre fortifications et merite d'estre for bien castige, comme je procurerai, que ce castige conforme est raison.
>
> Je vous envoye Pedro Álvares deseant que Vous parties avec luy, avec la confiance que je espere et je Vous asseure que tout cela vient de la volonté que j'ay de Vous servier et de la affection que j'ay a vostre nassion. Monsieur, Vostre plus affectioné y obligé serviteur. Du quartier ce premier de Novembre 1632".

A carta do Conselheiro Servaes Carpentier de 10 de novembro de 1632, refere-se a um emissário enviado por Matias e Duarte de Albuquerque, propondo entregar algumas mil caixas de açúcar pela desocupação de Recife, proposta à qual Weerdenburch respondeu que "a intenção de VV.SS. e a nossa incumbência não era esta, e nós, segundo o nosso juramento, estávamos obrigados a empregar todos os meios possíveis a fazer dêste país uma conquista duradoura".

A atitude de Matias de Albuquerque, decorria, provàvelmente, da proposta holandesa anterior de não queimar Olinda, mediante algumas caixas de açúcar. Frei Callado, que não olhava o Conde de Bagnuolo com bons olhos, nos diz:

"Mandava os regalos e frutas da terra, e recebia em retôrno frasqueiras de vinho, cunhetes de manteiga, e queijos".

Nas tropas do Brasil havia a crença geral de que Bagnuolo pactuava com o inimigo. Matias de Albuquerque agiu com inteligência e presteza, dando fim a essa situação. Destacou o Conde de Bagnuolo para, com o Têrço napolitano, ir levantar e guarnecer um forte no pontal de S. Agostinho, forte que foi batisado por Nazaré, e que, depois, pela sua deficiência técnica não protegia o pôrto para o qual fôra construído.

Enquanto o Conde de Bagnuolo esteve no Arraial, Matias de Albuquerque não arrefeceu a campanha que vinha empreendendo contra os holandeses, pois, deixando-o de guarda ali, dispunha de mais gente que lhe permitiram intensificar os ataques e golpes de surprêsas, fazendo os holandeses viverem como se estivessem a bordo, não dando oportunidade a qualquer facilidade. Seu próprio confessor, que caíra prisioneiro dos holandeses, negou-se a resgatá-lo; diz Laet, que permitiu mesmo, que os poços dágua da ilha de Antônio Vaz fôssem envenenados, um recurso usado na época, mas não é verdadeira a afirmação, porque, assim, êsses poços ficariam inutilizados para o futuro, e no futuro êles estariam em mãos dos pernambucanos. Houve envenenamento, mas, por negros escravos dos holandeses.

A situação chegara a tal ponto, que na Holanda já se começava a discutir sèriamente a possibilidade de ser abandonada a conquista de Pernambuco, tendo as ações da Companhia das Índias Ocidentais baixado a 60% do seu valor, o que os holandeses consideravam um verdadeiro desastre comercial.

VIII

EXPANSÃO DA CONQUISTA HOLANDESA

Calabar — O primeiro ataque ao Arraial — Os ataques às capitanias do norte de Pernambuco — O ataque ao Pontal — Conquista da Paraíba e Rio Grande do Norte — Queda de Pôrto Calvo e rendição do Arraial do Bom Jesus.

Bem sabiam os chefes holandeses que, para lutar com os donos da terra conquistada, era preciso combater com as mesmas armas, as mesmas emboscadas, artifícios e manhas por êles usadas, para poderem aproveitar a superioridade numérica e a quantidade de armamento na obtenção de vantagens territoriais e vitórias. Como, porém, aprender êsse sistema todo especial de fazer guerra, a não ser com um filho da terra inteligente, sagaz, treinado nesse modo de lutar? Os judeus e cristãos novos, homens exclusivamente de mentalidade comercial, de forma alguma haviam assimilado as lides guerreiras dos naturais da terra. Alguns trânsfugas que entre êles haviam se apresentado, eram muito estúpidos para poderem orientá-los em qualquer coisa.

Daí o impasse em que se viam, cercados, atacados dia e noite, ansiosos por gêneros alimentícios, frutas, água boa e lenha, à vista dêles, sem poderem obtê-los. Eis, senão, quando, a 20 de abril de 1633, tudo se transforma em favor dos holandeses, com um fato na aparência insigni-

ficante: um mulato guerrilheiro, Domingos Fernandes Calabar, temeroso de ser prêso e castigado severamente pelo provedor André de Almeida, por causa de uns furtos de coisas da fazenda real, passa-se para os holandeses. Era justamente o guia que os holandeses precisavam.

Valente, perfeito conhecedor de tôda a região e dos modos de combater da gente da terra, inteligente, "em breves dias aprendeu a língua flamenga, e travou grande amizade com Sigismundo Vandscope, governador da guerra, ao qual tomou por compadre de um filho que lhe nasceu de uma mameluca, chamada Bárbora". Nascera Calabar em Pôrto Calvo, e desde o primeiro momento militara entre os guerrilheiros de Matias de Albuquerque, tendo sido ferido em combate com os holandeses duas vêzes e alcançado a reputação de bravo.

O autor d"O Brasil Holandês", hesitando em crêr na versão de Frei Calado, quanto aos motivos que levaram Calabar a atrair seus patrícios, pergunta: Simples capricho. amor do ganho, ou desejo de subtrair-se a um merecido castigo, tê-lo-ia determinado a dar semelhante passo"?

A causa pouco importa; o fato real é que, desertando para os holandeses, provocou a execração dos seus conterrâneos e deu aos holandeses três coisas para êles capitais: um homem conhecedor da terra, sabedor dos métodos de guerra usados,. e com um grande prestígio entre os índios, que em grande número o seguiram.

Os holandeses receberam-no "com ostentoso agasalho", dando-lhe o pôsto de capitão e ouvindo-o em seus conselhos. Matias de Albuquerque, ao saber que Domingos Fernandes Calabar desertara para os holandeses, mandou oferecer-lhe perdão das faltas cometidas, prometendo-lhe ainda dar-lhe honras e mercês, para fazê-lo desistir da sua resolução, porém, sem nada conseguir.

Orientados por Calabar, os holandeses preparam um golpe contra os defensores da terra; na noite de 30 de abril, Weerdenburch com 600 homens, os índios que Calabar levara e mais uns quantos negros escravos para carre-

gadores do futuro saque, partiu na esquadra, para ir assaltar Igaraçú na madrugada seguinte, no maior sigilo. Os habitantes de Igaraçu estavam na missa quando o assalto foi dado, não tendo havido tempo para os socorros enviados evitarem o assalto.

No caminho para Igaraçu, os holandeses assessorados por Calabar, evitaram atacar as casas e engenhos, e os que encontraram, mataram; o serviço de vigilância de Matias de Albuquerque prevenira-o da saída da tropa holandesa, mandando êste um aviso às estâncias mais próximas para darem socôrro ao ponto atacado.

Os holandeses demoraram em Igaraçu apenas uma hora, tendo saqueado tudo, até a lã dos colchões, deixando 12 moradores mortos e muitos feridos, e levando os religiosos prisioneiros. Retiraram-se apressadamente para as lanchas que haviam trazido, levando com o produto do saque, os corpos de seus 8 mortos e dos seus 20 feridos para o forte de Orange, em Itamaracá.

Rios muito crescidos, devido às chuvas, a custo podendo ser passados a vau, atrazaram a marcha do socôrro comandado por D. Fernando de la Riba Aguero, que só chegou a Igaraçu quando as lanchas dos holandeses já iam seguindo para o forte de Orange. Se tivessem demorado uns minutos mais em Igaraçu, os holandeses não teriam levado só 8 mortos e 20 feridos.

Com êste golpe subiu o prestígio de Calabar entre os holandeses, que se enchem de entusiasmo e começam a fazer sortidas, ataques para colhêr água, frutas e lenha, e preparar emboscadas (uma em Tacaruna e outra na ponte do Beberibe). As boas notícias, por êles enviadas para a Holanda, fizeram vir para Recife dois diretores da Companhia das Índias Ocidentais, Mathys van Ceulen e Johan Gysselingh, que concordaram em atacar os pontos julgados mais necessários aos defensores do Arraial. O primeiro objetivo escolhido, foi Rio Formoso.

Rio Formoso dispunha de um fortim, que Matias de Albuquerque, apreciando o seu valor, mandara melhorar;

sua guarnição era de 20 homens e 2 canhões, e comandava-o um bravo: Pedro de Albuquerque. Chegara a hora dêsse fortim escrever um dos feitos épicos de nossa História.

A 3 de fevereiro, o coronel Laurens van Rembach, que substituira no comando o coronel Weerdenburch, em licença na Holanda, assessorado por Calabar, com 600 homens e muitas centenas de índios flexeiros, segue sigilosamente para atacar Rio Formoso. O fortim estava alerta, e seus defensores não se entibiaram com o elevado número de atacantes; à intimação de rendição, enviada por van Rembach, Pedro de Albuquerque responde brava e altivamente: "Defenderemos o forte até ao último suspiro"! Antes essa resposta, os holandeses iniciam o assalto do forte, debaixo de fogo renhido, lutando os poucos defensores do forte desesperadamente; aos poucos vão caindo, mas, resistem sempre; os feridos, arrastam-se para suas posições, e com imenso sacrifício continuam a defendê-lo. Vêm o segundo assalto, mais vigoroso, e a metade da guarnição do forte, resiste com um destemor heróico; os holandeses, que sabem o reduzido número dos defensores, enraivecem ante tão desesperada resistência, e voltam, montando um terceiro ataque, mas o forte resiste ainda. Os holandeses desesperam; resolvem atirar ao assalto do forte todos seus homens, num esfôrço máximo para conquistá-lo; e a vaga de fogo e ferro sobe e alteia, e monta as muralhas para esmagar aquêles doidos heróicos que se faziam matar, mas não entregavam o forte. E quando a vaga de assalto penetrou no forte, a 7 de fevereiro, foi encontrar apenas, 19 cadáveres sangrentos de seus defensores!

Um único defensor escapou, bem ferido, o heróico comandante do forte, capitão Pedro de Albuquerque.

Se houve consternação pela perda do forte do Rio Formoso, os peitos brasileiros encheram-se de justo orgulho por aquela defesa heróica, formidável!

Dias depois é atacado o fortim Emília, no pôrto dos Afogados, onde, no ano precedente, os holandeses haviam sido batidos; levando maior fôrça, e guiados por um desertor, apoderam-se os holandeses da posição, e passando adiante, tomam o segundo pôsto. Na defesa dessa posição destacou-se Frei Belchior, que armado com um chuço matou quanto holandês se pôs ao seu alcance. Os holandeses, começaram aí, logo, a construção de um baluarte, que dominava a várzea do rio Capiberibe, baluarte que depois transformaram no forte Willem, que flanqueiava o Arraial do Bom Jesus.

O pequeno refôrço que fôra proteger o passo dos Afogados, teve de recuar para uma estância mais perto do Arraial, mas mesmo aí foi atacá-lo o inimigo, audaciosamente.

Os holandeses, entusiasmados com êsses feitos, e donos do passo dos Afogados, resolveram atacar o Arraial do Bom Jesus, que ficava a 2 léguas dali. O forte do Arraial do Bom Jesus, segundo Weerdenburch, "esta fortaleza Real, como lhe chamam os portuguêses, é uma praça fortificada, há muito tempo, com duplas muralhas e fossas e 8 peças de canhão. Os caminhos que a ela conduzem, quer daqui (Olinda) quer da cidade, não são, por causa dos pântanos e matas, senão em número de dois, bem atravessados de trincheiras em todos os pontos vantajosos, até 8 ou 10 vêzes". O ataque foi fixado para o dia 24 de março de 1633, quinta-feira santa, quando todos os defensores deviam estar ocupados com os ofícios religiosos, e podiam ser surpreendidos. Na madrugada dêsse dia, van Rembach com 1.500 homens, Calabar e seus índios, marcharam para lá; ao passarem o rio Capiberibe, a tropa foi dividida em três colunas, que seguiram pelo caminho do engenho de Jerônimo Pais, uma, outra pelo rio Paranamirim, e a terceira por trás da igreja da Misericórdia. A tropa que seguiu pelo rio Paranamirim foi a primeira a chegar, sem ser pressentida, e aproveitando-se dos napolitanos do Conde de Bagnuolo, que guardavam êsse setor,

terem deixado a ponte levadiça abaixada, por aí acometeram. Os italianos renderam-se logo, mas, em seguida, foram êles degolados.

Dado o alarme, os defensores do Arraial começaram a lutar com fúria e desespêro, brilhando na defesa Matias de Albuquerque, Manoel Rebelo da França, Miguel de Abreu, João Vasques e Francisco Figueiroa, que logo reuniram seus homens e atacaram os holandeses. Em pouco estavam os holandeses com grande perdas, e caindo o coronel Rembach gravemente ferido, morto o major Padburgh, os holandeses dispersam-se e fogem, perseguidos duramente pelos defensores do Arraial, deixando ali 400 mortos e inúmeros feridos e prisioneiros. Além dos 17 italianos degolados, o Arraial perdeu 8 mortos; entre os feridos estava Henrique Dias, que tão bravamente se portou, que no campo de luta foi promovido por Matias de Albuquerque a "Capitão dos pretos e crioulos".

Os holandeses extraviados pelos matos fôram caçados e mortos, elevando assim, mais ainda, as perdas dos holandeses nesse ataque. O coronel Van Rembach, morreu dias depois dos ferimentos recebidos, sendo substituído no comando por Sigemundt Van Schkoppe.

A luta, com êsse degolamento dos soldados italianos que se haviam rendido, estava se tornando crudelíssima, chocando particularmente ao Conde de Bagnuolo, que propôs aos holandeses passar a luta a obedecer aos princípios seguidos na Europa, e fixando os respectivos resgates dos prisioneiros; a proposta foi prontamente aceita pelos holandeses, que concordaram em não mais queimar igrejas, nem destruir imagens, e que, os clérigos, mulheres e crianças seriam invioláveis.

Êste acôrdo, assinado por Matias de Albuquerque e pelo Conde de Bagnuolo, por um lado, e por Van Ceulen e Gysselingh, pelo outro lado, devia, pelo menos, cercear ímpetos ferozes e desumanos por algum tempo.

Se bem estivessem os defensores do Arraial radiantes com a vitória conseguida na sua defesa, todos sentiam que

êsse ataque holandês ao seu principal reduto, era um sintoma grave de fraqueza dos defensores da terra. A luta era desigual; os holandeses, volta e meia recebiam reforços, munições, armas, víveres, vestimentas, calçados, enfim, tudo aquilo de que precisavam, enquanto que os defensores da terra, jamais contavam com reforços ou recursos, tendo que suprir-se de tudo por seus próprios meios, à sua custa, dependendo muito de certos portos para recebê-los de outras capitanias. A Espanha estava em uma miséria extrema, depois dos aloucados gastos nababescos e das guerras nas Flandres e na Itália e revoluções; entrara em uma fase de decadência, cheia de revezes e agitações, que prenunciavam sua dissolução; não havia dinheiro para manter exércitos na Flandres, na Itália, em Portugal e nas colônias. Pràticamente, a Espanha vivia do que traziam os galeões de prata. Os bascos insurgiram-se e boatos de revoluções corriam em Biscáia, Catalunha, Lisboa, Pôrto e Évora. O descontentamento crescera com os revezes militares.

Portugal, pouco diferençava da Espanha. Longe estavam os tempos da arrancada gloriosa para a reconquista da Bahia. Um socôrro mais importante que veiu, depois de mil promessas e longos preparativos (2 anos) para equipar uma insignificante esquadra de 2 galeões e 5 caravelas, com 600 homens de desembarque e alguns suprimentos, por falta de inteligência e teimosia de seu comandante, Francisco de Vasconcelos da Cunha, foi esbarrar com uma esquadra holandesa, que o fêz encalhar as caravelas na baía da Traição, umas, e outras no rio Pontengí; um dos galões foi afundado, e outro varou em terra na baía Formosa, pouco tendo sido salvo. Três navios que Matias de Albuquerque enviara em seu socôrro, êsse comandante teve a habilidade de perdê-los também. O fato é que, dos 600 homens enviados, só 180 chegaram ao Arraial.

Os holandeses, continuavam a dar golpes de surprêsa, sugeridos por Calabar; o primeiro dêles foi a ilha de Itamaracá, na qual os holandeses já tinham o forte Orange,

Salvador Pinheiro, com seus fracos elementos, não pôde resistir às fortes tropas comandadas pelo coronel Van Schkoppe (800 homens), levadas até lá por 11 grandes navios; mas, Salvador Pinheiro, defendeu-se tão bravamente, que sua rendição foi com as honras de "sair com as armas completas, de méchas acesas, levando tôdas as bagagens, bens, imagens e paramentos".

À vila da Conceição, onde Salvador Pinheiro estava, deram os holandeses o nome de Vila Van Schkoppe, em honra ao seu comandante; do pequeno fortim existente, começaram os holandeses a fazer um bom e grande forte. O socôrro enviado por Matias de Albuquerque, ainda em caminho soube da rendição da vila da Conceição, retornando ao Arraial.

A 14 de abril, o capitão Francisco Rebelo, que havia sido aprisionado, conseguiu fugir e juntar-se ao arraial, graças ao auxílio eficaz de Henrique Dias e sua gente.

Os holandeses passam, então, a atacar os engenhos e casas mais afastadas, para saqueá-los; a 30 de abril de 1633, os holandeses lançam 400 homens para atacar Muribéca, de madrugada; a povoação foi saqueada e tôdas as casas queimadas. Daí foram êles atacar o engenho de D. Catarina de Albuquerque, onde fizeram a mesma coisa; mas, ao retirarem-se, os moradores que se haviam reunido, atacaram-nos, matando muitos holandeses.

O engenho do Monte dos Guararapes, que mais tarde Fernandes Vieira imortalizaria, foi atacado a 25 de maio por 200 holandeses, que o saquearam e queimaram; ao retirarem-se, foram atacados pelo capitão Domingos Dias, que acorrera de Muribéca com sua gente, matando-lhes 15 e aprisionando três holandeses, um dos quais sargento.

Todos êsses golpes, em geral felizes, fazem os holandeses pensarem em um novo ataque ao Arraial, alma da defesa da terra. Imaginam, para conquistá-lo, a repetição da tática empregada para tomarem o forte de S. Jorge, por meio de trincheiras e baluartes de aproximação. Bagnuolo havia ido inspecionar as obras do forte de Nazaré,

que construia. Matias de Albuquerque ciente da resolução dos holandeses, reune sua gente, e quando os holandeses, aproveitando a cheia do rio Capiberibe, querem levar canhões para atacar o Arraial, são assaltados no caminho por Camarão, e ficam sem os canhões, que são levados em triunfo para o arraial.

Por isso, desistem os holandeses de atacar o Arraial, e continuam com os assaltos e saques às povoações e engenhos mais afastados.

Em julho de 1633, Matias e Duarte de Albuquerque renovam a tentativa de comprar a retirada dos holandeses, sendo emissário outra vez Pedro Álvares, por ocasião da chegada de Van Ceulen à Recife, sem sucesso.

O tenente coronel Byma, foi mandado com forte tropa atacar Igaraçú; Camarão e seus índios, logo acorrem para socorrer a povoação; sabendo disso, Van Schkoppe em pessoa, sai com mais fôrças em socôrro do tenente coronel Byma; Matias de Albuquerque, ao ter notícia da partida de Van Schkoppe com socorros, envia Henrique Dias, Luiz Barbalho e Riba Aguero, com fortes contingentes, para apoiar Camarão. À vista disso os holandeses batem em retirada para Itamaracá, e daí para Recife, fugindo à luta.

Calabar incita Van Schkoppe a atacar mais ao sul; Van Schkoppe envia o conselheiro Gysselingh com 600 homens, na esquadra do almirante Lichthardt, guiados por Calabar, para atacar, a 11 de outubro de 1633, a Barra Grande; na noite seguinte atacam Pôrto das Pedras e seguem para apresar gado em Camaragibe, queimando, no percurso, tudo o que não puderam carregar. Marcham daí para o Pôrto dos Franceses, onde queimaram várias embarcações, atacando em seguida a vila de N. S. da Conceição, hoje cidade de Alagoas; ao tentarem, depois, atacar a vila de Santa Luzia, encontram resistência decidida na gente do capitão Antônio Lopes Filgueiras, tendo êste oficial morrido no combate.

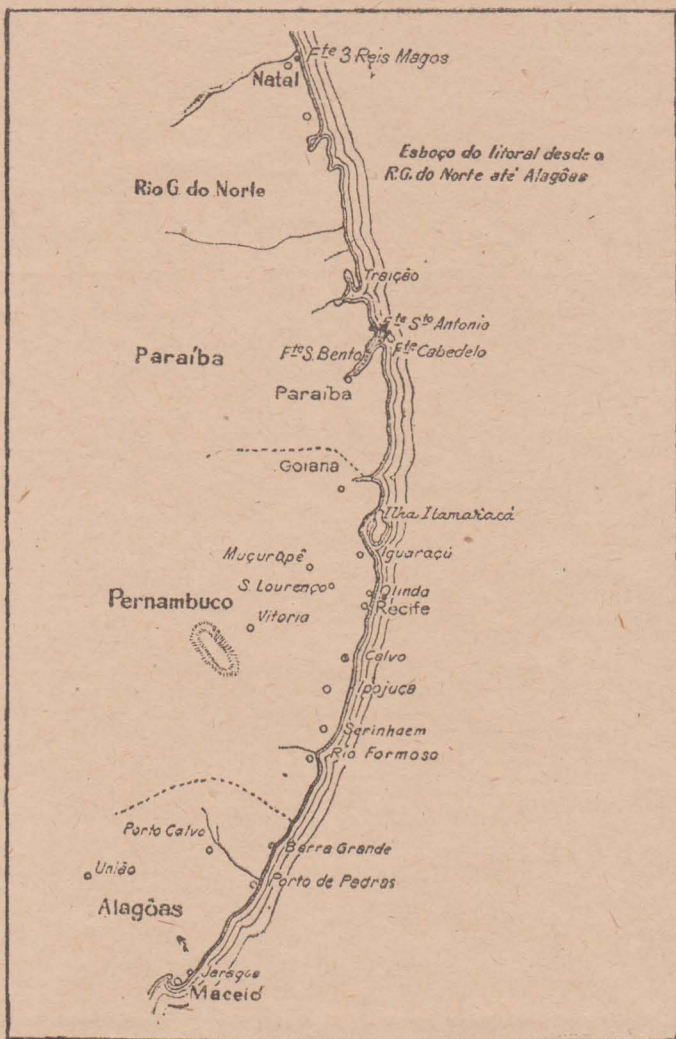
A 9 de novembro regressava Lichthardt a Recife, sabendo, então, que uma expedição de 400 homens enviados

em fins de outubro de 1633, para atacar a freguezia de Santo Amaro, foi sendo surpreendida por grupos de patrulhas que andavam na região, poucos dêles voltando vivos a Recife.

Mas, já então, voltavam os holandeses, de novo, seus olhos cobiçosos para a região ao norte de Pernambuco; a 5 de dezembro de 1633, o almirante Lichthardt, com quatro naus e 7 patachos, levando o conselheiro Van Ceulen, o comissário Carpentier, o tenente coronel Byma, Calabar e 800 homens, ruma para o norte, indo desembarcar as tropas a umas três léguas ao sul do Rio Grande, continuando a esquadra depois, até enfrentar o forte dos Reis Magos. Desde que a esquadra se aproxima da praia, o forte dos Reis Magos, sob o comando do capitão Pedro Mendes de Gouveia, rompeu cerrado fogo contra ela.

Em chalupas, Lichthardt faz desembarcar 150 marinheiros holandeses, sob o comando do Major Vries, que subindo rio acima, vão pôr pé em terra a alguma distância do forte; dá-se depois a aproximação do inimigo, que, apesar dos intensos esforços da defesa, montam suas baterias e sitiam o forte. Quando os holandeses estavam prontos para o assalto, Van Ceulen manda uma intimação de rendição, à qual Pedro Mendes de Gouveia responde:

> "Estou aqui em nome d'El Rei e muito resolvido com a minha gente a combater até a última gôta de sangue"!

Começou o bombardeio do forte, que respondia com os meios ao seu alcance; combateu-se êsse dia, tôda a noite, e na manhã seguinte, sem tréguas nem descanso. Só quando o comandante, Pedro Mendes de Gouveia, caiu mortalmente ferido, e nada mais restava do forte, foi que seus bravos defensores, entraram em acôrdo com os holandeses para a rendição do forte, saindo os defensores com tôdas as honras, como exigia o novo comandante, capitão Sebastião Pinheiro Coelho. No dia seguinte, 12 de dezembro

apud S. Ferreira

de 1633, deu-se o desfile da rendição dos defensores do forte dos Reis Magos, constante do capitão e 90 soldados, dos quais foram tomados uns sacos contendo pólvora, que êles levavam como se contivessem roupas de uso.

Não é possível silenciarmos a atitude que o Conde de Bagnuolo vinha tendo. Por ocasião do assalto ao Arraial, quando começou a perseguição e caçada dos holandeses, êle se postara no portão do forte, impedindo que a perseguição coroasse a vitória. Quando Matias de Albuquerque soube da partida dos holandeses para atacar o forte dos Reis Magos, enviou imediatamente, com ordem de forçar as marchas, para socorrê-lo, o Conde de Bagnuolo, seus italianos e espanhóis; "êle se deteve onze, ou doze dias no caminho, e não chegou a tempo, sendo que quando tornou ao Arraial, depois da Paraíba (Rio Grande do Norte) ganhada, não pôs mais que três dias no caminho".

Bagnuolo apresentava-se pois, como um chefe europeu da confiança do rei, que procurava entabolar negociações amistosas e trocas de presentes com o inimigo; que impedia a perseguição dos holandeses vencidos no ataque do arraial; que se esforçava por chegar atrazado com um socôrro urgente que lhe era confiado. Ou Bagnuolo cumpria ordens do rei da Espanha, de quem era pessoa de confiança, ou era um covarde.

Em contraposição com essa atitude atentatória aos interêsses dos defensores da terra brasileira, do Conde de Bagnuolo, temos, na mesma ocasião, no forte dos Reis Magos, o mais belo exemplo de fidelidade de um chefe indígena para com os portuguêses.

O tio de Camarão, Jaguarary, batisado pelos jesuítas por Simão Soares, acusado de ajudar os holandeses por ter sido prêso entre êles, havia oito anos no cárcere, protestava sempre sua inocência, dizendo terem-no encontrado entre os holandeses, porque ali fôra buscar sua mulher e seu filho. Os holandeses encontrando-o no forte dos Reis Magos, libertaram-no; Jaguarary, imediatamente seguiu para a sua tribo e declarou a seus homens, o que o

cronista registrou nestas palavras: "Sangram ainda os sinais das minhas cadeias, mas, é a culpa e não o castigo, que infama. Quanto pior me tratarem os portuguêses, tanto maior será o vosso e o meu merecimento conservando-nos fiéis ao serviço dêles".

Que chocante contraste de atitudes entre o Conde de Bagnuolo e Jaguarary.

Pouco depois Jaguarary aparecia com todos os seus índios para lutar com os defensores da terra, e tão grandes foram os serviços prestados, que seus feitos mereceram menção honrosa dos historiadores.

No Rio Grande do Norte, os holandeses também souberam conquistar as simpatias de um grande chefe indígena, Janduvy, que com seus trezentos tapúias tornou-se mais temido pelos portuguêses, que os próprios holandeses. Ao tomarem o forte dos Reis Magos, vieram apresentar-se aos chefes dos holandeses, dois marinheiros seus, anteriormente aprisionados pelos portuguêses, e postos a trabalhar nas fortificações de Cunhaú, de onde haviam fugido, que incitaram fortemente o Major Vries a ir atacar àquela posição.

Os navios, sob o comando de Stackhouver, partiram para lá, enquanto por terra, o coronel Artichofsky seguia com 200 homens e mais 50 índios tapúias. A guarnição de Cunhaú, por uma indesculpável negligência, foi surpreendida, mesmo assim havendo luta, na qual os defensores tiveram 11 mortos; o comandante, capitão Álvaro Fragoso de Albuquerque e 13 homens foram feitos prisioneiros; as outras praças fugiram. Quando os navios chegaram, o forte já havia sido conquistado pelos holandeses.

Tudo o que havia no forte, foi transportado para bordo de uma caravela, que naufragou ao sair à barra. Os holandeses, não desejando conservar a posição, arrazaram o forte e retiraram-se para Recife. Sentindo-se êles de moral elevada com as constantes pequenas vitórias, fortes com os reforços recebidos, desejavam sobretudo, conso-

lidar o seu domínio; analisando a situação dos defensores da terra, viram que a solidez da sua defesa consistia em um triângulo: o Arraial, o cabo de S. Agôstinho e a Paraíba.

O Arraial, era um pôsto bem fortificado, que havia três anos resistia a todos os embates que êles haviam podido lançar contra êle, apoiado como estava pelos dois entrepostos marítimos, que eram os outros dois vértices do triângulo; o Cabo de S. Agostinho, perigoso, pelas dificuldades à penetração na enseada do pontal, difícil de ser tomado, defendido como estava por boas fortificações, apresentando ainda a grande desvantagem de ser fàcilmente socorrido pelos postos vizinhos e pelo próprio Arraial; a Paraíba, então governada por Antônio de Albuquerque, havia recebido um pequeno refôrço, e construia em frente ao forte de Cabedelo um outro forte (S. Bento), mas não apresentava tantas desvantagens aos holandeses como os outros dois pontos.

O Conselho Político de Recife, resolveu, então, atacar a Paraíba em primeiro lugar. A 14 de fevereiro de 1634 saiu de Recife uma esquadra de 20 navios, com 1.500 homens de desembarque, divididos em dois corpos, um sob o comando de Lichthardt e outro às ordens de van Schkoppe; acompanhavam a expedição os conselheiros Gysselingh e Carpentier. Chegando à Paraíba, a tropa de Lichthardt foi desembarcar a um tiro de mosquete do forte de Cabedelo, sendo tão hostilizado que reembarcou e afastou-se; vendo os defensores do forte de Cabedelo, que van Schkoppe desembarcara na praia do forte em construção (S. Bento), para lá se deslocaram, por ver que ali seria feito o esfôrço maior.

Logo que foi dado o alarme, Antônio de Albuquerque veiu em socôrro do forte com 500 homens. A firme resistência que os holandeses encontraram, em pouco os apertava tanto, que êles tiveram que fazer uma meia lua fortificada, sob a proteção da qual pudessem reembarcar à noite, segundo Netscher, "muito a contra gôsto e com

grandes dificuldades, sem terem podido realizar o seu intento.

Quando os holandeses sairam de Recife para atacar a Paraíba, levando grandes fôrças e quase todos os chefes, Matias de Albuquerque achou oportuno lançar um ataque contra Recife; a 1 de março de 1634, foi feito um ataque tríplice contra os fortes das Cinco Pontas, Três Pontas e Bruyne, à noite, sendo que o objetivo principal era êste último, e o ataque aos outros dois apenas diversão. Martim Soares Moreno, com 800 homens é quem o executa; mas a indecisão de uma parte de suas tropas, prejudicou a operação, obrigando-o a bater em retirada com algumas perdas.

Vendo frustrado seu intento de conquistar a Paraíba, os holandeses seguem diretamente para atacar o outro vértice do triângulo, o Cabo de S. Agostinho, tendo em caminho enviado uma embarcação a Recife para prevenir os seus da operação que iam começar. Comandava a fortificação do cabo de S. Agostinho, que ficava a 7 léguas de Recife, o capitão Pero Corrêa da Gama, que tinha 350 homens sob suas ordens, e dispunha de várias trincheiras auxiliares, ocupadas por moradores locais, entre as quais a da praia de Itapoan, provável ponto de desembarque de qualquer atacante. A reserva de Pero Corrêa da Gama estava no forte Nazaré, como diz Southey, "a inútil obra de Bagnuolo, pois, por afastada demais, nem dominava a barra, nem a vila". O forte de Nazaré, era apenas, um refúgio no alto do morro que forma o promontório. Contava ainda a defesa com dois fortes na entrada da barra.

O cuidado e guarda com essa posição, devia-se a que o pôrto do Pontal era o que mais perto ficava do Arraial, oito léguas, daí haver preferência para entrarem por aí os provimentos e sairem as caixas de açúcar e as trocas de pau brasil para Portugal. Era o maior e melhor entrepôsto comercial.

A esquadra holandesa chegou à noite, de luzes apagadas, e ancorou; na manhã seguinte, 10 de março, Licht-

hardt tenta o desembarque na praia de Itapoan, como era previsto, mas é repelido pela defesa; força a barra com doze navios sob o fogo certeiro e intenso dos dois fortes da barra, que põem a pique dois patachos holandeses, e vai fundear em frente ao Pontal, apresando 15 embarcações que estavam no pôrto, e salvando ainda muitas caixas de açúcar e muito pau brasil, da alfândega, que os defensores haviam incendiado.

Matias de Albuquerque ciente dêsse ataque, vai com seu irmão Duarte, o Conde de Bagnuolo e 300 homens em socôrro, deixando o Arraial "bem apetrechado de gente e mantimentos, sob o comando de André Marin, soldado valoroso, com Luiz Barbalho e Francisco Serrano; chegando ao Cabo de S. Agostinho, Matias de Albuquerque ocupa posições sôbre o morro do promontório, lugar inexpugnável, de onde dominava a barra e o pôrto. Assestados os canhões ali, começa o bombardeio dos navios holandeses que estavam no pôrto, que, para fugir a êsse fogo destruidor, são forçados a internarem-se mais ainda na enseada, até ao ponto de ficarem fora do alcance da artilharia.

Lichthardt entregara a Calabar, antes de forçar a barra, 1.000 homens de desembarque, postos nas lanchas, para efetuar o desembarque, mas não só a praia era de difícil acesso, como havia um reduto cercado de trincheiras, de onde os defensores os hostilizaram com energia, impedindo o desembarque ali, também. Diz Commelyn que "a girar, ora num lado, ora no outro, à procura de um lugar que servisse para o desembarque, chegaram os holandeses ao rio Jangada", onde os esperava o Capitão Francisco Rebelo e sua gente, que lhes "mataram o tenente, o porta bandeira do capitão Everwin, ferindo muitos outros", obrigando-os a retirar daí para o sul.

Por fim, Calabar descobre a passagem na Barreta, uma interrupção na linha dos recifes, meia légua ao sul do pontal, por onde êle fêz seguir as lanchas, indo desembarcar na povoação, que logo ocupou. A situação da esquadra holandesa era deveras difícil, porque no pôrto só

estavam 10 navios seus, que só podiam comunicar-se com o resto da esquadra por meio de botes, pela Barreta, não podendo sair pela barra, em poder dos defensores, nem comunicar-se com os elementos desembarcados na povoação do Pontal.

Matias de Albuquerque, lança suas fôrças para retomar a povoação; o assalto é violento, e logo uma bateria é tomada, marchando resolutos para o assalto às trincheiras. Muitos holandeses, apavorados, fogem a nado, procurando alcançar os navios no pôrto. Uma tropa amiga que apareceu e que os assaltantes pensam ser inimiga, fê-los retirar precipitadamente, perseguidos pelos fogos dos canhões dos navios holandeses, havendo baixas que os historiadores calculam de 200 a 240.

Matias de Albuquerque não ficou abatido por ter falhado o ataque; fêz ocupar as posições que julgou importantes, aumentou a guarnição dos fortes, e procurou ver quais as vantagens que podia tirar da difícil situação em que se achava parte da esquadra holandesa.

Fazendo esforços sobreumanos para salvar seus navios, Lichthardt repete a manobra de Pieter Heyn no rio Piranga; esvasia os navios, tomba-os de lado, e à fôrça bruta arrasta-os pela Barreta, salvando-os; as tropas desembarcadas, ficaram na povoação do Pontal, fortificando-se poderosamente.

O tenente coronel Byma, que ficara comandando a guarnição de Recife, tendo sabido que Matias de Albuquerque saíra do Arraial com os outros chefes e reforços para socorrer o Cabo de S. Agostinho, viu a oportunidade de tentar um ataque ao Arraial, pois, pensava encontrá-lo desguarnecido. A 30 de março de 1634, vai com 500 homens, em lanchas, Capiberibe acima, até à embocadura do Paranamirim, onde faz trincheiras; no dia seguinte, pela manhã, inicia o bombardeio do Arraial. As companhias de emboscadas dos defensores começaram a apertá-lo e a matar, sua gente, obrigando-o a bater em retirada.

Matias de Albuquerque, tendo saído do pôrto os navios holandeses, que êle não pôde evitar, e sabendo que havia sido feito um ataque ao Arraial, viu que sua permanência ali não era proveitosa, pois, assim não poderia socorrer nem o Arraial, nem Nazaré. Além disso, "tendo quase evidentes suspeitas em como o Conde de Bagnuolo tinha vendida aquela praça aos holandeses por dinheiro, o qual êle tinha mandado buscar aos Afogados por os seus italianos, e o vieram receber ao engenho de Jurissaquá, por não se ver prêso, e afrontado com traição", partiu para Serinhaem, levando o Conde de Bagnuolo sob sua vigilância pessoal.

Os holandeses, cada vêz mais animados com os repetidos sucessos, enviam constantes reforços às tropas de Recife; em meiados de 1634, chega uma esquadra de socôrro, trazendo 3.000 homens de guerra, víveres, armas e munições abundantes; o modo de agir dos holandeses, contrastava singularmente com o dos portuguêses e espanhóis, que raramente enviavam reforços, víveres, armas e munições, e quando o faziam era em quantidade irrisórias.

Não fôra o sentimento nacional, que já vicejava fortemente nos defensores da terra, e não haveria explicação para a manutenção da luta em tão duras condições, em tão grande desproporção de tudo. Depois, o descaso com que Portugal e a Espanha tratavam os que lutavam pelo Brasil, que, mesmo com o estado de penúria em que se achavam aquêles países, podiam dar socorros maiores, só servia de incentivo aos holandeses, que esperavam em breve conquistar grande parte do Brasil, graças às informações e sugestões dadas por Calabar.

Já agora, de posse de um ponto de apoio no Cabo de S. Agostinho, restava-lhes aí alargar a conquista; enquanto mantinham o Arraial sob constantes ataques, iam agora os holandeses, jogar todo o seu poderio sôbre a Paraíba, para conquistá-la de uma vez.

Lichthardt reune 29 navios, para transportar seus 2.500 homens, sob o comando de Artichofsky e Van Sch-

koppe, e a 14 de novembro de 1634, ruma para o norte; no dia 4 de dezembro, Van Schkoppe desembarca com 600 homens no Cabo Branco, sob a proteção dos canhões da esquadra, vencendo a pequena resistência aí encontrada, marchando depois, por terra, para ir atacar o forte de S. Antônio. A esquadra, depois de desembarcar Van Schkoppe e sua fôrça, tenta forçar a barra, mas os fortes atacam-na com tal fúria, que ela é obrigada afastar-se.

Antônio de Albuquerque, julgando o forte de Cabedelo, a chave da defesa, reforça-o mais ainda e lá se instala. Os holandeses investem o forte, sob o fogo, também. do forte da Restinga (ou de S. Bento), tão tenazmente, que tiveram êles que voltar-se contra o forte da Restinga antes de poder assaltar o de Cabedelo. O major Hinderson, com algumas companhias, em 7 barcos e algumas barcaças, foi incumbido de forçar a barra de madrugada e atacar o forte da Restinga pela retaguarda. Nêle se achavam o capitão Pedro Ferreira de Barros e 40 homens; a luta foi tremenda, apesar da imensa desproporção das fôrças. O forte foi tomado, havendo 26 mortos dos defensores, o resto da guarnição tendo conseguido escapar a nado. O capitão comandante do forte foi aprisionado.

Então, Artichofsky desembarca na praia com o resto da tropa, conjugando esforços com Van Schkoppe. Instalados na praia para pernoitar, sobrevêm forte tempestade, que faz naufragar 4 das suas maiores chalupas. Os holandeses, a 15 de dezembro, começam o bombardeio do forte; depois de algumas horas de pesado bombardeio, mandam uma intimação de rendição, que nem sequer foi recebida. Recomeçou o bombardeio com todos os canhões que os holandeses dispunham, ininterrupto, até à tarde de 16 de dezembro, quando, desmantelado o forte, sem mais recursos, os defensores pediram a cessação do fogo, enviando dois parlamentares para discutir as condições da rendição.

A capitulação foi concedida com honras.

Abbildung der Statt und Vestung PARAYBA in der Landschafft BRASILIA
CAPITANIA DE
PARAYBA
MAR DEL NORT
MAR DEL NORT
CAPITANIA DE PERNAMBUCO
CAPITANIA DE PARAYBA
Topinambazes

Matias de Albuquerque, quando soube do novo ataque à Paraíba, enviou outra vez, o Conde de Bagnuolo com suas fôrças, para socorrê-la; mas, como da outra vez, Bagnuolo, não prestou socôrro algum, porque as tropas italianas acovardadas com os degolamentos do Arraial negaram-se a combater. O forte de S. Antônio havia caído, porque seu comandante declarou que os artilheiros inglêses e franceses haviam desertado e só dispunham de 7 barris de pólvora.

A vila, caídos os fortes, não poderia ser defendida; ao serem avisados disso os moradores, foram êstes surpreendidos com a conduta covarde, vergonhosa, infame, das tropas italianas e espanholas do Conde de Bagnuolo, que se puzeram a saqueá-la ante o clamor dos moradores. Impotentes, escandalizados, êstes moradores, que já tinham conhecimento de que italianos e espanhóis haviam saquedo a Bahia, viram cair sôbre seus bens aquela corja de rapinantes europeus. Mais e mais se afirmava com isso o sentimento nacional.

Os holandeses souberam aproveitar-se do ódio e da revolta dos moradores contra as tropas enviadas por Portugal e Espanha, que em vez de defendê-los, saqueavam-nos miseràvelmente. Não é de estranhar, pois, que então, o Pe. Manoel de Morais (*) houvesse se passado para os holandeses, com a grande quantidade de índios que o acompanhavam, êle, que acorrera à Paraíba para defendê-la. Como êle, muitos outros se passaram para os holandeses, entre os quais Bezerra, Duarte Gomes e todos os índios, isso, porém, depois de aprisionados.

Rendidos os fortes, ocupada Felipéa, que os holandeses rebatisaram por Frederickstad (em honra ao Stathouder Frederick), Antônio de Albuquerque, acompanhado dos que lhe restaram, segue para o Arraial.

(*) O Padre Manoel de Morais, pouco depois apostatou, e apesar "de feio, prêto (sic), cara de chim, casou-se duas vêzes", na segunda vez "com uma das mulheres mais formosas do país (Hol)".

Artichofsky apossa-se então, de todo o litoral, desde o Rio Grande do Norte a Recife, guarnecendo todos os pontos, e faz reocupar e fortificar Fernando de Noronha, chegando a Recife a 5 de março de 1635; Matias de Albuquerque, que agora só conta com o Arraial, Nazaré e Pôrto Calvo, reforça as fôrças de Andrés Marin (500 homens e muitos índios), manda Bagnuolo e sua gente para Pôrto Calvo e segue com a tropa restante para o forte de Nazaré. Os holandeses, vendo êsse retraimento, julgam que tomados êsses três pontos, seu domínio será incontestável e absoluto.

Em princípios de março de 1635, Lichthardt parte com a esquadra para o sul; chegando à Barra Grande (Peripuera) tem conhecimento de que Bagnuolo está em Pôrto Calvo, e como Calabar ali nascera, era o primeiro a incitá-lo a ir atacar êsse ponto. Lichthardt desembarca 327 homens, e com Calabar, segue com êsse objetivo.

Bagnuolo ao chegar a Pôrto Calvo, fortificara-se na vila com 200 homens, e destacou de la Riba Aguero com 40 homens para ir ao encontro dos holandeses; êstes, vencem-no fàcilmente pela superioridade numérica, apesar de Riba Aguero e seus homens lutarem com grande valor, poucos se salvando varando um banhado; durante essa luta, Bagnuolo não enviou socôrro algum a Riba Aguero, nem acudiu ao seu auxiliar. Quando os holandeses chegaram a Pôrto Calvo e montaram o ataque, o autor d"O Valeroso Lucideno" que foi testemunha ocular dêsses fatos, nos diz: "Vendo a briga travada e no maior vigor, e que os holandeses vinham ganhando a terra, o Conde de Bagnuolo, que estava a cavalo, virou as costas, e se veiu retirando com grande presteza, deixando aos que brigavam no meio do perigo. O que visto pelos soldados, cada qual se foi retirando por entre os matos". Eis aí uma faceta clara de Bagnuolo, que o autor do "Castrioto Lusitano" achava "ser cobarde ou traidor".

Matias de Albuquerque mandara reforçar Pôrto Calvo, por ser a chave por onde poderia receber socôrro e man-

timentos do sul; o povo de Pôrto Calvo, sabia o que Bagnuolo e suas tropas haviam feito em Felipéa, tendo sido recebido, por isso, com uma natural desconfiança, tanto mais que não quiz sair para lutar no campo; os moradores temiam, que disso resultasse também o saque de Pôrto Calvo por Bagnuolo e sua tropa. Fugindo, só, vai êle parar em Alagoa do Norte, dezenove léguas mais ao sul.

Ésses fatos, mais convenciam aos filhos do Brasil que só podiam confiar em chefes brasileiros.

Enquanto Lichthardt agia assim no sul, Van Schkoppe vinha, desde fevereiro, lutando por cortar as comunicações entre o Arraial e o Cabo de S. Agostinho, aproximando-se paulatinamente de Nazaré. Quando os holandeses montaram seu quartel general no engenho dos Algodões, a uma légua de Nazaré, Matias de Albuquerque, que tudo havia feito para contê-los, lançando fortes contingentes, comandados por Martim Soares Moreno, Luiz Barbalho e outros, que, em Massuápe, S. Lourenço e Muribêca, lutavam em retirada, viu que era hora de transferir-se para a Vila Formosa de Serinhaem, deixando em Nazaré os capitães Pero Corrêa da Gama e Luiz Barbalho, com 360 homens.

Desesperadora, era então, sem dúvida, a situação dos defensores da terra. Em Serinhaem, onde havia uma única arroba de pólvora, reduz Matias de Albuquerque seus grupos de combate a 15 homens apenas, havendo um dêsses grupos, o dos Batistas, constituído por treze irmãos, sob o comando do mais velho. Começa então uma epopéia, com o esfôrço grandioso dos moradores da terra; premidos por todos os lados, fazem prodígios para socorrer Nazaré e o Arraial; incendidos por um furor crescente, um desespêro sagrado, batem-se como leões, agem com um destemor e uma bravura, que toca as raias da loucura. Páginas de nossa História, são por êles então escritas, com lances de heroismo que assombram. Perseguidos, encurralados, não podendo nem fugir, erguem-se os brasileiros do alto do seu desespêro com um denôdo inegualável e batem e vencem e

atropelam e perseguem o holandês, com espanto reconquistando o terreno perdido. Van Schkoppe sitiara Nazaré, mas, ao tentar fazer o mesmo a Serinhaem, é batido, atropelado e perseguido, a custo salvando a própria vida.

E' Southey quem nos revela, o exemplo edificante de D. Maria de Sousa, uma matrona brasileira de alto valor, que "tendo perdido na luta contra os invasores dois filhos e o genro, ao cair o terceiro filho, chama seus dois filhos mais novos, um de 14 e outro de 13 anos e lhes diz: "Hoje foi vosso irmão Estevão morto pelos holandeses; a vós agora toca cumprir o dever de homens honrados numa guerra em que se serve a Deus, ao Rei e à Pátria. Cingi as espadas, e quando vos lembrar o triste dia em que as pondes à cinta, inspire-vos êle, não magua, mas desejo de vingança, que quer vingueis vossos irmãos, quer sucumbais como êles, não degenerareis dêles, nem de mim".

"Com esta exortação enviou-os a Matias de Albuquerque, pedindo-lhe que por soldados os contasse".

Mas, cada dia que passava, pior era a situação para os da terra. O sítio do Arraial ia se apertando, apesar das sortidas que de quando em vez os sitiados faziam, com grande êxito.

A 6 de março de 1635, Artichofsky decidiu sitiar o Arraial do Bom Jesus, como fôra feito no início, com o forte de S. Jorge. O primeiro reduto construído, foi levantado no passo do Fidalgo, "a um tiro de mosquete da fortaleza", com o objetivo de vedar aos do Arraial a saída pelo rio dos Afogados; foi batisado por reduto Hinderson, e dispunha de duas peças, com as quais começou logo a bater o Arraial.

Quase ao mesmo tempo trabalhavam os holandeses na construção de um segundo reduto no outeiro do Conde, "que ficava do outro lado da fortaleza", e que recebeu o nome de Verdoes. Desde o primeiro momento da construção dêsses dois redutos houve duros combates e pesadas perdas; a artilharia, representada por canhões de calibre

12, troava incessantemente, e a tão pequena distância as avarias e mortandade eram enormes. Os do Arraial não perdiam oportunidade, de dia ou de noite, e contìnuamente, as obras eram feitas com forte tropa formada ao lado, para impedir as sortidas, o que nem sempre era remédio eficaz para impedí-las.

Terminados êsses dois redutos, Artichofsky manda começar um terceiro, "a um tiro de pistola da fortaleza", trabalhando à custa de nutrido bombardeio da fortaleza. Um quarto reduto foi atacado "dentro de uma mata, entre as árvores, a alcance de um tiro de mosquete dos sitiados". Mais adiante, levantaram os holandeses um outro reduto, entre êste e o reduto Hinderson.

Inúmeros foram os combates aí travados durante a construção dos redutos, em um dos quais, Artichofsky viu-se de surprêsa diante de um arcabuz apontado para sua cabeça, sendo feito prisioneiro, mas fugindo por ter agredido à traição seu aprisionador, batendo-lhe com seu bastão de comando na cabeça.

Os defensores do Arraial desdobraram-se, ante os 1.200 sitiantes de Artichofsky. Aprendem a lançar couros molhados sôbre os projéteis de artilharia que caiam com a mecha fumegante, apagando as mechas ou abafando a explosão; aprendem a fazer abrigos subterrâneos (precursores que são) para os feridos e as munições, aproveitando a terra escavada para refazer obras avariadas, para obras novas ou para elevar o parapeito.

Lutava-se ali desesperadamente, não se perdendo tiro ou flexada; de dia ou de noite, a vigilância era máxima, dada a pequena distância que separava os redutos do forte. Três meses de lutas incessantes.

Matias de Albuquerque não tinha meios para socorrê-los; começaram a escassear no Arraial os víveres e as munições. Todos os bichos foram comidos. Depois, passou-se a chupar couro de vaca cozido e a comer ervas silvestres. A guarnição esfomeada debilitava-se mais ainda no esfôrço desesperado de cada noite, para recompôr o que o bombardeio do dia demolira.

A 2 de junho de 1635, Andrés Marin vendo o extremo limite da resistência humana chegar, pois, lutara contra o inimigo, lutara contra a fome e a sêde, e ainda tivera que lutar contra traidores, dois dos quais, com provas evidentes na mão, êle fêz enforcar (Pedro da Rocha Leitão e Agostinho de Holanda), sem esperanças de qualquer socôrro, sem munições, pede para parlamentar; queria falar ao seu general. Negaram-lhe.

O bombardeio é reiniciado com maior intensidade, com furor mesmo. No Arraial, as 900 pessoas que ali estavam, entre elas muitas famílias e escravos que não haviam podido sair a tempo, já não mais tinham o que comer. A 6 de junho, não puderam mais suportar o martírio, propondo o coronel Pedro da Cunha de Andrade e os capitães João de Campos Gambua e Luiz de Avelar Souto a capitulação com honras. Foi-lhes concedida, nos seguintes têrmos:

1.ª — Que todos os cabos e soldados pagos sairão com as suas armas até o Arrecife, onde se lhes daria embarcação para as Índias de Castela;

2.ª — que deixariam em refens das embarcações que os levassem, dois capitães quais êles escolhessem;

3.ª — que o aprêsto e fornecimento dos navios correria por conta da Companhia Ocidental.

Os holandeses respeitaram aquêles bravos que a fome, e não êles, fazia pedir a rendição. No mesmo dia houve o desfile daquêles heróis, esquálidos, trôpegos, emaciados, olhos fundos, mas fulgurações heróicas no olhar, elã misterioso e fazê-los erguerem-se em tôda sua estatura moral, "tambores e caixas temperadas, portando armas, morrões acêsos, balas na bôca, bandeira desfraldada"!

Era comovente e grandioso aquêle desfile!

Assim caiu o Arraial do Bom Jesus, a 9 de Junho de 1635! Lutara cinco anos, sustentara o sítio meses a fio, batera-se leôninamente, mas, com isso, adquirira o direito inalienável de entrar para a História, porque se tornara o baluarte onde se refugiara a alma nacional!

IX

A RETIRADA HERÓICA

Conseqüências da rendição do Arraial — A retirada — Tomada de Pôrto Calvo — Justiçamento de Calabar — Destituição de Matias de Albuquerque — Rojas y Borja — A batalha da Mata Redonda — Bagnuolo — Guerrilhas e barbaridades holandesas.

Quando os holandeses entraram em entendimentos sôbre o acôrdo a ser assinado para a capitulação do Arraial do Bom Jesus, quiseram os defensores do mesmo que fôsse incluída uma cláusula protegendo os moradores que estavam no forte, porém, Artichofsky e Van Schkoppe a isso se opuzeram, alegando ser ela desnecessária, uma vez que os holandeses queriam tratá-los com clemência e piedade, visto passarem êles a ser súditos da Holanda.

Mas, depois que as fôrças defensoras entregaram o forte do Arraial, os holandeses agiram da forma mais infamante e vergonhosa possível, porque, querendo os moradores sair do forte após às fôrças, "mandaram os generais e os do Conselho que fôssem todos passados à espada e outros enforcados, dizendo serem traidores ao Príncipe de Orange". Com essa ameaça de vida, objetivaram os holandeses arrancar dinheiro e jóias dos que ali estavam, pressumindo serem todos êles ricos; o coronel Pedro da Cunha de Andrade, sob ameaças de ser posto a trato, teve que pagar 5 mil cruzados para ser sôlto; Antônio de Frei-

tas da Silva, levado ao trato, foi de tal forma desconjuntado, que ficou aleijado, e para salvar a vida teve que pagar 2.500 cruzados; todos os que não puderam sair do forte do Arraial, tiveram que comprar suas vidas com dinheiro, uns 100 cruzados, outros 200, outros mais, de acôrdo com as posses de cada um. Um dos resgatados foi João Fernandes Vieira, que libertou também dois moços seus.

Nessa sórdida tarefa, conseguiram os holandeses apurar 28.000 cruzados, ganhando além disso o ódio mortal dos que sofreram tão dura humilhação e dos que dela tiveram conhecimento.

Tomado o Arraial e Pôrto Calvo, restava aos holandeses apossar-se difinitivamente do Cabo de S. Agostinho; as tropas holandesas que enfrentavam o Arraial, estando livres, foram lançadas por Van Schkoppe, contra Nazaré também, depois de haverem arrazado aquela fortificação. O forte de Nazaré só dispunha de 300 homens, que resistiam tenazmente, sofrendo agruras com a fome e a falta de munições; Matias de Albuquerque, procurava enviar-lhes víveres e munições, à noite, por botes e jangadas, mas, a intensa vigilância dos holandeses raramente deixava passar essas remessas. Desde os primeiros dias da luta em Nazaré, os soldados italianos que para ali haviam sido destacados, haviam desertado.

A luta em Nazaré era dura, combatendo os defensores com uma tenacidade que raiava pela loucura; defensores houve, que morreram de inanição nos seus postos. Recebe Matias de Albuquerque aviso de Bagnuolo, que haviam chegado de Portugal duas caravelas com socorros, e com a notícia de que na Europa preparavam valiosos recursos para ajudá-los; aconselhava ainda, êle, que Matias de Albuquerque abandonasse Nazaré e Serinhaem e viesse juntar-se a êle em Alagoa do Norte, onde se achava.

O Conselho de oficiais reunido por Matias de Albuquerque, achou que não havia outro caminho a tomar; ordens imediatas são expedidas para Nazaré, ainda em fins

de junho. No dia 1 de julho de 1635, os defensores do forte de Nazaré, exaustos, famintos, enviam parlamentares, pedindo a rendição com honras, que lhes é concedida. A entrega do forte de Nazaré foi feita a 2 de julho, e a Ata da Rendição, que Varnhagen registra na íntegra, diz:

> "Condições e artigos que o Sr. Segismundt Van Schkoppe, governador, primeiro coronel e cabeça da milícia no Brasil, pelos mui poderosos Senhores Estados Gerais das Províncias Unidas e o ilustríssimo príncipe de Orange e a Companhia das Índias Ocidentais, o outorgado general concede aos Senhores Pedro Corrêa da Gama e Luiz Barbalho Bezerra, governadores das armas nesta fortaleza de N. S. de Nazaré, no Cabo de S. Agostinho:
>
> 1.° — A fortaleza com sua artilharia, vitualhas e munições e mais coisas de El Rei, será entregue ao Sr. Segismundt Van Schkoppe ou a seus deputados.
>
> 2.° — Os governadores, capitães reformados e mais oficiais, soldados e pessoas de guerra poderão sair com suas insígnias, armas e bagagens, com suas bandeiras desfraldadas, cordas e caixas temperadas; e vinte escravos se tirarão para se repartirem pelos oficiais: os outros se hão de entregar. E êstes oficiais e soldados irão na dita conformidade, com insígnias, armas e bandeiras até chegarem ao mar, postos em fim de viagem.
>
> 3.° — Sairão também os Religiosos com suas mobílias, como os soldados.
>
> 4.° — A infantaria tôda, com os Religiosos, serão embarcados para as Índias de Castela, e terão no caminho bastimento e ração, como nossos soldados. O capitão de artilharia Lourenço

Vaz, condestáveis e artilheiros sairão com a demais infantaria.

5.º — Mandará o dito governador entrar cinco companhias tomar a entrega de dois baluartes, para depois começar a sair a guarnição.

6.º — Os moradores que se puzeram dentro desta fortaleza antes que fôsse cercada... não se entendem com êles êstes apontamentos; porque êles com suas fazendas ficarão à ordem do governador e dos conselheiros.

7.º — Dos escravos dêles já se diz no art. 2.º.

8.º — Aquêle em cujo poder se achar alguma fazenda ilícita ou que pertença aos moradores presentes ou ausentes, não será compreendido nestes apontamentos.

9.º — Êstes apontamentos não se entenderão com os rendidos.

10.º — Dos capitães ficará aqui conosco o Snr. capitão Dom José de Soto Ponce de Leon por fiador, e que tornará aos navios sem nenhum dano.

Êstes apontamentos, pelo que à nossa parte toca, estamos dispostos a guardar e cumprir assim e na forma que se contém: para o que firmamos de nossos sinais, e sêlamos com os sêlos de nossas armas. E dar-se-nos-ão outros dêste teôr, firmados e selados pelo Snr. general Segismundt Van Schkoppe. Feito nêste Cabo de S. Agostinho, a 2 de julho de 1635. Êstes apontamentos firmamos. Os governadores Pedro Corrêa da Gama e Luiz Barbalho Bezerra".

As condições da capitulação do forte de Nazaré, eram muito semelhantes àquelas estabelecidas para a rendição do forte do Arraial do Bom Jesus, inclusive a nojenta cláusula de apresar as cabeças dos moradores que se haviam acolhido ao forte antes do cêrco, para obter lucros, "como se fôssem escravos de Argel".

E' verdade que êsse procedimento desleal, desumano, infame mesmo, de apresar os moradores para extorquir dêles dinheiro sob ameaça de tirar-lhes a vida, a par do ódio e da execração que provocava, fortificava mais, alentava grandemente, fazia vicejar com exuberância o sentimento nacional da Pátria brasileira, livre do guante daquêles europeus indesejáveis.

Jaboatão, diz que "Entregues Nazaré e o Arraial, a 9 de junho dêste próprio ano de 1635... resolveu o general se retirassem os moradores para a Vila das Alagoas...". Isto não era possível, pois que Nazaré só se rendeu a 2 de julho. Tudo leva a crer, que a resolução de Matias de Albuquerque e do Conselho de Oficiais, foi tomada em fins de junho de 1635, como aponta Rocha Pombo. A premência da situação não permitia esperar quase um mês para os retirantes se reunirem em Serinhaem; o aviso da retirada que Matias de Albuquerque enviou ao povo, prometendo amparo e segurança a todos que quizessem acompanhá-lo, dava curto prazo para a reunião.

A maior parte dos moradores de Pernambuco aceitou fazer a retirada com o chefe de sua confiança; também os padres que ainda residiam na Paraíba, em Ipojuca e em Igaraçú, povoações essas na zona ocupada pelos holandeses, foram convidados a fazer a retirada, com todos os que lhes estavam sujeitos. Raros foram os que ficaram, aceitando o jugo holandês. Dos mais longínquos pontos, ao chegar o convite, logo formava-se uma caravana de homens, mulheres e crianças, com seus animais, seus carros, seus bens, suas roupas, em trouxas e pacotes, amarrados e sacos, que na sua policromia punham uma nota alegre na monotonia verde das campinas. E, de todos os pontos começaram a afluir as caravanas de moradores com "seus trens e xerimbabos", seus gados e seus escravos, para o ponto de reunião, que era Serinhaem; ao entardecer de 2 de julho, aglomerava-se ali uma multidão de mais de 8 mil pessoas. Matias de Albuquerque desdobra-se em esforços para organizar a coluna de marcha com essa massa

heterogênea que ali está, depositando nêle tôda a sua confiança; e não foi frustrada essa confiança.

Na madrugada de 3 de julho de 1635, começou a rolar, rumo ao sul, aquela torrente extraordinária, tendo como ponta da vanguarda 60 índios exploradores, a alguma distância de um corpo de tropa; a seguir vinham os diversos retirantes, em massa, com seus bens e sua gente, alongando-se interminàvelmente pelo caminho; depois, vinha o grosso da tropa sob o comando do próprio Matias de Albuquerque. Camarão, com 80 índios, fazia a retaguarda.

Começara, então, a memorável e épica retirada de Matias de Albuquerque, a mais dolorosa página do Brasil Colonial.

Sabiam todos que, desde o início, essa marcha apresentava perigos, pois, deviam passar junto a Pôrto Calvo, em poder dos holandeses, que aí mantinham 400 a 500 homens, sob o comando do Major Picardo; era evidente que os holandeses, sabendo que cada um dêles levava suas riquezas, não iriam deixá-los passar sem tentar apossar-se delas. Sebastião do Souto, natural do lugar, "um mancebo mui animoso e atrevido", quando viu Matias de Albuquerque e sua coluna parar perto da vila de Pôrto Calvo, tomando as medidas de defesa com 360 homens e índios de emboscada, para repelir qualquer ataque que os holandeses quizessem fazer, ofereceu-se ao comandante holandês para ir reconhecer a fôrça que vinha.

Aproximando-se a cavalo das sentinelas dos retirantes, deixou cair uma carta avisando que Calabar chegara com um refôrço de 200 homens, e que tudo faria para entregar os holandeses e Calabar nas mãos das fôrças de Matias de Albuquerque; voltando à vila, Sebastião do Souto informa ao comandante holandês, que a gente que ali chegara era um punhado de soldados, que haviam sido ali postos para garantir a passagem. O major Picardo resolveu atacar essa fôrça, baseado na informação de Souto; às 15 horas, marcha êle com uma fôrça (2 companhias),

que se lhe afigurou suficiente, levando Souto em sua companhia, mas êste, na primeira oportunidade fugiu e incorporou-se às fôrças de Matias de Albuquerque, que surpreenderam os holandeses, matando-lhes 50 homens e fugindo os outros. Tão enérgica foi a perseguição aos holandeses, que com êles os atacantes entraram na primeira fortificação, "e outros subindo pela paliçada se meteram dentro, levando todos aos que nela acharam ao fio da espada, tirando o Sargento mor Picardo, que com doze soldados se retirou fugindo para a segunda fortificação, aonde estava a outra gente sua com o Calabar".

Quando Matias de Albuquerque viu que sua gente havia tomado a primeira linha de fortificações, veiu com mais tropa, e com a artilharia da fortificação tomada,começou a bater a segunda linha. De noite, Matias de Albuquerque mandou manter vivo o fogo de mosquetaria, enquanto minava tôdas as casas que ficavam entre as duas fortificações, e furando as paredes, levava os canhões de casa em casa até o ponto onde podiam bater o centro da vila; os holandeses haviam se recolhido a duas grandes casas, onde se entrincheiraram. Ao clarear o dia, a casa maior estava com grande quantidade de lenha debaixo e minada, pronta para ser incendiada, e os canhões iam, pouco a pouco, derrubando as casas próximas. A situação era insustentável.

O sargento mor Picardo levantou a bandeira branca da rendição; Matias de Albuquerque concedeu-a com honras, desde logo frisando que Calabar ficaria prêso à mercê d'El Rei. Conquanto os holandeses afirmassem que preferiam morrer combatendo que entregar Calabar, êste viu logo que os holandeses o entregariam sem demora, não reconhecendo o quando êle fizera para dar-lhes muitas vitórias. Então, Calabar, certo de que chegara seu fim, foi o primeiro a aconselhar que se rendessem. Renderam-se 380 homens, número maior que o dos sitiantes. As fortificações foram arrazadas, e o Conselho de Guerra que julgou Calabar condenou-o à morte.

A 22 de julho de 1635, foi Calabar "tirado do Oratório e deu-se-lhe morte de garrote, deixando-lhe o corpo esquartejado na povoacão, e apressando-se a abandoná-lo aos holandeses, que já vinham chegando".

Morto Calabar, mandou Matias de Albuquerque carregar em carros as peças de artilharia tomadas aos holandeses e escondê-las em um rio, com segrêdo, as armas e víveres apreendidos, e logo deu ordem de marcha a tôda a sua coluna, rumando para Alagoa do Norte, levando os prisioneiros.

Van Schkoppe que vinha com reforços, ainda viu com horror e indignação, três dias depois, o corpo de Calabar nas estacas, e o corpo de Manuel de Crasto, que também havia sido condenado à morte por traição, enforcado em um cajueiro, e deu ordem para que todos os moradores fôssem passados à espada, sem distinção de sexo nem idade. Salvou-os Frei Manoel do Salvador.

Chegando com atrazo para impedir a queda de Pôrto Calvo e o justiçamento de Calabar, que era seu amigo e compadre, Van Schkoppe trouxera consigo Lichthardt e Artichofsky e muita fôrça; tratou de recompôr a posição holandesa ali, e se mostrou profundo aborrecimento pela morte de Calabar, exultava no íntimo com a retirada de Matias de Albuquerque, que enfim deixava os holandeses livres para gozarem sua conquista, e gastar o dinheiro exigido aos moradores de Pôrto Calvo para sua liberdade. Logo após à queda do Arraial e a retirada para a Bahia, dos insurretos, lançaram-se os holandeses numa verdadeira corrida para a obtenção de engenhos de açúcar, na ânsia de fazerem fortunas rápidas, deixando patente a intenção de adotarem uma política colonial, mas, os engenhos continuaram a depender dos portuguêses e brasileiros "in totum".

E não foi por outra coisa que em 1646, Nassau relatava à Companhia que "a conquista do Brasil sem os portuguêses só trará poucas vantagens à companhia".

Cara lhes custará a conquista, daí as grandes festas com que a celebraram, entre regosijo geral. Exgotara-se de todo a capacidade defensiva dos moradores dessas capitanias, e muito mais do que era lícito esperar êles haviam feito. Bateram-se como leões, passaram fome e sêde, sujeitaram-se a tôdas as agruras da guerra selvagem da terra brasileira; nos ataques, foram destros e ágeis, fazendo gala de um destemor e uma coragem sem par; na defesa dos fortes, suportaram tempestades de ferro e fogo, suprindo as necessidades com iniciativas inéditas, merecendo sempre, quando no último limite vinha a rendição, as honras de sair portando suas armas, com suas bandeiras desfraldadas, tambores rufando e morrões acêsos. Bem mereceram da Pátria.

Da Espanha e Portugal, tão mesquinhos foram os socorros, que nem se os pode levar em conta. Nem a lição da reconquista da Bahia serviu aos amos de ensinamento. Limitavam-se os amos, a confiar nos filhos da terra, capazes por si sós de expulsarem os holandeses, mas, esqueceram-se que necessário, imprescindível, era dar-lhes armas e munições com que lutar, víveres com que se manterem. Nem as primeiras vitórias de Calabar tiveram o dom de despertar a Espanha do seu marasmo. Depois, quando sucessivamente começaram a chegar as notícias das diversas conquistas holandesas, estendendo-se pouco a pouco, tornando Recife uma poderosa posição fortificada, a maior e melhor da América, criando ali arsenais de guerra e navais completos, tão bem dotados, que já não era mais necessário virem da Holanda as esquadras que os sustinham no Brasil, demonstrando as intenções de criarem um Estado poderoso, capaz de dominar a rota dos galeões de prata, de conquistar o interior do país, e, por fim, constituir-se em um poderoso Império, só então, ante o clamor de Portugal, a Espanha sai de sua indiferença, do seu total descaso, para tomar providências.

Quando a Espanha viu cair Pôrto Calvo, depois o Arraial e por fim Nazaré, quando viu os remanescentes dos

bravos de tantos anos de luta terem de retirar-se para o sul, exaustos, esfaimados, sem armas, sem munições, sem mais meios de lutar, foi só então que a Espanha mediu em tôda a profundidade o perigoso êrro que cometera; mas, era tarde. O aspecto de excepcional gravidade das conseqüências dessa incúria, que repercutia em tôda a Europa, avultou ainda mais, com a ameaça de, por terra, buscarem os holandeses os caminhos de Potosi. O ministro Olivares, da Espanha, que não ia acusar-se de incúria e descúido, buscou um bode expiatório; acusa então, Matias de Albuquerque, de ser o único responsável pelas derrotas do Brasil. E Matias de Albuquerque foi destituído do comando.

O rei de Espanha, exige que seja organizada uma forte expedição, para expulsar os holandeses do Brasil. O nome de D. Fadrique de Toledo, é, de novo, apontado para organizá-la; êle declara que só aceitará o cargo se lhe derem "12.000 homens e trem bélico de terra e mar, correspondente".

O ministro Olivares manda encarcerá-lo, e é no cárcere que êle morre algum tempo depois. Convida Olivares para chefiar a expedição, o general português D. Felipe da Silva, que se excusou por desconhecer a guerra da América; como não houvesse interêsse em designar mesmo um português para essa missão, nada sofreu êle. E' feito, então, o convite, a D. Antônio d'Ávila e Toledo, Marques de Velada, grande de Espanha, um fidalgo da côrte que entendia de tudo menos de guerras.

Continuavam os preparativos para a grande expedição, mas, desde logo, sob o comando de D. Luís de Rojas y Borja, duque de Lerma, sai um pequeno refôrço para o Brasil, com o título de vanguarda da expedição. D. Luis de Rojas y Borja vinha nomeado para substituir Matias de Albuquerque no comando.

Trazia êle 1.700 homens (800 espanhóis, 700 portuguêses e 200 napolitanos), distribuídos nas duas divisões da esquadra, uma, espanhola, sob o comando de D. Lopo

de Hozes y Córdoba, e outra, portuguêsa, sob o comando de D. Rodrigo Lobo. Iludia-se, porém, quem pensasse que êsse socôrro era realmente para o Brasil. Nada disso. A esquadra de 30 velas, deixaria aqui no Brasil os 1.700 homens e o novo governador geral D. Pedro da Silva, e, apanhando o ex-governador D. Diogo Luís de Oliveira, seguiria para as Índias Ocidentais, para executar uma missão de exclusivo interêsse da Espanha.

Repetia-se a farça de costume.

Enquanto Matias de Albuquerque percorria a "via crucis" até Alagoa do Norte, ponto excelente, porque equidistante dos três portos de Jaraguá, Conceição (Maceió de hoje) e Franceses, Van Schkoppe que se demorara em Pôrto Calvo doze dias, deixando ali 200 homens de guarnição, seguiu em perseguição de Matias de Albuquerque, para ocupar os caminhos para Alagoa, pela praia e pelo sertão; em Paripuera, que ficava entre o rio Santo Antônio Grande e Alagoa do Norte. Van Schkoppe "fabrica uma bizarra fortaleza de terra e fachina" a qual guarneceu com 600 homens e boa artilharia, que entregou ao comando do mestre de campo Artichofsky; daí foi ao passo do rio Camaragibe, onde fêz outro reduto, que guarneceu com 120 homens, dando o comando do mesmo a Jacob Stackouwer. Daí voltou Van Schkoppe a Recife, para refazer-se de gente e meios, para ir atacar Alagoa do Norte.

A esquadra de Rojas y Borja ao chegar a costa do Brasil, foi informada que só estavam em Recife de guarnição 200 homens, pois, todos os chefes holandeses, com fôrças andavam em expedição para a banda do sul; podia ter atacado e tomado Recife com facilidade, mas, prêso ao Regulamento que trazia, que prescrevia as menores coisas a fazer, e não considerava essa oportunidade, não ousou transgredí-lo. Tão grave era a situação dos holandeses em Recife, quando apareceu de surprêsa a esquadra de Rojas y Borja, que se deram por perdidos. Mas, logo criaram alma nova vendo-a velejar para o sul, sem um tiro sequer.

No Cabo de S. Agostinho, o capitão Soares Moreno vai, numa jangada a bordo da esquadra, pedir a Rojas y Borja que coopere no plano de ataque já previsto, mas, êste, alegando o Regulamento, nada quiz fazer; a 28 de novembro de 1635, aporta a esquadra de Rojas y Borja em Jaraguá (Alagoas), onde desembarca os reforços e artilharia que trazia; partiu daí a esquadra para a Bahia a 7 de dezembro, levando Matias de Albuquerque, que fôra chamado pelo Rei à Côrte, pois, Rojas y Borja fôra nomeado mestre de Campo General, e assumira o comando.

A chegada dêsses reforços a Alagoa do Norte, veiu trazer novo ânimo aos defensores da terra que para ali tinham se retirado, tão fartos de promessas vãs; era fraco o refôrço, mas, muito era possível fazer com êle. Descançados, alimentados, já refeitos, estavam todos prontos a de novo lutar com os holandeses.

Batalha da Mata Redonda

Tendo Rojas y Borja assumido o comando, mostrou logo, que era o homem menos apto para tal cargo. Presunçoso em extremo, orgulhoso como um duque espanhol que era e desconhecendo os métodos de guerra do Brasil, desdenhando os holandeses e prometendo vencê-los fàcilmente, desfazendo do valor dos chefes que haviam lutado tantos anos no Brasil e inculpando-os de incapacidade, criou logo uma odiosidade enorme contra si.

No Conselho de oficiais que reuniu, fêz prevalecer seu ponto de vista de marchar logo para a frente, mesmo sem conhecer a região, nem a situação do ponto que queria atacar: Pôrto Calvo. Sebastião do Souto é lançado por êle como vanguarda, e é portador de cartas de pessoas gradas aos moradores da região; deixando Bagnuolo com 700 homens em Alagoa do Norte, a 6 de janeiro de 1636 avança êle com 1.500 homens, e Camarão e seus índios,

Os holandeses, desde que viram passar a esquadra para o sul, concluiram que ela havia trazido e desembarcado reforços, e que, portanto, deviam esperar dali um provável ataque. Naturalmente Van Schkoppe pensa que êsse ataque seja dirigido a Pôrto Calvo; desloca-se para ali e toma medidas drásticas. Ordena que, dentro de 10 dias todos os moradores se mudem para Serinhaem sob pena de morte.

Frei Manuel do Salvador, que quando Van Schkoppe, querendo vingar a morte de Calabar, servira de intercessor, salvando o povo de Pôrto Calvo que ali ficara, nessa nova emergência é, de novo, instado pelo povo para interceder junto a Van Schkoppe a fim de tornar sem efeito aquela drástica ordem, porém, Frei Manuel do Salvador, preveniu-os que o refôrço do reino estava por chegar e que era melhor fugirem para o mato, e os que quizessem procurassem-no, pois, ia organizar emboscadas para lutar contra os holandeses. Assim reuniu êle quase 100 homens, que à noite faziam emboscadas aos holandeses.

A simples notícia da chegada de reforços para os filhos da terra, foi o bastante para agitar tôda a população sujeita aos holandeses e que por êles era explorada.

O povo da Várzea, já não mais levava a Recife gado e farinha em pagamento do tributo exigido; onde havia pouco, e antes tinham respostas humildes e servis, os holandeses encontravam agora respostas altivas e decididas, negativas terminantes. Não poucos holandeses foram mortos nas casas onde iam buscar tributos, ou nas estradas, de tocáia. Os holandeses reagiam, interceptando as cartas dos moradores, prendendo os padres e os escravos, que presumiam os holandeses, estavam agindo como intermediários.

Severos castigos eram anunciados, mas, de nada valiam tais providências. Artichofsky chegou a propôr ao Conselho de Recife, arrazar a terra entre Paripuera e Pôrto Calvo, o que não foi aceito. Nada demovia os filhos da terra na sua poderosa hostilidade.

À ordem de mudança de Serinhaem, o povo mata os seus doentes antes de sair, para não deixá-los nas mãos dos holandeses. Êsse o ambiente da capitania.

Frei Manuel do Salvador, começa a mandar prisioneiros para Rojas y Borja, feitos na guarnição de Pôrto Calvo, por isso, Sebastião do Souto, com êle entrou em contacto, podendo, então informar a Rojas y Borja que Van Schkoppe estava em Pôrto Calvo com reforços; Rojas y Borja manda o capitão Francisco Rebelo, com duas companhias, em marchas forçadas, ir reforçar a Sebastião do Souto.

Van Schkoppe estava se preparando para marchar contra Rojas y Borja, quando recebe a notícia que seu secretário fôra feito prisioneiro; ao querer revidar o golpe, com 400 homens, topa com a tropa do capitão Rebelo emboscada, que o assusta, por pensar haver ali uma emboscada de fortes fôrças e retira-se por Barra Grande, de onde seguiu para Serinhaem, sem esperar o socôrro pedido a Artichofsky, deixando com a pressa, "quantidade de pólvora, bala, corda, chumbo e mantimentos".

Pôrto Calvo foi então ocupado pelas fôrças do capitão Rebelo; no dia seguinte aí chegava também, Rojas y Borja com o grosso da coluna.

Artichofsky sabendo da passagem de Rojas y Borja rumo a Pôrto Calvo, e não desconhecendo que Van Schkoppe ali estava com pouca fôrça, em grande apêrto ou cercado, reuniu tôda a fôrça disponível e saiu de Paripuera em seguimento a D. Rojas y Borja. Êste, estava ansioso por mostrar o seu valor e competência, dando um exemplar castigo aos holandeses, que julgava soldados inferiores; não sabendo o caminho por onde Artichofsky podia vir, espalhou espias por todos os lados, "e nunca sua gente descansou até que soube de certo o por onde o inimigo vinha marchando".

Êste caminho era o de Camaragibe a Mata Redonda; Artichofsky mandara queimar os três engenhos e tôdas as casas de Camaragibe. Rojas y Borja deixa 350 homens

na guarnição de Pôrto Calvo, sob o comando do tenente general Manoel Dias de Andrade, e com os outros 1.300 marcha ao encontro de Artichofsky, que dispunha de 1.500 homens.

Ao cair da noite de 17 de janeiro de 1636, encontram-se as guardas avançadas, tendo a de Rojas y Borja caido numa emboscada, mas, tomados de furor por isso, revidam com tal ímpeto, que matam 50 holandeses e apossam-se das armas e mochilas de outros tantos mais. Durante a noite as fôrças tomaram posição, e Rojas y Borja atendendo ao Conselho dos da terra, dá ordem para juntar-se-lhe a fôrça que deixara em Pôrto Calvo. No flanco direito estava Camarão, e o capitão Rebelo no flanco esquerdo; iam êles ser os fatôres mais importantes dessa batalha.

Na manhã do dia seguinte, 18 de janeiro de 1636, D. Rojas y Borja manda o capitão Rebelo provocar a luta fixando a posição do inimigo; Camarão ajuda-o, mas, o inimigo não arreda pé do lugar. Então, Rojas y Borja manda atacar em tôda a linha, resistindo os holandeses com valor; houve um momento de hesitação no avanço, mas Rojas y Borja salta do cavalo, mete-se pelo meio da tropa, incita-a com palavras enérgicas e com o exemplo; o inimigo começa a ceder e os nossos a carregar mais fortemente, quando D. Luís de Rojas y Borja é varado por um tiro pelas costas, não se sabe se casual ou proposital, e morre.

Espalhando-se a notícia, sobrevêm o pânico, a desordem e a fuga do grosso, não sendo maior o desastre porque Camarão e o capitão Rebelo cobriram a retirada do grosso. As perdas das tropas de Rojas y Borja andaram por uma centena, e 10 prisioneiros, entre êles, o comandante do Têrço Napolitano, Hector della Calce. As perdas dos holandeses andaram em 200 mortos e 400 feridos. As tropas holandesas, ficaram muito surprêsas vendo cessar de repente a pressão e começar o adversário a retirar, sem verem uma causa justificável; não se moveram do lugar do combate; à noite, Artichofsky, que sentira bem que ape-

nas evitara sua derrota, marcha imediatamente pelo mesmo caminho para Paripuera.

As tropas nativas recolheram-se a Pôrto Calvo no dia seguinte, onde o tenente general Manuel Dias de Andrade, que marchava para Mata Redonda e sabendo o que se passara, retornara a Pôrto Calvo, assumira o comando geral e pôs ordem nas tropas, instalando-as de modo a fazer uma eficiente defesa de Pôrto Calvo.

Dois dias depois da batalha, por ordem de Manuel Dias de Andrade, foram o Pe. Frei Manuel do Salvador e Henrique Teles de Melo buscar o corpo de Luís de Rojas y Borja para dar-lhe sepultura, o que foi feito junto à casa dêsse Padre; examinando o corpo do morto, encontraram uma bôlsa prêsa sob o braço esquerdo, na qual estavam as ordens do rei (Vias de Sucessão), que indicavam sucessor no comando a D. Juan Ortiz, que ficara doente com Bagnuolo e morrera no mesmo dia que D. Luís de Rojas y Borja; o segundo sucessor era o Conde de Bagnuolo. Sua designação foi muito mal recebida pelas tropas e moradores, não sendo poucos os que insistiram para que Manuel Dias de Andrade tomasse a direção da guerra; Duarte Coelho, foi quem, com habilidade, levou todos a obedecerem às ordens. Manuel Dias de Andrade logo mandou um portador levar à ordem do rei a Bagnuolo, com seu insistente pedido para que viesse com tôda a tropa às suas ordens em Alagoa, para Pôrto Calvo, com urgência.

Bagnuolo iniciou seu comando tendo que resolver um caso difícil; seu filho Marco Antônio, e alguns capitães espanhóis, desobedecendo as ordens do tenente general, em vez de recolherem-se a Pôrto Calvo fugiram para Alagoa; Bagnuolo mandou prendê-los, pô-los a ferros e remetê-los prêsos para a Espanha. Dias depois a ordem era relaxada. Não podia êle ter deixado de ficar despeitado pela preferência das tropas e moradores por Manuel Dias de Andrade, daí ter postergado o mais possível sua ida para Pôrto Calvo, o que só fêz quatro meses depois, a 19 de março de 1636.

As designações que vinham da Europa, eram em regra geral más, porém, essa de Bagnuolo era de uma inconsciência gritante. E logo ficou isso comprovado. Sendo todos os chefes acordes em transformar-se Pôrto Calvo em um outro arraial do Bom Jesus, foi logo decidido construir-se no outeiro onde estava a matriz da vila um forte; todos, sem exceção, cooperando nas obras, em três meses ficou pronta, e muito bem artilhada, "com o que ficou a melhor fortaleza que havia em Pernambuco". Outra providência necessária era a guarda da linha do rio Manguaba, para a qual Bagnuolo destacou Manuel Dias de Andrade com 300 homens, que nos passos colocou companhias de emboscadas que vasculhavam o terreno em frente contìnuamente.

Foi graças a essas providências, que Manuel Dias de Andrade pôde ser cientificado da vinda de Van Schkoppe e Artichofsky com grandes fôrças, para atacar aquêle pôsto avançado da reconquista; quando êle viu que os holandeses vinham com 2.000 homens e algumas centenas de índios atacar S. Lourenço da Una, pediu socôrro a Bagnuolo. Na sua mesquinhez moral, Bagnuolo, que Fr. Rafael de Jesus diz parecer "que não dera a natureza a êsse homem, nem sentimento para a injúria, nem estímulos para a honra", querendo sacrificar aquêle que o povo e as tropas preferiam, manda-lhe 18 arcabuzeiros! Os holandeses aproximam-se e atacam com energia, mas Manuel Dias de Andrade defende-se com ferocidade, matando centenas dos atacantes; os atacantes hesitam e recuam, para preparar novo ataque. Manuel Dias de Andrade, que compreendeu porque não vinham os socorros, lança mão de um ardil inteligente para enganar os holandeses; convocou todos os moradores da região atrás de suas posições, homens, mulheres e crianças, escravos, cavalos, bois e carros, os pôs em forma como se fôra tropa, com varapaus aos ombros, e puxados por tambores que rufavam entusiàsticamente, os fêz desfilar por uma clareira que podia ser vista pelo inimigo, diversas vêzes, para dar a impressão da chegada

de refôrço de uma forte tropa que vinha em seu socôrro.

Os holandeses caíram no ardil, retirando-se para beira mar e daí para Recife.

Pôrto Calvo, com uma guarnição de 2.000 homens, passa a ser o novo centro da resistência; os mais hábeis capitães ali reunidos, são unânimes em concordar que o único meio de lutar com vantagem contra os holandeses é fazendo-lhes guerrilhas, como no tempo do Arraial do Bom Jesus. De novo são criadas companhias de emboscadas e bandeiras de assalto, tendo por capitães Felipe Camarão, Henrique Dias, Francisco Rebelo, Estevam de Távora, Sebastião do Souto, Vidal de Negreiros, Paulo de Parada e outros.

Em abril de 1636 começam essas atividades guerrilheiras, pela companhia de emboscadas do capitão Francisco Rebelo, que com trezentos homens, fêz um percurso, que começa com o ataque ao Cabo de S. Agostinho, passando por Muribéca, S. Amaro, indo até S. Lourenço, onde se fortificou; em todos êsses lugares matou e aprisionou holandeses, destruiu suas propriedades, queimou os proveitos dos saques de açúcar, algodão e pau brasil, e espalhou o temor pelos guerrilheiros. Sabendo os holandeses dessas atividades, enviam de Recife forte tropa para reprimí-las, sob o comando do conselheiro Jacob Stackouver, que seguindo o rasto da marcha do capitão Rebelo, praticando as maiores atrocidades contra os moradores locais, em represália à ação dos guerrilheiros, vai esbarrar com êle entrincheirado em S. Lourenço.

Trava-se aí duro e longo combate, com perdas sensíveis para os holandeses; só quando o capitão Rebelo vê escassearem suas munições é que resolve retirar, recolhendo-se sem maiores danos a Pôrto Calvo.

Quando D. Luís de Rojas y Borja assumira o comando, e trouxera para o bravo Henrique Dias o título de "capitão mor dos pretos e crioulos", fôra, também, portador das graças concedidas ao "Tucháua" Antônio Felipe Camarão.

É Camarão que, com seus bravos potiguares, a seguir, em julho, pratica uma proeza incrível: atravessa a Várzea, totalmente ocupada pelos holandeses, de ponta a ponta, atacando estâncias e tropas inimigas, surpreendendo engenhos, aldeias e povoados, matando e destruindo, sem poder o inimigo contê-lo. Até lanchas, enviadas em socôrro de um pôsto que êle atacara, Camarão apresou, quando avançou até Goiana; como um anjo vingador, no seu caminho até lá, queimou todos os depósitos de açúcar, pau brasil e algodão, dos holandeses, que encontrou em seu caminho.

O coronel Artichofsky, que desde a primeira notícia do reaparecimento de Camarão, havia sido enviado contra êle, com fôrça considerável, 800 homens, perseguiu-o com tenacidade e ânsia de vencê-lo, mas, Camarão brincou com Artichofsky como um velho gato com um ratinho; despistava-o com falsas informações e rastos que levavam a fóssos com estrepes, armava emboscadas nos lugares menos esperados, deixava nos caminhos laços armados para caçar feras onde os holandeses caiam inocentemente, ou armadilhas que ocasionavam a queda de árvores adréde preparadas; incitava-os à luta e os fazia cair em banhados, e se os holandeses, fatigados de tantas marchas e contramarchas queriam descansar ou dormir, lá vinha o inesperado alarma de ataque; tantas e tais coisas fêz Camarão às tropas de Artichofsky, que elas e êle, no auge do desespêro só ansiavam por enfrentá-lo em combate.

Camarão, uma vez por outra dava êsse gôsto aos holandeses, aceitando um combate, durante o qual invariàvelmente havia uma surprêsa que dava a vitória a Camarão. E sempre que os holandeses com mil trabalhos passavam uma dificuldade, Camarão já havia atacado e destruído o objetivo que tinha em mira, e já estava a grande distância dos holandeses.

Quando Camarão, de Goiana, pelo sertão, rumou para Pôrto Calvo, multidões seguiam-no fascinadas, mas, a maioria não tinha capacidade física para resistir a esfôrço

tão grande, morrendo quase todos. Dos 1.600 voluntários do sertão, chegaram só 73.

Artichofsky, tendo perdido o rasto de Camarão, voltou para Apipucos, e ali, desesperado, "aquêle soldado velho mui experimentado na guerra, polaco de Nação", desabafou sua raiva dizendo que "só um índio brasileiro tivera poder para o fazer retirar, desonrando-o, e fazendo-lhe perder a reputação e o nome que tinha ganhado e conservado por tantos anos: Camarão!"

Estevam de Távora e outros, destruiram engenhos e roças dos holandeses em todo o distrito de Recife. Em fins de 1636, Henrique Dias e Francisco Rebelo flagelaram todo o sertão até à Paraíba, e com a maior ousadia voltam por Goiana, Ipojuca, Serinhaem, até atingir Pôrto Calvo. Não houve um só dêsses capitães de emboscadas, que, reeditando façanhas épicas de anos anteriores, não tivesse dado uma preciosa contribuição de hostilidade aos holandeses.

Poucos dias depois da excursão predatória do capitão Rebelo, mais precisamente a 2 de maio de 1636, Van Schkoppe e Artichofsky, com mil homens e centenas de índios tapúias, vão tomar represálias contra os moradores da terra que não se haviam oposto a essa incursão, mas, na verdade, cheios de ódio pelos ataques que sofriam, e que não podiam impedir; atacam as populações inermes, queimam as casas e as culturas, matam o gado e as criações, perseguem com desumanidade e requintes de perversidade os moradores da terra.

Incríveis foram os vandalismos e barbaridades perpetrados pelos holandeses; em Serinhaem, diz-nos Santiago, "frigiram os pés em azeite fervente, meteram entre as unhas e a carne agulhas ardendo em fogo e pelas partes secretas, agulhas que para aquêle efeito fizeram; e tiraram-lhes a pele com cruéis açoites e pingaram com alcatrão; mas, vendo que entre tantos tormentos não largavam as vidas, acabaram de lhas tirar, enforcando-os".

De Serinhaem, foram os holandeses para Ipojuca e

ao Cabo de S. Agostinho, "onde despedaçaram vivo o Padre Pantaleão Alves e mataram crianças e mulheres"; em Maratapagipe, puseram fogo à povoação e mataram todos os moradores, sem exceção. Em Muribéca, sepultaram semi-vivas diversas pessoas, que fizeram abrir as próprias sepulturas; em Grujaú, entregaram todos os que encontraram aos índios tapúias, que os abriam vivos pelas costas com machadinhas que os holandeses lhes deram, e arrancando as crianças das mãos de suas mães espetavam-nas em paus. No engenho dos religiosos de S. Bento, "arrancaram vivos as línguas de 7 homens, que apresentaram ao seu general".

Em S. Lourenço, arrancaram as unhas e os dentes a três meninos de 12, 15 e 16 anos, açoitaram-nos, pingaram alcatrão em suas feridas, desconjuntaram-nos, puseram-nos entre duas tábuas cheias de pregos, sôbre as quais passeavam os algozes, arrastaram-nos por uma corda prêsa ao pescoço, para só então dar-lhes morte arcabuzando-os.

Os holandeses sabem que tôda essa barbaridade, tôda essa selvageria, que esmaga os moradores, não os submete, antes provoca ódios ferozes e imperdoáveis, nem sequer impede as excursões predatórias das companhias de emboscadas dos guerrilheiros, que lhes trazem graves prejuízos, o desassosego e o mêdo como a do capitão Rebelo, em dezembro de 1636; essas desumanidades selvagens, provocam revides maiores, mais prejudiciais, como aquela excursão de Camarão, ou a de Henrique Dias. Não acham meios de solucionar a situação. Resolvem, então, apelar para a Holanda.

O Conselho dos Dezenove, vendo as possibilidades que a nova conquista já apresenta, de comportar um govêrno que tenha a capacidade de dominar e apaziguar os habitantes, ultimar a conquista e tirar dela os maiores proventos possíveis, resolve enviar para Pernambuco, como governador, um nobre de valor e inteligência: João Maurício, Conde de Nassau.

X

ESPLENDOR DO DOMÍNIO HOLANDÊS

Maurício de Nassau e o plano político — Tomada do Pôrto Calvo e Bagnuolo — Conquista do Ceará — O ataque de Nassau à Bahia — A esquadra do Conde da Tôrre — A proeza épica de Luís Barbalho.

Ao fim de sete anos de duras lutas, os habitantes da capitania de Pernambuco estavam em situação desoladora; as casas destruídas, as culturas queimadas, os escravos combatendo de um ou outro lado, os membros das famílias dispersos pelos sertões, mortos ou inutilizados pelos tormentos aplicados pelos holandeses para arrancar-lhes dinheiro ou bens; economias, já não mais existem; a moral decaiu ao mais baixo ponto; a própria vida é mais que precária ante os assaltos dos bandidos que vivem à sôlta pelo interior e as perseguições sistemáticas das autoridades holandesas, que querem enriquecer a qualquer custo. A angústia pela paz é imensa.

Do lado dos conquistadores, não era muito diferente o panorama da situação; cansados dessa guerra desesperada, cheia de surprêsas mortíferas, emboscadas e fojos com estrepes, aspiram os holandeses gozar em paz os frutos de suas rapinas, saborear em sossego o produto dos corsos, contar e recontar o dinheiro extorquido aos moradores indefêsos, e acrescentar seus proventos, refazendo

a terra que êles haviam devastado para conquistá-la, com o trabalho honesto, quotidiano, dos moradores da capitania.

Mas, a devastação da terra, como conseqüência imediata apresentava o espectro da fome, pela carência de víveres, que causava em Recife uma carestia excessiva; "daquelas férteis campinas, passam-se semanas sem vir coisa alguma. A pilhagem dos sítios mais remotos e escondidos, mal chega para saciar a fome da soldadesca faminta".

A situação dos vencedores, em Recife, é, sem dúvida, pior que a dos vencidos. Por isso, os holandeses mais esclarecidos, de Recife, apelam para a Holanda, expondo as condições da conquista, pedindo, não só à Companhia das Índias Ocidentais, como ao próprio govêrno da Holanda, que acabem com aquela vexante situação, e encarem com sabedoria e prudência a organização da conquista em novos moldes, dando-lhes a característica de um verdadeiro pedaço da pátria holandesa no Brasil.

As notícias da situação da conquista e o apêlo da gente holandesa que nela se achava, encontraram na Holanda um clima de particular receptividade, porque aos olhos do povo holandês a conquista já adquirira fôros de causa nacional, na qual estava empenhada a honra da própria Holanda. Aquela conquista, fruto de tão vis sentimentos de rapina e corso, avultou imprevistamente, ousando sonhar já com uma personalidade independente, talvez, contagiada pelos sentimentos dos filhos da terra; e, por singular coincidência, êsses sentimentos da gente da conquista, sintonizavam e tinham ressonâncias particulares na alma holandesa.

Daí, a ficar resolvido que a conquista não mais poderia ser administrada e comandada por um simples preposto da Companhia, foi um curto passo; assentou-se, então, que seria indicado para dirigir a conquista alguém altamente colocado, capaz de realizar com fidelidade aquele alto pensamento político.

Evidentemente, o govêrno holandês não iria buscar entre os diretores da Companhia das Índias Ocidentais o novo chefe, porque, nos quatorze anos que decorreram entre 1623 e 1636, êles haviam acumulado um prejuízo de 18 milhões de florins, que os levou a recorrer, de novo, aos acionistas, sem terem capacidade para impedir a contínua baixa de suas ações, com o que evidenciavam sua incapacidade para o novo cargo; por outro lado, pensava o govêrno holandês entregar nas mãos do novo chefe uma parcela de autoridade, quase de soberania total, necessária a quem tinha tão grande pensamento político a realizar.

As atividades da Espanha, demonstrando querer recuperar o perdido, forçaram a decisão com rapidez; o indicado, para serem guardadas as aparências, seria nomeado pela Companhia. E', então, que Joan Maurício, Conde de Nassau — Siegen é concitado a assinar um contrato com a Companhia das Índias Ocidentais, para vir administrar a nova conquista como "Governador, Capitão e Almirante General das Terras Conquistadas ou a conquistar no Brasil". E' óbvio que Joan Maurício não receberia tais títulos, que implicavam em conquistas futuras, com direitos de soberano quase absoluto, se não tivesse sido indicado, ou pelo menos se não tivesse o "placet" do Govêrno da Holanda; outra prova bem evidente, era vir Joan Maurício assessorado por um Conselho Secreto, constituído por Van Ceulen, Van der Dussen e Gysselingh, por ser o chefe supremo de tôdas as fôrças de terra e mar holandesas no Brasil.

O Conde de Nassau, quando lhe foi exposto o alto plano político que sua indicação encerrava, ficou convencido de que essa era a sua grande oportunidade, e que o papel a desempenhar no Brasil era de relêvo excepcional; como era um nobre culto, pois cursara as Universidades de Berborn, Basiléia e Genebra, procurou cercar-se dos melhores homens de ciências, letras e artes, para auxiliarem-no na gigantesca obra de criar no Brasil um novo, culto e florescente império colonial holandês.

A seu pedido, a nomeação do Conde de Nassau fôra feita por 5 anos, e, sem prejuízo do seu sôldo de coronel venceria 1.500 florins mensais, receberia uma ajuda de custo de 6.000 florins, e teria uma gratificação anual de 2% dos lucros da Companhia, que êle saberia aumentar sensìvelmente; além disso, seria custeada pela Companhia as despesas de suas casas civil e militar, sua guarda pessoal, seu médico, seu secretário, seus criados e serventes, bem como pagas tôdas as despesas de alimentação.

Sua nomeação foi pública a 23 de agôsto de 1636, ao mesmo tempo que a do seu Conselho Secreto. Desde logo os preparativos para essa missão foram encetados com todo o entusiasmo e urgência, uma vez que todos os componentes da expedição ansiavam por dar início a tão patriótica e proveitosa incumbência.

A Companhia das Índias Ocidentais, estava organizando uma frota de 32 navios, para vir com o Conde de Nassau para o Brasil, trazendo consideráveis fôrças para realizar o plano político holandês, e dar um aparato excepcional à sua chegada a Recife; por medida de economia, pouco depois, eram as fôrças fixadas em número muito inferior e a esquadra reduzida a 12 naus.

João Maurício, cheio de vida e entusiasmo dos seus 32 anos, ardia em desejos de partir quanto antes; estando aprestadas 4 naus, sem olhar as condições do tempo, a 25 de outubro de 1636 manda levantar âncoras para seguir para o Brasil. Desde a saída, fortes temporais acossam sua flotilha, que é forçada a arribar a Plymouth, onde teve que ficar cinco semanas refazendo-se.

Só a 6 de dezembro de 1636, pode êle, enfim, velejar de Plymouth; depois de fazer escala na ilha de Maio, cruza o Atlântico, indo chegar a Recife a 23 de janeiro de 1637. Os historiadores de Nassau são acordes em frisar, que tôdas as circunstâncias favoráveis se conjugaram para dar ao Conde a melhor e mais bela impressão da terra que vinha governar, com tão excepcionais prerrogativas,

Chegando a Recife, foi recebido com grandes festas e manifestações de alegria e respeito, pelos seus subordinados; logo informado da situação da colônia, inteligente e perspicaz, compreendeu que lhe era inicialmente indispensável afastar o perigo que representavam as fôrças remanescentes dos filhos da terra, plantadas no flanco sul, em Pôrto Calvo, para poder dedicar-se inteiramente à administração da colônia; depois, uma grande vitória, que êle estava certo de alcançar, dar-lhe-ia um renome e um prestígio maiores ainda, que redundariam em facilitar-lhe sobremaneira a obra que tinha de realizar, além de agrandar o território sob o domínio holandês.

Assim, antes de mais nada, resolveu reunir tôdas as suas fôrças e seguir para o sul, a fim de atacar Pôrto Calvo; sua esquadra, forte de 24 naus, seguiu levando a coluna do coronel Artichofsky, de 1.000 soldados holandeses e uns 500 índios; depois de ter reforçado todos os fortes da zona sul e lançado 600 homens de guerrilhas pela várzea, faz seguir por terra a coluna do coronel Van Schkoppe, com o resto das fôrças, inclusive um regimento de cavalaria. No total, Maurício de Nassau dispunha de mais de 4.400 homens, efetivo que êle também atribuia às fôrças de Pôrto Calvo, cálculo bem exagerado, sem dúvida, pois, os defensores de Pôrto Calvo, não chegavam a metade dêsse efetivo.

Bem pouco antes, os defensores de Pôrto Calvo achavam-se em situação bem precária para abastecer-se, porque o governador geral não podia remeter-lhes víveres da Bahia, uma vez que os negros fugidos do Quilombo de Itapicurú, atacavam e saqueavam qualquer comboio que ousasse passar algumas léguas próximo àquele ponto.

D. Pedro da Silva, governador geral, desejoso de acabar com aquela incômoda situação, a 24 de maio de 1636 envia uma expedição punitiva contra aquele Quilômbo, sob o comando do capitão mor Belchior Brandão Dias; os escravos remanescentes, aprisionados, foram vendidos em leilão na Bahia, a 7 de fevereiro de 1637.

Quando Maurício de Nassau chegou a Pernambuco, estava limpo o caminho da Bahia a Pôrto Calvo, chegando os víveres com regularidade. Por isso, quando chegou a Pôrto Calvo a notícia que Maurício de Nassau estava se preparando para atacar as fôrças que ali se achavam, para expulsá-las definitivamente da capitania, ao invés de atemorizar-se com o temeroso inimigo, encheram-se de uma fria coragem e decisão.

A imprevidência da Espanha, designando nas Vias de Sucessão, como comandante dessas fôrças, não um homem da terra, mas, a nulidade covarde que era o Conde de Bagnuolo, selava com avanço, decisivamente, a sorte daqueles bravos que ali estavam, cheios de patriotismo, a defender a sua terra.

Já tivemos a oportunidade de mostrar o quanto o Conde de Bagnuolo era impopular e malquisto, não tendo fôrça moral para controlar suas próprias fôrças napolitanas e espanholas; incapaz, mostrava sempre indecisão em tôdas as circunstâncias. Em Pôrto Calvo, enquanto não havia perigo de um ataque, procurava manter-se sempre junto de Duarte de Albuquerque, para, à sombra do prestígio dêste, sentir-se menos hostilizado.

Quando chegou a notícia de que Maurício de Nassau vinha atacar Pôrto Calvo, o Conde de Bagnuolo imediatamente "mandou deitar um bando, que nenhum morador daquêle distrito fôsse ousado a se ausentar com mulheres ou filhos por a terra dentro, nem a retirar seu gado, com pena de traidores, e confisçação de seus bens".

Ora, o Conde de Bagnuolo não podia desconhecer o êrro dessa medida na Bahia, nem a reincidência do mesmo em Olinda e Recife. Portanto, se tomara tal decisão, contra o parecer dos outros chefes, é porque pensava deixar ao inimigo alguma coisa para saquear, a fim de dar-lhes tempo de fugir sossegadamente, sem perseguição alguma. E tanto isto é verdade, que Frei Calado nos conta que, o Conde de Bagnuolo, mandava à noite, sorrateiramente, soldados italianos, pouco a pouco, irem levando para Alagoa

tudo o que lhe pertencia, gado inclusive, o que foi presenciado pelo general Manuel Dias de Andrade e pelo autor do "Valeroso Lucideno".

Tanto tinha o Conde de Bagnuolo a intenção de fugir, que mandou "fazer um caminho secreto para o rio Manguaba, aonde mandou fazer uma ponte de pau para se retirar no tempo da necessidade".

Reunido o Conselho de Guerra, ao qual compareceram Duarte de Albuquerque Coelho, governador de Pernambuco, e seu donatário, os dois tenentes generais Manuel Dias de Andrade e Alonso Ximenes Almiron, os dois sargentos mores Martim Ferreira e Paulo Barnola (italiano), o governador geral dos Índios, Antônio Felipe Camarão, o governador dos negros e crioulos Henrique Dias, os capitães Assenso da Silva, Francisco Rebelo e João Lopes Barbalho, os capitães de cavaleiros João Pais Barreto e Rodrigo de Barros Pimentel, Martim Soares Moreno, e outros, o Conde de Bagnuolo pediu a opinião sôbre as providências a tomar contra o ataque dos holandeses. A opinião do tenente general Manuel Dias de Andrade, que o inimigo devia desembarcar na Barra Grande, e que nas cinco láguas que tinha a marchar, podia-se fazer emboscadas e trincheiras em muitos lugares, combatendo-o de modo a que não pudesse chegar à vista da vila de Pôrto Calvo, foi apoiada pela quase totalidade dos membros de Conselho; mas, com surprêsa geral, desconfiança e raiva de todos, Bagnuolo declara que a sua decisão é fazer a defesa na própria vila de Pôrto Calvo, e que organizara dois pontos de defesa, um comandado por êle próprio, e outro, a própria fortaleza, comandada pelo seu loco tenente Miguel Giberton.

E' claro que êle não queria arriscar ir para outro ponto, pois ali é que havia preparado o caminho da fuga. Não só não fêz distribuir elementos de vigilância para informar-se das fôrças que vinham, o caminho que seguiam, o que pretendiam, senão que fêz retirar do rio Una a

forte guarnição que ali se achava, contra a opinião de todos os chefes.

"Vendo os moradores da terra com os oficiais da câmara, e os mais capitães Portuguêses a pouca diligência que o Conde de Bagnuolo punha em preparar-se para resistir ao inimigo, e que tôda a noite tinha a sua gente italiana posta em ala ao redor de sua casa, repartida em três vigias, e que isto era sinal de querer fugir", quizeram prendê-lo entregando o comando a Manuel Dias de Andrade, que não aceitou para não ser infiel ao Rei.

Nessa criminosa inatividade ficou Bagnuolo, até que vieram dizer-lhe que o inimigo estava a uma légua da vila.

Artichofsky que desembarcara com sua coluna na Barra Grande, a 12 de fevereiro, marchou para juntar-se à coluna de Van Schkoppe que viera por terra; o encontro se fêz após Van Schkoppe ter passado o rio Una, a 17 de fevereiro, quando o Conde de Nassau assumiu o comando das fôrças, dando ordem de marcha rumo a Pôrto Calvo.

A notícia da proximidade da fôrça holandesa provocou o pânico e a debandada dos moradores, cada um levando o que podia; a fortaleza foi reforçada com três companhias (300 homens) e mantimentos para uns quatro meses. Logo que o inimigo foi avistado, Bagnuolo, premido pelos diversos comandantes de tropas, resolveu lançar contra os holandeses as companhias de Camarão, Henrique Dias, Francisco Rebelo, Luís Barbalho, Gosme Viana, Ascenso da Silva, Manoel de Sousa de Abreu, sob o comando geral do tenente general Alonso Ximenes Almiron; outras companhias foram postadas "na passagem do rio Comendaituba, por a qual se entra na povoação".

Imediatamente após, manda Bagnuolo incendiar a povoação, que ràpidamente ficou reduzida a cinzas, e fazendo-se acompanhar de Duarte Coelho de Albuquerque, e do tenente general Manuel Dias de Andrade, recolheu-se ao reduto do alto do morro, "que tinha feito não para pelejar, senão para fugir quando se visse apertado"; Manuel Dias de Andrade, insistia muito para ir combater, mas,

Bagnuolo, "assim por lhe impedir a glória que podia alcançar em algum bom sucesso que Deus lhe desse, e principalmente porque temeu que a soldadesca, e capitães o aclamassem por Capitão General", negava terminantemente a permissão.

Ao anoitecer do dia 18 de fevereiro, enfrentaram-se os dois exércitos; o Conde de Nassau, veterano de guerra, apreendeu num relance a situação, e determinou que os índios, pelo mato, contornassem a posição e ameaçassem o flanco direito das tropas fortificadas no rio Comandaituba. Quando Nassau viu que os defensores do rio estavam atarefados com os índios, lançou um regimento pelo flanco esquerdo; a luta durou pouco tempo, começando Almiron e suas tropas a combater em retirada sôbre o Comandaituba, lutando desesperadamente, protegidos pelas companhias de Camarão, Rebelo e Henrique Dias, que faziam prodígios de valor. Junto a Camarão, sua mulher, Clara Camarão, a cavalo, combatia como um veterano (*).

Comentando essa luta, diz o historiador imparcial; "nem foi o heroismo o que naquela conjuntura aconselhou a resistência, que na alma daqueles homens havia só indignação contra a covardia e perfidia com que se desonrava assim a grande causa. O que inspira aquêles heróis, e os leva à temeridade de resistir, é antes a vergonha, o pudor do ofício, e a tática de salvar algum crédito fazendo frente ao inimigo para só capitular com honra".

Foi tal a luta, que Nassau "notando a braveza de nossa gente contra seu grande poder", disse "que aquêle era o primeiro encontro que havia visto de tanto valor". E' que nas margens do Comandaituba o combate tomara proporções homéricas. Manuel Dias de Andrade, ao ver essa luta, desobedecendo Bagnuolo, monta a cavalo e arranca para ir tomar, também, parte na luta, batalhando aí com fereza e raiva; já então, os canhões dos fortes coope-

---

(*) Clara Camarão, índia da mesma tribo de Camarão, casara pouco antes; acompanhou, depois, Camarão em tôda a luta.

ravam no combate, atirando "com sacos de pregos e balas de mosquete", provocando tantas baixas no inimigo, "que êle foi forçado a tocar trombetas e caixas a retirar, e não passou o rio", ficando os defensores em suas posições, ao abrigo do forte.

Os capitães Manuel de Sousa de Abreu e Baltazar da Rocha Pita, haviam sido aprisionados; João Lopes Barbalho, ferido gravemente, escondeu-se no mato, salvando-se depois com grande sacrifício; Henrique Dias, ferido pela sexta vez, tem que cortar a mão esquerda esfacelada por um tiro. Antônio Coutinho foi morto, "depois de ter dado a morte a muitos holandeses".

Bagnuolo vendo aquela luta desesperada, sorrateiramente, com Duarte de Albuquerque e os soldados de sua guarda, retira-se pelo caminho que mandara fazer, abandonando seus comandados; em caminho, já noite, é visto por um grupo de mulheres fugitivas, "que lhe começaram a dizer muitas injúrias, chamando-lhe infame, covarde, traidor, aleivoso, fementido", passando êle de cabeça baixa.

As tropas que defendiam a passagem do rio Comandaituba, que "com ardente cuidado se dispunham para repetirem a batalha no dia seguinte", à noite, recebem ordem de retirada e de marcha para Alagoa protegendo os retirantes que seguiam o caminho da praia; essa retirada é feita, sem ser percebida pelos holandeses.

A revolta das tropas ao saber da fuga de Bagnuolo é imensa; Camarão, se não fôssem as instâncias de seus camaradas de armas, e principalmente de sua mulher, que tão bravamente se batera naquele dia, teria abandonado tudo e se retirado para sua aldeia com seus índios. No dia seguinte pela manhã, Nassau faz avançar suas fôrças, ocupando o reduto abandonado por Bagnuolo e sitiou a fortaleza.

Durante duas semanas a guarnição da fortaleza combateu enèrgicamente, sendo constantes as sortidas organizadas pelos seus defensores, que causaram grandes baixas entre os holandeses; Nassau viu logo, que sem uma

Ataque e tomada de Pôrto Calvo por Maurício de Nassau.

artilharia poderosa não conseguiria tomar o forte; pelo rio das Pedras, em chalupas, faz vir muitos canhões da esquadra, e monta um quadrado de baterias tão grande, que seria impossível a resistência por muito tempo. Pronto para o bombardeio decisivo, Maurício de Nassau envia ao comandante do forte uma carta, intimando-o a render-se.

Miguel Giberton, que não tinha a alma brasileira de um comandante do forte de S. Jorge, pediu 25 dias para comunicar-se com o seu comandante; Nassau dá-lhe 24 horas para responder. No dia seguinte, 3 de março de 1637, o forte capitula; Nassau concede aos defensores as honras de "sairem com suas armas e bandeiras, os soldados com suas mochilas e os oficiais com suas bagagens, e levando um canhão". Além da troca de prisioneiros, seriam dadas passagens a todos para as Índias Ocidentais.

Enormes foram os despojos colhidos no forte por Nassau, tão grandes, que apressou-se êle a escrever para a Holanda que havia tirado de Bagnuolo tôda a artilharia; tomaram os holandeses ali 30 canhões, 4 morteiros grandes, 372 granadas grandes, granadas de mão, 500 barris de pólvora, grande quantidade de mechas e outras munições; a guarnição que capitulara contava 8 capitães, 7 alferes, 300 soldados espanhóis e 110 soldados italianos.

Jamais um forte defendido por brasileiros havia se rendido com tais recursos e em tais condições. Rocha Pombo analisando-a diz: "Entregava-se tudo aquilo aos holandeses, como se houvesse realmente o propósito de auxiliá-los na liquidação daquela conquista".

Antes mesmo da fortaleza haver se rendido, já Maurício de Nassau havia lançado a coluna de Van Schkoppe em perseguição de Bagnuolo, mas, Van Schkoppe quando chegou ao rio S. Francisco, não mais o encontrou, achando-se Bagnuolo já em Serigipe d'El Rei.

Ao render-se a fortaleza, Nassau, deixando uma guarnição em Pôrto Calvo, embarca na Barra Grande com o resto de suas fôrças na esquadra, e fazendo-se de velas

para o sul vai aportar na barra do rio S. Francisco, onde manda construir um forte; sobe o rio até Penedo onde desembarca, e manda fazer aí, também, um grande forte, que batisou por Forte Maurício. Aí, determinou Nassau que tôdas as populações dos arredores, bem como várias tribus de índios, fôssem transferidas para a margem esquerda do rio S. Francisco, que êle fixava temporàriamente como nova fronteira sul dos domínios holandeses.

Subindo aquele rio mais 50 léguas, a fim de explorar a região, teve a oportunidade de contemplar inúmeros rebanhos bovinos, alguns de milhares de rezes, nas verdejantes campinas daquele vale; embelezado com a riqueza e fertilidade do vale do baixo S. Francisco, apressa-se êle a escrever ao seu parente, o Príncipe de Orange, "pedindo-lhe que instasse com a Companhia para que remetesse a êste delicioso país quantos colonos alemães pudesse achar".

Depois de quase dois meses de permanência no S. Francisco, Nassau deixa Van Schkoppe, com forte guarnição, comandando a fronteira sul, e incumbe o almirante Lichthardt de cruzar na costa da Bahia, impedindo qualquer ação das fôrças de Bagnuolo, cuja situação e vulto êle desconhecia, retirando-se depois, para Recife.

Enquanto Nassau fazia a excursão pelo S. Francisco, Bagnuolo, que só contava junto a si elementos desiludidos dêle, pertencentes às tropas em retirada que o alcançaram e os moradores das regiões por onde passara que o acompanharam, depois de atravessar o S. Francisco fôra localizar-se em Serigipe d'El Rei, mantendo vigilância até ao rio S. Francisco.

Ao chegar a Recife, Nassau teve logo um sério desentendimento com o coronel Artichofski, porque êste oficial o criticara por não ter feito Van Schkoppe perseguir Bagnuolo até destruí-lo por completo; Nassau defendeu-se, com a justificativa de desconhecer os elementos que o inimigo possuia, pois sabia que em meiados de dezembro de 1636 recebera o Governador Geral Pedro da Silva reforços da Europa, cujo efetivo não tinha conhecimento, e serem

poucas as fôrças de que dispunha. E para evitar mal maior, despachou o coronel para a Holanda.

Enquanto isso, Lichthardt atacava quantos navios mercantes encontrava, apresando-os, e, dando ampla liberdade aos instintos corsários, ataca, saqueia e incendeia Camamú, onde encontrou pequena resistência, e Ilhéus, onde foi surpreendido pelos moradores enfurecidos, que dizimaram sua tropa de desembarque, da qual poucos holandeses puderam reembarcar.

De fato, em meiados de dezembro de 1636, havia chegado à Bahia um refôrço de tropas, de apenas 250 homens, e um lote de oficiais repatriados, entre êles Heitor della Calche, que viera nomeado comandante do Têrço Italiano. Ao apresentar-se êste oficial a Bagnuolo para assumir o camando, Bagnuolo que pleiteara a nomeação de seu filho Marco Antônio de San Felice para êsse pôsto, sentiu-se diminuido, negando-se a dar posse ao oficial nomeado; por sua vez, o Governador Geral Pedro da Silva, indignado com a retirada de Bagnuolo sem lutar, fêz sentir que êle devia dar meia volta e ir enfrentar o inimigo, coisa que Bagnuolo de forma alguma ousava fazer.

Os capitães das companhias, já refeitos, tendo suas tropas outra vez organizadas, ansiavam por combater e faziam grande pressão sôbre Bagnuolo, que por fim concorda que as companhias de emboscadas iniciem de novo suas atividades; estas, puseram-se logo em marcha, não se contentando só em atacar os fortes do rio S. Francisco, senão que, internando-se por Pernambuco, assaltavam, saqueavam e incendiavam os postos ocupados pelos holandeses, até perto de Recife, pondo-os em verdadeiro pânico.

Nassau, em Recife, desde logo iniciou uma série de enérgicas medidas, procurando pôr um freio aos desmandos de tôda a classe, que ali abundavam, corrigindo os juízes, punindo os funcionários da administração, impondo justiça e moral, disciplinando as tropas e impedindo as tropelias e abusos dos oficiais, melhorando consideràvelmente a situação da cidade. Às mãos de Nassau chega

então, uma petição da Câmara de Olinda, organizada por portuguêses e brasileiros que haviam aceito o jugo holandês, pedindo permissão para reconstruir sua cidade.

A iniciativa surgira em julho de 1636, quando o Conselho de Recife, preocupado em fixar uma capital para o novo domínio holandês, pensou em reconstruir Olinda, que com Itamaracá, Recife e Antônio Vaz, eram apontadas para a nova capital. Consultas foram feitas à Holanda, que consentiu na reedificação de Olinda, mas, foi Nassau quem, por fim, deu a devida autorização. Antes mesmo dessa permissão, já os carmelitas haviam reconstruído sua igreja.

Essa concessão, como outras providências dadas por Nassau em Recife, porém, não davam ao domínio holandês a consolidação desejada. Nassau bem viu, que sem aplicar um duro golpe no govêrno geral da Bahia, que enviava víveres, armas, munições e reforços aos guerrilheiros, nada poderia fazer com segurança, tanto mais que, da Holanda chegavam notícias seguras de que era de esperar uma forte reação para breve, com socorros que estavam a chegar da Espanha e Portugal.

Assim, fêz todos os preparativos para atacar a Bahia, onde esperava colhêr novos louros e proveitos, pois, assim, aumentaria sensìvelmente o domínio holandês no Brasil, caminhando a passos largos para a realização do plano político que trouxera; a Companhia, a quem não interessava o plano político, mas, tão sòmente os proveitos imediatos e os grandes lucros, e que aos poucos ia retomando o poder, deu ordens a Nassau, que muito o contrariaram, de dispôr de grande parte dos meios disponíveis.

Cumprindo ordens, bem a contra gôsto, Nassau envia o Coronel Hoorn com 1.200 homens, em 9 navios, para ir atacar o forte de S. Jorge da Mina, na Guiné; Hoorn cumpriu a missão, fazendo, então, os holandeses, nesse ponto, o seu maior entrepôsto de escravos negros.

Enquanto Nassau espera da Holanda os prometidos reforços, a 14 de outubro de 1637, a pedido de emissários

indígenas, manda atacar o Ceará por um destacamento comandado por Joris Garstman, em 2 navios; ao passar pelo Rio Grande do Norte, Joris reforça seu destacamento com 50 homens da guarnição local e centenas de índios, indo depois desembarcar na baía de Mucuripe, onde o esperava o chefe índio Amanaí (Algodão) acompanhado de várias tribos amigas. Daí seguiram por terra para ir atacar o forte S. Sebastião, na Vila Velha, povoação que ainda mantém êsse nome e fica próximo à Fortaleza.

Êste forte estava defendido por 30 homens, em mísero estado físico, devido às constantes fomes que passavam, não só pela hostilidade dos índios, que os atacavam dia e noite, como por não virem socorros nem víveres, por mar, das outras capitanias, nem de Portugal. Quando foi iniciado o ataque, a 26 de outubro, mesmo assim, defenderam-se valentemente. Mas, por falta de sorte, morre o comandante, capitão Domingos da Veiga Cabral, substituindo-o o tenente Bartolomeu de Brito.

A defesa continuou enérgica, mas, superado pelo número, foi o forte tomado de assalto, os sobreviventes tendo sido aprisionados; os holandeses, deixando no forte 45 homens de guarnição, recolheram-se a Recife levando consigo os prisioneiros.

Já agora, sem mandar refôrço nenhum, insistiam da Holanda com Nassau para apressar a conquista da Bahia baseada na situação da Espanha, em grandes dificuldades; Nassau hesitava, mas, tendo sabido que o governador geral desentendera-se com Bagnuolo, e que êste era mal visto pelos moradores da Bahia, resolve, primeiro, afastar êste obstáculo; assim, dá ordem a Van Schkoppe que atravesse o S. Francisco e vá desalojar Bagnuolo de Serigipe d'El Rei, visando também, com isso, desafogar a capitania flagelada pelas companhias de emboscadas de Bagnuolo.

Em meiados de novembro de 1637, Van Schkoppe sai de Recife com a tropa que lhe fôra confiada, em 9 navios,

acompanhado do conselheiro Gysselingh, dirigindo-se para S. Cristóvão de Sergipe.

Bagnuolo, logo informado, imediatamente levanta acampamento, rumando para a Tôrre de Garcia d'Ávila, onde chegou a 24 de novembro. Diz Varnhagen, que Bagnuolo não seguiu para a Bahia "porque o governador geral Pedro da Silva não lhe consentiu".

Quando os holandeses chegaram a S. Cristóvão, a 20 de novembro de 1637, encontraram-na deserta.

Ante a ameaça holandesa, D. Pedro da Silva e Bagnuolo entram ém um entendimento; combinaram, então, um "modus vivendi sui generis" pelo qual Bagnuolo poderia ir instalar-se em Vila Velha, e cabendo a um e outro, alternadamente, cada 15 dias, a vigilância da costa; êsse acôrdo foi anulado por um bilhete encontrado no uniforme de um oficial holandês, morto em um combate com a companhia de emboscadas de Sebastião do Souto, pelo qual souberam que Maurício de Nassau, com 6.000 homens e poderosa esquadra, estava de partida para atacar a Bahia.

Isto acabou com todos os malentendidos, recolhendo-se Bagnuolo, suas fôrças e tôda a gente que o acompanhava à cidade do Salvador.

Enquanto a esquadra de Lichthardt cruzava o litoral, quase pondo em bloqueio a Bahia, para refazer-se de uma febre que apanhara em Sergipe (*), Nassau resolveu fazer uma viagem ao norte, a fim de conhecer a região e suas necessidades. Quando êle chegou ao Rio Grande do Norte, recebeu despachos de Recife, que o fizeram voltar imediatamente; as hostilidades crescentes dos moradores, os entendimentos de Bagnuolo com o governador geral e a possível chegada de grandes reforços para a Bahia, deixavam entrever a possibilidade de um ataque pelas fôrças conjuntas de Bagnuolo e da Bahia, com o objetivo de re-

---

(*) Moreno Brandão diz que, a febre de Nassau era impaludismo; Nassau foi tratado pelo médico português, Dr. Rodrigo Gonçalves.

conquistar Pernambuco; mas, a fraqueza da Espanha, apurada nos documentos apreendidos pelo capitão Schaaps em u'a nau Espanhola, justificavam um imediato ataque à Bahia.

Nassàu determinou a reunião imediata de tôdas as suas fôrças, que somavam, entre soldados, marinheiros e índios, 7.800 homens (Mirales e Southey), que seriam transportados em 40 navios; esperava Nassau dar um duro golpe na Espanha, quebrando-lhe de vez a possibilidade de resistir à ampliação do domínio holandês no Brasil. Na Bahia, Bagnuolo contava apenas com 2.500 homens, mas, a população estava mais animada e desassombrada dos ataques holandeses; com o crescimento do perigo, diminuira a odiosidade e o desprêzo por Bagnuolo, tendo mesmo o governador geral lhe dado o comando geral da defesa da cidade.

Nassau saiu de Recife com sua esquadra a 8 de abril de 1638 (*); tentou êle um desembarque na foz do Rio Vermelho, mas, tendo sido fortemente hostilizado, previu que uma marcha de aproximação por terra, seria muito difícil, reembarcando; apresentou-se na barra da baía de Todos os Santos a 15 de abril, mas, só a 16 de abril forçou a barra, e velejando fora do alcance das baterias dos fortes, foi fundear além de Itapagipe. À noite foi feito o desembarque das tropas, na praia da Água dos Meninos, entre as capelas de S. Braz e a da Escada, que ficava a meia légua da cidade; o tenente general Pedro Corrêa da Gama, lança suas fôrças para se lhes opôr, naquela direção, apoiando-se em dois redutos que ficavam onde foram construídos depois os fortes de S. Antônio e do Barbalho, obrigando os holandeses a baterem em retirada.

Verificando Nassau que a defesa ali estava forte, simula um ataque e desembarque no pôrto, feito pela esqua-

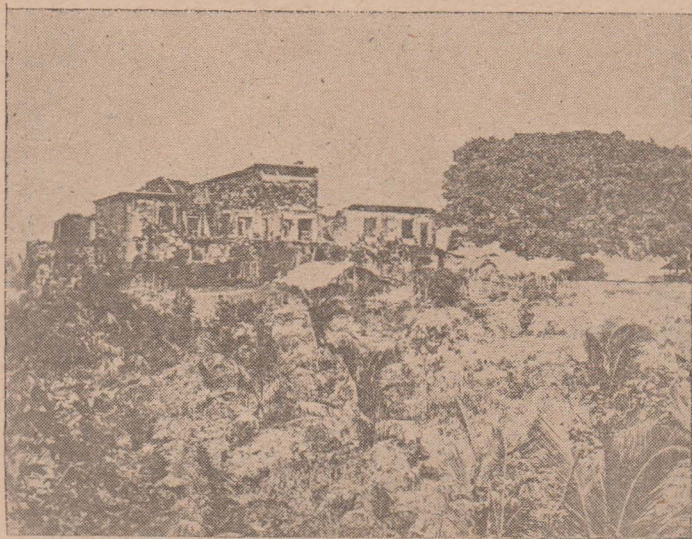
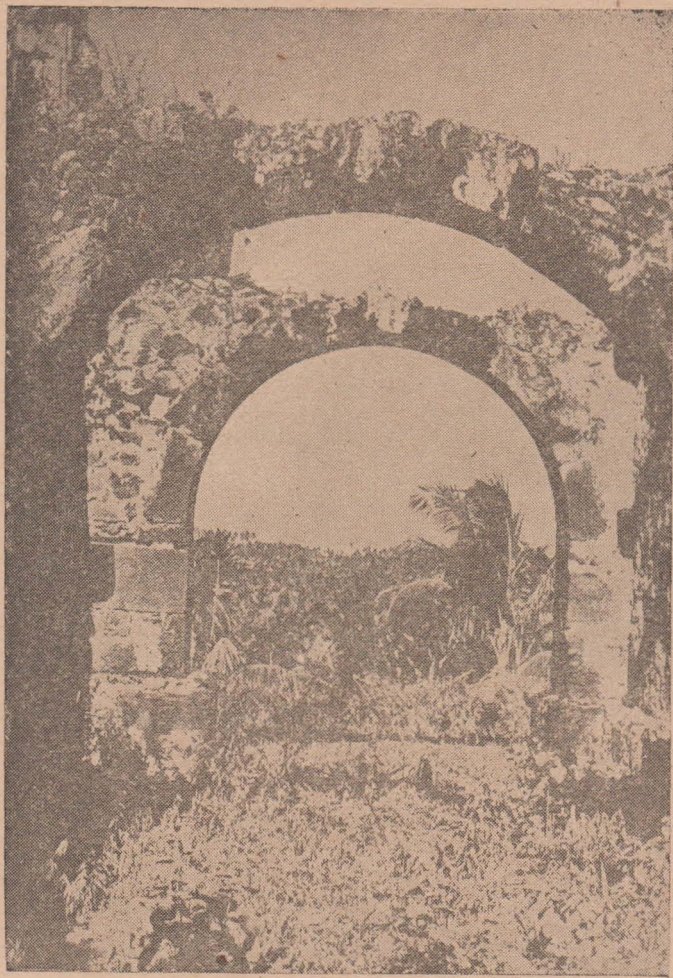
---

(*) Fr. Rafael de Jesus, dá a partida de Nassau, de Recife à 21 de março de 1638, com 31 naus de guerra, 3.000 soldados e copioso número de índios.

dra, procurando assim desviar para ali o grosso das fôrças da defesa; Bagnuolo atemorizado, quer recuar e estabelecer a resistência junto às portas da cidade. Logo a notícia se espalhou e a população indignada, tangendo alarme com os sinos, começou a clamar, protestando, contra os que mais uma vez fugiram, gritando que havia na terra homens capazes de tomar a defesa da cidade, se no exército não havia gente digna disso". Grande foi o trabalho de Duarte Coelho, do Governador Geral e do bispo para acalmarem o povo.

Reunido o conselho de guerra, foi tomada a deliberação de manter a defesa do lado de Itapagipe, e que o povo, com o auxílio de algumas companhias de emboscadas, cuidaria da defesa da cidade na porta do Carmo. Os holandeses atacam com vigor, chegando no dia 20 de Maio junto aos redutos, e no outro lado chegando até junto à porta do Carmo, onde Pedro da Silva opõe-lhes tenaz resistência. Os defensores da cidade, lançam logo contra os holandeses as companhias de emboscadas de Camarão, Henrique Dias, Francisco Rebelo, Sebastião do Souto, André Vidal de Negreiros e Assenso Silva, que pelos matos começam a atacar e matar os holandeses, tolhendo seus movimentos. Em frente ao Carmo os holandeses procuram erguer dois bastiões, mas os guerilheiros não lhes dão oportunidade de trabalhar, causando-lhes grandes baixas.

Enquanto as trincheiras feitas no Carmo pelos defensores, tornavam-se, em menos de uma semana, em poderosa linha de defesa, os holandeses, que já haviam tomado os fortes de Itapagipe e Rosário, redobram esforços para levantar em frente à porta do Carmo uma linha de baterias, com mil dificuldades, colocando ali oito canhões, que, com os da esquadra, bombardeavam a cidade, que respondia com a mesma energia. Três dias e três noites durava já o bombardeio geral dos holandeses, sem maiores proveitos.

Maurício de Nassau envia então, uma intimação de rendição, alegando que em breve receberia de Pernambu-

Ruínas do Castelo de Garcia d'Avila (Tatuapara)

Ruínas do Castelo de Garcia d'Avila (Tatuapara)

co um refôrço igual as fôrças que ali tinha, e que "passados três dias naturais", poria tudo a ferro e fogo. O governador geral Pedro da Silva, respondeu-lhe que "as cidades de El Rei não se rendiam senão com balas e com a espada na mão, e depois de muito sangue derramado; e que os ânimos portuguêses não se acobardavam com palavras, senão com obras".

Logo Nassau recebeu a altiva resposta do Governador Geral começou um tremendo bombardeio de ambos os lados, ininterrupto, de dia e de noite "com tal horror que estremecia a terra, e gemia o mar"; enquanto isso, as companhias de emboscadas não permitiam o menor descúido nem o afastamento dos holandeses de suas posições, caro lhes custando qualquer esfôrço para ir buscar água ou fachinas; Nassau já estava deveras preocupado com o problema da alimentação de suas fôrças, por causa das companhias de emboscadas, por isso, a 18 de maio, ao escurecer, resolve êle lançar um ataque decisivo as trincheiras de S. Antônio.

Enquanto a esquadra bombardeia fortemente as encostas de Vitória e Barra, lança êle 3.000 homens contra as fortificações visadas; a diversão faz com que os defensores mandem La Calce com seu Têrço Italiano, acudir as posições atacadas pela esquadra, inùtilmente.

Desde que os holandeses montam o ataque, a luta assume proporções dantescas, porque os defensores esmagam os assaltantes com grandes pedras e traves, e tão perto chegaram que os defensores não perdem tiro nem golpe. Tôdas as tropas das fortificações exteriores acodem ao combate, que se generaliza; Nassau vendo a proporção da luta, lança o resto de suas fôrças nesse ataque desesperado. A ação torna-se decisiva; uma luta de vida e morte.

"Armada de infinita munição, de granadas e outros artifícios de fogo, que disparados incessantemente entre a tempestade das cargas, alumiava a noite, atroavam ao ar, e choviam raios sôbre os que de dentro e no alto da forti-

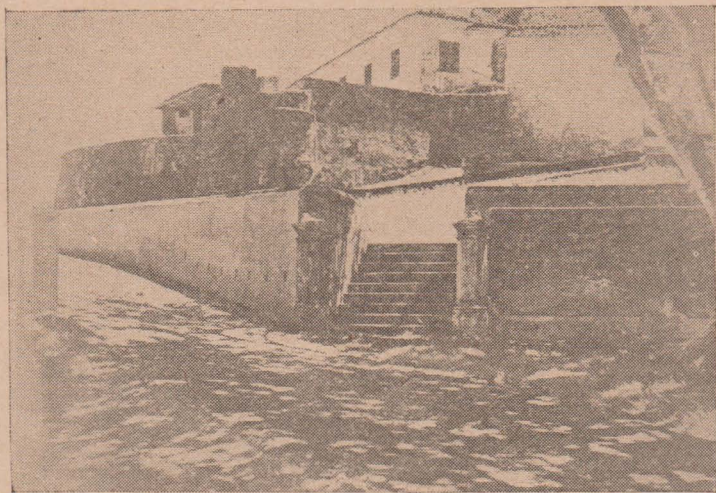
ficação a defendiam, pressumindo os escaladores que com êstes aparatos de horror, sacudiriam dela os nossos, e franqueariam os dificultores passos por onde insistiam em subir, e pretendiam ganhar", descreve-nos o autor de "Por Brasil e Portugal".

Barbalho com suas bravas tropas, é lançado então, no flanco dos holandeses, esmagando no seu ímpeto os assaltantes, que começam a fraquejar.

Nassau dá ordem de matar a quem quizer retirar ou fugir; reune-os Nassau mais uma vez e, de novo, lança-os ao ataque, impetuoso, decisivo; os defensores batem-se duramente, sem dó nem piedade, e vendo a vitória em suas mãos, redobram de furor e entusiasmo. Os holandeses recuam, retirâm-se, acossados pelas companhias de emboscadas, com a desvantagem de à noite desconhecerem o terreno.

No dia seguinte pela manhã, Nassau envia um parlamentar, pedindo tréguas para enterrar os mortos; a trégua foi aceita. Os holandeses tinham mais de 500 mortos a enterrar e uns 700 homens gravemente feridos; os defensores tiveram 200 mortos, entre os quais Sebastião do Souto, e uns 90 feridos graves. Além disso, deixaram os holandeses mais de 50 prisioneiros.

O ataque dos holandeses fôra um verdadeiro desastre, e se não reembarcaram no mesmo dia, foi para evitar uma debandada geral. Os defensores da Bahia entusiasmados com a vitória, apertam os holandeses por todos os lados, ameaçando-os de cêrco antes que possam reembarcar; na noite de 25, Nassau ordena o reembarque com o máximo silêncio, de modo que os defensores da Bahia nada perceberam; pela madrugada, os da Bahia atacam, mas, o ataque cai no vasio, porém, acham tôda a artilharia, munições e armas, que os holandeses não puderam levar.

Vingam-se os holandeses atacando os engenhos isolados do Recôncavo e bombardeando a cidade, sem causar danos importantes; Nassau tenta ainda fazer a troca de prisioneiros, no que não é atendido. Quarenta dias gas-

Forte de S. Diogo — Recebeu seu batismo de fogo no ataque de Nassau à Bahia.

tara Nassau na Bahia, e foi desiludido que se retirou para Recife.

Mas, não podia êle confessar o desastre que sofrera, sem justificá-lo razoàvelmente; assim, escreve logo para a Holanda que não vencera por insuficiência de fôrças militares, e para justificar-se ante os argentários da Companhia, diz que aquela expedição não dera prejuízos, pois, as despezas foram compensadas abundantemente pelos despojos (400 escravos negros apresados, muitas caixas de açúcar dos engenhos e uma nau espanhola que entrara no pôrto desprevenida, carregada de mercadorias valiosas); terminava insistindo pela remessa urgente de três a 4.000 homens, necessários para as grandes riquezas a conquistar.

E' que êle estava resolvido a insistir na conquista da Bahia, atacando-a novamente, mas, foi surpreendido com ordens da Holanda, que em vez de enviar-lhe socorros, determinavam que cedesse parte da esquadra e 600 homens ao almirante Cornelis Corneliszoon Jol, encarregado de ir fazer o corso nas Caraibas.

A situação de Maurício de Nassau era mais que incômoda; êle para Pernambuco viera a fim de cumprir um grande plano político, e encontrara no novo domínio o apoio que esperava. Não só Weerdenburch já em 1630 declarara que de Pernambuco "todo o Brasil se pode conquistar", como, mais expressivamente se manifestava a Câmara de Escabinos de Olinda, a 5 de dezembro de 1637, sugerindo "a fundação na América de uma monarquia particular". Êle começara ampliando a área do domínio holandês e procurando aniquilar a fôrça remanescente do inimigo; já tentara conquistar a própria capital da colônia — o Brasil —, e preparava-se para insistir no ataque àquela praça até conquistá-la. E agora, vinha a Companhia, de golpe, destruir tôdas suas ilusões e as mais caras esperanças. Nassau quiz fazer de Recife o centro do comércio de escravos, diz-nos Watjen, mas, o plano não vingou, "temendo-se em Amsterdam que Nassau estivesse

preparando o terreno para a fundação de um principado tropical". Tendo senso político, julgou Nassau possível fazer voltar os diretores da Companhia à diretiva inicial, bastando-lhe contemporizar um pouco e agir com diplomacia e tato. Insiste nos seus pedidos de reforços, porque com êles, faria os diretores da Companhia conformarem-se com os fatos consumados, tanto mais que Nassau pretendia dobrá-los com a rica prêsa que fizesse; as capitanias que dominava estavam devastadas, vivendo os holandeses do que vinha da Holanda, de novo.

Depois de muita insistência, Nassau é atendido, chegando a Recife em março de 1639 uma esquadra de 18 naus, com substanciosos reforços, inclusive 1.600 homens de guerra; mas, com enorme surprêsa de Nassau, o seu comando subrepticiamente lhe é tirado, pois, o novo chefe militar nomeado, era o coronel Artichofsky, muito embora, considerassem êste coronel como seu subordinado. Nassau compreendeu o golpe e viu que, com a hostilidade da Companhia era irrealizável o plano político; a Companhia só queria lucros, nada mais. A hostilidade dos diretores da Companhia positivava-se agora em fatos decisivos.

Nassau, como vimos, depois da vitória de Pôrto Calvo despachara Artichofsky para a Holanda, o que os incompatibilizara; agora, voltava Artichofsky numa posição que demonstrava, ou que a Companhia não concordara com o afastamento do coronel, ou então, que voltara com o objetivo de desgostar Nassau, a fim de fazê-lo resignar o cargo. De qualquer forma, a Companhia manteria junto a Nassau uma sentinela vigilante, quem sabe, receiosa de Nassau criar ali um domínio independente em seu proveito, pondo de lado os interêsses da Companhia.

Nassau, na primeira oportunidade deu um golpe mortal em Artichofsky; uma carta do Coronel, que o acusava, dirigida ao diretor Albert Koenraats, foi apanhada por Nassau, que a leu na sessão do Conselho Secreto de 20 de maio de 1639, exigindo Nassau que o Conselho decidisse

quem ficaria em Pernambuco; êle ou Artichofsky. E Artichofsky foi remetido de novo para a Holanda!

Durante todos êsses anos, a Espanha nada fizera; a vinda de D. Luiz de Rojas y Borja fôra o último esfôrço. Quando, porém, chegou à Espanha a notícia da ocupação do pôrto e ataque à cidade da Bahia, apressadamente são dadas ordens para ser preparada uma esquadra de socôrro, para tentar salvar a capital do Brasil, e resolver aquela situação que se agravara cada vez mais, com prejuízos incalculáveis para a Espanha e Portugal.

As fôrças espanholas e portuguêsas ficaram sob o comando de D. Fernando Mascarenhas, Conde da Tôrre, que havia sido nomeado Governador Geral do Brasil e Capitão General de Mar e Terra; a esquadra portuguêsa, de 25 velas, sob o comando do almirante Diogo do Couto, saiu de Lisboa a 7 de setembro de 1638, para encontrar-se com a frota espanhola em Cabo Verde, onde chegou no mês seguinte. Vinha comandando a fôrça de desembarque o general Francisco de Melo Castro. Em Cabo Verde, enquanto esperavam a esquadra espanhola, sobreveiu terrível epidemia que dissimou cêrca de um têrço das tropas, inclusive o almirante e o general. Assumiu o comando da esquadra o almirante D. Rodrigo Lobo.

A esquadra conjunta, de 33 velas, rumou para o Brasil, vindo passar em frente a Recife, a 23 de janeiro de 1639; tão desprevenidos estavam Nassau e os holandeses, que se o Conde da Tôrre tivesse atacado Recife tê-lo-ia tomado fàcilmente. Não o fêz, indo aportar na Bahia em fins de janeiro. Não encontrando aí os meios para reabastecer-se, e aguardando alguns navios retardatários, que traziam a maioria da tropa de desembarque, e que só em outubro de 1639 chegaram à Bahia, demorou-se o Conde da Tôrre quase todo o ano no pôrto da Bahia.

Não lhe faltaram pedidos insistentes dos chefes brasileiros para levar as fôrças nativas e as que trouxera, e desembarcá-las no Cabo de S. Agostinho ou em outro ponto da costa sul de Pernambuco, que dali elas marcha-

riam para atacar Recife; mas, o Conde da Tôrre, como quase todos os chefes europeus que vinham, não quiz tomar resolução alguma, sendo apresentados pretextos vários, inconsistentes.

Enquanto o Conde da Tôrre esperava, chegavam das diversas capitanias os reforços pedidos, grandes quantidades de víveres e gente de guerra escolhida; ali chegaram também, Antônio Tavares Raposo com 150 homens seus, Amador Bueno e sua gente, enfim, as figuras de pról de S. Paulo. Essa demora inexplicável do Conde da Tôrre, deu tempo a Nassau para preparar-se; se da Holanda não atendiam seus pedidos, parecendo haver o propósito de deixá-lo em uma situação desesperada, a ponto dêle escrever que preferia "morrer no campo de batalha, com a espada na mão, a sucumbir de fome", não ficava êle inerme. Reuniu todos os navios holandeses que estavam no Brasil, uns 18 a 20, juntou a êles todos os que vinham da Holanda, armando-os e equipando-os, de modo que, em meiados de novembro de 1639, dispunha êle de 41 naus, com 3.000 homens de desembarque; reforçou as guarnições dos fortes, com índios, e a vigilância da zona de interior confiou-a êle às tribos amigas exclusivamente. E aguardou confiante os acontecimentos.

Logo que a esquadra do Conde da Tôrre chegara à Bahia, as companhias de emboscadas ativaram sua ação, pondo em pânico o sertão com seus ataques, e causando grande alarme em Recife. Camarão, Henrique Dias, Barbalho, Paulo da Cunha e André Vidal de Negreiros, varejavam o sertão, do S. Francisco à Paraíba, fazendo ligação com os elementos ali existentes, preparando o terreno para o avanço das fôrças. Quando o Conde da Tôrre soube que o marquês de Montalvão vinha substituí-lo e trazia ordem de prendê-lo se o encontrasse na Bahia, só então se resolve a sair; a 19 de novembro de 1639 levanta âncoras na Bahia a portentosa esquadra do Conde da Tôrre, de 87 naus das quais 39 de comércio, dispondo de 805 canhões e 8.500 homens de desembarque, a maior que já na-

ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS

vegara em águas do Brasil; em Alagoas, desembarca a esquadra víveres e munições para as companhias de emboscadas, e procura obter mais notícias da capitania ocupada.

A gente da terra, embarcada, insiste para ser desembarcada em Barra Grande ou Tamandaré, sem ser atendida pelo Conde da Tôrre.

Quando Nassau soube que a esquadra do Conde da Tôrre estava em Alagoas, lança sua esquadra sob o comando do almirante Willem Corneliszoon Loos, contra êle, mas, ao chegar esta a Alagoas, encontra o pôrto deserto. A ansiedade dos holandeses cresce mais ainda; diante da falta de notícias, Nassau ordena que sua esquadra fique bordejando em frente a Olinda. A todo o momento Nassau recebe informações, que são logo depois desmentidas, ou substituídas por outras. Fica atarantado, mas, decide guardar os pontos da costa junto a Recife, onde pudessem ser feitos desembarques: 1.000 homens em Candelária com o sargento mor Mansfuel, e 1.000 no Pau Amarelo, com Carlos de Torlon, capitão da guarda de Nassau.

A 10 de janeiro de 1640 estava a esquadra holandesa bordejando em frente a Recife; no dia seguinte chega a notícia de que a esquadra do Conde da Tôrre acossada pelo mau tempo estava em frente à Paraíba. Na mesma noite o almirante Loos veleja para o norte; ao dobrar a esquadra holandesa a ponta do Pau Amarelo, avistou a esquadra luso-espanhola; afastam-se as esquadras da costa, devido ao mau tempo reinante e a 12 de janeiro de 1640, às 15 horas, iniciam elas o combate.

Loos querendo reeditar o almirante Pater, aproveitando estarem os navios um pouco dispersos, investe contra a capitânea espanhola com o "De Faem", audácia que custou a vida do almirante holandês e da nau capitânea holandesa; à noite foi o combate rompido, tendo os holandeses perdido além dà capitânea, outra nau, o "Alkmaar". Assume o comando da esquadra holandesa o vice-almirante Jacob Huyghens, que no dia seguinte, 13 de janeiro, re-

nova a batalha na altura de Goiana, quando foi posta a pique uma nau holandesa e perdidas 2 naus espanholas; no dia 14 de janeiro continuava a batalha, já agora em frente à costa da Paraíba, para onde o forte vento atirava as esquadras, sendo por isso aprisionada u'a nau espanhola. Devido à calmaria que sobreveiu, nos dias 15 e 16 de janeiro, as esquadras não puderam combater por estarem a grande distância uma da outra; no dia 17, a luta é reencetada, mantendo-se indecisa até ao escurecer, tendo sido desarvoradas mais duas naus holandesas, quando se achavam na altura do R. G. do Norte, entre Cunhaú e a Ponta da Pipa.

Pesada e vagarosa, com receio dos baixios da costa, à noite, a esquadra luso-espanhola afasta-se para o largo; ao clarear do dia 18 de janeiro, a esquadra holandesa não vendo a esquadra inimiga e temendo ter ela se dirigido para Recife, apressa-se a dirigir-se a êste pôrto. onde entra com a bandeira negra hasteada na nau capitânea, para assinalar a morte do almirante.

Nassau, ao saber que a esquadra holandesa perdeu de vista a esquadra inimiga, encheu-se de furor, tomando medidas violentas, mandando "que saíssem os Capitães em terra, e os Pilotos, e mandou enforcar a cinco, porquanto na batalha haviam mostrado covardia, e enforcou também a dois Pilotos, porque fizeram pouca diligência para investir com a nossa Capitânea, e ao Almirante do mar mandou degolar em um teatro no meio da praça do Arrecife, e o degolaram por trás por pusilânime, e covarde, e lhe fizeram a espada em pedaços, em sinal de ignonímia, e afronta".

A esquadra do Conde da Tôrre, que não fôra vencida em combate, onde só perdera a nau "Chagas" aprisionada, desmantelou-se: diz-nos Rio Branco que "a ruptura entre o Conde da Tôrre e o almirante espanhol Vega Bazan", fêz com que êste retirasse sua esquadra e rumasse para as Índias Ocidentais,

Cada um, a seu alvedrio, rumou para onde bem entendeu; dois galeões e um navio mercante naufragaram nos baixios do Cabo de S. Roque; alguns comandantes, alegando falta dágua, rumaram para as Índias Ocidentais; outros navios, com feridos e doentes a bordo, dirigem-se para o Maranhão. O próprio Conde da Tôrre, desmoralizado, foge num bergantim com o Conde de Bagnuolo, que ruma para a Bahia, onde consegue chegar a salvo, encontrando ali de saída para a Europa, muitos navios, com as tropas que de lá tinham vindo.

O único e exclusivo culpado do desbarato da esquadra foi o próprio Conde da Tôrre, seu comandante, que não soube fazer-se obedecer nunca. Com isso, perdeu-se uma ótima oportunidade de livrar o Brasil do domínio holandês, sacrificou-se o esfôrço denodado dos bravos chefes brasileiros que talavam o interior da capitania em poder dos holandeses, e pior, consolidou-se mais fortemente — ainda o poderio da Holanda, que sabendo da dissolução da esquadra luso-espanhola, começou a colhêr os frutos de uma vitória que não conquistara.

O Conde da Tôrre, da Bahia seguiu prêso para Lisboa, onde foi destituído dos títulos e honras que possuia, e recolhido ao cárcere no forte de S. Julião. Enquanto da Espanha vinham chefes como o Conde da Tôrre, avultam entre os chefes brasileiros, bravos e competentes, homens de uma estatura moral inconfundível, magnífica, como a dêsse Luís Barbalho, que posto na esquadra em u'a nau em que vinham tropas de desembarque, quando, na noite de 17 de janeiro, por indisciplina, as naus dispersaram-se, por sua energia e valor, consegue reunir várias naus que levavam tropas, e as faz ir aportar na enseada do Touro, no Rio Grande do Norte, e aí desembarcar 1.300 homens.

Uma vez em terra, Luís Barbalho assume o comando da tropa, desde logo se desiludindo do apoio das naus em que viera, que logo velejaram para a Espanha; verificando então, que seus soldados só tinham para comer o mantimento que haviam trazido em suas mochilas, estan-

do em terras ocupadas pelo inimigo, não podendo esperar auxílio algum dos moradores, de quem os holandeses haviam tirado até as foices de cortar mato escreveu êle uma carta a Maurício de Nassau, dizendo esperar que êle respeitasse as leis da guerra, tendo êle em resposta enviado a Barbalho, as instruções que êste dera anteriormente a seu sobrinho João Lopes Barbalho, dizendo que nelas acharia a resposta.

Compreendendo qual seria sua sorte se caísse nas mãos dos holandeses, e, na impossibilidade de ficar naqueles sertões, resolveu abrir a ferro e fogo um caminho para a Bahia, que estava 400 léguas ao sul. Para realizar esta proeza épica, contou Barbalho com um auxílio inestimável; dentre as companhias de emboscadas que haviam vindo com a esquadra e haviam desembarcado, estavam as soberbas tropas de Camarão e Henrique Dias, que sabendo onde estava Barbalho, a êle se foram juntar. Os holandeses, desde logo lançaram contra êle 3.000 homens, sob os comandos de Mansfuel, Torlor e Martin.

Barbalho, antes de partir, explicou a seus comandados o que os esperava e exortou-os a ter valor.

Para início de operações, Barbalho aprisiona no combate do rio Potegi o capitão Joris Garstman, Governador do Rio Grande do Norte, para levá-lo consigo como troféu, à Bahia. A marcha foi um feito memorabilíssimo, capaz de aureolar de glórias os nomes de Barbalho, Camarão e Henrique Dias, se êles já não tivessem direito ao panteon da glória.

Aquelas jornadas fantásticas de combatentes famintos, enfermos, feridos e extenuados, diàriamente acrescida com inúmeros moradores velhos, mulheres e crianças, que queriam fugir ao jugo holandês, através de 400 léguas de território inimigo, combatendo dia e noite, enfrentando fôrças poderosas enviadas contra êles, encontraram em Camarão, Barbalho e Henrique Dias os chefes capazes de realizá-las.

Nessa luta épica de todos os dias e noites êles esmagavam, iludiam, faziam cair em emboscadas os holandeses, cada vez mais enfurecidos. No engenho de Goiana, a 28 de fevereiro de 1640, enfrentam 800 holandeses e 400 índios tapúias, causando-lhes mais de 500 mortes por degolamento, inclusive a do sargento mor Picardo (o que entregou Calabar) e o capitão Lochman; de Goiana ao rio S. Francisco, os combates, as emboscadas, as surprêsas, as fintas, foram, não o pão de cada dia, mas, sim, o de cada hora.

Os combates principais foram travados em Serinhaem, no engenho Salgado (em Alagoas, margem direita do rio Paraíba), e nos campos de Unhaú, onde dois combates duros foram travados, mas, ao fim de quatro meses inesquecíveis, a 8 de maio de 1640, Barbalho, Camarão e Henrique Dias, que só haviam perdido 100 de seus homens, atravessavam combertos de glórias o rio S. Francisco.

Aí cessou a perseguição dos 3.000 holandeses. Por fim, chegam à Bahia os heróis dessa marcha extraordinária, trazendo o seu troféu: o Governador holandês do Rio Grande do Norte!

Essa marcha, é uma página de ouro de nossa história, com fulgores de epopéia! Foram brasileiros os que a escreveram, para prevenir aos holandeses que os verdadeiros donos da terra não desistiam de reconquistá-la!

XI

A RESTAURAÇÃO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Represálias holandesas ao feito de Luís Barbalho — Montalvão, Vice-Rei do Brasil — A restauração no Brasil — Junta governativa — Tratado de Tréguas e Aliança — Ataques a Sergipe e Maranhão — Libertação do Maranhão e do Ceará — Partida de Maurício de Nassau — Sua Obra.

Por mais fantástica e gloriosa que tivesse sido a marcha de Luís Barbalho, Camarão e Henrique Dias, por mais impressionante e grata que fôsse aos corações brasileiros, não conseguia ela atenuar o choque doloroso que sentiu todo o Brasil com o desastre da esquadra do Conde da Tôrre, na qual todos tinham posto as melhores e maiores esperanças. Nem mesmo o brilhante "sermão do dia de Reis", do Padre Antônio Vieira, de 1641, celebrando essa retirada, aminguou êsse desastre do Conde da Tôrre.

Sobrepairava a impressão pungente de que era inútil lutar mais contra o invasor, que pavoneava agora um desmesurado orgulho e um soberano desprêso. Para ainda mais abater o ânimo dos defensores da terra, chega da Holanda uma esquadra de 28 naus, comandada por Lichthardt e Jol, com 2.500 homens de refôrço, acompanhada da expressa recomendação de tentar Nassau outra vez, a conquista da Bahia.

Mas, há uma surprêsa geral, quando se espalha a notícia de que Nassau havia pedido sua volta à Holanda, tão logo termine o prazo de seu mandato; desgôsto? Golpe político?

Acabava êle de receber os reforços que pedira para conquistar a Bahia, o que lhe permitiria agir dentro do plano político que trouxera; a esquadra luso-espanhola, que tanto o assustara, desfizera-se; nenhuma ameaça mais parecia apresentar-se na península ibérica, às voltas com temerosa crise, que pudesse entravar seus planos. Temeria êle lutar de novo com os bravos defensores do Brasil, depois daquela dura refrega da Bahia? Ou, sentiria êle sua incapacidade militar, já provada no ataque à Bahia, onde não fôra capaz de organizar um plano de ataque? O mais provável é que não quizesse atender aos argentários da Companhia, que haviam destruído as possibilidades de fazer êle em Pernambuco, uma "monarquia particular".

O fato é que Nassau não achou prudente atacar a Bahia; fêz seguir para o rio S. Francisco o almirante Jol, com 8 navios, 700 soldados e 200 índios tapúias, para ver se conseguia alcançar ali as fôrças de Luís Barbalho, Camarão e Henrique Dias, e envia o almirante Lichthardt com 20 navios, e 2.500 homens de desembarque sob o comando do coronel Carlos Torlon (*), com ordem de por tudo a ferro e fogo no Recôncavo, em represália ao feito épico de Luís Barbalho.

Jol, não encontrando ninguém no ponto indicado, retorna a Recife; quanto a Lichthardt, êste chega à Bahia em fins de abril de 1640, desembarcando logo a tropa do Coronel Torlon, que devastou a ilha de Itaparica, saqueando e incendiando tudo que encontrava. Os socorros enviados do Salvador, devido à grande distância, só seis dias depois puderam auxiliar os moradores refugiados nos matos;

(*) Carlos Torlon era casado com D. Ana Pais, e por interferência dela foi nomeado comandante da guarda de Nassau.

enquanto isso, Torlon destruia 27 engenhos no Recôncavo, tendo porém, o cuidado de escolher o melhor, que fêz desmontar e transportar para Pernambuco, onde o montou junto à casa de D. Ana Pais, com quem casara.

A própria cidade do Salvador seria por êles tomada, se Luiz Barbalho, Camarão e Henrique Dias não tivessem chegado a tempo com suas fôrças, apesar de esgotados pela prodigiosa marcha de 400 léguas através de território ocupado pelos holandeses, combatendo noite e dia, por quatro meses. A esquadra de Lichthardt tinha ordem de agir na costa do Brasil, e não só no Recôncavo; o aviso dado às outras capitanias, causou um alarme geral, um terror indizível, um comêço de pânico.

E' então, que chega a notícia de ter sido nomeado "Vice-Rei e Capitão General de Terra e Mar, e da emprêsa e restauração do Brasil", D. Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão. Essa nomeação, com o visível objetivo de por à testa da colônia uma autoridade à altura do Conde Maurício de Nassau, não podia iludir os filhos da terra, já escarmentados com as autoridades que Portugal e Espanha cotumavam enviar; apenas, atenuou um pouco o terror pânico que já lavrava pelo resto do Brasil, porque tal nomeação mostrava que o Brasil não tinha sido completamente esquecido pelos seus senhores europeus.

O Marquês de Montalvão, primeiro Vice-Rei português nomeado para o Brasil, chegou à Bahia, a 21 de junho, logo tomando posse. Os combatentes, aqueles ferrenhos lutadores que se batiam incansàvelmente pela expulsão dos invasores, olharam desde logo D. Jorge Mascarenhas, de sosláio, porque sentiram que êle desejava, sobretudo, apaziguar os ânimos contra os holandeses, manifestando assim, descaso pelos interêsses do Brasil e absoluta identidade com o sentimento da côrte.

Logo que Maurício de Nassau soube da chegada do Marquês de Montalvão, Vice-Rei do Brasil, apressou-se a enviar-lhe o Conselheiro Manuel Code, com seu secretário Abraão Taper, para apresentar-lhe "as boas vindas com

um presente de mimos, e regalos"; Montalvão recebeu-os com fidalguia e largueza, deu-lhes bons presentes, "e respondeu-lhes com muitos cumprimentos e cortesia, do que o Conde de Nassau, e os mais do Supremo Conselho, ficaram mui satisfeitos".

Dias depois, Montalvão envia uma caravela, levando os seus embaixadores, Tenente General Martim Ferreira e o sargento Mor Pedro de la Carrera de Arenas, para retribuir a visita, levando de presente "um bastão de General, com os remates de ouro, entrecharcados com pedras preciosas".

As conversações, girando sempre em tôrno da ânsia de paz que todos tinham, sugeriram a Nassau o hábil golpe de utilizar o clero para obter uma trégua, que só o favoreceria; assim, faz com que o clero apresente a sugestão, que êle, sem comprometer-se e sem dar a perceber que a provocava, faz chegar indiretamente ao Marquês de Montalvão. Êste, que pelo Brasil nenhum afeto sentia, e que como todo o nobre europeu de então, só queria gozar seus proventos em paz, apressou-se a ir ao encontro dos desejos do Conde de Nassau, escrevendo-lhe uma carta cheia de bajulações e blandícias, concordando com as condições indiretamente propostas por Nassau.

Os eclesiásticos foram apenas, meros veículos das ânsias de paz dos holandeses, dos moradores das capitanias ocupadas e das autoridades européias.

Mas, enquanto as negociações eram feitas, os holandeses não perdiam tempo; em setembro de 1640, Nassau envia o Coronel Koin com 300 soldados e outros tantos índios para atacar a região do rio Real, que êles saqueiam e depredam, mas, sendo por fim repelido pelos moradores, foi apresentar-se a 17 de outubro em Camamú, onde age igualmente, e de onde é também repelido. A 27 de outubro apresenta-se Koin em frente ao Espírito Santo, onde perdem os holandeses 60 mortos, levando 80 feridos graves; daí retornam a Recife.

Na Bahia, é enorme a indignação contra os holandeses e a desconfiança contra o Marquês de Montalvão; para atenuar a odiosidade que se levanta, o Vice-Rei ordena ao capitão Paulo da Cunha e a Henrique Dias, que com suas tropas invadissem Pernambuco, queimassem todos os canaviais, matassem todos os bois mansos, de modo a causar o maior mal possível aos holandeses. Agindo depois traiçoeiramente, escreveu a Maurício de Nassau uma carta prevenindo-o "que da Bahia lhe haviam fugido muitos soldados, e alguns dêles facinorosos... pelo que lhe pedia encarecidamente que os mandasse enforcar".

A ação dos guerrilheiros lançou o pânico entre os holandeses, que se apressam a estabelecer a trégua, enviando Nassau, a 5 de novembro de 1640, o coronel Hinderson e o major Day como embaixadores, ao mesmo tempo que pedia a Montalvão a remessa de comissários ou reféns. E o acôrdo é estabelecido, suspendendo as atividades das companhias de emboscadas contra os holandeses e poupando de ataques as capitanias não ocupadas por êles.

Na sua inconsciência, não via o Marquês de Montalvão, ou não quiz ver, que isso era aceitar a legitimação da posse da terra pelos holandeses, contra seus verdadeiros proprietários, o que os brasileiros não aceitavam de forma alguma.

Estava a situação assim, quando, á 15 de fevereiro de 1641, chega de Portugal o Padre Francisco de Vilhena trazendo instruções secretas para o Vice-Rei, comunicando a restauração do Reino de Portugal e dando instruções para a aclamação de D. João IV. O Marquês de Montalvão, que tinha na guarnição tropas espanholas e italianas capazes de criar embaraços por causa da restauração de Portugal, julgou de bom aviso manter sigilo até haver tomado algumas providências asseguratórias. A primeira delas, foi dar descanso as tropas espanholas e italianas, substituindo-as por tropas portuguêsas, de confiança; depois, chamou a palácio as principais autoridades civis e militares, dando em particular a cada um a notícia e pe-

dindo seu voto por escrito, reunindo-as em seguida em Conselho, no qual foi deliberada a imediata aclamação de D. João IV, rei de Portugal.

Organizou-se logo o cortêjo para a Sé, indo no meio do Senado da Câmara o Vice-Rei levando o estandarte português; ao som das salvas de canhões e do repique festivo dos sinos, no solene "Te Deum" é feita a aclamação sôbre a Missal, sem ter havido maiores entusiasmos do povo, muito embora o Senado da Câmara houvesse determinado festas públicas.

Como medida de precaução, o Marquês de Montalvão fêz desarmar as fôrças espanholas e italianas, que logo fôram embarcadas para a Europa.

A 23 de fevereiro de 1641, Salvador Corrêa de Sá, recebia no Rio de Janeiro a notícia da restauração de Portugal, trazida em carta do Marquês de Montalvão pelo Padre Manoel Fernandes, provincial dos Jesuítas, com grande desconfiança; só depois de grande insistência dos jesuítas, aceitou êle a veracidade do fato, determinando então, que a 10 de março se fizesse a cerimônia da aclamação de D. João IV; essa demora em legalizar a restauração no Rio de Janeiro e a ausência de demonstrações populares de alegria, são bem sintomáticas.

Em S. Paulo, onde era maior o número de espanhóis, houve por parte dêles um esfôrço para subtrair essa capitania ao domínio português; lisonjeando o espírito de independência dos paulistas, já bem acentuado, procuraram êles fazer com que Amador Bueno da Ribeira, um dos grandes senhores rurais de S. Paulo, aceitasse sua aclamação como Rei de S. Paulo, em substituição a D. João IV, de Portugal, coisa que êle repeliu enèrgicamente, fazendo abortar o golpe separatista.

Em S. Paulo, a aclamação de D. João IV só foi feita muito mais tarde, a 3 de abril de 1641, ante a mais completa indiferença do povo paulista.

Essa falta de entusiasmo, essa hesitação em aceitar a aclamação, essas protelações, e a tentativa de fazer um

D. JOÃO IV

Rei de S. Paulo de nobre estirpe, mostram bem quão avançado estava o sentimento nacional. Não se pode atribuir êsses fatos ao receio de hostilidades por parte dos espanhóis, que poucos eram no Brasil, ou pelo temor de ver o novo rei de Portugal ser deposto; os que lutavam tão duramente pela terra de seu bêrço, e que da Europa só tinham queixas a fazer, não podiam agir de outra maneira. Ansiosos como estavam, por ver a sua terra livre dos europeus, êles só pensavam nisso, e não vendo na restauração o alívio de seus males, ensimesmam-se, apenas, deixando entrever nessas atitudes de reação seu modo de sentir e pensar.

Compreende-se, pois, aquela indiferença com que um fato tão extraordinário é recebido no Brasil. Na Bahia, sobretudo, eram mais claros êsses sintomas. O Vice-Rei, no seu entender julgou acertado escrever a Maurício de Nassau, a 2 de março de 1641, dando notícia da restauração do Reino de Portugal, e, cheio de lisonjas, hostiliza a Espanha, considerando Portugal um aliado da Holanda em conseqüência, contra o inimigo comum, dando como segura a paz e a aliança com a Holanda.

Ora, isto era um êrro grave; punha o Brasil em uma situação esquerda. Mais que um êrro, era uma inépcia. E disso teve prova, logo, o Vice-Rei, com a resposta de Nassau, que achava que nada havia sido alterado, mas, que ia mandar fazer grandes festas em Recife para comemorar a restauração de Portugal. E' claro que, se a restauração fôsse prejudicial à Holanda, Nassau não iria fazer festas para comemorá-la; o fato claro e decisivo, era que Portugal, muito menor e mais fraco que a Espanha, não podia opôr entraves aos planos holandeses, daí Nassau rejubilar-se e dar como certa e segura a vitória da sua causa.

Puzera-se assim, o Vice-Rei, em posição difícil, tanto mais que seus filhos eram francos adeptos da Espanha. Ora, o Padre Vilhena que trouxera a comunicação secreta ao Vice-Rei, também fôra portador de ordens reais para,

no caso do Vice-Rei se recusar a fazer a imediata aclamação de D. João IV, ou criar embaraços e dificuldades à mesma, destituí-lo e nomear um govêrno provisório composto pelo bispo D. Pedro da Silva de Sampaio, Luiz Barbalho e o provedor mor Lourenço de Brito Corrêa (*).

O Pe. Vilhena, nas suas conversações na Bahia, percebeu que subsistia vivo e poderoso o espírito de insubmissão ao domínio holandês, avêsso a tudo o que pudesse causar a renúncia a essa causa que tantos sacrifícios e tantas vidas já havia custado, causa já sagrada para os filhos da terra. Os chefes da Bahia estando em campo

---

(*) O mestre de campo Lourenço de Brito Corrêa era bisneto de Caramurú, por sua avó materna Apolônia Álvares. A 27 de maio de 1598, êsse baiano era nomeado capitão do forte de S. Antônio, em construção, ainda. Combatera no cêrco da Bahia, em 1624; em 1637 traz de Portugal uma caravela com socorros e vai encontrar os insurretos em Sergipe del Rei, com êles se retirando para a Bahia. Pela sua bravura na defesa da Bahia em 1638, a 12 de junho de 1639 teve patente de recompensa. Foi na esquadra do Conde da Tôrre e fêz a retirada heróica com Barbalho. Era provedor mor quando fêz parte do triunvirato que sucedeu a Montalvão. Prêso ao ser a junta dissolvida, mandado para Portugal, pouco depois recaiu nas Graças do rei.

O pernambucano Luiz Barbalho Bezerra, "é notável, não só pelos seus triunfos, como pela desigualdade e surprêsas da fortuna, em mar e terra". Servira "vinte anos até o de 1635, à sua custa, os primeiros 15 anos a cavalo com criados e escravos, e mais seis na guerra de Pernambuco depois que os inimigos ocuparam aquela praça, servindo de capitão de infantaria, cabo de companhia, coronel de gente da fronteira e governador do arraial do Cabo de S. Agostinho". Aprisionado na rendição dêste, e levado à Holanda, volta a Portugal, onde, "pela mercê de 26 de agôsto de 1639 teve o hábito de Santiago, com a tença de 40$ para quem casasse com a sua filha". Mestre de campo pela patente de 31 de janeiro de 1637, vai distinguir-se na Bahia, contra o ataque de Nassau, mais uma vez.

Faleceu como governador do Rio de Janeiro, a 15 de abril de 1644.

D. Pedro da Silva de Sampaio, clérigo do hábito de S. Pedro, era, o 7.º bispo do Brasil; chegara à Bahia, a 19 de maio de 1634. Aí faleceu a 15 de abril de 1649.

oposto ao do Vice-Rei, faziam tremenda oposição aos entendimentos com os holandeses, e profligavam àsperamente suas ânsias de paz, que iam resultar na entrega, de forma definitiva aos holandeses, daquele pedaço do Brasil, reconhecendo-lhes direitos que todos até então os negavam peremptòriamente, lutando desde há anos, de armas na mão, com grande heroismo e valor.

O Padre Vilhena, ouvia também, os acres comentários contra o Vice-Rei, pelo fato de ter êle escrito a Maurício de Nassau dizendo que Paulo da Cunha e Henrique Dias eram facínoras, que se apanhados, deviam ser enforcados.

Mas, o que de fato pesou na decisão do Pe. Vilhena, foi ter recebido notícias de Lisboa, que fôra apreendida carta da Marqueza de Montalvão ao filho, chamando de traição a restauração de 1 de março de 1640, concitando-os a resistir e lembrando deveres para com Felipe IV.

Essas coisas tôdas fizeram com que o Padre Vilhena exibisse ao Senado da Câmara a 16 de abril, as instruções e poderes reais que tinha, e, apesar do Marquês de Montalvão ter reconhecido e aclamado D. João IV rei de Portugal, achasse melhor destituí-lo do cargo, por não ser o homem indicado; seguiu-se a nomeação dos três membros do govêrno provisório, apontados na ordem real que apresentava. Montalvão, muito embora, tivesse enviado uma embaixada a Portugal para felicitar D. João IV, composta por seu filho Fernando de Mascarenhas, Marechal de Espanha, e pelos Padres Antônio Vieira e Simão de Vasconcelos, foi prêso pelo govêrno provisório e remetido para Lisboa, por desconfiança de suas íntimas relações com a côrte espanhola, bem como Joannes Mendes de Vasconcelos. Pouco depois de Mendes de Vasconcelos haver sido enviado para Portugal, chega à Bahia sua nomeação para mestre de campo general (Provisão de 10 de janeiro de 1641), em substituição ao Conde de Bagnuolo, segundo nos informa Mirales.

Logo que D. João IV assumiu o poder, apressou-se (a 13 de fevereiro de 1641) em travar negociações com a Holanda, a fim de obter a restituição dos domínios portuguêses por ela ocupados, quando ainda Portugal estava sob o domínio da Espanha; mas, a Holanda, alegando que Portugal empregara fôrças, navios e dinheiro, durante êsse período, em guerra contra a Holanda, e que a Holanda apossara-se dêsses domínios em guerra aberta, negou-se a atender aos pedidos de Portugal.

O máximo que D. João IV conseguiu obter, foi a assinatura, a 12 de junho, de um Tratado de Tréguas e Alianca, pelo prazo de 10 anos, no qual não se tratava de restituição alguma, e pior, mantinha o "Statuo quo" no Brasil. Isto era dar à Holanda, no Brasil, aquilo que em onze anos de duras lutas ela ainda não havia conseguido: a posse pacífica da terra com o reconhecimento tácito da conquista.

A carta régia de D. João IV declarando os holandeses amigos, veiu provocar no Brasil uma situação deveras interessante. Acreditando os moradores do Brasil, que daí por diante nada mais tinham a temer dos holandeses, procuraram aproximar-se dos mesmos, certos de que, em breve, Nassau iria entregar-lhes suas terras e seus bens. Esta ilusão foi incrementada sobretudo, pela troca de prisioneiros, vendo os filhos da terra nessa fase de relações amistosas a oportunidade de salvar, também, muitos bens escondidos em terras ocupadas pelos holandeses. Matias e Duarte de Albuquerque, antes da retirada de Recife, haviam guardado lá suas riquezas; os jesuítas, e outras ordens religiosas, haviam enterrado em lugares secretos suas alfaias, baixelas e dinheiro; outros, iam a Pernambuco ver o que havia restado de suas propriedades, ou procurar parentes desaparecidos.

Com a facilidade da obtenção de passaportes, então estabelecida pelos holandeses, muitos foram os que seguiram para Recife e Paraíba, entre êles, enviados pela Junta da Bahia, o sargento mor Pedro Corrêa da Gama com

30 prisioneiros restituídos, o licenciado Simão Álvares de la Penha e o Padre Vilhena, que iam também, em embaixada, concertar com Maurício de Nassau os meios de fazer retirar de Pernambuco os guerrilheiros, que, por desconhecerem a situação que se criara com a carta régia, tanto faziam sofrer os holandeses e os moradores locais, e assinarem a capitulação das Tréguas.

Entre aquêles que foram a Recife, contava-se Paulo da Cunha Souto Maior, comandante de companhia de emboscadas, a quem muito os holandeses respeitavam, e cuja cabeça Nassau puzera a prêmio por 500 florins; êste revidara, pondo também, a cabeça de Nassau a prêmio, por 2.000 florins. No banquete oferecido por Nassau, para o qual o capitão Paulo da Cunha foi convidado, êstes fatos foram rememorados entre sorrisos.

Em resposta à embaixada enviada pela Junta Governativa da Bahia, Nassau envia em embaixada o Conselheiro Van der Burgh e Nunin Olfers, já, então, para felicitar os novos governantes e ultimar as negociacões de uma Trégua. Os holandeses, ante essa "reconciliação", que julgavam fruto da convicção de que era inútil a continuacão da luta contra o invasor vitorioso, decorrente principalmente da derrota do Conde da Tôrre, pensam que a conquista, enfim, está difinitivamente assegurada. E, como não haja possibilidade de reação por parte de Portugal, Nassau, premido pelas ordens de urgência dos maiorais da Companhia das Índias Ocidentais, cada vez mais ansiosos por maiores lucros, prepara-se para aumentar a área da conquista holandesa, sem levar em conta o Tratado assinado pela Holanda, que para êle só tem valor no que diz respeito a coisas da Europa.

Laboravam os holandeses em grave êrro, e só a falta de visão política podia levá-los a cometê-lo, porque, de um lado, bem sabiam êles e já o haviam confessado pùblicamente, que a maioria, senão a totalidade de seus êxitos nessa conquista, deviam êles aos milhares de indígenas brasileiros que por êles haviam combatido; por outro lado,

sempre os mais duros adversários que lhes fizeram frente haviam sido os filhos da terra, que os encantoaram em Recife, que os venceram um sem números de vêzes em combates, que em pleno fastígio do seu poder vinham armar-lhes emboscadas às portas de Recife e queimar-lhes os canaviais.

O adversário mais poderoso, não era a Espanha, nem Portugal, mas, o filho da terra, o brasileiro indômito, bravo, decidido, guerreiro insuperável.

E só por verem aquêle passageiro clima de conciliação que se estabelecera, pura cortina para encobrir a busca dos bens e tesouros escondidos, ousaram os holandeses recomeçar a ação, lançando um ataque a Sergipe, com manifesta má fé, uma vez que os embaixadores holandeses estavam na Bahia, e que êles tinham conhecimento da assinatura do Tratado de Tréguas e Aliança, a 12 de junho de 1641.

Rocha Pitta conta-nos como foi êsse ataque: "os holandeses apareceram em S. Cristóvão (de Sergipe) com senhas de paz, e entrando hòstilmente na cidade, a saquearam e despojaram aos seus moradores das suas riquezas e das suas propriedades.

Nassau, diante do protesto raivoso dos assaltados, alega sem pudor, que dera a ordem de ataque antes de ter conhecimento da assinatura do Tratado de Tréguas e Aliança, o que não era verdade. E prova é, ter êle determinado a ocupação de tôda a capitania, estendendo assim sua fronteira até ao rio Real. Demonstrando que a camada de verniz que cobria sua alma holandesa de pirata, desgastara-se, manda êle atacar Loanda "que era o principal mercado de escravos, sem os quais a cultura da cana de açúcar é impossível no Brasil", enquanto prepara a conquista do Estado do Maranhão, que havia sido criado por carta régia de 13 de junho de 1621.

A esquadra que foi enviada contra o Maranhão, partiu de Recife, a 30 de outubro de 1641, com 13 naus de guerra, 3 bergantins e 3 navios menores (o Pe. Serafim

Leite aponta só 8 naus grandes e 3 pequenas), comandada pelo almirante Lichthardt; a tropa de desembarque, de 1.000 homens, era comandada pelo Coronel Koin, sendo a expedição assessorada pelo Conselheiro Pedro Baas.

Na ânsia de ganhos ilícitos, passaram a usar os holandeses de ardis desprezíveis, como aquêle de apresentar-se a esquadra holandesa, a 25 de novembro de 1641, em frente ao pôrto de S. Luiz, sem bandeiras desfraldadas, como era praxe, para iludir os defensores locais. Intimada a esquadra a indicar sua nacionalidade, por salvas de pólvora sêca do forte, e não tendo atendido à intimação, rompeu o mesmo cerrado bombardeio contra a esquadra que, forçando a barra, foi ancorar do lado de dentro da ponta do Destêrro.

O governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, manda o provedor mor Inácio do Rêgo Barreto e o jesuíta Lopo do Couto a bordo da esquadra, a fim de saber a razão de tão insólito procedimento; ao chegarem os emissários a bordo da capitânea, souberam que o comandante da esquadra já estava em terra com as tropas desembarcadas, preparando-se para investir o forte; para lá se dirigiram êles e mais Bento Maciel Parente, cientificando ao chefe holandês que haviam recebido cinco meses antes a comunicação da assinatura em Haia do Tratado de Tréguas e Aliança, que os holandeses não podiam desconhecer.

Êstes, porém, cìnicamente negaram conhecer êsse Tratado de Tréguas e Aliança, e concordaram que fôsse feita uma consulta aos respectivos governos sôbre o caso. Usando de má fé, o Coronel Koin pediu abrigo para seus soldados no forte, mas, uma vez lá dentro, apossaram-se do mesmo, prendendo os seus defensores e substituindo as bandeiras. Rasgando o acôrdo que assinara, o Coronel Koin prendeu Bento Maciel Parente, remetendo-o para o Rio Grande do Norte, onde o mesmo faleceu; prendeu o Pe. Lopo do Couto e o provedor Inácio do Rêgo Barreto, remetendo-os para a Holanda. Êste, da Holanda, escreveu

a 2 de agôsto de 1642 uma carta, contando com detalhes a maneira traiçoeira pela qual os holandeses se haviam apossado do Maranhão.

As 130 praças do forte, foram remetidas para os Açores; os moradores foram obrigados a jurar fidelidade aos holandeses, "com fôrça e rigor".

No dia seguinte, os holandeses montam um ataque de surprêsa a Tapuitapéra, rendendo-se ali Pedro Maciel sem combate. Depois de tanta felonia, apoderam-se os holandeses de tôdas as armas, munições, dinheiro, jóias, mercadorias e alfaias das igrejas, que encontraram; multaram os moradores em 600 caixas de açúcar, e como de costume, praticaram tôda a sorte de tropelias, atentados e barbaridades, em que eram useiros e vezeiros.

Ansiosos por agrandar ainda mais a conquista, logo lançam uma guarda avançada para o rio Gurupí, visando atacar o Pará.

Informado o govêrno do Pará dessas atividades holandesas, logo convocou João Velho do Vale e Cipriano Maciel Aranha, que governavam as capitanias do Cabo Norte e de Cametá, respectivamente, para com suas fôrças virem ajudar a defesa de Belém do Pará. João Velho do Vale acudiu imediatamente com 80 soldados e 1 500 índios, mas, sendo sobretudo um ambicioso torpe, quiz aproveitar a oportunidade para apossar-se do govêrno do Pará, criando em Belém uma situação de instabilidade e lutas.

Dois dias depois, chegam ao Pará dois emissários dos holandeses do Maranhão, trazendo o Tratado de Tréguas e Aliança, que os paraenses já conheciam havia muito, com o objetivo encoberto de impedir que o Pará enviasse socorros ao Maranhão. Recebidos com justa desconfiança, tiveram de retirar-se.

Estando conquistado e ocupado o Estado do Maranhão, e em preparativos o ataque ao Pará, Maurício de Nassau que não tinha argumentos para justificar êsses atos, foi, pelos Estados Gerais, apoiado decisivamente,

com a ordem que recebeu, "que não autorizava o Conde Maurício de Nassau a suspender ou cessar as hostilidades contra os portuguêses, senão depois que o Tratado de Tréguas e Aliança fôsse ratificado".

Foi com os corações cheios de ódio e raiva, que os filhos da terra viram as felonias, a duplicidade, a má fé, a baixeza de caráter dos holandeses, e, cheios de desprêso e asco, contemplaram a bajulação, a ignomínia, as capitulações aviltantes dos portuguêses ante o inimigo hereje. E tudo isso, em vez de abater os filhos da terra, em vez de fazê-los curvar a cerviz ao jugo detestado dos holandeses, faz com que êles se levantem em tôda a grandeza de sua estatura moral, resolutos, decididos, cheios de um doido furor de repulsa contra essa cúpida e nojenta escória humana da Europa, cada vez mais amorosos da terra que os vira nascer, crescer e fazerem-se homens.

Se todos os filhos da terra, ao dar-se a invasão, haviam coêsos, unísonos, coordenado seus esforços para enfrentar os holandeses, desarmados, desmuniciados e bisonhos na arte da guerra, já agora, mais firmes nos seus sentimentos, mais bem armados, mais adextrados, mais conscientes de sua fôrça, iam arremeter resolutos contra o inimigo e contra todos os que, em Portugal, ousavam contemporizar com êle, sacrificando o Brasil.

Sabiam, bem, os filhos das várias capitanias, que daí em diante a luta seria mais árdua ainda, mais cheia de sacrifícios, mais penosa. Foi com firme decisão que as posições foram definidas, clara e precisamente. Ninguém mais quer bater-se pela Espanha ou Portugal. Agora, todos querem bater-se, com coragem indômita, pelo Brasil!

Convictos todos de que, só nas armas há solução para a libertação do Brasil, começaram a progredir ràpidamente os entendimentos para uma insurreição geral; e se não eclode logo, é porque imensos são ainda os obstáculos a vencer. Não é a política de tibieza e acomodamentos ser-

vis de Portugal, mas, os sacrifícios imensos que custava a obtenção de armas, munições e víveres.

Por todo o Brasil alarga-se sem peias, com sadio entusiasmo, o velho espírito de luta tenaz contra o holandês, enquanto os preparativos são feitos paulatinamente. Tal feição tomou o movimento, que Maurício de Nassau passou a temer a tormenta tremenda que se avizinhava. Como político, Nassau sentiu a grandiosidade da comunhão de todos os filhos da terra com o ideal da reconquista da sua terra, e o perigo que isso representa para o domínio holandês no Brasil.

A libertação da terra brasileira, não era mais questão de baianos, pernambucanos, paulistas, paraibanos ou maranhenses; era problema vital de todos os filhos da terra, de norte a sul.

Por sua vez, os holandeses começaram a sofrer uma série de contratempos graves; um extraordinário período de chuvas pesadas acarretou grandes inundações de todos os rios, que destruiram as plantações, arrazaram casas e engenhos e causaram a morte de muita gente e milhares de cabeças de gado, principalmente na várzea do rio Capiberibe. Passadas as inundações, fizeram-se sentir suas conseqüências normais. Em seguida surgiu uma violenta epidemia de varíola, que dissimou a população, de preferência atingindo os escravos negros, que morriam aos magotes.

Não só os holandeses tiveram que deixar de lado tudo o que estavam fazendo, para acudir a população, com enormes despezas, senão que, a população ficou incapacitada de pagar os impostos até então exigidos com todo o rigor. O choque que os argentários holandeses sofreram, com estas coisas, foi tremendo.

Lutavam ainda os holandeses com essas dificuldades, quando, a 26 de agôsto de 1642, chega à Bahia o novo Governador Geral, Antônio Teles da Silva, que vinha perfeitamente instruído, com tôda a diplomacia e habilidade, para fazer uma política de observância das tréguas

com os holandeses. Mas, chegando ao Brasil, viu a impossibilidade de agir de acôrdo com as instruções.

Nassau, em dificuldades com a situação causada pelas enchentes e pela epidemia de varíola, premido pelos constantes pedidos da Holanda, de reduzir as fôrças, licenciar os voluntários e fazer cortes drásticos nas despezas, quando o que êle pedia insistentemente era tropas, dinheiro e víveres, procurou ganhar tempo no Brasil, demorar o mais possível a eclosão do movimento libertador, que êle sentia bem próximo, enviando à Bahia uma embaixada, para dar parabens ao novo governador e congratular-se pela vizinhança.

Esta embaixada foi recebida por Teles da Silva com as honras devidas; só as autoridades homenageiam os embaixadores, porque o povo, já ciente da falsa fé e felonia dos ataques a Sergipe e Maranhão, dá as mais claras demonstrações do seu sentimento de hostilidade.

Mas, os diretores da Companhia das Índias Ocidentais que ansiavam por ver Maurício de Nassau abandonar a direção do Brasil holandês, descem à mesquinharia de cortar 50% das despezas na alimentação dêle e suas casas civil e militar. Nassau, que usara e abusara de meios semelhantes no Brasil, ao sentir na própria carne, fica indignado, e envia à Holanda seu próprio secretário Johan Carl Tolner, para tentar revogar a ordem, aproveitando a oportunidade para mostrar as necessidades por que passava, dispondo apenas de 4.843 soldados, espalhados por todo o Brasil, inclusive os que se achavam em Loanda e S. Tomé.

A resposta do Conselho dos Dezenove, é determinar a Maurício de Nassau que ataque Buenos Aires; Nassau, para mostrar que não estava aparelhado, retarda o mais possível os preparativos do aparelhamento da esquadra, mas, a ordem dos diretores da Companhia não foi cumprida, porque, a 11 de dezembro de 1642, chegava a Recife a notícia da sublevação do Maranhão, concomitante-

mente com a da rebelião de S. Tomé, o que causou grande alarme entre os holandeses.

Nassau também teve conhecimento nessa ocasião, de um próximo levantamento em Pernambuco e Sergipe, onde os chefes das fôrças nativas mantinham entendimentos, e ficou sobressaltado, pensando na soma imensa de 5.700,000 de florins que alguns portuguêses deviam à Companhia das Índias Ocidentais, e que não via possibilidade de recuperar.

A Companhia, que mais que nunca estava interessada em conquistar Buenos Aires, cujo saque deveria dar-lhe riquezas sem conta, manda a Recife um diretor, Hendrick Brouwer, para acabar com as hesitações de Maurício de Nassau e levar a cabo a expedição projetada; chegou êle a 24 de dezembro de 1642 e, em menos de um mês completou a lotação da esquadra, de 4 grandes naus e 1 hiate, e a 15 de janeiro de 1643, velejava para o sul.

Libertação do Maranhão

Mas, que se passara no Maranhão? Desde que os holandeses se apossaram dêsse Estado, agem de forma violenta contra a religião, a língua, os costumes, os bens e a própria raça dos moradores. Todos os insultos, tôdas as tropelias e barbaridades êles se permitem, causando profunda indignação entre os moradores, que não mais os suportando, levantam-se sob o comando do senhor de engenho Antônio Muniz Barreiros, sobrinho do Padre Lopo do Couto, que os holandeses haviam aprisionado e remetido para a Holanda.

Foi o Padre Lopo do Couto a alma da organização da revolta dos moradores, e o fator decisivo para convencer Antônio Muniz Barreiros a aceitar a chefia do movimento. Como sem os índios nada fôsse possível fazer, e como as aldeias indígenas estivessem tôdas sob o contrôle holandês, Muniz Barreiros, com habilidade, chamou secretamente os chefes indígenas Joacaba, Mitagáia, Henrique

de Albuquerque e outros, e exortou-os a tomar armas contra os holandeses, prometendo-lhes que, se vencessem, mandaria numerosos padres para as suas aldeias, a fim de ensinar seus filhos.

O Padre Lopo do Couto, faleceu em fins de 1642, mas, a libertação do Maranhão, sua obra, deixara-a pronta para ser realizada.

Recolhendo as mulheres e crianças a lugares seguros, no interior, informa o Padre Benedito Amodeu em carta ao Geral Padre Caraffa, de 3 de dezembro de 1646, começaram os maranhenses a agir com decisão. O plano inicial era atacar os cinco engenhos de açúcar, onde estavam de guarnição uns 300 soldados holandeses, mas, ao se reunirem os revoltosos, sendo poucos, decidiram atacar engenho por engenho, na noite de 30 de setembro de 1642.

No primeiro engenho que atacaram, pertencente a Bento Maciel, todos os holandeses que lá estavam foram surpreendidos e massacrados; aumentando o número de homens armados com as armas holandesas aí tomadas, atacam o segundo engenho, êste do próprio Antônio Muniz Barreiros, onde os holandeses de guarda foram mortos a bala, a espada e queimados nos ranchos de sapê onde se entrincheiraram. No terceiro engenho, localizado próximo ao forte, a surprêsa foi total, não escapando, também, aí, nenhum holandês. O mesmo sucedeu no quarto engenho. No último engenho a atacar, do sargento mor Antônio Teixeira de Melo, êste, salvou a vida de alguns soldados holandeses aprisionados e que iam ser sacrificados.

Reunidos todos os homens, outra vez, já bem armados e municiados, resolveu Muniz Barreiros atacar o forte do Salvador, na margem esquerda do rio Itapicurú, próximo à foz, que tinha 70 homens de guarnição e 8 canhões. Os maranhenses surpreenderam o forte, passando a fio de espada seus defensores, com exceção de um pequeno

grupo de soldados que se abrigou sob um crucifixo seguro pelo padre, por serem êles mercenários franceses católicos.

A legião dos maranhenses avolumava-se consideràvelmente com mais moradores e índios, que com os revoltosos vinham lutar contra o ódio do inimigo. Guarnecido o forte do Calvário, Muniz Barreiros marchou para atacar o forte de S. Felipe.

Um índio, que fugira de um dos engenhos atacados, correu para avisar os holandeses; êstes, mandam um piquete reconhecer a tropa que vinha atacá-los. Por sua vez Muniz Barreiros mandara uma patrulha de 30 homens reconhecer o forte, patrulha que, pelo caminho foi sendo reforçada por voluntários brancos e índios que a ela se juntavam; no encontro, tal foi a fúria dos revoltosos, que em poucos instantes foi o piquete holandês destroçado e morto.

Muniz Barreiros chegando próximo ao forte, fortificou-se em uma posição excelente, e pôs uma guarda avançada no rio Cotim. Por alguns índios que a êle vieram juntar-se, soube Muniz Barreiros que os holandeses, no dia seguinte, iam atacar sua guarda avançada, mandando então preparar-lhes uma emboscada. Tão bem sucedido foi, que dos 120 atacantes holandeses só escaparam cinco. Se Muniz Barreiros tivesse imediatamente marchado sôbre o forte, aproveitando a vitória que acabara de conseguir, sem dúvida o teria conquistado; por pressão de Antônio Teixeira de Melo, pessoa de grande autoridade local, o avanço não se fêz, perdendo os maranhenses a oportunidade.

Muniz Barreiros, dois dias depois, não podendo mais conter o entusiasmo de sua gente, marcha para a cidade, indo ocupar o convento do Carmo, a tiro de escopeta dos muros; patrulhas diversas aproximam-se ainda mais do forte, cercando-o e mantendo vivas hostilidades. Nenhum dos contendores se sentia suficientemente forte para atacar o outro.

Os holandeses mandam pedir urgentemente socôrro em Recife, enquanto os maranhenses faziam o mesmo ao Pará. Já vimos que, desde o início da ocupação do Maranhão, os holandeses haviam tentado impedir a vinda de socorros do Pará; quando o governador do Pará recebeu o pedido de socorros de Muniz Barreiros, logo apelou para João Velho do Vale e seu irmão, que, com cêrca de 800 homens e centenas de índios, partem em 50 canoas, indo chegar a S. Luiz em princípios de janeiro de 1643.

Muniz Barreiros, doente, deixou o comando, sendo substituído por outro senhor de engenho, Antônio Teixeira de Melo, que se mostrou à altura do cargo; os holandeses, tendo recebido a 15 de janeiro de 1643 os reforços pedidos, 200 índios do Ceará comandados por Gedeon Morritz, acham necessário escarmentar os revoltosos, atacando o Carmo, a 17 de janeiro. Os maranhenses e paraenses infligem aos holandeses duro revez, matando-lhes muita gente; antes de falecer, nessa tarde, Muniz Barreiros teve o grato prazer de saber da esplêndida vitória de sua gente.

Mas, Teixeira de Melo via-se já a braços com a extrema dificuldade de obter munições e víveres para sua gente, e o expediente que lhe ocorreu foi sair da ilha para o continente; a 25 de janeiro, de noite, leva êle sua tropa, com a intenção de ocupar uma boa posição nas cabeceiras do rio Cotim. Os holandeses pressentindo a retirada, enviam o Capitão Jacob Evers com 30 soldados e 150 índios, dos que haviam chegado como refôrço, em perseguição às fôrças de Teixeira de Melo; êste, ao passar o rio Cotim, sabendo estar sendo perseguido, armou aí uma emboscada.

Os holandeses foram batidos e mortos sem misericórdia; os retirantes, animados com mais essa vitória, voltam a tomar posição na ilha, em frente ao forte do Calvário, em Moruapí, em um ponto de onde se dominava as redondezas, em tôrno do qual espalhou Teixeira de Melo suas patrulhas de vigilância.

Os moradores de S. Luiz que não puderam acompanhar as tropas insurretas, ou não quizeram sair da cidade com receio da perda de seus bens, sofreram horrores nas mãos dos holandeses. Pieter Baas, o governador holandês do Maranhão, mandou entregar aos índios do Ceará, vinte e cinco portuguêses, para serem devorados, em represália à morte dos que haviam caído na emboscada do rio Cotim; a outros cinqüenta, mandou vender como escravos em Barbados; entregou ao saque da soldadesca tôdas as casas, e expulsou da cidade tôdas as mulheres, despojadas de suas jóias e roupas do corpo.

A situação dos maranhenses era de impasses, e isso mais aumentava o ódio que sentiam pelos holandeses; os paraenses, desiludidos, queriam retirar-se, e os seus chefes, os Maciel, viviam provocando a anarquia. Teixeira de Melo, depois de fazer arrazar o forte do Calvário, retira-se com sua gente para Tapuitapéra. Aí chegando, os Maciel desligam-se dêle, partindo com sua tropa para Belém do Pará, levando ainda consigo muita gente do Maranhão, que, atemorizada, pôs-se em marcha por terra, pelo caminho então existente.

Estava Teixeira de Melo quase desesperado, quando inesperadamente lhe chega valioso socôrro de munições mandado pelo governador Geral Teles da Silva. Reencorajados, os patriotas decidem renovar a luta, embora fôssem só 60 brancos e 200 índios; e já estavam de partida de Tapuitapera, quando chega uma esquadrilha holandesa ali, com a proposta, a Teixeira de Melo, de retornar a S. Luiz, que seria nomeado governador dos portuguêses, com autoridade independente do comando holandês.

Teixeira de Melo, respondeu-lhe por escrito, que de fato tinha a intenção de ir logo para São Luiz, mas, antes disso havia de enxotar de lá os holandeses. Êstes furiosos com a resposta de Teixeira de Melo, deram ordem de não ser dado mais quartel aos insurretos; Teixeira de Melo, responde-lhes mais altivamente, dando a ordem de extermínio dos holandeses, onde estivessem.

E incontinenti, embora Teixeira de Melo soubesse que os holandeses acabavam de receber reforços, desloca-se para uma nova posição a fim de melhor hostilizar os holandeses; deixando as famílias em Tapuitapera, vai com os seus combatentes fixar-se nas margens do rio Mosquito.

Dias depois, ouvindo Teixeira de Melo tiros de canhão, manda 60 homens em canoas verificar o que havia; êstes, tendo encontrado uma lancha holandesa com 27 homens e dois canhões, assaltam-na, e ufanos trazem a prêsa, deixando de apurar a causa daqueles tiros de canhão.

Logo depois soube Teixeira de Melo, que os tiros de canhão haviam sido dados por ordem de Pedro de Albuquerque, que vinha de Portugal com alguns reforços, e que os dera para saber o que se passava em S. Luiz; não tendo tido resposta, resolveu seguir para Belém do Pará, mas, batendo em um recife desconhecido, naufragou à entrada da barra, salvando-se apenas parte da tripulação e passageiros.

Com êsse insignificante apoio, começou então, Teixeira de Melo, uma série de furiosos ataques contra os holandeses, na ilha, acabando por impedí-los totalmente de sair da cidade. A 20 de julho de 1643, o governador Pieter Baas, temendo que a situação piorasse e êle não mais pudesse sair, retira-se para Recife, deixando Gedeon Morritz no comando e govêrno. E' que os revoltosos apertavam tanto os holandeses, que êstes já se achavam confinados só no forte.

Em fins de 1643, Pedro de Albuquerque, então Governador do Pará, manda o capitão Antônio de Deus com reforços cooperar com Teixeira de Melo; êsse refôrço era desnecessário, porque os 600 holandeses que estavam no forte, só não fugiam porque não dispunham de embarcações.

Nos primeiros dias de fevereiro de 1644, uma barca portuguêsa acossada por violento temporal deu à costa na

baía de Araçagí, tendo os holandeses imediatamente se apossado dela; concertaram-na, lotaram-na com tudo o que puderam carregar, encravaram os canhões do forte, destruiram ali tudo o que puderam, e a 28 de fevereiro de 1644, partiram para Recife.

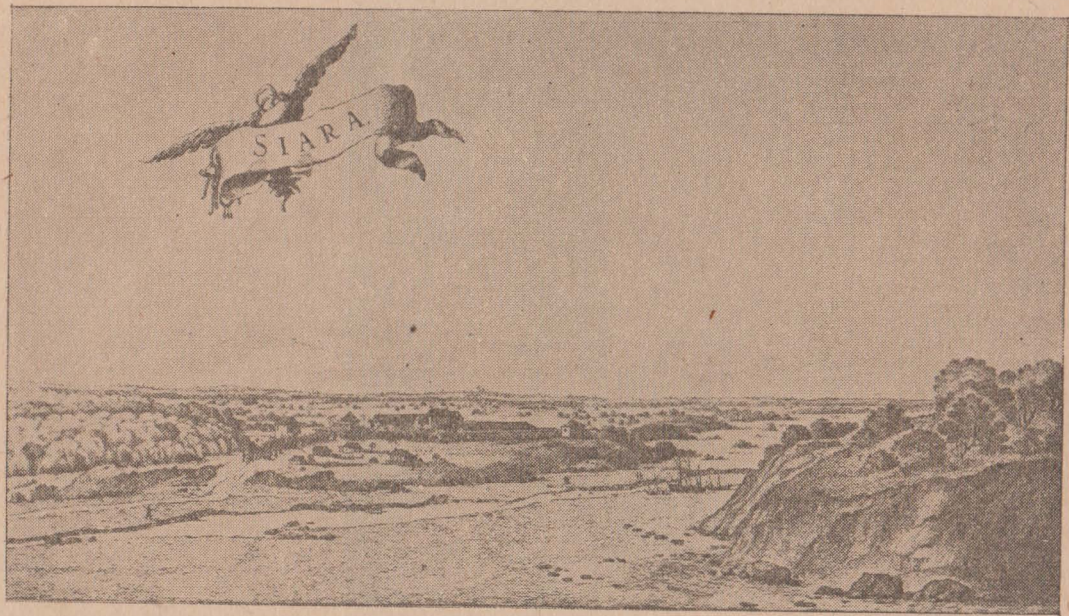
Estava, enfim, livre do domínio holandês o Maranhão. Êste fato ia ter imensa e profunda repercussão em todo o Brasil, porque a libertação se fizera exclusivamente pelos esforços dos filhos da terra.

Libertação do Ceará

Quando Gedeon Morritz, governador holandês do Ceará, recebeu ordem de Maurício de Nassau para enviar socorros a Pieter Baas, governador holandês do Maranhão, em sérias dificuldades com a revolta dos moradores daquêle Estado, arrebanhou 200 índios quase à fôrça, sob promessas de grandes benefícios; mas, ao chegar ao Maranhão, sempre os colocou nos postos mais perigosos e nas sortidas mais temerosas, com isso acarretando a morte da maioria dêsses índios.

Os índios sobreviventes, sem sequer receber suas soldadas, desertaram para o Ceará cheios de ódios, ali fazendo intensa propaganda de vingança contra os holandeses. Em breve, aquela cólera cheia de sêde de sangue explodiu entre os índios, arremetendo êles ferozmente contra os holandeses da guarnição, "chefiados por Jacoruna Merim, Taparatin da Serra e Orubú Acanga, principais de suas tribus, com o pretexto de lhes não pagarem os salários estipulados".

Gedeon Morritz, que ao seguir para o Maranhão pedira a Nassau para não ser substituído na governança, pois, queria mantê-la, tais os lucros que dali tirava, logo que soube da revolta dos índios do Ceará, passou o comando do forte a Wiltshut, e partiu com sua gente para o Ceará, nos hiates "Husewint' e "Brack".

SIARA.

Palâcio da Boa Vista

Enquanto isso, os índios do Ceará conseguiam apossar-se do forte do rio Ceará e dos redutos ao norte e ao sul do mesmo, matando todos os holandeses.

Barleus, mais explícito, nos conta: "Bandos de Brasileiros, chamados à guerra, tinham ardilosamente tomado o forte ocupado pelos holandeses e o arrazaram, trucidando o Governador Gedeon Morritz, todos os soldados da guarnição e até os trabalhadores estabelecidos não longe dêle nas salinas de Upanema. A mesma sorte estava reservada para o Comissário do Maranhão. Ignorando o que ali havia acontecido, arribou àquele infeliz lugar para recensear os soldados e caiu nas mãos dos rebeldes, perecendo com todos os seus de morte semelhante.

Além disso, como se achasse em reparos no pôrto do Ceará um dos nossos patachos, desembarcaram num barco o patrão do navio, um capitão, um tenente e alguns soldados razos, os quais os cearenses, encobrindo o ódio com blandícias, mataram sem êles os esperarem. Evadiram-se três marinheiros que se haviam escondido no mato, e viram o forte derrubado e os seus entulhos".

Barleus equivoca-se quando diz que Gedeon Morritz foi morto no forte. A verdade é que, ao chegarem ao Ceará aqueles dois hiates, foram surpreendidos pelos índios, raros sendo os que escaparam com vida; Gedeon Morritz, os comandantes dos hiates e todos os oficiais, foram mortos.

Assim, ficou o Ceará liberto dos holandeses.

A notícia da vitória dos moradores do Maranhão libertando-se, e da perda do Ceará, com o sacrifício de tôda a guarnição e ainda a perda de quase todos os tripulantes e passageiros dos dois hiates, causou tremenda impressão em Recife, onde os holandeses passaram a esperar uma reação violenta em Pernambuco e Sergipe.

E' claro que, o trombetear da vitória do Maranhão e Ceará não só enchia de gozo o coração dos filhos da terra, como também, vinha dar um grande estímulo à ânsia

de liberdade do jugo holandês nas outras capitanias difìcilmente suportado.

Nassau compreendeu que o fim do domínio holandês estava muito próximo. Prevenido por seu parente o Príncipe de Orange, por amigos, ou descobrindo por si próprio, que a aguda crise européia da Guerra dos Trinta anos chegava ao seu climax, pois, a Holanda, a França e os protestantes da Alemanha enfrentavam o imperador da Alemanha e o rei da Espanha, e que certamente nenhum socôrro seria mais enviado a Pernambuco, como de fato não veiu, resolveu demitir-se imediatamente do cargo, apurar tudo o que pudesse em Pernambuco e seguir para a Holanda. Prepara seu testamento político, pregando o que não realizara, e a 6 de maio de 1644 entrega o poder ao Grande Conselho, constituído então, pelos conselheiros Hamel, Van Bullestraten e Pieter Baas, na presença de tôdas as autoridades holandesas, clero protestante, chefes e oficiais das fôrças de ocupação, lendo-o com ênfase e segurança.

A 11 de maio de 1644, Maurício de Nassau segue a cavalo, por Olinda, até a Paraíba, onde a 22 de maio embarca com enorme quantidade de negociantes e autoridades civis e militares, para a Holanda, certos êstes de que, com a saída de Nassau estava o Brasil perdido para a Holanda.

Nassau velejou a 23 de maio de 1644, não sem antes profetizar que "o Brasil estava perdido para sempre"; partiu cercado da afeição e do respeito de muita gente, "não pelo que devião, senão pelo que receavão".

Não são poucos os historiadores que atribuem à retirada de Maurício de Nassau do govêrno holandês do Brasil, a perda dêsse domínio pela Holanda, mas, os fatos comprovam sobejamente, que a decadência do domínio holandês começara a processar-se desde 1640, e que foram as perdas do Maranhão e Ceará que levaram àquele político a partir, antes da derrocada total,

Mas, já então, Maurício de Nassau havia amontoado grande fortuna no Brasil, que lhe permitiu construir em Haia o belo palácio Maurithius, todo de mármore, hoje Museu Real.

E' certo que, a princípio, a marcha da decadência dêsse domínio, em função do fortalecimento das energias defensivas do Brasil, foi se processando vagarosamente, acelerando progressivamente com o passar dos dias e meses. A retomada do Maranhão, foi uma clarinada vibrante de rebate geral, um verdadeiro apêlo às armas para todos os brasileiros.

O Conde de Nassau e sua obra

Historiadores estrangeiros e nacionais, ao analisarem a obra de Maurício de Nassau no Govêrno das Capitanias do nordeste do Brasil, ocupadas pelos holandeses, não sabemos por que motivo, têm sido pródigos em elogios ao Conde de Nassau, até ao exagêro.

Alguns dêles, derramam-se em quantos adjetivos grandiosos puderam dispôr, atribuindo-lhe todos os nobres atributos da espécie humana. Outros, mais modestos, regalam-lhe títulos Maiúsculos, ressaltando qualidades, até imaginárias, que Nassau possuia. Não se justificam, de forma alguma, êstes exagêros.

Em todos os seus atos, tinha sempre uma grande vantagem, que era ser de sangue real, numa época em que a nobreza pontificava, e todos a ela se curvavam cheios de respeito e mêdo; amigo e parente do Stathouder, estava ligado às mais destacadas casas nobres da Europa; educado como nobre, para as funções de chefia e de mando, aprendera como agir pòliticamente, como governar.

Nascido no Castelo de Dillemburg, a 17 de junho de 1604, êle foi criado em um meio seleto; adquirira o gôsto pelas belas artes, e como era hábito entre muitos nobres europeus, fazia gala de seus requintes sociais. Dotado de um magnetismo pessoal acentuado, tornava-se simpá-

tico às pessoas com que tratava; a nosso ver, o Conde de Nassau só merece elogios francos e sinceros, por seu estímulo às artes e ciências.

E' bem verdade que, só isso é bastante para distanciá-lo de léguas daqueles com quem entrava em confronto, mas, não é suficiente para que se o endeuse. Reconhecemos, também, que o problema com que Nassau se defrontava era complexo por demais, exigindo dotes excepcionais de quem tentasse resolvê-lo a contento; êle viera representando uma companhia comercial que era uma associação de corsários, que visava só e exclusivamente lucros imensos, fáceis e imediatos, e, para maior dificuldade, não tinham os holandeses o menor pendor para colonizadores racionais.

Além disso, Nassau, que tinha recebido u'a missão política do Govêrno da Holanda, ao vir para o Brasil com amplos poderes, que o tornavam igual a um rei, havia de ficar fascinado pela natureza exuberante da terra que vinha governar, que prendia os mais refratários, e havia de terminar sonhando ser seu único senhor e dono, o que o fazia entrar em luta com os dirigentes da Companhia.

Os maiorais da Companhia, aqueles do Conselho dos Dezenove, bem informados, hábeis e inteligentes, cêdo pressentiram os sentimentos de Nassau, e começaram a cortar as asas de seu sonho e a forçá-lo ao cumprimento da missão que aceitara, que em absoluto não era fazer-se rei do nordeste do Brasil.

Ao hesitar êle em seguir as diretivas traçadas, recebe ordem de exonerar-se do govêrno e seguir para a Holanda; confiado na missão que recebera do Stathouder, nega-se a obedecer, alegando que tal ordem não tinha a sanção dos Estados Gerais. O Conselho dos Dezenove silenciou, mas, por outros meios ia compelí-lo a cumprir as ordens. E em pouco, Nassau agia de outro modo, tal a pressão que sofreu.

Dando-se um balanço em todo o território conquistado pelos holandeses, verifica-se fàcilmente que, a não

Maurício — Conde de Nassau

ser em Recife, não deixou Nassau nenhum benefício, nenhuma obra duradoura, em tôda essa vasta área que vai do rio Real ao Maranhão.

A Câmara de Escabinos por êle criada, que muitos historiadores dão como a primeira assembléia legislativa da América do Sul, só teòricamente pode ser assim classificada. Basta considerarmos que em Pernambuco de então, com seu regime de Casas Grandes e Senzalas, não comportava, nem podia comportar, uma classe média. Havia os extremos: o mais alto e o mais baixo. Senhores è escravos.

Se atentarmos para os representantes indicados para essa Câmara, que tudo leva a crêr era uma mera imitação dos Senados da Câmara portuguêses, vamos encontrar ali, representantes da aristocracia rural pernambucana, como João Fernandes Vieira e Antônio Cavalcanti. No ambiente holandês essa inovação não podia vicejar; foi necessário a Nassau entregá-la inteiramente aos holandeses para que sobrevivesse; mas, então, foi ela um mero instrumento de extorsões, violências, injustiças e tirania.

Que fêz a Câmara de Escabinos que justificasse tantos e tais ditirambos laudatórios a Nassau? Nada.

Em Recife, de 1637 a 1644, "tudo o que faz é aos poucos, sem ordem, sem uniformidade, mesmo sem sistema; transigindo agora, impondo amanhã; alterando hoje o que ontem decretara; volvendo hoje para trás do avanço que dera na véspera". Assim era Nassau.

Uma questão básica como era a da língua a ser adotada oficialmente, em uma conquista onde os holandeses eram minoria gritante, fixa êle o holandês como língua oficial, que ninguém na terra conhecia, a não ser alguns judeus e cristãos novos europeus.

Na questão das propriedades, suas soluções são espantosas, tanto quanto na questão das colheitas. Os saques legais de gêneros alimentícios, autorizados por Nassau, não o recomendam em absoluto como nada daquilo que seus penegiristas gritam.

Se se verifica, qual a atitude de Nassau com o comércio, vai-se encontrar tôda a sorte de iniquidades e violências, provas patentes de uma arbitrariedade insensata, gerada pela cobiça.

O caso do confisco e leilão dos engenhos abandonados pelos seus donos, é típico; em vez de pô-los a trabalhar novamente, produzindo açúcar que era o ouro da época, preferiu êle embolsar a porcentagem que lhe cabia, de 40.000 florins.

Pernambuco tinha algodão em quantidade e a Holanda era um dos maiores produtores texteis; acaso providenciou Nassau a instalação de uma fiação em Recife?

Quando seus lucros sofriam ameaças, não hesitava êle em fechar o pôrto à exportação.

Não provou Capistrano, ter Nassau se associado a Gaspar Dias nos contrabandos?

Quando Robert Southey diz que "os holandeses eram menos liberais que suas leis", é evidente que se referia aos decretos baixados, altisonantes, pomposos, de fachada, que não eram cumpridos, ou eram logo revogados, como aquele da liberdade de religião. Nassau o baixara, pouco depois de assumir o govêrno, e o recomendara ao sair, mas, é êle mesmo quem expulsa o clero católico, quem proibe aos sacerdotes católicos o exercício dos seus cultos. Onde, seu respeito à liberdade de crença?

E' Nassau quem determina, que só são legais as uniões celebradas por ministros protestantes. Onde, a proteção à família? Não é êle quem decreta, que só protestantes holandeses podem dar instrução religiosa? Não é êle que obriga os asilos, hospitais e Casas de Misericórdia, a só admitirem pastores protestantes holandeses? Como havia uma língua oficial, havia, também, uma religião oficial holandesa. Nassau era muito religioso, mas, isso não o impedia de receber metade dos lucros dos escravos negros vindos de S. Jorge da Mina, e de mandar capturar índios e negros, antes libertados da escravidão. Nem os índios escaparam à escravidão, uma vez que da-

vam lucros, e a carta de Gedeon Morritz é muito clara e expressiva, para que alguém tente negá-la. Nem mesmo os brancos escaparam, nas mãos de Nassau, ao tráfico infame, pois já vimos como brancos prisioneiros no Maranhão, foram mandados vender como escravos em Barbados, por Pieter Baas.

Nassau, se cuidou da limpeza pública, proibindo o lançamento de detritos nos rios, descarga de lixo dos navios no pôrto, e obrigando os moradores a cobrirem as ruas com areia; se criou os mercados públicos e os bombeiros em Recife; se autorizou a reconstrução de Olinda, e construiu uma ponte de serventia pública entre Antônio Vaz e Recife, não se esqueceu de importar cães ferozes para capturar índios e escravos fugidos, de incentivar o cativeiro na África para ter braços na exploração do açúcar, de estimular e autorizar as barbaridades e morticínios dos moradores da terra, de fechar os olhos à depravação moral geral e à venalidade da justiça holandesa, depois de fingir coibí-las nos primeiros dias de govêrno.

A Câmara de Escabinos que criou, com o aparente objetivo de conquistar os moradores da terra, com uma administração em que êles mesmos tomassem parte, encobria o ansioso desejo de destruir a fôrça política da aristocracia rural das casas grandes.

O autor de "Castrioto Luzitano" aponta-nos outra face negra do caráter de Nassau, quando nos conta que: "aos sacerdotes, a uns desterrou, a outros prendeu, a muitos destruiu; dois religiosos foram condenados à fôrca. Voltando do ataque à Bahia, deu o prazo de um mês para que todos os sacerdotes deixassem a terra, sob pena de morte, fazendo-os recolher à ilha de Itamaracá onde foram prêsos e mantidos despidos; depois os mandou embarcar e deitar em vários desertos das Índias de Castela, nús, feridos e separados".

E' êsse mesmo autor quem nos relata ainda: "Chegarão ao Arrecife muitos seculares e esclesiásticos que o Flamengo trouxera de Angola como escravo".

Historiadores há, que reiteram no êrro de afirmar que Nassau foi o introdutor da policultura em Pernambuco, esquecendo-se que ali já havia grandes culturas de fumo, algodão, mandioca e gengibre, e que o anil era nativo e abundante. Sofismando, outros negam valor a essas culturas. Se tal não fôsse verdade, proibiria a Espanha a cultura do gengibre no nordeste? Se fôssem culturas insignificantes, o autor de "Terra do Brasil", não teria escrito que "a cultura do fumo desde cêdo tomou vulto e teve relativa prosperidade".

No seu testamento político, a "Memória" que êle dirigiu aos membros do Conselho Político de Recife, quando prevendo a derrota próxima, resolveu retornar à Holanda, é evidente que êle não iria dizer que havia sido subornado, que havia recebido presentes com segunda intenção, nem que havia mantido os escultetos, tiranêtes, régulos de aldeia, porque isso lhe convinha pessoalmente. E, se recomendou um tratamento especial para os portuguêses, entre êles incluindo os brasileiros, — cortesia, benevolencia e boas maneiras —, não se esqueceu de recomendar igualmente, "a necessidade de com o tempo e em boa ocasião expulsá-los do país, principalmente os mais poderosos e qualificados".

Nesse documento, Nassau especificou uma série de providências que êle aconselhava tomarem, idéias para um govêrno sábio, mas, que êle nunca tomara! Nem poderia tomar, pois, até seu próprio país prejudicava, uma vez que era sócio do conhecido contrabandista Gaspar Dias.

O amor de Nassau pela natureza e o estímulo pelas artes, destacou-se desde a primeira hora, porque trouxera da Europa consigo, grandes homens de cultura, alguns dos quais incorporaram-se à nossa História.

O arquiteto Pieter Post, a quem êle confiou o planejamento de Recife e a construção do palácio de Vrijburch, conhecido pelos da terra sob o nome de Friburgo; o pintor

Franz Post (*), que fêz inúmeras telas reproduzindo a natureza e coisas do Brasil; os naturalistas George Marcgraf e Willem Piso, que construiram um observatório astronômico, fizeram observações dêsse tipo, colheram dados meteorológicos, tomaram alturas de vários pontos, prepararam cartas e mapas das capitanias, e cujos dados figuram no "Tratado Topográfico do Brasil".

Êsses mesmos sábios, estudaram a flora e a fauna das capitanias, condensando suas observações no livro "História Natural do Brasil"; E. Eckout, pintor, com os irmãos Post, muito concorreu para o embelezamento de Recife; Elias Herckman, que nos deixou sua monografia geográfica "Descrição Geral da Capitania da Paraíba"; e o capelão Franz Plante, poeta, que cantou a beleza de nossa terra.

Com o auxílio dêsses homens e seu bom gôsto, Nassau fêz um jardim encantador e um pomar esplêndido, no seu palácio de Vrijburch, para onde transplantou árvores vivas de 10 metros e mais, de altura, com tal habilidade, que passaram a produzir mais que dantes.

Além dêste palácio, Nassau fêz construir o da Boa Vista, que adotou como casa de campo, aí mantendo ricas cavalariças, pois era possuidor dos melhores cavalos da conquista. Mas, não ordenou êle a devastação de Itamaracá? Não arrazou outras povoações?

De útil, de real, de duradouro, Nassau só fêz uma coisa: aproveitar a ilha de Antônio Vaz, o que fêz, por medida de segurança própria. Essa ilha, arenosa, baixa, em grande parte sujeita às inundações nas marés altas e nas cheias do rio Beberibe e do Capiberibe, contra a vontade de Conselho do Recife, foi por êle recortada de canais de drenagem, mais tarde transformados em canais de tráfego comercial intenso; foi circunvalada, para defendê-la da invasão das águas, e com diques, atêrros e

---

(*) Nassau vendeu grande parte das telas de Post, de motivos brasileiros, ao rei Luiz XIV, da França.

outras proteções, Nassau conseguiu elevar-lhe o nível e dessecá-la.

A ilha, foi então, arborizada, com muitas árvores do Brasil e da África, de acôrdo com o plano de urbanização feito por Post; Nassau dirigiu pessoalmente a construção das casas, de modo que, em pouco tempo surgiu ali, radiante, a nova cidade, Mauritzstadt, a cidade Maurícia. Os próprios holandeses, por medida de defesa, queimaram seus palácios e sua Mauritzstadt, de modo que, o aproveitamento da ilha, é a única obra de Nassau que ficou para atestar sua passagem pelo Brasil e seu esfôrço construtivo. Todo o mais desapareceu.

XII

A BATALHA DO MONTE DAS TABOCAS

Declínio do poder holandês — Teles da Silva e os embaixadores dos holandeses — A revolução — A cabeça de Fernandes Vieira a prêmio — A batalha — Sua importância e como está consagrada.

A notável vitória dos insurretos do Maranhão, foi um poderoso estímulo a quantos ansiavam por libertar-se do domínio holandês; a repercussão daquele feito, conseguido só por brasileiros, vibrou intensamente no sentimento nacional, como um grito de esperança, como um apêlo às armas.

Prontamente foi atendido êsse apêlo por todos os homens do Brasil, cada um dêles procurando neutralizar os holandeses, impedir o seu comércio, amontoar para êles dificuldades, enquanto não chegava a hora de pegar em armas.

Os conquistadores revidam com fúria, rigor e violências, criando um verdadeiro ambiente de terror, agindo de preferência junto aos escravos, para que escondessem armas nos engenhos e depois acusassem seus senhores; nas ânsias de, nos últimos momentos, tirar ainda maior proveito, proibiram que os moradores exportassem açúcar, a não ser por seu intermédio, o que sextuplicava o custo da caixa; se o morador queria abater gado, êste tinha de ser entregue ao holandês, que era quem fixava o preço, é

claro, com grande prejuízo para o dono da rês. Tudo isto era agravado mais ainda, pelo espírito de ganância desmedida e corrupção total dos três conselheiros que haviam substituído Maurício de Nassau, um carpinteiro, um lojista e um ourives, segundo Escragnolle Dória. Eram êles os liquidantes do espólio!

A situação dos holandeses agravava-se cada vez mais, porque, além de muita gente haver partido com Nassau, inclusive 11 índios, os judeus e cristãos novos que eram os mais ricos comerciantes, haviam liquidado seus bens, com a maior rapidez possível, e seguido sem detença para Surinam e América do Norte, retirando assim da circulação uma soma considerável de dinheiro. A falta da quase totalidade dos comerciantes, a grande retirada de dinheiro e a diminuição sensível da população holandesa, causaram tremendo choque na jovem colônia, pois o esmagamento repentino do comércio, não só afetava fundamente as rendas, como obrigava à importação da Holanda das coisas mais comezinhas à vida. A escassez de dinheiro, de que Nassau já se queixara, chegando a extremos, tornou normal e quase exclusivo o regime de trocas; os próprios impostos eram pagos em açúcar ou farinha. Se havia dinheiro, êste estava bem escondido.

O sôldo da tropa, havia muito não era pago, de modo que os soldados desertavam ou cobravam por suas próprias mãos o que lhes era devido, multiplicando por cem ou por mil, em rapinas e assaltos, havendo mesmo disfarçada conivência das autoridades.

Diante dessa derrocada, os membros do Conselho sentindo-se incapazes de resolver o grave problema de manter a vida da colônia, desmandam-se em arbitrariedades irritantes: a intolerância religiosa, o aumento extorsivo dos impostos, os abusos do poder, as violências inomináveis, sucedem-se ininterruptamente.

Tudo isto concorre para que a maior parte dos moradores saia de Recife; salvo alguns senhores de engenho, só os negros escravos e os índios são forçados a ficar. O

autor do "Castrioto Lusitano" relata em palavras candentes a que ponto vil chegaram os excessos de violência sexual cometidos pelos holandeses nesse período da ocupação, a ninguém respeitando e tudo fazendo às claras. Muitas pernambucanas mataram-se para não serem conspurcadas, e outras muitas foram mortas por não quererem aceder a bestiais impulsos de luxúria e devassidão.

Por tôda a parte, havia entre os holandeses, um completo renunciamento de consciência, sem exemplo em tempo algum do período colonial.

Na ânsia de salvarem a conquista, os holandeses tentam a fusão da Companhia das Índias Ocidentais com a Companhia das Índias Orientais, inùtilmente, porém. Por sua vez, Gaspar Dias Ferreira, rico comerciante israelita de Recife, íntimo amigo e sócio de Maurício de Nassau, e traidor de seus compatriotas, interessado sobremaneira na salvação do espólio holandês e do próprio, sugere um acôrdo com Portugal, pelo qual a Holanda entregaria as terras conquistadas no Brasil mediante a indenização de 3 milhões de cruzados. A sugestão não foi aceita pelos holandeses, e cremos que, nem foi apresentada aos portuguêses.

Por certo, Gaspar Dias Ferreira ao fazer aquela sugestão, estava certo de que ela vingaria, uma vez que o Padre Antônio Vieira, "mal chegado ao Reino, ganhou a confiança do soberano e entrou-lhe na intimidade como conselheiro engenhoso, grande conhecedor das causas de ultramar", era partidário dos judeus e da aliança com a Holanda, inda que se sacrificasse Pernambuco.

Sobrepunha o Padre Antônio Vieira, Portugal, sua pátria, ao Brasil, e pior, estava pronto a sacrificar tudo o que os holandeses haviam conquistado no Brasil, contanto que Portugal tivesse paz.

Restava saber se os brasileiros concordavam com isso; os grandes batalhadores pela libertação do jugo holandês, Henrique Dias, Felipe Camarão, Luiz Barbalho, Francisco Rebelo, Paulo da Cunha, e muitos outros, não

haviam dissolvido suas fôrças, nem deposto suas armas; mas, bem sabiam êles que, para conseguirem a vitória, mistér se fazia contar com o apoio dos poderosos elementos portuguêses e brasileiros que viviam em Pernambuco, como João Fernandes Vieira, Amador de Araujo, Francisco Beranger de Andrada, Antônio Cavalcanti, e outros.

Êstes, na maioria, queriam autorização de Portugal para fazer a insurreição; João Fernandes Vieira, foi acusado de ter escrito uma carta ao rei de Portugal nesse sentido, mas, temos para nós que os portuguêses e brasileiros que moravam ainda em Pernambuco, ali ficaram exclusivamente para defender seus interêsses, tendo mesmo tirado proveito de suas amistosas relações com os holandeses. E' sabido que Maurício de Nassau "honrou-os com emprêgos, auxiliou-os com empréstimos para reaparelharem os engenhos e fêz-lhes cortezias em Recife aliciando-os hàbilmente".

João Fernandes Vieira, que nascera na ilha da Madeira em 1613, e adotara êsse nome no Brasil, pois seu nome de batismo era Francisco d'Ornelas Moniz, fugira para o Brasil, menino ainda, por ser segundo filho, e no regime de morgádio, nada devia herdar; êle era o mais importante de todos; obtivera dos holandeses o contrato dos dízimos, assás importante, pois, segundo R. Simonsen, em 1631 montavam a 350 mil florins, o que lhe daria gordos proventos.

Mas, seu engenho de S. João era a chave da Várzea.

A solução achada, foi enviar um emissário a Portugal, para obter do rei a palavra de ordem; o designado foi André Vidal de Negreiros que, logo após o desastre do Conde da Tôrre, retirou-se para a Bahia, daí seguindo para Portugal; lá recebeu êle a aprovação do projetado movimento insurrecional, mas, quanto a recursos, só obteve promessas vagas.

Em fins de agôsto de 1642, André Vidal de Negreiros estava de volta, tendo viajado com o governador Geral

(Arquivo Nacional)

Teles da Silva (*) ; logo após chegar à Bahia, seguiu para Pernambuco, a fim de dar ciência aos que o haviam enviado, da resolução real, com a sugestão de que a insurreição devia marchar do norte para o sul, e dentro de um mês. De fato, um mês depois, irrompia a revolta do Maranhão.

Acertou André Vidal de Negreiros com João Fernandes Vieira, aguardarem apenas oportunidade melhor, porque, reunir armas, pólvora, munições e víveres, era coisa difícil e que exigia muito tempo.

A miséria em Pernambuco agravara-se enormemente, porque ninguém mais queria plantar coisa alguma, receiosa dos assaltos dos soldados desertores e da confiscação pelas autoridades holandesas; da Holanda, parcas eram as remessas de víveres ou dinheiro.

As autoridades da Holanda iludidas pelas peremptórias afirmações de amizade e paz que de Portugal vinham, ao receberem os pedidos de Recife de pronta remessa de socorros ante a ameaça de uma grave insurreição, não levavam a sério os pedidos, respondendo ao Conselho de Recife, que deviam confiar e ter calma, e sobretudo, tratar com cordialidade as autoridades portuguêsas do Brasil.

Pelos meiados de 1644, tendo recrudescido os boatos, o Conselho de Recife, que recebera uma representação de João Fernandes Vieira, protestando em nome dos moradores contra o tratamento bárbaro que estavam tendo, resolveu enviar uma embaixada ao Governador Geral Teles da Silva, que havia sido, até então, um homem providencial para o Brasil.

Os embaixadores Gilbert de With e o Major Dirck Hoogstraten, tinham por missão oficial apresentar uma

---

(*) Antônio Telles da Sylva, era filho de "Luiz da Sylva" grande Ministro do Reyno" (de D. João IV); foi mestre de campo general de Alentejo e depois capitão mor da Índia "donde tornou a Portugal, com mayor riqueza que applauzo", diz-nos o autor do "Tácito Portuguez".

reclamação contra os moradores que fugiam de Pernambuco para se eximirem das dívidas que tinham com os holandeses, e, por objetivo real, colhêr informações seguras sôbre o que verdadeiramente havia quanto aos boatos correntes.

O Governador Geral Teles da Silva informou-os de que não podia impedir que moradores do Brasil, fôssem de que capitanias fôssem, entrassem na Bahia, e, quanto aos desertores holandeses que lá se achavam, prometeu enviar-lhes uma lista com o nome de todos êles. Não só não conseguiram os embaixadores saber coisa alguma sôbre os elementos de que dispunha o governador geral, como, tendo os holandeses reclamado que Felipe Camarão e Henrique Dias estavam com suas companhias de emboscadas na fronteira do domínio holandês, Teles da Silva informou-os de que havia enviado êsses seus capitães para ali, porque os mesmos não podiam ficar na Bahia "por serem elementos desesperados".

Ao chegarem à Bahia, os embaixadores holandeses haviam visto duas naus de guerra que saiam barra a fora, e quizeram saber o destino das mesmas; disseram-lhes que elas seguiam para Portugal, mas, de fato, iam as naus cheias de reforços para Angola, a fim de reconquistá-la. O Governador, em tempo tomara suas precauções, ao saber da vinda dêsses embaixadores, recolhendo prêsos a um navio surto no pôrto todos os holandeses e alemães que viviam na Bahia, a fim de com êles não confabularem os representantes do Conselho de Recife.

Para bem avaliarmos o estôfo dêsses embaixadores, basta que se cite o fato de ter um dêles, Dirck Hoogstraten, pessoa de confiança do govêrno holandês, oferecido seus serviços ao Governador Teles da Silva, traindo seus compatriotas, caso êle intentasse a reconquista de Pernambuco. A resposta hábil foi que, na Bahia, ninguém pensava em reconquistar Pernambuco.

Depois disso, a situação em Recife piorou ainda mais, porque a maior parte do gado foi retirada de Pernambu-

co, e os negros escravos e índios começaram a fugir em grande número. Os preparativos para a insurreição continuavam no ritmo costumeiro, quando a reconquista do Maranhão, a queda do Ceará e a retirada de Maurício de Nassau, vieram precipitar os acontecimentos. Todos achavam que a hora havia chegado.

André Vidal de Negreiros, que era a alma do movimento, tira um salvo conduto, e com o mestre de campo Nicoláo Aranha Pacheco, com desculpa de ir visitar a família doente, segue em meiados de agôsto de 1644, na caravela que o governador Teles da Silva puzera à sua disposição, carregada de armas, munições e víveres, para Recife; aí, hospeda-se em casa de João Fernandes Vieira, com quem acerta os planos de ação.

Vai depois à Paraíba, onde descarrega o socôrro que trouxera, que foi entregue aos chefes locais Fernão Rodrigo de Bulhões, Manoel Queiroz Siqueira, Jerônimo Cadena e Lopo Curado Guerra, com os quais assentou as medidas a tomar. Sua ousadia vai ao ponto de ir visitar o forte de Cabedelo, para ver sua defesa como estava, com a desculpa de ir cumprimentar o comandante holandês. Retornou em seguida para a Bahia.

O Padre Antônio Vieira escrevendo a D. João IV dizia: "tem V.M. mui poucos no seu Reino que sejam como André Vidal; eu o conhecia pouco de vista e fama; é tanto para tudo o mais como para soldado; muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de V.M., observador das suas reais ordens, e sobretudo muito desinteressado".

Nesse meio tempo, João Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti, João Pessôa, Antônio Bezerra, Manuel Cavalcanti e Cósmo Crasto Paços, em nome dos 35 moradores de Recife, reunidos no engenho da Várzea, de João Fernandes Vieira, a convite dêste, enviam uma representação ao Governador Geral Teles da Silva, contando os horrores que estavam sendo praticados pelos holandeses; denunciavam que o Conselho de Recife havia mandado bus-

car 4.000 índios tapúias e os havia localizado perto de Recife, aguardando a oportunidade de lançá-los contra os moradores para massacrá-los; e terminavam a representação declarando que, se não fôssem atendidos nessa reclamação, "clamariam justiça a El Rei de Espanha e a outros Príncipes Católicos".

Dirigem êles, também, um ofício ao Conselho de Recife, protestando contra as barbaridades que sofriam, contra a localização dos índios tapúias perto de Recife, e responsabilizando os holandeses pelas conseqüências. Os signatários desta representação eram os mesmos da representação ao Governador Geral.

O Governador Geral Teles da Silva, imediatamente respondeu-lhes, mas, temendo que sua carta caísse em mãos dos holandeses, faz uma carta adequada a essa eventualidade, dizendo que, para defendê-los dos bandidos e salteadores, vai enviar algum pessoal de confiança; e logo determina que para Pernambuco sigam 60 capitães, práticos na guerra e conhecedores do sertão, cada um dêles capaz de aliciar e comandar tropas e todos ardentes batalhadores pela causa da libertação do Brasil, sob o comando de Antônio Dias Cardoso, que tinha por tenentes a Antônio Gomes Taborda e Paulo Velozo.

Sem despertar suspeitas, nomeia André Vidal de Negreiros comandante da fronteira do rio Real, que parte incontinenti para assumir seu pôsto, levando consigo uma fôrça de voluntários e Antônio Dias Cardoso com seus 60 capitães. Como André Vidal de Negreiros houvesse também escrito, a Henrique Dias, que estava debelando um gentio rebelado, e a Felipe Camarão, que estava vigiando o forte de Serigipe d'El Rei, êstes entram em combinação; dias depois, Henrique Dias "foge" com suas fôrças, para Pernambuco, e Felipe Camarão, com suas fôrças, é mandado "perseguí-lo". Teles da Silva estava ciente de tudo, e de tudo informava a D. João IV.

Antônio Dias Cardoso e seus 60 capitães, com tôda a precaução foram ter ao engenho da Mata, onde já se

reunia a gente aliciada por João Fernandes Vieira, ali chegando em dezembro de 1644.

Já então, fervilhava todo o Brasil, na ânsia da gloriosa luta.

João Fernandes Vieira, temeroso que o Conselho de Recife descubrisse os preparativos que estavam sendo feitos e os inutilizasse, tanto mais que já lhe era sumamente difícil aparentar despreocupação política, a 15 de maio de 1645 convoca no seu engenho da Várzea os moradores de Recife; nessa reunião ficou deliberado fazer-se a insurreição "em nome da liberdade divina". Oito dias depois em 23 de maio de 1645, reuniram-se todos, outra vez, assinando uma ata em que se comprometiam a "lutar pela restauração de nossa Pátria" (*); estando presentes Antônio Dias Cardoso e seus 60 capitães, foram escolhidos os chefes e fixada a data do movimento.

João Fernandes Vieira seria o chefe supremo, "governador e general da emprêsa", e Antônio Cavalcanti seu loco tenente; a data escolhida foi o dia de S. João, 24 de junho de 1645.

Desde então, avolumam-se nas matas e nos engenhos mais sertão a dentro, os depósitos de armas, munições e víveres, ao mesmo tempo que cresce ràpidamente o nú-

---

(*) "Nós abaixo assinados nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar, a todo o tempo que for necessário, com tôda a ajuda de fazenda e pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração de nossa Pátria, para o que nos obrigamos a manter todo o segrêdo que nisto convém: sob pena de que quem o contrário fizer ser tido por rebelde e traidor, e ficar sujeito ao que as leis em tal caso permitem. E debaixo dêste comprometimento nos assinamos em 23 de maio de 1645. João Fernandes Vieira, Antônio Bezerra, Antônio Cavalcanti, Bernardino de Carvalho, Francisco Berenguer de Andrada, Antônio da Silva, Pantaleão Cirne da Silva, Luiz da Costa Sepúlveda, Manoel Pereira Côrte Real, Antônio Borges Uchôa, Amaro Lopes Madeira, Bastião de Carvalho, Manoel Alves Deusdará, Antônio Carneiro Falcato, Antônio Carneiro de Mariz, Francisco Bezerra Monteiro, Álvaro Teixeira de Mesquita, Padre Diogo Rodrigues da Silva".

mero dos voluntários; os moradores entregavam dinheiro, víveres, animais, os filhos, agregados e escravos, para essa luta. Era um entusiasmo contagiante, um impulso insopitável, extraordinário, uma loucura patriótica estonteante.

Com desculpas de festas religiosas, guardavam a pólvora dos foguetes e bombas; as carretas para o transporte do pau brasil, carregavam víveres. O gado, com a desculpa de poder ser roubado na Várzea, era levado para o sertão. Ninguém comprava aos holandeses, nem eram pagas as dívidas.

Mas, não podia deixar de haver traidores a um tão patriótico movimento: os portuguêses Sebastião de Carvalho e Antônio de Oliveira, foram denunciar seus compatriotas aos holandeses, contando o que sabiam sôbre a insurreição a rebentar.

Já não pôde mais João Fernandes Vieira, ir a Recife; como constasse que êle pretendia dar uma festa para nela apanhar as altas autoridades holandesas, os holandeses tentam, também, apanhar João Fernandes Vieira convidando-o para uma pescaria; não tendo Fernando Vieira caído na armadilha, convidam-no os holandeses para ir a Recife assinar um contrato que o beneficiava grandemente. Mas, Fernandes Vieira tinha entre os holandeses pessoas de confiança que o informavam de tudo o que o Conselho de Recife resolvia, e logo soube a intenção com que o chamavam à cidade, não comparecendo.

Desde algum tempo antes, Fernandes Vieira andava prevenido; de dia ou de noite, sentinelas ocultas vigiavam sua casa, e todos os seus servidores estavam bem armados, prontos sempre para repelir qualquer surprêsa dos holandeses; perto do engenho, tinha sempre cem negros armados, para qualquer eventualidade, e um cavalo permanentemente selado e portas falsas, garantiam-lhe uma retirada segura a qualquer momento. Tôdas as noites ia dormir no mato, acompanhado de Diogo da Silva e Luiz da Costa Sepúlveda, seus homens de confiança.

O temor dos holandeses cresceu, quando a 5 de junho de 1645, êles souberam que Henrique Dias e Camarão, com suas fôrças, haviam ultrapassado a fronteira sul; por sua vez, os filhos da terra, sentindo que os holandeses já lhes tinham mêdo, tornaram-se mais ousados.

Os holandeses apressam-se em reparar suas fortificações, e preparar ostensivamente suas armas. Na noite de 12 de junho, tempestuosa, os holandeses enviam fortes patrulhas, cada uma de 20 a 30 homens, para surpreenderem tôdas as propriedades de João Fernandes Vieira, a fim de prendê-lo. Tôdas as casas de Fernandes Vieira foram revolvidas de alto a baixo, os móveis despedaçados, destruído tudo o que pudesse ter valor; mas Fernandes Vieira estava longe, e já muita gente havia seguido para o ponto de reunião. A data da insurreição teve que ser antecipada.

Ainda no dia 13 de junho, dia de S. Antônio, por ocasião de u'a missa votiva mandada rezar na Matriz da Várzea, Frei Manuel do Salvador (*), no sermão exortou a todos os moradores a fazer a guerra santa contra o herege invasor; todos os homens que o ouviram, puzeram-se logo a caminho, para juntar-se às fôrças de Fernandes Vieira. Historiadores há, que consideram êsse dia, como o do verdadeiro início da insurreição, porque, nessa manhã, Fernandes Vieira, do engenho de Luiz Braz Bezerra, seguiu para o outeiro no interior da mata, escolhido para

---

(*) O "douto e grave Padre Manuel do Salvador (1584-1654), apelidado Padre Manuel dos Óculos, naturalmente pela raridade dos que o usavam no Brasil daquela época", entrara em Pernambuco poucos meses antes da invasão, a fim de adquirir esmolas para seu velho pai e sua tia, mas, o destino lhe reservara a enorme surprêsa de ser um guerreiro pela libertação do Brasil, ser médico das almas e enfermeiro dos combatentes feridos, além de ser, por fim, o historiador singelo e apaixonado dos feitos grandiosos que a gente do Brasil soubera escrever nas páginas gloriosas de nossa História. Por haver criticado o vigário-geral Manuel de Azevedo seu livro — "O valoroso Lucideno e o triunfo da Liberdade" — foi colocado no índice da Igreja.

atalaia. A 16 de junho de 1645, Fernandes Vieira segue com 130 homens para o engenho de Camaragibe (no atual município de S. Lourenço da Mata), sendo sua coluna a todo o momento engrossada por voluntários que acorriam de todos os lados. Sob o ponto de vista militar êsse local era de fácil defesa, porque cercado de pântanos.

Fernandes Vieira, em Camaragibe, toma as medidas iniciais da guerra, por meio de editais, afixados em tôda a capitania, fazendo a convocação às armas:

— prevenindo que os holandeses tinham decretado passar à espada a todos os mancebos de 15 até 30 anos de idade, medida que, pela prisão de um rapaz, fêz com que muitos se apresentassem a Fernandes Vieira;

— oferecendo "os escravos Angolas, Minas, Ardas e mulatos, que quizessem servir, e alistar-se para esta guerra debaixo de suas bandeiras, se lhes daria paga como a soldados, e gozariam de todos os foros da milícia, conseguindo liberdade, e lhes prometia, confiado no favor do céu, resgatá-los e dar por cada um a seu senhor o preço em que se avaliasse, de sua própria fazenda";

— convocava todos os homens aptos, considerando quites de dívidas com os holandeses aos que se alistassem nas fôrças insurretas.

O Conselho de Recife, ao ter notícia da ida de Fernandes Vieira para Camaragibe e de seus editais, ordena a prisão em massa de todos os moradores, portuguêses e filhos da terra, em tôdas as capitanias ocupadas, com o duplo objetivo de ver se apanhavam Fernandes Vieira, e impedir que os voluntários se juntassem às suas fôrças. Falhando o golpe de aprisioná-lo, os holandeses mandam oferecer-lhe 200 mil cruzados para êle deixar a chefia da insurreição; Fernandes Vieira respondeu-lhes que essa quantia "era muito pouco para êle vender a honra de castigar tiranos".

Os holandeses, põem, então, a prêmio, a cabeça de Fernandes Vieira, por 4.000 florins; Vieira revida à altura, oferecendo 8.000 florins pela cabeça de qualquer dos membros do Conselho de Recife. Para mais assustá-los, Fernandes Vieira escreve uma carta aos membros do Conselho de Recife, anunciando-lhes que em breve irá fazer-lhes uma visita pública, para o que "estava preparando 14.000 soldados europeus e 24.000 brasileiros e índios".

Frei Rafael de Jesus assim descreve a situação em Pernambuco: "Por todo o contôrno do Arrecife se tocava a rebate; ouvia-se o estrondo da guerra com a formidável voz do temor e do tumulto, acrescentado com o grito da suspeita e do espanto, correndo tão agitadas as notícias, que nada se media pela verdade, tudo pelo receio e pela causa; onde a confusão mais aumentava era no Arrecife".

Não foi possível obedecer à data marcada de 24 de junho, para iniciar a insurreição, porque uns dias antes rebentou um conflito entre judeus holandeses e católicos brasileiros que precipitou os acontecimentos. Um dos capitães de João Fernandes Vieira era Amador de Araujo, senhor do engenho de Tabatinga, que ficava entre Ipojuca e S. Antônio do Cabo; entre os vários homens de confiança de Amador de Araujo, sobressaia o mulato Domingos Fagundes, valente ex-guerrilheiro, homem decidido e intolerante em questões de honra.

Nas imediações de Ipojuca, devido à tensão latente surgiu uma briga entre um judeu holandês e um português, por causa fúteis, da qual resultou a morte do judeu holandês.

Outros judeus holandeses, apoiados por soldados holandeses do pôsto local, quizeram vingar o morto, ao que, a população de Ipojuca, em pêso, se opôs, logo apelando para a gente de Amador de Araujo. Domingos Fagundes, que fôra o primeiro a acorrer com sua gente, atropelou os judeus e soldados holandeses e, decidido, atacou

o quartel holandês de Ipojuca, que ocupou, matando muitos soldados holandeses nessa refrega.

Aproveitando o que encontrou no quartel, armou e municiou todos os homens; sentindo-se forte, segue para o pôrto, onde aprisiona três embarcações holandesas que estavam ali carregando. A notícia do conflito e do feito de Domingos Fagundes espalhou-se ràpidamente, afluindo os moradores para Ipojuca, reforçando a fôrça dêle, que já agora resolvera fortificar-se em Ipojuca e resistir a qualquer assalto.

Amador de Araujo, logo cientificado dos fatos, reune mais fôrças no seu engenho de Tabatinga, e toma atitude igual. De S. Antônio do Cabo, os holandeses surpreendidos, mandam emissários saber de Amador de Araujo, o que deseja, porque se levantou em armas, em nome de quem e contra quem; Araujo respondeu-lhes que "aquela gente se levanta por si mesma contra os flamengos, sob cuja tirania não quer mais viver".

Avisado o Conselho de Recife do que se passava, lança à noite de 24 de junho contra Amador de Araujo o Tenente Coronel Hendrick Van der Hauss, com 200 praças e 200 índios, reforçados ainda em S. Antônio do Cabo por mais 102 praças do pôsto holandês local; e sentindo os do Conselho, que o movimento é de caráter geral, lançam também, o Major Blaer com 300 homens contra a Várzea, ao mesmo tempo que ordenam ao Comandante Paul de Linge que assuma o comando das capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, organizando sua defesa e reprimindo com o máximo rigor quaisquer ações de insurreição ali. Além disso, o Conselho de Recife apressou-se em comunicar à Companhia, na Holanda, as providências tomadas para reprimir a insurreição.

Como era necessário saber a extensão e a intensidade do movimento, resolveu o Conselho de Recife enviar nos primeiros dias de julho de 1645 nova embaixada ao Governador Geral. Os embaixadores foram o Conselheiro Baltazar Van der Voorde e o Major Dirck Hoogstraten.

Ao Governador Geral queixaram-se êles da perfídia com que se insurgiram os pernambucanos e dos auxílios que lhes enviavam da Bahia; Teles da Silva declarou-lhes nada saber a respeito de levantes em Pernambuco e desmentiu firmemente que a Bahia tivesse enviado qualquer auxílio. Como os embaixadores holandeses começassem com recriminações e ameaças, Teles da Silva fêz-lhes sentir que a neutralidade que guardava era por ordem expressa do rei, e que se não fôsse isso, êle há muito teria declarado guerra aberta aos holandeses, uma vez que, em pleno Tratado de Tréguas, êles haviam feito conquistas no Brasil e na África.

Como os embaixadores holandeses, mesmo diante de tão claras palavras, insistissem para que êle fizesse recolher à Bahia os guerrilheiros, ainda que empregando a fôrça se preciso fôsse, Teles da Silva vendo aí a possibilidade de enviar reforços aos insurretos sem despertar o zêlo dos holandeses, prontificou-se a mandar fôrças para Pernambuco a fim de prender João Fernandes Vieira e os que o acompanhavam, afetando grande solicitude em atender às reclamações do govêrno amigo".

Os holandeses, de tudo o que viram e ouviram, deixaram a Bahia convencidos que a revolta era de caráter geral e tinha o apoio do rei e do govêrno geral; tão assustados ficaram, que imediatamente enviaram à Holanda o próprio Van der Voorde, que, além de dar notícias da situação deveria pedir insistentemente reforços.

João Fernandes Vieira, sempre bem informado, sabendo que a intenção do coronel Blaer era atacá-lo, resolveu deixar o local e seguir para o engenho do Covas, na mata do Borralho, para onde fêz seguir também, o capitão Antônio Dias Cardoso, com sua gente; aí foi Dias Cardoso promovido a sargento mor "com preeminências de tenente general". Como a gente alistada era bisonha, em pouco número e não dispunha de armas, que os holandeses haviam tomado e como Blaer pretendesse atacá-lo ali, foi decidido transferirem-se para Maciape, quatro lé-

guas adiante, abrindo caminho secreto pela mata; e para lá, prontamente, se deslocaram os 250 homens e os 30 negros Minas, sob o comando de Fernandes Vieira.

Aí vieram ter os capitães Francisco Ramos e Braz de Barros, com 40 homens bem armados. João Barbosa, Sebastião Ferreira, Domingos da Costa, João Nunes da Mota e Domingos Raimundo, com a gente que alistaram. Como ainda não contasse Vieira com um efetivo apreciável, designou vários homens, sob a chefia do Padre Simão de Figueiredo, para ir intimar os moradores, que com suas armas e escravos viessem logo àquele lugar.

Em cinco dias que se deteve em Maciape, "juntaram-se aos insurretos oitocentos homens, os mais dêles práticos na guerra, porém, só havia 30 armas de fogo e umas quantas espingardas".

O Coronel van der Haus tinha ordem de, após agir em Ipojuca, ir juntar-se ao Coronel Blaer na mata do Borralho.

Enquanto Amador de Araujo faz as fôrças do Tenente Coronel Van Haus marcharem e contramarcharem um sem número de vêzes, sem nunca encontrar os insurretos, êstes, aos poucos, vão se reunindo em Covas, onde Fernandes Vieira procura ganhar tempo para receber armas e munições que lhe tinham sido enviadas da Bahia. Com o objetivo de facilitar a defesa e tornar mais fáceis as comunicações e operações futuras, a 31 de julho de 1645, João Fernandes Vieira, assessorado por Antônio Dias Cardoso, muda seu acampamento para o Monte das Tabocas, posição excelente, de fácil defesa, que dominava amplo horizonte para o lado de Recife, e que ficava a 9 léguas dessa cidade.

O Coronel Van der Haus, enraivecido com a contínua e inútil perseguição, chega a Covas, dias depois de Fernandes Vieira ter abandonado aquela posição; batendo no vasio novamente, manda incendiar o engenho e as culturas que ali havia, e vaidosamente acredita que os insurretos fogem por temor dêle mesmo. Então, não perde

tempo em lançar-se outra vez no rasto dos insurretos, seus índios balizando seguramente a rota por êles seguida. E vai ter, então, àquele monte, que sem o saber, ia Van der Haus ser a causa, de por o nome dêle na História; o Monte das Tabocas!

O Monte das Tabocas era uma posição militar magnifica, de fácil defesa, pelas particularidades que oferecia; a parte superior era coberta de mata, que transmudava-se em um tabocal (canas bravas, grossas, cheias de duros e aguçados espinhos) até ao sopé do morro; delimitava-o a leste e sul o rio Tapacurá, afluente ocidental do rio Capiberibe, de correnteza fraca, mas, profundo e largo, bordado de vegetação luxuriante; ao sul, entre o rio Tapacurá e o tabocal, havia uma campina raza, de três quilômetros de comprimento. Quem da campina procurava atingir o morro, encontrava uma primeira linha de tabocas, que formavam uma orla, de 15 metros de espessura, e entre esta linha e o sopé do morro havia uma clareira, uma espécie de prolongamento da campina. O morro dominava as saídas do vale para o sul e oferecia ótimas condições para uma batalha defensiva.

Do lado norte do morro, o acesso era impossível pela altura e quase verticalidade da encosta, mas havia a leste uma picada de índios, por onde outrora iam buscar pau brasil. Assim, a linha de acesso natural seria forçosamente pela campina fronteira. Fernandes Vieira, assessorado por Dias Cardoso, logo que aí chegou, ocupou o alto do monte, para onde só se podia subir por meio de picadas de difícil acesso, escondendo suas reservas (400 homens) na mata que coroava o cimo; colocou as companhias de emboscadas nos lugares propícios, no setor do provável ataque, e dispôs, por todos os lados, diversos postos avançados, com um perfeito serviço de vigilância. Tudo ali estava preparado para receber os holandeses.

Fatôres diversos haviam feito com que os insurretos evitassem o encontro com as fôrças de Van der Haus, não só para cançá-lo nas marchas, voltas e reviravoltas da

perseguição, mas, também, para dar tempo à chegada de armas, munições e voluntários. Já agora, Fernandes Vieira, bem aconselhado por Antônio Dias Cardoso, sentia-se forte, de moral elevado, capaz de lutar em igualdade de condições, e com a grande vantagem de escolher a posição onde queria lutar. Que importava, se em Portugal não acreditavam no valor dos insurretos, porque mais de 90% era de brasileiros? que importava, se o Padre Antônio Vieira tudo fazia para obter a paz com a Holanda, sacrificando Pernambuco? Êles ali estavam para bater-se por Pernambuco, pelo Brasil, e nada mais importava. Eram 1.200 homens e cem índios e negros, com poucas armas e pouquíssima munição. Mas havia a decisão de lutar e vencer.

No dia 3 de agôsto, os postos avançados avisam da aproximação de fôrças holandesas; era o coronel Van der Haus ao qual Blaer se juntara, que com seus mil soldados holandeses e 500 índios tapúias, conseguiu, enfim, ver as tropas insurretas. Fernandes Vieira, quando as fôrças holandesas se aproximaram, destacou o capitão Domingos Fagundes, para, com seus homens, fixar o inimigo na passagem do rio Tapacurá, procurando depois atraí-lo pelo caminho natural da campina, para levar os holandeses às emboscadas que lhes estavam preparadas.

Van der Haus, sequioso por enfrentar os insurretos e esmagá-los, cêrca de 14 horas, manda dar uma descarga geral dos mosquetes contra a tropa de Domingos Fagundes, que, fingindo mêdo e pânico, retira para o local convencionado; Van der Haus reforça sua crença que os insurretos o temem, e fazendo sua fôrça atravessar o rio Tapacurá, põe-se a perseguir a tropa esparsa de Domingos Fagundes, que foi acolher-se na primeira linha das tabocas. As três emboscadas (de Paulo Velozo a 1.ª, João Pais Cabral e João Pessoa a 2.ª, e, Antônio Borges Uchôa a 3.ª), apanham em cheio a tropa holandesa, que hesita, mas, vendo tantos homens caírem, recua precipitadamente para o fundo da campina, perseguida no re-

Local da batalha do Monte das Tabocas.

(apud A. Loreto)

cúo, pelos flancos, pelas tropas de Domingos Fagundes e Francisco Ramos.

Devem os holandeses, não terem sido aí completamente sacrificados, à escassez e inferioridade das armas de fogo dos insurretos que não chegaram a 200. Van der Haus reune-os de novo, estimula-os, aperta-os e renova com maior ímpeto o ataque, chegando quase ao combate a arma branca; em certos pontos, a primeira linha de tabocas foi tomada, recuando então os insurretos para as tabocas do sopé do morro. Os holandeses exultam e atacam duramente, lutando-se aí por mais de uma hora com verdadeira ferocidade.

Os holandeses vendo a firmeza da resistência fazem um movimento para ver se flanqueavam a posição; é então que Dias Cardoso os ataca furiosamente de flanco, levando-os de roldão até ao fundo da várzea. Há uma pausa na luta; enquanto os holandeses se refazem e se reorganizam, Dias Cardoso remunicia e distribui melhor suas fôrças, refazendo sua organização defensiva novamente. Durara a segunda refrega 2 horas e meia.

Vem, a seguir, o terceiro ataque holandês, com decisão, ímpeto e bravura, em um esfôrço tremendo para atingir a bôca de uma das veredas que leva ao cimo do monte.

Essas tropas holandesas afluem para o centro, onde um esfôrço tremendo é feito para vencer o tabocal; Fernandes Vieira, do alto, de quando em vez envia um refôrço para algum ponto onde a defesa fraqueja. Depois de luta desesperada, os holandeses varam o tabocal, e, morro acima, atacam com ímpeto e decisão; era a hora decisiva. Fernandes Vieira lança tôdas as reservas disponíveis de uma só vez, sua guarda pessoal, e todos os escravos que ali estavam, com promessa de liberdade, de roldão morro abaixo aos gritos de "Vitória! Vitória!

A luta corpo a corpo foi então terrível; era uma luta titânica de desesperados. Os holandeses travados no seu ímpeto, começam a ceder, aqui, ali, acolá, por fim, despejam-se morro abaixo, perseguidos com fúria pelos in-

surretos; ao chegarem à campina, de novo, são acolhidos pelos seus elementos de reserva com surriadas de mosquetes que sustam a perseguição. Escurecia já, e era um anoitecer tempestuoso. O fogo cessou.

Os insurretos recolhem-se às suas posições anteriores, curam ferimentos, municiam-se, preparam suas armas, e debaixo de pesada chuva seguem as novas patrulhas para seus postos de vigilância. Todos preparam-se para a luta do dia seguinte, com o mesmo espírito de tenacidade, com a mesma bravura simples e segura. Entre os mortos estavam os capitães João Pais Cabral, João de Matos, Jerônimo da Silva e Mateus Ricardo, além de 24 homens, e só 37 feridos.

Durante a noite, as patrulhas avançam com cuidado, em busca de informações que permitam saber a intenção do inimigo. Nada podem observar, nenhuma informação conseguem; pensam, mesmo, que o inimigo está pronto para atacar. E passam todos a noite, velando cuidadosamente.

Bem cêdo, na manhã seguinte, sai a patrulha do capitão Francisco Ramos, bem forte, resolvida a ir buscar informações a viva fôrça; volta ela logo depois, para comunicar alviçareira, que os holandeses haviam batido em retirada, e que na campina só havia muitos mortos, muitos feridos e muitas armas e munições. João Fernandes Vieira, como seus comandados, no pitoresco dizer de Fr. Rafael "quase não se achava a si mesmo entre os excessos de gôsto".

As fôrças de Fernandes Vieira convergem para a campina, aproveitando as armas para dar a novos combatentes, as munições para refazer os depósitos e os fartos mantimentos; "não houve soldado que se não armasse com escolha, nem índio que se não vestisse com vaidade". O rasto da marcha em retirada dos holandeses era balizado por cadáveres e muitos feridos, até muito além do rio Tapacurá; foi um morador local, quem, às 9 horas, deu

notícias certas do caminho seguido pelos holandeses na retirada.

Esta a grande batalha do Monte das Tabocas, que tanto elevou o ânimo e o entusiasmo dos insurretos e de todos os brasileiros. Para a reconquista do Brasil teve ela excepcional importância, decisiva mesmo, porque era a primeira batalha travada pelos insurretos, em inferioridade numérica e de armamento, e que, pela vitória, exerceu poderoso efeito moral sôbre todo o Brasil.

Principalmente sôbre os holandeses, o efeito foi amplamente desmoralizador; lançando-se à luta convencidos de sua indiscutível superioridade numérica e de armamento, superioridade de tropa, afeita à guerra, afoitos e decididos, perderam êles 370 homens mortos ali na campina. Os insurretos perderam só 28 homens.

Conhecida a retirada dos holandeses, transformada então em uma grata vitória, os insurretos, cheios de alegria e contentamento, côncios da grandeza do feito, avaliando-o em tôda a sua plenitude, "caiu tôda a fôrça de joelhos rendendo graças ao Dispensador dela".

"O encontro foi longo e mortífero — diz o autor d'A Batalha do Monte das Tabocas" —, mas, por isto mesmo, ali, naquele lugar, se inscreveu a marca indelével da existência nacional brasileira no quadro ocidental das nações civilizadas... com características autônomas e indestrutìlmente firmadas".

Em Portugal, sabida a vitória, aqueles que haviam sido seduzido pelas teorias do Padre Antônio Vieira, e o rei D. João IV em primeiro lugar, foram tomados de estupefação, atribuindo-a a um milagre de um santo qualquer, não querendo de forma alguma reconhecer a valentia, o denôdo, a bravura dos brasileiros que a conquistaram. Talvez, nisso, houvesse uma grande dose de despeito, uma vez que a insurreição era obra de brasileiros, cuja alma era André Vidal de Negreiros, e que, nem o rei D. João IV, nem Portugal, poderiam mais sufocá-la ou impedir suas vitórias gritantes!

Se os insurretos houvessem perdido essa batalha, a libertação das províncias nordestinas sujeitas ao jugo holandês, seria retardada por muitos anos, e, se não foi uma vitória com aniquilamento total do inimigo, teve, apesar disso, conseqüências formidáveis para a reconquista daquelas capitanias, pois, foi um fator poderoso de aglutinação da gente brasileira.

"A êles, sem dúvida, deve o Brasil a sua unidade pátria", pois êsse acontecimento histórico foi o primeiro ato decisivo da luta para a expulsão dos holandeses.

Compreende-se, pois, o alto grau de exaltação que essa vitória deu, não só aos insurretos, mas, a todos os brasileiros, enchendo-os de novos brios entremonstrando novas capacidades, atribuindo-se maior valor, e, levando-os a cometimentos mais audazes.

* * *

Foi por causa da vitória do Monte das Tabocas que D. João IV resolveu dar ao seu filho primogênito o título de Príncipe do Brasil.

D. Pedro II, o nosso grande imperador, em 1850, visitou o local onde se travou a batalha do Monte das Tabocas. Aí, a 27 de janeiro de 1903, por iniciativa de D. Luiz Raimundo da Silva Brito, Arcebispo de Olinda, foi levantada uma coluna de mármore, que indica achar-se na cidade de Vitória (Pernambuco) o monumento comemorativo da vitória do Monte das Tabocas.

O monumento erigido em Vitória, uma coluna de mármore encimada pelo anjo da vitória, de 5,80 m de altura, tem as seguintes inscrições:

> "Fidei et Patria amore successit dia 3 de agôsto 1645. Aereo pectore alienas hostes nobiles et indomiti Pernambucenses hic terruere".

"Ad memoriam recolendam Victorienses cives aere confraterni monumentum hoc erigendum curavere dia 27 de janeiro de 1905. Discant posteri".

Na parte inferior dessa coluna há ainda a seguinte inscrição:

"Monumento construído pelo povo victoriense por iniciativa de preclaro bispo de Olinda D. Luiz R. da Silva Brito, no govêrno do Exmo. Desembargador Segismundo A. Gonçalves, relembrando a grande vitória alcançada no Monte das Tabocas".

A antiga vila de Santo Antão, que ficava próxima ao Monte das Tabocas, em 1854, por proposta do Dr. Felipe Lopes Neto, passou a denominar-se Vitória, em comemoração à vitória aí alcançada pelos brasileiros e portuguêses contra os holandeses.

XIII

INVASÃO E NOVO CÊRCO DE RECIFE

Conseqüências da Batalha do Monte das Tabocas — Invasão de Pernambuco — Tomada do forte de Serinhaem — Combate da Casa Forte — A esquadra de Serrão de Paiva — O Arraial Novo do Bom Jesus — Ordem real de cessar as hostilidades — As heroinas de Tejucupapo — O combate de Cunhaú.

Quando Van Haus viu suas tropas acossadas morro abaixo por Fernandes Vieira e suas reservas, sentiu que a batalha estava perdida; dispõe a tropa que lhe restava para acolher as fôrças em retirada com três surriadas de mosquetes, e aproveitando o anoitecer tempestuoso começa a retirar-se apressadamente, com receio da perseguição.

As perdas dos holandeses nessa batalha, haviam sido fora de todo propósito, por causa da afoiteza e confiança na vitória; "fora os mortos que retirou e escondeu a corrente do rio, se acharão no campo trezentos e setenta mortos, sem contar os que na retirada morrerão feridos pelos matos, pelos caminhos e no Arrecife. Não foi menor a mortandade dos índios, assim parciais como auxiliares, que seguião o exército para terem parte nos despojos".

A retirada de Van der Haus para S. Lourenço, na noite de 3 para 4 de agôsto, com pleno temporal, foi trágica; pela manhã chegavam os holandeses a S. Lourenço,

tendo balizado o caminho com cadáveres, feridos e estropiados, sem que ninguém, naquela fuga pânica procurasse auxiliar os que caiam.

Antes mesmo de chegar a S. Lourenço, enviou Van der Haus um emissário a Recife pedindo a remessa urgente de reforços e munições, que nessa tarde mesma lhe eram remetidos. Refeitos os holandeses, acalmado o mêdo, mas ainda receiosos da perseguição, na manhã de 5 de agôsto seguem para Apipucos. Ao chegar ali, Van der Haus manda fazer alto na praça da igreja, e "logo rezenha a gente que tinha, e achou que de mil e quinhentos soldados, com que entrou nos combates das Tabocas, perdera mil e cem, com a flor dos oficiais que o acompanharão".

Cheio de ódio e despeito, por haver sido derrotado, Van der Haus deu ordem de saquear e incendiar Apipucos; seus comandados, praticaram então, aí, as maiores barbaridades contra os remanescentes moradores, na maioria mulheres e crianças. Saciado, mas ainda cheio de ódio, Van der Haus segue à tarde para o engenho de Dona Ana Pais, a uma légua de Recife, onde acampou para passar a noite; pela manhã, segue sòzinho para Recife, onde foi conferenciar com os membros do Conselho Supremo, que lhe dão ordem de continuar as devastações, que breve seriam mais ampliadas ainda, pois iam dar ordem a Jacob Rabbi "que descesse com todos os índios de seu partido, com ordem que metessem tudo a ferro e fogo, por Goiana até à Várzea", onde se encontraria com Van der Haus.

Êste, voltou à tarde para onde estavam suas tropas, e, incontinenti, manda saquear e incendiar o Arraial Velho, bem como o engenho de Francisco Monteiro Bezerra; nesses lugares usaram da máxima barbaridade para com os moradores.

João Fernandes Vieira, que se demorara uns dias no Monte das Tabocas, enterrando os mortos, descançando sua tropa e esperando Camarão e Henrique Dias, ao en-

contro de quem enviara homens para guiá-los, mas que o contínuo mau tempo estava retardando a marcha, logo após à vitória, libertara 50 negros escravos seus, com a honra de soldados, fazendo-lhes a mercê de poderem sentar praça e vencer sôldo enquanto durasse a guerra. Dividiu-os em duas companhias, de 24 homens cada uma, escolhendo entre êles dois capitães para comandá-los, com o que houve grande contentamento.

Mas Fernandes Vieira começou a receber ali, contínuos e angustiosos pedidos de socôrro das populações que estavam sendo martirizadas e saqueadas pelos holandeses; dispunha-se a enviar-lhes socôrro, quando recebeu a notícia que os mestres de campo Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno haviam desembarcado em Tamandaré, com 800 homens, mandados pelo Governador Geral; como esperasse a todo o momento a chegada de Camarão e Henrique Dias, resolveu marchar a 10 de agôsto para S. Antônio do Cabo, onde melhor solução poderia tomar.

No momento da partida, tendo chegado novo pedido de socôrro, de Goiana e Igaraçú, que estavam sendo assaltadas, mandou separar 150 homens para ir socorrê-los; como Antônio Cavalcanti, suspeito de traição, pedisse o comando dessa tropa, Fernandes Vieira deu-lho; Cavalcanti, em marcha célere atinge Igaraçú, onde deixou uma guarnição, seguindo logo para Goiana com o resto de sua gente. Lá chegando, poucas horas depois Antônio Cavalcanti morre de repente.

Quando Fernandes Vieira chegou a Gurjaú, teve a grata surprêsa de ver chegarem Camarão e Henrique Dias, com 750 índios e negros, que vinham do Monte das Tabocas onde haviam ido procurá-lo. O encontro foi muito festivo, mas de curta duração, porque logo lhe chegou a notícia, que Vidal de Negreiros estava em Ipojuca, a três léguas sòmente; Fernandes Vieira escreveu-lhe uma carta dando as boas vindas e comunicando que ia ao encontro dêle, mas Vidal de Negreiros apressou-se em marchar para ir ao encontro de Fernandes Vieira.

Desde que Fernandes Vieira chegara a S. Antônio do Cabo, tomou duas providências básicas: mandar atacar o forte de Serinhaem e o forte de S. Antônio. Êste, estava mal guarnecido, porque seu comandante, Ten. Cel. Gaspar Van der Ley, atemorizado com as notícias da derrota do Monte das Tabocas, da chegada de reforços para os insurretos e de sua marcha naquela direção, recolhera-se ao Pontal de Nazaré; e o forte de Serinhaem, por ser um ponto de importância vital para as operações.

O forte de Serinhaem foi tomado pelas companhias de Paulo da Cunha e Cristóvão de Barros; êstes, logo que ali chegaram, cortaram a água do forte, fazendo depois uma intimação de rendição, com honrosas condições; os holandeses, vendo a impossibilidade da defesa, entregaram-se. Foram aprisionados 62 holandeses e 49 índios, sendo êstes enforcados por traidores. Os soldados holandeses aderiram aos insurretos, sendo, então, organizada com êles uma companhia, cujo comando foi dado a Francisco de la Franz, "francês de nação", já radicado à terra.

O encontro de Fernandes Vieira com André Vidal de Negreiros foi presenciado por enorme multidão, que jubilosa correu ao encontro das fôrças para saudá-las festivamente, e foi simplesmente espetacular. André Vidal de Negreiros, em altas vozes dirigiu-se a Fernandes Vieira comunicando que vinha prendê-lo por ordem do Governador Geral, em conseqüência de queixas dadas contra êle pelo Conselho de Recife, como vinha, também, punir os demais chefes da insurreição.

Fernandes Vieira respondeu-lhe que, uma vez que o Governador Geral ouvira as queixas dos governantes, ouvisse também, as do povo; e desfiou o rosário das barbaridades holandesas. Um clamor confuso de queixas e reclamações reforçou o discurso de Fernandes Vieira. Assim, André Vidal de Negreiros encontrou "com surprêsa", os mais legítimos motivos para confraternizar com os insurretos. Uma cena teatral para embair os holandeses.

Fernandes Vieira recebeu então, a patente de Mestre de Campo que o Governador Geral lhe dera (Patente 6 de outubro de 1645) com o sôldo de 116 cruzados. Logo após, os dois chefes lançaram uma proclamação, para uso dos holandeses, na qual diziam que ali se achavam para impôr a paz na capitania. Ao Conselho de Recife comunicaram que, de acôrdo com o desejo dos holandeses, entravam em Pernambuco para dominar a insurreição, e que a tomada do forte de Serinhaem fôra uma simples medida de segurança.

Marcham, em seguida, as tropas reunidas para Ipojúca, onde se dividem, seguindo André Vidal de Negreiros para S. Antônio do Cabo, a fim de reconhecer as fôrças holandesas que lá se achavam; Soares Moreno seguiu para o Pontal, indo acampar em Algodoais, a uma légua dêsse forte.

Os holandeses ficaram certos, enfim, da revolta geral, e começaram a agir violentamente, baixando um edital, que tôdas as mulheres que tivessem parentes entre os insurretos, e eram quase tôdas, abandonassem suas casas dentro de cinco dias, sob pena de morte e perda de todos os bens. Essa ordem causou abalo profundo nos moradores.

João Fernandes Vieira, imediatamente procura revidar o golpe holandês, publicando um edital, onde, segundo Fr. Rafael de Jesus, diz:

> "João Fernandes Vieira, Governador das Armas na emprêsa da liberdade dos moradores de Pernambuco, e das mais capitanias sujeitas às armas holandesas:
>
> Por quanto nos veiu à notícia o bárbaro e cruel decreto, que a tirania holandesa fulminou contra as leis da natureza e da política dos homens, condenando ao rigor de suas armas aquêle sexo que a cortezia das gentes respeita, e a natural fragilidade escusa de tôda a hostilidade e desacato, com mandar as mu-

lheres de nossa obrigação que, sob pena de morte, se desterrem de suas casas (por motivo em que não podiam ter parte) violando aquêle natural fôro, que as isenta de todos os impulsos da ira e da vingança, contra o qual só covardes poderão delinquir.

Mandamos a tôdas e a qualquer mulher de qualquer qualidade e estado, que debaixo do nosso seguro se deixe estar em sua casa (como desobrigada de obedecer a preceito tão bárbaro), tomando por nossa conta a vingança do menor agravo que o Holandês lhe fizer; e juramos tomar dêle tão exata satisfação, que com ela se eternize na memória das gentes o crime e o castigo, e servirá a exação do estrago de gritar em tôdas as idades a horribilidade do delito. Dado nesta campanha da liberdade em 15 de julho de 1645.

João Fernandes Vieira".

Entretanto, outros historiadores, discordando do autor do "Castrioto Lusitano", dão êsse edital como sendo o seguinte:

"O Governador da Liberdade João Fernandes Vieira, nas campanhas de Pernambuco, etc.

Por quanto me veiu a notícia que os flamengos do Conselho do Recife mandaram publicar um edital fora de todo o estado da razão, pois nunca se viu em guerras entender com mulheres, como êstes tiranos querem usar de rigor com elas; pelo tal respeito, ordeno que nenhuma mulher, nem outra qualquer pessoa sáia de sua casa, e aguarde todo o rigor que o inimigo lhe promete fazer; que, pelo primeiro que começar, em vingança lhe não ei de dar quartel a pessoa alguma de sua jurisdição, mulheres nem meninos, escravos, bois, cavalos, e tôdas as mais lavouras e fazendas, ei de pôr-lhes tudo a fogo e sangue. E bem conhecem os mesmos flamengos que

além de ter eu o favor do céu, tenho o poder da terra, que êles não ignoram, para dar execução a todo o conteúdo dêste edital; e para lhes chegar a sua notícia, lhes será êste afixado em tôdas as praças públicas.

Campanha, 15 de julho de 1645".

Sem darem importância à ameaça de represálias, os holandeses determinam que as famílias que estivessem nas fazendas deviam recolher-se a Recife, forma capciosa de atingir o objetivo em vista; João Fernandes Vieira, depois de enviar o capitão Amador de Araujo e sua gente, para reforçar as fôrças de Martim Soares Moreno, que estavam sitiando o forte de Nazaré, no Pontal, sob o comando êste do Major Hoogstraten, decidiu seguir para a Várzea com o resto das fôrças a fim de socorrer as famílias pernambucanas sob a ameaça do Coronel Blaer.

Surpreendido, na hora de iniciar a marcha, com um pedido de socôrro de um vigário da Várzea, que avisava que muitas famílias dos chefes insurretos, inclusive a do próprio Fernandes Vieira, haviam sido prêsas pelo coronel Blaer e estavam sendo levadas para Recife, não hesitou Fernandes Vieira em partir para salvá-las. Marcharam todo o dia 16 de agôsto e tôda a noite; ao amanhecer encontram o Capiberibe em cheia, mas, nem isso foi impecílio ante o furor de que estavam possuídos. Atravessado o rio, vão surpreender o inimigo, ainda muito cêdo, na manhã de 17 de agôsto no engenho de D. Ana Pais, que daí em diante passou a chamar-se Casa Forte, pelo combate que aí se travou.

Logo que Fernandes Vieira percebeu que a fôrça holandesa estava no engenho, lançou Camarão e seus bravos índios para cortar-lhes qualquer possibilidade de fuga para Recife; feito isso, investiu-os ferozmente, pois sabiam os insurretos que muitas famílias de seus chefes ali estavam prisioneiras sofrendo os maiores vexames. Em poucos

momentos os holandeses estavam apenas entrincheirados na Casa Grande do engenho, e miseràvelmente punham as mulheres e crianças prisioneiras nas janelas e portas, para impedir que os insurretos atirassem. Resistiram duas horas.

Fernandes Vieira envia uma intimação de rendição que foi recebida a bala; os insurretos, então, preferindo ver suas mulheres e filhos mortos, antes que em mãos dos holandeses, em desespêro entram por baixo do engenho com muita lenha e pólvora, a que puzeram fogo, quando os holandeses resolveram render-se. O ataque de Fernandes Vieira, fôra mais que um socôrro oportuno e feliz: fôra um golpe de sorte! No engenho, não estava só o Coronel Blaer, mas, também o Coronel Van der Haus, os dois carrascos holandeses.

Da fôrça holandesa, que Mateus van der Broeck dá como sendo de 250 holandeses e 200 índios, foram aprisionados 204 holandeses e 118 índios tapúias, que, por terem tentado revoltar-se matando um capitão e um tenente, foram trucidados pela fúria dos insurretos. Rocha Pombo e outros historiadores dão que os holandeses tiveram 137 mortos.

O autor do "Castrioto Lusitano" aproxima-se da verdade, pois dá para os holandeses 400 mortos e 200 prisioneiros, e para os insurretos, 18 mortos e 35 feridos.

Ora, tendo sido aí apreendidos 600 mosquetes (além de muitos e bons cavalos), é claro que o efetivo dos holandeses, sem contar os índios, era êsse; se 204 foram aprisionados, é evidente que 396 morreram, visto nenhum holandês ter podido escapar para Recife.

Em caminho para Serinhaem, para onde os prisioneiros foram enviados, o coronel Blaer, que era odiado pelo povo, recebeu de emboscada um tiro de mosquete que o matou. Êsses prisioneiros foram depois remetidos para a Europa.

Era, êsse combate da Casa Forte, uma outra grande vitória dos insurretos, de enorme repercussão, principal-

mente pelo aprisionamento dos dois coronéis holandeses. A fé religiosa, que imperava fortemente nos insurretos, guardou a tradição de um milagre de S. Antônio na capela do engenho de D.ª Ana Pais, por ocasião do combate com os holandeses. Tendo um holandês hereje, atacado ali a imagem de S. Antônio, antes da chegada e ataque das fôrças insurretas, com golpes de sua espada, êsses golpes começaram a sangrar, causando grande alegria entre as mulheres prisioneiras e pavor nos holandeses, que, logo depois, sofreram o terrível ataque dos insurretos. Essa capela, estando em ruínas, em 1911 (hoje o local se chama Campina), o arcebispo de Olinda, D. Luiz Raimundo de Brito a fêz reedificar e ampliar, passando para ela a sede da Freguezia do Poço da Panela.

* * *

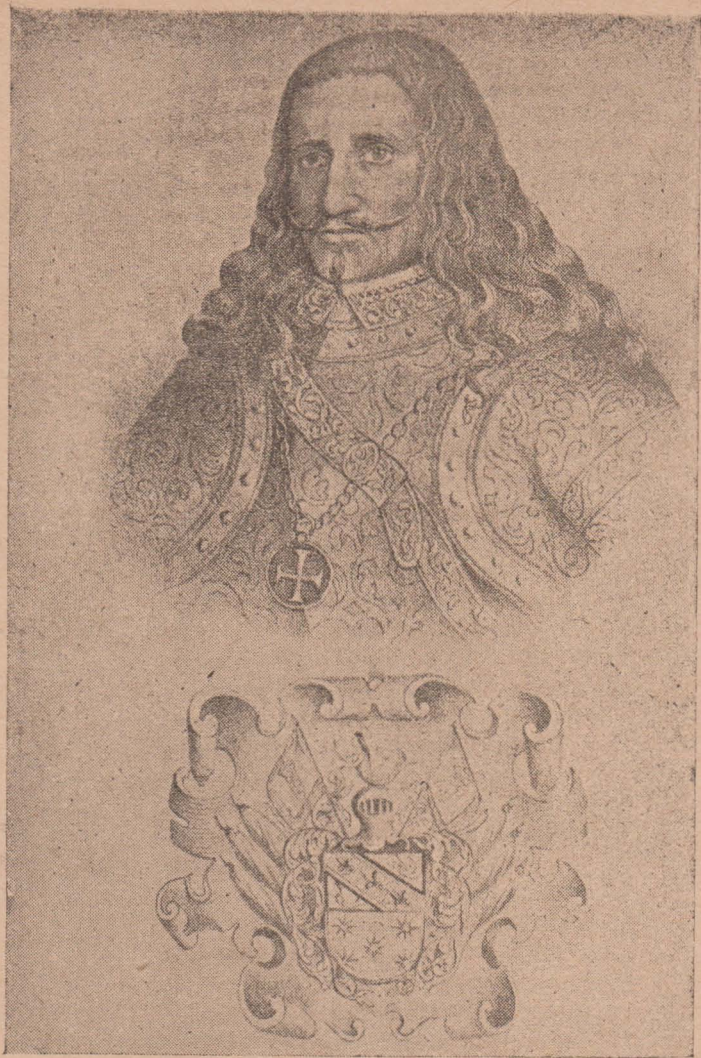
Nesse mesmo dia 17 de agôsto, Manoel Soares Barbosa, à frente de um grupo de 30 jovens amigos ocupou Olinda, e lá se entrincheirou; a ocupação de Olinda fechou o sítio de Recife, que Fernandes Vieira apressou-se em levar até às imediações da cidade.

O rei D. João IV, ciente dos acontecimentos em Pernambuco, sem coragem para um atitude decisiva, decide enviar ao Brasil uma esquadra "para oficialmente desarmar os amotinados, chamando-os à razão em nome da aliança entre Portugal e os Estados Gerais", enquanto, secretamente, ordenava ao Governador Geral auxiliar os insurretos.

Essa esquadra, cujo comando foi dado ao almirante Jerônimo Serrão de Paiva, compunha-se de 8 naus, 4 caravelas e 4 sumacas; chegou ela à Bahia sem novidades.

O Governador Geral fêz Serrão de Paiva embarcar nas naus os "têrços" de linha sob os comandos de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, que êle de-

via desembarcar no pôrto de Tamandaré, o que êle de fato fêz, como já vimos; deu, também, ordem a Salvador Corrêa de Sá e Benavides, que chegara à Bahia vindo do Rio de Janeiro com 3 naus comboiando 30 navios mercantes, que cooperasse com a esquadra de Serrão de Paiva, antes de seguir para Lisboa, como tencionava. Mas, Salvador Corrêa de Sá e Benavides, apesar da ordem régia de 9 de maio, que o mandava cooperar na restauração, não queria saber de operações militares; visto levar em suas naus sua família e seus bens, só saiu da Bahia, quatro dias após à saída da esquadra de Serrão de Paiva; em Tamandaré, onde devia entrar em entendimentos para a ação futura, a ninguém consultou, e sem aviso algum veleja para Recife onde tinha cartas a entregar às autoridades holandesas. Serrão de Paiva, sai com sua esquadra ao encalço da de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, indo encontrá-la bordejando em frente a Recife a 12 de agôsto, decisão que Serrão de Paiva também tomou, aguardando o pronunciamento de Salvador Corrêa de Sá e Benavides.

Com surprêsa de Serrão de Paiva, Salvador entra de repente no pôrto de Recife com alguns navios, para ali desembarcar dois embaixadores, a fim de entregarem as cartas que traziam destinadas ao Conselho de Recife. O aparecimento daquela grande esquadra em frente ao pôrto de Recife, como era natural, atemorizou grandemente os holandeses, e encheu de entusiasmos os filhos da terra, que apressadamente correm a buscar as armas escondidas, para cooperarem no ataque a Recife. Na tarde do dia 14 de agôsto sem esperar pelos embaixadores e sem avisar de coisa alguma Serrão de Paiva, Salvador Corrêa de Sá Benavides, sai do pôrto e veleja para Lisboa. Ora, Salvador Corrêa de Sá e Benavides nascera no Rio de Janeiro, e portanto, deveria estar interessado na libertação de uma grande parte do território de sua pátria, por isso, sua exdrúxula atitude só causou pasmo e desgôsto na Bahia e Pernambuco. Mais do que isso, a atitude de Salvador Corrêa de Sá e Benavides foi um grande, um imenso

Mestre-de-campo João Fernandes Vieira, "Governador da Liberdade da Pátria".

(Arquivo Nacional)

mal para a causa da libertação de Pernambuco do jugo holandês, porque, vendo os holandeses que aquela imensa esquadra era inofensiva, logo se recobraram e lançaram a esquadra do almirante Lichthardt em perseguição dos navios que pudesse alcançar.

Serrão de Paiva, que saindo atrazado, não mais conseguira avistar a esquadra de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, resolveu abrigar-se no pôrto de Tamandaré, a fim de limpar e aprestar seus navios. A atitude estranha de Salvador Corrêa de Sá e Benavides não causou maior mal à insurreição pela libertação de Pernambuco, porque a impulsão que recebera com as duas vitórias do Monte das Tabocas e da Casa Forte, fôra muito forte, nada mais podendo detê-la.

O Mestre de Campo, Fernandes Vieira, apertando o cêrco de Recife tem em mira reeditar a situação dos primeiros tempos da invasão holandesa, quando os flamengos estavam sitiados ali em duras provações; fazia-se mistér ocupar logo a Várzea, sem deixar de amparar o movimento geral nas outras capitanias ocupadas.

O forte de Nazaré, então sitiados pelos insurretos, estava sob o comando do Major Hoogstraten; ora, Hoogstraten, quando embaixador na Bahia, deixara entrever a possibilidade dêle se passar para os insurretos mediante justa compensação; Fernandes Vieira decidiu aproveitar-se disso, escrevendo-lhe uma carta perguntando se não preferia entregar o forte evitando o sacrifício de tantas vidas.

Hoogstraten respondeu-lhe em têrmos patrióticos exaltados, mas, particularmente, fêz saber que queria uma situação condigna; sugeria ainda, que Fernandes Vieira atacasse e tomasse primeiro o forte da barra, e depois cortasse a água para o forte de Nazaré. Fernandes Vieira assim fêz, e a 3 de setembro de 1645 rendia-se o forte de Nazaré a André Vidal de Negreiros, com as honras militares.

As condições da rendição foram as seguintes:

1.ª que os cabos sairião com tôdas as honras militares, que se costumão conceder em similhantes casos, e com todos seus móveis;
2.ª que a cabos e soldados se pagarião todos os soldos que a Companhia lhes estivessem devendo;
3.ª que tôdas as munições, armas e artilharia ficarião para El Rei;
4.ª que a todos que quizessem militar debaixo das bandeiras da liberdade se lhes assentaria praça, e daria soldo como a todos os mais do exército;
5.ª que aquêles que quizessem servir nas guerras do reino, se lhes daria embarcação, e que o mesmo se guardaria com aquêles que quizessem passar a suas terras.

Foram feitos 275 prisioneiros nessa praça, sem contar um "grande número de gente vaga que a ela tinha se recolhido"; tomadas 10 peças de bronze, mosquetes em abundância, pólvora, balas, morrões, muitos víveres, além de um navio cheio de mantimentos, que vinha abastecer o forte.

Van der Ley e Hoogstraten, que aderiram aos insurretos, tiveram iguais patentes nas fôrças nacionais, sendo dado a êste o comando das praças que aceitaram servir nas fôrças insurretas.

"Os oficiais flamengos, casados com pernambucanas, começavam a aderir à causa dos parentes de suas esposas", diz Pedro Calmon, "que não mais deixariam"; Hoogstraten, chegou mais tarde a ser mestre de campo na Bahia.

O Conselho de Recife, desnorteado com êsse golpe, dá ordem para serem desarmados e prêsos todos os moradores do sul da capitania, porque, desde junho, o forte Maurício, erigido em Penedo, à margem esquerda do rio São Francisco, estava sob estreita vigilância dos moradores da

região; o comandante daquele forte tendo recebido a ordem do Conselho de Recife, manda prender um dos homens mais importantes do lugar. A escolta é atacada e morta, levantando-se todos os moradores para a guerra contra os holandeses, ao mesmo tempo que enviavam um pedido de socôrro à Bahia.

O comandante do forte tendo sabido do que se passara com a escolta, envia um destacamento de 70 homens para punir rigorosamente os autores das mortes dos homens da escolta; o destacamento é enfrentado com vigor e destroçado em pouco tempo, deixando muitos mortos, indo os insurretos em perseguição dos sobreviventes, até junto ao forte; no seu ardor, atacam e tomam um navio que chegava de Recife, carregado de víveres, armas e munições para o forte.

Já armados e municiados, os insurretos sitiam o forte Maurício; a 10 de agôsto chegam da Bahia os reforços pedidos, sob o comando do capitão Nicoláu Aranha Pacheco. A 23 de agôsto o capitão Pacheco dá um assalto ao forte, vigoroso, mas, não consegue tomá-lo; os holandeses, por sua vez, organizam várias sortidas, que encontram sempre os insurretos vigilantes e decididos.

Em lutas constantes batem-se êles até 16 de setembro de 1645, quando o capitão Pacheco envia nova intimação de rendição; no momento que o comandante do forte respondia, procurando ganhar tempo, chega ali a leva de prisioneiros holandeses que seguia para a Bahia, na qual vinha o coronel Van der Haus. Êste, sabendo do que se passava, ofereceu-se como medianeiro da rendição, escrevendo uma carta ao comandante do forte dando notícia dos acontecimentos, o que levou o forte a render-se imediatamente.

Foram feitos prisioneiros no forte Maurício, 216 holandeses e franceses, 5 índios, 24 mulheres, 18 meninos e 18 escravos; foram tomadas 10 peças de bronze, grande quantidade de pelouros sorteados, pólvora, morrão e mantimentos. A rendição foi com honras, e muitos soldados

holandeses sentaram praça nas fôrças insurretas; as demais praças e oficiais foram remetidos prêsos para a Bahia.

Em Pôrto Calvo, aquela ordem do Conselho de Recife provocara conseqüências semelhantes à da região do forte Maurício; o alcaide mor Cristóvão Lins chefiou aí a revolução, e auxiliado por seu tio Pedro Marinho Falcão, formou um contingente dividido em companhia de emboscadas, que apertou os holandeses de tal forma que êles se viram obrigados a refugiar-se no forte. Sitiado com rigor, depois de algumas escaramuças, rende-se a 17 de setembro de 1645 o forte de Pôrto Calvo, nas seguintes condições:

1 — Os holandeses sairiam com seus oficiais e soldados tocando caixa, bandeiras tendidas, mechas caladas, bala em bôca, e tôda sua bagagem até ao lugar destinado para os desarmamentos;

2 — A todos seriam dados embarcações para se irem onde quizessem; a todos os que tivessem vontade de servir no exército insurreto, se lhes assentaria praça na forma do costume, fôsse soldado ou morador;

3 — A uns e a outros seriam concedidas a posse e cultura de suas fazendas, e todos os foros com que até aquêle tempo as possuiam.

O sôldo atrazado que cada soldado recebeu, alcançava 700 mil réis. Entre oficiais e praças, renderam-se 156 homens; foram tomados oito canhões de bronze, armas e munições em quantidade.

Fernandes Vieira mandou arrazar o forte, e para a Várzea seguiu com o seu trofeu da vitória.

Manoel Soares Barbosa que tomara Olinda, sitia por sua vez a antiga guarita de João Albuquerque, então forte de Santa Cruz; com a cooperação de João Fernandes Vieira e de Hoogstraten o forte de Santa Cruz com 60 ho-

mens e 6 canhões rendeu-se sem luta, a 20 de setembro de 1645, sendo a sua guarnição incorporada ao regimento de Estrangeiros, que os insurretos haviam organizado, sob o comando do coronel Hoogstraten, a crêr no que diz Commelyn.

A 14 de setembro de 1645, Fernandes Vieira, por sugestão de Hoogstraten, resolve atacar a ilha de Itamaracá; reunidos na barra do rio Catuama tôdas as embarcaços e jangadas possíveis e as tropas que iam atacar, deslocaram-se para o ponto do canal onde havia u'a nau flamenga bem artilhada, de vigia. O capitão Simão Mendes com 100 homens, em um barco grande e um batel, são lançados para ocupar a nau holandesa; depois de feroz combate o objetivo é conseguido.

Passam as tropas insurretas para a ilha, e, aí formadas, seguem rumo ao forte, com o regimento de Estrangeiros, sob o comando do mestre de campo Hoogstraten, na vanguarda; seguindo-o vinha o sargento mor Antônio Dias Cardoso com um batalhão de moradores; na retaguarda vinha João Fernandes Vieira e o mestre de campo André Vidal de Negreiros com o resto da fôrça.

O percurso a fazer, era do sul ao norte da ilha, onde estava o forte; a marcha foi calculada para chegarem junto ao forte ao clarear do dia. O ataque foi feito de surprêsa, sendo tomada logo a primeira fortificação e a vila; entrincheirados, os insurretos revidavam todos os ataques holandeses. Mas, tendo os soldados da Bahia e os do regimento dos Estrangeiros abandonado as armas pelo saque, foram surpreendidos pelos índios, ocasionando a retirada das tropas. Chegaram a Igaraçú com grandes despojos, inclusive os canhões da nau tomada, tendo perdido 70 homens, dos quais 34 do regimento de Estrangeiros, havendo ainda 70 feridos. Os holandeses entre soldados e índios tiveram 200 mortos. Camarão foi um dos feridos.

Às tropas insurretas juntaram-se muitas pessoas de Itamaracá.

Enquanto em terra os insurretos — ou "Independentes", como êles mesmos se chamavam — obtinham vitória após vitória, no mar os fados eram adversos. Serrão de Paiva, que abrigara sua esquadra no pôrto de Tamandaré para limpar seus navios, por precaução desembarcou parte de suas fôrças, entrincheirou-as em pontos favoráveis, guarnecendo as trincheiras com canhões retirados dos navios, e aguardou a possibilidade de fazer-se ao mar novamente.

O almirante Lichthardt descobriu-o aí, atacando-o com superioridade de fôrças e posição, a 9 de setembro de 1645; enfurecido com a resistência tenaz que lhe foi oposta, pois, sua nau capitânea foi afundada e vários navios desmastreados, Lichthardt fêz massacrar os feridos e afogar com pêsos nos pés muitos prisioneiros, enodoando torpemente sua vitória e seus florões de almirante com essa desnecessária crueldade. Como prêsa da vitória, os holandeses levaram para Recife três navios sòmente, um dêles a capitânea de Serrão de Paiva, bem avariada, porque os demais, depois do combate, estavam em tão mau estado que Lichthardt preferiu mandar queimá-los. Com os navios, levou êle todos os arquivos da esquadra apanhados intactos, cujos documentos permitiram explorar a fundo a falsidade do rei de Portugal.

A bela página de bravura escrita por Serrão de Paiva, que combateu até não ter mais fôrças para manejar as armas, e seus homens, que tendo suas naus abordadas por três outras holandesas brigaram até ao fim, quase desconhecido ainda hoje, só foi proveitosa para os holandeses, que, senhores do mar, resolveram bloquear a costa impedindo a vinda de qualquer auxílio de Portugal. Por sua vez, Fernandes Vieira vitorioso em terra, resolveu sitiá-los em Recife e levá-los aos extremos por que haviam passado dez anos antes.

Logo que o forte de Nazaré rendeu-se, Fernandes Vieira pôs-se em marcha para a Várzea, onde convocou todos os chefes para um Conselho, a fim de decidirem onde

melhor convinha localizar o novo centro de resistência. Diversos alvitres foram sugeridos, mas, a opinião que teve aceitação geral foi a do próprio Fernandes Vieira, que propôs "se fizessem estâncias no contôrno do Recife e cidade Maurícia, e que em cada uma se pusesse um capitão com sua infantaria, e que se fizesse uma fortaleza para que o inimigo não pudesse sair fora sem ser sentido, e saindo lhe matassem a sua gente de mão posta".

As duas estâncias mais importantes foram confiadas a Camarão e Henrique Dias; Camarão com os seus índios ficou na casa de Sebastião de Carvalho, bem próximo ao forte dos Afogados, e Henrique Dias com os seus "soldados negros, angolas, minas, e crioulos" ficou no sítio de João Velho Barreto, ocupando também a casa do holandês Giles Vanuflo, onde havia uma alta tôrre, da qual podia vigiar-se a entrada e saída da cidade. A 7 de outubro de 1645, João Fernandes Vieira, recebia do povo o título glorioso de Governador da Liberdade da Pátria.

O forte do novo arraial, foi Fernandes Vieira construir em uma posição conveniente, nas terras do engenho do Meio à margem direita do rio Capiberibe; desde logo êsse local passou a ser conhecido pelo nome de Arraial Novo do Bom Jesus. Para aí fêz Vieira conduzir muitos canhões dos fortes do sul que haviam sido conquistados, e com as águas do rio Capiberibe encheu os fossos que circundavam o forte, tornando-o capaz de resistir às mais fortes investidas. A 1 de janeiro de 1646 estava êle pronto, e as fôrças nêle instaladas.

No sul da capitania a insurreição estava vitoriosa, mas, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, os moradores quando ainda não sabiam da insurreição foram cruelmente massacrados pelos holandeses e seus índios. Destacou-se nessa nefanda tarefa um judeu holandês por nome Jacob Rabbi, que se asselvajara no trato com os índios; teve êle requintes de barbaridades para com os inermes moradores. Com essa violência acreditavam os holan-

deses que conteriam quaisquer assomos de libertação da gente daquelas capitanias.

Sabedor dêsses fatos, Vieira envia socorros à Paraíba sob o comando de Antônio Rodrigues Vidal, sobrinho de Vidal de Negreiros, e mais os capitães Simão Soares, Cosme da Rocha, Francisco Leitão, um oficial de Camarão e um de Henrique Dias. Estas fôrças em marchas forçadas, ràpidamente chegaram ao engenho Tibery, onde se achavam muitos homens prontos a iniciarem uma luta ferrenha contra os holandeses, que são logo arregimentados, indo depois, todos, entrincheirar-se no engenho S. André, que passou a chamar-se Arraial de S. André.

No dia 11 de setembro, o comandante Paul de Linge, com 300 homens e 600 índios, foi atacá-los nesse reduto, mas os insurretos o surpreende num lugar perto do engenho Inhobim, chamado Tibary, causando-lhe 80 mortes e obrigando-o a fugir.

Essa primeira vitória entusiasmou os insurretos, e fêz aumentar consideràvelmente, em tôda a região, o número de sublevados; os chefes iam organizando ràpidamente as companhias de emboscadas, e em pouco começaram a atacar os holandeses de tal forma, que êstes não mais saiam de seus entrincheiramentos. Como na Várzea os insurretos estivessem agindo da mesma forma, a situação tornou-se idêntica à dos primeiros meses da invasão.

Como 15 anos antes, as ciladas, as emboscadas, os fossos com estrepes, esperavam-nos em cada canto; a água, como antes, custava-lhes sangue; já estava Recife de novo sitiada, com postos fixos dos insurretos a pequena distância, e patrulhas volantes por tôda parte. Diante do apêrto dos holandeses, dois pernambucanos quizeram por fogo à esquadra holandesa, e, numa balsa, lá se foram, certa noite, conseguindo incendiar duas naus, voltando calmamente com a jangada até ao primeiro pôsto dos insurretos.

Assim, não perdiam os insurretos e os holandeses as oportunidades para armarem sortidas, golpes de surprêsa ou escaramuças, dia e noite, porque ambos conheciam os métodos de luta do outro. Os holandeses tentaram apossar-se de Olinda com um golpe de surprêsa, no dia 1 de outubro, festa de Rosário, comemorada sempre com grande pompa pelos negros, mas Henrique Dias prevendo essa possibilidade armou uma emboscada, onde os holandeses foram destroçados com consideráveis perdas.

A falta dágua em Recife era enorme; usando de mil artifícios os holandeses iam buscá-la, mas, na volta, eram sempre vítimas de uma emboscada; outras vêzes os insurretos, à noite, com extrema astúcia, iam dentro de Recife destruir os depósitos de água. Não passavam nunca indenes, os holandeses, que de Recife se dirigiam para o forte dos Afogados, ou que de lá vinham. Como no Rio Grande do Norte a situação fôsse muito precária para os insurretos, por causa dos índios tapúias, Fernandes Vieira manda para lá um refôrço sob o comando do capitão João Barbosa Pinto; a necessidade da vinda de gêneros alimentícios da Paraíba para a Várzea, era imperiosa, e por medida de precaução contra os tapúias, Vieira faz seguir também Camarão com a sua gente.

O capitão Barbosa Pinto, tendo recebido o refôrço do capitão Antônio Jácome Bezerra e sua gente, a 23 de novembro atacou com 400 homens Cunhaú, onde os holandeses haviam praticado tantas barbaridades com os moradores; os holandeses dispunham aí de mais de 1.000 homens bem armados e municiados, o que não impediu que os insurretos os atacassem com tôda a decisão. "E se pelejou desde a uma hora depois do meio dia até quase à noite, em que o inimigo se retirou deixando mais de cem mortos, e entre êles o cabo que os governava, muitas armas e despojos, além de grande número de feridos que levou". As armas insurretas contavam mais uma expressiva e retumbante vitória.

Tendo os holandeses se retirado para o forte Ceulen, o capitão Barbosa Pinto, sabendo que ali haviam chegado reforços, rumou para Santo André, mais tarde sendo recolhido por Fernandes Vieira para o Arraial Novo. O capitão Jácome Bezerra, foi de novo juntar-se a Camarão, que com seus 200 índios do rio S. Francisco viera varrendo o sertão de holandeses, tendo ido fortificar-se em uma esplêndida posição, Guajú um pouco ao norte do forte dos Reis Magos (forte Ceulen dos holandeses), de onde começou a hostilizar duramente as fôrças de Paul de Linge.

Sentindo-se forte, com as fôrças de que dispunha, Paul de Linge investe contra a posição de Camarão, a 26 de janeiro de 1646, mas foi batido completamente pelo hábil e inteligente índio, deixando 150 mortos no campo de batalha, todos os víveres que trazia, armas e munições em quantidade. Camarão tendo tido notícia de que Paul de Linge estava esperando reforços, recolheu-se também ao arraial de Santo André, mandando João de Magalhães pedir socorros a Fernandes Vieira e levar 200 rezes para abastecimento do Arraial Novo do Bom Jesus.

A marchas forçadas, enviou Fernandes Vieira o grande cabo André Vidal de Negreiros com seis companhias de veteranos, fôrça essa que chegou ao arraial de Santo André em princípios de março de 1646. André Vidal de Negreiros e Camarão, decidiram atacar imediatamente os holandeses e seus reforços, do forte de Cabedelo. Um ataque ardiloso e bem orientado fêz com que os holandeses perdessem logo no primeiro embate 50 homens, o que os amedrontou e fêz fugir, embarcando todos apressadamente nos navios que haviam trazido os reforços, que logo velejaram para Recife.

Vidal de Negreiros deixa Camarão e suas fôrças vigiando o Rio Grande do Norte, e recolhe-se ao Arraial Novo. Enquanto o norte ia se acalmando, a luta no sul tomava aspecto deveras difícil, não na parte das operações militares, pois os holandeses estavam sitiados em Re-

cife, em grandes apuros, como dez anos antes, mas, pelo aspecto político da luta.

Grande era a hostilidade dos insurretos contra a atitude conciliadora, servil, de Portugal para com a Holanda, que os insurretos combatiam a ferro e fogo; se em cartas secretas o rei de Portugal deixava entrever simpatias pela insurreição, o que a Holanda sabia pelas cartas do arquivo de Serrão de Paiva, apreendidas por Lichthardt, por outro lado, no afã de vegetar em paz, Portugal dava oficialmente ordens formais contra a insurreição.

Os insurretos, que viam fatos como aquêle da esquadra de Salvador Corrêa de Sá e Benavides não atacar Recife, nem cooperar com a esquadra de Serrão de Paiva, nem mesmo hostilizar um só holandês, pensavam, com razão, que Portugal estava disposto a sacrificar o Brasil em seu próprio benefício, e revoltavam-se contra isso.

Assim, quando o Governador Geral recebeu a carta régia condenando os esforços de libertação dos filhos da terra e dando ordem peremptória para "fazer recolher à Bahia os mestres de campo e demais soldados que andassem na guerra", ante essa deposição de armas perante o inimigo vencido em tantos embates, os insurretos resolveram não cumprir aquela ordem, que feria fundo seus sentimentos nacionalistas. Afrontavam as autoridades, a côrte, o próprio rei, mas não compactuavam no crime de sacrificar o Brasil. O rei de Portugal não queria a guerra? Êles a fariam por conta e risco próprios, com os meios ao seu dispôr. Lá estavam os holandeses em apertado sítio, em Recife; já haviam tomado quase tôda a terra que êles haviam conquistado, e para expulsá-los de uma vez, haviam de ter meios e coragem, nem que êsse esfôrço durasse ainda muitos anos. O amor à Pátria nascente sobrepunha-se poderosamente à ordem real de depôr as armas.

De todos aquêles que lutavam, um único homem preferiu cumprir a ordem real: Martim Soares Moreno, que logo se retirou para Portugal.

Fernandes Vieira respondeu ao Governador Geral que "tais ordens não se deviam cumprir, por ser impossível que o rei as desse, se lhe fôsse presente a verdadeira situação de seus leais subditos em Pernambuco".

Os holandeses aproveitando a oportunidade, quizeram impressionar os moradores espalhando a mancheias essa triste carta de D. João IV; os insurretos defenderam-se brilhantemente, declarando que aquela carta era apócrifa, feita pelos holandeses para desassocegarem os moradores. Os chefes insurretos sentiram na alma a duplicidade, a felonia do rei de Portugal, e já começavam a falar alto ao rei e às autoridades, como se pode ver na carta de Henrique Dias ao Conselho de Recife, na qual diz:

> "...e ainda que o Governador Geral e Sua Majestade mesmo nos mandem retirar para a Bahia, primeiro que o façamos lhes havemos de responder e dar as razões que temos para não desistir desta guerra..."

Não contentes, os insurretos escrevem uma carta ao próprio rei D. João IV, que foi enviada por mãos de Francisco Gomes de Abreu, expondo a situação da insurreição, terminando por dizer que em último caso "estavam dispostos a pedir socôrro a algum outro príncipe católico, se o rei os abandonasse".

Mas, nem assim Gomes de Abreu obteve resposta. Em meiados de 1646 os insurretos enviam a Portugal, com idêntica missão, Frei Manoel Calado do Salvador, mas, nem êle conseguiu obter resposta alguma do rei.

Os holandeses sentindo o perigo crescer, tomam resoluções drásticas: concentrar em Recife as fôrças que estivessem fora, destruir as pontes e os edifícios que pudessem prejudicar a defesa, sem excluir os palácios de Friburgo e Boa Vista, de Nassau, e sua cidade Maurícia, reforçar aí os meios defensivos; seus olhos estão postos na Holanda, do presídio onde de novo se haviam metido,

pois, só de lá lhes pode vir a salvação. E' então que surge em Pernambuco uma grave epidemia, que matou muita gente, sem distinção de raça, idade ou sexo, epidemia que durou de setembro a novembro de 1646.

Ao mesmo tempo, no Regimento de Estrangeiros, no qual os insurretos nunca depuzeram confiança, houve quem tramasse retornar de novo às hostes holandesas, atacando antes os insurretos, de surprêsa, para causar-lhes grande mal; um soldado holandês desertou, apresentou-se em Recife e combinou que na noite de 9 para 10 de novembro de 1646, sairia de Recife uma fôrça de 300 homens para acolhê-los. Providências oportunas do sargento mor Dias Cardoso prepararam um contra golpe, de surprêsa, no Regimento de Estrangeiros, na hora da sublevação, que liquidou os chefes da revolta, sendo os demais prêsos e remetidos para a Bahia, dissolvendo-se o Regimento de Estrangeiros. Em caminho para lá, muitos dêsses soldados, reconhecidos por antigas vítimas, foram mortos sem piedade.

O Governador Geral ao ter notícia da situação esplêndida dos insurretos, que com um esfôrço um pouco maior poderiam dar o golpe final nos holandeses, procurou obter reforços em S. Paulo, para tanto escrevendo a 8 e 21 de novembro de 1646 nesse sentido; os reforços, 200 brancos e 2.000 índios, em breve foram preparados sob o comando do capitão Antônio Pereira de Azevedo, e enviados via rio S. Francisco, segundo Pedro Taques.

Fernandes Vieira, premido pela necessidade de facilitar a chegada de reforços e recursos por mar, decidiu atacar novamente a ilha de Itamaracá; os holandeses, que pelo seu lado necessitavam prementemente vir buscar no continente os alimentos para não morrerem de fome, em condições bem perigosas, haviam ancorado no canal da ilha três embarcações artilhadas, de proteção, e, por não terem com que alimentá-los, enviaram para Itamaracá todos os índios que estavam com êles em Recife,

A altas horas de uma noite tempestuosa, Fernandes Vieira, com tropa numerosa e aguerrida sai de Igaraçú, indo tomar de assalto as três embarcações ancoradas no canal, e por meio delas leva sua fôrça, que desembarca na ilha; apertando em luta os holandeses que defendiam a ilha, êstes acolhem-se ao forte de Orange, em frente ao qual Fernandes Vieira mandou fazer entricheiramentos. Aí, Fernandes Vieira entrega a Dias Cardoso o comando das operações, voltando para o Arraial Novo.

Dias Cardoso depois de talar tôda a ilha, e sabendo da vinda de fortes reforços enviados pelo almirante Joost van Trappen (Banckert), retorna com as fôrças para o Arraial Novo levando despojos de todo o gênero e muitos índios tapúias aprisionados. A escassez de munição e armas com que lutavam os insurretos impediu que o objetivo de Fernandes Vieira fôsse alcançado.

Camarão, que na Paraíba havia posto tudo a ferro e fogo na luta contra os tapúias, aliados dos holandeses, até junto do forte Ceulen, enviou 200 rêzes para o abastecimento do Arraial Novo, como vimos; os holandeses, quando a boiada devia estar em Tejucupapo, provàvelmente com a intenção de dela apossar-se, sairam de Recife, indo juntar-se às fôrças de Itamaracá, daí seguindo para o continente; os insurretos, ao verem o rumo que essas tropas holandesas tomavam, desconfiaram que elas iam atacar a boiada mandada por Camarão; foi enviado aviso àquela localidade, ao mesmo tempo que seguiam apressadamente duas companhias de guerra para reforçar a escolta.

Antes que as companhias lá chegassem a boiada havia passado em segurança e bem guardada, tendo Paulo da Cunha que comandara a escolta, ficado com a mesma em Igaraçú, cansados com a dura viagem. Os holandeses, com 600 homens, em 15 lanchas, rumaram para o pôrto de Maria Farinha; avistados aí pelos vigias, foi dado o rebate, indo Paulo da Cunha com sua gente, apressadamente, postar-lhes uma emboscada. Os holandeses desconfiando do aspecto do local, nem chegaram a desembarcar,

logo rumando para Tejucupapo, pretendendo surpreender S. Lourenço ao amanhecer.

Em Tejucupapo, as sentinelas deram o alarme a 24 de abril de 1646, indo todos os moradores acolher-se no reduto ali existente; Agostinho Nunes, chefiou a gente local, tomando as providências necessárias. Expediu um pedido urgente de socôrro ao Arraial; deu a um jovem de valor, Mateus Fernandes, 30 cavaleiros, com a ordem de atacar pelo mato os flancos e a retaguarda dos holandeses; e, com os 70 homens que ainda dispunha, preparou-se para a defesa do reduto.

As mulheres que estavam no reduto, demonstrando grande bravura, davam água, carregavam munições e insuflavam o ânimo dos combatentes exortando-os a vencer os holandeses. Duas vêzes assaltaram os holandeses o reduto, mas, recebidos por forte fogo da defesa e tendo de defender-se dos ataques de Mateus Fernandes, nada conseguiram; no terceiro assalto, mais violento, chegaram êles a abrir uma brecha no reduto; os defensores, escassos, com muitos mortos e feridos, não dispunham de reservas para acudir àquele ponto.

E' então que as mulheres, soberbas de bravura, apanhando as armas dos mortos e feridos, num ímpeto de leôas enraivecidas, atacam como soldados veteranos os holandeses que penetram na brecha, e repelem-nos, e batem-nos e matam-nos, com tal ímpeto e heroismo, que os restantes atacantes batem em retirada, reembarcando.

Essas as heroínas de Tejucupapo, que tão brilhantemente conquistaram seu lugar na História pátria!

Enquanto no Brasil homens e mulheres lutavam desesperadamente para expulsar o invasor, o rei de Portugal, vendo a série ininterrupta de vitórias dos insurretos, que poderosos já apertavam o cêrco de Recife de forma igual a 15 anos antes, e sabendo das respostas altivas dos seus chefes, que se negavam a obedecer à ordem de cessar as hostilidades, fazendo a guerra por sua conta e risco, temeu que a luta resultasse na criação de um novo Esta-

do independente; providenciou logo controlar a insurreição, enviando-lhe um chefe que evitasse os ímpetos nacionalistas dos insurretos, mantendo as capitanias revoltadas sob o jugo português.

Essa providência se fazia tanto mais necessária, porque, tendo o Padre Antônio Vieira, sido enviado à Holanda como embaixador, a 1 de fevereiro de 1646, com o firme propósito de negociar com a Holanda a restituição de Pernambuco, mediante o pagamento de 3 milhões de cruzados, em parcelas de 500 mil cruzados anuais, nada ali pudera conseguir. (Seria a proposta de Gaspar Dias?).

O escolhido foi Francisco Barreto, homem de absoluta confiança de D. João IV, logo promovido a mestre de campo General; postas à sua disposição três naus, nelas embarcou víveres, armas, munições e 300 soldados tirados do Exército de Alemtejo, e seguiu secretamente, de imediato, para o Brasil, a fim de assumir seu cargo e cumprir sua missão.

Ao mesmo tempo, atendendo à pressão holandesa, D. João IV substituia o Governador Geral do Brasil Teles da Silva por Antônio de Souza Mendes, Conde de Vila Pouca de Aguiar, que também recebera instruções especiais; para dar a êsses elementos fôrças de confiança que os apoiasse, D. João IV ordena a Francisco Figueroa, que recrute nos Açores um "têrço" e siga imediatamente para a Bahia, apresentando-se ao novo Governador Geral.

Ora, a decisão de D. João IV, de enviar um novo chefe, de sua confiança, para exercer o comando das fôrças insurretas, controlando a insurreição, era pouco hábil; os insurretos, havia longos anos combatiam sob as ordens de chefes brasileiros, que de contínuo os levavam à vitória, compreendendo-os e tratando-os como desejavam; os chefes que lhes haviam enviado, só lhes haviam causado dolorosas decepções, irritações pelo trato desprezível e desgostos pela sua propensão para tratar com os holandeses. Agora que os insurretos estavam lutando contra a vontade do rei, ostensivamente contrariando a

ordem de depôr as armas, a vinda de um chefe militar só poderia causar fundas desconfianças, tanto mais que os insurretos viam a vitória final ao alcance de suas mãos.

Francisco Barreto, com suas naus, chegou às costas da Paraíba em fins de abril de 1647, mas, com tão má sorte, que caiu nas mãos dos holandeses, que o levaram com sua gente, prisioneiros para Recife. Essa infelicidade do emissário de D. João IV, redundou em um grande benefício para o Brasil, porque sua presença não veiu pôr em cheque a harmonia que reinava entre os insurretos, nem criar casos entre os chefes ou entre êstes e seus comandados.

Apenas um caso surgiu, demonstrando extremos de ódio contra um chefe insurreto, bravo e competente. Desde os primeiros dias da invasão holandesa, um certo número de portuguêses, por ambição de ganho e defesa de seus interêsses, acercou-se dos novos dominadores; a campanha da insurreição tirava-lhes grandes lucros, seus engenhos e escravos, e vendo em Fernandes Vieira a causa principal de seus males, resolveram peitar três mamelucos para assassiná-lo. Desde algum tempo antes, Fernandes Vieira recebia avisos de amigos que se tramava contra sua vida, porém, não quiz dar crédito.

Certo dia, ao sair de seu engenho, adiantando-se de sua escolta habitual, levou três tiros de mosquete, um dos quais o atingiu no ombro; arrancando sua espada, Fernandes Vieira atirou-se contra os emboscados que o haviam atacado acudindo logo sua escolta; um dos atacantes foi apanhado e logo feito em pedaços. Fernandes Vieira fêz questão que se mantivesse silêncio sôbre o caso, embora soubesse quem êles eram e quem os havia mandado.

Enquanto isso, mais duras eram as condições de Recife quanto a alimentos e água; a fome era extrema. Tôda a esperança estava na vinda de socorros da Holanda; mas, na Holanda, as autoridades acreditavam que o rei de Portugal ordenando a deposição das armas pelos insurretos, a revolta esmoreceria e acabaria por desaparecer totalmen-

te, por isso, da Holanda ganham tempo enchendo os sitiados de promessas. Êstes, nada podendo fazer em terra, lançam suas naus a apresar embarcações e assaltar as povoações da costa, para prover-se de víveres. Evacuam o forte de Orange (junho de 1646) e recolhem tôdas as tropas a Recife.

A tal ponto chegaram as coisas em Recife, que os chefes holandeses já pensavam em uma resolução desesperada, render-se ou fazer uma sortida para o interior, para matar ou morrer. Só tinham os holandeses víveres racionados para 2 ou 3 dias, quando chegaram dois navios holandeses, o "Falcão" e o "Isabel", a 28 de junho de 1646, com víveres; a alegria dos sitiados foi tão grande, que o Conselho de Recife fêz cunhar duas medalhas de ouro para os comandantes dêsses navios, entregues com tôda a solenidade (*).

Não era um refôrço decisivo, mas, levantara o moral dos sitiados, que já pensavam em render-se, com a grata notícia de que um grande refôrço estava sendo preparado na Holanda.

E' que a Holanda compreendera por fim que Portugal tudo fazia para ganhar tempo, como de fato ganhou, e resolvera-se a fazer guerra aberta a Portugal, sustentando fortemente seus elementos em Pernambuco. Se obter navios para uma esquadra era, para os holandeses, problema fácil, dado o imenso número de naus apresadas até então, já a arregimentação de 2.000 homens voluntários, não era muito viável, devido à descrença de todos no êxito daquela colonização.

Só a 1.º de agôsto de 1646 apresentou-se diante de Recife a esquadra de socôrro holandesa, de 9 naus, 4 patachos e 28 embarcações menores, sob o comando do almirante Witte Corneliszoon de With. A viagem havia sido

---

(*) Nessas medalhas havia a inscrição: "Door de "Valk" en 'Elizabeth" is het Recif outzet", isto é, "Pelo "Falcão" e "Elizabeth" foi o Recife salvo do cêrco".

das mais difíceis, havendo naufragado cinco navios, tendo reinado entre todos a maior discórdia. Vinham com essa esquadra os coronéis Van Schkoppe e Hinderson, e para substituir o Conselho de Recife e fazer a tomada de contas, Walter Van Schoonenborch, Michel Van Goch, Simon Van Beaumont, Abraham Trouwels e Hendrick Haecxs. Trouwels falecia poucos dias depois de haver chegado a Recife.

O coronel Van Schkoppe, presunçoso e arrogante, exprobou os defensores de Recife por se deixarem dominar por soldados bisonhos e mal armados, como eram os insurretos; pedindo um pouco de água, deram-lhe um púcaro com a salobra água dos poços de Recife, e êle, atirando-a fora, prometeu-lhes que, em contados dias, dar-lhes-ia a melhor água de Pernambuco. Vinha êle cheio de confiança nos triunfos que outrora conseguira, devido à desorganização dos defensores da terra.

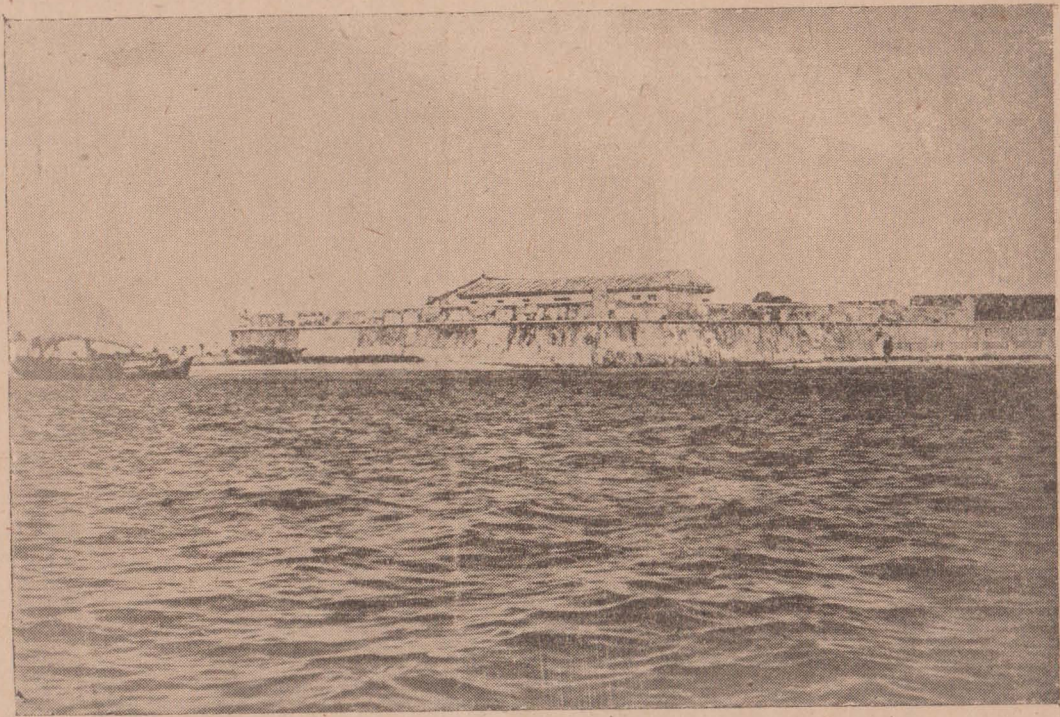
Já na Holanda êle mostrara a todos que mudaria a face da situação, tão logo chegasse a Pernambuco, e parece que até trouxe da Holanda um plano de ação que previa um ataque inicial à Paraíba, e depois uma marcha para o sul, conquistando a capitania a ferro e fogo.

Antes mesmo dêle chegar a Recife, os insurretos já conheciam o plano de Van Schkoppe. Fernandes Vieira, para neutralizar o golpe de Van Schkoppe ordenou a retirada geral da Paraíba, deixando-a terra devastada; a população cumpriu a ordem, e com seus bens e seus gados, veiu abrigar-se no Arraial Novo e em S. Antônio do Cabo, depois de ter pôsto fogo em suas casas e suas culturas. A Paraíba ficou como um tufão que por ali houvesse passado. Ao chegar a Recife Van Schkoppe encheu-se de raiva quando soube das providências tomadas na Paraíba, e resolveu atacar Olinda, que lhe poderia fornecer boa água e abrir as portas do interior.

A 5 de agôsto de 1646, com 1.200 homens, marchou Van Schkoppe contra Olinda que havia sido reedificada por ordem de Nassau; ainda perto das fortificações en-

controu um esquadrão de reconhecimento do capitão Antônio da Rocha Damas, com 30 homens, que engajando a luta, foi logo socorrido por 200 homens sob o comando do capitão João Soares de Albuquerque, que apoiados na colina impediram os holandeses de avançar ou atingir a praia; tão forte foi o ataque dos insurretos, apesar da inferioridade numérica, que Van Schkoppe viu-se obrigado a acolher-se em um reduto que os holandeses ainda conservavam no istmo.

Van Schkoppe pede reforços a Recife, que logo são enviados, mas, nem depois de várias investidas furiosas pôde êle atingir a praia, por onde pretendia flanquear a cidade. Os insurretos, tomados de intenso entusiasmo por aquela esplêndida defensiva, atacam então a arma branca com indômito valor; Van Schkoppe ferido, diz que os insurretos lutavam "como se estivesse, enfadados de viver", e como estivesse perdendo muitos homens, resolveu bater èm retirada para Recife, receioso de que a chegada de algum refôrço para os insurretos causasse uma derrota grave.

Em Recife, inúmeros oficiais e soldados holandeses ficaram satisfeitíssimos com a derrota de Van Schkoppe, por causa da sua fanfarronada, e entre os insurretos houve júbilo, por desfazer-se o mito da extraordinária capacidade dêsse oficial. Van Schkoppe, não conformado, uma semana depois insiste em atacar de novo Olinda, e de novo é repelido com duras perdas. Vendo que nada podia conseguir no setor norte, Van Schkoppe resolve voltar suas vistas para o sul da capitania, a curta distância ainda, comandando mil homens sai de surprêsa para atacar os limites da Várzea, mas, acorreram de todos os lados socorros ao ponto ameaçado, trazidos por Camarão, Berenger Uchôa, e Francisco de Abreu, das estâncias próximas, e pelos mestres de campos e Dias Cardoso, do próprio Arraial Novo, que, enfrentando resolutamente Van Schkoppe, o vencem outra vez, depois de dura refrega,

Forte de S. Lourenço, erguido em Itaparica, na Ponta da Bahia, em substituição ao forte de Van Schkoppe, onde morreu, atacando-o, o bravo Francisco Rebelo.

obrigando-o a retirar-se e acolher-se no forte dos Afogados.

Mesmo aí os insurretos insistem em atacá-lo, fazendo com que Van Schkoppe seja obrigado a fugir com suas tropas para Recife.

Não ficou Van Schkoppe escarmentado com essas derrotas. Negando-se a reconhecer ter sido vencido, enfureceu-se apenas. Assim, dias depois insistia êle em atacar de novo a Várzea; com uma fôrça de mais de 2.000 homens e artilharia, foi entrincheirar-se no passo de Francisco Barreiros, bem em frente ao pôsto insureto da Barreta. Logo acorreram socorros, e tão bem se bateram, que Van Schkoppe, embora tivesse conseguido ocupar o reduto de Barreta, foi de novo obrigado a bater em retirada para Recife.

Já então, (setembro de 1646) Van Schkoppe começava a desconfiar de sua imensa capacidade militar, e o Conselho de Recife confiando mais em si próprio que nas altas capacidades de Van Schkoppe, resolve interferir na política de guerra, pedindo à Holanda mais reforços, além de espalhar editais e bandos capciosos para seduzir os moradores à obediência, mediante esquecimento de tôdas as culpas e deposição das armas.

Fernandes Vieira, inteligentemente revida o golpe, prometendo aos holandeses que se apresentassem no Arraial Novo o mesmo que o Conselho de Recife oferecia.

Os holandeses, vendo que nas cercanias de Recife só levavam desvantagens nas lutas, planejam atacar a região do rio S. Francisco, ameaçando os insurretos pela retaguarda, ao mesmo tempo que lhes cortavam as vias vitais de abastecimento; é, então, enviado o Coronel Hinderson com um regimento, em 8 navios, protegidos pela esquadra de Lichthardt, de 10 naus, para atacar o forte de Penedo, chave das comunicações com a Bahia. Desembarcando de surprêsa, os moradores fugiram para junto da fôrça do capitão Rebelo, que guardava a fronteira da Bahia.

Hinderson fêz logo levantar aí, no local do forte arrazado, um novo forte, mas, as fôrças de Rebelo e os moradores, começaram a atacá-los insistentemente.

Repentinamente falece aí o almirante Lichthardt, a alma danada dos holandeses, e enferma o coronel Hinderson. Tendo um destacamento de fronteira insurreto surpreendido e aniquilado um pôsto avançado holandês, nas imediações do forte, o coronel Hinderson lança tôdas as fôrças de que dispunha, sob o comando de Samuel Lambert, para atacar e destruir êsse destacamento. O capitão Rebelo ao ser informado da saída dessa fôrça, prepara uma emboscada, onde os holandeses deixaram 120 mortos, fugindo o resto da tropa debandada. Um dos mortos foi o próprio capitão Lambert (Pedro Calmon diz que o comandante, morto, dessa fôrça, era o capitão La Montagne).

Enquanto Hinderson atacava Penedo, Van Schkoppe vai por mar atacar a Paraíba, onde apenas pôde apanhar alguma cana, que restara dos canaviais incendiados. Pouco depois de Van Schkoppe, voltar da Paraíba, o coronel Hinderson batido decisivamente em Urambú, a 31 de dezembro, por Francisco Rebelo, abandonava o forte de Penedo em (abril de 1647). Os holandeses iam de mal a pior; o coronel Gartsman, tendo se indisposto com Samuel Rabbi, a fera humana que tantas barbaridades praticara, temendo-o, manda-o executar com um pretexto qualquer, em princípios de 1647, e isto indispuzera os índios tapúias.

Por outro lado, os índios sempre acompanharam o partido que lhes parecia mais forte, daí uma grande defecção dos tapúias, que em grandes grupos passaram a apresentar-se aos insurretos. Ora, êstes índios tapúias eram os verdadeiros guerreiros das hostes holandesas.

O coronel Van Schkoppe, que em tantos meses ainda não conseguira cumprir suas promessas da chegada, projetou um golpe magistral na insurreição: atacar a Bahia. "Não havia dúvidas sôbre a solidariedade do govêrno da

Bahia com os pernambucanos. De lá partiam as ordens, as expedições, a orientação da guerra. Decidiu instalar-se no Recôncavo para ameaçar a capital e ditar-lhe a paz".

De fato, previa Van Schkoppe, um saque régio, víveres, e o afastamento de Pernambuco de muita tropa, o que lhe permitiria agir aí, eficientemente, também.

Depois de guarnecer bem os fortes de Recife, Van Schkoppe embarca com 3.000 homens em 7 navios, sob reserva absoluta; a 8 de fevereiro de 1647 apresenta-se essa esquadra, de surprêsa, em frente à barra da Bahia, indo desembarcar a tropa na ponta da Baleia, na ilha de Itaparica, de onde se avistava a cidade do Salvador. Não encontrou resistência alguma aí; os moradores que puderam, fugiram, e os demais, cêrca de 2.000, homens, mulheres e crianças, foram massacrados.

Os holandeses, começaram a saquear as casas, a devastar os engenhos, e só não houve incêndios, por proibição formal de Van Schkoppe, para não dar o alarme de sua presença ali. A ilha não tinha fortificação alguma, nem tropa de qualquer espécie; êsse monstruoso genocídio não era represália; era covardia!

Entrincheirando-se na praia, no local onde existe ainda o fortim de S. Lourenço, começaram os holandeses a lançar suas quadrilhas para assaltar o Recôncavo. As primeiras notícias causaram pânico na Bahia, mas, Teles da Silva refeito, convoca os chefes militares e depois de ter providenciado a defesa da cidade, resolve atacar diretamente a ilha de Itaparica, contra o parecer do mestre de campo Rebelo. Reune 800 homens, e em canoas e lanchas, na noite de 17 para 18 de março de 1647, envia-os para desembarcarem no ilhéu próximo a Itaparica. Ao amanhecer estavam êles na ilha e surpreendiam uma tropa holandesa que andava fazendo faxina, que foi dizimada.

Continuando a progredir, as fôrças do mestre de campo Rebelo foram entrincheirar-se a tiro de mosquete do forte, deixando-o apenas com ligação pelo mar com os ele-

mentos da esquadra holandesa. Os holandeses acabavam de receber os remanescentes do forte de Penedo e mais 500 homens que haviam chegado da Holanda com o coronel van der Haus. Por isso, a 24 de março de 1647 atacam as fôrças do mestre de campo Rebelo com vigor, obrigando-o a retirar-se com grandes perdas.

O Governador Geral Teles da Silva não aproveitou a lição. A 11 de março de 1647 êle pede de novo socorros a S. Paulo, na impossibilidade de pedí-los a Portugal. Meses depois, vendo a situação aflitiva de Salvador, lutando com falta de mantimentos, pois seu abastecimento era todo marítimo, resolveu insistir no ataque à ilha de Itaparica, onde várias guerrilhas já hostilizavam os holandeses, destacando-se a de Bernardo Vieira Ravasco. Na madrugada de 10 de agôsto de 1647, envia êle 1.200 homens, ainda contra o parecer do mestre de campo Francisco Rebelo e sob o seu comando, para atacar a fortificação holandesa; a princípio os atacantes levaram vantagem, mas, foram obrigadas a retirar com a perda de 600 homens, inclusive o bravo, o heróico mestre de campo Rebelo, cujo corpo Frei Domingos que acompanhara a expeçição, trouxe às costas.

Êsse desastre causou funda consternação na cidade e verdadeiro pavor em Portugal, fazendo mesmo com que o Governador Teles da Silva caísse em desgraça com D. João IV.

Assim, a Bahia estava em perigo novamente e com ela o Brasil!

XIV

PRIMEIRA BATALHA DOS GUARARAPES

O Padre Antônio Vieira e a esquadra de socôrro — O tratado de Munster — O Conde de Nassau novamente — O grande socôrro holandês — O plano de operações holandês — Marcha e dispositivo das fôrças — A batalha dos Guararapes e sua repercussão.

Se na Bahia era tensa a situação, com o odiado inimigo instalado na ilha de Itaparica, impedindo as comunicações por mar e causando falta de víveres, vivendo os moradores quase que só com a esperança de socorros enviados por Portugal, em Pernambuco a impressão é desanimadora, tanto mais que, em meiados de abril de 1647 chegara a Recife uma esquadra holandesa de 9 naus, enviada por uma companhia de corso, à qual o govêrno holandês dera as mais amplas concessões para atacar a costa do Brasil.

Além disso, no Arraíal Novo a escassez de víveres era enorme, e era a primeira coisa a ser atendida. Fernandes Vieira para diminuí-la manda abater todo o gado de suas fazendas, gesto que é seguido por outros proprietários, enquanto espera Vidal de Negreiros que fôra à Paraíba buscar víveres, e que em breve chega com um enorme comboio, aliviando por muito tempo a falta de alimentos. Em Pernambuco também, os insurretos esperavam socorros de Portugal, que tinham notícia estar em pre-

paro; pensando que essa esquadra não demoraria, organizam um plano para cooperar com ela por ocasião do ataque a Recife. O plano consistia em construir um baluarte que dominasse Recife e a cidade Maurícia, e que ficasse a cavaleiro do forte holandês de Asseca.

O lugar escolhido para êsse baluarte era à margem norte do rio Capiberibe, ao abrigo das vistas por uma cortina de mata. Sem que os holandeses o pressentissem foi o baluarte construído, e seu fosso cheio com a água do rio; era um baluarte formidável, no qual fôra montada tôda a artilharia existente no Arraial Novo. Tudo pronto, à noite 6 de novembro cortaram os insurretos as árvores da mata, incendeiam um patacho que os holandeses mantinham de vigia naquele ponto e, na alvorada de 7 de novembro, ao som de caixas, trombetas e charamelas, de surprêsa, romperam um fogo destruidor sôbre Recife. A intensidade e pontaria dos canhões, que faziam tiro direto, obrigou os moradores de Recife a se esconderem nos porões das casas, sendo terrível a impressão que os insurretos estavam prontos para dar-lhes o golpe decisivo.

Nem mesmo os navios no pôrto estavam indenes, tendo os holandeses que levá-los para fora da barra. A única solução para êsse ímpasse era mandarem buscar o coronel Van Schkoppe na Bahia, para acudí-los, o que foi feito apressadamente. Van Schkoppe, em Itaparica, a não ser a causa de grande falta de víveres, não alcançara o objetivo principal, que era afastar de Pernambuco grande parte das fôrças insurretas, para, dividindo, dominar os dois pontos principais. Depois, os holandeses temiam muito a possibilidade de Portugal enviar uma esquadra de socôrro, para atacar diretamente Recife, tanto que o Stathouder e a Companhia das Índias Ocidentais, não haviam querido abrir hostilidades ostensivamente contra Portugal. A ousadia dos insurretos chegara ao ponto de ir atacar o paço de Nassau, na entrada da cidade, que foi saqueado.

Quando em Recife os holandeses receberam confirmação da Holanda, de que estava prestes a partir do Tejo a esquadra portuguêsa de socôrro, acreditaram estar próximo o fim do domínio holandês em Pernambuco, e foi essa notícia, principalmente, que fêz Van Schkoppe, a instâncias do Conselho de Recife, retirar-se de Itaparica a 14 de dezembro de 1647. A 22 de dezembro de 1647, chegava à Bahia a esquadra portuguêsa de socôrro, o que levou Southey a dizer "que a ordem de recolher-se Van Schkoppe a Recife chegou a Itaparica a tempo e a propósito, para poupar-lhe o desaire de uma retirada, ou talvez, a total ruína".

Essa esquadra, pode dizer-se, foi preparada contra a vontade da côrte portuguêsa, por pertinácia exclusiva do Padre Antônio Vieira. Pouco antes da ocupação de Itaparica por Van Schkoppe, o Padre Antônio Vieira, talvez prevenido por amigos, advertiu o rei do perigo de um ataque à Bahia, assáz danoso para todo o Brasil, não tendo sido dada atenção à sua advertência. Tendo os franceses reconquistado Dunkerque aos holandeses, D. João IV mandou rezar solene "Te Deum", com beija mão real, em sinal de regosijo. Todos foram felicitar o rei nessa ocasião, mas, quando chegou a vez do Padre Antônio Vieira, êste declarou ao rei que ali ia apresentar-lhe seus pêsames, porque a esquadra holandesa de Dunkerque, disponível agora, certamente seria lançada contra o Brasil.

O Padre Vieira ainda informou ao rei, que um holandês, de Amsterdam, oferecera-se para contratar a construção de 15 naus de 30 peças, entregando-as em março do ano seguinte, por 20 mil cruzados, cada uma; avisou êle ainda ao rei, que havia chegado do Brasil uma frota carregando 40 mil caixas de açúcar, comprado a baixo custo, e que estava sendo ali vendido por alto preço, que podia ser sobrecarregado com um impôsto de um tostão ou de seis vinténs por arroba, que daria a soma necessária

para pagar êsses navios, tão necessários à defesa do Brasil.

O rei determinou-lhe fazer essa proposta por escrito, mas, ao ir o Padre Vieira saber o resultado do parecer, disse-lhe o rei que o Conselho de Ministros achara "crú" o negócio.

Algum tempo depois, o rei mandou chamá-lo em Alcântara, e disse-lhe que êle era profeta, pois, Van Schkoppe acabava de conquistar Itaparica, criando um grave perigo; perguntou-lhe o rei: Que faremos? Respondeu-lhe o Padre Vieira que o remédio era facílimo: "Já que os vossos ministros acharam que o meu projeto era crú, que o cozinhem agora".

Reuniu-se o Conselho de Ministros, e todos foram acordes socorrer a Bahia, mas para isso eram necessários 300 mil cruzados, e ninguém sabia onde ir buscá-los. O Padre Vieira ao saber o resultado do Conselho de Ministros, exclamou: "A um rei de Portugal dizem os seus Ministros que não há aonde ir por 300 mil cruzados para socorrer o Brasil, que é tudo quanto nos deixaram! Pois eu aqui neste hábito remendado confio em Deus que ainda hoje mesmo hei de trazer a Vossa Majestade tôda a soma"!

O Padre Vieira seguiu imediatamente para Lisboa, e ali, com seus amigos Duarte da Silva e Antônio Rodrigues Marques, mercadores cristãos novos, em duas horas arranjou os 300 mil cruzados, para reembôlso pela taxa sôbre o açúcar. Assim, ao Padre Vieira, exclusivamente, se deve êsse socôrro dessa esquadra de 12 naus, das quais 5 naus eram destinadas à reconquista de Angola, da qual vinha encarregado Salvador Corrêa de Sá e Benavides.

O novo Governador Geral do Brasil, Antônio Teles de Menezes, Conde de Vila Pouca de Aguiar, que vinha substituir Teles da Silva, veiu na frota, com as quatro companhias alistadas nos Açores, comandadas pelo mestre de Campo Francisco Figueroa. Os insurretos não se deixaram iludir com o novo governador, nem com os mingua-

dos socorros, e muito menos com a esquadra sob o comando de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, que antes já os havia deixado em difícil situação, e que agora porfiava em levar da Bahia 900 homens e os navios, para ir conquistar Angola.

Os insurretos, já acostumados a verem as esquadras chegarem e não atacarem Recife, mal querendo transportar reforços aos pontos necessários, não deram importância alguma a essa atitude de Salvador Corrêa de Sá e Benavides, que desdenhava Pernambuco por uma exótica colônia africana, mesmo tendo o Padre Antônio Vieira conseguido obter os meios de adquirir a esquadra para ajudar a salvar o Brasil, e não Angola.

Convictos de que a vitória estava próxima, os insurretos fazem todo o mal que podem aos holandeses, sem dar-lhes um momento de sossego, com seu bombardeio pesado e ininterrupto, que tudo arrazava e tantas mortes causava. Como sentiam os insurretos que a decisão da luta estava em Recife, concentraram aí todos os esforços, recolhendo as populações de Igaraçú e Goiana, que os holandeses logo ocuparam; só não abriram mão da Paraíba e do Rio Grande do Norte, sem as ocuparem, porque daí recebiam víveres e por aí podiam receber os meios necessários à luta.

A 23 de novembro de 1647, Henrique Dias sai com uma fôrça de 800 homens de infantaria e 90 de cavalaria, para o Ceará Merim em busca de víveres. O seu Têrço, segundo a carta que em 1647 enviou ao Conselho de Recife, compunha-se de negros de quatro nações: "Minas, Ardas, Angolas e Crioulos: êstes são tão malvados que não temem nem devem; os Minas tão bravos que aonde não podem chegar com o braço, chegaram com o nome; os Ardas tão fogosos que tudo querem cortar de um só golpe; e os Angolas tão robustos que nenhum trabalho os cansa".

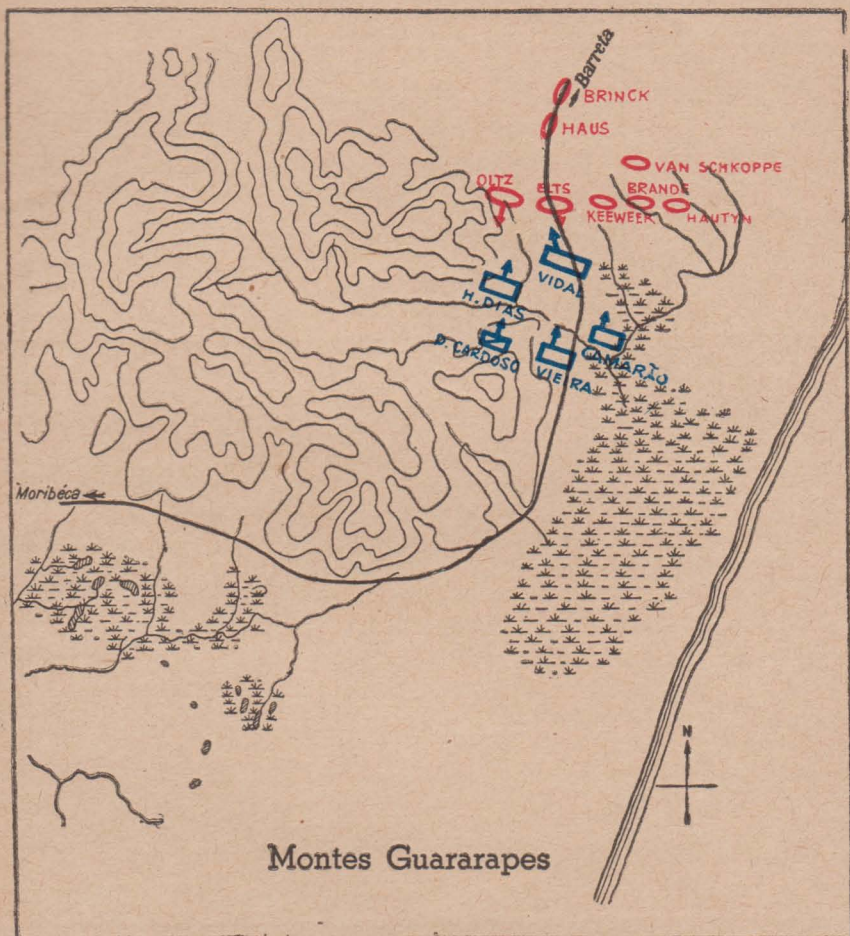
Levava êle, além de seu têrço, algumas companhias do têrço de Camarão, porque tinha, também, por missão,

hostilizar o mais possível os holandeses no Rio Grande do Norte, que pôs a ferro e fogo. No sítio dos Guarairas, casa forte holandesa no meio de uma lagoa larga e funda, e onde êles recolhiam o fruto de seus saques, fortemente defendida, Henrique Dias a 5 de janeiro de 1648 lutou tão duramente, que só cinco holandeses conseguiram escapar; a 7 de janeiro enfrenta o engenho de Cunhaú, fortemente armado. Intima a rendição inicialmente, para espanto do inimigo; como êste procurasse ganhar tempo, Henrique Dias dá ordem de chegar a lenha do engenho ao redor da fortificação e incendiá-la. A ordem foi cumprida com estranha presteza.

No momento de ser posto fogo à lenha, sai da casa forte uma portuguêsa casada com um flamengo, pedindo quartel para os sitiados. Depois do saque e da arrecadação das armas e munições, foi arrazada a fortificação e destruído o engenho. Voltou Henrique Dias ao Arraial com grande número de prisioneiros, armas, munições e farta colheita de víveres, muito gado, moradores que o acompanharam e despojos. Logo no comêço de 1648, recebem os insurretos notícias de que grandes reforços estão para chegar, dirigidos aos holandeses; pedem imediatamente socôrro ao Governador Geral, armazenam víveres, chamam às armas todos os homens válidos, e abandonam posições sem valor, concentrando todos os meios na Várzea. Estavam os insurretos nesse afã, quando o mestre de campo Francisco Barreto, que havia meses estava prisioneiro dos holandeses, fugiu, com a cumplicidade do flamengo Francisco de Bra e do francês Jean Voltrin, indo apresentar-se no Arraial Novo. Muitos historiadores dizem que Francisco Barreto era reinol, mas documentos recentemente descobertos dão-no como filho natural de uma peruana e um português, nascido em Lima (Perú). Foi educado em Portugal, tendo seguido a carreira das armas, onde muito se distinguiu.

Foi recebido por todos com grande alegria, e sincera satisfação pelos dois mestres de campo Fernandes Vieira

1ª BATALHA DOS GUARARAPES

1ª FASE

O Ataque dos Insurretos

19 DE ABRIL DE 1648

e Vidal de Negreiros. Fernandes Vieira dando uma grande prova de patriotismo e compreensão dos interêsses da coletividade, passou o comando, sem hesitação, a Francisco Barreto mas êste não quiz recebê-lo; preferiu fazer um conselho com os três mestres de campo, e os três se entenderam perfeitamente, reinando sempre grande harmonia entre êles, porque Francisco Barreto fôra soldado de Francisco Barbalho em 1638 e 1639.

Esta situação de expectativa, prenunciava grandes acontecimentos. E êles não tardaram.

A 30 de janeiro de 1648, a Holanda arrancava da Espanha o Tratado de Munster, pelo qual a Espanha ousava atribuir-se o poder de garantir a posse aos holandeses de tôdas as regiões do Brasil tomadas pelos insurretos à Holanda desde 1641 (artigo V e VI). Era uma audácia inominável.

A Holanda provocou a inclusão dêsse artigo no Tratado, porque Portugal estava procurando ganhar tempo, aparentando sincera vontade de reprimir a insurreição, só a atribuindo a um grupo de obstinados que seriam exemplarmente castigados. A assinatura do Tratado de Munster mostrou, porém, a Portugal, que a situação era muito mais grave, pois, nem a substituição do governador Geral Antônio Teles da Silva, deixara os holandeses satisfeitos.

Começa então, um período de entendimentos diplomáticos, mas quantos projetos Portugal apresentava, eram regeitados "in limine". A ânsia de paz de Portugal chegou a tal ponto, que o embaixador Souza Coutinho declarou em última instância que "o rei de Portugal estava disposto a consentir em que se restituissem à Holanda tôdas as conquistas feitas pelos insurgentes, fazendo-os retirar da campanha, e a concluir imediatamente um Tratado de Paz".

Querendo a paz a qualquer preço, Portugal definia-se claramente, sacrificando o Brasil desde o Ceará até ao Rio Real, com 20 mil caixas de açúcar de contrapêso! Mas, os holandeses, quanto mais viam os portuguêses humilhar-

se, aviltar-se, menos condescendência tinham, porque, tanto haviam os portuguêses mentido, que agora, quando aganiados falavam a verdade, os holandeses não lhes davam crédito. Souza Coutinho ofereceu-se para ir êle próprio a Lisboa apressar a assinatura do Tratado, garantindo seu êxito; os holandeses concordaram, mas exigiram imediata entrega da Bahia ou da Ilha Terceira, como garantia. Coutinho não tinha autoridade para resolver êsse assunto e tudo ficou em nada.

Portugal substitui seu embaixador, mas isso de nada valeu, porque a Holanda sabia que êsse problema só podia ser resolvido pela fôrça das armas. Foi, então, que a Holanda resolveu enviar um forte socôrro a Recife, cedendo o govêrno 51 navios à Companhia das Índias Ocidentais, sendo 12 naus de guerra e 39 navios de transporte, além de 6 mil homens e 1 milhão e meio de florins, que juntos aos recursos da própria Companhia somaram 60 navios e 7.500 homens de guerra (Frei Rafael de Jesus dá "oitenta e tantas embarcações, e nelas nove mil homens de guerra").

O comando dessa poderosa esquadra foi dada ao almirante Witte Corneliszoon de With. Muitos insistiram na Holanda para que o Conde de Nassau voltasse a governar Pernambuco, mas, foram tais as exigências por êle feitas, 12 mil homens, uma esquadra maior e 50 mil florins por ano, fora as despesas, que não foram aceitas pela Companhia.

Essas exigências do Conde de Nassau eram o resultado da proposta do embaixador português Francisco de Souza Coutinho, que, ainda no pôsto, propôs dar-lhe um milhão de florins para que êle declinasse do convite de vir para o Brasil novamente. Souza Coutinho escreveu a D. João IV, pedindo que escrevesse ao Conde de Nassau agradecendo e assegurando a promessa feita pelo seu embaixador. Por essa atitude de Souza Coutinho, vê-se que êle se interessava e trabalhava por Pernambuco por

todos os meios ao seu alcance; seu patriotismo ia ao ponto de escrever ao rei nos seguintes têrmos:

> "Vossa Majestade, Senhor, salve a sua honra desaprovando o que eu fiz em seu nome: sacrifique a minha cabeça e não aquela praça (Pernambuco)".

O fato é que o Conde de Nassau não veiu, mas, nem por isso deixou de vir a esquadra holandesa de socôrro.

Os insurretos, ao terem notícia da vinda dessa esquadra holandesa de socôrro, e querendo artilhar duas "plataformas da bateria" do Asseca, como não tivessem as peças nem munições, resolveram recorrer ao Governador Geral Conde de Vila Pouca de Aguiar, enviando como emissário o bravo capitão Paulo da Cunha.

"Foi Paulo da Cunha recebido com honra, ouvido com piedade, porém despachado com esperanças". Apelou Paulo da Cunha para o Senado da Câmara, mas, aí, nem boas palavras conseguiu. Para consolá-lo do insucesso, o Governador Geral nomeou-o sargento mor do têrço de Vidal de Negreiros, o que mais o aborreceu ainda.

A esquadra saiu da Holanda a 26 de dezembro de 1647, e isso porque se soube ali que Portugal havia enviado uma esquadra de socôrro à Bahia, e desconhecia-se qual o refôrço que trouxera. Com os naufrágios e deserções, à esquadra chegou a Recife muito desfalcada, a 18 de março de 1648, com 9 naus de guerra, 4 patachos e 28 transportes, "6.000 infantes e 3.000 homens do mar".

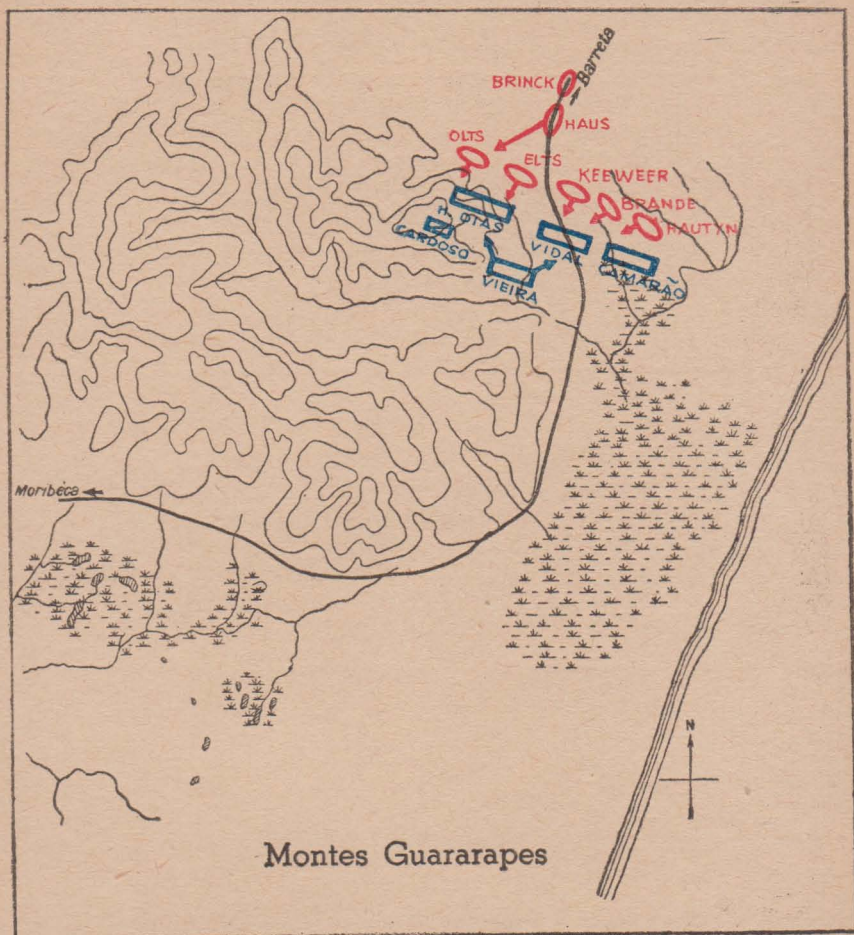
"Tanto que esta poderosa armada chegou à vista do Recife, era para ver como vinham as naus soberbas e guerreiras, com suas bandeiras e galhardetes em som de guerra tremulando, ostentando diversas côres, azul e branco, a côr de amarelo tostado das províncias de Holanda, com suas armas, leões, braços nus com espadas empunhadas nas mãos, e outras muitas das províncias confederadas. E não poucas de côr vermelha purpúrea que denunciavam guerra. Chegando mais perto do pôrto do

Recife, deram sua salva de artilharia; e quando cada uma entrava pela barra, disparava as peças que levava, e os soldados davam surriadas de mosquetaria, que parecia que o céu vinha abaixo com o estrondo e estrépito que faziam; correspondeu-lhes o Recife, disparando de tôdas as suas fortalezas inumeráveis peças de artilharia, fuzilando o ar e ficando o mar claro, que parecia que tudo ardia em fogo vivo e o fumo tão vasto e espêsso que escurecia a claridade do dia; os holandeses do Recife deram três salvas de mosquetaria, ouvindo-se o éco em partes muito distantes, havendo muitas luminarias e outros fogos festivais nêle e na cidade Maurícia..."

Os holandeses de Recife exultaram com a chegada dessa esquadra, crendo já ganha a batalha, felicitando-se uns aos outros e fazendo muitas festas. Os insurretos, já aborrecidos com a falta de socorros de Portugal e da Bahia, ao verem êsse espetáculo, em vez de se amesquinharem e ficarem de moral abatido, sentindo arder o peito com um amor pela pátria sem medidas, exaltaram-se ainda mais, mais decididos que nunca a vencer ou morrer. Sabiam, havia muito, os insurretos, da vinda dêsse socôrro para os holandeses, e se antes dêle chegar não haviam tomado Recife, foi por falta de munições, o mais sério precalço por êles sofrido durante tôda a campanha, que armas de fogo já tinham, tomadas a arma branca ao próprio inimigo.

Os pedidos de reforços que êles haviam enviado à Bahia, ao Governador Geral e ao Senado da Câmara, haviam ficado sem resposta; que a autoridade portuguêsa assim procedesse não admirava, pois sempre tiveram os insurretos que contar consigo próprios mas estranharam que os baianos, a quem em ocasiões semelhantes haviam ajudado anteriormente, agora não lhes dessem apoio algum, estando a Bahia abundantemente provida de munições de guerra e de bôca. Era o Governador Geral quem assim procedia, e já sabemos porque.

1ª BATALHA DOS GUARARAPES

2ª FASE

O CONTRA ATAQUE HOLANDÊS

Reunido o conselho dos oficiais insurretos, deliberou que, reunidas suas fôrças, seriam mais fortes. Ordens são dadas para serem arrazadas tôdas as estâncias, tirando delas tôdas as guarnições; recolheu-se os destacamentos de Igaraçú, Pau Amarelo, Jaguaribe, Paratibi e Olinda; determinou-se que nenhum morador passasse os têrmos da vila de Serinhaem, e que, entre ela e Moribeca, se fizesse o alojamento mais distante; recolheu-se a artilharia de bronze da bateria do Asseca ao Pontal. Todos os moradores da Várzea, com seus gados e seus bens, foram acolhidos no Arraial. Oficiais de Milícias foram enviados, "com apertadas ordens, para reconduzirem todos os soldados, que pela campanha andavam licenciados ou fugidos; foi lançado bando público, de perdão geral para os homisiados, e graves penas para os remissos e rebeldes".

Os chefes insurretos mostravam-se à altura das dificuldades. Com essas medidas enérgicas, a 3 de abril, ao ser feita a revista geral de mostra no Arraial, foram recenseados 3.200 homens de guerra.

Tendo o Conselho de Recife, cheio de entusiasmo e plena convicção da vitória, desejado mostrar-se magnânimo, lançou a 2 de abril um manifesto oferecendo a anistia a todos os que se apresentassem dentro de dez dias, "por crime de rebelião, desobediência, conspiração e qualquer outro delito, ainda que seja uma e muitas vêzes cometido", e que findo êsse prazo, não poupariam nem sexo nem idade, porque, então, soltariam os índios tapúias e potiguares que os apoiavam, para um massacre geral.

João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, a 7 de abril de 1648 responderam-lhe imediatamente com outra proclamação, na qual diziam "que era passado o tempo em que a simplicidade católica se fiava de promessas de herejes, olhando como homens aquêles que a Igreja designava como feras", e acrescentavam cheios de ardor patriótico:

"Desde êste ponto os esperamos em campanha com fôrças e ânimos para darmos uma e muitas batalhas, e nelas as vidas pela causa". Palavras proféticas.

Felipe Camarão, também, escreveu-lhe "que seus homens cuidavam de armas e não de letras", e irônicamente comentava, "que havendo tantos dias que lhes chegou a sua armada, ainda hoje nos têm ociosos. Saiam já a esta campanha, que a descoberto os esperamos nela"; e terminava a carta, dizendo: "totalmente resolutos nós deliberamos a morrer ou vencer".

Henrique Dias, igualmente refutou o manifesto dos holandeses em carta que lhes dirigiu, dizendo: "Onde estão as armas, escusados são os papéis; os meus soldados não entendem tanto dêles, como dos muitos e grandes mosquetes que trazem na mão, manejados com tanta presteza e valor; podem VV.SS. sair à campanha, onde eu não sòmente os espero, mas os convido".

A unanimidade da repulsa dos insurretos, veiu aureolada de valor inconteste e de uma decisão de vitória, igual em todos êles, que trazia em si mesma uma alta significação patriótica.

Estavam os insurretos nesse firme propósito, quando a 16 de abril de 1648 recebe João Fernandes Vieira, que até então exercera o govêrno das armas, uma ordem do Governador Geral, Conde de Vila Pouca de Aguiar, para entregar o comando ao Tenente General Francisco Barreto, "nomeado e provido por Sua Majestade no cargo de Governador das Armas e de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande".

Houve temor de se levantarem as tropas, com essa mudança de chefe, mas, a prudência e modéstia de Francisco Barreto, o desprendimento de João Fernandes Vieira, e a disciplina e patriotismo de todos, resolveram satisfatòriamente a situação.

Cabe aqui uma apreciação, embora ligeira, sôbre o comando de João Fernandes Vieira, e melhor dirá sôbre êle seu panegirista, que assim se expressa:

"Tomou João Fernandes Vieira sôbre seus ombros a emprêsa da liberdade, quando ela se julgava de todo perdida; pôs-se em campo contra tôda a opinião, e só assistido da confiança que tinha em Deus, do zêlo da religião e do bem da pátria. Sem armas e soldados venceu o inimigo que o buscava com soldados e armas na batalha das Tabocas.

Depois, unido com o mestre de campo André Vidal de Negreiros, ganharam a vitória, que perdeu o Flamengo no engenho de Dona Ana Pais; e nove fortalezas, com outros redutos e casas fortes; perto de oitenta peças de artilharia de diversos calibres, a maior parte de bronze; armas, munições, e petrechos de guerra em tanta quantidade, quanta bastou para sustentar a guerra viva em cinco anos contínuos. No discurso dêles libertaram da sujeição holandesa cento e oitenta léguas de campanha que se contam do Ceará Mirim até ao rio de S. Francisco com morte e prisão de dezoito para dezenove mil contrários. Dos moradores fizeram soldados tão animosos e destros, que a si mesmos se desconheciam.

A gente disciplinada, o inimigo reprimido, os moradores tratados com cortezia, prudência e afabilidade".

Isto era o que Francisco Barreto recebia das mãos de João Fernandes Vieira, sem contar o mais importante, que o panegirista não apontou, que era ter João Fernandes Vieira incutido na tropa insurreta, um forte e decidido espírito combativo, uma noção de disciplina consciente, plena de patriotismo, de decisão de vencer, ainda que com sacrifício das suas vidas, o que era o principal fator de vitória.

Com as providências que haviam tomado, estavam, de fato, os insurretos prontos para uma luta decisiva, contando no Arraial Novo com 3.200 guerreiros decididos, hábeis e valentes. O número dos inimigos era muito su-

perior, mas, em valor e decisão, estavam longe de igualá-los; tinham inferioridade em armas e escassas eram as munições e os víveres, mas a ânsia de lutar e o entusiasmo patriótico supriam essas faltas.

Apesar, pois, de se julgarem os holandeses mais fortes, apesar de estarem certos da vitória, muito custaram a decidir-se a sair para lutar com os insurretos; um mês gastaram êles, em exercícios e festas. Enfim, não podendo esperar mais, os holandeses do Conselho resolvem atacar, para romper o cêrco e abrir caminho. Para isso, preparam um Plano de Operações, que consistia em romper o sítio e marchar para o Sul, por Muribéca e Santo Antônio do Cabo, com o objetivo de subjugar o sul de Pernambuco, Alagoas e Bahia.

Informados por Francisco Barreto dos planos dos holandeses, os insurretos decidem-se a fazer uma defensiva estratégica.

"Mudara o curso da guerra. Não eram mais ações isoladas de guerrilhas, sem unidade de comando e um plano de direção. Havia agora um comando único e um plano de operações prèviamente concebido. Deixam de ser rebeldes para converterem-se em beligerantes".

Com o fim de impedir uma ação das fôrças que estão no Arraial Novo, Van Schkoppe deixa em Recife um destacamento de proteção de 1.000 homens, sob o comando do coronel Van der Haus, que enviado para a Europa, retornara, de novo, promovido. Previra Van Schkoppe, depois de tomar S. Antônio do Cabo, fazer uma conversão para o norte, para ir sitiar o Arraial Novo, enquanto a esquadra conquistaria os pontos da costa para o sul até ao rio S. Francisco, indo depois atacar a Bahia.

Durante três dias os holandeses se prepararam para a campanha, jejuando, fazendo orações e penitências, e todos em Recife estavam convencidos que a campanha seria uma vitória completa, "com saque muito rico e abundoso"; esta ilusão fêz com que acompanhasse as tropas

uma multidão de mercadores e aproveitadores, calculada em 7.000 pessoas, inclusive muitas mulheres.

No dia 17 de abril de 1648, sai Van Schkoppe de Recife, a uma hora da manhã, com 4.300 soldados (3.500 infantes, 500 homens do mar, 300 índios tapúias e negros, 60 bandeiras e 5 peças de bronze), rumo ao Passo dos Afogados, onde os holandeses tinham um forte; a marcha foi feita com tôda a pompa, rufar de caixas e tambores, clarins e trombetas de guerra, muitas bandeiras desfraldadas, entre as quais se via um belo estandarte com as armas das Províncias Unidas e as insígnias do Príncipe de Orange, certos como estavam do seu poderio, e em parte, para levantar o moral dos menos valentes.

Tal era a confiança que Van Schkoppe depositava na vitória, que não esqueceu de levar, na bagagem do exército, "muita quantidade d'algemas, grilhos, cadeias, e cordas, para prender e maneatar os cativos".

O coronel Van Schkoppe em pessoa comandava êsse exército, composto de 6 regimentos sob os comandos dos tenentes coronéis Van Elts, Hautyn, Keeweer, Van Brinck, Van der Brande e Oltz, além de algumas centenas de índios sob o comando de Pero Poty, uma centena de negros com comando próprio, e 500 marinheiros sob o comando de um oficial graduado, cujo nome não conseguimos descobrir.

Chegando ao forte dos Afogados, tendo tido o cuidado de proteger seu flanco direito de marcha, com forte destacamento, que ficou vigilante em frente à estância do capitão Antônio Borges Uchôa, para impedir possíveis ataques insurretos, perigosos por ocasião da passagem do vau dos Afogados.

Van Schkoppe fêz um grande alto para descanso da fôrça, e expediu suas últimas ordens; horas depois o exército punha-se em marcha novamente, rumando para a Barreta.

Perto da Barreta os insurretos mantinham um pôsto de vigilância, com 86 homens, sob o comando do capitão

Bartolomeu Soares da Cunha, que tão logo percebeu os holandeses enviou aviso ao Arraial Novo, sem poder, no entanto, precisar a quantidade da tropa avistada; o capitão Cunha, quase que diàriamente lutava com uma tropa de 200 holandeses que por ali aparecia, e que não lhe dava maior cuidado, daí pensar que a tropa avistada era dêsse tipo.

Deixando 40 homens no seu reduto, o capitão Cunha saiu com os outros 46 homens, para preparar uma emboscada para os holandeses que vinham chegando; a vanguarda de Van Schkoppe, lançou logo os 300 índios contra o reduto dos insurretos, e quando os sentinelas deram o alarme, já o combate começava com furor; o capitão Cunha, também, foi rechassado pela massa de holandeses que teve de enfrentar, e procurou acolher-se em seu reduto. Acabadas as munições, a luta a arma branca foi feroz; dos 40 homens do reduto, só restaram 8 bem feridos, que foram aprisionados, entre êles o capitão Cunha, que ali reentrara com alguns homens; os demais, mortos, ainda barricavam a entrada do reduto!

Van Schkoppe ficou durante o resto do dia 18 de abril aí, bivacando, saboreando essa pequenina vitória, mas a tropa formada e de armas na mão, e aguardando as conseqüências da ordem que dera ao coronel Van der Haus, para que com seus 1.000 homens partisse pela Várzea, à vista dos insurretos, para aterrorizá-los ou provocá-los à luta, caso em que Van Schkoppe interviria; como os insurretos não se movimentassem Van Schkoppe julgou que era por temor do seu poderio, e então, ao anoitecer ordenou o reencetamento da marcha, de acôrdo com o Plano de Operações, rumo a Muribéca, fazendo Van der Haus juntar-se às suas fôrças, com seus 1.000 homens.

Os insurretos não quizeram movimentar-se sem saber o objetivo real de Van Schkoppe; colhendo informações de todos os lados, acabaram percebendo a intenção do inimigo, de marchar para Barreta; resolveram esperar notícias do capitão Bartolomeu Cunha, antes de tomarem

qualquer resolução. Estavam almoçando às 14 horas, as tropas, no Arraial, quando chegou a notícia do esmagamento do pôsto do capitão Cunha, e, sem acabar de comer, sem ordem alguma, os insurretos tomam suas armas, entram em forma e aguardam ordens de marcha.

Deixando no Arraial Novo o capitão Manoel Ribeiro com 300 homens; na bateria do Asseca, ponto de alta importância, o capitão Diogo Esteves Pinheiro com fôrça numerosa, e, em algumas outras posições que tinham valor, os reforços necessários, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Francisco Barreto, os três mestres de campo, partiram por atalhos conhecidos rumo à Barreta, com o resto de suas fôrças, chegando pouco depois à encruzilhada do caminho do sul, que ficava logo a oeste do vau dos Afogados.

Aí chegando, não sabendo ainda o valor exato das fôrças holandesas, mas prevendo serem elas em muito superiores àquelas de que dispunham, foi convocado o conselho dos chefes; uns, acharam não ser muito prudente arriscar a sorte da causa lançando todos os seus homens, nesse embate desigual; outros, achavam ser mais prudente retirarem-se logo sôbre S. Antônio do Cabo e dos matos gastar os holandeses; mas, André Vidal de Negreiros combateu firmemente essas vozes, e logo depois, apoiado pela voz prestigiosa de João Fernandes Vieira, que tendo vindo comandando a retaguarda, só então pudera chegar ao Conselho, e por Dias Cardoso, defendeu a decisão, por fim vitoriosa, de primeiro lutar com os holandeses, e depois, porque a melhor solução era interceptar-lhes o caminho do sul nos montes Guararapes, a duas léguas dali.

Dias Cardoso reforçou a sugestão, dizendo que a defesa dos Montes Guararapes, não só impedia a passagem para Moribéca, senão que evitava a tomada do pôsto da Jangada, chave do distrito de S. Antônio do Cabo. Todos de acôrdo, e com alegria geral das fôrças, lançou Francisco Barreto uma patrulha de 20 homens para destruir a ponte do rio Jangada, enquanto as demais fôrças, aban-

donando o caminho da Barreta, rumavam para a região no extremo sueste dos Montes Guararapes, onde ainda chegaram antes da noite.

Os Montes Guararapes ficam a 15 quilômetros de Recife, na freguezia de Moribéca, estendendo-se de leste a oeste em uma série de montes, dos quais três de cota mais alta, montes êsses separados por matas, nas quais haviam muitas grutas naturais; os montes estendem-se no meio de duas planícies semi-alagadas, e da extremidade leste dos montes ao mar, há quilômetro e meio de pântanos. Pela aba oriental do monte extremo de leste, passava o caminho do sul, em terreno sólido, de uns 100 passos de largura, entre o monte e o pântano, formando o que chamavam o Boqueirão.

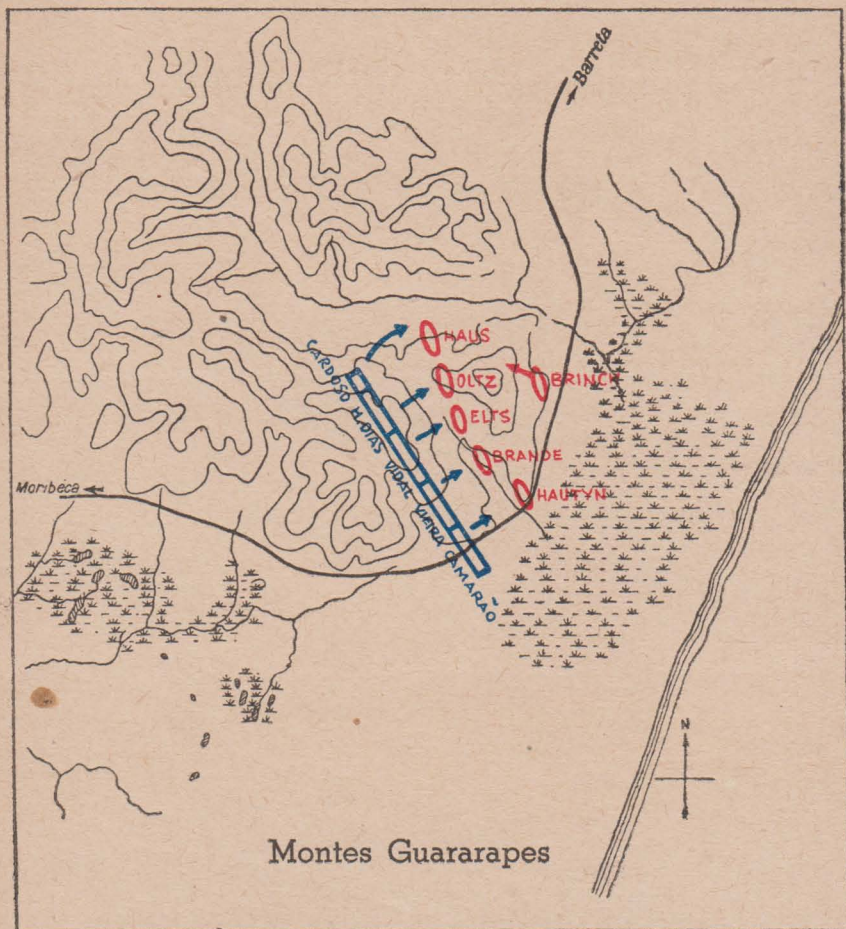
O caminho do sul, antes de passar nessa garganta, vindo do norte, passava entre um lago, que despejava o excesso de suas águas no pântano, e uma mata rala, que ia até ao alto do monte. O monte tinha declives suaves para o norte, sul e leste.

"O terreno dêstes montes, em partes é saibro, em partes terra sôlta, como areia; em muitas pedras desunidas tão ponderosas e maciças, que pela côr e pêso querem parecer ferro, razão por que as águas das invernadas tem feito nêles quebradas, grutas e barancos em tanto número e altura, que se não olham sem mêdo sem perigo".

Guararapes, é vocábulo tupi, que significa "som produzido pela queda", proveniente, provàvelmente, das quedas dágua que nos Montes Guararapes caiam com estrondo, devido ao éco das grutas e cavernas.

Todos os Montes Guararapes eram revestidos de matas, de modo que a tropa insurreta, aí chegando, ocupou as posições sem perigo de ser vista, trabalhando nos entrincheiramentos até tarde da noite; as sentinelas, alertas, ao sair da lua, viram um negro ferido que vinha fugindo, e que pertencia à guarnição de Barreta, onde fôra feito prisioneiro, mas conseguira fugir; o capitão Bartolomeu Soares da Cunha, aprisionado no reduto da Barreta dos

1ª BATALHA DOS GUARARAPES

3ª FASE

O CONTRA ATAQUE INSURRETO

Afogados, horas antes, aproveitando-se da confusão provocada pela fuga do negro, que os holandeses a princípio pensaram ser um ataque, fugiu também, e veiu dar preciosas informações dos holandeses.

Os mestres de campo acharam melhor que o capitão Bartolomeu Soares não contasse à tropa a fôrça dos holandeses, para não impressioná-la. Os holandeses, nessa noite de 18 de abril, haviam acampado a menos de uma légua dos Montes Guararapes; as sentinelas insurretas que haviam sido espalhadas, ao clarear do dia 19 de abril, avisam que o exército holandês estava em forma para marchar, o que de fato êle fêz às 7 horas, a fim de rumar para Moribéca.

E' de estranhar-se que van Schkoppe, que tinha fama de ser um grande chefe militar, marchasse dessa forma, sem lançar elementos esclarecedores no caminho da marcha, contentando-se com puras impressões pessoais, de que os insurretos não se haviam movido do Arraial Novo; por certo confiava em extremo na poderosa fôrça que comandava. Francisco Barreto lançou um destacamento de 60 homens, dos quais 40 eram índios de Camarão, sob o comando do capitão Cardoso, para estabelecer o contacto com o inimigo, e combatendo em retirada atrair os holandeses para o desfiladeiro dos Guararapes, o Boqueirão.

A fôrça com que contava Francisco Barreto somava apenas 2.200 homens, divididos em quatro "têrços" comandados respectivamente por Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Henrique Dias e Fernandes Vieira; a cavalaria, cêrca de um esquadrão, estava sob o comando de Dias Cardoso.

Como o espaço onde o mestre de campo general pensa deter os holandeses é restrito, êle dispõe suas tropas da seguinte forma: Vidal de Negreiros na vanguarda, entre o pântano e o morro do norte, no caminho de marcha dos holandeses; Felipe Camarão ficou no flanco direito, mais atrás entre a estrada e o pântano; Henrique Dias estabeleceu-se no flanco esquerdo, na planície junto à encosta

leste do morro do norte; Fernandes Vieira, com a reserva, ficou na margem sul do riacho que desce dos Montes Guararapes; Antônio Dias Cardoso, com a cavalaria, foi pôsto à retaguarda da fôrça de Henrique Dias, pronta a proteger o flanco esquerdo.

Os holandeses, que descuidados vinham marchando pelo caminho do sul, às 9 horas, surpreendem-se com o encontro do destacamento do capitão Cardoso, e à primeira surriada dos mosquetes desdobram sua coluna de marcha, colocando-se nas seguintes posições: na vanguarda, a brigada do coronel Van Elts, composta de dois regimentos somando 1.700 homens, sob os comandos, o de 800 homens, do coronel Oltz, e o de 900 homens, sob o próprio comandante de Van Elts. Era a fina flôr das fôrças de Van Schkoppe, constituída por holandeses, franceses, polacos, alemães, húngaros, suecos, inglêses e de outros países europeus, todos veteranos das guerras da Europa, e conhecedores do Brasil e seus métodos de luta.

No flanco esquerdo de Van Elts, um pouco atrás em linha, ficaram os regimentos dos coronéis Keeweer, Van der Brande e Hautyn, assessorados por Van Schkoppe, procurando a extrema esquerda aproximar-se do mar, provàvelmente para evitar um flanqueamento por êsse lado. Na reserva, em profundidade, na própria estrada de marcha, ficaram os regimentos dos coronéis Haus e Van der Brinck.

A princípio, os holandeses pensaram que aquêle punhado de homens era o remanescente dos defensores da Barreta, que ainda lutava; vendo que êles retiravam buscando o desfiladeiro, dão o sinal de batalha, com grande alarido de clarins e trombetas de guerra, rufando caixas e tambores, e desfraldando bandeiras, "cada qual investindo com estrondo, furor e ímpeto admirável", para esmagar aquêles poucos insurretos, que tinham a ousadia de enfrentá-los.

Quando os dois regimentos de Van Elts, encarregados do ataque do Boqueirão, chegaram bem perto da fôrça

de André Vidal de Negreiros, iniciaram o ataque dando uma descarga de arcabuzes e mosquetes cerrada.

De acôrdo com a ordem recebida, as praças de Vidal de Negreiros deviam esperar a primeira surriada de mosquetaria do inimigo, sem atirar, e avançando ràpidamente, de perto, atirar com segurança, antes que os holandeses pudessem preparar suas armas para uma segunda descarga, recorrendo, então, à arma branca. E assim foi. Ouvido o toque de investir, Vidal de Negreiros avança por entre a fumaça densa dos arcabuzes e mosquetes holandeses, faz dar bem perto a surriada dos seus mosquetes, e "com o furor de tormenta" ataca-os a arma branca, que os holandeses tanto temiam; os soldados de Vidal de Negreiros, com fúria indomável matam, ferem, mutilam, e rompem os batalhões inimigos que os defrontam, tomando-lhes armas, canhões, munições e o próprio cofre do exército holandês, atirando o inimigo desbaratado para fora do desfiladeiro.

Enquanto Vidal de Negreiros pratica essa façanha homérica, Henrique Dias que fizera frente ao regimento do coronel Oltz, escalara o monte e tomara os canhões que os holandeses para ali haviam levado, depois de uma luta desesperada, fazendo-os recuar.

Camarão, sem espaço para desenvolver sua tropa, confiava na proteção do pântano para resguardar o flanco direito de Vidal de Negreiros. Van Schkoppe, quando viu Van Elts com as suas melhores tropas, ser atirado fora do Boqueirão, com dolorosa surprêsa vê que ali tem de travar batalha com as fôrças insurretas, que êle julgava ainda no Arraial Novo. Ràpidamente lança em contra ataque os regimentos de Keeweer, Van der Brande e Hautyn contra as fôrças de Vidal de Negreiros e Camarão, e lança o regimento de Van der Haus em apoio de Oltz, contra Henrique Dias.

O contra ataque é lançado com fúria e decisão. Era a 2.ª fase da Batalha.

Henrique Dias, diante do forte contra ataque, cede terreno, recua, lutando com desespêro; no centro e na ala direita, Vidal de Negreiros e Camarão lutam passo a passo recuando.

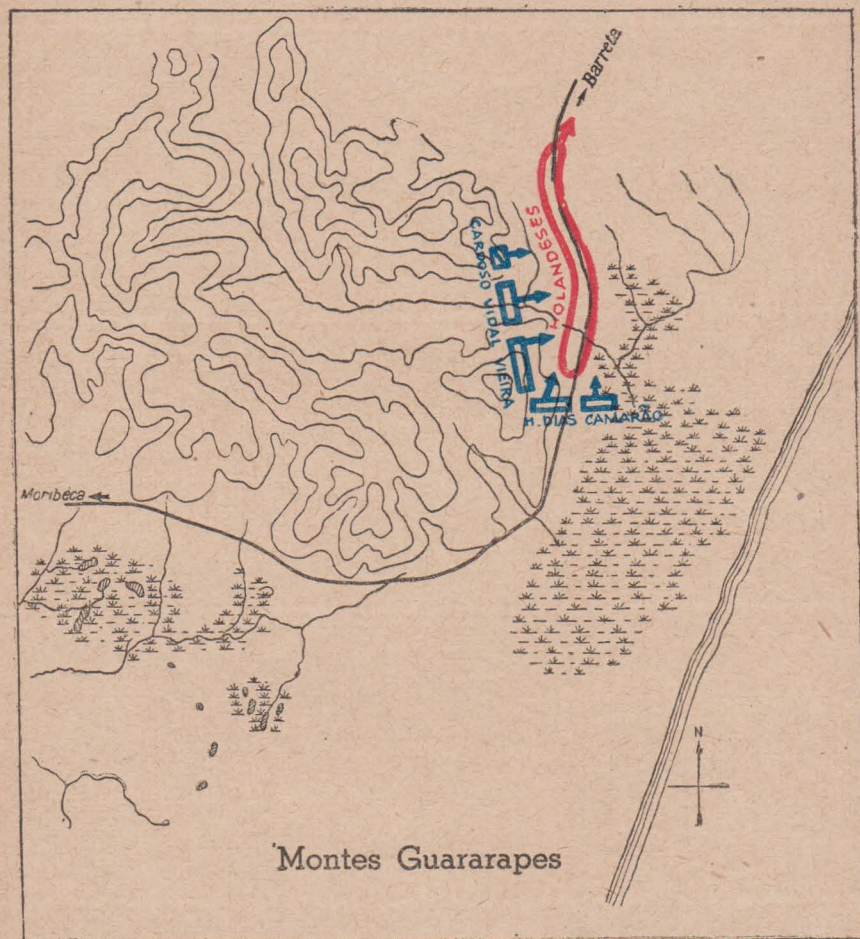
Combatia-se com ferocidade incrível. "O retumbar das peças, o fuzilar dos tiros, o retinir dos golpes, os gritos dos cabos, o gemer dos feridos e agonizantes, causavam uma pavorosa dissonância. O fumo da pólvora, o pó da terra não deixavam distinguir amigos de inimigos, porque tiravam a jurisdição dos olhos. Umas com outras se mostravam as armas, porque só com a luz dos tiros se deixavam ver as espadas; era tamanha a confusão que pelos golpes e pelos pulsos se conheciam os braços, e não pelas pessoas. A nenhum deixava a vizinhança a escolha, e cada qual se valia da arma que lhe permitia a sua distância, e talvez inúteis ainda as mais curtas, se vinham a braços; aproveitando-se o desatino de unhas e dentes".

Fernandes Vieira, quando viu o contra ataque, reforçou com parte de sua reserva a fôrça de Vidal de Negreiros e manda 500 homens em socôrro de Henrique Dias. Êste socôrro não seguindo o caminho indicado por Vieira, não pôde socorrê-lo, tendo Henrique Dias perdido os canhões que conquistara, o terreno e já então, vê seus homens acolherem-se sôbre a reserva e sôbre a tropa de Vidal de Negreiros e Camarão, estabelecendo a desordem e o recuo geral.

Os holandeses atacam, então, com maior ímpeto, retomando as prêsas que Vidal de Negreiros fizera, indo colocar sua artilharia em posições elevadas mais à frente. Os insurretos, tendo conseguido retrair-se e reorganizar-se, graças à energia de Vidal de Negreiros e de Vieira, apresentam uma nova disposição de fôrças, em linha contínua, noroeste-sudeste, com a extrema direita apoiada no pântano.

Do pântano para o noroeste, ficaram as fôrças de Camarão, André Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Henrique Dias e o esquadrão de Dias Cardoso, estendidas em

1ª BATALHA DOS GUARARAPES

4ª FASE

A VITÓRIA

linha, e uma pequena reserva à retaguarda da fôrça de Fernandes Vieira.

Francisco Barreto, vendo a posição favorável em que ficaram suas fôrças, ordena o contra ataque imediato de sua ala esquerda (fôrça de Henrique Dias, parte da fôrça de Fernandes Vieira e o esquadrão de cavalaria), com o objetivo de apertar os holandeses de encontro ao pântano e aí batê-los.

O contra ataque dos insurretos parte com a fôrça de um ciclone, com a energia de quem está decidido a conquistar a vitória. Era a terceira fase da batalha.

No primeiro ímpeto, a ala esquerda reconquista as posições primitivas e apossa-se da artilharia holandesa ali instalada, fazendo os holandeses refluirem para a estrada.

Van Schkoppe vendo seu flanco direito ameaçado, lança em seu socôrro o regimento de Van der Brinck, tornando-se ali a luta furiosa. Enquanto isso, no flanco direito, Camarão, com bravura inexcedível, enfrentava o regimento de Hautyn e parte do regimento de Van der Brande com vantagem; manobrando com astúcia, Camarão procurou atrair o inimigo para o pântano, onde seus índios estavam habituados a lutar, mas, onde os holandeses com sua pesada indumentária, cascos e armas, atolar-se-iam. Logo que os holandeses começaram a atolar-se, os índios de Camarão começaram a massacrá-los com uma facilidade e alegria enorme.

A luta que Vidal de Negreiros mantinha com o regimento de Keeweer e parte do regimento de Van der Brande, estava indecisa, mau grado a bravura e o destemor dêsse grande cabo de guerra; o sargento mor Dias Cardoso, é lançado, então, com sua cavalaria em apoio da ala esquerda, atacando as fôrças de Haus, de flanco, "rompendo pelo inimigo com o trilho e com a lança", abrindo um claro na tropa holandesa, que em pânico começou a debandar, enquanto Francisco Barreto, lança mão de suas últimas reservas, em apoio do esfôrço da ala esquerda;

sob o comando do próprio Vidal de Negreiros, acometendo resolutamente, destroça os remanescentes dos regimentos de Oltz, Haus e de Van der Brinck, que debandados refluem sôbre a estrada, causando o comêço do pânico e da retirada geral dos holandeses, pois, a ala direita holandesa acabava de ser destruída e o resto da fôrça de Van Schkoppe estava começando a ser flanqueada.

Os holandeses começaram a retirar-se às 14 horas, sob uma pressão tremenda dos insurretos, cheios de entusiasmo e patriotismo, deixando o campo de batalha juncado de mortos, armas, munições, bandeiras, tambores, animais mortos e bagagens. Êsse resto do dia 19 de abril, ficaram os exércitos um diante do outro, pois, os holandeses ocuparam posição à vista do inimigo; o de Francisco Barreto nos Guararapes, acudindo os feridos, enterrando os mortos, preparando-se para continuar a batalha no dia seguinte, pois, começara a chover copiosamente; o exército de Van Schkoppe, esperando apenas, o anoitecer, para fugir para Recife.

Os insurretos apreenderam 33 bandeiras holandesas, inclusive o esplendoroso estandarte com as armas de Orange, êste tomado pelo sargento Afonso Rodrigues, do têrço de Fernandes Vieira, que em lance de bravura e heroismo destacado, por ocasião do contra ataque para apoiar Henrique Dias o tomou das mãos do alferes holandês; os holandeses tiveram mais de 1.000 mortos, entre os quais 73 oficiais, inclusive os coronéis Van Elts e Haus; entre os 523 feridos que tiveram contava-se o coronel Van Schkoppe, o coronel Hautyn e os tenentes coronéis Pister e Santwoort, sendo que Hautyn morreu em Recife dias depois. O coronel Keeweer caiu prisioneiro.

A chuva torrencial que caiu ao começar a retirada dos holandeses, impediu a perseguição, tanto mais que a tropa insurreta havia quase 24 horas não se alimentava. "Entrou à noite com tamanha tempestade de água, trovões e vento, que parecia repetir-se entre os elementos o passado conflito"; bem mais tarde, Francisco Barreto

vendo suas fôrças já refeitas e cheias de entusiasmo, por terem batido o exército holandês três vêzes mais forte, enviou diversas patrulhas para inquietar os holandeses e ver se descobriam a intenção do inimigo. Essas patrulhas só encontraram homens e animais mortos, armas, destroços de viaturas, uniformes, e tudo o que um exército que quer por-se a salvo, com mêdo de uma perseguição, larga pelo caminho; chegando à posição dos holandeses, pela madrugada, as patrulhas verificaram com espanto que o exército holandês, abalara à noite, no maior silêncio, para Recife, completamente desmoralizado.

Na manhã de 20 de abril de 1648, os insurretos recolheram tudo o que os holandeses deixaram, e fizeram ainda prisioneiros as patrulhas que os holandeses haviam deixado mascarando a fuga para Recife; centenas de feridos, foram aprisionados. Os prisioneiros, foram mandados para Nazaré, e daí para a Bahia, com 19 das bandeiras tomadas aos holandeses na Batalha.

Os despojos foram imensos: "quantidade de ouro e prata em moeda e peças; cavalos ajaezados com riqueza e primor; vestidos de guerra e gala; selas d'artifício e valor; chapéus e plumas d'estima; sedas e olandas em roupa e em peça, muita cópia; muitos espadins, peitos, espaldares e capacetes de preço pela têmpera e guarnições; duas peças de bronze, como armas de ferro e fogo em grande quantidade; munições de tôda a sorte, em crescido número; mantimentos para o sustento e para o regalo em muita abundância; uma botica de tôda a abundância de medicamentos".

Os insurretos perderam na batalha 84 homens, incluindo-se nesse número os 40 mortos do pôsto da Barreta, e três oficiais: os capitães João Rodrigues e Domingos da Costa, e o alferes Manuel Ferreira de Lemos; tiveram 400 feridos, a maior parte do Têrço de Fernandes Vieira. Curados os feridos, enterrados os mortos, retornam os insurretos ao Arraial Novo, lá chegando a 21 de abril, cheios

do maior contentamento pela vitória, devida ao seu heroismo e à decisão tenaz de vencer que haviam tido.

Com essa esplêndida vitória, o Arraial Novo do Bom Jesus renovava sua tradição gloriosa.

A repercussão da vitória dos insurretos na primeira batalha dos Guararapes, foi extraordinária, imensa, por todo o Brasil. Calcula-se ràpidamente, o frenesi louco que assaltou o povo da Bahia, ao saber daquela vitória, cuja magnitude bem avaliavam pelas dezenove bandeiras holandesas que haviam sido enviadas, tambores, armas, prisioneiros sem conta, e entre êles um coronel holandês!

O bimbalhar festivo dos sinos, os foguetões e ronqueiras, o vozerio do povo, o entusiasmo, a quase loucura, a ânsia de gritar alto o orgulho de ser brasileiro, a emoção incontida que apertava as gargantas e fazia palpitar célere e fortemente os corações, pela lembrança da Pátria brasileira vitoriosa, tudo isso parecia um verdadeiro sonho. Mas, era pura realidade.

E assim foi em cada cidade, em cada vila, em cada povoado de todo o Brasil! Por todo o Brasil correu um frêmito de entusiasmo, um prurido patriótico de confiança, pois, que, sem qualquer auxílio de Portugal, já os soldados brasileiros eram capazes de levar de vencida o maior e mais aguerrido povo da Europa, de então. Viase em tôdas as fisionomias alegria, orgulho, patriotismo.

O Governador Geral, Conde Vila Pouca de Aguiar, que era o chefe da descrença na capacidade dos brasileiros de vencer os holandeses, não havia procurado auxiliar os insurretos em coisa alguma, desde que assumira o poder; os pedidos de socôrro que recebeu, por muito favor concordou em enviar para a margem direita do rio S. Francisco, 200 homens sob o comando do capitão Pero de Miranda, para "recolher os poucos insurretos que escapassem da derrota na luta com os holandeses".

Ao invés disso, recebe êle a notícia da esplêndida vitória dos brasileiros, sem nenhum auxílio seu ou de Portugal, acompanhada de um monte de bandeiras, centenas

de oficiais prisioneiros, e a certeza de que aquêles brasileiros não desmentiam seu valor, sua bravura, sua firme decisão de lutar até expulsar do Brasil todos os inimigos.

Então, cheio de um tardio entusiasmo, apressa-se a comunicar ao rei e às demais capitanias, o alevantado feito dos insurretos, em têrmos tais, que parecia ter êle contribuído com muito para conquistá-la.

Essa, a maior e mais bela batalha do período colonial, afirmação segura e inconteste de quanto já eram capazes os filhos do Brasil.

XV

SEGUNDA BATALHA DOS GUARARAPES

Tomada e reconquista de Olinda — Morte de Felipe Camarão — "Ultimatum" holandês a Portugal — O "Papel Forte" do Padre Antônio Vieira — Marcha e dispositivos das fôrças — Segunda batalha dos Montes Guararapes — O novo ataque holandês ao Ceará.

Tão logo Van Schkoppe chegou a Recife e fêz o curativo de sua perna ferida na batalha dos Guararapes, procurou realizar um golpe militar capaz de aliviar a dura tensão produzida pela derrota dos Montes Guararapes e, se possível, levantar o moral da tropa, do Conselho de Recife e de seus moradores, abatidos por tão duro revés e tão grandes perdas.

Estando Olinda desocupada, a Guarita de João de Albuquerque e a bateria de Asseca pràticamente desguarnecidas, com a requisição de soldados para a coluna de Francisco Barreto, que ainda não regressara dos Montes Guararapes, determinou Van Schkoppe que as atacassem; aproveitando-se da surprêsa e do reduzido efetivo da defesa, com ousados golpes de mão os holandeses cumprem com êxito a missão, sem combate. Van Schkoppe procura por todos os meios fazer ressaltar o valor dessas conquistas, para esmaecer a impressão da derrota sofrida nos Guararapes. Como a esquadra holandesa esteja devas-

tando a costa e abastecendo regularmente Recife de víveres, os dois golpes de mão de Van Schkoppe, embora sem grande valor, não deixam de causar impressão. Não ia, porém, ser longa a ocupação de Olinda.

Os insurretos ao voltarem para o Arraial, tendo recebido a notícia da ocupação de Olinda, enviam, na tarde de 21 de abril, das fôrças de Henrique Dias, os capitães Braz de Barros, Mateus Fagundes e Antônio da Rocha Damas, com suas companhias, que orçavam em 300 homens, para recuperar Olinda. A fôrça deslocou-se à noite, pernoitando no sítio de Antônio Maria, e pela manhã do dia seguinte Olinda era retomada de surprêsa, perseguindo os insurretos os holandeses nas próprias ruas, fugindo os holandeses para a Guarita de João de Albuquerque.

Reuniram-se ali uns 600 holandeses, entre os da guarnição dêsse forte e os fugitivos de Olinda, dispostos a resistir, mas, quando a tropa de Henrique Dias chegou e marchou resoluta contra êles, ao grito de: "A espada"!, houve pânico e debandada geral dos holandeses, tomando Henrique Dias o forte quase sem luta, e até utilizando a artilharia do mesmo para alvejar os holandeses em fuga desabalada para Recife. O refôrço que saiu de Recife para acolher os fugitivos, não ousou ir atacar as fôrças de Henrique Dias. Êsse notável feito de Henrique Dias, foi comentado pela "Gazeta de France" de 3 de julho de 1648, causando sensação nos meios militares europeus.

Os holandeses perderam aí 160 mortos e tiveram outros tantos feridos, enquanto que a tropa de Henrique Dias teve só 6 feridos, entre os quais o capitão Mateus Fagundes, ferido no joelho.

Diante da facilidade que os insurretos acharam na reconquista de Olinda e da Guarita de João Albuquerque, Francisco Barreto achou conveniente desocupar êstes postos, para mais tarde, quando os holandeses os houvessem reocupado, tomá-los de novo, porque êsses golpes davam

OLINDA

aos insurretos reais proveitos. Nessa ocasião, apossaram-se os insurretos em Olinda de 5 canhões de bronze e despojos valiosos, além das armas, munições, móveis, roupas, uniformes e objetos de valor.

O almirante de With, ao saber da derrota dos Montes Guararapes e da reconquista de Olinda, ficou enfurecido, atacando impiedosamente navios e povoações indefesas da costa; em maio de 1648 ataca a Bahia, varejando o Recôncavo, destruindo 25 engenhos de açúcar e retornando a Recife com grandes despojos. Persuadidos os holandeses, que a falta de víveres no Arraial Novo e a perda da bateria do Asséca, haviam amortecido o entusiasmo da gloriosa vitória dos Guararapes e da reconquista de Olinda, projetam atacar o próprio Arraial Novo.

Depois da batalha dos Guararapes, ainda haviam chegado a Recife alguns navios retardatários da esquadra de With, com reforços, mas, depois disso, nada mais lhes é enviado da Holanda, em conseqüência do desânimo que se apossou de todos na Holanda, por essa derrota e pela perda de Angola; Recife passou três meses sem receber carne e começou a haver grande fome. O conselho dos 19, nada enviava da Holanda, e o povo de Recife, exaltado, invadia violentamente as casas dos conselheiros de Recife pedindo comida.

Consola os holandeses de Recife, apenas, um grande golpe sofrido pelos insurretos, com a morte no seu pôsto, do bravo índio Potiguaçú, Dom Antônio Felipe Camarão, Capitão General de todos os índios do Brasil, Comendador professo da Ordem de Cristo, o mais bravo batalhador dos tempos coloniais.

Camarão

Muito embora Francisco Barreto e Henrique Dias afirmassem ser Camarão pernambucano, sem conta foram os historiadores que procuraram dar outros lugares como sendo o local de seu nascimento; polêmicas acêsas, pela

imprensa, foram mantidas, com abundância de argumentos. Não cabe nêste livro a oportunidade de discutí-las e apreciá-las. Basta saber-se, que, Camarão, depondo como testemunha no processo instaurado contra o jesuíta Manuel de Morais, acusado de apostasia, na freguezia da Várzea, a 23 de maio de 1647 — e Capistrano de Abreu o confirma —, qualificou-se como tendo nascido na aldeia de Meritiba (Serigi ou S. Miguel), Pernambuco, em 1601.

Seu nome indígena era Potiguaçú. Doutrinada a sua aldeia pelo Padre Manuel de Morais, Camarão foi batizado a 4 de março de 1612, com o nome de Antônio Felipe Camarão, em cerimônia soleníssima, tendo os jesuítas o tomado, para educá-lo e instruí-lo.

Inteligente, discreto, retraído, com facilidade aprendeu a ler e escrever bem, sua língua nativa, o português e o latim. Mais tarde, em o contacto com os holandeses aprendeu também o holandês.

Era muito religioso e sincero, o que não impedia de ser um dos mais hábeis e valentes guerreiros de sua tribo, que, além de ser adextrada no uso do arco, flexa e tacape, possuia bons arcabuzes, dos quais faziam perfeito uso.

Quando correu a notícia da invasão de Pernambuco, não só o Padre Manuel de Morais arrebanhou gente e foi apresentar-se a Matias de Albuquerque, como Camarão, reunindo seus adextrados 300 índios, também foi dos primeiros a oferecer seus serviços, a 16 de fevereiro de 1630, sendo destacado para defender a foz do rio Doce, um ponto possível de desembarque do inimigo.

Êsse índio pernambucano, de estatura média, trigueiro, ou, como diria Gabriel Soares, "baço na côr", cabelos escorridos, pomos mongólicos, olhar firme e duro, afável no trato, profundamente religioso, era um guerreiro formidável; de 16 de fevereiro de 1630 até à sua morte, combateria êle sem cessar, com bravura e destemor legendários, aureolado de glória, e, embora sempre no mais duro

Potiguaçu

Frei Dom Antônio Felipe Camarão, Capitão General de todos os índios do Brasil.

(Óleo do Arquivo Nacional)

dos combates, entre as balas e pelouros, ficou quase indene a ferimentos.

Do seu tino militar, falam bem alto os inimigos, que êle pôs em duras contingências; o almirante Lonck, o general Artichofsky, o general Arciszewsky, o coronel Van Schkoppe, o coronel Brinck, e tantos outros grandes chefes holandeses, amargaram e sofreram com as derrotas por êle inflingidas.

Seus chefes respeitavam-no, admiravam-no e acatavam sua palavra; seus comandados adoravam-no e faziam-se matar por êle. Os reis, assombrados com seus feitos, com sua bravura, com os serviços inestimáveis, sem conta, por êle prestados, cumulam-no de honras e mercês.

Pela Carta Régia de 14 de maio de 1633, o rei de Espanha, Felipe IV (e Felipe III de Portugal), concede-lhe o fôro de fidalgo da Casa Real, com o título de Dom e a carta de brazão de armas; concede-lhe a mercê do Hábito de Cristo, com a cruz, e a tença de 40$ no sôldo; e, nomeia-o Capitão Mor dos índios do Brasil. Era a justa recompensa de seus muitos feitos, inesquecíveis, nesse primeiro período da luta pela expulsão dos invasores.

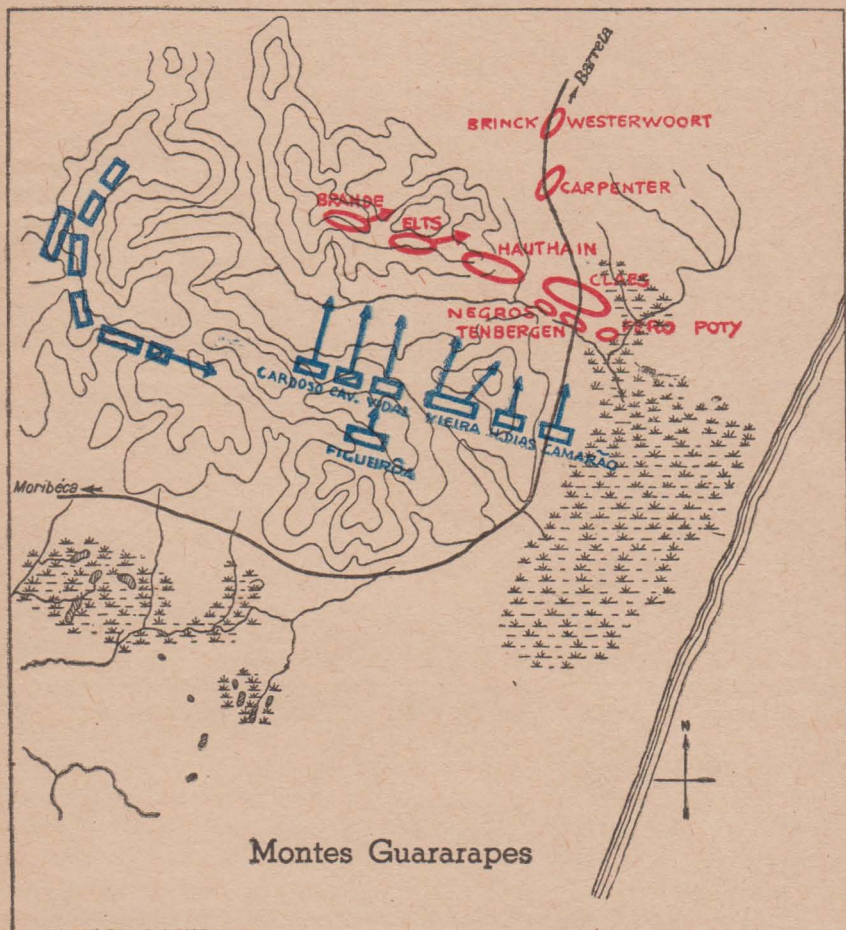
Prolongando-se a guerra, mercê de circunstâncias várias, maiores e de maior excelência os serviços que presta, que obrigam D. João IV, de Portugal, a, de novo, conceder-lhe maiores mercês. A Carta Régia de 3 de março de 1641 que as precisa, vem aureolada de uma benevolência especial do Papa. Dom Antônio Felipe Camarão recebera a comenda dos Moinhos de Soure, sem ter os indispensáveis serviços na África, exigidos aos agraciados da Ordem de Cristo com comendas lucrativas; o Papa, em breve solicitado pelo próprio rei de Portugal, dispensou esta exigência para ser concedida a Camarão aquela honraria. Diz a Carta Régia de 3 de março de 1641:

"Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar, em África Se-

nhor de Guiné e da Conquista, navegação, comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc.

Como governador, e perpétuo administrador que sou do Mestrado, Cavalaria, e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, faço saber, que havendo respeito aos serviços de Dom Antônio Felipe Camarão, Índio do Brasil, tem feito na guerra daquelas partes: Hei por bem de lhe fazer mercê da Comenda dos Moinhos de Soure que está vaga, de que não pagou meia anata por se não dever agora; a qual Comenda êle Frei D. Antônio Felipe Camarão haverá com tôdas suas rendas, foros, direitos, e pertenças que diretamente à dita comenda pertencerem, assim e da Maneira que a tinha, arrecadava, e possuia Pedralvares Pereira, último, e imediato possuidor, que dela foi. Pelo que mando ao contador do Mestrado da dita Ordem, ou a quem seu cargo servir, lhe dê a posse da dita comenda, e lhe deixe ter, e haver, arrecadar e possuir, assim, e da maneira que a tinha, arrecadava e possuia o dito Pedralvares Pereira, por quem vagou, e em tudo cumpra, e guarde esta minha Carta de Comenda como nela se contém; e sendo-lhe dada a posse da dita Comenda por outro qualquer oficial de justiça, sem sua ordem, ou comissão dêle dito contador, a hei por nula, e de nenhum vigor, nem efeito; e achando a dita Comenda arrendada antes de lhe ser dada a posse dela, sem autoridade do dito contador, ou por sua comissão, a arrendará de novo como vaga, e o arrendamento que assim de novo fizer, hei por firme e valioso; e o dito Frei D. Antônio Felipe Camarão será obrigado a dentro de dois anos pagar o que dever dos três quartos à dita Ordem, de que tirará quitação por mim assinada, sob pena de se lhe carregar em fôlha, e pagar aos oficiais as custas que se fizerem. E depois de tomar posse da dita Comenda a dois anos, fará tombo de todos os bens, e propriedades dela por autoridade de justiça, sob

2ª BATALHA DOS GUARARAPES

1ª FASE

O ATAQUE INSURRETO

19 DE FEVEREIRO DE 1649

pena de perder a sexta parte dos frutos de cada um ano da dita Comenda enquanto não cumprir com esta obrigação, da qual sexta parte as duas serão para o convento de Tomar da dita Ordem, e a outra para quem o acusar; do qual tombo lhe ficará o traslado autêntico, e o próprio se porá no convento de Tomar.

E a portaria nesta incorporada foi rôta ao assinar desta Carta: e para o dito Frei D. Antônio Felipe Camarão poder possuir a dita Comenda houve Breve de Sua Santidade, porque dispensou com êle nos serviços de África, como dêle constou no meu Tribunal da Mesa da Consciência e Ordem. E por firmeza de tudo lhe mandei dar a presente Carta por mim assinada, e selada com o sêlo pendente da dita Ordem, que se cumprirá, sendo passada pela chancelaria da Ordem. Nicolau de Carvalho o fêz em Lisboa aos três de março. Ano de Nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e quarenta e um. Manoel Pereira de Castro a fêz escrever. El Rei. Registrada por mim Francisco do Couto Velho".

Além de Comendador dos Moinhos de Soure, da Ordem de Cristo, Camarão fôra promovido a Capitão General de todos os Índios do Brasil.

"Em quanto soldado, não houve capitão mais amado, nem mais obedecido, porque não houve capitão que achasse mais império na afabilidade que no domínio, do que êste valoroso capitão. As emprêsas o esperavam sempre com as vitórias, e ganhou tantas, quantas foram as ocasiões em que pelejou.

Seu nome, como memorial de suas proezas, se ouvia entre os nossos com respeito, e entre os inimigos com espanto. Na vida adquiriu nome glorioso, que soube imortalizar".

Fernandes Pinheiro, no seu peculiar estilo, diz com perfeita verdade: "Encheríamos volumes se quizéssemos

historiar todos os recontros em que o intrépido caudilho se avantajava sôbre nós; dizer que não houve uma só ação em que se pleiteasse a causa da liberdade, em que não sentissem os batavos o pêso do seu braço; empalidecendo ao ouvir o seu nome aqueles mesmos que nas águas de Zuiderzee haviam submergido os brazões de Castela".

Morreu êle a 9 de maio de 1648, de febres que adquirira em suas constantes lutas, firme no pôsto até ao último suspiro, com 47 anos de idade, tendo sido sepultado na Igreja do Arraial Novo, com as maiores honras.

A 14 de maio de 1943, por sugestão do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco, foi aposta ao frontespício da Igreja da Várzea, de Pernambuco, por não se saber o local exato onde estava sepulto, uma placa comemorativa de Camarão, onde se lê o seguinte:

> "Nesta Igreja foi sepultado em 1648, após a primeira vitória dos Guararapes o bravo Dom Antônio Felipe Camarão, governador dos índios que, com seus arcos e flexas, defenderam a Fé e a Pátria contra o batavo invasor".

Diogo Camarão, primo e sargento mor de D. Antônio Felipe Camarão, foi nomeado seu sucessor no pôsto de Capitão Mor e Governador dos Índios, por Francisco Barreto.

Essa perda dolorosa entristeceu o exército insurreto, mas, logo se recobraram êsses guerreiros, decididos a levar a término o que Camarão não havia podido finalizar, ficando sua coragem indômita a aquecer os corações dos lutadores insurretos. Nem mesmo a chegada de 500 rêzes de Sergipe, para sustento dos insurretos que estavam passando grandes necessidades, nem a chegada do Têrço das Ilhas, sob o comando do coronel Francisco Figueroa, a 24 de agôsto de 1648, enviado pelo Governador Geral, que enfim se resolvera a auxiliar os insurretos, aminorou

a tristeza reinante. Mas, o tempo e a luta, incumbir-se-iam disso.

Enquanto êsses fatos decorriam no Brasil, na Holanda, a derrota dos Guararapes e de Angola punham em fúria o Stathouder, que impõe ao rei de Portugal, com um "ultimatum", um tratado definitivo, pelo qual Portugal entregaria à Holanda as capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe e uma cidadela na Bahia, e na África, restituiria a Ilha de S. Tomé e o litoral de Angola, dando ainda a título de reparações e indenizações, uns tantos tonéis de ouro.

A Holanda desvairava, e Portugal que chegara ao extremo grau de servilidade e baixeza moral, por ordem de D. João IV e seu Conselho de Ministros, apresenta a solução da entrega de Pernambuco aos holandeses, 300 mil cruzados de contado, e, em lugar de uma cidadela na Bahia, Portugal entregaria S. João da Foz da cidade do Pôrto.

O embaixador Souza Coutinho altera essas condições, não falando na questão da cidadela, alterando o pagamento dos 300 mil cruzados para a entrega em seu lugar, de caixas de açúcar do Brasil, correspondentes a essa quantia, em dez anos, transportados por navios holandeses, porque "se a utilidade era do Brasil, era justo que êle concorresse também"; Souza Coutinho opunha-se também à entrega de Pernambuco.

Tendo chegado, então, a Lisboa, Francisco Ferreira Rabelo, sobrinho de Gaspar Dias, "o qual, com novas proposições e esperanças contrárias ao que em Holanda se tratava, fundadas em razões aparentes, e feitas ao sabor dos ouvidos, não só alvoroçou o povo, mas, persuadiu a muitos Conselheiros, ainda de Estado", o rei D. João IV manda então, o Padre Vieira escrever o "Papel Forte" defendendo seu ponto de vista.

Estando já Lisboa desafogada com os sucessos de Pernambuco, e de Angola, o Conselho de Estado, a Mesa de Consciência e o Desembargo do Paço, repelem o "ulti-

matum" da Holanda, por ser "contrário à clemência devida aos sublevados, à religião e ao próprio decôro da coroa, à conservação do resto do Brasil e ao bem da Fazenda Pública, e preferindo o alvitre da compra de Pernambuco, e em último caso a guerra".

Assim, a batalha dos Guararapes transformara-se em um marco definidor de uma nova fase, para os beligerantes. O efeito na Holanda dessa resposta de Portugal, foi estonteante; depois, veiu a reação violenta, respondendo a Holanda com os dois Decretos, de 19 e 23 de janeiro de 1649, ordenando o corso livre e a guerra de represálias contra Portugal e o Brasil.

Enquanto essas resoluções eram tomadas na Europa, o almirante de With, fazendo-se ao mar em novembro de 1648, foi atacar a esquadra do Conde de Castel Melhor, a 20 dêsse mês, conseguindo apresar uma nau inglêsa de 29 canhões, a galeota "S. Bartolomeu" e uma pequena embarcação. Nesse combate naval, a fragata "Rosário" comandada por Pedro Carneiro, cavaleiro da Ordem de Malta, abordada pelas naus "Utrecht" e "Gysselingh", põe fogo aos paióis de pólvora, destruindo e afundando os três navios.

Os insurretos, ao terem notícias de que, enfim, Portugal ousara repelir as propostas e o "ultimatum" da Holanda, o que representava um apoio à causa da insurreição, sentiram-se satisfeitos, porque sabiam que só uma esquadra portuguêsa podia diminuir ou suprimir os sacrifícios que as populações costeiras e o comércio marítimo sofriam, com os contínuos ataques dos corsários holandeses. O Brasil não podia preparar essa esquadra, e, se outras esquadras portuguêsas tinham vindo sem prestar auxílio algum, às vêzes, até provocando grandes transtornos e desilusões, talvez que, então, com o apoio de Portugal, fôsse possível vir uma esquadra que realmente os ajudasse a expulsar o inimigo invasor.

Depois, as notícias tinham como complemento aquela que dizia estar em formação uma Companhia Comercial,

semelhante às holandesas, destinada a proteger a navegação transatlântica e a cooperar com os insurretos. Isto, deu motivos a festas nos acampamentos dos insurretos.

A idéia, tão longamente acariciada, de salvar o Brasil prescindindo da fidelidade à monarquia portuguêsa, foi, com mágua, posta, então, de lado. Portugal, apreensivo com os clamores que vinham de Pernambuco, bem apreciara o sentir dos filho da terra, simpáticos a essa solução, não sendo por outra causa que D. João IV enviara Francisco Barreto para chefiar os insurretos. Netscher, apreciando tal fato, diz que o rei de Portugal viu-se obrigado a apoiar os insurretos, "porque o desespêro podia reduzir à contingência de um rompimento dos antigos laços com a metrópole, para constituir Pernambuco e as capitanias vizinhas em um novo Estado independente.

A causa da reconquista, estava, porém, muito avançada, e a nova fase da guerra mudara muito a situação. Os insurretos, ardiam em desejos de renovar os combates com os holandeses, espicaçados pelas grandes vitórias já conseguidas, até expulsá-los do país. Os holandeses, se dominavam completamente o mar, mal podiam aguentar-se em Recife.

Conta Santiago, que em um dos navios retardatários da esquadra do almirante de With, chegado a Recife depois da batalha dos Guararapes, veiu um coronel, cujo nome êle não conseguiu descobrir, que exprobou Van Shkoppe por nada fazer, tendo tanta tropa; repetia exatamente o que Van Schkoppe fizera. Blasonando, o citado coronel declarou, que queria sair com a tropa para ver se o inimigo fazia com êle o que havia feito a Van Schkoppe.

Van Schkoppe que recebera sua lição, respondeu-lhe "que não era preciso ir tão longe como aos Guararapes, pois, ali bem perto, a poucos passos dos muros, estava um negro (Henrique Dias), pelo qual êle poderia julgar o que eram os brancos; e que se guardasse, que indo êle com as mãos sôltas, não voltasse com elas amarradas".

A 21 de maio de 1649, o novo coronel sai de Recife com 2.000 homens, pela bateria de Asséca, dirigindo-se afoitamente para assaltar as posições de Henrique Dias; trava-se a luta com ferocidade, e logo, das estâncias vizinhas acodem socorros, e com ataques furiosos obrigam os holandeses a fugir em grande confusão, atropelando os insurretos até junto da bateria de Asséca; quando Fernandes Vieira acudiu com fortes reforços, os holandeses já se haviam retirado para Recife. Os holandeses deixaram aí 50 mortos.

O coronel fanfarrão, "não voltou com as mãos amarradas, como previra Van Schkoppe, mas, carregado em braços, com grave ferimento no pescoço". Êste coronel, seguiu logo de volta para a Holanda. Com mais êsse golpe, o desânimo atingiu o auge em Recife, comunicando os holandeses às autoridades das Províncias Unidas, a difícil situação em que se achavam; "não se animavam a oferecer nova anistia porque disso não colheriam resultado algum; os pernambucanos se tinham afeito de tal modo à guerra que se achavam no caso de poder medir-se com os mais aguerridos soldados, sabendo sofrer tôda a sorte de privações, ao passo que os soldados da Companhia só serviam vendo a bolaxa perto de si; ainda que conseguissem reconquistar todo o país, achá-lo-iam deserto, que na Paraíba, antes tão fértil, tudo estava incendiado e destruído, de modo que difìcilmente se encontrava uma laranja a muitas léguas do povoado; do Rio Grande (do Norte), outrora tão abundante em gados, agora se via de todo devastado. Não restava mais recurso senão arranjar-se com Portugal".

A resposta da Holanda é mordente; são ordens formais e recomendações insistentes para que Van Schkoppe, que tem tropas numerosas e víveres abundantes, varra a Várzea e se aposse da campanha. Conferências e reuniões sem conta são feitas em Recife, para tomarem uma resolução, mas, as sugestões apresentadas são postas de lado por inexequíveis, uma após outra. Por fim, retor-

nam ao problema anterior de atacar a posição de Henrique Dias, onde nada haviam conseguido, e que muito os molestava.

A 18 de agôsto de 1648, novo ataque é feito, com 2.000 homens, ainda passando pela bateria de Asséca, com a fúria do desespêro; Henrique Dias enfrenta-os decididamente, como sempre, auxiliado pouco depois pelos socorros enviados pelas estâncias próximas, e sem demora, apertados, começam os holandeses a retirar, deixando 50 mortos em frente a posição de Henrique Dias.

Por sua vez, os insurretos não perdoavam o holandês que tivesse a audácia de sair dos muros da cidade. Como um "leit-motif", retornam os holandeses ao ataque à Bahia.

Em fins de 1648, o almirante de With, levando o coronel Van der Brande e 2.500 homens, volta a atacar o Recôncavo, de novo causando grandes estragos e levando grandes despojos. Mas, as autoridades da Companhia, se bem que não desdenhassem os ataques à Bahia, insistiam autoritàriamente com Recife, estranhando a demora em empreender alguma coisa que aliviasse o cêrco da cidade.

Diante dessa pressão Van Schkoppe resolve, em princípios de 1649, reunir o Conselho de Oficiais, juntamente com o Conselho de Recife, para tomar uma resolução. Quando os insurretos se viram apertados pela falta de víveres, Francisco Barreto lançou destacamentos para ir buscá-los em tôda a parte, e licenciou a maior parte dos índios, retendo só umas companhias, que constituiam o Têrço Indígena, sob o comando de Diogo Camarão, sobrinho do bravo Felipe Camarão, o legendário Potiguaçú; passada a crise, até ao fim de 1648, cuidou-se no Arraial Novo de armazenar provisões.

Durante êsse período de crise no Arraial Novo, desertaram 10 soldados italianos, que foram informar aos holandeses, que os insurretos dispunham de muito pouca tropa e estavam passando privações; mas, os holandeses, es-

carmentados nas lutas com os insurretos hesitaram muito tempo em tomar uma decisão, e de moral abatido, não desejavam mesmo tomá-la; só as ordens da Holanda tiveram o dom de fazer Van Schkoppe agir.

Ao chegar ao Arraial Novo a notícia de que os holandeses iam intentar novamente conquistar o sul da capitania, como Francisco Barreto não soubesse nem a data da marcha dos holandeses, nem o efetivo que iam empenhar, mandou estabelecer nos Montes Guararapes um destacamento de guarda permanente, constituído por duas companhias tiradas do Têrço de Fernandes Vieira, comandadas pelos capitães Francisco Barreiros e Felipe Ferreira; assim, guardava êle o caminho do sul, enquanto era feita a mobilização dos licenciados, e não desfalcava o Arraial Novo.

Van Schkoppe, desde o primeiro momento opôs-se à repetição daquele movimento que redundara em tão espetacular derrota, julgando-o imprudente e de duvidoso resultado; o coronel Brinck e os demais oficiais opinaram que era preciso fazer alguma coisa para se libertarem do apertado sítio, valendo-se das numerosas fôrças de que dispunham e do fato de estarem os insurretos com pequenos efetivos e despercebidos.

Van Schkoppe, vencido na decisão e ainda incapaz para o serviço devido ao ferimento, autorizou o coronel Brinck a fazer a expedição com a tropa que quizesse levar, mas, disse-lhe com ironia; "Vossa Mercê se desengane, que não há de trazer a capa donde Sigismundo a deixou!", querendo com isto dizer, que o coronel Brinck não conseguiria sair vitorioso onde êle fôra derrotado. Talvez, por isso mesmo, o coronel Brinck fêz questão de repetir a manobra de Van Schkoppe, além de que, havia apostado forte quantia como venceria.

Com 4.100 homens, selecionados (*) (6 regimentos),

(*) O ofício de Michel Van Goch, de 22 de fevereiro de 1649, ao Presidente do Conselho de Recife, dá 3.510 praças holandesas, sem contar os mercenários.

200 índios escolhidos, 2 companhias de negros e três companhias de marinheiros (300 homens), seis canhões, e muitos milhares de não combatentes, mercadores, negociantes, agiotas, desocupados, salteadores e mulheres, alta madrugada de 18 de fevereiro de 1649, saiu o coronel Brinck de Recife, via Vau dos Afogados,indo amanhecer na Barreta; a marcha foi feita com o habitual "estrondo marcial de clarins, trombetas e tambores", e bandeiras desfraldadas. Dali seguiu para a casa de Antônio Cavalcanti, onde pernoitou. No dia seguinte, 19 de fevereiro, pela manhã, foi acampar no alto do morro do norte, nos Guararapes.

Os 6 regimentos holandeses estavam comandados pelos coronéis Carpenter, Van der Brande, Elts, Westerwoort, Claes e Hauthain; as companhias de marinheiros estavam sob o comando do capitão Tenbergen, assistido pelo almirante; os índios sob as ordens de Pero Potí e os negros com comando próprio.

Francisco Barreto e os outros mestres de campo, que já haviam recebido a apresentação de quase todos os licenciados, recebiam continuamente notícias da marcha das fôrças holandesas, mal querendo crer que elas estivessem repetindo a manobra de Van Schkoppe; quando às 10 horas se certificaram que, de fato, as fôrças holandesas rumavam para os Guararapes, depois de providenciarem a segurança de suas posições foi dada a ordem de marcha rápida, ficando no Arraial Novo o capitão Manoel Ribeiro, com suficientes fôrças para defendê-lo de um golpe de mão.

Os insurretos, encurtando distâncias, seguem por uma picada, caminho de índios, via Jaboatão, Engenho Novo, e ao escurecer dêsse dia 18 de fevereiro, chegavam aos Guararapes, relembrando quase todos, cheios de gôzo, detalhes da vitória anterior nesse mesmo local; ao ocuparem suas posições, os insurretos encontraram os holandeses acampados no alto do morro do norte, onde anteriormente Henrique Dias lutara tão bravamente.

Os holandeses, acamparam em posição de batalha, "nos montes e fraldas dêles, por aquela parte que fazia frente ao boqueirão, onde na ocasião passada, carregou a maior fôrça da batalha". Os nove esquadrões em que estavam organizados os holandeses, de que nos fala Fr. Rafael de Jesus, eram os seis regimentos, a fôrça de marinha, os índios de Pero Potí, e as companhias de negros,

Provàvelmente, as companhias de negros, de índios e as fôrças de marinha, estavam à frente do regimento de Claes que enfrentava diretamente o boqueirão.

Surprêsa imensa tiveram os holandeses ao descobrirem os insurretos instalados no seu flanco direito; é que, como Van Schkoppe, o coronel Brinck marchara às cegas, sem saber notícia alguma dos insurretos, nem mesmo descobrindo a presença da guarda permanente dos insurretos nos Guararapes.

A fôrça de Francisco Barreto contava 2.600 homens ao todo, distribuídos em 6 "Têrços", que estavam sob o comando de Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias (300), Diogo Camarão (300), Francisco Figueroa e Dias Cardoso, e duas Companhias de Cavalos (150), sob os comandos dos capitães Antônio da Silva e Manoel de Araujo de Miranda.

A tropa insurreta ao chegar, ocupou o monte dos Oitiseiros, a cota mais alta e mais ocidental dos Guararapes; mantendo aí, durante tôda a noite, alguns homens e patrulhas, dando gritos e fazendo barulho com tiros e rebates, para dar a impressão da permanência ali da tropa, Francisco Barreto desloca silenciosamente sua fôrça para o engenho dos Guararapes, na planície bem ao sul da posição ocupada pelos holandeses, ocupando as trincheiras ali abertas pela guarda permanente dos Guararapes, de acôrdo com o parecer de Fernandes Vieira na reunião do Conselho ali feita ao anoitecer.

Os holandeses, que haviam passado tôda a noite cavando trincheiras, para fazer face ao inimigo que se apresentara no flanco direito, só ao amanhecer de 19 de feve-

reiro de 1649, verificaram a mudança de posição do adversário, tendo, então, que mudar às pressas, atabalhoadamente, a frente de luta. Amanhecera um dia muito quente, de céu limpo; os insurretos, à sombra das árvores estavam abrigados, mas, os holandeses, no terreno limpo, sofriam cruelmente com o calor.

Às 10 horas, Francisco Barreto, impaciente por não ver os holandeses tomarem a iniciativa de atacá-lo, no que êles nem pensavam, lança 80 homens e umas patrulhas de cavalaria para fixá-los, e, se possível, de novo atraí-los para o Boqueirão, completando assim a repetição da manobra da primeira batalha dos Guararapes; os holandeses receberam êsses elementos com tiros de canhão, barulhentos, mas, inofensivos, porém, não reincidiram no êrro, uma vez que o coronel Brinck estava perfeitamente informado dos detalhes da sangrenta derrota de Van Schkoppe, pois nela tomara parte. Ficaram impassíveis.

As tropas holandesas haviam marchado, apanhado muito sol, cavado trincheiras a noite inteira; estavam sedentas, desmoralizadas, atemorizadas com o inimigo, cujo efetivo desconheciam e que parecia ansioso por travar batalha; só isso explica aquela inação dos holandeses. Êsses fatôres todos, pressionavam os batavos, fazendo com que todos ansiassem por voltar a Recife enquanto era tempo.

O Coronel Brinck percebendo, então, que o perigo era muito maior do que supunha, já não sabia mais o que fazer; reune apressadamente o Conselho dos Oficiais, ao qual compareceu o representante do Conselho de Recife, Van Goch, e expõe a situação em que se acham. O coronel Brinck talvez, pressentindo o que lhe ia suceder pouco depois, queria voltar à Barreta, e aí estudar novo plano de ação; uns oficiais, opinavam pela marcha para S. Antônio do Cabo; outros, achavam que era melhor esperar a noite para bater em retirada, indo cortar o retôrno dos insurretos ao Arraial Novo, que atacariam em seguida; todos achavam que a situação era difícil, e imprescindí-

vel sair daquele impasse. O conselheiro Van Goch foi de parecer, com que todos concordaram, que se retirasse para a Barreta, de dia, para não dar a impressão de que tinham mêlo, e aí traçar outro plano de guerra. Mas, a ansiedade de retornar era imperiosa, e todos começaram a pressionar o coronel Brinck, para que a retirada fôsse feita imediatamente.

A fôrça holandesa, estava com quatro regimentos em linha, respectivamente da direita para a esquerda da frente de batalha, os regimentos dos coronéis Van der Branle, Elts, Hauthain e Claes, êste com seu flanco esquerdo apoiado no pântano, e os regimentos dos coronéis Carpenter e Westerwoort (junto ao qual ficara o Coronel Brinck) escalonados em profundidade no caminho do sul, recebem ordem de tomarem um novo dispositivo para retornarem à Barreta.

De acôrdo com essa ordem, os coronéis Claes e Hauthain passariam a fazer a retaguarda, cobrindo a retirada no desfiladeiro, no eixo do caminho sul, dispondo de 2 canhões; os regimentos dos coronéis Van der Brande e Elts, desceriam do morro, com seus 4 canhões, para chegar até ao caminho do sul e entrar na coluna de marcha, logo atrás dos regimentos dos coronéis Westerwoort e Carpenter, que fariam a vanguarda da retirada.

Era evidente que, manobrar em frente a um inimigo bravo, audacioso e de moral elevado, era pôr-se em uma situação crítica, cheia de perigos graves. Por certo o coronel Brinck pensou nisso; mas, resolvera arricar-se.

A "uma hora depois do meio dia, iniciam os regimentos de Van der Brande e Van Elts a descida do morro, enchendo de espanto e entusiasmo os insurretos, que viram logo que êles iam retirar. Era o momento crítico. Francisco Barreto, não compreendeu no primeiro momento, se a mudança de formação era para retirar ou para seguir outro caminho, mas, sentiu que era o momento de agir, e não hesitou, dando a ordem de ataque, salientando a ur-

gência de atacar o inimigo antes dêle completar o movimento.

A tropa insurreta, que ansiosa esperava em suas posições no canavial do engenho dos Guararapes, logo ao sul do Boqueirão com Diogo Camarão na ala direita, apoiado no pântano, a seguir, em linha para oeste os "Têrços" de Henrique Dias, as duas companhias de cavalos de Antônio Silva e Manuel de Araujo, e na ala esquerda a tropa de Dias Cardoso (4 companhias do têrço de Vieira), com o Têrço de Francisco Figueroa na reserva, atrás da fôrça de Vidal de Negreiros, arrancou para não perder a esplêndida oportunidade que se lhe antolhava.

Diogo Camarão e Henrique Dias, atacam pelo Boqueirão os regimentos de Claes e Hauthain; Fernandes Vieira com metade de seu têrço, inflete a marcha para ir atacar, também o Boqueirão, que é o ponto chave; Vidal de Negreiros ataca em frente o regimento de Elst, apoiado em sua esquerda pelas duas companhias de cavalos, que também apoiam a ala direita de Dias Cardoso, seguido de perto pelo têrço de Figueroa.

A manobra foi magistral, apanhando o inimigo em pleno deslocamento. O choque foi brutal, e ainda não havia se dissolvido a fumaça da primeira surriada dos mosquetes, e já os insurretos atacavam os holandeses a arma branca, em cargas mortíferas, impetuosas, irresistíveis, de nada valendo as "pratazanas, alabardas e chuços" previstos por Brinck para impedir a ação das espadas dos insurretos.

No desfiladeiro, as primeiras tropas a suportarem o choque do ataque de Fernandes Vieira, Henrique Dias e Camarão, foram as companhias comandadas pelo capitão Tenbergen, que lutaram valentemente, atirando com os dois canhões como podiam, e logo socorridas pelas duas companhias de negros. Camarão no flanco direito e Fernandes Vieira no esquerdo ameaçam de flanqueamento duplo essas fôrças, que se perturbam e querem fugir, to-

mando-lhes os insurretos os canhões e massacrando-os, inclusive ao capitão Tenbergen.

Camarão e Henrique Dias, tomado o Boqueirão, atiram-se, então, contra os regimentos de Claes e Hauthain, enquanto Fernandes Vieira tenta escalar o monte, infletindo para noroeste, para tentar tomar os 4 canhões que de lá atiravam.

André Vidal de Negreiros atacou de rijo o regimento de Elts, e, encontrando tenaz resistência dos holandeses, "que lhe deteve o passo", por um momento, foi logo ajudado no flanco esquerdo pela fôrça de Dias Cardoso, enquanto fazia a cavalaria carregar pelo flanco direito, contra essa tropa; a carga daqueles 40 cavaleiros, foi fantástica. Apanhando a tropa de Elts de flanco a cavalaria insurreta atropelou, lanceou, acutilou, retalhou, decepou, parecendo êsses cavaleiros, fantasmas mortíferos, provocando a morte, os ferimentos graves, o desespêro, o pânico, a fuga desabalada dos holandeses. Aquelas espadas, faiscantes ao sol quente de 19 de fevereiro de 1649, aterrorizavam tanto o inimigo, que sem conta foram os que, desesperados para fugir, cairam nos despenhadeiros e barrocas dos Montes Guararapes, onde encontraram aquilo de que fugiam com tôdas as fôrças: a Morte!

Quando Varnhagen comenta, diz com ênfase: "Tôda aquela campanha dos altos e baixos dos montes, alastrada e juncada de corpos mortos de inimigo, que era uma coisa horrenda e espantosa ver tanta mortandade, tantas, e tão espantosas feridas, tantos corpos sem cabeça, braços, pernas, uns já mortos, outros agonizando e lutando com a morte, outros revolvendo-se em sangue, e muitos urrando e gritando com as ânsias e agonias mortais, não poucos dando e exalando o último suspiro".

A êsses fantásticos cavaleiros, a maioria dos quais deu sua vida heròicamente pela vitória, por certo cabia a maior parte do que Varnhagen citou.

Essa carga de cavalaria é, sem dúvida, uma das mais belas páginas da História de nossa Pátria! O sargento

mor Antônio Dias Cardoso, bravo chefe e soldado veterano, levou suas companhias ao assalto do regimento de Van der Brande, com ímpeto e decisão, e apanhando-o ainda em movimento, a arma branca, investe acutilando, matando e ferindo, com tal furor, que os holandeses recuam, fogem e debandam, morro abaixo, buscando acolher-se junto aos seus.

Brinck vendo a má situação em que se achavam as fôrças de Elts e Van der Brande, leva os dois regimentos de reserva para socorrê-los; o regimento de Brinck, que tinha menor distância a percorrer, procura apoiar Elst, que ainda defendia os seus canhões, mas, a tropa de Vidal de Negreiros atira-se enfurecida, e toma os canhões, e mata Westerwoort, e mata Brinck, destroça o regimento e o faz debandar espavorido.

Carpenter, que levara seu regimento para socorrer Van der Brande, quando lá chegou, só encontrou restos dispersos do mesmo, mortos e feridos; mas, já vinha sôbre êle, impressionante, espada reluzindo ao sol, o Têrço de Figueiroa, que até então assistira à batalha, e que frenético ansiava por atacar e matar holandeses. Os holandeses, já desmoralizados, mal sustentam o primeiro choque, já procurando recuar, abrigar-se daquelas lâminas assassinas que não os poupavam; e o pânico se declara logo, com o desbarato do regimento.

Os remanescentes dêsses regimentos holandeses em fuga desordenada, vão atirar-se no meio da tropa de Claes e Hauthain, que até então, mal que mal, lutavam pela vida, lançando aí, com a notícia da morte de Brinck e de Westerwoort, o pânico, causando a debandada geral, o salve-se quem puder. Era o fim.

Batidos irremediàvelmente, sofrem os holandeses tenaz e implacável perseguição dos insurretos, nas duas léguas até Barreta. A violência do ataque dos insurretos fôra tremenda, mas, a perseguição, essa foi altamente mortífera, a ponto do conselheiro Goch dizer no seu Relató-

rio: "pondo-nos em fuga êles nos matam maior número de soldados na perseguição do que no próprio combate".

Brinck justificou perfeitamente a advertência de Van Schkoppe. A capa de Van Schkoppe continuou nos Montes Guararapes! Brinck perdera o dinheiro e a vida.

Às 20 horas, quando, por fim, os insurretos se recolheram ao acampamento, contentes e felizes com a grande vitória que acabavam de ganhar de forma tão impressionante, reuniram-se todos em tôrno de Francisco Barreto, para, de joelhos, agradecer a Deus a vitória conquistada. Depois, puseram-se a fazer um barulho tremendo, com clarins, charamelas, trombetas de guerra, caixas e tambores, gritos de alegria e risos, por longo tempo, bebendo, cantando, rindo e comentando as proezas do dia.

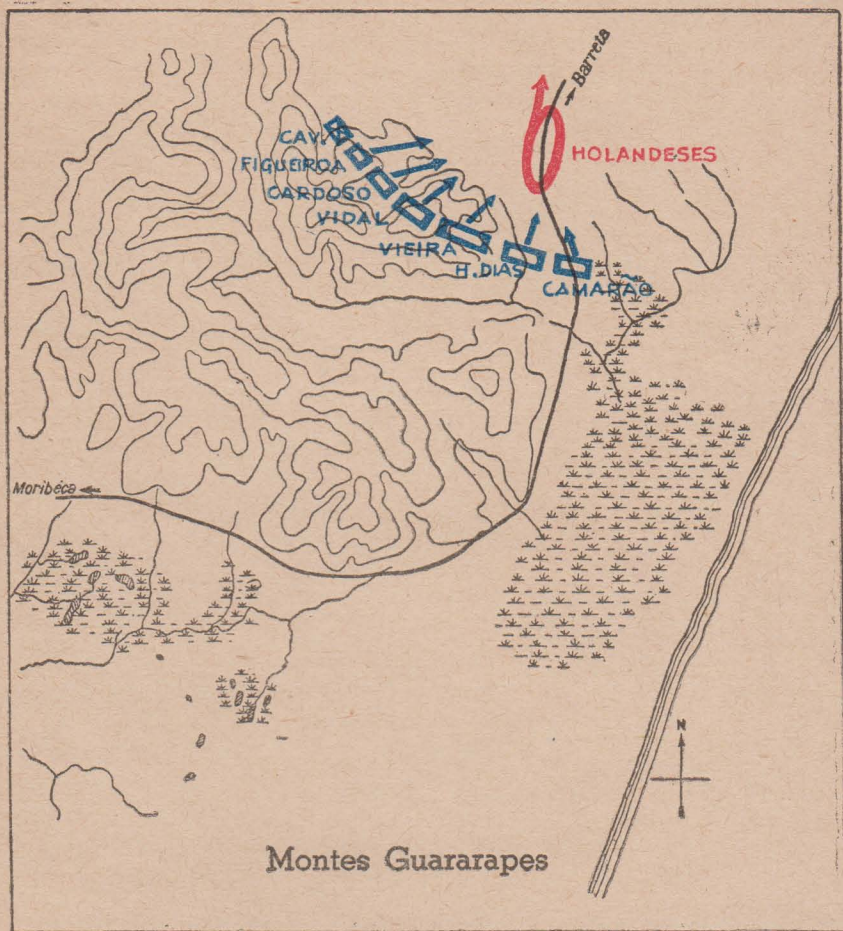
As perdas dos holandeses foram desproporcionadas. Além dos coronéis Brinck e Westerwoort, morreram 172 oficiais, entre os quais cinco tenentes coronéis e o capitão Tenbergen, e 855 soldados; perderam 110 prisioneiros, entre os quais Pero Potí, 6 canhões de bronze, 10 bandeiras e o "estandarte general". A quantidade de armas, munições, mantimentos e despojos, apreendida, foi imensa.

Os insurretos tiveram 47 mortos, a grande maioria sendo da cavalaria, inclusive o sargento mor Paulo da Cunha Soto Maior e o capitão Manoel de Araujo de Miranda; entre os 207 feridos, estava o bravo Henrique Dias, "que pela última vez derramava nesta campanha, o seu sangue pela Pátria", estava gravemente ferido Henrique Dias, pois, "recebera uma pelourada que o atravessou de uma ilharga à outra, de que sua vida correu muito perigo".

No dia seguinte, 20 de fevereiro, pela manhã, depois de enterrados os mortos e curados os feridos, os insurretos recolheram os despojos do campo de batalha e marcharam de volta para o Arraial Novo.

As tropas foram aí recebidas com as salvas do forte e das estâncias "e com tumultuosa aclamação de vivas, que sem descanso davam os moradores, que seguros na

2ª BATALHA DOS GUARARAPES

2º FASE

A VITÓRIA

19 DE FEVEREIRO DE 1649

confiança da vitória tinham já deixado os matos e esperavam os restauradores de sua liberdade para os aclamar por tais".

No dia 21 de fevereiro, chega ao Arraial Novo uma embaixada dos holandeses, pedindo suspensão de armas para sepultar seus soldados mortos, do campo de batalha; Francisco Barreto concedeu-a, designando o sargento mor Antônio Dias Cardoso, para com uma tropa assistir aos ministros holandeses encarregados da fúnebre tarefa. Diz Fr. Rafael de Jesus que os mortos holandeses eram "por cima de dois mil homens".

Entre os membros da embaixada holandesa, estava um capitão, cuja missão principal era apurar a verdade, sôbre a notícia espalhada entre os holandeses, que João Fernandes Vieira morrera na batalha. Proviera êsse boato, do fato de, por ocasião do mais forte do ataque às tropas do coronel van der Brand, em disputa dos canhões do morro, João Fernandes Vieira, ter gritado para os holandeses, terçando a espada: "Ah! Flamengos, rendei-vos à espada de João Fernandes Vieira, que nasceu para vosso açoute!" Isto provocou uma surriada de mosquetes sôbre êle, que felizmente não o atingiram, e com a fumaçada, tendo êle saído do lugar, pensaram os holandeses ter êle sido morto, por não o verem mais ali.

O capitão holandês tendo hipòcritamente dado os pêzames a Francisco Barreto, em nome de seus chefes, pela morte de João Fernandes Vieira, sargento mor Paulo de Cunha, que êles muito sentiam como soldados, "pôsto que no Arrecife a tiveram por tamanha dita que os do govêrno se davam uns a outros os parabens", Francisco Barreto mandou chamar João Fernandes Vieira, que estava no seu engenho de S. João, perto dali, e que desenganou os holandeses, pois, nem ferido estava dizendo-lhes: "Se os senhores holandeses dizem que dei a vida pela vitória, falam pela bôca do seu desejo".

O entusiasmo louco que se apossou do povo em todo o Brasil, ao chegar a notícia da extraordinária vitória, era

realmente comovedor. O povo delirava de alegria, enaltecendo os nomes dos heróis que a haviam conquistado, fincando fundo os alicerces da nova Pátria.

D. João IV, ao receber a comunicação dessa marcante vitória, entendeu que fôra prodigiosa, pois em carta a Nuno da Cunha, de 8 de junho de 1649, descreveu: "Parece certo que quer Deus favorecer àqueles homens, porque assim o mostra o sucesso tão prodigioso como êste foi, e o tem mostrado os passados".

Tão forte foi o golpe desfechado nos holandeses que, por longos meses quedaram-se em absoluta inação.

No local onde foram travadas as duas batalhas dos Guararapes, mandou Francisco Barreto edificar, à sua custa, mais tarde, uma igreja votiva, pelas duas vitórias obtidas, na qual ainda hoje se vê uma lápide de mármore, onde está gravada a seguinte inscrição:

> "O mestre de Campo General do Estado do Brasil, Francisco Barreto, mandou em acção de graças edificar á sua custa esta Capella à Virgem Senhora Nossa dos Prazeres, com cujo favor alcançou neste lugar as duas memoráveis victorias contra o inemigo olandes, a primeira em 18 de abril de 1648 em domingo de Pascoella vespera da dita Senhora, a segunda em 18 de fevereiro de 1649 em huma sexta feira e ultimamente em 27 de janeiro de 1654 ganhou o Recife e todas as mais prassas que o inemigo posuhiu 24 anos".

Essa igreja de N. S. dos Prazeres, elevada pelo Brasil à categoria de Panteon nacional, recebeu a 4 de agôsto de 1942 os restos mortais de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros; não foram para lá transportados, ao mesmo tempo, os restos mortais de Dom Antônio Felipe Camarão e de Henrique Dias, porque, nas igrejas da Várzea e de S. Antônio dos Franciscanos, não se sabe o local exato onde foram inhumados. As lápides apostas

às paredes da igreja, nos locais onde foram embutidas as urnas de bronze funerárias, dizem:

> "Aqui jaz de João Fernandes Vieira o que resta. Combateu **pro aris et focis**. Da restauração de Pernambuco foi cabeça e braço forte. O seu nome viverá na História e no coração dos brasileiros. 4 de agôsto de 1942".

A outra lápide diz:

> "Mestre de Campo André Vidal de Negreiros. Natural da Paraíba. O herói dos Guararapes — cimento da nacionalidade. **Fortis in bello fecit vitoria.** A pátria agradecida. 4 de agôsto de 1942".

A modesta capela erigida por Francisco Barreto, foi transformada em 1782 na igreja de N. S. dos Prazeres, pela Ordem Beneditina.

Todos os anos, no mês de abril, o povo pernambucano, em piedosa romaria, dirige-se para a igreja de N. S. dos Prazeres, dos montes Guararapes, continuando a secular tradição.

"E como a invocação é a N. S. dos Prazeres, alguns, ingênuamente, lá fazem os seus piqueniques, levam suas orquestras, armam suas tendas e põem-se a dansar e a cantar, alegrando o arraial, enfeitado de barracas, cheio de inúmeros divertimentos; enquanto que outros, vão lá longe, ao campo da Batalha, buscar um original capim, que floresce de vermelho, com as primeiras chuvas, e que, segundo uma bela tradição, é o próprio sangue dos nossos mártires..."

E' de causar pasmo, como essas duas vitórias extraordinárias dos Montes Guararapes, não conseguiram exterminar logo o domínio holandês do Brasil. À decadência visível dêsse domínio, crescente cada dia que passava,

opunha-se uma vitalidade incrível, que o fêz perdurar ainda cinco anos.

Depois da segunda batalha dos Guararapes baixara o moral dos holandeses de Recife a um nível sem exemplo, não só por causa das dolorosas feridas no orgulho flamengo, mas, pela incidência de vários outros fatôres, tais como: as naturais divergências conseqüentes, surgidas entre chefes civis e militares holandeses, que provocaram a retirada para a Holanda do almirante de With e dos coronéis Van der Brande e Hauthain; a falta de pagamento do sôldo das tropas, grande parte delas mercenária, causando um elevado número de deserções e pedidos de baixa; as doenças, provocadas na maior parte pela sub alimentação, dada a escassez de víveres e a falta de boa água potável, com percentagem elevada de falecimentos e incapacidade para o serviço; o desânimo provocado por uma luta cheia de desvantagens, a desilusão de poder transformar Pernambuco em uma colônia da Holanda.

Um relatório holandês da época, diz o seguinte:

> "E' uma lástima e uma vergonha para o Estado ao qual os soldados prestaram juramento, vê-los ir pelas ruas, todos esmulambados, com os trapos arrastando, muitos sem poder cobrir o corpo, mais parecendo mendigos que soldados. Apanham as imundícies das ruas, que nem os porcos querem comer, para acalmar a sua grande fome; e como lhes falta o imprescindível para o sustento são levados a condições abjetas; apanham trapos nas ruas e nos canais e consideram sorte, quando encontram algum farrapo ou graveto de lenha pelo caminho".

Tudo isso concorria, não só para diminuir consideràvelmente os efetivos, mas, sobretudo, tirava à tropa holandesa, completamente o seu valor combativo. Van Schkoppe, querendo levantar o moral de seus soldados, organiza uma expedição para reconquistar o Ceará, procurando

incutir no espírito dos expedicionários o lucro fabuloso que teriam com a exploração das minas que ali havia, afirmando haver informações seguras disso.

Fascinada pela ilusão dos lucros, vai a fôrça holandesa enviada ao Ceará, aportar onde existira o forte de Nossa Senhora da Assunção; os holandeses levantam aí um novo forte, que em homenagem ao Conselheiro Shonenborch, foi batizado com o seu nome.

Os índios do Ceará, já orientados por elementos insurretos, pois, Pero Potí (*) havia sido aprisionado na segunda batalha dos Guararapes, começaram a atacar intensamente os holandeses ali instalados, antes mesmos que fôssem em procura das sonhadas minas, em pouco só restando daquela expedição dois sobreviventes.

Com a tropa desmoralizada e sub alimentada como estava, quaisquer tentativas que fizesse Van Schkoppe seriam inúteis e desastrosas, porque faltava aos seus soldados a flama que incendeia os corações e faz conquistar vitórias.

A segunda batalha dos Guararapes fôra um golpe mortal no domínio holandês, e isso o confessa o próprio Netscher.

(*) Pero Poty, depois de estar a ferros 12 anos num calabouço, ao ser enviado para Portugal, moreu em viagem.

XVI

A RENDIÇÃO DA CAMPINA DO TABORDA

A Companhia de Comércio — A primeira esquadra — Propostas de compra de Pernambuco — Declaração de Guerra da Holanda a Portugal — Bloqueio e ataque a Recife — Tratado da Compra da Campina do Taborda — Prêmios aos vencedores.

A criação de uma Companhia comercial portuguêsa, semelhante àquelas criadas pelos holandeses, foi iniciativa do Padre Antônio Vieira. Em uma de suas "Cartas", (II — 225, 226), diz êle:

> "O primeiro negócio que propus a S.M., pouco depois da sua feliz aclamação e restauração, foi: que em Portugal, à imitação da Holanda, se levantassem duas companhias mercantis, uma oriental, outra ocidental, (que sem empenho algum da real fazenda) por meio da primeira se conservasse o comércio da Índia, e por meio da segunda o do Brasil... Sòmente tardou em se aceitar, até que a experiência desenganou aos ministros, que ao princípio por ventura o não capacitaram".

A Companhia Geral de Comércio, como a denominaram, teve sua criação quase coincidindo com o têrmo das

tréguas assinadas por Portugal e Espanha, em 1649. Os capitais, que foram incorporados por Gaspar Dias de Mesquita, cristão novo amigo do Padre Vieira, foram fornecidos mediante a isenção do confisco dos bens dos penitenciados pelo Santo Ofício, dada pelo Alvará de 6 de fevereiro de 1649.

A Companhia era administrada por 9 diretores, chamados "deputados"; para sua manutenção foi-lhe dado o monopólio da venda do bacalhau, farinha de trigo, azeite e vinho, além das taxas e prêmios de seguro impostos aos navios comboiados pela frota da Companhia. No monopólio é que estava o grande lucro; no Brasil foi êle recebido como um extorsivo impôsto de guerra, aceito com resignação, mas, no Rio de Janeiro, foi êle enfrentado com hostilidade, e se não fôsse o violento ofício do Governador Geral ao Governador do Rio de Janeiro, Salvador de Brito Pereira, que Pedro Calmon cita, nessa cidade não haveria sujeição "ao conchavo dos capitalistas de Lisboa".

A companhia era obrigada a manter uma frota, segundo Rocha Pita, "de 36 naus de guerra, das quais se empregassem 18 em comboiar (juntas em frota) as embarcações aos portos do Brasil e a conduzí-las dêle para o Reyno...", armados, pelo menos, com 20 canhões cada uma, e a fazer duas viagens anuais ao Brasil.

A primeira esquadra da Companhia, deixou Lisboa a 4 de novembro de 1649, sob o comando do almirante Pedro Jacques Magalhães; nela embarcara o general João Rodrigues de Vasconcelos, Conde de Castel Melhor, nomeado Governador Geral do Brasil em substituição ao Conde de Vila Pouca de Aguiar. A 16 de novembro a esquadra chegou a Funchal, onde tomou provisões; a 25 de novembro aportou em Cabo Verde, onde se demorou concertando vários navios avariados pelos temporais; à tarde de 15 de fevereiro de 1650 estava a esquadra à vista da Paraíba, descendo a costa até à altura de Itamaracá, onde es-

perou amainar o vento para dirigir-se ao Cabo de S. Agostinho.

Logo que Francisco Barreto teve notícia da presença da esquadra em frente a Pernambuco (19 de fevereiro de 1650), enviou informações completas ao almirante sôbre a esquadra e situação holandesas; o almirante de With retirara-se para a Holanda, sem dar satisfações a ninguém; havia 24 navios, alguns pequenos, sendo que a maioria das tripulações estava desanimada; êsses navios estavam distribuídos em três esquadrilhas, uma das quais, a melhor, sediava em Recife, mantendo as outras duas o corso entre Recife e Bahia.

Em frente a Olinda e "à vista de ambos os Exércitos de terra", a esquadra holandesa, sob o comando do Coronel Hautyn (nomeado quando o almirante de With se retirou), atacou a esquadra da Companhia Geral de Comércio, mas, ante a reação enérgica dos portuguêses, os holandeses rompem o combate e recolhem-se a Recife. A esquadra da Companhia ficou bordejando em frente a Recife até ao dia 23 de fevereiro, indo desembarcar a 24 do mesmo mês os recursos solicitados por Francisco Barreto, no Cabo. Daí seguiu para a Bahia, onde chegou a 7 de março, tendo o Conde de Castel Melhor assumido o Govêrno Geral a 10 de março de 1650.

A alegria dos insurretos pelo restabelecimento seguro da navegação para Portugal, que garantia os necessários suprimentos, só era menor que o alívio que trazia com o retraimento dos navios corsários holandeses ante o poderio da esquadra da Companhia. Conquanto não tivesse a esquadra trazido recursos de guerra, só êsses dois inestimáveis serviços eram de imensa valia para o Brasil, e todos o reconheciam. Para avaliar-se o impulso que o restabelecimento da navegação transatlântica vinha dar ao Brasil, basta ver-se que a primeira frota da Companhia seguiu de volta para Portugal comboiando 80 navios mercantes abarrotados de produtos da terra.

Os maiorais da Companhia das Índias Ocidentais, avaliavam bem o que significava êsse restabelecimento da navegação portuguêsa para o Brasil, com o conseqüente renascimento do poderio marítimo de Portugal, que lògicamente causava prejuízo para o domínio do mar que êles possuiam; os holandeses sitiados em Recife, desiludidos dos pedidos por carta e em representações, enviaram à Holanda emissários para pedir reforços e víveres, já agora sob a ameaça de abandono sumário de Recife, pois, não mais poderiam agüentar aquele duro sítio.

Os primeiros embaixadores foram Gaspar Van Heussen, Jacob Hamel e Abraham de Azevedo; mas, nem os emissários puderam demover o Conselho dos Dezenove, da idéia fixa de apertar o govêrno de Portugal para conservar a conquista do Brasil, preocupados como já estavam com a Inglaterra, cuja situação política era ameaçadora.

Em fins de 1650, chega à Holanda o embaixador de Portugal, Antônio de Souza de Macedo, que ia tentar obter um novo Tratado de paz entre a Holanda e Portugal, visto estar quase terminado o Tratado de Tréguas e Aliança, assinado em 1641, pelo prazo de 10 anos. Seis meses esperou o embaixador de Portugal, para ser recebido pelos Estados Gerais, mas, aquilo que os holandeses pensavam ser uma humilhação para o embaixador, ao invés, era uma vantagem, de ganhar tempo, pois, as relações entre a Holanda e a Inglatera estavam tensas. Só em março de 1651, foi Souza de Macedo recebido, tendo, então, apresentado a proposta de D. João IV, considerando achar-se "Portugal na impossibilidade de forçar os insurretos a submeter-se à dominação flamenga", propunha-se pagar uma indenização de 8.800,000 florins à Holanda, pela evacuação de Pernambuco, dando a permissão de um certo número de navios holandeses poderem traficar com o Brasil, e, além disso, entregar aos holandeses o monopólio do sal de Setúbal.

Os Estados Gerais, em resposta ordenam que, tanto o embaixador como todos os súditos portuguêses deixas-

sem a Holanda no mais breve prazo possível, ao mesmo tempo que retiravam de Portugal o seu embaixador. Era uma declaração de guerra formal. Mas, essa guerra seria bem diferente das anteriores, porque, não comportaria ataques holandeses imediatos, nem a Portugal, nem às suas colônias.

Cromwell, o ditador da Inglaterra, querendo proteger a navegação inglêsa e incentivar o desenvolvimento da marinha inglêsa, decretou o "Act of Navigation", segundo o qual nada poderia ser importado pela Inglaterra a não ser em navios inglêses ou do país produtor, medida essa que vinha atingir em cheio a Holanda. Surge, pouco depois, provocada pela Holanda, a guerra com a Inglaterra, pelo predomínio da navegação marítima.

Quando a Holanda declarou guerra a Portugal, imediatamente comunicou ao Conselho de Recife qual a situação européia, dando como certa a assinatura da paz por Portugal, tendo como base a posse de tôdas as conquistas feitas no Brasil por êles. Isto, tranquilizou as autoridades civis de Recife, mas, não, os chefes militares, pois, a 24 de maio de 1651, Van Schkoppe escrevia para a Holanda, ponderando que "em todo o caso, necesitava de mais soldados, e que seria necessário tomarem a Bahia, sem o que nunca firmariam pé no Brasil". Ante essa opinião do chefe militar, os conselheiros de Recife manifestam-se reconhecendo a impossibilidade de organizar a vida social e civil no Brasil sem o concurso das populações hostis e em pleno domínio da terra; em outros têrmos, a verdade nua e crua é que reconhecem ser impossível manter a conquista. Entretanto, para darem aos soldados e ao povo de Recife a impressão de que tudo vai bem e que estão prontos para a guerra, fazem constantes exercícios militares, paradas, revistas de mostra, e dão grande e ruidosas festas, enquanto esperam socorros da Holanda.

Por sua vez, os insurretos também aguardam reforços e a cooperação por mar de Portugal; refazem seus efetivos, acumulam víveres, coordenam esforços, enquanto

apertam o mais possível o cêrco de Recife, sem darem importância aos outros pontos da costa, pois, sabem que a decisão está ali em Recife, que mais cêdo ou mais tarde há de cair em seu poder. Surge, então, o incidente entre Francisco Barreto e Henrique Dias (*).

Como a guerra está declarada, os holandeses procuram agir mais eficientemente, fazendo pequenas sortidas atacando a 25 de agôsto a estância do Mendonça, a 7 de outubro, a estância do Agir e a 15 de dezembro, a estância de Salinas, sendo sempre derrotados; em fins de de-

---

(*) Henrique Dias, ferido gravemente na segunda batalha dos Guararapes, achava-se em convalescença ainda, e, não estando sendo pagò de seu sôldo, estava passando necessidades; procurou, por isso, o mestre de campo general Francisco Barreto, que se esquecendo do muito que Portugal e o Brasil deviam àquele bravo cabo de guerra, tratou-o com inesperada desatenção e grosseria.

Todos os insurretos tratavam-no com o maior respeito e consideração, não só por ser fidalgo e ter o Hábito de Cristo, mas, por ser um bravo pelejador desde as primeiras horas de 1630, e um guerreiro cheio de ferimentos das inúmeras batalhas e combates onde havia pelejado com extraordinário valor, e até perdendo a mão esquerda. Os diversos governadores gerais, as mais altas autoridades que vinham ao Brasil, entre êles o Conde da Tôrre, o vice-rei Marquês de Montalvão, o governador Teles da Silva, o Conde de Vila Pouco de Aguiar, escreviam felicitando-o por suas proezas, por suas vitórias nesta Guerra.

A única exceção foi Francisco Barreto. Henrique Dias chocado, a 1 de agôsto de 1650 escreve uma carta a D. João IV, pedindo providências, na qual com simplicidade aponta os serviços feitos, seus ferimentos e a descortezia e injustiças sofridos.

Diz essa carta (grafia atual):

"Prostrado aos pés reais de V.Magde. com toda a devida submisão, manifesto em como há vinte anos que sirvo a V. Magde. com bom zelo que é notorio, derramando meu sangue por muitas vêzes, e ficando sem u'a mão, que me não faz falta para deixar de continuar na guerra como atualmente estou fazendo: e com todos estes tempos servi com Generais que me tratavão com toda a cortezia e fazia de minha pessoa grande estimação por conhecerem o que merecia por minhas obras, pelo que vião obrar no Réal Serviço, tra-

Dom Henrique Dias

(Óleo do Arquivo Nacional)

zembro de 1650, lança Van Schkoppe uma expedição para ir reocupar Penedo, na margem do rio S. Francisco. Francisco Barreto, logo que tem disso conhecimento, envia a 5 de janeiro de 1651, o sargento mor Dias Cardoso, com 500 homens, para ir retomar Penedo; em 11 dias de marchas forçadas, ràpidamente chega Dias Cardoso (a 15 de janeiro de 1651), próximo a Penedo, e tão só com a notícia da aproximação dessa fôrça, abandonam os holandeses precipitadamente Penedo, recolhendo-se a Recife.

Para conservar Recife, os holandeses necessitavam estar em constante atividade, mesmo porque era perigoso manter tanta tropa inativa naquela praça; assim, dia e noite, recomeçam as escaramuças, os golpes de surprêsa, as sortidas, emboscadas e lutas, em todos os pontos da defesa. Os chefes insurretos sabem que agora seria fácil reaver as posições ainda ocupadas pelos holandeses na costa, mas a situação de Portugal os faz contemporizar, certos que a vitória final está às portas.

---

tando-me como soldado, e mandando-me pagar parte de seus soldos, e vai por cinco anos que assisto nesta Guerra de Pernambuco, passando grandes descomodidades, e misérias, suportando tudo como convinha à conservação da guerra, e nela tendo obrado o que os Mestres de Campo Governadores passados dirão, por em todos os trabalhos ser seu companheiro: e, ora pelo mestre de Campo General Francisco Barreto, que governa, sou tratado com pouco Respeito, e com palavras indecentes á minha pessôa; nem me conhece por Soldado, e que não sou nada nem venço soldo, a este Respeito outras muitas moléstias, que todos geralmente padecem até que V.Magde. seja servido mandar Remediar tantas faltas pelo que convém á conservação deste Estado.

Guarde Deus a Católica pessôa de V.Magde para aumento da Cristandade. Fronteira do Recife, em Pernambuco, primeiro de agôsto de 1650

(ass.) Anrryque Dyas".

Nesta carta, cujo original se encontra no Arquivo Histórico Colonial", Cx 3, há o seguinte despacho:

"Escrever ao mestre de campo general 1 mte em seu favor".
E, Henrique Dias foi atendido em seu pedido.

O primeiro golpe mais forte foi desfechado a 6 de março de 1651; por sugestão de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, o mestre de campo Francisco Barreto manda fazer uma emboscada entre os fortes das Cinco Pontas, Afogados e Barreta, para impedir aos holandeses de receberem víveres, de que tanto careciam, com a extinção do côrso; 300 homens, sob o comando do sargento-mor Antônio Jácome Bezerra, saem naquele dia para emboscar-se em um ponto, onde passavam os holandeses quando iam para Ilhado ou para a Ilha do Cheira Dinheiro.

Vindo de Recife uma embarcação, doze soldados, a nado, espadas na bôca, assaltam-na matando os seis soldados e a mulher do comandante do forte da Barreta, para provocar o socôrro holandês, que não demorou; a luta foi dura, mas acabou em pouco, com os holandeses retirando do para o forte, deixando 20 mortos, 3 prisoneiros, e ficando quase todos feridos.

O que os holandeses mais desejavam era abrir caminho para a Várzea, por isso, volta e meia iam atacar a estância do Mendonça, como aconteceu a 7 de abril de 1651, quando o ataque feito por 300 homens, foi repelido pelo Capitão Antônio Borges Uchoa, que lhes matou 15 homens e feriu muitos outros.

O grosso das fôrças insurretas do Arraial Novo impacientavam-se com essas sortidas holandesas ou próprias, por serem lutas locais reduzidas; daí Francisco Barreto começar a empregá-las em excursões maiores, para o norte, a fim de talar aqueles sertões, fazer prisioneiros e colhêr víveres, pois, os holandeses por ali andavam em comércio com algumas tribos de índios.

Em meiados de 1651, o capitão João Barbosa Pinto, do Têrço de Vidal de Negreiros, é lançado com 300 homens nessa missão de varejar o sertão até ao Rio Grande do Norte, tudo devastando, aprisionando em um reduto dos índios Guaraíras muitos holandeses, voltando ao Arraial Novo, com 83 prisioneiros, muitos víveres e um comboio

de munições que conseguira capturar intacto, dos holandeses.

A 20 de maio de 1652, nova expedição é feita ao Rio Grande do Norte, com 500 homens, comandados pelo sargento-mor Antônio Dias Cardoso, que lhes queimou grande quantidade de pau brasil que preparavam para embarcar, e voltou, também carregado de víveres e despojos. Dias Cardoso, antes de fazer esta expedição, atacara com 400 homens o forte da Barreta; as guarnições dos fortes dos Afogados e da Barreta, em campo aberto, lutaram desesperadamente durante hora e meia, mas, foram batidas e obrigadas a acolher-se no forte, deixando o campo cheio de mortos, tendo muitos holandeses morrido afogados na fuga.

Em tôrno de Recife a luta continuava tenaz, sem tréguas nem desfalecimentos; temendo os holandeses pelo setor sul, redobram esforços para conquistar a estância do Aguiar, inùtilmente, e com muitas perdas.

Em meiados de 1651 intentam outra vez os holandeses, premidos pela falta de víveres, apossar-se do rio S. Francisco para trazer gado; ali estava de guarda o capitão Francisco Barreiras, com a sua companhia, e que ao saber da aproximação dos holandeses, atacou-os em S. Isabel, batendo-os e obrigando-os a retirar, deixando 37 mortos. Na ação faleceu o bravo capitão Antônio Barreiras e três soldados insurretos.

Enquanto na colônia o tempo passa nessas operações menores, a Holanda empenha todos os seus recursos e esforços na luta que provocou contra a Inglaterra. Os sitiados em Recife estão desesperados; chegaram às últimas. Van Schkoppe, a 16 de julho de 1652 escrevia, que dava graças a Deus por não se lembrarem os insurretos de atacarem o Recife, porque isto lhe seria funesto. Os conselheiros de Recife, em fins de 1652 escrevem, que a frota portuguêsa seguira da Bahia para Portugal, e que se tivesse atacado Recife, êles seriam obrigados a render-

se, e "se não fizeram isso, foi porque reconheceram que era certa e inevitável a próxima ruína daquela conquista".

A 20 de fevereiro de 1653, o Conselheiro Goch parte para a Holanda, desesperado; a 21 de maio, desiludidos, os outros dois Conselheiros Haecxs e Schonenborch, pedem demissão. A Holanda estava em dificuldades tremendas na Europa, e já agora ansiosa por uma paz com Portugal, envia a Lisboa Wonter Van der Houwe e Gysbert Rudolphy, com a missão extraordinária de assinar um tratado definitivo com Portugal.

Contando com a fraqueza de Portugal, insistia a Holanda pela posse de Recife, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e a liberdade de comércio e religião em todo o Brasil, e por uma concessão extraordinária Recife seria pôrto livre para os portuguêses. Mas, os corsários holandeses, em 9 de junho de 1653, haviam atacado a frota portuguêsa, apresando 4 navios carregados, e a notícia tendo chegado naquela ocasião, D. João IV, rejeitou desabridamente a proposta da Holanda e determinou o ataque a Recife, tendo imediatamente sido expedida ordem a Francisco Barreto e à esquadra da Companhia.

Os insurretos andavam ansiosos por uma ação decisiva contra Recife, e sabendo da situação européia, estando Francisco Barreto no Pontal de Nazaré, foram ali procurá-lo Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, que apresentaram muitas e poderosas razões para provocar a decisão que desejavam. Francisco Barreto já havia recebido as ordens de Portugal, mas, como sempre, os portuguêses queriam deixar o rei em boa situação política; disse-lhes Barreto que tinha muitas dúvidas em assumir a responsabilidade de tamanho cometimento, e que era preciso convocar um conselho dos chefes.

O tempo, porém, passava, e Francisco Barreto não convocava o conselho. Aproveitando uma festa religiosa que ia realizar-se em Nazaré, Fernandes Vieira, Francisco Figueroa e Vidal de Negreiros, além de muitos oficiais insistem reiteradamente com Francisco Barreto, que re-

solve, enfim, convocar o conselho na capela de S. Gonçalo da Praia, não distante do Pontal, e a 7 léguas de Recife. No conselho, as manifestações de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros são tão enérgicas contra o parecer contrário de Francisco Figueroa que Francisco Barreto cede, e mesmo renuncia em grande parte a direção da campanha a encetar, nas mãos de Fernandes Vieira. Tomada a resolução, Fernandes Vieira, em poucos dias reune víveres para 17 meses, de sobra para todo o exército, e os distribui em pontos convenientes.

Só se esperava a vinda da armada de Portugal; todos os corações ansiosos pela etapa final da libertação. A 20 de dezembro de 1653 estava à vista de Recife a esquadra portuguêsa, a terceira da Companhia, forte de 13 naus de guerra e 64 outras embarcações que ela comboiava, comandada por Pedro Jacques de Magalhães, e tendo por general Francisco de Brito Freire.

Os corações dos insurretos pulsaram mais fortemente e frenéticos gritos de alegria sacudiram o acampamento do Arraial. A princípio, alguns navios holandeses tentaram opôr-se à esquadra, mas foram logo obrigados a recolher-se ao poço, à sombra dos fortes. Francisco Barreto que esperava a chegada da esquadra, distribuira vigias pela costa, por não saber o ponto onde iria ficar, a fim de prevenir o comandante da esquadra, da situação do Recife; desde logo seguiu para Olinda, de onde "mandou dar ao almirante os parabens da viagem, de sua parte, dos oficiais, do exército e do povo, e licença para satisfazer a esta obrigação pessoalmente; o almirante e o general, para corresponder à gentileza vieram à terra, desembarcando junto ao rio Doce, onde os receberam os chefes insurretos "com duas companhias de cavalos e muita honra"; Francisco Barreto fêz a proposição do auxílio da esquadra bem fundamentada; Pedro Jacques respondeu que, não tinha ordem do rei para fazer hostilidades, nem da Companhia Geral para o menor desvio da frota, que desobedecendo sua cabeça corria risco. Insistiu Fernandes

Vieira, alegando tão fortes razões que o almirante e o general se renderam ao seu parecer, mas propuzeram a reunião de um Conselho de todos os oficiais graduados "para que multiplicados os requerimentos, achasse sua desobediência desculpa na instância". Pernoitando essa noite em Olinda, no dia seguinte pela manhã, 21 de dezembro, reuniu-se o conselho de oficiais e aprovou o plano de ataque, devendo a esquadra bloquear a costa de Olinda à Barreta.

Voltam o almirante e o general da frota para bordo e iniciam a distribuição dos navios, para o bloqueio; Vieira e Vidal percorrem tôdas as posições, que reforçam, e com dois engenheiros, determinam a criação de novos postos. Simulam trazer, de dia, de bordo da esquadra, grande quantidade de reforços, que à noite são levados para bordo outra vez, a fim de dar a impressão da chegada de grandes reforços; publicam editais em tôdas as línguas das nações que militavam com os holandeses, prometendo prêmio e castigos aos que ficassem com os insurretos ou com os holandeses; desembarcam de bordo, sob o comando do general Francisco de Brito Freire, os elementos possíveis e, estabelecem um apertado serviço de vigilância, para que, nem por mar nem por terra, nem de dia nem de noite, pudesse entrar qualquer socôrro para os holandeses. Todos os postos receberam ordem de levar suas atividades ao máximo, para que não desconfiasse o inimigo o ponto a ser atacado. Tudo pronto, fixou-se por onde seria iniciado o ataque: forte de Salinas; o dia: 14 de janeiro de 1654.

Na noite de 14 de janeiro, Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, com 2.000 homens, saem, para atacar o forte; ao chegarem próximo, com o máximo silêncio, carregaram oito cestões, preparados prèviamente para alojar nêles os canhões, e foram colocá-los a tiro de mosquete do forte; cercaram-nos de sacos de terra e colocaram as peças. Mandou abrir duas trincheiras profundas, que guarneceu de tropas e que enfiavam as portas do forte;

as trincheiras e o rio, faziam o cêrco do forte. Em outras trincheiras profundas abrigou as reservas.

Tudo pronto, ao clarear do dia, o silêncio profundo é quebrado pelas sentinelas insurretas que gritam aos holandeses: "Bons dias!" E logo Vieira manda a artilharia romper fogo, com imenso espanto e desconcêrto dos holandeses. Segue-se a mosquetaria em todos os lados. Ao ouvirem os canhões, todos os fortes dos insurretos e da esquadra romperam fogo contra Recife, e os canhões dos fortes holandeses respondiam com furor. Era um ribombar colossal, com densas nuvens de pólvora queimada, que atroava os ares e fazia tremer o solo, tal sua intensidade.

O fogo durou, sem interrupção até às 13 horas, quando cessou repentinamente; os holandeses haviam já preparado tropas e embarcações para virem pelo rio apoiar o forte, e por mar para reforçar a guarnição. No momento que 20 homens, com cunhetes de pólvora e bala, saltaram em terra, Fernandes Vieira arranca a espada e lança seus homens à luta. A artilharia, de novo atroava os ares furiosamente. Nessa cacofonia horrível, vão os insurretos lutando bravamente, matando e ferindo, batendo nìtidamente os holandeses dos reforços, que fugiram por todos os meios, muitos morrendo afogados. Fernandes Vieira recolheu a tropa e mandou de novo ocupar as posições, pois, já anoitecia. Tremenda fôra a luta, em um campo de batalha batido por doze fortes holandeses, cujos fogos se entrecruzavam. Sob êsse docel de balas, foi que os insurretos esmagaram a vontade do inimigo.

Vidal de Negreiros a quem tocava a vanguarda, assumiu o comando; as baterias, de noite e em silêncio, são removidas para pontos mais vantajosos, distando afora poucos passos do forte; em pouco percebem os holandeses a situação e pedem às 22 horas para render-se. Vidal de Negreiros consulta Fernandes Vieira, e a capitulação é dada com honras de guerra.

"E, hora e meia antemanhã saiu do dito forte o capitão comandante com 70 soldados e 8 oficiais... e depois de passarem pelo exército, entregaram a bandeira e as armas".

No forte havia três canhões de ferro, bons e um avariado. Os insurretos perderam 5 mortos por balas de canhão e tiveram 15 feridos.

Às 22 horas dêsse dia, 16 de janeiro, depois de bem guarnecer o forte, Fernandes Vieira, a quem tocava a vanguarda leva a tropa para atacar a bateria de Asséca (ou Altenar), repetindo ali o que haviam feito no forte de Salinas (ou do Rêgo); estabeleceram com cestões, posições de bateria para cinco canhões; na manhã de 17 de janeiro, começaram o bombardeio, surpreendendo os holandeses com o fogo e os bons dias; logo depois os flamengos rompem fogo e ficam à espera dos reforços de Recife. Os insurretos levantam novas baterias e fazem novas trincheiras de aproximação.

Quatro lanchas com reforços enviadas pelos holandeses são batidas e obrigadas a retornar à Recife. A luta continuou dura, tenaz, formidável, dia e noite, até que ao pôr do sol do dia 19 de janeiro, os holandeses hastearam a bandeira branca da rendição.

E' o próprio Francisco Barreto, que vendo o sucesso das armas insurretas e assumindo, de novo, o comando das operações, quem vem receber a rendição do forte, a cuja guarnição foram concedidas as honras de guerra. Os holandeses, sob o comando do major Berghen, todos os oficiais e 227 praças desfilaram ante a tropa insurreta para fazerem a entrega das bandeiras e armas; sairam, também, 20 feridos. No forte, ficaram 31 mortos. Os índios, haviam fugido a nado.

Foram apreendidos 9 canhões de bronze, um de ferro, muita munição e víveres, e 5 bandeiras, uma das quais da guarda de Van Schkoppe.

Os holandeses, ao verem cair o forte Altenar (bateria de Asséca), imediatamente recolheram a Recife tôdas

as guarnições dos fortes e redutos exteriores, incediando e destruindo tudo o que não puderam carregar. Abandonaram êles os fortes da Barreta, dos Afogados, do Buraco de Santiago e do Perrexil, sendo que, com a tomada do forte de Salinas, a defesa do forte do Buraco de Santiago era impossível, e de lá, também, era fácil isolar o forte de Perrexil.

Cresce imensamente o entusiasmo e o ímpeto dos insurretos, e já todos ansiam por invadir a ilha e ir atacar o forte das Cinco Pontas, que defendia Recife pelo lado sul; mas, os holandeses pressentindo que o próximo ataque seria ao forte das Cinco Pontas, apressam-se em reocupar o velho reduto chave da defesa do forte, e prepará-lo para a defesa.

Na noite de 20 para 21 de janeiro de 1654, Vidal de Negreiros, cujo Têrço saira de guarda na véspera e a quem tocava a vanguarda, comandando 1.100 homens, levando o sargento-mor Dias Cardoso consigo, partiu para atacar o reduto chave do forte das Cinco Pontas, no qual os holandeses haviam já construído uma Casa Forte, denominada Casa Forte Melhon, em honra a um conselheiro holandês; invadiram a ilha, mas, chegando à Casa Forte viram que a maré alta enchera os fossos que a defendiam. Em completo silêncio, pois, estavam em campo aberto, no meio dos inimigos, ansiosos esperaram o desaparecimento da lua e a maré vazante; assim que a maré baixou, o assalto foi dado, com tal fúria que o portão é pôsto abaixo a machadadas ràpidamente, de nada valendo a defesa dos 50 defensores que lá estavam, que se renderam logo depois, tendo perdido 5 mortos; os insurretos perderam o capitão João Barbosa Pinto e dois soldados.

Van Schkoppe quando viu cair essa esplêndida posição, onde os insurretos logo se fortificaram, lançou-se com 900 homens para reconquistá-la; os insurretos não esperaram o assalto, indo ao seu encontro em campo razo, entre a Casa Forte e o Forte das Cinco Pontas, onde se

travou feroz combate. Não demorou muito, e os holandeses, batidos, acossados, refugiam-se no forte, então comandado por Waulter Van Loo, desesperados e abatidos.

Enquanto Van Schkoppe, comovido, faz ver ao Conselho de Recife a situação extrema a que chegara a defesa da praça, preparavam-se os insurretos para atacar o Forte das Cinco Pontas na noite de 23 de janeiro; mas, à tarde dêsse dia, às 15 horas, apresenta-se o capitão Van Loo com uma Carta do Conselho de Recife para Francisco Barreto, que foi entregue a Vidal de Negreiros, solicitando enviar três delegados a Recife, que com outros três delegados holandeses, concertassem os têrmos da rendição.

As palavras de Van Schkoppe ao Conselho de Recife tinham produzido efeito. Francisco Barreto logo respondeu concordando, mas, frisando que o bloqueio não seria suspenso enquanto não fôsse feita a capitulação; marcou a reunião dos delegados na Campina do Taborda (nome de um pescador que ali morava), para o dia seguinte, 24 de janeiro de 1654.

Foram nomeados comissários para as negociações da rendição, do lado dos insurretos; Manuel Gonçalves Corrêa, secretário do "Exército Independente", Francisco Álvares Moreira, auditor geral e o capitão Afonso de Albuquerque; e, dos holandeses: o coronel Van der Wall, o conselheiro Gilbert de With, Huybrecht Brest, presidente da Câmara de Escabinos (Vereadores) de Recife, e o capitão Waulter Van Loo, comandante do forte das Cinco Pontas. Como chefe militar dos insurretos nessa Comissão, foi nomeado o mestre de campo André Vidal de Negreiros.

Os holandeses, fôsse por esperar ainda socorros da Holanda ou das capitanias do norte que haviam mandado pedir, ou por ter esperanças que Portugal se curvasse aos desejos da Holanda, procuraram protelar o mais possível as negociações com uma série de tricas, mas, os delegados dos insurretos, orientados por Vidal de Negreiros,

cortaram cerce essas pretensões, ficando as negociações terminadas a 26 de janeiro de 1654, com o seguinte:

TRATADO DE RENDIÇÃO DA CAMPINA DO TABORDA

Assento e condições com que os senhores do Conselho Supremo, residentes no Recife, entregam ao senhor Mestre de Campo General Francisco Barreto, Governador de Pernambuco, a cidade Maurícia, Recife e mais fôrças e fortes ao redor e mais praças que tinham ocupadas na banda do norte, a saber: a ilha de Fernão de Noronha, Ceará, Rio Grande, Paraíba e ilha de Itamaracá; acordado tudo pelos comissários de uma e outra parte abaixo assinados.

1 — O senhor Mestre de Campo General Francisco Barreto dá por esquecida tôda a guerra que se tem cometido por parte dos vassalos dos senhores Estados Gerais das Províncias Unidas e da Companhia Ocidental contra a Nação Portuguêsa, ou seja por mar ou por terra, guerra que será esquecida e tida como se nunca se houvesse dado;

2 — Compreendem-se no acôrdo tôdas as nações de qualquer qualidade ou Religião que sejam, que a tôdas perdoa, pôsto que hajam sido rebeldes à coroa de Portugal; e o mesmo concede a todos os judeus que estão no Recife e cidade Maurícia;

3 — Concede-se a todos os sobreditos vassalos que estão debaixo da obediência dos senhores dos Estados Gerais, e a tôdas as pessoas súditas aos ditos senhores, tudo o que fôr de bens móveis, que atualmente, estiverem possuindo;

4 — Concede-se aos vassalos dos ditos Estados Gerais, das embarcações que estão no pôrto do Recife as que estiverem capazes de passar a linha, com a artilharia necessária à sua defesa; contanto que não

seja de bronze, exceto a que permite ao senhor general Sigismundo;

5 — Concede-se aos ditos vassalos que forem casados com mulheres portuguêsas, ou nascidas nesta terra, que sejam tratados como se fôssem casados com flamengas, e que possam levar consigo as mulheres portuguêsas por sua vontade;

6 — Concede-se a todos os referidos vassalos, que quizerem ficar nesta terra debaixo da obediência das Armas Portuguêsas, que serão governados e estimados como os próprios portuguêses, e no tocante à religião viverão nas condições em que vivem todos os estrangeiros em Portugal atualmente;

7 — Os fortes situados ao redor do Recife e Vila Maurícia, a saber: o forte das Cinco Pontas, a casa da Boa Vista, o mosteiro de S. Antônio, o Kate da Vila Maurícia, o das Três pontas, o do Brum com seu reduto; o castelo de S. Jorge, o castelo do Mar, e as mais casas fortes e baterias, entregam-se tôdas à ordem do Sr. Mestre de Campo General, assim que seja assinado êste acôrdo e concêrto, com a artilharia e munições que tem;

8 — Os vassalos dos ditos Estados Gerais moradores no Recife e na cidade Maurícia podem ficar nas respectivas praças por tempo de três meses, contanto que entreguem logo as armas e bandeiras, as quais se meterão em depósito à ordem do Sr. Mestre de Campo General, durante os três meses; e que, quando se quizerem embarcar, ainda que seja antes dos três meses, lhes serão restituídas para sua defesa; e logo que juntamente com as ditas fôrças estiverem entregues o Recife e a cidade Maurícia, poderão os ditos vassalos comprar aos portuguêses nas mencionadas praças todos os mantimentos que lhes forem necessários para seu sustento e provisões de viagem;

9 — As negociações, comutações, vendas e alienações que os ditos vassalos fizerem enquanto durarem os convencionados três meses serão feitas na conformidade e concede-se-lhes que durante os três meses assinados possam decidir os pleitos e questões que tiverem (os capitulados) uns com os outros diante de seus próprios ministros de justiça;

10 — O Sr. Mestre de Campo General assistirá com o seu exército onde melhor lhe parecer; mas, fará que os vassalos dos Srs. Estados Gerais não sejam molestados, nem vexados de nenhuma pessoa portuguêsa; antes serão tratados com muito respeito e cortezia;

11 — Concede-se aos ditos vassalos dos srs. Estados Gerais que levem todos os papéis que tiverem, de qualquer sorte que sejam, e levem também todos os bens móveis, nos têrmos do art. 3;

12 — Poderão os referidos vassalos deixar os ditos bens móveis acima outorgados, que tiverem por vender ao tempo de seu embarque, aos procuradores que nomearem, de qualquer nação que seja, contanto que fique debaixo da obediência das armas portuguêsas;

13 — Concede-se-lhes todos os mantimentos, assim secos, como molhados, que tiverem nos armazens do Recife e nas fortalezas, para se servirem dêles e fazerem suas viagens, largando aos soldados os de que êle necessitarem para seu sustento e viagem; mas não se lhes outorga o maçame para os navios, porque se promete dar-lhes aprestados quando tiverem de partir para a Holanda;

14 — Sôbre as pretensões e dívidas que os ditos vassalos pretendem dos da Nação Portuguêsa, concede-se-lhes o direito de os obrigarem para diante do Senhor Rei de Portugal, ouvidas as partes; em cujos tribunais se poderão decidir;

15 — Concede-se-lhes que as embarcações pertencentes a holandeses e que chegarem a êste pôrto, ou fora dêle, dentro dos primeiros quatro meses sem terem notícia dêste acôrdo e concêrto no lugar de onde tenham partido, concede-se-lhes que possam livremente voltar para a Holanda sem se lhes fazer moléstia alguma;

16 — Concede-se-lhes que possam mandar chamar seus navios, que trazem nesta costa, para que nêste pôrto do Recife se possam também embarcar nêles e levar os bens móveis acima outorgados;

17 — E no que toca ao que os ditos vassalos pedem, sôbre não prejudicar êste assento e concêrto às conveniências que puderem estar feitas entre o Senhor Rei de Portugal e os senhores Estados Gerais antes de lhes chegar a notícia dêste dito acôrdo e assento: não concede o Sr. Mestre de Campo General, porque se não intromete nos tais acôrdos que os ditos senhores (o Rei e os Estados) tiverem feitos; porquanto de presente tem exército e poder para conseguir por armas".

Em um auto a parte, de 14 artigos, foram estabelecidas as "Condições sôbre a milícia e coisas tocantes a ela", no qual se regulava a parte pròpriamente militar da rendição. Consta delas o seguinte:

1 — Promete o Senhor Mestre de Campo General, esquecimento de tôdas as ofensas que os Portuguêses e Pernambucanos hajão recebido das armas holandesas em qualquer parte, ou por qualquer modo que fôsse;

2 — Concede o mesmo Senhor a todos os soldados assistentes no Arrecife, cidade Maurícia e fortalezas adjacentes, que possam sair dellas com todas as honras militares, que se costumão conceder aos rendidos, como são, mecha acêsa, bala em bôca,

bandeiras tendidas, etc. com a limitação, que ao passar pelo exército portuguez, apagarão logo as mechas, e tirarão as pedras às espingardas e clavinas, e entregues as armas, se recolherão em almazen particular, qual o senhor mestre de campo ordenar, tomando por conta de seu cuidado o mandar-lh'as entregar, quando se embarcaram; e só ficarão com suas armas todos os officiais da milícia de sargento para cima. E quando embarcados uns e outros seguirão sua direita viagem aos portos de Nantes, Arrochela, ou a qualquer dos Estados de Holanda, sem tomarem pôrto algum do reino de Portugal: para firmeza de que deixarão, elles vassalos dos Senhores Estados Geraes, em refens, três pessôas, a saber, um official maior da milicia, um dos Governadores do Supremo, e um dos maiores homens do negócio.

3 — Que toda a gente de guerra, cabos, officiais e soldados se embarcarão juntamente com o senhor general Sigismundo, e farão viagem em sua companhia, com tal condição que primeiro deixarão, entregues ás ordens do senhor mestre de campo general as praças do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Ceará e ilha de Fernão de Noronha, com tôda a artilharia, munições e petrechos de guerra, que tinhão em si, ao tempo que chegara áquella costa a armada de Portugal, que está no pôrto, e no cêrco; e que para fiança de tudo acima dito entregarão os refens, acima apontados.

4 — Concede o senhor mestre de campo general ao senhor general Sigismundo Vanescop; que depois de entregues todas as praças e forças acima ditas, com toda a artilharia, que tinhão ao tempo referido, vinte peças d'ella e de bronze, de quatro até dezoito libras de balas, além das peças de ferro, que forem necessárias para a defensa dos navios que levar em sua companhia, as quaes se lhe darão com

as carretas e munições necessárias. As demais com tôdas as armas e munições que nellas se acharem, se entregarão ás ordens do senhor mestre de campo general, como fica dito.

5 — Que o dito senhor lhes concede as embarcações necessárias, na conformidade referida.

6 — Concede também o senhor mestre de campo general, para tôda a gente da milicia, os mantimentos necessários, na forma que estão concedidos a todos os vassallos dos senhores Estados Geraes em o artigo 12; e declara que não sendo bastantes, promette dar-lhes os sufficientes.

7 — Concede mais o senhor general Sigismundo Vanescop, que possa ter, alienar, embarcar, ou vender quaesquer bens móveis ou de raiz que seus forem; e assim mais todos os escravos, que possue com justo título. E que do mesmo favor gozarão todos os officiais vivos da milícia; e que elles, e o senhor Sigismundo possão morar nas casas em que vivem, até á hora da sua partida.

8 — Item concede a todos os soldados enfermos e feridos se possão curar no hospital, em que de presente estão, até que tenhão saúde para se poderem embarcar.

9 — Que em quanto os soldados do senhor general Sigismundo estiverem em terra não serão molestados, nem offendidos por pessôa, nem por via alguma, de gente portugueza, nem da terra; e em caso que algum o seja dará parte ao senhor mestre de campo general, para mandar castigar os aggressores.

10 — No tocante a se embarcarem juntos com os soldados que de presente estão no Arrecife, cidade Maurícia, e mais praças e forças rendidas, aos que se renderão antes destas capitulações não concede o senhor mestre de campo, porque tem já dado com-

primento ao que com elles capitulou sôbre a sua entrega.

11 — Que o senhor mestre de campo general concede perdão a todos os índios rebelados, assistentes no Arrecife e praças adjacentes, especialmente a Antônio Mendes; e da mesma sorte aos mulatos, negros e mamelucos; mas não lhes concede a honra militar de sairem com armas.

12 — Que tanto que forem assignadas estas capitulações, se entregarão ás ordens do senhor mestre de campo general as praças do Arrecife, cidade Maurícia, e mais fortalezas e redutos desta Capitania com tôda a sua artilharia, munições e petrechos, e o dito senhor se obriga a dar guarda ao senhor general Sigismundo para segurança de sua pessôa, e dos mais cabos e ministros do govêrno, em qualquer alojamento que escolherem, todo o tempo concedido nestas capitulações.

13 — E sobre todos estes capitulos e condições acima referidas se obrigarão os Senhores do Conselho Supremo, residentes no Arrecife, a entregar também ás ordens do senhor mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes as praças da ilha de Itamaracá, da ilha de Fernão de Noronha, Ceará, Rio Grande e Paraíba com suas fortalezas e artilharia na forma dita; mas que o dito senhor mestre de campo general será obrigado a mandar ao Ceará uma náo sufficiente para nella se embarcarem os soldados e moradores, vassallos dos ditos senhores Estados Geraes, com os bens permitidos no segundo artigo destas capitulações. Mas declara o dito senhor mestre de campo general, que não será obrigado a dar mantimentos para a viagem das ditas pessôas, que se embarcarem do Ceará para Pernambuco.

14 — Concede o dito senhor aos vassallos dos senhores Estados Geraes todos os navios e embarcações que

tiverem pelos portos do Rio Grande, Paraíba e ilha de Itamaracá para sua viagem e condução de seus bens, sendo capazes de passar a linha, mas declara que não levarão artilharia de bronze, e de ferro só a que precisamente for necessária para a sua defensa.

Feita esta concordata na campanha do Taborda, segunda-feira, pelas onze da noite, 26 de janeiro de 1654 annos.

1. Francisco Barreto de Menezes, mestre de campo general.
2. André Vidal de Negreiros, mestre de campo.
3. Affonso de Albuquerque, capitão.
4. Manoel Corrêa, capitão secretário.
5. Francisco Álvares Moreira, ouvidor e auditor geral.

1. Sigismundo Van Schkoppe, general.
2. Gilbert de With, conselheiro.
3. Van der Walt, tenente general.
4. Waulter van Loo, capitão e commendador".

O cavalheirismo dos vencedores e a dignidade dos vencidos, estabelecera um acôrdo honroso e generoso; sobretudo, destaca-se o art. 17 em que se firma o princípio de resolução de fatos independente do que fôsse resolvido em Portugal. O espírito que ditou êste artigo, dizia bem alto dos sentimentos nacionalistas que o ditaram.

O Tratado da rendição foi assinado no mesmo dia 26 de janeiro de 1654; no dia seguinte pela manhã, à hora convencionada, a tropa de João Fernandes Vieira, a qual nesse dia tocava a vanguarda, marchou com 1.500 homens do seu Têrço e ocupou o Forte das Cinco Pontas, de onde assistiu ao desfilar das tropas holandesas que deixavam o forte "em ordem e forma militar levando desfraldadas as bandeiras, as mechas acêsas e as balas na bôca",

para ir depositar as armas e bandeiras no depósito indicado pelo Mestre de Campo General.

Não é possível descrever, mas, bem pode imaginar-se a emoção profunda, a vibração patriótica imensa, estonteante, gargantas asfixiadas por um sentimento indescritível de orgulho, alegria e patriotismo, o pagamento dessa imensidade de anos de lutas, sofrimentos, fome, sêde, sacrifícios e combates incessantes, dêsses lutadores formidáveis que eram os filhos da terra invadida pelos holandeses, e que ali estavam vendo materializar-se enfim, a libertação da pátria!

Fernandes Vieira e seus bravos, ocupado o Forte das Cinco Pontas por 2 companhias do seu Têrço e 1 companhia do Têrço de Henrique Dias, marcha para ocupar Recife; os holandeses recebem-no com as fôrças formadas em continência, postando-se êle na praça principal para assistir ao desfile e deposição das armas e bandeiras. À proporção que as tropas holandesas iam depondo as armas, os vencedores iam ocupando os postos e guarnecendo-os. Findo o desfile, as autoridades holandesas entregaram-lhe as 73 chaves de tôdas as fortalezas de Recife e cidade Maurícia, portas de entrada dos armazens de víveres e de todos os depósitos de armas e munições.

Ao mesmo tempo, André Vidal de Negreiros ocupava o forte de S. Antônio, a cidade Maurícia e "os castellos de mar e terra, onde metteo guarnição", e Francisco de Figueroa tomava posse das fortalezas do Brum e "d'outras de menos porte, que por aquella costa tinha o Flamengo".

A ocupação das cidades e dos fortes foi feita em perfeita ordem.

Um dos primeiros atos de Fernandes Vieira foi entregar o convento de S. Francisco ao respectivo provincial Frei Daniel, que "com seus religiosos, outros de S. Bento e da Companhia de Jesus, e mui particularmente os capuchos franceses barbados", haviam sempre trabalhado muito, não só nos mistéres de sua religião, senão que, na feitura de material e munições necessários às ope-

rações. Feita a ocupação completa da praça, Fernandes Vieira baixou ordens severas sôbre a manutenção da ordem e da propriedade, e ordem perfeita foi mantida.

No dia 28 de janeiro, à tarde, o mestre de campo General Francisco Barreto fêz sua entrada solene e triunfal em Recife, acompanhado dos oficiais mais graduados, dos veteranos da campanha, escoltado por um esquadrão de cavalaria, sendo recebido na porta da cidade pelo General Van Schkoppe, pelos membros do Conselho de Recife, oficialidade holandesa, tropa formada e pelo povo.

Saudando a todos com urbanidade, Francisco Barreto apeou do cavalo ao troar das salvas de artilharia de tôdas as bôcas de fogo de terra e mar e das surriadas dos mosquetes; acompanhado das autoridades presentes, num gesto de cortezia, foi visitar em suas residências o General Van Schkoppe e o presidente do Conselho de Recife, Schonenborch e outros dignatários holandeses, depois do que, dirigiu-se à casa onde funcionava o Conselho de Recife, preparada para hospedá-lo.

Durante todo êsse percurso as fortalezas e as tropas salvaram sem cessar, o ribombar dos canhões sendo alegrado com o bimbalhar festivo dos sinos das igrejas que ainda os possuiam. Ali chegando, João Fernandes Vieira entrega a Francisco Barreto as chaves que recebera, e, simbòlicamente, êste ato significava, que João Fernandes Vieira entregava a Francisco Barreto a posse da Capitania e a Portugal a posse do Brasil.

A noite foi de festas, retretas e alegria, exultando os brasileiros e portuguêses com a vitória final.

As fôrças que capitularam em Recife somavam 2.000 homens, inclusive 140 índios e negros, 300 canhões, 5.000 mosquetes, 38.000 balas e 2.000 arrobas de pólvora; instrumentos, petrechos de guerra, enxarcias, velame, mastros, vergas, lemes, etc., os víveres armazenados chegavam largamente para um ano de sítio.

A 30 de janeiro foram os vencidos levados para Olinda, de onde, pouco depois, seguiam para a Holanda. A

companhia de pretos que os holandeses haviam formado, foi entregue a Henrique Dias, para ser incorporada ao seu Têrço, e os índios, foram entregues a Diogo Camarão, para, também, aproveitá-los no Têrço Indígena.

A esquadra, estando Francisco Barreto de posse de Pernambuco, entre os muitos e sinceros agradecimentos de todos, apresentou suas despedidas, velejando para a Bahia, onde foi dar as primícias da grata nova da expulsão dos holandeses, provocando enorme sensação e exaltada alegria dos moradores da Bahia.

Faltava ainda ocupar as capitanias do norte. Francisco Barreto exigiu que o Conselho de Recife, a 31 de janeiro, enviasse uma Circular aos comandantes dessas capitanias e seus fortes, dando ordem de rendição, e, a 1 de fevereiro de 1656 seguia o mestre de Campo Francisco Figueroa com 850 homens, para ocupar os fortes da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O Coronel Claes, receioso de cair nas mãos dos vencedores, disfarçado em pescador fugiu por mar para a Paraíba, onde espalhou notícias tão aterradoras entre os holandeses, que o coronel Hauthain e suas fôrças, embarcaram precipitadamente, deixando bens e escravos; os escravos negros e os índios, cêrca de 4.000 ao todo, afundaram pelo sertão; felizmente, Claes havia entregue o forte aos 50 prisioneiros insurretos que ali estavam, que o guarneceram até à chegada de Figueroa.

Cabedelo, foi tomado por Ambrósio Luzi de la Peña; Itamaracá, sob o comando do coronel Lobbrecht, rendeu-se com 330 praças ao capitão Manoel de Azevedo; o Rio Grande do Norte foi abandonado pelos holandeses; no Ceará, o major Garstman, rendeu-se ao capitão Álvaro de Azevedo Barreto, que para lá fôra mandado com 200 homens, por mar. As praças do sul foram entregues ao tenente gerenal Felipe Bandeira de Melo, pernambucano, que viera como assistente de Francisco Barreto, e que era comandante, então, do Pontal de Nazaré.

Francisco Barreto apressou-se logo em enviar um embaixador a Portugal para dar ao rei a grata nova da rendição dos holandeses; designou para essa missão André Vidal de Negreiros, que a 2 de fevereiro embarcava rumo a Lisboa, onde chegou a 19 de março, encontrando a cidade em festas pelo aniversário natalício do rei.

Sabedor das notícias trazidas por André Vidal de Negreiros, D. João IV mandou rezar no dia seguinte "Te Deum" solene, de ação de graças, em tôdas as igrejas de Lisboa; reuniu depois o Conselho de Estado, para tomar conhecimento das cartas vindas do Brasil, determinando D. João IV, pela "Provisão" de 29 de abril de 1654:

1 — Repartir pelas pessoas que trabalharam naquela guerra tôdas as terras que pertenciam à sua fazenda nas quatro capitanias referidas, que pela marinha tem distância de 120 léguas, e pelo sertão confinam em larguíssima distância com as Índias de Castela;

2 — Repartir pelas mesmas pessoas 500 escudos de vantagem sôbre qualquer sôldo;

3 — Aos oficiais do exército restaurador de Pernambuco se confiassem os melhores cargos da Capitania, e aos soldados que não pudessem a êles aspirar se dessem terras de sesmaria;

4 — Dar ao Mestre de Campo General Francisco Barreto, e aos mestres de Campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, os privilégios de cidadãos da cidade do Pôrto, que em comum, são os maiores que há no Reino, sem prejuízo da satisfação particular que cada um requer por seus serviços.

O mestre de Campo General Francisco Barreto ficou incumbido pelo rei da distribuição das concessões feitas nos dois primeiros itens da referida Provisão.

Pelos inestimáveis serviços prestados pelos chefes dos insurretos, o rei concedeu-lhes mais:

— a Francisco Barreto, confirmou-o no govêrno da capitania de Pernambuco, para um pouco mais tarde, nomeá-lo Governador Geral do Brasil (12 de agôsto de 1656);
— a João Fernandes Vieira, deu a 15 de junho de 1654 a alcaidaria mor de Pinhel, a Ordem de Cristo e as comendas de Torrado e Santa Efigênia da Ala; e, enquanto não vagasse o pôsto de Governador da Paraíba, foi êle nomeado capitão general de Angola;
— a André Vidal de Negreiros, agraciou com o fôro de Grande fidalgo da Casa Real, o fêz membro do Conselho de Guerra de Sua Majestade, deu-lhe a Cruz de Cristo, as alcaidarias móres de Marialva e Moreira, a comenda de S. Pedro do Sul e nomeou-o capitão general e governador do Estado do Maranhão; mais tarde, foi sucessor de João Fernandes Vieira nos cargos de Capitão General e Governador de Pernambuco e de Angola;
— a Henrique Dias que já possuia, por mercê de Felipe III o fôro de cavaleiro fidalgo da Ordem de Cristo e a Cruz de Cristo, D. João IV, na vaga aberta pela morte de D. Felipe Camarão, lhe fêz mercê da comenda dos Moinhos de Soure da Ordem de Cristo, "a cujo título se lhe lançaria o Hábito da mesma Ordem e que na repartição que se fizesse de algumas fazendas em Pernambuco, se lhe daria a parte que fôsse justo". Êle recebeu a propriedade das casas e estâncias onde lutara no cêrco de Recife, a 2 escudos mensais de aumento nos vencimentos que tinha; recebeu, também, 2.000 cruzados para repartir com os seus soldados.

A seu pedido, estas mercês foram mais tarde modificadas e ampliadas, a favor de suas filhas e genros, ficando Henrique Dias além disso com a renda

de 200$000 rs. em sua vida, pagos na Capitania de Pernambuco (da comenda dos Moinhos de Soure);

— a Antônio Dias Cardoso, promoveu a mestre de campo, deu uma pensão de 60.000 escudos com a promessa de uma comenda, nomeando-o depois Governador da Paraíba e comandante das guarnições do Rio Real e Palmares.

Terminada a luta, Henrique Dias vai a Portugal em meiados de 1657, pleitear pessoalmente, junto à Rainha Regente, a liberdade de todos os seus soldados, e a conservação do Têrço que comandara e que tão bravamente lutara naqueles longos anos de guerra.

A Rainha Regente atendeu aos seus pedidos, e no processo feito, despachou:

"Enquanto viver Henrique Dias se conserve êste Têrço e se dê liberdade pelo modo que parece à Consulta. Morto Henrique Dias, se me proporá o que se há de fazer dêste Têrço". E nomeou Henrique Dias mestre de Campo honorário, dando-lhe "o soldo com que antes da recuperação de Pernambuco governava o mesmo Têrço, e que goze de tôdas as honras, privilégios, isenções, franquezas e liberdades que por razão lhe tocarem".

Pleiteou ainda, Henrique Dias, que lhe fôsse paga uma ajuda de custo para sua viagem de regresso ao Brasil, tendo lhe sido mandado dar 40$000 rs.

O Têrço de Henrique Dias, perdurou até à Independência, sendo sua organização copiada em Angola; em sua homenagem foi chamado o Têrço dos Henriques. O Brasil, em homenagem a êsse herói, devia restabelecer o Regimento dos Henriques, mantendo aquela secular e bela tradição, deixando de lado preconceitos sem importância alguma.

Henrique Dias morreu a 31 de agôsto de 1661 em Pernambuco.

* * *

Estava encerrado o domínio holandês no Brasil, com a chave de ouro da rendição da Campina do Taborda. Anos e anos de duras lutas, de sofrimentos sem conta, de combates sanguinolentos, defesas homéricas e padecimentos indescritíveis, custara a libertação, mas, ópimos haviam sido os seus frutos.

Caldeara-se no fogo e na dôr a bravura dos brasileiros; metera-se-lhes na alma o sentimento inarraigável do amor à terra em que nasceram; modificara-se profundamente seu moral, elevando-o, dignificando-o, dando-lhe plena consciência do seu próprio valor.

Como soldado, era o inimigo europeu quem confessava depois de muitas derrotas, equiparara-se aos melhores soldados do mundo; como cidadão, era o autor do Tratado de rendição da Campina do Taborda, monumento máximo, até então, do mais elevado senso político e social, dos mais nobres sentimentos da alma humana; como brasileiro, impunha ao mundo europeu o respeito e a admiração de sua marcante personalidade, de feição inconfundível.

Foi por isso que Pedro Calmon afirmou com sobejas razões:

> "No ir e vir das marchas, ao calor das refregas, na paixão dos levantes, na dôr dos êxodos, na continuidade dos sacrifícios e na exaltação das vitórias, se compuzera — em linhas inconfundíveis — um espírito nativista capaz de independência, de reivindicações inesperadas, de afirmações definitivas. Pondo-se fora o holandês, metera-se no Brasil o brasileiro"!

XVII

REPERCUSSÕES DA LIBERTAÇÃO

Efeitos no Brasil da invasão holandesa — O Manifesto das Razões Poderosas — Preparo da vinda da família real para Pernambuco — Bloqueio, ultimatum e guerra da Holanda a Portugal — A paz e suas conseqüências para o Brasil.

Em todo o Brasil, desde que os holandeses começaram a atacar as capitanias nordestinas com o fito de aí se implantarem, sentiram todos os moradores a extrema importância dessa agressão; à medida que os anos passavam e a luta se tornava mais incruenta, não só envidaram êles os maiores esforços para enviar combatentes, armas, munições e víveres, dentro de suas reduzidas possibilidades, como souberam bem apreciar a gravidade da situação, pela ameaça pendente de uma ablação de grande parte do Brasil, e pelo perigo de criar-se uma lacuna na totalidade da integridade latina do Brasil.

Compreende-se o interêsse extremo que os dominava, a ansiedade dolorosa a cada acontecimento sobrevindo, as esperanças em socorros vindos da Europa e suas tremendas desilusões com a política dúbia, exquisita, de Portugal, pela repercusão forte que em todo o Brasil se sentia, do esfôrço tremendo que faziam as capitanias nordestinas.

Devido à guerra contra os holandeses, tôdas as atividades maiores, todos os esforços expansionistas, tôdas as iniciativas proveitosas, haviam sido empecidas ou mesmo abandonadas; as expansões de descobertas dos sertões, de novas minas de ouro e prata, a exploração rural da terra, a pesca das baleias, as salinas, o povoamento, a construção naval, a cabotagem, a navegação ultramarina, se não cessaram de todo, haviam, porém, chegado a um ponto que prenunciava o aniquilamento da obra portuguêsa no Brasil.

Êsse torvo aspecto das conseqüências da invasão holandesa era agravado ainda mais pela modificação conseqüente do "fácies" político continental, com a alteração forçada que acarretaria das diretivas históricas que o norteavam até então, tudo indicando a possível supressão de todo o domínio português no continente, com a tendência a uma subdivisão intérmina do território, como mais tarde sucedeu à América espanhola.

A vitória final contra os holandeses, pelas armas, dos filhos da terra, pode-se dizer, sòzinhos, deu-lhes a consciência do seu próprio valor, a razão primordial de seu apêgo, de seu amor à terra, ao mesmo tempo que garantia a unidade política do país, a manutenção da civilização latina íntegra, a unidade da língua e da religião, em tôda a sua plenitude.

Os filhos da terra, com essa vitória espetacular, devida quase tôda aos seus próprios esforços, à sua bravura, pertinácia, sofrimento e lutas, haviam deixado de ser meros colonos, por terem conquistado com lauréis, os direitos de cidadania da sua Pátria, a Pátria brasileira. Filhos de tôdas as capitanias tendo tomado parte na luta, ao voltarem a seus penates eram recebidos com grandes honras, exaltando todos os grandes feitos de cada um; os nomes gloriosos dos heróis e suas vidas, eram os temas prediletos das conversações em todo o Brasil. Enquanto se exaltavam êsses feitos, êsses heróis, e se valorizava justamente a ação dos brasileiros, surgiram queixas amar-

gas, dolorosas, contra Portugal, Espanha e seus prepostos, queixas que eram a prova patente das fundas feridas dos corações, que ninguém esquecia, pelos sofrimentos que haviam provocado.

Tão fundas eram as feridas feitas, que nem mesmo os galardões com que o rei de Portugal agraciara, na vitória, os heróis da luta, provocaram maiores agradecimentos ou emoções.

Como bem aprecia Rocha Pombo, "mais alto que aquelas graças tardias falam os agravos".

Para os filhos da terra, a verdadeira graça fôra a vitória por êles conquistada, o sentimento nobre, superior, que vai nortear o futuro da pátria.

A atitude de Portugal para com o Brasil, sempre a mesma de antes da guerra, concorria não pouco para essa atitude mental dos filhos da terra, pois a Companhia Geral de Comércio praticava abusos inomináveis; depois, crescia no Brasil funda repulsa e inquietação à atitude de Portugal, que persistia nas suas negociações com a Holanda em busca de paz, mediante a restituição dos despojos da guerra e largas indenizações.

Os que haviam lutado, e que a arma branca haviam conquistado os canhões e as armas holandesas, suas bandeiras, pendões, tambores e caixas, sentiam-se fundamente ofendidos com a possível entrega dêsses troféus, que sangue e pedaços de si mesmo lhes havia custado, provocando francos e desabridos gestos de repulsa. Depois, sabiam os brasileiros, que na hora das indenizações, viriam impostos e taxas tais, que seriam êles, os vitoriosos, que iriam pagá-las. Chegou-se a representar enèrgicamente ao rei contra tais coisas, alegando "que deviam ser primeiro ouvidos os miseráveis moradores que eram as partes mais interessadas em suas ruínas".

Essa representação, que foi encabeçada pelo sugestivo título **"Manifesto de Razões Poderosas**, que os miseráveis moradores da capitania de Pernambuco, vassalos de Vossa Majestade, alegam para que Vossa Majestade

com os olhos de piedade, os mande examinar por pessoas desinteressadas, que tenham zêlo do serviço de Deus e do bem comum; e ao dito Senhor tomam por defensor de sua causa. . ." apresenta-se como "um verdadeiro Manifesto da Nação, em que fala comovida e vibrante a alma da terra". Inùtilmente.

A pressão que D. João IV sofria na Europa, levava-o a olhar o Brasil, já tão valioso e forte, como um possível refúgio para a côrte de Portugal; depois de sua morte, "achou-se no seu gabinete secreto, um papel assinado de seu próprio punho, no qual êle manifestava o desejo de que, se Portugal não pudesse continuar a sustentar a porfiada luta com Castela, se retirasse sua viúva com seus filhos para o Brasil".

Tão possível e provável era chegar a família real a essa dura contingência, precedendo D. João VI de século e meio, que para Pernambuco foi enviado como governador Brito Freire, para preparar as coisas nessa eventualidade. Pernambuco foi preferido, porque dispunha de mais fortalezas e maiores possibilidades de defesa que a Bahia, "capazes de resistir a quaisquer fôrças que a Espanha pudesse mandar em perseguição dos reais fugitivos".

O despeito, o ódio dos holandeses e espanhóis pela reconquista de Pernambuco, era grande, imenso; não manifestou-se logo, porque a Holanda estava em luta com a Inglaterra e a vitória naval de Black, depois de 3 dias de luta (fev. 1653) obrigara a Holanda a assinar paz desvantajosa, e depois, porque a conquista de Ceilão deralhes proventos pingues.

Essa aparência de aceitação dos fatos consumados, mantêm-se até à morte de D. João IV, a 6 de novembro de 1656, quando a Holanda manda pêzames à rainha viúva, que assumira o govêrno, por ser menor o príncipe D. Afonso.

Logo depois, a Holanda, instigada pelo embaixador espanhol, Antônio Brum, resolve pressionar violentamen-

te Portugal, para tanto enviando forte esquadra, sob o comando do almirante Opdam, a Lisboa, e mandando o almirante Ruyter bloquear os mais importantes portos do reino e ativar o corso contra os portuguêses. Opdam, rerecebido com cerimônias pela rainha viúva, apresenta pêzames pela morte do rei, e um "ultimatum" com as seguintes exigências:

— Restituição de tôda a província que os holandeses tinham conquistado no Brasil, do rio S. Francisco ao Ceará, Angola e a ilha de S. Tomé;
— Restituição de todo o material de guerra que os colonos haviam tomado, e de tôdas as propriedades particulares que tinham pertencido aos holandeses naquela província;
— Indenização de 600.000 florins, paga em seis meses, à Companhia das Índias Ocidentais, e mais 1.000 caixas de açúcar anualmente durante treze anos;
— Entrega de 1.000 bois de jugo, 1.000 vacas de cria, 300 cavalos e 600 ovelhas anualmente e durante seis anos;
— As dívidas, na dita província, seriam pagas recìprocamente, e que os portuguêses que quizessem retirar-se dos domínios restituídos à Holanda poderiam vender as suas propriedades, mas, não removê-las".

Essas drásticas imposições do "ultimatum", alternavam com a declaração de guerra, em caso de sua não aceitação. Enquanto o "ultimatum" era entregue e se esperavo o prazo de duas semanas, que fôra dado para a resposta, nada menos de 20 navios da companhia de navegação para o Brasil haviam sido apresados, e estabelecido o bloqueio de Portugal por uma linha de navios que se estendia de Setúbal às Berlengas.

As negociações foram entaboladas, procurando os portuguêses contemporizar; já chegavam mesmo a ceder Angola e a ilha de S. Tomé, mas, do Brasil não admitiam, em hipótese alguma, a cessão; teimam os holandeses. O ministro Vieira da Silva declara-lhes por fim, que "de nenhum modo se faria cessão de territórios, durante a menoridade do rei, pois que, além de tudo quanto era ocioso dizer, a isso se opunham as leis portuguêsas. A restituição de Pernambuco era mesmo impossível, dada a índole dos pernambucanos, povo resoluto, altivo e de caráter firme, que de preferência a sofrer o domínio das Províncias Unidas, das quais tinha tantas queixas, se entregaria a qualquer outra potência". Depois, citou aquele artigo da capitulação dos holandeses em Recife, no qual se excluia a hipótese de ajustes que se fizessem na Europa.

Os holandeses estavam inabaláveis. A rainha viúva, de ânimo varonil, encabeça uma verdadeira insurreição em todo Portugal contra aquelas descabidas e humilhantes imposições da Holanda. Era a guerra. Logo, Portugal faz apreender em Lisboa e Setúbal os navios comerciais holandeses que ali estavam. A atitude portuguêsa impressiona os holandeses, que resolvem abandonar Lisboa, apresentando a formal declaração de guerra. O bloqueio, é logo abandonado pelos holandeses, que se recolhem a seus portos. Era essa uma vitória de Portugal e do Brasil.

Em princípios de julho de 1658, o almirante Ruyter com 22 naus e 3.300 homens de desembarque, volta, por pouco tempo, a atacar Portugal, sem sucesso. Em princípios de 1659, aproveitando estar a Holanda em dificuldades com a Suécia, Portugal manda a Haia como embaixador, para obter a paz, Fernando Teles de Faro, que furta 300.000 cruzados e foge para a Espanha, aí contando todos os segredos de Portugal que interessavam a êsse país.

Tão sórdida traição é contrabatida pela ação patriótica e decidida do secretário da embaixada Diogo Lopes

de Ulhoa, que conseguiu arrancar condições mais favoráveis dos representantes das Províncias Unidas, renunciando a quaisquer direitos sôbre Pernambuco.

O esfôrço de Ulhoa falhou, pela atitude de Carlos II da Inglaterra e a instigação da Espanha, que levam a Holanda a apresentar de novo suas exigências; Portugal, então, em meio de complicações com quase tôdas as casas reinantes da Europa, com as fronteiras invadidas pela Espanha, ameaçada por mar pelos holandeses, vê-se num transe angustioso; a tal ponto era o desprêso dos outros países por Portugal, que o ministro francês em Lisboa insinuou "ficarem dali em diante os Duques de Bragança por vice-reis perpétuos do Brasil com o título de reis".

Uma aliança dinástica imprevista, o casamento de Carlos II da Inglaterra com a infanta D. Catarina, irmã de Afonso VI, o herdeiro do trono de Portugal, salva a nação lusa, porque Carlos II logo intima o govêrno holandês a desistir das intenções, porque "se persistisse no seu ressentimento contra Portugal, faria êle, Carlos, sua a contenda"; a França, diante disso, apoia a ação contra a Holanda para desafogar Portugal, permitindo-lhe melhor resistir aos espanhóis.

O resultado é a assinatura, enfim, da paz entre Portugal e a Holanda, a 6 de agôsto de 1661, nas bases que Ulhoa havia conseguido em 1658, algumas cláusulas até mais favoráveis a Portugal, como as seguintes:

— Indenização de 4.000.000 de cruzados à Companhia das Índias Ocidentais, pagáveis em 16 anos (250.000 por ano), em dinheiro, ou açúcar, sal ou tabaco;
— Restituição às Províncias Unidas de tôda a artilharia que no Brasil houvesse ficado com as armas ou insígnias do Estado ou da Companhia;
— Liberdade de comércio para os holandeses no Brasil, dando-se-lhes em tôdas as possessões as mesmas franquias concedidas aos inglêses em 1655;

— As reclamações de perdas e danos a que se julgassem com direito os súditos das duas partes contratantes, nos bens possuidos ou dívidas, êstes serão restituídos aos respectivos donos e possuidores, dando-se curso às ações e demandas que por parte dos devedores se intentassem.

O tratado devia começar a vigorar dentro de dois meses, na Europa, a contar do dia em que fôsse assinado, e nas outras partes do mundo, logo depois da publicação dêle. Esta frase final, era igual à que constava no Tratado de Tréguas de 1641, que os holandeses despudoramente sofismaram para tomar o Maranhão.

Tendo Portugal ratificado o Tratado a 24 de maio de 1662 e os holandeses a 4 de novembro, a Holanda aproveitou-se disso para ocupar possessões portuguêsas na Ásia, que não mais entregou.

Por outro lado, extendia o Tratado aos holandeses as regalias concedidas aos inglêses pelo Tratado assinado com Cromwell, de ter cônsules, juízes, culto livre de qualquer seita cristã, cemitérios, independência dos juízes de órfãos e ausentes nos legados, etc.

O que era doloroso, porém, para os brasileiros, para os que haviam lutado duramente para expulsar o invasor holandês, derramando sangue, passando fome e sêde, sofrendo martírios, era ainda ser obrigado por Portugal, a pagar a metade da indenização, 120 mil cruzados anuais, estabelecendo-se para isso tributos especiais durante 16 anos, que abrangiam também 20.000 cruzados para o dote da infanta.

"O sentimento popular no Brasil, exaltado pelo sucesso do seu vigor, pela obra do seu heroismo, não podia fàcilmente afazer-se aquilo tudo que se tem como iniquidade e aviltamento — de concorrer ainda com dinheiro para saciar a ganância dos holandeses, depois de se haver padecido 24 anos de opressões, trabalhos e sacrifícios sem conta". Razão sobeja tinham os brasileiros de clamar,

pois haviam ganho a vitória de armas na mão, e agora vinha Portugal obrigá-los a pagar metade dessa vitória. Era, de fato, justa e indiscutível a reclamação do Brasil.

Todos os brasileiros julgavam que Portugal mais uma vez se aviltara cedendo, e que nem no dia da vitória Portugal mostrara o menor interêsse pelos bens e pela honra dos brasileiros. Era com raiva e ódio que os brasileiros pagavam essas taxas, que se prolongaram sem descanso, até mais de séculos depois.

CAPÍTULO XVIII

PANORAMA GERAL DA LUTA

Aspectos da luta, sob os pontos de vista político, religioso, econômico, militar e social — Dívida a pagar pela vitória conquistada.

Não é possível apreciar-se com justeza o domínio holandês no Brasil, nem fazer uma perfeita idéia do quadro geral dêsse acontecimento, se não observarmos, mesmo de forma perfunctória, os aspectos político, religioso, econômico, militar e social, da contenda máxima da éra colonial.

Por isso, vamos aqui esquiçar, em poucos traços, as linhas marcantes dêsses aspectos.

1 — ASPECTO POLÍTICO

Grandioso, sem dúvida alguma, é o aspecto político do Brasil, como resultado da luta com os holandeses, porque, de alta relevância para o país, para o seu futuro, foram as conseqüências dos fatôres políticos que então atuaram.

Mais que a vontade dos homens, mais que a pequenez da visão política dos pretensos estadistas da Espanha, da Holanda, de Portugal, da França e da Inglaterra, foi o Destino que guiou as linhas políticas de ação, que deram ao Brasil o fácies político particular dessa época, como

conseqüência direta de múltiplos fatôres de importância variável, e abriram-lhe o caminho do futuro.

De tal valor são as conseqüências do aspecto político dessa luta, que ainda hoje, em muitos setores, sentimos claramente a diretiva política então traçada, dentro do enquadramento que lhe foi dado. Não é preciso exemplificarmos, tão evidentes são êles.

Pouco mais de cinqüenta anos haviam decorrido, depois do descobrimento oficial do Brasil por Pedro Álvares Cabral, em 1500, para ter êle instalado em suas terras, a autoridade política direta da metrópole; quando os holandeses vieram conquistar a Bahia em 1625, os portuguêses e os filhos da terra lutavam ainda pela conquista do solo e pelo acrescentamento de novas terras, para a formação do Grande Brasil que já anteviam, dentro das premissas políticas estabelecidas pelo domínio espanhol.

Já, então, éramos senhores de uma costa marítima imensa, de centenas e centenas de léguas, que se alongava do Rio Mar à Lagoa dos Patos, e nossos sertanistas, nossos bandeirantes, já haviam devassado a imensidade dos sertões, já haviam descoberto minas de ouro, já tinham mesmo escalado as penédias abruptas dos Andes, quase lançando no Oceano Pacífico o exdrúxulo meridiano de Tordesilhas. Já tínhamos criado o grande "melting pot" da miscegenação em larga escala, e fomentando a monocultura do açúcar, fonte de riqueza para os brancos e razão de ser das misérias da escravidão negra; já recebíamos a emigração expontânea de portuguêses e espanhóis, e já tínhamos apresentado aspectos políticos de profundo desprendimento da Europa, não dando a menor importância ao domínio espanhol, nem demonstrando interêsse pela restauração de Portugal, mau grado os benefícios para o Brasil que dêsses atos políticos decorreram, a ponto de em S. Paulo se ter tentado aclamar um rei paulista!

E' que, por mais de um século habituara-se o homem do Brasil a só contar consigo mesmo, em todos os transes, nunca vendo cumpridas as promessas européias; se, uma

vez ou outra havia um benefício, sabia êle que logo após viriam novas taxas, extorsivos impostos, requisições fiscais, que o despojavam do necessário, mesmo do imprescindível, àquela dura vida.

Habituou-se o homem do Brasil, a olhar o mar, que era o meio de ligação com a metrópole, como o caminho por onde vinham seus males; daí olhar a terra com carinho, com amor, porque dela só recebia benesses. Depois, do mar vinham os corsários impiedosos, que não se contentavam em arrancar-lhes os bens, senão que, destruíam tudo, incendiavam e matavam, apavorando-o quando via uma vela no horizonte.

Por isso, a defesa da terra tornou-se a necessidade primeira, gerando, impondo, exigindo a cooperação de todos. O govêrno político da colônia sediado a centenas e centenas de léguas, em regra só atingindo por mar em longas e perigosas navegações, criava por si mesmo uma tendência à cissiparidade política, decorrente da imposição geopolítica que sem transportes e ligações fáceis e abundantes não pode haver unidade política.

Cada região adquiria em conseqüência um fácies especial, agravado mais pela imposição geográfica ao caráter do homem, que criava no norte a monocultura do açúcar, e no sul, o bandeirismo pervagador do continente, diferenciando nìtidamente o aspecto político das diversas capitanias.

A criação das capitanias, fôra um êrro político de graves conseqüências; Portugal, quando foi necessário defender a jovem colônia contra a desenfreada cobiça da piratarìa européia, apenas olhou o interêsse dos áulicos, dos favoritos reais, e não o real interêsse político do Brasil, decorrendo daí atuarem livremente os fatôres geográficos poderosos que influiram no Brasil, provocando um desenvolvimento dispar das capitanias, uma evolução desigual dêsses núcleos iniciais de povoamento.

A diretriz política básica, de formação inicial, que devia ser a da criação de uma unidade política completa,

fundada na unidade administrativa, foi desprezada. Razão sobeja tinha Oliveira Viana quando afirmou:

> "O govêrno português, criando o regimen das capitanias, criava "ipso facto" a inviabilidade do govêrno unitário, porque a dispersão dêstes nódulos de povoamento, a enormidade das distâncias que os separavam, os meios de comunicação mais que rudimentares, precários, escassíssimos, forçaram os dirigentes a abandonar o belo sonho da unidade política e administrativa da colônia".

A ação poderosamente desintegradora de nossa desmarcada base física de então, cada dia aumentava mais. À livre atuação dos fatôres geográficos, só se contrapunha, de quando em vez, em certas fronteiras e no litoral, a ação centrípeta das pressões externas das lutas com os estrangeiros.

Demonstrando a absoluta falta de compreensão do problema político, os dirigentes coloniais transformaram aquele "belo sonho da unidade política e administrativa da colônia" em um terrível sistema de exploração fiscal, absurdo, despudorado. Daí o absurdo ainda maior, da fragmentação do poder como meio de administração e defesa! À proporção que êsses centros iam-se tornando, por seus próprios recursos ou forçados pelos fatôres geográficos, autônomos, ia se subdividindo e enfraquecendo a fôrça do govêrno da metrópole, tanto mais quanto maiores as distâncias e as dificuldades das comunicações. O caso de São Paulo era típico.

Mas, se Portugal, por falta de visão política não se opunha aos fatôres geográficos de dissociação que fragmentavam cada vez mais o poder, inconscientemente dava-nos uma herança maravilhosa: a sua própria coesão. Portugal, duramente apertado entre a Espanha e o mar tenebroso, gerou fatôres poderosos de coerção, que uniram todos os portuguêses pelos laços de sua língua, de

sua religião, de seu ideal comum, que lhe permitiram, "com aquele punhado de gente ser senhor de meio mundo, conservar suas tradições e dar novos mundos ao mundo".

E' essa coesão portuguêsa que recebemos desde a primeira hora, que adatada ao Brasil, formou essa assombrosa coesão brasileira.

Essa coesão e os fatôres centrípetos da pressão alienígena em nossas fronteiras marítimas, é que foram a causa de não haver podido persistir a ação dos fatôres geográficos de divisão e enfraquecimento, a razão de ter se tornado o Brasil no palco sul-americano "um contraste e oposição" aos demais países hispano-americanos. Sobretudo, a invasão holandesa.

A invasão holandesa foi um choque terrível na frágil estrutura política do Brasil; até, então, os ataques corsários, ousados, perigosos, eram enfrentados pelos chefes políticos locais, em geral prepostos europeus, de forma mais ou menos eficiente. Agora, porém, que os corsários holandeses haviam se arregimentado como um Estado político — a Holanda — que visava apossar-se em caráter permanente da melhor porção da terra da colônia, sentiam-se os moradores da terra bastante atemorizados, crendo impossível opôr-lhes resistência capaz de frustar intentos tão pouco recomendáveis. A princípio, mesmo, na Bahia, pensou-se ser o ataque de puro caráter corsário, e os fatos provaram que os invasores ainda mantinham aquela mentalidade. Desde, porém, que é verificada a intenção da permanência na terra, o filho da terra, galhardo e decidido, enfrenta os invasores enèrgicamente, contrapondo-se inconscientemente à ação dos fatôres dissociativos; é por isso que a luta contra os holandeses assume um caráter tão importante para o Brasil, pois que de tôdas as capitanias acorreram homens para a obra comum de expulsar o invasor.

Quando sobrevieram os ataques decisivos dos holandeses contra a Bahia, querendo ali estabelecer uma base

naval, a Espanha, que tinha Portugal e suas colônias sob seu domínio, apesar de ser uma grande potência, talvez, mesmo, a maior do mundo de então, não teve ministros com a visão política necessária que dessem ao Brasil seu valor; só quando a situação tomava espectos de gravidade insuspeitada, que afetavam diretamente os interesses da Espanha, era que ela providenciava a vinda de uma esquadra e reforços para o Brasil, para afastar o perigo.

As esquadras espanholas traziam sempre rígidos Regimentos, aos quais seus pomposos comandantes se atinham à expressa letra ali contida, de tal forma que, deixando de aproveitar oportunidades esplêndidas causavam mal e intensa desilusão aos lutadores pela libertação da região invadida, ao invés de socôrro e apoio decisivo. E' que a preocupação sôbre a segurança dos galeões de prata tudo superava.

Portugal, em situação de extrema penúria, se, esforçando-se um pouco mais, enviava ésquadras de socôrro, era para deixar minguados socorros no Brasil, pois, a êle antepunha estultamente o Congo e Angola, mais importantes para Portugal.

Numa época em que o domínio do mar era a chave do poder, maximé no Brasil, nem a Espanha, nem Portugal, quando liberado do seu domínio, jámais estabeleceram uma política de guerra a ser seguida para combater o invasor ou para assegurar a defesa do Brasil; as ações decorriam das injunções em cada caso particular.

No decorrer da narração dos fatos dessa luta, já tivemos a oportunidade de mostrar a imensa repercussão e os esplêndidos benefícios políticos que advieram do domínio espanhol no Brasil; com a restauração de Portugal, êsses proventos foram mantidos e até agrandados mais, no que diz respeito à Espanha. Já, quanto à atitude de Portugal perante a Holanda, política que se refletia diretamente no Brasil, em luta contra a invasão, decorria ela exclusivamente de D. João IV e seu Conselho de Ministros.

A não ser o embaixador português na Holanda, Souza Coutinho, em Portugal, o rei e a côrte conquanto mantivessem uma atitude hipócrita, dúbia, de aparentar que defendiam o Brasil e apoiavam os insurretos que tentavam libertar as capitanias invadidas, todos estavam prontos a sacrificar o Brasil, desde que salvassem Portugal, obtendo a paz.

Essa atitude era bem exdrúxula, se considerarmos o fato de ter D. João IV escolhido Pernambuco para refúgio da família real portuguêsa, em caso de invasão de Portugal pelos holandeses aliados aos espanhóis. E só quando a rainha viúva assume o govêrno, é que Portugal tem a coragem de acabar com o servilismo, tomando uma atitude decidida.

Os insurretos, por si sós, contra a vontade das autoridades portuguêsas, acabam assumindo o completo domínio da terra, apesar dos pezares, sitiando o invasor em Recife. Com a criação da Companhia Geral de Comércio, estabelecendo as ligações com Portugal, reatou-se o laço político antigo, tirando fôrça ao sentimento político nacional de independência.

A ação de Maurício de Nassau, diretamente, não causou influência política de pêso no panorama nacional; nem mesmo a Câmara de Escabinos, pode-se dizer, influenciou a vida política da colônia; indiretamente, pelas ações contrárias que exigiu, sim, trouxe influências políticas, de caráter passageiro, porém, não lhes cabe a primazia nesse terreno, e sim aos brasileiros, como p.ex., a libertação de escravos, a arregimentação dos índios, etc.

A influência política da primeira batalha dos Guararapes, foi decisiva para o Brasil e influenciou fortemente Portugal; novas diretivas políticas dela decorreram, alterando a orientação política até então adotada.

"A luta pela expulsão holandesa — diz José Honório Rodrigues —, é obra muito mais dos mazombos, brasileiros, brasis e negros, do que da fôrça portuguêsa. Foram

os que se adaptaram ao Brasil e os que aqui nasceram que expulsaram o invasor holandês.

Vencida pela fôrça e pelo valor dos luso-brasileiros, a Holanda exigiu que Portugal, em 1661, comprasse o que lhe pertencera, mas, desde aí, sob esta pressão externa, operou-se uma solda — superficial, imperfeita, mas um princípio de solda — entre os diversos elementos étnicos, e o Brasil começou a tomar consciência de si mesmo".

Tôdas as influências políticas, tôdas as providências de caráter político, boas umas, más quase tôdas, concretizaram-se na sábia decisão de nomear D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos, Vice-Rei do Brasil, com o objetivo de fazer-se no Brasil a definitiva unificação política e administrativa. Disse êle:

"Achei as coisas dêste Estado tão demasiadamente confusas e a jurisdição dêste Govêrno tão sem limite despedaçada, que para se tornar a unir e restituir o govêrno a àquele ser em que se deve conservar e que El Rei meu Senhor quer que o Brasil tenha..." A ação dissociativa dos fatôres geográficos no campo político, tinha levado a êsse ponto.

Daí suas ordens, a 21 de julho de 1663: "Convém que antes de outra disposição me sejam presentes todos os postos, cargos, ofícios, e mais ocupações políticas e militares que há em todo o Brasil..."

Com a unificação política ia o Brasil, enfim marchar seguramente para seus altos destinos.

2 — ASPECTO RELIGIOSO

O Brasil foi, desde o seu descobrimento, marcado como um filho predileto da Igreja Católica. Nossos historiadores, sem discrepância, têm evidenciado claramente o papel importantíssimo da religião católica na formação do Brasil, sendo todos unânimes em concordar que não era possível escrever-se a História do Brasil, sem ter sido antes escrita a sua história religiosa.

O douto Padre Serafim Leite, o brilhante historiador português a quem devemos a notável "História da Companhia de Jesus no Brasil", veiu satisfazer as necessidades mais prementes dêsse estudo e permitir a compreensão perfeita da formação brasileira, por devermos aos jesuítas a maior parte dêsse esfôrço.

Não se compreende como, desde os primeiros dias, não teve o Brasil assistência religiosa; nem mesmo durante o período das donatárias teve o colono o derivativo moral do culto externo. A grande sorte do Brasil, foi a novel Companhia de Jesus interessar-se por êle, pois "era preciso — no Brasil — contar com um zêlo apostólico incomparável, que excedesse a tudo quanto até ali se poderia esperar da abnegação e da caridade de criaturas humanas".

Com o primeiro Governador Geral, Thomé de Souza, vieram os primeiros jesuítas; ao lado do poder político, instalava-se ao mesmo tempo a figura extraordinária do missionário, que, possuido de fanático ardor, queria "acabar de ver já todo o Brasil cristão".

E êsse pequeno punhado de religiosos (Leonardo Nunes, João de Aspilcueta Navarro, Antônio Pires, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome) capitaneados pela figura excelsa de Manoel da Nóbrega, desdobra-se em trabalhos e sacrifícios para dar ao Brasil uma estrutura religiosa. Era uma batalha imensa, mas, a fé, é capaz de transportar montanhas!

Lutando contra a dissolução moral que reinava na colônia, contra as superstições dos índios, e a ganância dos colonos, aproveitando-se da música, do trato, da língua, de preferência começando pelas crianças, logo depois ajudados por muitos outros elementos da Companhia de Jesus, entre os quais avultou a figura inconfundível de José de Anchieta, conseguiram, êles, miraculosamente, estruturar o Brasil religioso.

Antes de findar o século, Nóbrega e Anchieta, os dois grandes vultos dêsse apostolado, deram suas vidas ao Bra-

sil, batalhando ainda, destemerosamente, contra a escravidão dos índios.

Sob o ponto de vista administrativo, até 1536, pertenciam ao Bispado de Funchal tôdas as igrejas do Brasil; nessa data o Vigário de Tomar, da Ordem de Cristo, conseguiu que elas fôssem transferidas para sua Vigararia; houve muitas complicações por isso.

A bula "Super Speculam", de 25 de fevereiro de 1551, criou o bispado de S. Salvador, para o qual foi designado D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, que chegou à Bahia a 22 de julho de 1552; esta bula declarava sufragâneos do bispado da Bahia os bispados de Angola, Loanda e S. Tomé.

A diocese do Salvador compreendia tôdas as terras do Brasil, e estava subordinada ao arcebispado de Lisboa; como grão mestre da Ordem de Cristo, o rei de Portugal tinha jurisdição sôbre o Brasil, tanto temporal como no espiritual, nomeando prelados, provendo os cargos e dignidades eclesiásticas, cobrando e fazendo aplicação dos dízimos.

Até 1631, o bispado do Salvador abrangia todo o Brasil; só, então, foi que se criou a diocese do Rio de Janeiro, compreendendo as capitanias de Pôrto Seguro para o sul.

No fim do primeiro quartel do século XVII, estava o Brasil cristianizado. Os invasores e corsários sendo em regra geral adeptos da Reforma religiosa, encontraram no Brasil uma intensa religiosidade católica, que os olhava com ódio por serem herejes.

Não havendo por parte dos holandeses simpatia nem respeito pelos católicos, espanhóis, portuguêses ou brasileiros, mostravam com rigor sua intolerância, que ia a extremos, assim não conseguindo captar a simpatia e o respeito dos moradores das capitanias invadidas.

Os atentados às igrejas Católicas e aos conventos, a quebra das imagens sagradas, a utilização dos paramentos religiosos em brincadeiras estultas de soldados bêbados,

PADRE MANOEL DA NÓBREGA

"Não há ninguém a cujos talentos deva o Brasil tantos e tão permanentes serviços".

Sonthey

eram para as populações das capitanias conquistadas, ultrajes, insultos, dos que só podiam ser resgatados com o sangue e a própria vida dos ofensores. Daí as lutas sangrentas, ferozes, nas quais os filhos da terra superavam os flamengos herejes, daí os massacres tenebrosos praticados pelos holandeses, sempre que tinham oportunidade.

Não precisamos salientar o papel relevantíssimo dos sacerdotes católicos do Brasil, na luta pela libertação do jugo holandês, onde foram, não só os consoladores, os mantenedores da fé, os caridosos enfermeiros do corpo e da alma dos lutadores insurretos e de tôda a população, mas, foram também, batalhadores intemeratos na luta pela libertação, trabalhadores incansáveis nos preparativos dos meios de luta, quando não arquitetos das insurreições e seus historiadores.

São muitos, são quase todos os que assim procederam, desde o bispo D. Marcos Teixeira a Frei Manuel Calado do Salvador, passando por um sem número de Padres Lopo do Couto e Frades Vicente do Salvador. Agigantou-se o clero na perseguição religiosa que sofria, e com os moradores "oprimidos da exação abrirão covas debaixo da terra, para esconderem à malignidade os exercícios da virtude".

A religião católica foi, sem dúvida alguma, a estrutura fundamental que permitiu a galvanização das energias vitais dos filhos da terra a seu redor, para formar aquela resistência incrível, aquela capacidade de vitória que foi considerada um verdadeiro milagre.

Entre diversos fatôres que fizeram considerar a vitória final dos insurretos um milagre, estava em primeira plana a ação altamente prejudicial dos judeus e cristãos novos.

A côrte de Madrid, antes mesmo dos ataques holandeses ao Brasil, já desconfiava dos judeus e cristãos novos que habitavam a Bahia e Pernambuco, pelo íntimo contacto por êles mantido com os judeus holandeses. Em 1617, a Espanha baixara um édito real expulsando-os do

Brasil, mas, tais foram as intercessões em favor da anulação daquela medida, que a Espanha modificou-a pouco depois, restando a limitação de só serem expulsos do Brasil aqueles de quem o Governador Geral tivesse fundadas suspeitas.

Como conseqüência dessa desconfiança dos judeus e cristãos novos, a Espanha envia ao Brasil seu primeiro Visitador do Santo Ofício, D. Marcos Teixeira, que na igreja do Colégio da Bahia ouviu denúncias e confissões, de 11 de setembro de 1618 a 26 de janeiro de 1619; voltando à Espanha, foi elevado a Bispo, pelos seus serviços nessa missão, e de novo enviado para a Bahia, cogitando-se, então, da fundação no Brasil de um Tribunal do Santo Ofício. Não houve, porém, providências para concretizar essa iniciativa.

Pela carta dos Inquisidores Apostólicos do Perú, de 20 de abril de 1620, vê-se que as providências tomadas por D. Marcos Teixeira, como Visitador do Santo Ofício na Bahia, redundaram "na prisão de muitos portuguêses e no sequestro de grande quantidade de bens", assim como na fuga para o Perú de muitos cristãos novos do Brasil.

Pior do que isso, tais providências criaram um ambiente hóstil, pelo mêdo, entre os judeus e cristãos novos, que os levaram a procurar auxiliar por todos os meios a invasão holandesa, senão, a provocação da mesma.

As atividades do Padre Antônio Vieira, em Portugal, ligado por laços de amizade a vários cristãos novos, em interessar D. João IV, para atrair, de novo, a Portugal, os judeus e cristãos novos que haviam se exilado para a Holanda e mesmo, o fornecimento de 300.000 cruzados para organizar uma esquadra em Portugal, não tiveram repercussão alguma no meio dos judeus e cristãos novos, que não estavam ao lado dos holandeses.

Aproveitando-se da alta visão dos chefes insurretos, aplicada aos têrmos do Tratado de Rendição da Campina do Taborda, dando-lhes plena liberdade de ficar ou reti-

rar-se, emigraram quase todos, com sua gente, seus bens e sua crença, para Surinam e New York.

Figura proeminente antes da invasão holandesa, fator preponderante na luta pela libertação, foi o clero católico com a vitória final o consolidador da unidade do país, em grande parte, com a continuidade de seu gigantesco esfôrço religioso.

Hoje é conhecido o grande efetivo da população judáica de Recife, por ocasião da ocupação holandesa; para ali emigraram os maiores vultos europeus dessa raça, da Holanda e península ibérica, que foram os fundadores da cultura sefardinica na América.

Reunidos em certo sobrado da rua dos judeus, em Recife, fundaram uma sinanoga, a primeira da América, onde não só faziam seu culto, mas, redigiam memórias, mantendo estreita ligação com os Grandes centros israelitas de Constantinopla, Salônica e Amsterdam. Na maioria, eram adeptos de Sabbathai Zevi, a quem de contínuo consultavam, e foram êles que guardaram por longos anos tradições e reminiscências ibéricas.

Diz Gonsalves Neto que "deve-se a um rabino de grande nomeada, um poema sôbre a revolução pernambucana, que o Ministro Melo Franco, obteve de Jacob S. da Silva Rosa e guarda inédito".

Tendo havido uma dissenção entre êsses israelitas, alguns quizeram fundar uma outra sinagoga na cidade Maurícia, mas, os anciãos fizeram uma petição ao Conselho de Recife que não desse permissão, conforme se vê em "Dagelijksche Notulen" apreciada por Gonsalves Neto. A influência religiosa dos judeus, foi nula, como nula foi a influência da Reforma religiosa.

* * *

3 — ASPECTO ECONÔMICO

A invasão holandesa, não pode, de forma alguma, ser atribuída exclusivamente aos fatôres político e militar,

que na Europa provocavam conflitos, lutas e guerras às respectivas colônias.

As descobertas portuguêsas e espanholas, desvendando novos mundos e carriando para a península ibérica imensas riquezas, deram-lhes automàticamente o monopólio da navegação e do comércio, ante a inveja e o despeito dos outros países. Se Francisco I, da França, contentava-se em fazer ironia ao declarar não haver lido o testamento de Adão legando o mundo aos portuguêses e espanhóis, a Holanda, com sua mentalidade corsária, preparava-se objetivamente para tentar apossar-se de porções gordas dos domínios portuguêses e espanhóis.

Em contraposição aos monopólios espanhol e português, todos os outros países batiam-se decididamente pelo comércio livre. Essa luta, é, portanto, mais econômica que, realmente, política ou militar.

O capitalismo tendo sido o "movimento propulsor do ataque holandês", claro é que "essa experiência colonial com participação calvinista ou judaica" é de caráter essencialmente econômico.

As guerras que assolavam a Europa, de então, decorrentes de ambições, ganâncias ou ânsias de domínio maior, eram movidas pela França, Holanda, Inglaterra, Espanha e Portugal, os mais diretos interessados, que são aliados ou inimigos eventuais conforme soprem os ventos políticos, e sejam maiores as possibilidades militares e navais de um ou de outro.

O Brasil, a mais rica colônia de Portugal, ainda sob o domínio espanhol, era o alvo preferido para êsses ataques corsários, e para não poucos flibusteiros de tôdas as nacionalidades (*). Já tivemos a oportunidade de apreciar a situação do Brasil no primeiro quartel do século

---

(*) Na Holanda, até publicações eram feitas incitando o assalto ao Brasil, como se vê em "Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei de Espanha a Terra do Brasil", da autoria de Moerbeeck.

XVII, e a importância econômica e comercial dessa rica e próspera colônia, mas, para fixarmos melhor seu desenvolvimento econômico, mistér se faz apontarmos algumas estatísticas, falhas, é verdade, mas, preciosas, citadas por diversos autores fidedignos.

Para bem avaliar-se a importância econômica do Brasil em 1615, basta dizer-se que êle já era, então, mais importante que a Índia; sua receita nesse ano, diz-nos o "Livro das Grandezas de Lisboa", era de 54:400$000, e os dízimos, êsses, por si sós sustentavam o Brasil; orçava a renda em 300 mil cruzados, isto é, 28 mil contos de réis.

O "Livro que dá Rezam do Estado do Brasil", conta-nos que em 1602, arrendou-se todo o Estado junto por 105.000 cruzados, mas, que em 1612 êsse arrendamento deu 125.000 cruzados. Já nessa época, fazia-se regularmente a exploração do salitre no rio S. Francisco, a pesca da baleia na Bahia e em Angra dos Reis, a exploração de esmeraldas no Rio Doce, a do ouro em S. Vicente, Paranaguá e cercanias de S. Paulo, e a da prata no Rio Real.

Os engenhos de açúcar do Brasil, somavam 117 em 1580 (Diogo de Campos Moreno), 235 em 1620 (Frei Luiz de Souza), e 363 em 1625 (Códice Castel Melhor). Êsse brusco desenvolvimento dos engenhos de açúcar, deve-se à invenção de um frade espanhol, do Perú, que imaginou substituir a moenda horizontal, movida a braços, pela moenda vertical, na qual podia empregar-se a tração animal.

Também, muito concorreu para êsse desenvolvimento, a praga do gusano que atacara os canaviais de S. Tomé, que produziam 400.000 arrobas de açúcar por ano, e a descoberta, por acaso, do meio de branquear o açúcar.

Itamaracá, em 1609 já carregava quatro navios com o açúcar dos seus 18 engenhos, e seus dízimos haviam sido arrendados, então, por 7 mil cruzados; o Espírito Santo, tinha 8 engenhos de açúcar, e seus dízimos haviam sido arrendados nesse ano por 2.500 cruzados; o Rio de Janeiro, que em 1600 só dava de dízimos 3 mil cruzados,

em 1616 dispunha de 60 engenhos de açúcar, e seu comércio anual elevava-se a 200.000 cruzados.

S. Vicente, em 1609 já tinha 14 engenhos, mas, em vez de prosperar decaiu muito, com o êxito que sobreveiu, devido às lutas entre os donatários.

Melhor que êsses dados, refletem de forma mais nítida a verdade, est'outros: os dízimos de Sergipe, Ilhéus, Pôrto Seguro, Rio de Janeiro, S. Vicente a Cananéia, foram arrematados juntos em 1609, por 36.200 cruzados; as capitanias de Pernambuco, Bahia e Itamaracá, que em 1584, só rendiam 30 mil cruzados, em 1609 davam 115.500 cruzados.

A arrecadação anual do comércio, em 1628, orçava em Pernambuco — 2.500,000 escudos, Bahia — 2.000.000 escudos, Paraíba — 600.000 escudos, Itamaracá — 300.000 escudos, Rio de Janeiro — 210.000 escudos, Espírito Santo — 60.000 escudos.

A capitania de Pernambuco, embora aplicasse sua maior atenção à produção do açúcar, cultivava mandioca, fumo, gengibre, erva doce, e algodão, sem deixar a extração do pau brasil. Criava em larga escala, pois, sabe-se, que só Antônio de Cardoso tinha grande quantidade de porcos e ovelhas, e só rêzes possuia mais de doze mil. O mesmo se dava na Bahia.

Além de tudo o que os holandeses exportavam, por ocasião da ocupação, mesmo assim os insurretos enviavam para Portugal grandes quantidades de produtos. Basta ver o Relatório do Conselho Político de Recife, de 11 de julho de 1633, que conta já terem enviado os insurretos 100 navios carregados com 50 mil caixas de açúcar, pau brasil, algodão e fumo, e que "o volume das rendas que tudo isso tem fornecido à Coroa de Portugal, com os dízimos do Brasil e os 23% de taxa em Portugal, seria difícil de avaliar".

Comenta ainda o Relatório: "Acrescentem-se os direitos de entrada dos artigos europeus, tais como azeite, vinho, farinha de trigo, lã, tecidos e mil outras coisas

que Portugal exporta para o Brasil, e compreender-se-á que êste comércio do Brasil ultrapassa todo o comércio comum. Gado há em tal abundância, que não é raro encontrar indivíduos que possuem 5, 6, 7 até 8 mil cabeças. Os porcos, as ovelhas e os bodes são inumeráveis; galinhas, perús, patos, gansos, perdizes, galinholas, encontram-se em grande número. Os cavalos também se reproduzem muito bem neste clima".

As devastações a que foram submetidas essas culturas e criações reduziram momentâneamente a produção, mas, sempre, enquanto os holandeses dominavam a terra, os moradores portuguêses e brasileiros dominaram a economia do país.

Mesmo quando Nassau interferiu diretamente na economia da capitania, impondo a policultura em grande escala, pela obrigação do plantio da mandioca e de legumes e cereais, a fôrça imanente da capitania, conjugada com fatôres locais, reage enèrgicamente, provocando até a fome. Em S. Paulo, as lavouras e os currais, assevera Brasílio Machado, abastecem à farta, a mesa do senhor e a dos agregados e escravos". O que predomina, porém, nos campos de Piratininga, é a intensa cultura do trigo; desdobram-se pelas imensas planícies os dourados trigais; e "em certos momentos, a preciosa gramínea chega a constituir verdadeira fôrça econômica do planalto".

E S. Paulo não produz tanto trigo só para seu consumo; êle exporta-o também, por bom preço. Um exemplo: Antônio Bicudo de Brito, ao fazer seu testamento "in articulo mortis", declara que "tem no Rio de Janeiro, já a salvamento, 150 cargas de farinha de trigo em duas carregações, vendidas a Manoel da Silva Salgado, que por elas deverá pagar-lhe 147$000 em fazendas".

Mesmo nos campos em que predominam as searas de trigo, encontram-se sempre culturas outras, de cana de açúcar, de vinhas, de cereais diversos, de algodão. A descoberta de ouro nas cercanias de S. Paulo, e sua exploração, que provocava em 1601 a proibição da circulação do ouro

em pó, e em 1633 a criação de uma Casa do Cunho do Ouro em S. Paulo, não se sabe por que razão não despertou interêsse maior em Portugal e não causou um "rush" de exploradores, como mais tarde aconteceu em várias regiões do país.

E' possível que a Espanha, não visse com bons olhos o aparecimento de minas de ouro no Brasil, que podiam apresentar melhores vantagens que suas minas de prata, e quizesse abafar os descobrimentos.

Nem por isso, deixou êsse ouro de concorrer para o progresso do Brasil, pois, em 1625, já Portugal havia reembolsado tôdas as despesas feitas com o Brasil.

As estatísticas da produção do açúcar em Pernambuco na ocupação holandesa, vamos encontrá-las no próprio "Relatório" de Nassau ao Conselho dos Dezenove, onde diz que, Pernambuco, antes da invasão holandesa fabricava um milhão de arrobas de açúcar, e que no primeiro ano de sua administração, conseguira êle obter 45.000 arrobas. Com seus esforços, em 1640, obtivera êle 110.000 arrobas.

Nesses dados está patente a incapacidade dos holandeses para aproveitarem-se inteligentemente da capacidade produtora da terra.

Passado o furacão da guerra, expulsos os holandeses, quando os brasileiros cerravam fileiras para de novo dedesenvolver a economia do país, que caira de forma desconcertante, mesmo nas capitanias não invadidas pelos holandeses, mas, que haviam dado muitos homens para ajudar a expulsá-los, Portugal, para obter a paz com que sonhava, lança sôbre o Brasil o vilipêndio de pagar metade da vitória que o Brasil tinha ganho aos holandeses; pesava desde então, sôbre sua economia a dívida de 120.000 cruzados, e por sobrecarga, devia o Brasil entregar mais 20.000 cruzados, a fim de fazer o dote da infanta Catarina que ia casar-se com Carlos II da Inglaterra.

Combalido pelo imenso esfôrço feito para sua libertação, enraivecido pela nova sobrecarga que sôbre êle pe-

sava, sobretudo vexatória, ia o Brasil, de novo, levantar a cabeça e marchar para a frente, readquirindo em pouco tempo a pujança econômica que já tivera, para depois sobrepujá-la largamente daí por diante.

4 — ASPECTO MILITAR

1) Organização militar

Quando a 29 de março de 1549, aportou à Bahia, Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, trazia consigo a primeira fôrça militar regular que teve o Brasil, um corpo de tropa de 600 homens de armas do exército de Portugal, sob o comando do próprio governador, muito material bélico sobressalente, assim como trazia o Regimento d'El Rei de 1548 a primeira lei orgânica militar que teve o Brasil.

Foi êste Regimento d'El Rei, que sàbiamente preparou a defesa do Brasil, pelas providências que mandava tomar, pois que, em seu artigo 33 determinava:

> "— Para a defenção das fortalezas e povoações das ditas terras do brazill he necessário aver nelas artelharia e monições e armas ofensivas e defensivas para sua segurança ey por bem e mando que os capitães e moradores da terra tenhão artelharia e armas seguintes:
>
> > a saber cada capitão em sua Capitania será obrigado a ter ao menos dois falcões e seis bêrços e seis meio bêrços e vinte arcabuzes ou espingardas e pólvora pero iso necessaria e vinte bestas e vinte lanças ou chuços e corenta espadas e corenta corpos d'armas dalgodão dos que na dita terra do brazil se costumão.
> > e os senhorios dos engenhos e fazendas que por este Regimento poderiam ter terras ou cazas

fortes terão ao menos quatro bêrços e dez espingardas com a pólvora necessaria e dez beestas e vinte espadas e dez lanças ou chuços e vinte corpos d'armas dalgodão e todo o morador das ditas terras do brazill que nelas tiver cazas, terras ou agoas ou navio terá ao mesmo beesta, espingarda, espada, lança ou chuço e este capitolo fareis notificar e apregoar em cada huma das ditas Capitanias com declaração que os que não tiverem a dita artelharia, pólvora e armas se provejão delas a dita notificação a hum anno e passado o dito anno tempo e achando-se que as que lhes falecerem das que são obrigados a ter não tem pagarão em dobro a valia das armas da metade para os cativos e outra metade pera quem os acuzar".

As providências exigidas por êsse Regimento, obrigando os moradores a possuirem meios defensivos, vinha, sem dúvida, adextrá-los no manêjo das armas e preparar a defesa das povoações nascentes do Brasil; êle foi completado pelo Regulamento de 1570, feito ainda no reinado de D. Sebastião, com a obrigatoriedade do serviço de guerra para todos os homens válidos, de 18 a 60 anos, na defesa comum, para tanto criando as chamadas **Milícias**.

As Milícias eram constituídas da seguinte forma:

"— Cada Companhia será de duzentos e cincoenta homens, em que haverá dez esquadras, e terá hum alféres, e hum sargento, e hum meirinho, e hum escrivão, e dez cabos. E ao capitão da Companhia acudirão os dez cabos de esquadra della, cada vez que cumprir ajuntarem-se ou lhe elle mandar, e em tudo obedecerá com o seu capitão. E si o numero de gente que assi ouver não bastar para si fazerem tôdas as ditas companhias de dez esquadras, e faltar na que per derradeiro se ouver de fazer alguma esquadra, ou

esquadra, terá o dito capitão esta maneira. Que se faltarem até três esquadras para comprimento das dez que são necessárias, fará companhia dos que ficarem faltando mais de três esquadras, não fará companhia e repartirá as esquadras que ouver pelas outras companhias que estiverem feitos como lhe parecer".

Realmente, a organização destas Companhias de Milícias ia exercer poderoso influxo no povo da jovem colônia, sob o ponto de vista militar, porque incutia-lhe o espírito de disciplina, de ordem, o senso da cooperação e da unidade; êste fato não passou despercebido a Von Martius, que apreciando-o disse:

> "A influência dessas Milícias é grande e importante por dois motivos: por uma parte elas fortaleciam e conservavam o espírito de emprêsas aventureiras, viagens de descobrimentos, e extensão do domínio português; por outra, favoreciam o desenvolvimento de instituições municipais livres, e de uma certa turbulência e até desenfreamento de cidadãos, capazes de pegar em armas em oposição às autoridades governativas e poderosas ordens religiosas. Do outro lado achamos também nisso a causa dos sucessos das armas portuguêsas contra diversos invasores, os franceses no Maranhão e Rio de Janeiro, os holandeses em uma grande parte da costa oriental".

E' inegável que foi a obrigatoriedade do serviço militar, a criadora da fôrça poderosa, que no decorrer de nossa história tornou-se capaz de defender o nosso litoral contra as incursões holandesas e francesas, e que, pela homogeneidade de ação, manteve indivisível o Brasil. Essa fôrça, era de tal forma poderosa, que nem a ação dos fatôres geográficos dissociativos, manifestos na criação do Estado do Maranhão e na divisão do Brasil em dois

governos Gerais, pôde perdurar. Era uma fôrça coercitiva de uma capacidade atrativa impossível de resistir.

Tomé de Souza, desde que assumiu o govêrno Geral do Brasil, sentiu a falta imensa que fazia a cavalaria, por isso, desde logo escreveu para Portugal, solicitando lhe fôssem enviados cavalos para tal fim; os primeiros soldados de cavalaria que surgem na nossa história, são os elementos montados que acompanham D. Álvaro da Costa na luta contra os índios revoltados da Bahia (26 de maio de 1555).

D. Duarte da Costa, segundo Governador Geral do Brasil, desde 13 de julho de 1554, "procurou reorganizar e melhorar a Milícia, chegando mesmo a pedir à Metrópole os recursos necessários para manter, a sôldo de Portugal, uns 80 homens. Era, sem dúvida, a criação do primeiro elemento, ou núcleo do Exército, no Brasil".

Queremos crêr que êsse pedido houvesse sido atendido, porque, em 1625, quando a Bahia foi atacada pelos holandeses, êsse era o efetivo da fôrça a sôldo de Portugal.

E' com essas Milícias que o Brasil vai enfrentar o ataque holandês à Bahia em 1624; mas, retomada a cidade do Salvador, surge o primeiro Têrço. O primeiro têrço organizado no Brasil, não é aquele citado por Jaceguai no seu "Livro do Centenário", e sim, aquele criado na Bahia, a 22 de junho de 1625, por D. Fadrique de Toledo, para guarnição daquela cidade, com mil homens, e que ficou sob o comando do sargento mor Pedro Corrêa da Gama; essa foi a primeira tropa permanente organizada no Brasil.

"O Têrço era a unidade tática, que sucedera, no ocidente europeu, à variável e confusa hoste ou mesnada medieval", e deve-se sua criação a D. Gonçalo de Córdoba. Seu efetivo era de "dez companhias de cem homens cada uma, comandadas por capitães, que em parada, como os das companhias atuais, iam em fileira, à frente, seguidos de dez págens, levando sôbre almofadas de veludo os seus capacetes emplumados".

Comandava o Têrço um Mestre de Campo; e subcomandante era o sargento mor. Os capitães comandantes de companhia eram nomeados pelas Câmaras, com o "placet" do capitão mor; os oficiais subalternos eram escolhidos entre os mais bravos, e sua nomeação exigia, também, o concordo do Capitão mor.

Os oficiais superiores e subalternos usavam bastões de comando.

O primeiro Têrço criado na Bahia, o Têrço velho, que durou quase dois séculos, recebeu êsse nome em 1631, em contraposição ao Têrço Novo, então, criado. Ao Brasil, por ocasião da guerra com os holandeses, vieram como refôrço, o Têrço Italiano, do qual Bagnuolo e Heitor de la Calche foram comandantes; e o Têrço das Ilhas, assim chamado por terem sido as praças que o compunham alistadas nos Açores e Cabo Verde, e que veiu sob o comando do Mestre de Campo Francisco Figueroa.

Durante a luta com os holandeses foram criados diversos Têrços, destacando-se entre êles o Têrço Indígena, de Felipe Camarão, e o Têrço dos Negros, de Henrique Dias. Havia ainda as unidades independentes, como as companhias de emboscadas, as companhias de cavalos, as bandeiras de assalto, etc. Até ao fim da luta não houve alteração alguma na organização militar, mas, é de estranhar que a cavalaria tendo já prestado notáveis serviços, não tivesse, então, maior desenvolvimento.

A princípio desorganizada, a Milícia adextra-se no manêjo das armas, a trouxe mouxe, como pôde; depois, na luta com os índios bravios, aprenderam êles a arte da guerra indígena, o uso do arco e da flexa, das artimanhas, emboscadas e surprêsas, que passam a usar em larga escala contra o holandês invasor. E' essa experiência guerreira que êles levam aos Têrços que vão fazer a guerra, e que evidenciam uma superioridade inconteste.

Até quase ao fim da luta, não há planos militares de ação, nem há política da guerra; tudo é feito de acôrdo com as circunstâncias, empìricamente. Só em 1649, é

que os insurretos se tornam combatentes (*). Os Têrços do Brasil, souberam por isso, escrever páginas gloriosas na História do Brasil, que assombram quem as lê.

II) Organização Defensiva

A preocupação predominante dos colonos do Brasil e de seus filhos, era, sem dúvida, a defesa da colônia; nessa época de pleno fastígio do poder marítimo, uma colônia como o Brasil, quase que exclusivamente ocupada e povoada a beira mar, aí tendo suas cidades, vilas e povoações, dependendo do mar para suas comunicações com a metrópole, é evidente que o auxílio marítimo para a sua defesa era imprescindível.

Mas, Portugal e a Espanha, não querendo, ou não podendo manter uma esquadra em permanência no Brasil para defendê-lo, viu-se o Brasil obrigado a adotar uma organização defensiva terrestre, composta dos próprios moradores, obrigatòriamente por êles construídas, que viviam em permanente alerta contra os corsários de todos os inimigos de Portugal e Espanha. E' uma vigília sem descanso, estafante, dolorosa; nas ocasiões do perigo, êles

---

(*) Diz-nos ilustre militar — Rev. do Clube Militar 119 de 1952:

"Ao calor da guerra holandesa foi aos poucos se forjando a alma de um novo combatente, de um soldado estranho aos sentimentos ou idéias portuguêsas, e imbuído de uma clara consciência de que não defendiam em Tabócas e em Guararapes, os interêsses lusitanos e sim a terra e a gente brasileiras. Os "têrços" de índios e negros, sob o comando de Camarão e de Henrique Dias, bem podem ser considerados, ao lado dos destemidos comandados de Vidal de Negreiros, as primeiras unidades do Exército Brasileiro, eminentemente nacionais que eram não só pelos soldados que as integravam, pelos chefes que as comandavam, mas também pelos processos de campanha e de combate que souberam forjar no decorrer das longas caminhadas e dos inúmeros combates, e, sobretudo, por nada terem de comum com outros sentimentos e interêsses que não os do Brasil e de seu povo.

se juntam para oferecerem maior resistência. À proporção, porém, que chegavam armamentos de infantaria (os pesados arcabuzes, os mosquetes, as lanças, os chuços, as espadas, os piques) e de artilharia (canhões de ferro e bronze, mas, principalmente os Falcões), e que os moradores dispuzeram do auxílio eficiente dos índios, as fortificações começaram a ser feitas, evoluindo os primeiros redutos a fortins, êstes a fortes, e mais tarde a verdadeiras fortalezas.

A defesa do Brasil dependia essencialmente da defesa de suas costas, e foi aí que o gênio português demonstrou sua extraordinária capacidade em defendê-lo com o mínimo de recursos, escolhendo posições magníficas, insuperáveis ainda hoje, para localizar suas organizações de defesa em todo o Brasil.

As fortificações iniciais eram de taipa, madeira ou terra, reforçada por palissadas de madeira; a primeira a ser construída no Brasil, é aquela citada nos "Provarás", documento descoberto na Tôrre do Tombo pelo Dr. Jordão de Freitas, que no 3.° item diz:

> "Antônio Corrêa, Gonçalo Leite, Bartholomeu Ferraz e Gaspar Palha
> entendem provar que no ano de 1531, em tal mês, a nau e gente que se diz serem do autor, foram ter a Pernambuco, pôrto do Brasil, onde **estava um castelo e fortaleza** feita por El Rey Nosso Senhor, a seus vassalos portuguêses, a qual **havia trinta anos e mais** que no dito pôrto era feita, e era dito **Castelo** e pôrto **habitados** por portuguêses que tinham aí suas casas de morada **havia quarenta anos e mais**..."

Segue-se, cremos, o fortim construído em S. Vicente, em 1532, por ordem de Martim Afonso de Souza; prestou tais serviços que em 1543, Braz Cubas ordena a construção em seu lugar de um forte, na barra de Santos. Depois dessa fortificação, outras mais foram levantadas ao longo de tôda a costa.

Na luta contra os holandeses, prestaram elas relevantes serviços, que já apontamos; os holandeses, na decisão firme de agarrarem-se à conquista, construiram grandes e bons fortes, que foram entregues aos insurretos por ocasião da rendição.

Em 1653, entre os fortes ocupados do Brasil e aqueles por êles construídos, dispunham os holandeses de 30, de vários tipos, com o seguinte número de peças:

— Em Pernambuco — o forte do Mar com 26 canhões; o Maurício com 22; o Ernest com 17; o Weerdenburch com 12; o S. Jorge com 11; o reduto do mar com 7; o forte Bruyne com 21; o Madame Bruyne com 5; o Salinas (ou do Rêgo) com 2; o Goch com 12; o Altenar com 10; o Cinco Pontas com 16; o reduto da Pedra com 4; o da Boa Vista com 2; o Esfalfado com 2; o dos Afogados com 15; o da Barreta com 10; o da Ponta da Barreta com 2; e o da ilha do norte da Barreta com 5.

— Em Itamaracá: o forte Van Schkoppe (ex-Conceição), com 5; o Orange com 13; o dos Marcos com 4; o Tapecima com 5.

— Na Paraíba: o Margarida (ex-Cabedelo) com 33; o da Restinga com 10; o Santo Antônio com 6; o da aldeia de Schonenburch com 7; o Garaú com 3.

— No Rio Grande do Norte: o Van Ceulen (ex-dos Reis Magos) com 31.

— No Ceará: o Schonenburch com 11.

A maioria dessas fortificações, na luta com os holandeses, exerceu papel de importância notória, muitos dêles deixando seu nome gravado nas páginas de nossa História, como p.ex. o forte de S. Jorge.

Contam os historiadores que indo D. Pedro II em visita a Pernambuco, ao chegar a Recife seu primeiro cuidado foi querer conhecer o local onde existira o forte de S. Jorge. Ninguém soube informá-lo. Disso surgiu o

Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco.

ARMAMENTOS

As primeiras companhias do Têrço eram armadas com chuços e chilfarotes, e às demais eram todas de arcabuzes, posteriormente substituídos pelos mosquetes; os sargentos e cabos de esquadra, levavam piques ou alabardas. Os oficiais eram armados com pistolas de rodete ou francesas e espada.

O arcabuz era uma arma muito pesada, que exigia dois homens para o seu manêjo; dependia de um suporte e do morrão, que com chuva forte impossibilitava o seu uso. Os holandeses dispunham de grande número de arcabuzes, mas, na luta da libertação, o preparo do tiro era ainda tão demorado, que na luta com os índios, os soldados holandeses abandonavam logo a arma, fugindo, para não serem mortos a flexadas antes de poder disparar o arcabuz.

O mosquete era um arcabuz mais aperfeiçoado, de maior alcance e de maior precisão no tiro, mas, igualmenmente de difícil manêjo. Ambos, na luta em geral, só atiravam inicialmente, porque logo sobrevinha a luta a arma branca, e êle era pôsto de lado por imprestável.

A espingarda era arma de extraordinário comprimento, de transporte difícilimo, e que disparava com o auxílio de mechas e botafogos. Era um aperfeiçoamento da colubrina e foi a precursora da escopeta. De complicadíssimo manêjo, a espingarda foi, contudo, nos primeiros anos do século XVII de uso no Brasil.

O "Gran Capitan" Gonçalo Hernandez de Córdoba, famoso cabo de guerra espanhol, criador do verdadeiro exército de sua pátria, querendo dotá-lo com uma arma portátil, adotou a escopeta.

A escopeta, que foi realmente a primeira arma de fogo portátil, era um aperfeiçoamento da espingarda, uma

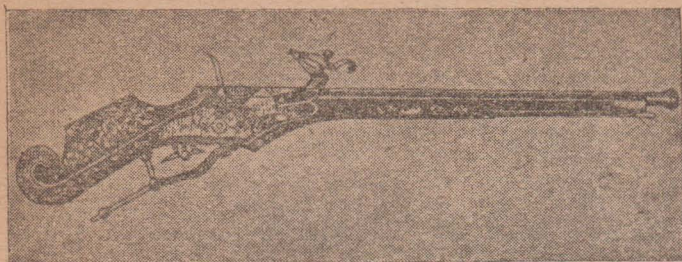
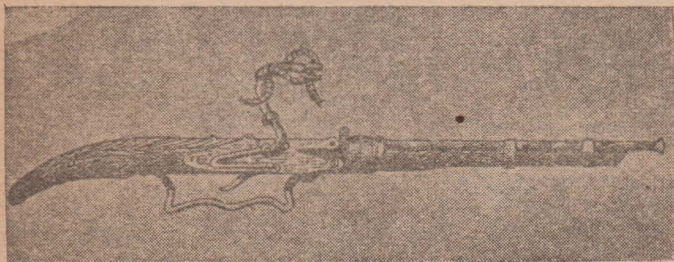
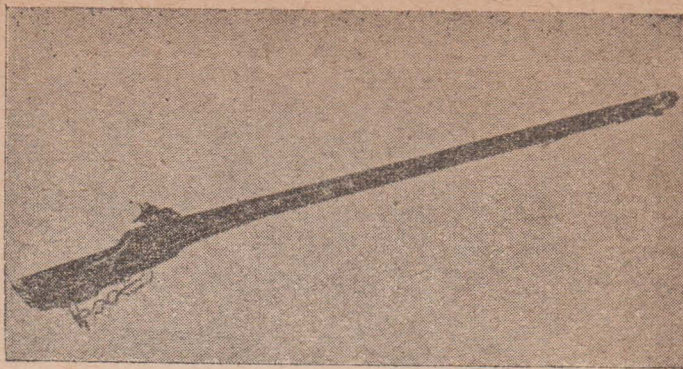
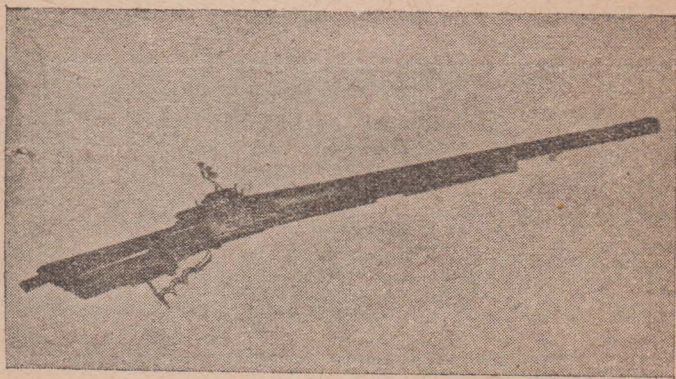
sua miniatura portátil, embora para dispará-la fôssem precisos dois homens: um para segurá-la e apontá-la, e outro para pôr fogo com um candieiro à mecha e ajudar a segurar o coice da arma.

Ainda sendo bem inconveniente e perigosa, transmuda-se a escopeta no arcabuz, dando uma variante, o trabuco. O trabuco, italiano, mais curto e de bôca de sino, muito semelhante à escopeta, ainda era irmão do bacamarte; o trabuco e o bacamarte, já não mais usavam morrão e botafogo, mas, sim, fuzil, e carregava-se-os pela bôca.

O arcabuz não era nem primitivo, nem perigoso como a escopeta, e era mais maneável e menos complicado. Tanto êle como o mosquete, utilizavam uma forquilha para apoio da arma para o tiro.

Na luta da libertação do jugo holandês, a heterogeneidade das armas de fogo era imensa, porque advindas de vários países, e cada armeiro introduzia modificações a seu gôsto; além dos arcabuzes e dos mosquetes, havia ainda as clavinas, os bacamartes, os trabucos, que também variavam com o armeiro que os fabricava.

Os canhões, de ferro ou bronze, de pequeno calibre e alma lisa, eram carregados com pólvora e utilizavam os mais variados projéteis, como prégos em saquinhos, pedras, pedaços de metais e de correntes, etc.; aparelhos de pontaria não existiam. O tiro era feito a sentimento, dependendo da maior ou menor habilidade do artilheiro os impactos. Com o pequeno alcance que tinham, só prestavam serviços nas fortificações e navios. O uso do morrão e de calços para variar o ângulo do tiro, demoravam sobremaneira a repetição dos tiros. Mesmo assim, os Falcões prestaram relevantes serviços na defesa do Brasil dessa época, bem como, seus irmãos menores, os Falconetes.

Fabricantes vários de canhões, de diversos países, batisavam êsses canhões primitivos com nomes especiais, como p.ex. canhão pedreiro, camelo, espera, etc., haven-

Arcabuz de serpentina ou mecha do século XVI

Arcabuz de roda do século XVII

Mosquete de roda ou rodete, do século XVII, época da guerra holandesa, existente nas coleções do museu Mistórico do Rio de Janeiro.

Arcabuz de roda ou rodete, fabricado em Wurzach, na Boêmia, por F. Werz, usado pelos luso-brasileiros contra os holandeses

do uma grande heterogeneidade nos diversos tipos em uso no Brasil.

Os projéteis normais, calibrados pelo pêso de 1 libra a 24 lbs., eram acompanhados por petardos de ferro ou bronze, arpeos com artifícios de fogo, balas de corda de artifício de mar, bombas de artifício de fogo utilizadas muitas delas contra os navios.

Enquanto os holandeses, durante tôda a luta, estiveram sempre bem providos de armas, munições e recursos de tôda a espécie, os insurretos lutaram sempre com uma grande carência de armas e munições, mas, essa desigualdade em vez de ser uma desvantagem, foi um estímulo para quem lutava por sua terra, porque os insurretos tornaram-se tão hábeis no manêjo das armas brancas, que num ataque, ao simples grito de: "à espada!" havia imenso temor e pânico entre os holandeses.

Sobressai ainda mais o valor do Têrço Indígena de Felipe Camarão, ao saber-se que quase sempre enfrentaram os holandeses só com arcos e flexas, e são memoráveis as derrotas inflingidas por Camarão aos maiores cabos de guerra holandeses que ousaram enfrentá-lo.

5 — ASPECTO SOCIAL

Na apreciação do aspecto social da luta com os holandeses, sobreleva em primeira plana, a difusão em todo o Brasil de um sentimento acentuado de compreensão e tolerância, para com o índio e o negro escravo.

Não que houvesse intolerância com êles, pois, bem sabemos a fôrça poderosa que era a miscegenação, (*) mas, a percepção do valor dêsses elementos como bons guerreiros, como lutadores de valor, e companheiros de armas de primeira ordem. Também muito concorria para

---

(*) Só João Ramalho, p.ex., dizem os cronistas, teve mais de cem filhos mamelucos.

êsse acentuado sentimento de compreensão e tolerância, não só a imensa miscegenação, como a predominância da língua tupí, tal o vultoso número de índios de um e outro lado. Não só nas penetrações do sertão, onde a toponímia preponderante é a tupí, em quase todos os rios, lagos, montanhas, animais, aves, etc., como no trato social de todos os dias. Ao toque da Ave Maria, quase tôda a gente, em todo o Brasil, fazendo-o pelo sinal, dizia em voz alta: "Santa Caruçá rangana recê". E era em tupí que todo o mundo se saudava de manhã: "Enecoêma", isto é, "bom dia".

A formação do Têrço Indígena e do Têrço dos Negros, não objetivava tão sòmente a repartição com chefes de suas raças, dos homens indígenas ou africanos, senão que, na sua sublimação, representava apenas o aprêço em que se os tinha, apenas congregando-os a parte, pelos métodos guerreiros que usavam.

E tanto isso é verdade que a mescla dessas tropas com tropas européias ou nativas, era sempre olhada com simpatia, senão como desejo expresso dos combatentes brancos.

A expansão dêsse sentimento pelas várias capitanias, pelo contacto com tropas do sul ou européias, era sem dúvida uma expressão social de alta relevância, cujos frutos deram cento por um.

Não pouco concorreu êsse sentimento para a libertação de índios e negros, em larga escala, no decorrer da luta.

Não negamos que houvesse ódio contra os holandeses, mas, essa odiosidade provinha quase que totalmente do sentimento religioso em antagonismo profundo com os adeptos da Reforma Religiosa, e não pelo fato de serem os invasores holandeses.

Não poucas foram as uniões entre brasileiros e holandesas, e holandeses e brasileiras, tanto que, na capitulação da Campina do Taborda foi necessário incluir-se um

Soldados holandeses, na época da conquista

artigo regendo as regalias e direitos que êsses casais tinham.

Muitos holandeses casados com brasileiras, senão a quase totalidade dêles, não quiz voltar à Holanda, preferindo estabelecer-se definitivamente no Brasil. Não fôsse, como disse um grande escritor nosso, "a mulher brasileira o melhor e maior fator de abrasileiramento da família". Hoje, seus descendentes, com os nomes um pouco alterados na grafia, enchem nossos quadros sociais.

O contacto com os holandeses, acarretava lògicamente a adoção de usos e costumes seus, da mesma forma que êles passavam a aceitar usos e costumes brasileiros, num intenso intercâmbio, que se fixou profundamente. As idéias, os conhecimentos adiantados trazidos pelos holandeses, empregados em tôdas as capitanias por êles ocupadas, influenciaram as populações brasileiras, como influenciados foram, também, os holandeses, com idéias e conhecimentos dos brasileiros. Não houve influência holandesa na parte moral e religiosa, porque a vida moral do Brasil holandês, é descrita por contemporâneos, com negras côres, reunindo-se "nos bordéis mais vis do mundo — os de Recife — a escória do mundo. Pierre Moreau escrevia: "Tous les vices y estoient en vogue", enquanto o pastor protestante francês, Soler clamava: "Il me semble que je sui dans Sodome, et encore pis!" Os próprios membros do Conselho Político de Recife, Watjen, acusa-os de "pouco zelosos, e que punham o proveito próprio acima dos interesses da Companhia". Um dêles, Hendrick Schilt, foi demitido por ter ficado apurada sua coparticipação no assassínio de um padre para roubo.

Um povo corsário, como era o holandês, por certo não conhecia, ou, pelo menos, não usava o luxo e o confôrto que êles encontraram em Pernambuco. Saqueando êsses lugares ocupados, todo êsse acêrvo era enviado para a Holanda, e grande parte do saque passou a ser utilizada pela gente holandesa.

Também nas capitanias do sul do país, muitos hábitos, usos e costumes, foram trazidos pelas tropas que foram lutar com os holandeses, e que por sua vez levaram para o nordeste usos e costumes próprios à região sulina. Homogeneizava-se assim, o país, pela religião, pela língua, pelos hábitos, usos e costumes, já mesclados os quocientes indígenas, negros e europeus, dando uma compacidade maciça a êsse todo imenso que já era o Brasil.

* * *

Como se vê, as guerras holandesas no norte do Brasil, foram um fator magno da grandeza do Brasil. Circunstâncias várias, estranhas mesmo algumas delas, juntaram-se para traçar um destino mais glorioso para o Brasil, que o de simples colônia holandesa ou portuguêsa. As guerras holandesas no norte do Brasil foram a forja sagrada onde se formou a nacionalidade brasileira.

* * *

Mas, já pagou o Brasil aos heróis que lhe deram tudo isso, sua dívida de gratidão?

Imensa é a dívida do Brasil para com os heróis das guerras holandesas ao norte do Brasil. Imenso, e indesculpável o atrazo de três séculos para pagá-la. Nem ao menos, pode ser apresentada a desculpa que não se conhece todos os detalhes dessa guerra, ou as etapas memoráveis dos vultos notáveis que a nortearam.

Acresce ainda, que por um conjunto de circunstâncias verdadeiramente providenciais, os chefes que comandaram as hostes que defendiam a terra, reuniram todos os representantes das raças que no Brasil se juntaram para povoá-lo.

O Brasil, deve e pode resgatar essa dívida, elevando um monumento a êsses heróis e seus feitos, que consubstanciam a unidade pátria e a eclosão da nacionalidade

brasileira, ao mesmo tempo que assinalam a delimitação em moldes continentais do Brasil, a manutenção íntegra da fé religiosa de nossos maiores, o asseguramento da mesma língua sonora e amena, e a fusão sem preconceitos nem distinções, das raças de onde provinham.

Em seus feitos militares, encontram os brasileiros, provas de uma bravura, de um valor, que os transforma em exemplos modelares; nos combates, nas batalhas, nas defesas dos fortes, nas cargas de cavalaria, nos assaltos, nas emboscadas, nas retiradas assombrosas, nas artimanha de guerra, há sempre o que aprender. E quanto mais se conhece êsses feitos de armas, mais nos orgulhamos, mais os admiramos, mais sentimos crescer nossa dívida para com êles.

Com inteira justiça Frei Rafael de Jesus afirmou:

> "Nunca o valor dos homens saiu mais esclarecido que nesta ocasião. Que vassalos houve no mundo, que em razão de vassalos se possam comparar com os moradores de Pernambuco? Digam-me os noticiosos em que idade tiveram os príncipes semelhantes servos?
>
> Que corações achou a experiência sempre firmes do serviço de sua pátria, quando por espaço de vinte e quatro anos; umas vêzes sujeitos à tirania, outras à necessidade, constantes nos infortúnios, vigorosos nos trabalhos, incansáveis na tolerância, desprezados, famintos e despidos. Resolutos em tomar as armas a benefício de sua liberdade, sem império que os obrigasse; sem esperança que os persuadisse; e sem prêmio que os atraisse, continuarão um e muitos anos, de noite e de dia com as armas às costas, sem recusarem as marchas, sem fugirem às expedições, sem temerem os perigos; vencendo as operações do tempo e da fortuna; nas ditas comedidos, nas desgraças animados, nas ordens obedientes, nos trabalhos alegres, nos castigos reportados, na disciplina observantes,

nas ocasiões valentes; nunca vencidos do mêdo, sempre vencedores do perigo; nos encontros mais arriscados, sem terem conta com o número, a tinham só com a honra, avaliando o poder do inimigo por contrário, mas não por desigual; olhavam o excesso para o vencer, nunca para o recear. Que valor foi semelhante a seu valor?"

Salvador Henrique de Albuquerque, em conferência feita sôbre êsses heróis, comentava:

"Aquêles que se sacrificam pela Pátria conquistam no futuro a admiração da posteridade, e a gratidão nacional para com êles não é mais que um dever".

Cumpriu, acaso, o Brasil, seu dever para com os heróis das guerras com os holandeses?

Foram êles que nos deram o Brasil de hoje, na sua esplêndida integridade territorial, na sua maciça unidade política, na sua harmoniosa unidade de língua, na sua luminosa unidade de fé. Foram êles que nos deram — no dizer do prestigioso autor de "Formação da Consciência Nacional" — o mais assombroso milagre na história do mundo: o Brasil!

Quando pagará o Brasil sua dívida trisecular, levantando-lhes um monumento condigno? O bronze espera há séculos essa consagração!

FIM

BIBLIOGRAFIA

HISTÓRIA DO BRASIL — Robert Soüthey.
HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL — José de Mirales.
HISTÓRIA DO BRASIL (ilustrada) — Rocha Pombo.
VALEROSO LUCIDENO — Pe. Mestre Frei Manuel Calado do Salvador.
HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL — Pe. Serafim Leite.
HISTÓRIA DA PROVINCIA DE STA. CRUZ — Pero de Magalhães Gandavo.
TRATADO DESCRIPTIVO DO BRASIL — Gabriel Soares.
HOLANDESES NO BRASIL — Francisco Adolpho de Varnhagen.
RELAÇÃO VERDADEIRA — Rev. Inst. H. e Geog. do Brasil.
HISTÓRIA DE PORTUGAL — Ed. Portucalense.
INTERPRETAÇÃO DO BRASIL — Gilberto Freyre.
HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO — Dr. Antonio Baião.
HISTÓRIA DO BRASIL — Pedro Calmon.
HISTÓRIA DE PORTUGAL — Damião Peres.
CASA GRANDE & SENZALA — Gilberto Freyre.
NOBILIARQUIA — Pedro Tacques.
HISTÓRIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE — Pedro Tacques.
HISTÓRIA DO BRASIL — Jorge Hurley.
HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL — Cel. A. A. Souza Ferreira.
HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL — Cel. Genserico de Vasconcelos.
MEMÓRIAS — C. Mendes de Almeida.
EVOLUÇÃO SOCIAL DO BRASIL — Oliveira Vianna.
HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL — Roberto Simonsen.
HISTÓRIA DO BRASIL — Afranio Peixoto.
HOMENAGEM A ANTONIO FELIPE CAMARÃO — Dr. Arnobio Wanderley (Rev. do Inst. H.G.A. de Pernambuco).
RELIQUIAS DA BAHIA — Edgard de Cerqueira Falcão.
CARTAS — Padre Antonio Vieira.
UNIFORMES DO EXÉRCITO BRASILEIRO — J. Washt Rodrigues e Gustavo Barroso.
HISTÓRIA OU ANNAES DOS FEITOS DA COMPANHIA PREVILEGIADA DAS INDIAS OCIDENTAIS — Joannes de Laet.

CARTA DE FRANCISCO BARRETO — Rev. Inst. H.G.B. LVI.
SUCESSO DELLA GUERRA DE PORTUGUESES LEVANTADOS EM PERNAMBUCO CONTRA OLANDESES — 1646 Rev. I.H.G.B.
RELACION DE LA VICTORIA QUE LOS PORTUGUESES DE PERNAMBUCO ALCANÇARON DE LOS DE LA COMPAÑIA DEL BRASIL EN LOS GARERAPES A 19 DE FEBRERO DE 1649 — Rev. I.H.G.B.
BREVE RELAÇAM DOS ULTIMOS SUCESSOS DA GUERRA DO BRASIL, RESTITUIÇÃO DA CIDADE MAURICIA, FORTALEZAS DE RECIFE DE PERNAMBUCO E MAIS PRAÇAS QUE OS OLANDESES OCUPAVÃO NAQUELE ESTADO — Rev. I.H.G.B.
RELAÇAM DIARIA DO SITIO E TOMADA DA FORTE PRAÇA DO RECIFE, RECUPERAÇÃO DAS CAPITANIAS DE ITAMARACÁ, PARAÍBA, RIO GRANDE, CIARÁ E ILHA FERNÃO DE NORONHA — Rev. Inst. H.G.B.
INVENTARIO DAS ARMAS E PETRECHOS BELICOS QUE OS HOLANDESES DEIXARÃO NA PROVINCIA DE PERNAMBUCO, QUANDO FORÃO OBRIGADOS A EVACUÁ-LO EM 1654 — Publ. pela Resolução da Ass. Legislativa de Pernambuco de 30 de Abril de 1838.
LIVRO QUE DÁ REZAM DO ESTADO DO BRASIL — Diogo de Campos Moreno.
LIVRO DAS GRANDESAS DE LISBÔA — Ed. Port.
LIVRO DO CENTENARIO — Barão de Jaceguay.
MEMORIAS DIÁRIAS DA GUERRA DE PERNAMBUCO — Mello Morais.
HISTÓRIA DAS LUTAS COM OS HOLANDESES — Francisco Adolpho de Varnhagen.
DIÁRIO DE UM SOLDADO — Ambrosio Richshoffer (trad. Dr. Alfredo de Carvalho).
AS BATALHAS DOS GUARARAPES — Conego J. C. Fernandes Pinheiro.
RECUPERAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR — D. Manuel de Menezes.
O BRASIL HOLANDÊS — Gaspar Barleu.
OS HOLANDESES NO BRASIL — Pieter Marinus Netscher.
EXPULSÃO DOS HOLANDESES DE PERNAMBUCO — Marechal Joaquim de Salles Torres Homem.
FASTOS PERNAMBUCANOS — Dr. Pedro Souto Maior.
EXPULSÃO DOS HOLANDESES DE PERNAMBUCO — Dr. Sebastião de Vasconcelos Galvão.
ALGUNS DOCUMENTOS NOVOS PARA A HISTÓRIA DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA — J. Lucio de Azevedo.
GUERRA HOLANDESA — Diogo Lopes Santiago.
GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL — Dr. Moacyr F. da Silva.
TERRA DO BRASIL — Afonso Arinos de Mello Franco.
O PÁU BRASIL NA HISTÓRIA NACIONAL — Dr. Bernardino José de Sousa.
DIRETRIZES DA ANTROPOGEOGRAFIA BRASILIENSE — Ovidio Cunha.
CIVILISAÇÃO DO AÇUCAR NO BRASIL — Dr. Gileno de Carli.

A GEOGRAFIA E SUA INFLUÊENCIA SÔBRE O URBANISMO — Jeronimo Cavalcanti.
DOCUMENTOS HOLANDESES — Ministério Educação e Saúde.
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — Out. 1940.
A BATALHA DO MONTE DAS TABOCAS — Cel. J. B. de Magalhães.
OS HOLANDESES NO MARANHÃO — Josué Montello.
PARECER DO DR. AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO MALHEIROS — Rev. I.H.G.B.
QUAL A ORIGEM DA CULTURA... — Visconde de Abrantes.
TEMPOS DOS FLAMENGOS — José Antonio Gonçalves de Mello Neto.
FORTIFICAÇÕES DA BAHIA — J. B. da Silva Campos.
OS GUARARAPES E N. S. DOS PRAZÊRES — Tereza Caldas (Rev. «Natal»).
HISTÓRIA DA GUERRA BRASILICA — Francisco de Brito Freyre.
NO TEMPO DOS BANDEIRANTES — Belmonte.
VIDA E MORTE DO BANDEIRANTE — Alcantara Machado.
QUADRO HISTÓRICO DA PROVINCIA DE S. PAULO — Brasilo Machado.
HISTÓRIA DEL PARAGUAY — P. P. Lozano.
INVENTARIOS E TESTAMENTOS — XXIII.
CASTRIOTO LUSITANO — Fr. Raphael de Jesus.
HISTÓRIA DE UM RIO — Mello Nobrega.
ARMAS E BRAZÕES SECULARES — Barbosa Machado.
BRAZÕES DE TITULARES BRASILEIROS — Marcio Nery.
NOBILIARCHIA PERNAMBUCANA — A. J. Victoriano Borges da Fonseca.
HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL — Helio Vianna.
ESQUISSE DE L'HISTOIRE DU BRÉSIL — Barão do Rio Branco.
PORTUGAL ANTIGO E MODERNO — Pinho Leal (VII).
FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NACIONAL — Gustavo Barroso.
TRATADOS DA TERRA E GENTE DO BRASIL — Pe. Fernão Cardim.
AS DUAS BATALHAS DE GUARARAPES — Gen. Lobato Filho.
1.ª BATALHA DOS GUARARAPES — Mario Mello.
A NATURALIDADE DE D. ANTONIO FELIPE CAMARÃO — F. A. Pereira da Costa.
VIDA E MORTE, DITTOS E FEYTOS DE EL REI DOM JOÃO IV — D. Francisco Manuel de Mello.
HISTÓRIA DO BRASIL — Gottfried Heinrich Handelmann.
DOMINIO HOLANDÊS NO BRASIL — José Honorio Rodrigues.